

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 3

DOSSIÊ – SOCIOLOGIA DAS REFORMAS

Sociologia das reformas: orquestrando crítica, elites e especialistas Ana Paula Hey, Francesco Tomei e Pedro Grunewald Louro	5
Filantropia e governança neoliberal das desigualdades Nicolas Duvoux	25
Clivagens emergentes no mundo empresarial brasileiro: apoadores e críticos da extrema direita Rodrigo Cantu	47
Poderes e impotências das elites. Quem, para quê e como se exerce influência na Argentina? Mariana Heredia	77
“Políticas baseadas em evidência” em três estados da racionalidade econômica Pedro Grunewald Louro e Hugo Harari-Kermadec	97
Reformas no ensino superior e seleção de alunos: o caso da França (1999-2018) Mélanie Sargeac	123
Especialistas, doxa neoliberal e a reversão de classificações escolares de alto risco no Chile (2006-2024) Gabriel Chouhy	141

ARTIGOS

Como integrar os conceitos de instituição e estrutura? Contribuições da macrossociologia de Max Weber Carlos Eduardo Sell e Bruna dos Santos Bolda	177
--	-----

Produção legislativa no governo JK (1956-1961)	195
Simone Diniz, Ana Laura Avanci e Rafaela Cisi	
Os experts do gosto doméstico entre juízo estético e social. Do dossiê <i>L'économie de la maison</i> aos arquivos do Centre de Sociologie Européenne	213
Carolina Pulici	
A corte sem nobreza: polemistas e anti-intelectualismo na mídia	239
Allana Meirelles	
Da aculturação à formação: o papel dos estudos sobre a imigração na obra de Florestan Fernandes	263
João Gilberto Belvel Fernandes Júnior	
ENTREVISTAS	
A forma social das reformas: entrevista com Christian Topalov	285
Por Pedro Grunewald Louro e Francesco Tomei	
Ruptura como destino: o itinerário intelectual de Renato Ortiz	309
Por Caio César Pedron e Luccas Eduardo Castilho Maldonado	
RESENHAS	
Lourdes Sola, Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia	333
Por Ivy R. A. Ribeiro e Laura Giannecchini	
Pierre Bourdieu, L'intérêt au désintéressement. Cours au Collège de France (1987-1989)	341
Por Camila Assunção Crumo	
Loïc Wacquant, The invention of the "underclass": A study in the politics of knowledge	349
Por Douglas Alexandre Santos Silva e Lina Penati Ferreira	



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 3

DOSSIER – SOCIOLOGY OF REFORMS

Sociology of reforms: orchestrating criticism, elites and experts Ana Paula Hey, Francesco Tomei and Pedro Grunewald Louro	5
Philanthropy and the neoliberal government of inequalities Nicolas Duvoux	25
Emerging cleavages in the Brazilian business world: supporters and critics of the far right Rodrigo Cantu	47
Powers and impotencies of elites. Who, what for and how influence is exercised in Argentina? Mariana Heredia	77
“Evidence-based policies” in three states of economic rationality Pedro Grunewald Louro and Hugo Harari-Kermadec	97
Higher education reforms and student selection: the case of France (1999-2018) Mélanie Sargeac	123
Experts, neoliberal doxa, and the rollback of high-stakes school rankings in Chile (2006-2024) Gabriel Chouhy	141

ARTICLES

How to integrate the concepts of institution and structure? Contributions from Max Weber’s macrosociology Carlos Eduardo Sell and Bruna dos Santos Bolda	177
--	-----

Legislative production in the UK government (1956-1961)	195
Simone Diniz, Ana Laura Avanci and Rafaela Cisi	
Domestic taste experts between aesthetical and social judgement. From the dossier <i>L'économie de la maison</i> to the archives of the Centre de Sociologie Européenne	213
Carolina Pulici	
The court without nobility: polemicists and anti-intellectualism in the media	239
Allana Meirelles	
From acculturation to formation: the role of immigration studies in the work of Florestan Fernandes	263
João Gilberto Belvel Fernandes Júnior	
INTERVIEWS	
Interview with Christian Topalov	285
By Pedro Grunewald Louro and Francesco Tomei	
Interview with Renato Ortiz	309
By Caio César Pedron and Luccas Eduardo Castilho Maldonado	
REVIEWS	
Lourdes Sola, Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia	333
By Ivy R. A. Ribeiro e Laura Giannecchini	
Pierre Bourdieu, L'intérêt au désintéressement. Cours au Collège de France (1987-1989)	341
By Camila Assunção Crumo	
Loïc Wacquant, The invention of the "underclass": A study in the politics of knowledge	349
By Douglas Alexandre Santos Silva and Lina Penati Ferreira	



Sociologia das reformas

Orquestrando crítica, elites e especialistas

Ana Paula Hey*

<https://orcid.org/0000-0003-3513-8598>

Francesco Tomei*

<https://orcid.org/0000-0002-9424-8263>

Pedro Grunewald Louro*

<https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>

A política verdadeiramente democrática se encontra diante da forma moderna de uma alternativa muito antiga, a do rei filósofo (ou déspota esclarecido) e do demagogo. Isto é, a alternativa entre a arrogância tecnocrática, que afirma fazer os homens felizes sem eles ou até mesmo apesar deles, e a resignação demagógica, que aceita como está a sanção da demanda – seja ela manifestada em pesquisas de mercado, pontuações de audiência e índices de popularidade (sem mencionar os casos em que os detentores do poder alternam, por inconstância ou cinismo, entre os dois termos da alternativa). Portanto, eu acredito que [...] uma política verdadeiramente democrática, ou seja, a longo prazo, uma política verdadeiramente racional, deve tentar evitar essa alternativa.

Pierre Bourdieu, *Sociologie et démocratie*, [1995] 2023a

Reforma do Estado, reforma constitucional, reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma do ensino médio, reforma urbana, reforma tributária... a vida política e cultural no Brasil hoje parece impregnada de reformas. Se a revolução chegou a ser a palavra de ordem até do poder instituído durante o regime civil-militar (1964-1985), tanto quanto o horizonte das forças sociais que tentaram destituí-lo, a reforma dá o tom das lutas e aspirações sob o regime democrático. Desde a Constituição de 1988, os sucessivos governos vêm sendo julgados – não só por eleitores, mas também pela grande mídia, pelo empresariado e até por cientistas sociais – conforme a capacidade e o ritmo deles de “implementar reformas”. E, no entanto, a impregnação de reformas

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

transborda os limites das instituições políticas, de tal modo que não falta esfera social que ainda não tenha sido alvo de algum recente projeto de modernização (paisagens urbanas e rurais, finanças e economia real, escolas e universidades, museus e galerias de arte, tribunais superiores e burocracias públicas etc.) (Wu, 2006; Hey, 2008; Almeida, 2014; Grün, 2015; Ribeiro, 2022).

A amplitude da insistência por reformas, independente do objeto em questão a ser reformado, não é um mero tropo midiático, com o costumeiro alarde e reiteração dos editores e colunistas, mas um padrão que vem sendo verificado por meio de diferentes pesquisas acadêmicas. Resultante de uma rede de inter-relações e trocas científicas, o presente dossiê compõe a agenda de trabalho do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC/USP), em especial a atenção dada à pluralidade social das elites (Hey, 2017a) e à concertação em torno de agendas reformadoras. Mais precisamente, a concepção de uma *Sociologia das Reformas* é produto do esforço coletivo em examinar as transformações das relações entre grupos dirigentes e especialistas, com ênfase em formas diversificadas do exercício do poder e na constituição de novos mercados de bens simbólicos. Além disso, esse dossiê busca estimular um programa de pesquisas que ultrapasse a simples compilação de projetos reformadores – cada um deles com especificidades incomensuráveis entre si –, de modo a fornecer instrumentos analíticos para encarar as relações de poder e sua prática nos dias que correm. Nesse sentido, o imperativo por reformas nas sociedades capitalistas e democráticas atuais – isto é, formações sociais nas quais as relações estabelecidas de dominação e exploração precisam se justificar diante da crítica social, quando não incorporá-la nas suas rotinas (Boltanski, 2015) – exige deslocar seu entendimento das oposições ideológicas sob as quais elas ainda costumam ser univocamente enquadradas.

A primeira oposição em curso de desestabilização é aquela clássica entre reforma e revolução. A partir dos debates sociais-democratas europeus desde o início do século XX, convencionou-se entender a reforma como um processo gradual e sem perturbações violentas de melhorias incrementais da condição das classes trabalhadoras, disputado sob as instituições democráticas vigentes; em oposição à revolução, que apontaria para a superação radical da ordem, cuja possibilidade residiria inclusive na ciência ao determinar os limites implacáveis da sociedade existente (Luxemburgo, [1908] 2011; Williams, [1976] 2011). Grosso modo, a visão reformista residia na crença de que o sistema político-econômico havia logrado dissipar suas crises, enquanto o otimismo revolucionário dependia de uma teoria científica do colapso do capitalismo. Contudo, essa oposição perde a acurácia na medida em que os momentos de crise passam a exercer um papel decisivo no desenrolar das reformas contemporâneas. Nesse sentido, a atual peculiaridade das crises não reside tanto

em abalar a funcionalidade e legitimidade de uma ordem social e das elites que dela se beneficiam, disparando mobilizações que podem vir a recompor a distribuição de poder (Dorby, 2009), mas no fato de que a predição, a enunciação e o controle das crises se tornam um trunfo para impor reformas, cujos remédios não raramente são mais graves que as doenças diagnosticadas (Mitchell, 2014; Boltanski, 2015).

Ademais, inverte-se a posição que a expertise exercia na reforma com relação à crise. Contrariamente à aurora das ciências sociais no final do século XIX, quando os movimentos reformistas se formavam para atenuar a pluralidade de problemas sociais locais desencadeados pela industrialização e urbanização (alcoolismo, delinquência juvenil, criminalidade dos pobres etc.) (Cefai, 2014), hoje emerge um mercado de especialistas que disputam entre si os serviços de identificação e qualificação das crises (crise climática, crise fiscal, crise de aprendizagem, crise de confiança nas instituições etc.), todas elas globais a ponto de autorizar intervenções reformadoras bastante distintas e esparsas entre si (Chateauraynaud e Debaz, 2017; Littoz-Monnet, 2020; Gayon, 2022).

A segunda oposição que passa por um importante deslocamento se refere àquela entre radicalismo e conservadorismo. De fato, é ainda bastante usual descrever o exercício do poder dominante pelas figuras do passado e da tradição, quando muito da concessão e conciliação. Segundo Antonio Candido (1990, p. 6), “vindo das classes dominantes o radicalismo parece uma aberração”. Por outro lado, chama atenção um modo de exercício da dominação contemporâneo que nem recusa nem veta mudanças, em nome de valores pétreos ou então das ameaças decorrentes da subversão deles, mas antes se exerce por meio de mudanças (Boltanski, 2015). Desse modo, elites modernizadoras atualizam o ideal de progresso ao nortear a direção para espaços de expansão e crescimento sem precedentes – sendo o atual entusiasmo em torno da conquista do espaço sideral pelos capitalistas do Vale do Silício um caso até caricato disso (Régnault e Saint-Martin, 2024).

Ao mesmo tempo, mudanças desconstroem convenções que abrandavam as assimetrias de poder – a exemplo da inovação do capitalismo de plataforma que envolve contornar a noção sociológica e jurídica de subordinação do empregado ante o empregador (Srnick, 2017). Ora, a capacidade de ação exclusiva das elites reside não só em ser autor de mudanças, mas também em não ser responsável por elas. Se a mudança envolve de algum modo transgredir regras, seus porta-vozes se valem de dispositivos gestonários e jurídicos para derrogar a imputação, causal e muitas vezes criminal, dos seus atos (Lascoumes, 2022). Não à toa as teorias da dominação que atribuem interesses a pessoas físicas e jurídicas tendem a ser acusadas de teorias da conspiração, dado o desafio analítico e político em tornar visíveis os nexos causais entre prosperidade dos fortes e miséria dos fracos (Boltanski, 2014). Em outras palavras, reformas são desejáveis e disruptivas, assim como inevitáveis e impessoais.

Com efeito, elencar a reforma como objeto de investigação pode entrelaçar diversas frentes tratadas pelas sociologias do poder e do conhecimento, mas que tendem a se ignorar mutuamente. Além disso, parece-nos que a competência em controlar reformas – ou, em outras palavras, a prerrogativa em decidir quando e onde as reformas começam e terminam, a par da capacidade real de fazê-lo – constitui um critério substantivo para definir o que são elites hoje.

Como se sabe, identificar e demarcar elites constitui um desafio sociológico crucial, na medida em que a diferenciação das relações de poder e o reconhecimento de fontes de autoridade outrora desconhecidas ou dissimuladas levaram a suspender a adesão a critérios únicos e inequívocos de definição das classes dirigentes (seja a propriedade privada dos meios de produção numa vertente marxista, seja a assunção de cargos públicos pelo voto numa outra liberal). Assim, consolidou-se na literatura sociológica gradativamente o fundamento pluralista, no qual elite significa a apropriação de bens raros, de modo que no topo de qualquer esfera social existiria uma seleta faixa de indivíduos que detêm recursos exclusivos e excludentes (Heinich, 2005). Porém, esse registro analítico em torno de privilégios distintivos é insuficiente no presente momento histórico, marcado pela proliferação de críticas a um elitismo vago. Nesse sentido, a crítica ao 1% de bilionários contenta-se com um critério “didático” e “objetivo” de delimitação das elites, sem objetivar os mecanismos de acumulação e dissimulação do poder (Heredia, 2023). Ademais, a indignação genérica às elites, baseada em alguma vantagem a seu ver injusta e monopolizada por minorias, tornou-se uma arma ideológica da extrema-direita que almeja falar em nome da “maioria silenciosa” (Illouz, 2019), nutrindo-se do ressentimento de grupos sociais que não se beneficiam de discriminações positivas – as quais são voltadas justamente para atenuar exclusões históricas. Ao colocar a reforma no centro da análise das elites, procuramos nos desvencilhar da atual banalização do “combate aos privilégios”, a qual chegou ao paradoxo de se contrapor até mesmo aos grupos historicamente desprivilegiados.

Para levar a sério o nexos entre reformas e elites, não basta examinar apenas a estrutura de distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, mas é preciso também aquilatar uma especificidade do presente histórico que vem sendo delineada por vários trabalhos, a saber, a crescente intensidade da crítica social ao fundamento arbitrário do poder. De fato, o mito moderno do progresso, no qual todos sentem que avançam, independentemente de onde estejam (Bouveresse, 2023), havia encontrado nas altas taxas de crescimento econômico uma prova de que seria factível prosperar sem limites e fatídico que todos, uma hora ou outra, ganhariam com isso. Com essa sociodiceia, os privilégios de alguns tão logo seriam oportunidades de todos pela via meritocrática da educação de massas e da economia de mercado. Porém, desde a virada

do século XX, a atenção pública tem se deslocado do tema do crescimento para o da desigualdade, especialmente tendo em vista a incontornável miséria no coração das metrópoles afluentes e a avalanche de números e gráficos sobre os diferenciais de renda e riqueza (Savage, 2021). Assim, a notável visibilidade da crítica às desigualdades na cena pública compete com novas estratégias de legitimação pública da riqueza. Não à toa abundam os relatos pessoais de elites econômicas inquietas e insatisfeitas com as desigualdades sociais, a tal ponto que algumas delas têm reivindicado a taxaço das grandes fortunas (Lefèvre, 2018). Nota-se, ainda, uma nova postura de parte dos estratos mais ricos da população, que criam uma “lógica cultural de legitimação dos privilégios” que, mais do que normalizar as desigualdades de propriedade e renda, assume uma postura crítica: defende, para si, os valores de trabalho duro, consumo não conspícuo, e filantropia para enfrentar a desigualdade, e criar uma narrativa que justifique seu “mérito individual” (Sherman, 2017, p. 232).

Em relação à filantropia, as pesquisas têm nos ensinado a deslocar o olhar analítico das intenções individuais e motivações expressas dos super-ricos sensíveis à desigualdade, em direção aos circuitos institucionais que suas vultosas dotações põem em constelação (Guillhot, 2006; Topalov, 1999). Historicamente, as estratégias de legitimação das elites econômicas por meio da filantropia consistiam justamente em delegar poder e posição a especialistas para agirem em nome e no lugar deles, participando da construção de um circuito técnico-científico (centros de pesquisa, disciplinas universitárias, comunidades acadêmicas etc.), ao mesmo tempo que contribui para o desfecho das hierarquias internas de poder e saber. O que anima esse investimento filantrópico é menos o ideal do conhecimento como valor intrínseco do que a produção de expertises para diagnosticar patologias e prescrever reformas. Porém, a autoridade técnico-científica ela mesma passa hoje por uma notável crise de legitimidade, devido à efervescência de críticas leigas e negacionistas, informadas inclusive pelas experiências em que a expertise serve de recurso neutro e geral para a afirmação de interesses específicos (Eyal, 2019). Com a ausência de um princípio seguro e unificador da ordem social (crescimento econômico, mérito individual, ciência e técnica etc.), juntamente com a diversidade de críticas ao poder e às elites, os projetos reformadores acabam sendo múltiplos.

Ora, cabe considerar que investigar reformas comporta os seus próprios obstáculos epistemológicos. A reforma implica um senso comum, isto é, trata-se de objetos previamente construídos, tanto as representações acerca das urgências e necessidades a serem solucionadas pelos poderes públicos, como os instrumentos analíticos que diagnosticam os problemas candentes, quanto a coleta das evidências e os consensos de especialistas sobre os métodos mais válidos para abordá-los. Em outras palavras, aceitar a linguagem vigente da reforma significa restringir o horizonte de possibili-

dades do que está em jogo nas reformas (Laillier e Topalov, 2022, p. 322). Portanto, é preciso um trabalho reflexivo de construção do objeto sociológico (Lenoir, 1989), de modo a não tomar como autoevidentes as definições reformadoras dos problemas sociais, nem como incontroversos os instrumentos técnicos dos agentes reformadores. Um caminho frutífero para tratar desse objeto, mas sem se perder nele, seria considerar as questões sociológicas que os fenômenos reformadores reabilitam e muitas vezes atualizam (Boltanski *et al.*, 2024). Refletir sobre reformas é questionar relações de poder estabelecidas e atuantes em um determinado momento histórico, expor hierarquias de saberes mobilizados e, forçosamente, desvelar nexos causais entre grupos sociais desigualmente posicionados. Também invoca ao menos três questões bastante caras à sociologia. No esforço de endereçar as questões da ordem, da mudança e da ação sociais, podemos não só nos desvencilhar da racionalidade posta em movimento pelos agentes reformadores, à medida que adotamos uma racionalidade alternativa à deles, mas também fazer da racionalidade reformadora um objeto.

Mudança, ordem e ação reformadoras

Ao propormos o presente dossiê *Sociologia das reformas: orquestrando crítica, elites e especialistas*, intentamos exatamente contrapor o ritmo político e midiático acelerado com o qual são tratadas normalmente as reformas e mostrar como, ao construí-las como objeto científico, se retomam grandes questões da sociologia, notadamente a tríade ordem-mudança-ação, originária do esforço pioneiro de síntese sociológica feito por Talcott Parsons. Sem entrar no mérito do sucesso ou insucesso desse gesto, estava em jogo ali compor um elenco de autores clássicos que se opuseram à racionalidade utilitária ao mesmo tempo que explicitaram os limites imanentes aos pressupostos desse modo de pensamento dominante à época (Joas e Knöbl, 2017, p. 41). De maneira análoga, veremos como o esforço em endereçar cada questão sociológica procura superar as insuficiências da racionalidade reformadora, na qual inclusive parte dos seus críticos tende a recair ao denunciá-la.

Antes de tudo, os planos de ação reformadora evocam mudanças (globalização, fim do bônus demográfico, inteligência artificial, emergência climática etc.), às quais restaria apenas obedecer. Nesse registro, as reformas aparecem como reações adaptativas e mecânicas a forças implacáveis e externas à vontade de quem as promove. Mais que isso, o caráter de necessidade da mudança e, simultaneamente, de urgência de adaptação contribui para reduzir o escrutínio público da decisão. Justamente em reação à obsessão por mudanças por parte da racionalidade reformadora, grande parte da pesquisa adota uma atitude polêmica, de modo a suspender a questão da mudança, repercutindo a célebre fórmula do romancista italiano Giuseppe Lampe-

dusa (“tudo deve mudar para que tudo fique como está”). Nesse sentido, a mudança não seria mais que uma miragem retórica para encobrir a conservação de interesses.

A sociologia das reformas, por sua vez, leva a sério a questão da mudança, mas de uma maneira bastante peculiar. Segundo Bourdieu e Boltanski (2009), os discursos reformadores exercem *efeitos performativos*, isto é, a representação da mudança contribui intimamente para a sua realização prática. Ao invés de constatações neutras, as previsões anunciadas, portanto, não viriam a acontecer sem o papel ativo dos discursos reformadores. Como na pragmática da linguagem (Austin, 1975), os discursos da mudança não são tratados aqui como previsões verdadeiras ou falsas, mas, ao contrário, se eles acontecem (*happen*) ou não (*unhappen*), de forma que está em causa apreender as suas condições de felicidade (*happiness*), ou, em outras palavras, sob quais circunstâncias discursos produzem efeitos práticos sobre aquilo que enunciam. Evidentemente, isso não significa recair numa visão hermenêutica da realidade (como se sociedades fossem textos à la Geertz), mas antes está em tela determinar as condições institucionais e sociais em que discursos interferem nas práticas.

Como na figura típico-ideal da profecia em Max Weber, a capacidade carismática do profeta é extraordinária porque extrai sua força social das aspirações dispersas e inarticuladas das camadas subalternas, colocando-as em ordem tendo em vista se opor à ordem simbólica estabelecida, principiando, assim, reversões das relações de força (Bourdieu, 2022). Contrariamente à figura bíblica do profeta que fala em nome de Deus para guiar as massas contra o Rei (Walzer, 2002), a profecia trabalha a serviço daqueles que exercem o poder quando se trata das reformas contemporâneas. Nesse sentido, endereçar a questão da mudança consiste em examinar quais são os saberes especializados a que as elites econômicas e políticas apelam a fim de amparar reformas, haja vista que a especificidade da autoridade técnica e científica repousa na sua capacidade extraordinária de transcender o nível do existente imediato ao antecipar as tendências vindouras que se prefiguram de modo imperceptível à perspectiva ordinária (Kojève, 2004). Em compasso com a história e a sociologia da ciência e da técnica (Pestre, 2014), trata-se aqui de investigar as demandas reformadoras que os grupos dirigentes fazem aos diversos modos de conhecimento para prever mudanças e remediar os problemas daí decorrentes, assim como os múltiplos efeitos dessas demandas na diferenciação e na gênese de disciplinas, agendas e técnicas de pesquisa, elites e instituições culturais etc. O saber da mudança se transforma, pois, ao longo do tempo e sob o impulso das relações de força. Se a institucionalização das ciências humanas, tendo a sociologia à frente, nutriu-se do ideal de ser o saber da intervenção racional sobre o rumo das mudanças do século XIX, inclusive aos olhos das elites econômicas e políticas ascendentes (Garcia, 2002, Heilbron, 2022), é notável como hoje as demandas reformadoras, junto a seus fundos públicos e privados de pesqui-

sa, vêm investindo em outros saberes, como a microeconomia aplicada, as ciências cognitivas, a climatologia etc. (Gautié, 2007; Danowski e Viveiros de Castro, 2014).

Não é porque insistimos na questão sociológica da mudança que ignoramos a questão da ordem. Contudo, endereçamos essa questão de modo a contrastar com alguns pressupostos da racionalidade reformadora. Algo em comum entre reformadores e antirreformadores é o pressuposto frequente de que a reforma resulta de um “projeto”, elaborado por sujeitos coletivos transnacionais (OCDE, Banco Mundial, FMI, Sociedade Mont Pèlerin etc.) e, em seguida, implementado nos mais diversos territórios. Essa perspectiva finalista, talvez até demiúrgica, generalizou-se com a doutrina do Consenso de Washington, que, como se fosse um rolo compressor, ditaria as vidas econômica, política e cultural em escala global. Ao invés disso, a sociologia da reforma interpela a ordem social de que os agentes reformadores a um só tempo dependem e que produzem ao se engajarem em mudanças. Com efeito, a reforma nunca se encerra em aspectos técnicos, mas ela é também porta-voz de uma *filosofia social da história*, na medida em que põe em movimento as oposições moderno-tradicional, inovação-arcaísmo, novo-velho e assim por diante. Nesse sentido, a reforma sempre pressupõe uma ordem temporal, mas que se desdobra tão logo numa ordem conflitiva, visto que uma realidade “mais moderna” precisa se afirmar contra os defensores de outra realidade entendida como “ultrapassada”, além da disputa entre agentes modernizadores concorrentes, mais ou menos eficazes a depender dos recursos sociais de que eles dispõem (Blitstein e Lemieux, 2018, p. 20).

Vale ressaltar que os agentes reformadores nem sempre se apresentam como próceres da modernidade, de maneira que a mudança pode se apresentar de modo reacionário, como um retorno às tradições pétreas, esquecidas pelos contemporâneos, mas essenciais para a ordem pacífica de um grupo social ou até da sociedade nacional. A título de exemplo, existe um mercado de intelectuais em torno da reforma islâmica, disputando entre si as formas de representar o retorno à tradição em oposição à hegemonia ocidental, de modo a gerar tensões e composições diversas entre discursos mais ou menos étnico-religiosos e secular-científicos (Brahimi, 2023). Além disso, o recrudescimento de identidades fundamentalistas constitui uma estratégia de coesão social a partir do momento em que esses países foram integrados à globalização capitalista, de início colonial, em seguida neoliberal (Roussillon, 2018; Hibou e Tozy, 2020). Longe de recair no etnocentrismo em que o retorno à tradição como recurso ideológico das reformas é coisa do chamado Oriente, vale reconhecer que isso ocorre também nas grandes potências do Ocidente, como os Estados Unidos. O excepcionalismo americano, baseado no ideal toquevilliano de uma multitude de associações, é muitas vezes mobilizado nas reformas tributárias a fim de garantir recursos para a grande filantropia do país (Zunz, 2012).

A questão da ordem concerne a uma disputa não só em torno da temporalidade, mas também da *espacialidade*. Estudar reformas pode incorrer num duplo risco: de um lado, ficar restrito ao horizonte nacional e perder de vista a circulação internacional do conhecimento que participa do objeto; e, de outro, perder de vista as especificidades da aclimação local dos processos globais. Como então superar o truísmo das reformas de agências internacionais aplicadas diretamente nos “países em dificuldade”? Trata-se aqui de examinar como cada vez mais há circuitos transnacionais de ideias que é necessário reconstruir para compreender a chegada de modelos próprios de políticas e instrumentos em determinados países. Nesse sentido, a aproximação das discussões entre as relações internacionais e a sociologia foram muito profícuas ao mostrar como as lógicas de expansão, profissionalização e constituição de saberes especializados se desenrolam num jogo de escalas entre o nacional e o internacional (Krause e Go, 2016). O caso da ajuda humanitária ilustra alguns desafios empíricos que a sociologia da reforma encara. Nesse caso, “ir a campo” significa desde etnografias no local dos projetos junto a seus “stakeholders” e “grassroots organizations”, até seguir discussões e relatórios na sede das agências e organismos internacionais, nos quais múltiplas perspectivas e agentes com trajetórias distintas se defrontam (Siméant, 2012). Além disso, é preciso analisar os dispositivos que produzem a interpenetração entre os níveis nacional e internacional, a exemplo dos instrumentos de gestão de projetos e de captação de recursos das ONGs que as condicionaram a depender dos recursos econômicos das esferas internacionais (Krause, 2014).

Se o discurso da internacionalização das elites parece ganhar cada vez mais adeptos, no que concerne às reformas é necessário ter certa parcimônia. Como bem mostram os trabalhos de Dezalay e Garth (2002), muito mais do que uma importação acrítica, diferentes frações nacionais participam da importação de tipos específicos de conhecimento, que adentram os campos nacionais segundo a receptividade de suas elites e de seus respectivos campos do poder. Nesse sentido, o Estado nacional ainda é instância de disputa fundamental para os agentes reformadores, como aponta o trabalho de Monier (2017), tanto por ele examinar a produção de um imaginário nacional no comércio global de identidades políticas quanto por salientar a produção de capital simbólico e de prestígio reconhecido por todos. É preciso reconhecer também que uma ordem transnacional é caracterizada por processos de mediação e tradução das diferenças culturais, ao invés de partir das figuras estanques de importadores ou exportadores puros, ou de realidades nacionais fechadas em si mesmas. Mais uma vez, os trabalhos de Monier (2018; 2023) mostram como muito das reformas no sistema cultural francês provém do trabalho de agentes transnacionais que, financiados pelas filantropias americana e francesa, têm por função educar as elites (de super-ricos até a alta burocracia pública) sobre contextos culturais diversos.

A questão sociológica da ordem é também eminentemente histórica e processual. Isso porque as propriedades e os recursos sociais exclusivos, que em certo momento histórico foram decisivos para propiciar transformações da ordem, podem se tornar não mais que critérios mínimos de admissão a essa mesma ordem num momento subsequente, a exemplo da circulação internacional que, de trunfo para engendrar reformas no ensino superior (Hey, 2008), aparece hoje cada vez mais como pré-requisito para assumir um posto universitário (Normand, 2016). Além disso, a ordem da reforma pode se processar na própria interioridade dos agentes, o que é observável não tanto pelos diários íntimos legados por eles, mas sim pelo desenrolar das suas trajetórias sociais. Trata-se de analisar a produção social de uma *competência reformadora*, no duplo sentido da capacidade de saber fazer e do direito legítimo de fazê-lo (Bourdieu, 2023b, p. 43). Mais uma vez, é uma questão histórica identificar e delimitar quais são as escolas de poder (faculdades imperiais de direito, medicina e engenharia; colégios internacionais; *business schools* etc.) nas quais florescem competências reformadoras em cada período específico, assim como quais são os itinerários (militância partidária, passagem do Estado para o setor privado, assessoria em *think tanks*, estágio no exterior etc.) que propiciam os recursos reformadores vigentes em cada estado das relações de dominação (Hey e Rodrigues, 2017; Hey, 2017b; Hey, 2021; Denord e Lagneau-Ymonet, 2017; Medvetz, 2012; Mudge, 2018; Wagner, 2020).

Por fim, cabe discutir como a sociologia da reforma encara a questão da ação. Ora, é preciso mais uma vez vigilância para não recair numa abordagem idealista e heroica da ação. Nessa abordagem, o enfoque recai nos elevados ideais humanistas que animam a vontade reformadora. Quais os caminhos metodológicos que se devem tomar? Ao tratarmos de fenômenos simbólicos, um caminho seria adotar a teoria dos campos para dessacralizar os ideais reformadores, valendo-nos de analogias econômicas (“mercado”, “concorrência”, “monopólio” etc.) com vistas a explicitar as condições objetivas das lutas intelectuais que tendem a aparecer de modo desinteressado. Isso de maneira alguma redundaria numa abordagem baseada no cálculo racional, em que cada agente busca maximizar a utilidade, na medida em que leva em conta a multiplicidade de cursos possíveis de ação. No fundo, a reforma requer a convergência de uma multiplicidade de ações divergentes. Uma ilustração disso se refere à globalização do neoliberalismo por parte da Sociedade Mont-Pèlerin, cujos intelectuais, por mais que diagnosticassem a mesma crise do keynesianismo, dispunham de trajetórias e visões de mundo distintas entre si – e talvez repouse nisso o seu êxito reformador (Denord, 2002).

Outra insuficiência no modo pelo qual a racionalidade reformadora pensa a ação é a sua insistência no plano das intenções dos seus proponentes. Os trabalhos clássicos de Weber ([1905] 2004) e Foucault ([1975] 1987), respectivamente acerca da

reforma protestante e da reforma penitenciária, são bastante instrutivos não porque supostamente salientariam o “papel das ideias” contra uma abordagem unilateralmente “materialista”, mas, ao contrário, porque examinam como os ideais humanistas dos reformadores se desdobram historicamente em práticas sociais para além das suas expectativas e intenções. Tal evitação dos desdobramentos contraditórios das ideias, até hostis ao ímpeto consciente dos reformadores, ganha força com certo uso da história no qual o retorno às origens tem algo de nostálgico, como se recuperasse uma pureza originária das ideias, sem participação efetiva na realidade (Hacking, 2023, pp. 87-88). Resultado disso são os jogos de periodização dos ideais reformadores, nos quais o recurso ao passado demarca um momento fundacional utópico, cujos potenciais não foram plenamente realizados, mas, ao contrário, depauperados pelo desenrolar da história. Por exemplo, é o caso da idealização de personalidades como patronos do país (Anísio Teixeira, Paulo Freire, Celso Furtado etc.) para denunciar que as reformas de hoje estão aquém deles.

Um caminho para superar a disjunção entre idealismo e realismo passa justamente pela questão da ação, notadamente na análise dos instrumentos que põem à prova as reivindicações expressas. Como propõem Boltanski e Chiapello (2009), os ideais de libertação e autenticidade, em nome dos quais é feita a crítica às experiências despóticas e uniformizantes do capitalismo, encontraram a sua efetivação em objetos bastante concretos (contratos por projetos, funções polivalentes, empresas enxutas etc.) que informam uma ação diária, consumando a mudança do capitalismo sem passar por um projeto consciente para tanto. O foco nos instrumentos, tal como salientado pelas sociologias da quantificação e da ação pública, é especialmente frutífero para analisar as reformas do Estado, para além de constatar a vigência do princípio gestor da eficiência em detrimento do princípio jurídico das normas estáveis e dos direitos adquiridos (Ogien, 2020). Assim, a sociologia das reformas do Estado investiga a emergência de instrumentos (banco de estatísticas públicas, métodos ágeis de governança, startups.gov, avaliação de impacto etc.) que materializam a ação pública, a par dos grupos profissionais e dos centros de cálculo e previsão (consultorias estratégicas, bancas de advocacia, plataformas digitais etc.) que se beneficiam com essas mudanças e as colocam em movimento (Bezès, 2009; Linhardt, 2021). Trata-se de analisar como o Estado tem se desfeito gradualmente de diversos instrumentos de ação pública (leis, impostos, consultas e acordos públicos etc.), restando cada vez mais indicadores quantitativos de resultado e “boas práticas” para organizar e legitimar o ideal de coesão política entre governantes e governados (Rose e Miller, 2010; Le Galès, 2016).

A ênfase nos instrumentos também contorna as temporalidades reformadoras, as quais oscilam entre homogeneidade e evolucionismo. De um lado, agentes reforma-

dores subtraem a história dos seus objetos para legitimar as mudanças pretendidas, como é o caso da universidade, que, por mais que seja alvo de reformas intermitentes (Carlotto, 2014), ainda é apresentada como instituição intocável desde a Idade Média. De outro, o discurso reformador opera por periodizações em estágios (“gerações” ou “ondas”), como é o caso das reformas da administração pública (burocrática em 1930, desenvolvimentista em 1968, gerencial em 1995, e digital diriam hoje) (Leite, 2019). Ao endereçar a questão da ação, mediante os instrumentos que põem à prova os ideais expressos, a sociologia da reforma delinea os pontos de inflexão a partir do nascimento de dispositivos. A sucessão de instrumentos estatísticos (contabilidade pública, expectativas racionais, linhas de pobreza etc.), longe de ser fruto do mero progresso técnico, está relacionada com as diversas doutrinas da filosofia política que dão sentido e direção ao Estado (Desrosières, 2003), de modo que racionalidade técnica da reforma sempre implica princípios normativos. E, no entanto, a ênfase nos dispositivos recém-chegados não pode perder de vista como estes se articulam com os já existentes. Se é bastante documentado que a modernização do Estado tem significado a presença progressiva da ciência econômica no seu interior, desde o Banco Central até os vários Ministérios, é preciso examinar como os outros instrumentos de ação pública se rearranjam em resposta a esse processo. Os demais saberes e técnicas podem incorporar os pressupostos da racionalidade econômica, reformando a si mesmos a fim de atualizar a presença ativa deles no Estado, como é o caso do direito (Supiot, 2015); ou novas especialidades podem reivindicar dar conta daquilo que os instrumentos dominantes negligenciam, como é o caso das técnicas de design e prototipagem de serviços públicos que visam a reintroduzir as sensibilidades e experiências dos usuários, ignoradas pela ênfase nas métricas quantitativas (Alauzen, 2019).

Com efeito, as questões sociológicas da ordem, mudança e ação são interdependentes entre si, de modo que a ênfase numa ou noutra questão resulta mais de estratégias metodológicas distintas de pesquisa do que da realidade empírica em si. Por mais que possamos defender uma sociologia das reformas, isso não leva a outra especialização subdisciplinar, mas sim a propor um corpo de problemáticas e instrumentos de pesquisa em comum para contribuir com os trabalhos que investigam a produção e reprodução das múltiplas assimetrias sociais (classe, gênero, raça, etc.), a diferenciação e autonomização de esferas da ação (campos intelectuais, políticos, econômicos etc.) e a transformação das forças sociais que, nas palavras de Weber, ditam o rumo da nossa vida moderna (capitalismo e Estado). Na presente conjuntura em que as demandas reformadoras se multiplicam, inclusive graças a uma filantropia cada vez mais ativa em escala planetária (Lefèvre e Monier, 2021), o retorno às questões basilares da sociologia constitui uma estratégia para não nivelar

as potencialidades e ambições científicas da disciplina, ao invés de tomar como as suas próprias problemáticas as pré-construções reformadoras.

* * *

Pode-se dizer que “reforma” é uma forma: uma forma social, uma forma discursiva, uma modalidade particular de ação coletiva. A força da reforma está em sua capacidade de definir problemas e confinar a gama de soluções concebíveis em um campo fechado. Todos nós sabemos que, na política, quem define os problemas, quem assume o controle das palavras, já ganhou a batalha.

Christian Topalov, *Louro e Tomei*, 2024.

A epígrafe que finaliza esta introdução, do sociólogo francês Christian Topalov, entrevistado especialmente para esse número, reflete a abordagem abrangente de reformas que se buscou oferecer com este dossiê. Ele foi planejado para trazer à ordem do dia análises que encarem as reformas como uma concepção que engloba agentes reformadores, nebulosas e redes reformadoras, discursos, práticas e efeitos reformadores que se aglutinam na tríade investigativa da crítica, das elites e dos especialistas. Assim, os textos que o estruturam dialogam, de modo direto ou mais sutilmente, com relações de poder engendradas em temporalidades, espacialidades, atores e instituições singulares, mas que comportam a unidade da reforma como *enjeu social*.

O artigo de Nicolas Duvoux, que inaugura o dossiê, discute um fenômeno eminentemente reformador, isto é, a filantropia das grandes fundações. Discutindo as tensões estruturais entre filantropia e democracia, dedica especial atenção à distribuição de um recurso cada vez mais escasso nos dias que correm: o tempo de longo prazo. Nesse sentido, a força específica da filantropia não se refere só ao poder econômico, mas também ao domínio sobre o futuro de modo mais coerente, algo que cada vez mais falta no Estado e no mercado, por estarem premidos pelos imperativos de curto prazo. Com isso, Duvoux contribui aos estudos sociais da filantropia ao trazer à tona os diferenciais de tempo para caracterizar as formas específicas de poder e legitimação das grandes fundações, sem perder de vista a articulação entre aspectos objetivos (produto da concentração econômica) e subjetivos (sinceridade e implicação moral dos agentes), os quais tendem a se ignorar uns aos outros. Além disso, o autor discute as interpenetrações entre ação pública e filantropia na produção de reformas sociais, discutindo os modos de hibridização e de aprendizagem mútua.

Os dois artigos seguintes discutem uma entidade sob a qual foram historicamente depositadas teorias e esperanças acerca da modernização dos países da América Latina: o empresariado nacional. Mais precisamente, as elites industriais seriam cruciais para superar o “subdesenvolvimento” ou “atraso” ao erigirem um mercado

interno integrado por meio de uma industrialização acelerada, rompendo os vínculos de dependência imperialista mantidos pela ação das elites agroexportadoras. Sem reavaliarem a justeza ou o êxito dessas apostas em torno da “burguesia nacional” e “projeto nacional”, os artigos de Rodrigo Cantu e de Mariana Heredia as problematizam ao encararem os conflitos econômicos e impasses políticos do presente.

Rodrigo Cantu revela as cisões do mundo empresarial brasileiro com a emergência da extrema direita ao poder, correlacionando-as à adesão ou à crítica à agenda reformadora do então presidente (2019-22). Seus resultados demonstram que os apoiadores são atores de empresas comparativamente menores e com recursos culturais mais reduzidos, enquanto os críticos são mais heterogêneos, provêm de grandes corporações e são dotados de mais recursos culturais. Mais do que isso, indica como frações mais nacionalizadas aderem ao projeto do governo, enquanto frações mais cosmopolitas adotam uma postura mais reservada – em outras palavras, o retorno do ativismo político de um “empresariado nacional” é menos progressista do que se imaginava. Ao discutir o caso argentino, caracterizado por uma notável instabilidade institucional, Mariana Heredia inicia o seu capítulo com uma estimulante discussão sobre elites (econômica, política e social) e poder no regime neoliberal, bem como apontando pressupostos e limites para perscrutar elites na contemporaneidade. Conclui que, embora os membros das elites possam concentrar vantagens em detrimento do restante da sociedade, como grupo eles têm pouca capacidade de introduzir reformas em busca do bem comum. Desse modo, o seu trabalho contrasta com o usual da sociologia das elites ao salientar as incapacidades das elites nacionais em imprimir os rumos da sociedade.

Os artigos subsequentes deslocam o olhar dos agentes reformadores em direção aos instrumentos e expertises postas em prática para reformar o Estado. O artigo de Pedro Grunewald Louro e Hugo Harari-Kermadec, de modo inédito, ao menos no caso brasileiro, desvela como o ideal de “políticas baseadas em evidências” constitui um desdobramento das técnicas e problemáticas da ciência econômica, bem como um destino profissional dentro e fora do Estado para a mobilização delas. Assim, os autores exploram como a racionalidade econômica, longe de ser uma crença incorporada ou um discurso proselitista pró-mercado, coordena uma heterogeneidade de atores ao produzir instrumentos neutros de avaliação e decisão compartilhados entre eles.

Os dois artigos subsequentes expressam análises localizadas, do caso francês e chileno, de políticas implementadas por meio de reformas no sistema de ensino. Na primeira análise, Mélanie Sargeac mobiliza a reforma do ensino superior e pesquisa ocorrida no período das duas décadas deste século. Demonstra como a gestão quantificada desse sistema leva à regulação de recursos via processo de institucionalização da concorrência – por financiamento, pelos melhores estudantes, pelas pesquisas “mais

pertinentes”. É desse modo que o sistema de ensino superior e da pesquisa torna-se o pilar da competitividade da esfera econômica internacional. O artigo de Gabriel Chouhy Algorta apresenta diversos aspectos de uma disputa entre grupos distintos – aqueles que implementaram e aqueles que visam a reverter o uso de rankings escolares –, demonstrando que tal disputa expõe ideias concorrentes sobre a educação baseada no mercado, de forma a moldar a construção técnica e o uso público dos rankings de qualidade escolar no Chile. A regulamentação do modelo mercantil de educação resulta, assim, da relação de concorrência, cooperação e conflito entre atores estabelecidos e concorrentes nesse campo. Os dois artigos contribuem enormemente ao traçarem as mudanças nas políticas educacionais, destacando a institucionalização, sempre conflitiva, de dispositivos de quantificação (no primeiro caso, de seleção e, no segundo, de avaliação) dentro do Estado.

Compõe o dossiê, ainda, a entrevista com Christian Topalov, diretor de estudos aposentado da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) na França, que, além de colaborar para diversos objetos de pesquisa (planejamento urbano, grande filantropia, história das ciências sociais, ensino superior), construiu um aparato teórico-metodológico bastante original para examinar a formação e desconstrução do Estado de Bem-Estar Social. Sua grande contribuição foi alçar a reforma a um programa de investigação de largo alcance, o que, decididamente, animou a proposta do dossiê. Pedro Grunewald Louro e Francesco Tomei, realizadores da entrevista, abordam a maneira pela qual Topalov se deslocou dos estudos urbanos, no lastro das revoltas de 1968, em direção a uma ampla investigação histórica sobre a gênese da reforma como forma social que se impõe crescentemente aos processos políticos. Na entrevista, Topalov ainda oferece uma aula de métodos de pesquisa, discutindo os limites e possibilidades de diversas estratégias metodológicas (prosopografia, análise de redes, análise de correspondência múltipla etc.) para analisar transformações históricas. Sem renunciar ao potencial crítico da sociologia, também foi discutida a sua relação com a política.

O dossiê se completa com as resenhas de obras importantes para o entendimento da força motriz de reformas na forma das sociedades contemporâneas. A primeira delas, escrita por Ivy Ribeiro e Laura Giannecchini, escrutina a reedição do livro pioneiro de Lourdes Sola acerca da emergência dos economistas na estabilização do regime político-democrático brasileiro no período de 1945-64. A resenha seguinte, desenvolvida por Camila Crumo, é um verdadeiro convite à leitura da obra de Pierre Bourdieu que versa sobre o interesse ao desinteresse sobre a produção do universal (e paramos aqui justamente para não desinteressar leitores). A última resenha, elaborada por Douglas Silva e Lina Penati Ferreira, documenta a crítica de Loïc Wacquant relativa à noção de *underclass*, que, segundo ele, se tornou um dispositivo para pau-

tar diagnósticos e intervenções públicas baseadas em uma construção simbólica da ameaça representada pelos hiperguetos.

Enfim, convidamos nossas leitoras e leitores ao diálogo sociológico por meio do conjunto de textos de autores e autoras do Brasil, Argentina, Chile, França e Estados Unidos aqui reunidos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Frederico de. (2014), “As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira”. *Revista de Sociologia Política*, 22 (52): 77-95.
- ALAUZEN, Marie. (2019), “L’État plateforme et l’identification numérique des usagers. Le processus de conception de FranceConnect”. *Réseaux*, 213: 211-239.
- AUSTIN, John. (1975), *How to do things with words*. Boston, Harvard University Press.
- BEZES, Philippe (2009), *Réinventer l’État: les réformes de l’administration française (1962-2008)*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BLITSTEIN, Pablo & LEMIEUX, Cyril. (2018), “Comment rouvrir la question de la modernité? Quelques Propositions”. *Politix*, 123: 7-33.
- BOLTANSKI, Luc. (2014), *Mysteries & Conspiracies: detective stories, spy novels and the making of modern societies*. Cambridge, Polity Press.
- BOLTANSKI, Luc. (2015), “Situation de la critique”. In: FRERE, Bruno (org.). *Le tournant de la théorie critique*. Paris, Desclée de Brouwer.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud & LAZARUS, Jeanne. (2024), *Comment s’invente la sociologie: parcours, expériences et pratiques croisés*. Paris, Flammarion.
- BOURDIEU, Pierre. (2022), “Genèse et structure du champ religieux”. In. BOURDIEU, Pierre. *Microcosmes: théorie des champs*. Paris, Raisons d’Agir, p.35-82.
- BOURDIEU, Pierre. (2023a), *Sociologie et démocratie*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- BOURDIEU, Pierre. (2023b), *Sociologia geral: vol.3, as formas do capital. Curso no Collège de France (1983-1984)*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre & BOLTANSKI, Luc. (2009), *La producción de la ideología dominante*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- BOUVERESSE, Jacques. (2023), *Le mythe moderne du progrès*. Paris, Agone.
- BRAHIMI, Mohamed. (2023), “The market of Islamic reform”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (246-247): 30-53.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2014), *Universitas semper reformanda? A história da Universidade*

- de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CANDIDO, Antonio. (1990), “Radicalismos”. *Estudos Avançados*, 4 (8): 4-18.
- CEFAÏ, Daniel. (2014), “Investigar los problemas públicos: com y más allá de Joseph Gusfield”. In: GUSFIELD, Joseph. *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado verus la sociedad inocente*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, pp. 11-59.
- CHATEAURAYNAUD, François & DEBAZ, Josquin. (2017), *Aux bords de l'irréversible: sociologie pragmatique des transformations*. Paris, Éditions Petra.
- DANOWSKI, Déborah & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2014), *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo, Florianópolis, Desterro.
- DENORD, François. (2002), “Le prophète, le pèlerin et le missionnaire La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145 (5): 9-20.
- DENORD, François & LAGNEAU-YMONET, Paul. (2017), *Concert des puissants*. Paris, Raisons d'Agir.
- DESROSIÈRES, Alain. (2003), “Historiciser l'action publique: L'Etat, le marché et les statistiques”. In: LABORIER, P. & TROM, D. *Historicités de l'action publique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DORBY, Michel. (2009), *Sociologie des crises politiques*. Paris, Presses de Sciences Po.
- EYAL, Gil. (2019), *The crisis of expertise*. Cambridge, Polity Press.
- FOUCAULT, Michael. ([1975] 1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.
- GAUTIE, Jérômé. (2007), “L'économie à ses frontières (sociologie, psychologie)”. *Revue Économique*, 58 (4): 927-939.
- GAYON, Vincent. (2022), *Épistémocratie: enquête sur le gouvernement international du capitalisme*. Paris, Raisons d'Agir.
- GUILHOT, Nicolas. (2006), *Financiers, philanthropes: Sociologie de Wall Street*. Paris, Raison d'agir Éditions.
- GRÜN, Roberto. (2015), *Decifra-me ou te devoro*. São Paulo, Alameda.
- HACKING, Ian. (2023), *Anthropologie philosophique et raison Scientifique*. Paris, Vrin.
- HEILBRON, Johan. (2022), *Nascimento da Sociologia*. São Paulo, Edusp.
- HEINICH, Nathalie. (2005), *L'élite artiste: excellence et singularité em régime démocratique*. Paris, Gallimard.
- HEREDIA, Mariana. (2023), “¿El 99% contra el 1%?: Por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdade”. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores.
- HEY, Ana Paula. (2008), *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico*. São Carlos, EduFscar.
- HEY, Ana Paula. (2017a), “Elites, no plural”. *Tempo Social*, 29 (3): 1-8.

- HEY, Ana Paula. (2021), "Field of power and new symbolic market in post-dictatorship Brazil: The performance of social scientists". Paper, *International Sociological Association Forum*.
- HEY, Ana Paula. (2017b), "Les élites des sciences sociales au Brésil: les ruses entre les usages du pouvoir académique et les rapports avec l'État". *Annales du 17e Congrès de l'Académie Française de Sociologie*. Amiens, France, 3-6 juillet.
- HEY, Ana Paula & RODRIGUES, Lidiane. (2017), "Elites acadêmicas. As ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências". *Tempo Social*, 29 (3): 9-33. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964>.
- HIBOU, Béatrice & TOZY, Mohamed. (2020), *Tisser le temps politique au Maroc: Imaginaire de l'État à l'âge neoliberal*. Paris, Editions Karthala.
- LLOUZ, Eva. (2019), "Populismo ou crise das elites liberais: o caso de Israel". In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A grande regressão: Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo, Estação Liberdade.
- JOAS, Hans & KNOBL, Wolfgang. (2017), *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Rio de Janeiro, Vozes.
- KOJÈVE, Alexandre. (2004), *La notion de l'autorité*. Paris, Gallimard.
- KRAUSE, Monika. (2014), *The Good Project: Humanitarian Relief NGOs and the Fragmentation of Reason*. Chicago, University of Chicago Press.
- KRAUSE, Monika & GO, Julian. (2016), *Fielding transnationalism*. Nova Jersey, Wiley-Blackwell;
- LAILLIER, Joël & TOPALOV, Christian. (2022), *Gouverner la science: anatomie d'une réforme (2004-2020)*. Marseille, Agone.
- LASCOUMES, Pierre. (2022), *L'Économie morale des élites dirigeantes*. Paris, Presses de Sciences Po.
- LEFÈVRE, Sylvain. (2018), "Les héritiers rebelles: la philanthropie comme 'suicide de classe'". *Politix*, 55 (1): 55-78.
- LEFÈVRE, Sylvain & MONIER, Anne (orgs.). (2021), *Philanthropes en démocratie*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEITE, Leonardo Queiroz. (2019), *História da reforma gerencial do Estado de 1995*. São Paulo, tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- LE GALÉS, Patrick. (2016), "Performance measurement as a policy instrument". *Policy Studies*, 37 (6): 508-520.
- LENOIR, Remi. (1996), "Objeto sociológico e problema social". In: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Vozes.
- LINHARDT, Dominique. (2021), "L'État, *post festum*". *Revue Française d'Administration Publique*, 178: 395-400.
- LITTOZ-MONNET, Annabelle. (2020), *Governing through expertise: The politics of bioethics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LUXEMBURGO, Rosa. (2011), "Reforma social ou revolução?". In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos*, vol. 1, pp. 1-88. São Paulo, Editora Unesp.

- MEDVETZ, Thomas. (2012), *Think tanks in America*. Chicago, The University of Chicago Press
- MITCHELL, Timothy. (2014), “Economentality: How the future entered government”. *Critical Inquiry*, 40 (4): 479-507.
- MONIER, Anne. (2017), “L’État comme ressource symbolique dans le monde philanthropique ? : L’exemple des American Friends des institutions culturelles Françaises”. *Genèses*, 109 (4): 100-117.
- MONIER, Anne. (2018), “The role of social capital in transnational elite philanthropy: the example of the American Friends groups of French cultural institutions”. *Socio-Economic Review*, 16 (2): 387-410.
- MONIER, Anne. (2023), “Penser les circulations par leurs acteurs: pour une sociologie des passeurs. Le cas des Amis américains des institutions culturelles françaises”. *Biens Symboliques* (13).
- MUDGE, Stephanie Lee. (2018), *Leftism Reinvented: Western Parties from Socialism to Neoliberalism*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- NORMAND, Romuald. (2016), *The changing epistemic governance of European education*. Scotland, Springer Press.
- OGIEN, Albert. (2020), “La valeur sociale du chiffre: La quantification de l’action publique entre performance et démocratie”. *Revue Française de Socio-Économie*, Hors-série, 5 (1): 99-120.
- PESTRE, Dominique (org.). (2014), *Le gouvernement et les technosciences: Gouverner le progrès et ses dégâts depuis 1945*. Paris, La Découverte.
- RÉGNAULD, Irénée & SAINT-MARTIN, Arnaud. (2024), *Une histoire de la conquête spatiale: des fusées nazis aux astrocapitalistes du New Space*. Paris, La Fabrique editions.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (2022), *Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles.
- ROSE, Nicolas & MILLER, Peter. (2010), “Political power beyond the state: Problematics of government”. *The British Journal of Sociology*, 61: 271-303.
- ROUSSILLON, Alain. (2018). *Réforme et politique dans le monde arabe*. Paris, CNRS Alpha.
- SAVAGE, Mike. (2021), *The return of inequality: Social change and the weight of the past*. Boston, Harvard University Press.
- SHERMAN, Rachel. (2017), *Uneasy street: the anxieties of affluence*. Princeton, Princeton University Press.
- SIMÉANT, Johanna. (2012), “Localiser le terrain de l’international”. *Politix*, 100 (4): 129-147.
- SRNICK, Nick. (2017), *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- SUPIOT, Allain. (2015), *La gouvernance par les nombres*. Paris, Fayard.
- TOPALOV, Christian. (1999), (org.). *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*. Paris, Éditions de l’EHESS.
- TOPALOV, Christian; LOURO, Pedro Grunewald & TOMEI, Francesco. (2024), “A forma social das reformas: entrevista com Christian Topalov”. *Tempo Social*, 36 (3).

- WALZER, Michael. (2002), *The company of critics: Social criticism and political commitment in the twentieth century*. Nova York, Basic Books.
- WAGNER, Anne Catherine. (2020), *La mondialisation des classes Sociales*. Paris, La Découverte.
- WEBER, Max. ([1905] 2004), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond. ([1976] 2011), “Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945”
In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 317-342.
- WU, Chin-Tao. (2006), *Privatização da cultura a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo, Boitempo Sesc.
- ZUNZ, Olivier. (2012), *La Philanthropie en Amérique: Argent privé, affaires d'État*. Paris, Fayard.

Texto recebido em 21/10/2024 e aprovado em 24/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.230713.

ANA PAULA HEY é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: anahey@usp.br.

FRANCESCO TOMEI é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, pesquisador do Ceesp-CNRS e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [processos 2020/01180-6 e 2022/00939-4]. E-mail: francescotomei@gmail.com.

PEDRO GRUNEWALD LOURO é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na Université Paris-Saclay, pesquisador no laboratório IDHES ENS Paris-Saclay e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [Processos 2021/01828-9 e 2022/05206-5]). E-mail: pedro.louro@usp.br.



La philanthropie et le gouvernement neoliberal des inégalités

Nicolas Duvoux*

<https://orcid.org/0000-0002-1316-8131>

Avec l'insécurité rampante qui s'est diffusée en bas de l'espace social, le renouveau de la philanthropie à l'échelle de la planète est un des plus puissants marqueurs de la croissance des inégalités. Ce phénomène connaît une très forte visibilité, en lien avec l'ampleur des ressources accumulées par des philanthropes dont les plus grandes fondations concurrencent désormais les organisations internationales. S'inscrivant dans le prolongement des transformations du capitalisme qui ont permis l'essor des secteurs de la finance et des nouvelles technologies, la philanthropie s'est en effet développée à une échelle telle que les plus grandes fondations ont aujourd'hui des ressources qui leur permettent de prendre des décisions ayant peu ou prou les mêmes effets que celles d'un État pour des millions de personnes, à ceci près que leurs dirigeants n'ont pas été élus et n'ont pas de comptes à rendre devant quelque peuple que ce soit. La philanthropie condense un ensemble de ressources et de représentations sociales; elle est aussi dotée que valorisée, voire sanctifiée pour la réconciliation des valeurs entrepreneuriales, de l'efficacité économique, de la justice sociale et du cosmopolitisme qu'elle prétend mettre en œuvre et ce même si, dans les faits, elle réactualise une vision libérale classique mettant l'accent sur la dimension morale du capitalisme (McGoey, 2012, pp. 185-199).

Il existe bien sûr une philanthropie populaire, faite de millions de "petits" dons anonymes (Zunz, 2011) mais la philanthropie se développe aujourd'hui surtout en

* Université Paris 8, Saint-Denis, França.

haut de l'échelle sociale, comme un effet en retour de l'accumulation patrimoniale rapide permise par les nouveaux secteurs de l'économie. La générosité est de plus en plus sélective socialement, et dépendante des grandes fortunes. Ce phénomène a un précédent avec le développement des grandes fondations philanthropiques qui avait suivi l'essor de l'industrialisation au XIXe et au début du XXe siècle. Cependant, les grands philanthropes d'alors étaient beaucoup plus critiqués que ne le sont ceux d'aujourd'hui. C'est précisément en raison de cette popularité contemporaine des philanthropes, et donc de la légitimité de la grande philanthropie des milliardaires comme Warren Buffet, Bill et Melinda Gates ou, à moins grande échelle, Jeff Bezos, que l'on peut considérer que celle-ci sape les fondements de la démocratie, dont les choix se trouvent contestés par des initiatives qui ne relèvent que du libre-arbitre de ploutocrates en acte ou en devenir¹.

Ces critiques, largement développées et relayées par les sciences sociales, coexistent avec les représentations véhiculées par les acteurs de ce secteur, convaincus d'agir pour le bien commun ou l'intérêt général et de contribuer à résoudre une crise démocratique marquée par des formes de désinvestissement ou de diminution de la participation volontaire aux affaires de la Cité, que ce soit à travers l'abstention électorale ou la polarisation croissante, en particulier aux États-Unis. Nombre de travaux issus d'un champ d'études largement financé par les fondations philanthropiques elles-mêmes rationalisent les bienfaits du don, non seulement sur les bénéficiaires, mais aussi – et peut-être surtout – sur les donateurs qui trouvent de larges motifs de satisfaction et de bien-être dans l'exercice de cette activité.

Ces analyses, même si elles sont issues de travaux en grande partie financés par le secteur qu'ils étudient, ce qui les place dans une relation de dépendance préjudiciable à l'autonomie dans la construction d'objet, doivent être prises en sérieux. La satisfaction, voire la jubilation, exprimée par les philanthropes dans leur activité de donateur est un des éléments à prendre en compte et auquel il faut parvenir à faire une place dans l'analyse, sauf à manquer une dimension fondamentale du phénomène. Cette satisfaction, qui peut s'exprimer dans la retenue voire une forme de dévotion, lorsque le don est coloré par un ancrage religieux², dit quelque chose de la manière dont un individu donne du sens à des ressources et acquiert une maîtrise sur celles-ci. Elle est une composante, subjective, d'une position et d'une activité sociale qu'il convient d'étudier de manière aussi globale et synthétique que possible.

Dans cet article, j'évoquerai la tension entre philanthropie et gouvernement des inégalités à l'ère néolibérale en montrant la tension entre l'impératif égalitaire de la

1. Sur cette question, voir Lefevre et Monier, 2021.

2. Mais aussi dans le développement d'initiatives festives, qui mêlent mondanité et générosité.

démocratie et la philanthropie dans un premier temps, en évoquant la conception même de la richesse que la prise en compte de la philanthropie permet de développer et en insistant sur les rapports de la philanthropie et de l'action publique. Le dernier temps de l'analyse sera consacré à évoquer un cas d'apprentissage mutuel, invitant à une analyse processuelle de la réforme.

La tension entre philanthropie et démocratie

Il y a entre la philanthropie et la démocratie une tension structurelle. Rendue possible par l'accumulation d'un patrimoine, la philanthropie se situe dans une relation éminemment complexe, voire paradoxale, avec la visée égalitaire de la démocratie, dès lors que l'on ne restreint pas celle-ci à une procédure légale et légitime de désigner des dirigeants³. Cette tension, structurelle, est avivée par certaines tendances contemporaines où le patrimoine est de plus en hérité et de moins en moins accumulé grâce au travail. Cette tendance se traduit dans l'importance croissante des "grands" ou "très grands" donateurs dans le financement des actions philanthropiques. L'ère des méga-philanthropes américains, si elle n'a pas véritablement d'équivalent en France, interroge sur la compatibilité des deux phénomènes et vient signaler les limites d'une diffusion, à large échelle, du "geste" philanthropique.

Cette tension structurelle prend place dans une crise contemporaine, souvent désignée comme une crise multiple où apparaissent simultanément des tensions économiques, (géo)politiques, écologiques et bien sûr sanitaires après la Covid-19. Cette accumulation constitue une menace existentielle pour la démocratie. Des tendances à la restriction des libertés publiques se manifestent, y compris dans les démocraties les plus installées, parce que la crise écologique interroge un modèle économique et, plus largement, un modèle de société (encore) majoritaire. Des initiatives philanthropiques, isolées ou prenant la forme de coalitions, cherchent à relever ces défis et invitent à s'interroger sur le monde, en même temps qu'elles permettent d'éclairer leur propre secteur.

Comme l'écrivent Marc-Olivier Déplade, Thomas Depecker et Nicolas Larchet dans l'introduction d'un numéro spécial consacré aux enjeux politiques et démocratiques entourant la philanthropie:

La philanthropie n'est pas destructrice de richesses, ni redistributive à la façon de l'État social: loin d'être l'antithèse du processus d'accumulation du capital, elle en est à la fois le produit

3. Ce qui n'exclut pas une forte diversité des causes et valeurs philanthropiques, voir Duvoux, 2018, pp. 38-46.

et le moteur, en permettant notamment de convertir le capital monétaire en d'autres espèces de capitaux (social, culturel, scientifique, politique etc.) nécessaires à la reproduction du capital, tout en soustrayant à l'État des ressources fiscales. (Déplaupe, Depecker et Larchet, 2018, p. 16).

Qu'est-ce à dire? La philanthropie dépend, de par ses caractéristiques, d'un certain état du rapport social et de la possibilité d'accumuler suffisamment de ressources pour en redistribuer une partie et contribuer à l'intérêt général, c'est-à-dire à transcender l'intérêt particulier et à agir pour le bien commun. C'est cette orientation, relativement floue dans les textes qui encadrent la philanthropie, qui justifie les déductions fiscales dont elle bénéficie. Celle-ci est considérée comme une autre manière de construire la chose publique. Il ne faut à nos yeux ni dramatiser, ni minimiser la tension entre la modalité de cette construction de l'intérêt général, par le don issu de la richesse privée et la démocratie qui implique, ne serait-ce que dans une définition procédurale relativement minimale, la participation de toutes et tous à la définition du bien commun.

La démocratie est marquée par une tension entre une forte inégalité dans la maîtrise du savoir d'un côté, l'importance de mobiliser les masses dans le cadre de nouvelles procédures électorales d'un autre côté. Cette opposition, éclatante à l'époque du premier dix-neuvième siècle français quand l'éducation n'avait pas encore été démocratisée, a été théorisée par Pierre Rosanvallon (1992) comme une opposition entre la "raison" et le "nombre". Clairement située du côté de la raison, la philanthropie (progressiste) s'exerçait au nom des "capacités" des élites. Même si elle a nécessairement changé de forme du fait de la démocratisation de l'éducation, intervenue tardivement, dans la seconde moitié du vingtième siècle, en France, cette tension est ravivée à l'époque contemporaine, pour plusieurs raisons, qui touchent directement à la crise de notre démocratie, comme de celles des autres démocraties anciennes, entrées en crise sous l'effet de choix collectifs (Brexit au Royaume-Uni; élection de Trump à la présidence des États-Unis etc.) Parmi ces raisons, il faut prendre en compte les mutations socio-économiques qui ont vu, sous l'effet de choix politiques et de la mondialisation, le fossé se creuser entre les "gagnants" et "perdants" de la nouvelle organisation. Les diplômés, les salariés des grandes multinationales, les indépendants positionnés sur des segments de marché porteurs (architectes, avocats, salariés de la finance etc.) ont beaucoup mieux tiré leur épingle du jeu que les classes moyennes et populaires confrontées à une paupérisation rampante ou plus brutale. Aux États-Unis, la classe moyenne a été laminée, au Royaume-Uni, le fossé entre la métropole londonienne et le reste du pays est devenu béant, en France, l'épisode des Gilets jaunes a fait ressortir le mal-être des classes moyennes fragilisées

qui, outre un sentiment de déclassement, se sentaient mal représentées. L'ampleur des inégalités se traduit par des mouvements qui mettent en péril la démocratie et la menace de virer au populisme, c'est-à-dire à une forme d'autoritarisme qui se pare de la volonté populaire en la mettant au service d'un État fort, ne s'embarrassant guère du respect de l'état de droit.

Il faut, dans ce contexte, saisir la complexité des facteurs à l'œuvre et la spécificité de chaque contexte national. Néanmoins, l'augmentation des inégalités et notamment la concentration du patrimoine économique constituent, sans aucun doute, un moteur de ces frustrations et contestations. Cette concentration est d'autant plus difficile à concilier avec les impératifs démocratiques que le patrimoine est de plus en plus hérité (de 35% du patrimoine hérité dans les années 1980, nous sommes passés en France à 70% selon l'Insee, 2021) et non plus accumulé ou "gagné" par l'innovation ou l'esprit d'entreprise. Cela va à front renversé d'une évolution des mentalités marquée par l'augmentation du niveau éducatif et des attentes de la population.

C'est bien de ce point de vue de la temporalité que les relations entre la philanthropie et la démocratie sont les plus complexes, les plus intéressantes et aussi les plus problématiques. En tant qu'acteur tiers, irréductible au marché et à l'État, la philanthropie jouit d'une capacité tout à fait spécifique à se déployer dans le temps long et à ne pas se plier à des impératifs de court terme qui structurent de plus en plus l'action publique, en même temps que la recherche de rentabilité sur le temps court du capitalisme financiarisé. Contrairement aux acteurs publics et marchands, le tiers secteur bénéficie ultimement d'une capacité à se saisir de l'avenir et ainsi d'explorer des solutions inédites pour répondre à des problèmes que l'humanité se pose. Au sein de la société civile, la philanthropie bénéficie d'une capacité d'expertise et d'allocation de ressources qui lui permettent de mobiliser les ressources dont elle dispose en vue d'un bénéfice collectif sur le temps long⁴.

Néanmoins, cette justification de la place de la philanthropie en démocratie par son inscription dans le temps long est susceptible de faire à son tour l'objet d'une critique. En effet, si au niveau macro de l'organisation sociale, l'inscription dans le temps long de la philanthropie la différencie des acteurs publics et de marché, au niveau individuel, la philanthropie et les déductions fiscales qui la soutiennent permettent aux membres des groupes déjà les plus dotés d'atteindre une forme de

4. Cette justification semble la plus solide aux yeux du philosophe américain Rob Reich (2018). Dans l'étude la plus complète à ce jour sur les contributions et entorses de la philanthropie à la démocratie, il pointe les limites de l'argument en termes de pluralisme, celui-ci se limitant souvent au soutien public aux préférences des riches. Au contraire, il souligne à quel point l'orientation temporelle de la philanthropie constitue sa plus-value la plus manifeste et la justification la plus solide de sa contribution à la démocratie d'un point de vue normatif.

cohérence personnelle et familiale, cohérence qui permet d'expliquer la satisfaction et le bonheur ressentis et exprimés par les philanthropes (Sellen, 2019, p. 247). La philanthropie donne accès aux individus qui la pratiquent à une maîtrise du temps long d'un point de vue individuel, mais aussi familial et collectif: les philanthropes préemptant des choix collectifs et publics qui engagent non seulement leur avenir individuel mais aussi celui de la société (Duvoux, 2023). D'un point de vue analytique et descriptif, cela conduit à étudier de manière précise les relations complexes et plurielles entre acteurs publics et philanthropes, d'un point de vue normatif, cela conduit à déplacer l'attention de la contribution de la philanthropie aux inégalités à celle de la plus grande capacité à se saisir de l'avenir des groupes qui pratiquent la philanthropie.

L'augmentation des inégalités socio-économiques constitue une seconde tension structurelle pour la philanthropie entre son objet social et la contribution à la démocratie, si l'on entend par démocratie un ensemble de normes et de relations sociales et non seulement un mode de désignation des dirigeants. Cette tension est d'autant plus forte que la philanthropie procède de l'accumulation de richesse et qu'elle ne peut donc se considérer comme extérieure au phénomène sur lequel elle cherche à agir. Par ailleurs, les objets qu'elle se donne, par exemple la transition écologique, impliquent, à titre de l'allocation de moyens mais aussi de l'acceptabilité sociale de la transition une réflexion sur le partage de la richesse et la répartition des ressources, sauf à accroître un fossé entre les premiers contributeurs aux émissions d'un côté, les premières victimes du dérèglement climatique et de la biodiversité d'autre part.

ENCADRÉ 1

Transmission Intergénérationnelle du Patrimoine et Reproduction Dynastique

La société démocratique se traduit par un souci d'égalité entre ses membres. Cette égalité est contredite par ce que l'on appelle les "inégalités de destin", c'est-à-dire l'immobilité sociale. En France, cette question est, depuis plusieurs années, au centre du débat politique. L'orientation néo-libérale prise par les pouvoirs publics dans différents valorise l'égalité des chances au détriment de l'égalité des places et construit, sur la base de cette opposition entre la réduction *hic et nunc* des inégalités d'un côté, la promesse d'une égalisation des opportunités d'un autre côté, une action qui, si elle se révèle très inégalitaire, n'en est pas moins porteuse d'une forme de cohérence. La "Troisième voie" néo-travailleuse de Tony Blair dans le Royaume-Uni de la fin des années 1990 et du début des années 2000 a ainsi trouvé un écho dans les formulations du candidat à la présidence de la République Emmanuel Macron en 2017.

L'éducation et les dotations en capital sont la clé d'une promesse de renouvellement de la social-démocratie sur une base méritocratique. Loin de se limiter au discours politique, cette promesse se diffuse avec les idéaux méritocratiques à de larges pans de la société, au premier rang desquels les établissements d'enseignement supérieur d'élite. Même si la traduction de ces politiques est souvent très inégalitaire, dans la mesure où les réductions d'impôt pour les plus riches sont immédiates quand les investissements sur la jeunesse sont de portée plus limitée et d'effet plus lointain, rappeler l'existence de ces débats a le mérite de souligner la place, critique, de la philanthropie dans la tension entre différents idéaux appartenant, les uns et les autres, à la démocratie.

Ainsi, dès lors que l'on s'intéresse aux pratiques sociales et aux aspirations qui l'animent, la philanthropie s'inscrit simultanément aux deux pôles de cette nouvelle orientation et constitue un observatoire et un révélateur des contradictions qui l'animent entre promotion de l'autonomisation d'un côté et reproduction – transmission intergénérationnelle – de la richesse de l'autre. Il y a bien une contradiction car l'idéal de l'égalité des chances ne peut, en réalité, s'affranchir d'une réflexion sur l'égalité des conditions, ne serait-ce que quand ces dynamiques intergénérationnelles sont prises en compte, point bien souligné par l'économiste Antony Atkinson dans son dernier ouvrage *Inequality: What can be done?*

La possibilité d'accéder à l'intimité de plusieurs familles dans le cadre d'une enquête sur des fondations familiales a confirmé, après d'autres études l'importance de ces enjeux de transmission intergénérationnelle du patrimoine pour les philanthropes. A l'horizon de la mobilisation, une préoccupation dynastique s'exprime, la pérennité du capital transmis étant l'objet d'un travail multiforme de préparation des héritiers à leur rôle et aux responsabilités qui l'accompagnent. Le témoignage de Marie-Jeanne Bouton, principale animatrice d'une fondation importante dans les domaines de la solidarité et de l'autonomisation des publics en difficulté, fait ressortir à quel point cet enjeu est central pour les membres de sa famille impliqués dans la fondation. Celle-ci est une des initiatives qui font converger une famille liée par la détention d'actions autour de projets et de valeurs. La cohérence de la gestion du groupe est renforcée, les conflits neutralisés et apaisés, les valeurs du fondateur transmises grâce à cette fondation familiale.

Prendre en compte la philanthropie revient surtout à changer notre compréhension des inégalités. C'est-à-dire considérer les inégalités monétaires, de patrimoine, de revenus, très fortes, comme un point de départ pour illustrer un rapport à l'avenir et à la société différent selon les groupes sociaux. Pour les personnes qui vont aux Restos du Cœur ou dans des structures similaires, l'avenir est la survie quotidienne, tandis que pour les plus aisés, c'est la capacité de vivre plus sereinement, et même de contribuer

à la définition des choix collectifs. La question n'est donc pas, selon moi, d'aimer les riches, mais plutôt de savoir comment la richesse accumulée ne fait pas sécession et surtout comment celle-ci revient à la société et contribue à l'organiser. Du coup, il est légitime et indispensable de s'interroger sur les relations entre philanthropie et démocratie, sur les conditions dans lesquelles ces contributions privées, encouragées par les pouvoirs publics, sont légitimées par l'État, dans quels domaines, sur quels enjeux et sous quelles formes. Une fois que l'on a compris qu'elles reviennent sur la société (comme, par exemple, lorsqu'un milliardaire rachète un journal pour pouvoir promouvoir ses vues, avec toute une gamme de capacité d'actions sur la société), il faut alors s'interroger sur les mécanismes de contrôle et de transparence sur ces questions qu'elles induisent. Mais ce qui m'importe surtout est de montrer que l'on interprète en général mal la richesse. Car il ne s'agit pas tant d'un stock de valeurs, de patrimoine ou d'un montant de ressources, mais bien davantage d'expliquer que la philanthropie est une conversion de la richesse en pouvoir social. Ce qui ne signifie pas qu'elle serait (seulement) intéressée. Mais elle produit cet effet-là et c'est bien cet effet-là qu'il s'agit de mettre au jour et d'analyser, de façon critique. *In fine*, la philanthropie est, selon moi, une manière de transformer le capital en une forme de pouvoir dans la société, ce qui ne veut pas dire qu'elle n'est pas sincère, ni efficace.

La philanthropie par-delà objectivisme et subjectivisme

Considérer la philanthropie comme un investissement, et la réintégrer dans les pratiques élitaires⁵ ouvre la voie à une articulation des perspectives subjectivistes et objectivistes sur cet ensemble de pratiques. Pour ce faire, la philanthropie doit d'abord être considérée comme un phénomène d'ordre secondaire, à la fois d'un point de vue chronologique mais aussi analytique. Elle est secondaire dans le temps car elle ne survient qu'après l'accumulation capitaliste. Elle est secondaire dans l'ordre d'importance des phénomènes car c'est cette accumulation, et elle seule, qui possible le don d'une partie, souvent très limitée, du capital. Le nouvel âge d'or de la philanthropie se comprend ainsi comme un écho et un prolongement des développements de fortunes dans de "nouveaux" secteurs d'activité, le secteur financier et celui des technologies de l'information et de la communication qui ont connu des croissances très rapides et ont rendu possibles des accumulations rapides, dont une partie, minime mais visible, est convertie dans la philanthropie. De ce point de vue, la philanthropie est indissociable de l'augmentation des inégalités de revenus,

5. C'est un des enjeux de l'introduction du dossier "Entreprises philanthropiques" de Déplaudé, Depecker et Larchet, 2018, pp. 9-27.

mais aussi et surtout de patrimoine, dont elle est une des expressions, ambiguë, se présentant comme un remède tout en émanant et entretenant ou préservant la cause (Giridharadas, 2018). Nombre de philanthropes expriment une conscience aiguë des inégalités dont ils se savent objectivement bénéficier et nombre tirent de ce constat, lié à leur héritage ou à la part de “fortune” de leur réussite personnelle – les deux étant souvent liés – des motifs de donner, nous y reviendrons.

La philanthropie est ainsi un phénomène de second ordre dans la mesure où elle ne peut être analysée de manière isolée des autres propriétés sociales des philanthropes. On peut citer Nicolas Guilhot, pour qui la philanthropie doit être analysée non comme un phénomène ayant en lui-même ses propres raisons d’être, ses propres structures, organisations, porte-parole etc. mais bien comme: “Un phénomène de second ordre qui ne peut se concevoir que sur le fond d’une pratique d’accumulation de la richesse, qui est nécessairement première” (Guilhot, 2006, p. 8).

Dans cette approche objectiviste, la philanthropie doit alors être réintégrée dans un ensemble de pratiques et de stratégies par lesquelles les familles et les groupes les plus dotés assurent la reproduction de leur statut et de leur domination. Cette grille de lecture a le mérite de donner un rôle à la philanthropie dans les mécanismes de reproduction dynastique des grandes fortunes et de ne pas la considérer comme une simple mondanité, pas plus qu’elle ne commet l’erreur de considérer les riches comme faisant sécession de la société dont ils extraient leur fortune. La philanthropie *ne peut donc pas ne pas s’intégrer* à une lecture multidimensionnelle et dynamique de la richesse. De manière consciente ou non, la philanthropie s’inscrit dans un ensemble de stratégies de reproduction, et notamment de stratégies familiales de reproduction, conditionnant, jusque dans le plus grand détail, des arrangements pratiques et symboliques entre les membres de la famille et étant partie prenante de la gestion du patrimoine, dont elle a vocation à assurer la pérennité:

La pratique de la philanthropie peut être analysée comme l’une des stratégies – conscientes ou non – dont disposent les élites et familles les plus dotées en capital économique (grands patrons de l’industrie, du commerce ou de la finance, héritiers ou bâtisseurs de fortunes) pour assurer les conditions de la reproduction, mais sans s’y limiter. Elle participe ainsi à ce que Pierre Bourdieu appelait *les stratégies de reproduction*, parmi lesquelles nous intéressent [...] les stratégies successorales (qui visent à transmettre un patrimoine entre les générations) et les “stratégies d’investissement économique” (Déplaudé, Depecker et Larchet, 2018, p. 15).

Dans cette perspective, la philanthropie est un révélateur particulièrement heuristique du rapport que les classes dominantes entretiennent avec leur patrimoine. La philanthropie est ainsi, par exemple, partie-prenante de la gestion patrimoniale.

Elle est un instrument de transmission intergénérationnelle d'un certain rapport à la richesse, fait de maîtrise objective des cadres légaux et fiscaux mais aussi d'un sens subjectif prononcé de responsabilité liée à la possession de cette richesse. Elle apparaît comme un vecteur de transformation qualitative du lien familial, destinée à assurer la pérennité de celui-ci dans et par l'entretien du patrimoine et sa finalisation autour de valeurs partagées. Une fois débarrassés de leurs oripeaux normatifs et de leur absence de contextualisation, bien sûr rédhibitoire en sciences sociales, ces résultats sont néanmoins extrêmement précieux. Considérer que ces travaux, peu autonomes du point de vue scientifique, expriment, par la médiation de leurs modes de financement, le point de vue du secteur, est à double tranchant. Cela peut conduire à leur récuser toute valeur scientifique. Cela peut aussi conduire à les considérer comme des indices, très stabilisés et formalisés, des valeurs et des significations valorisées par le secteur, à un niveau très agrégé et, pour ainsi dire, exprimées dans une épure théorique. Ces moteurs de satisfaction peuvent alors être réinscrits dans un triangle qui les lie aux éléments du bonheur (dimension subjectiviste de l'analyse du don) et de la reproduction de la richesse (dimension objectiviste de l'analyse du don).

Au niveau subjectif, le processus de conversion des capitaux économiques en capital symbolique s'actualise dans une opération de mise en cohérence et de mutation qualitative des ressources détenues, en quelque sorte finalisées par le don. Nous verrons également que l'entrée en philanthropie permet un franchissement de barrière de classe, au sein même des élites sociales et économiques. Une diversité de motifs du don a été mise en lumière, recourant à la méthode des comparaisons internationales pour identifier des ressorts fondamentaux et transversaux du don. Ainsi, René Bekkers et Pamela Wiepking (2010, pp. 924-973) ont mis en lumière, à travers une revue de littérature comparative de cas empiriques, huit motivations principales du don philanthropique. Il s'agit de la conscience du besoin; de la sollicitation; d'un calcul coûts-bénéfices; de l'altruisme; de la réputation; des bénéfices psychologiques; des valeurs et de l'efficacité. S'inscrivant dans la même direction de recherche, les travaux de Beth Breeze et Theresa Lloyd's ont montré, à partir d'un échantillon britannique un faisceau de motivations convergent avec la précédente étude. Elles montrent que les facteurs les plus importants sont les suivants: le fait de croire en une cause; d'agir comme un catalyseur de changement; de se réaliser; de sentir un devoir et une responsabilité de partager sa richesse; d'apprécier les relations développées dans le cadre de l'activité philanthropique; de croire que la philanthropie est un usage approprié de sa richesse; de penser que la philanthropie est un instrument pédagogique intéressant; d'apprécier la reconnaissance sociale acquise en tant que philanthrope; de voir sa vie enrichie grâce à la philanthropie (Breeze et Lloyd, 2013).

Puisque la maîtrise que procure la propriété n'est pas un donné mais un construit, le résultat d'un processus d'appropriation⁶ de ses propres ressources, celles-ci ne deviennent véritablement siennes et ne peuvent être transmises que par l'entremise d'un investissement personnel et éducatif important. La projection d'eux-mêmes dans la société et de leur patrimoine dans des projets constituent un détournement par lequel les philanthropes développent une maîtrise de leurs propres ressources et se mettent en situation de transmettre cette maîtrise à leurs descendants. Dans un contexte où l'héritage (re)devient structurant des patrimoines, la transmission d'une disposition à le faire fructifier ne peut s'opérer, par un paradoxe qui n'est qu'apparent, qu'à travers une dépossession d'une partie (très) minimale du stock de patrimoine détenu par la famille. C'est en cela que la philanthropie est à la fois un mécanisme de conversion du patrimoine économique en capital symbolique; un instrument au service d'une stratégie familiale de reproduction et le vecteur d'une satisfaction profonde. Néanmoins, et par ces biais, le don philanthropique comporte une dimension collective et opère un cadrage de l'avenir qui concerne non seulement de l'avenir individuel du donateur mais aussi celui des associations qu'il finance, des bénéficiaires qu'il touche et de la sélection des causes qui méritent d'être défendues et de la manière dont il convient de les défendre. La maîtrise de l'avenir individuel et familial est, ipso facto, une prise de contrôle de l'avenir collectif, un débordement de la richesse privée sur les affaires publiques, raison pour laquelle la philanthropie est un phénomène d'importance majeure pour comprendre la démocratie et les menaces qui pèsent sur elles dans une ère de remontée des inégalités de patrimoine.

La philanthropie et l'action publique

Parler de philanthropie et de démocratie, c'est d'abord souligner la tension entre l'origine privée des capitaux affectés et leur destination, à savoir l'intérêt général. Cet intérêt général est reconnu et défini par l'État qui encadre, à travers sa présence au Conseil d'administration des Fondations Reconnues d'Utilité Publique, mais aussi à travers les incitations fiscales, le secteur. Malgré un ancrage juridique, réglementaire et fiscal, les relations entre les pouvoirs publics et les acteurs de la philanthropie ne sont pas simples. La philanthropie et l'État collaborent, de fait, étroitement, à plusieurs niveaux et sur de nombreux sujets, Néanmoins, la réalité de ces relations – et de cette dépendance – croisées n'empêche pas la méconnaissance et les malentendus.

6. Pour Bourdieu, la transmission (sans dilapidation) de l'héritage suppose aussi que, dans les termes de Marx, "l'héritage s'approprie l'héritier", c'est-à-dire que l'héritier ait intériorisé des dispositions ajustées à l'héritage (Bourdieu, 1980, p. 7).

C'est pour tenter de clarifier ces relations et de permettre une meilleure articulation, à tout le moins dans la réflexion, préalable à l'action, que nous mettons en lumière un certain nombre de ces caractéristiques, à commencer par la pluralité des formes que les liaisons entre la philanthropie et l'État peuvent prendre.

Les défenseurs de l'intervention des pouvoirs publics critiquent la philanthropie, en minorant les réserves qu'ils peuvent avoir sur l'action de l'État et, inversement, la philanthropie critique l'État en taisant son interdépendance avec celui-ci. Les termes du débat ne facilitent pas la compréhension des relations effectives entre les pouvoirs publics et la philanthropie. Or la description et l'analyse de celles-ci sont essentielles. Pourquoi? Tout simplement parce qu'à travers les déductions fiscales, les pouvoirs publics transfèrent une partie de la légitimité démocratique issue du peuple à une partie de celui-ci. Ce qui nous semble le plus intéressant et le plus urgent est de souligner la diversité des usages qui peuvent être faits par la philanthropie de cette onction, qui, au-delà du symbole, contribue très concrètement au développement du secteur.

Ces panoramas ont le mérite de ré-encadrer notre compréhension du développement des fondations dans des structures sociales, économiques et politiques plus générales. Elles permettent aussi de construire des classifications et idéaux-types utiles à l'analyse comparée. Néanmoins, elles sont à utiliser avec précaution pour l'analyse. Tout d'abord, parce que les évolutions des dernières décennies bouleversent ce paysage des classifications. Ainsi, la France, longtemps considérée comme le pays historiquement réfractaire à la promotion de la philanthropie privée, a aujourd'hui le régime d'incitation fiscale avec le taux de subvention des dons le plus élevé dans l'ensemble des pays développés (66% de l'impôt sur le revenu physique des personnes) et le moins plafonné (20% du revenu imposable). De plus, les réalités sont très mouvantes: la moitié des fondations suisses ont moins de 20 ans, tandis qu'entre 2001 et 2014, le nombre de fondations a doublé en France. Des fortes différences marquent aussi le paysage des causes: aux Pays-Bas et au Royaume Uni, les dons à la religion sont les plus forts, en Allemagne, en Belgique et en Suisse, la solidarité internationale est plus centrale tandis qu'en France et en Espagne, ce sont les dons aux plus démunis qui dominent les dons des particuliers.

Plusieurs historiens ont mis en lumière à quel point les fondations philanthropiques modernes, nées au XIXe, avaient évolué dans leur forme, dans leur mission, comme dans leur manière d'intervenir. Hammack et Anheier (2010) parlent, à propos des fondations états-uniennes, d'une institution "polyvalente". Au début du XXe siècle, les fondations y bâtissent des institutions (université, hôpitaux, bibliothèque etc.), tandis qu'au milieu du siècle elles cherchent à se redéfinir, certaines en accompagnant des mouvements sociaux, d'autres pesant sur la fabrique des politiques

ENCADRÉ 2

Formes d'État Social et Place Donnée à la Philanthropie dans la Société

Les analyses en termes d'État social, ou de *Welfare Regime* ont le mérite de faire ressortir les cohérences sociales et sociétales qui s'imposent du fait de l'organisation des institutions. Un jeune anglais ou un jeune danois quitteront, en moyenne, le domicile parental beaucoup plus précocement qu'un jeune espagnol ou un jeune italien, non par volonté personnelle d'indépendance mais précisément parce qu'ils vivent dans une société où les formes de solidarité font reposer sur le marché (Royaume-Uni), l'État, via des bourses (Danemark) ou sur la famille (Italie et Espagne) les arrangements sociaux fondamentaux. Pas plus que d'autres domaines, la philanthropie n'échappe à cet ancrage dans les structures sociales.

Les travaux du sociologue danois Esping-Andersen, ainsi que ceux de Peter Hall et David Soskice sur les variétés du capitalisme et la place qu'y tient l'État, ont permis de mieux distinguer les configurations sociales, économiques et politiques des pays du Nord global. Prenant appui sur ces typologies, Anheier et Daly ont produit une classification de la place des fondations au sein de 18 pays (États-Unis et Europe) et de leur rapport à l'État. On peut distinguer tout d'abord un modèle social-démocrate (Suède, Norvège, Finlande, Danemark), avec un tiers-secteur fort, où les fondations agissent en complément d'un État social fort développé.

Ensuite, un système corporatiste se dégage, avec plusieurs configurations. Une première configuration est centrée sur l'État (France, Belgique, Luxembourg), avec un tiers-secteur faible et une forte supervision par l'État des fondations. Une deuxième est davantage centrée sur la société civile (Allemagne, Pays-Bas, Autriche, Suisse et Lichtenstein), avec des fondations dans un rôle de subsidiarité à l'État, notamment dans le domaine de l'État social et de l'éducation. La dernière configuration du modèle corporatiste est la méditerranéenne (Espagne, Italie, Portugal), structurée par des fondations historiquement liées à la religion et l'émergence plus récente de fondations privées. Le troisième modèle est le libéral (États-Unis, Royaume-Uni), avec un tiers-secteur fort, où les fondations forment un secteur autonome et parallèle au gouvernement, agissant pour l'expression du pluralisme des valeurs.

Enfin le quatrième modèle, étatiste, distingue une configuration plus périphérique (Irlande, Grèce) où le tiers-secteur est faible, avec un rôle spécifique pour les solidarités à distance liées à l'émigration, et où les fondations compensent les lacunes de l'État. Une seconde configuration de ce modèle étatique concerne les pays de l'Est de l'Europe, post-communistes, où le tiers-secteur est d'une importance modérée, mais avec des fondations en rapide développement dans les dernières décennies, dans une position parallèle à l'État-social mais parfois dans des liens étroits à des entreprises privées.

publiques, notamment par la mise à l'agenda de problématiques, avec le rôle de think tanks, d'autres encore se spécialisant dans l'expérimentation, en espérant que les innovations qui ont prouvé leur impact seront par la suite institutionnalisées par l'État ou commercialisées sur le marché. Les dernières décennies, notamment avec l'émergence à partir des années 1980 d'une nouvelle génération de fondations, voient l'émergence de nouvelles formes d'intervention, que ce soit par l'incorporation des techniques propres au capitalisme financiarisé (philanthrocapitalisme) et l'accent mis sur la technologie, ou au contraire des aspirations vers plus de justice sociale, quitte à remettre en question les fondements même du modèle philanthropique (philanthropie de changement social).

Ces évolutions ne sont pas liées à la seule volonté des fondations, qui auraient décidé progressivement de changer, de manière autonome, leur manière de faire. C'est d'abord la société dans laquelle elles évoluent qui change, colore leur fonctionnement, définit la place qu'elles peuvent occuper, leur offre ou non une plus-value distinctive. L'influence du paysage social sur la raison d'être des fondations, c'est bien sûr l'évolution des thématiques, à l'image de maladies hier centrales dans le champ philanthropique et aujourd'hui marginales (comme la tuberculose) ou de thématiques aujourd'hui à l'avant plan, comme la lutte au changement climatique, après des décennies où l'environnement a été le parent pauvre des engagements philanthropiques. L'évolution des sociétés, c'est aussi celle de la place de l'État, le déploiement ou l'affaiblissement de ses mécanismes de protection sociale, l'espace qu'il accorde ou refuse pour l'action des acteurs associatifs et des fondations, ou encore les enjeux dont il se saisit ou qu'il délègue au tiers secteur.

Pour résumer l'apport des travaux des chercheurs qui ont étudié les relations entre la philanthropie et l'État, plusieurs points apparaissent. Le premier, et le plus important, est l'hybridation permanente de secteurs qui sont souvent présentés au mieux comme étanches, au pire comme opposés. Une fois cette hybridation rappelée, la philanthropie peut soit chercher à contribuer, par des moyens privés, à l'action publique, c'est le modèle "contributif". A rebours, elle peut chercher à innover et à inventer d'autres manières d'aborder un problème et de les traiter, en étant moins prisonnière de l'urgence et/ou des routines administratives. On parle alors de modèle "disruptif" de la philanthropie pour reprendre, dans un cas comme dans l'autre, des catégories forgées par Aaron Horvath et Walter Powell (2017).

Dans le premier cas, la philanthropie se place en soutien, en appui et en aiguillon à la puissance publique, la renforçant par ses actions, apportant ses ressources et son concours à la mise en place de son agenda. L'implication des fondations américaines dans la lutte contre la pauvreté mise en œuvre par Kennedy et Johnson dans les années 1960 en est emblématique. En France, la création même de la Fondation de

France témoigne de cette centralité d’une articulation, perçue comme une forme de complémentarité, entre l’action de l’État et celle de la société civile. Dans le second cas, celui de la philanthropie disruptive, les fondations et le secteur “challengent” les manières de faire de l’État, en opposant une légitimité d’expertise et une conviction d’avoir de meilleures réponses aux problèmes qu’affronte la puissance publique. Les solutions privilégiant l’allocation des ressources par le marché plutôt que par l’administration et la correction des imperfections de celui-ci sont souvent adoptées, dans une perspective de promotion d’égalité des chances. Comme nous allons le voir avec l’aide alimentaire, sujet emblématique des causes soutenues par la philanthropie en France, mais aussi des différences d’approches et des relations complexes avec l’État, la “disruption” peut se faire au nom de la participation des plus précaires à la construction d’une action publique qui les concerne.

En réalité, ces orientations coexistent souvent. Il est intéressant de s’appuyer sur un exemple précis pour décrire les contours de cette diversité de logiques d’action. Dans le domaine de l’aide alimentaire en France, le sociologue Rémi Guillem⁷ distingue une “philanthropie contributive des donateurs” et une “philanthropie disruptive de fondations”. A l’issue d’une analyse du champ des acteurs de l’aide alimentaire, il souligne que, si elle passe, bien sûr, par des fondations, la philanthropie des donateurs renvoie à un modèle de financement de l’activité philanthropique fondée sur la mobilisation d’un grand nombre de petits donateurs, nécessitant toute une ingénierie de campagnes de levée de fonds (événements caritatifs, collecteurs salariés etc.). Dans le secteur étudié, la philanthropie des fondations se fonde davantage sur la mobilisation d’un petit nombre de donateurs (généralement les fondateurs de fondations), et d’une expertise interne des organisations philanthropiques, chargées de redistribuer ces fonds sur la base d’une stratégie thématique régulièrement actualisée.

Souvent, les deux registres sont hybrides et les fondations agissent sur les cadres cognitifs et cherchent à influencer sur l’agenda d’action publique en même temps que sur les manières d’intervenir, notamment lorsqu’elles sont opératrices et non seulement distributives. Les dilemmes vis-à-vis de la démocratie des fondations rendent compte de leurs actions en même temps que l’étude de celle-ci montre les limites de la remise en cause des schémas institués, y compris quand cette remise en cause est revendiquée. A la suite d’une enquête menée auprès d’une fondation luttant contre la pauvreté des minorités à Boston, j’ai montré que, ne pouvant pas justifier son existence par une “procédure démocratique” ou par le “choix de la population”,

7. Ces passages sont empruntés à la contribution de Rémi Guillem, “Philanthropies de l’alimentation en France: état des lieux français, paradigmes internationaux, actions concrètes”, *Working Paper de PSSP*, à paraître. Nous remercions l’auteur de nous avoir autorisé à mobiliser ses analyses.

ENCADRÉ 3

Un Héritier Rebelle: Patrick Lescure, Fondateur d'un Monde par Tous

Patrick Lescure est l'héritier d'une dynastie industrielle. Loin de renier cet ancrage, il est le mémorialiste et le généalogiste de sa nombreuse famille, le gardien de la mémoire d'un groupe qui, sous l'impulsion de son père, capitaine d'industrie profondément marqué par le christianisme, a crû en même temps qu'il s'est enrichi au fil de la croissance de l'entreprise. Comme tous ses frères et sœurs, Patrick Lescure a bénéficié d'un accroissement très significatif de son patrimoine au moment de l'entrée en bourse de l'entreprise familiale, un fleuron industriel français. Il récuse cependant la légitimité des inégalités dont il bénéficie et combat la rupture avec la démocratie et la dignité humaine que la richesse lui donne, en même qu'elle crée la pauvreté des autres. Il lie sa démarche philanthropique à une critique de la richesse d'où provient son acte de fondation et cherche à redistribuer ce capital. Il va plus loin, en finançant des actions qui remettent en cause les différentes formes de domination (sociale, raciale, patriarcale) et qui ont, en commun, de chercher à saper la reproduction des inégalités. Avec sa fondation, "Un monde par tous", il a décidé d'œuvrer à la disparition d'écarts de richesse qu'il juge iniques et dont il bénéficie pourtant. Cette fondation redistribue une part très importante et significative des dividendes qu'il touche. Sa démarche, radicale et participative, conteste la distribution qui la rend possible et, loin de le placer en contradiction, sa richesse est mise en cohérence avec ses idéaux. Un monde par tous soutient nombre d'associations qui luttent contre la prédation écologique, les inégalités sociales, le traitement des pauvres et des migrants, mais aussi la reproduction des inégalités de genre et de race. Si elle est minoritaire dans le champ de la philanthropie, sa démarche n'est pas isolée (Lefèvre, 2018). Elle se caractérise par une proportion de la richesse consacrée à la fondation très supérieure à celle des autres fondations et par un soutien plus engagé dans une remise en cause politique de l'ordre social, politique et économique établi. Elle trouve un écho profond dans l'ouvrage de Patrick Minot, lui-même ancien-philanthrope, ayant dépensé tout le capital qu'il souhaitait consacrer à sa fondation, une justification argumentée.

l'action (ou le "don") philanthropique trouve sa seule source de légitimation dans la participation "volontaire" des habitants des quartiers paupérisés et ségrégués (à savoir, son "contre-don"). Leur participation est ce qui permet, en retour, de faire exister les fondations et *non-profits* auprès de l'État. Ce dernier a mis en place en effet d'importantes déductions d'impôts dont les philanthropes peuvent bénéficier du fait de leur investissement dans les affaires sociales. Dans un contexte de délitement de l'État social et d'affermissement de l'État pénal au détriment des classes populaires

américaines, les fondations apparaissent comme les seuls pourvoyeurs de ressources pour les populations précaires situées juste au-dessus du seuil de pauvreté et exclues des prestations sociales. De plus, essentiellement centrée sur le changement de l'état d'esprit des personnes, leur action ne cherche en aucun cas à remettre en cause les inégalités structurelles de la société. Enfin, critiques vis-à-vis de la supposée dépendance des pauvres au *Welfare*, les organisations philanthropiques créent pourtant une nouvelle dépendance (Duvoux, 2015).

Cette contribution à la naturalisation des inégalités ne constitue pas la vérité générale du secteur; On peut repérer, notamment aux États-Unis, des fondations qui se structurent très directement avec pour objectif d'opérer, dans le processus philanthropique, une "capacitation" des groupes soutenus et/ou des groupes vulnérables, avec en même temps une mise en retrait voulu des donateurs, voire des professionnels de la fondation. Le courant de la "philanthropie de changement social" ou "philanthropie de mouvement social" (Faber et McCarthy, 2005) s'est particulièrement attaqué à cet enjeu, à l'image du Haymarket People's Fund (Ostrander, 1995) et du réseau *Funding Exchange*. Le mouvement des héritiers rebelles (Lefèvre, 2018) approfondit cette démarche d'une philanthropie alternative (Lurie, 2016; Ostrander, 1995; Ostrander, Silver et McCarthy, 2005, pp. 271-289).

Les conditions de la félicité réformatrice, un cas d'école

Néanmoins, ces exemples restent minoritaires. La logique d'ensemble est celle d'une hybridation, d'un apprentissage mutuel et progressif où les schèmes d'action philanthropique irriguent l'action publique en s'y adaptant, en même temps que l'action publique fait une place, par contrainte (le plus souvent budgétaire) ou par conviction (pro-marché). Prenons l'exemple de la fondation Impala Avenir, créée en 2018, on observe aussi des dynamiques soulignant le caractère évolutif des relations entre pouvoirs publics et acteurs philanthropiques d'une part, l'adaptation réciproque des deux parties d'autre part. Florian DuBoys, fondateur d'Impala Avenir, a commencé sa carrière de philanthrope après avoir vendu sa société d'infrastructure numérique à un groupe américain. Dès ce moment, doté d'un capital conséquent, d'un réseau étoffé et de compétences techniques sur les câbles que sa société installait et qui assure la couverture du territoire national à l'internet haut débit, il développe une activité philanthropique, d'abord par le biais d'un fonds de dotation puis d'une fondation créée en commun avec son épouse.

L'intention originale est d'adresser le problème des jeunes "Neet" (ni en emploi, ni en études, ni en formation). Cette population est identifiée comme la plus à risque d'exclusion sociale et d'abandon par les institutions, même si cet abandon doit,

dans les faits, être relativisé: de nombreux dispositifs existent, tels que le Contrat Engagement Jeune (CEJ) qui rassemble des mesures en faveur du soutien au revenu et à l'emploi des jeunes. L'enjeu pour le fondateur est de développer une approche d'accès à l'emploi directe, via des formations courtes, délibérément présentées comme "non-qualifiantes, non-diplômantes, non-certifiantes". L'idée originelle est "d'Uberiser" les circuits de la formation professionnelle, calqués sur le modèle scolaire d'une part, inégalitaire dans leur distribution d'autre part (les deux caractéristiques étant liées). L'enjeu est que n'importe quel individu motivé pour retourner à l'emploi puisse le faire, la formation prodiguée ne fixant aucun filtre administratif ou aucun critère d'âge, même si, dans les faits, les quartiers de la politique de la ville sont ciblés. L'inclusion sociale par le marché est promue par cette initiative qui résonne comme un défi à la "société du diplôme" (Duvoux et Vezinat, 2020) et s'inscrit en faux contre les logiques dominantes dans l'offre de formation.

Courtes, accessibles, "packagées" avec un souci de coller aux codes visuels de la jeunesse, l'école des Plombiers du numérique se déploie à grande vitesse sur le territoire et se décline sous différentes modalités. Des porteurs de projet différents impriment leur marque, la fondation fournit quant à elle les orientations, achète le plateau technique et établit la relation avec les fédérations professionnelles dont les promesses d'emploi constituent la clé de voûte de la proposition des Plombiers du numérique. Du mécénat de compétence est mobilisé pour faciliter l'adéquation entre l'apprentissage par le geste d'un côté, les besoins concrets des entreprises d'autre part. Positionnée sur un métier en tension, l'initiative essaime, non seulement sur le territoire mais à des secteurs diversifiés. D'abord centrée sur les métiers de câblage / rackage, la formation développe une offre sur le segment des "data center" et s'étend au Bâtiment et Travaux Publics, en rapprochant au maximum l'offre d'emploi des lieux de vie des stagiaires.

Même si l'idée est de créer un lien direct entre l'offre et la demande de travail, en limitant au minimum incompressible les prérequis (gestes, notions mathématiques, savoir-être) d'une entrée dans le monde du travail, les Plombiers se développent dans une interaction étroite, et croissante, avec les pouvoirs publics. Les Missions Locales sont des prescriptrices essentielles du dispositif. Par ailleurs, loin d'être de passifs dépositaires de ressources et d'appliquer mécaniquement un schéma établi, les porteurs de projet infléchissent les orientations. Ainsi, une école de la deuxième chance cherchera-t-elle à compléter la dimension collective (Duvoux et Vezinat, 2022, pp. 65-82) du dispositif initial par un suivi très individualisé, qui le fasse rentrer dans les cadres d'action publique les plus normalisés et structurés autour d'un projet individuel. Cette logique du projet est d'ailleurs celle retenue par les Conseils Départementaux, en charge des politiques sociales, et dont l'attrait pour

le dispositif contribue à sa réorientation. L'initiative a d'abord dû démarcher ses porteurs de projet et soutiens, avant de faire l'objet de sollicitations de la part d'acteurs institutionnels du fait de la réputation gagnée et de la pertinence de l'offre par rapport aux besoins sociaux perçus. Ainsi, les Départements, charge du Revenu de Solidarité Active ont demandé, en contrepartie d'un financement du projet, de lever des barrières d'âge et de leur rendre accessible aux allocataires du RSA. De même, en voie d'institutionnalisation, le dispositif se reformule dans une logique de pré-qualification, plus compatible avec la logique de parcours individuel qui prévaut dans l'action publique.

Ces trajectoires institutionnelles d'apprentissage réciproque entre les pouvoirs publics et une organisation philanthropique conduit à nuancer le schéma, souvent présenté de manière idéalisée, qui va de l'expérimentation philanthropique, rendue possible par la liberté d'affectation des ressources, à une appropriation par les pouvoirs publics pour "passer à l'échelle". L'appropriation se fait dans les deux sens et l'hybridation des acteurs est pérenne. Alors qu'elle commence par "challenger" radicalement l'action de l'État, la fondation définit progressivement son rôle au sein du maillage d'acteurs (publics et privés) qui la conduisent. L'action de l'État s'inspire des dispositifs élaborés par des acteurs privés. La contribution philanthropique ne peut nourrir le bien public qu'en s'appropriant ses références et ses logiques d'action en entrant dans un dialogue étroit avec les acteurs de l'État social, acteurs de l'État social qui trouvent, en retour, chez les acteurs philanthropiques des ressources et des initiatives à soutenir pour mettre en œuvre leur propre agenda.

References

- BEKKERS, Renée & WIEPKING, Pamela. (2010), "A literature review of empirical studies of philanthropy: Eight mechanisms that drive charitable giving". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40 (5): 924-973.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), "Le mort saisit le vif". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 32-33: 3-14.
- BREEZE, Beth & LLOYD, Theresa. (2013), *Richer Lives: Why rich people give*. London, Directory of Social Change, Pears Foundation, University of Kent, 25 p.
- DÉPLAUDE, Marc-Olivier; DEPECKER, Thomas & LARCHET, Nicolas. (2018), "La philanthropie comme investissement. Contribution à l'étude des stratégies de reproduction et de légitimation des élites économiques". *Politix*, 1 (121): 9-27.
- DUVOUX, Nicolas. (2023), *L'avenir confisqué. Inégalités de temps vécu, classes sociales et patri-moine*. Paris, PUF.
- DUVOUX, Nicolas. (2015), *Les oubliés du rêve américain. Philanthropie, État et pauvreté urbaine*

- aux Etats-Unis*. Paris, PUF.
- DUVOUX, Nicolas. (2018), “Les valeurs de la philanthropie”. *Informations Sociales*, 1-2 (196-197): 38-46.
- DUVOUX, Nicolas & VEZINAT, Nadège. (2020), *Les plombiers du numérique. Un cas d'école*, Impala Avenir Développement, PSSP.
- DUVOUX, Nicolas & VEZINAT, Nadège. (2022), “Quand le collectif remobilise l'insertion”. *Agora Débats/Jeunesse*, 2 (91): 65-82.
- GIRIDHARADAS, Anand. (2018), *Winners take all. The elite charade of changing the world*. Nova York, Penguin Random House.
- GUILHOT, Nicolas. (2006), *Financiers, philanthropes. Sociologie de Wall Street*. Paris, Raisons d'Agir.
- GUILLEM, Rémi. “Philanthropies de l'alimentation en France: état des lieux français, paradigmes internationaux, actions concrètes”. *Working Paper de PSSP*, à paraître.
- HAMMACK, David & ANHEIER, Harmut K. (2010), *American foundations: Roles and contributions*. Washington, Brookings Institution.
- HORVATH, Aaron & POWELL, Walter P. (2017), “Contributory or disruptive: Do new forms of philanthropy erode democracy?”. In: REICH, Rob; CORDELLI, Chiara & BERNHOLZ, Lucy. *Philanthropy in democratic societies. History, institutions, values*. Chicago, University of Chicago Press.
- INSEE, Institut National de la Statistique et des Études Économiques. (2021), *Revenus et patrimoine des ménages*. Insee Références.
- LEFEVRE, Sylvain A. & MONIER, Anne (dir.). (2021), *Philanthropes en démocratie*. Paris, PUF. La vie des idées.fr.
- LURIE, T. (2016), *Change, not charity. The story of the funding exchange. A pioneer in social justice philanthropy*. Nova York, The Funding Exchange.
- MCGOEY, Lindsey. (2012), “Philanthrocapitalism and its critics”. *Poetics*, 40 (2): 185-199. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2012.02.006>.
- OSTRANDER, Susan A. (1995), *Money for change: Social movement philanthropy at Haymarket People's Fund*. Philadelphia, Temple University Press.
- OSTRANDER, S. A.; SILVER, I. & MCCARTHY, D. (2005), “Mobilizing money strategically: Opportunities for grantees to be active agents in social movement philanthropy”. In: FABER, D. & MCCARTHY, D. (eds.), *Foundations for social change*. Lanham, MD, Rowman and Littlefield, pp. 271-289.
- REICH, Rob. (2018), *Just giving: Why philanthropy is failing democracy and how it can do better*. Princeton, Princeton University Press.
- ROSANVALLON, Pierre (1992), *Le sacre du citoyen. Histoire intellectuelle du suffrage universel en France*. Paris, Seuil.
- SELLEN, Charles. (2019), “Is philanthropy a way for the wealthy to convert wealth into hap-

piness? Preliminary exploration in France”. In: BRULÉ, Gaël & SUTER, Christian (dir.). *Wealth(s) and subjective well-being*. Nova York, Springer.

ZUNZ, Oliver. (2011), *Philanthropy in America: A history*. Princeton, Princeton University Press.

Résumé

La philanthropie et le gouvernement néolibéral des inégalités

L'article analyse la tension entre la philanthropie et le gouvernement des inégalités à l'ère néolibérale en évoquant d'abord la tension entre l'impératif égalitaire de la démocratie et la philanthropie, issue de la richesse privée et du pouvoir social de son détenteur. Puis, il aborde la conception même de la richesse que la prise en compte de la philanthropie permet de développer et souligne le lien entre bien-être personnelle et maîtrise sociale. Cette conception met en lumière la relation de capture qui émerge entre la philanthropie et l'action publique. La dernière partie de l'analyse est consacrée à la discussion d'un cas d'apprentissage mutuel, invitant à une analyse processuelle de la réforme.

Mots-clés: Philanthropie; Inégalités; Néolibéralisme; Réforme; Action publique.

Abstract

Philanthropy and the neoliberal government of inequalities

The article discusses the tension between philanthropy and the governance of inequalities in the neoliberal era by first showing the tension between the egalitarian imperative of democracy and philanthropy, drawn from private wealth and the social power of its owner. Then it analyses the very conception of wealth that the consideration of philanthropy allows to develop, emphasizing the relationship between well-being on the one hand and social control on the other hand. This conception puts forward the relationship of capture that emerges between philanthropy and public action. The final part of the analysis is dedicated to discussing a case of mutual learning, inviting to a processual analysis of reform.

Keywords: Philanthropy; Inequalities; Neoliberalism; Reform; Public Action.

Resumo

Filantropia e governança neoliberal das desigualdades

O artigo discute a tensão entre a filantropia e a governança das desigualdades na era neoliberal, abordando, primeiro, a tensão entre o imperativo igualitário da democracia e a filantropia, originada da riqueza privada e do poder social de seu detentor. Em seguida, aborda a própria noção de riqueza que a consideração da filantropia permite desenvolver, enfatizando o elo entre bem-estar pessoal e controle social. Essa concepção ilumina a relação de captura que emerge entre a filantropia e a ação pública. A parte final da análise discute um caso de aprendizagem mútua, convidando a uma análise processual da reforma.

Palavras-chave: Filantropia; Desigualdades; Neoliberalismo; Reforma; Ação pública.

Texto recebido em 04/07/2024 e aprovado em 02/09/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226828.

NICOLAS DUVOUX est professeur de sociologie à Paris 8; directeur du Centre en philanthropie de Genève. E-mail: nicolas.duvoux@univ-paris8.fr.



Philanthropy and the neoliberal government of inequalities

Nicolas Duvoux*

<https://orcid.org/0000-0002-1316-8131>

Along with the rampant insecurity that has spread down the social scale, the world-wide revival of philanthropy is one of the most powerful indicators of growing inequality. This phenomenon has become highly visible, in line with the scale of the resources accumulated by philanthropists, whose largest foundations are now competing with international organizations. In line with the transformations in capitalism that have led to the rise of the financial and new technology sectors, philanthropy has developed on such a scale that today's largest foundations have resources that enable them to make decisions that have more or less the same effects as those of a State for millions of people, except that their leaders have not been elected and are not accountable to any people whatsoever. Philanthropy condenses a whole range of resources and social representations; it is as endowed as it is valued, even sanctified, for the reconciliation of entrepreneurial values, economic efficiency, social justice and cosmopolitanism that it claims to implement, even if, in reality, it updates a classic liberal vision emphasizing the moral dimension of capitalism (McGoey, 2012, pp. 185-199).

There is, of course, a popular philanthropy, made up of millions of anonymous "small" donations (Zunz, 2011), but philanthropy today is developing mainly at the top end of the social scale, as a knock-on effect of the rapid accumulation of wealth made possible by the new sectors of the economy. Generosity is increasingly socially

* Paris VIII University, Saint-Denis, França.

selective, and dependent on large fortunes. This phenomenon has a precedent in the development of large philanthropic foundations that followed the rise of industrialization in the 19th and early 20th centuries. However, the great philanthropists of the time were far more criticized than those of today. It is precisely because of this contemporary popularity of philanthropists, and therefore the legitimacy of the great philanthropy of billionaires such as Warren Buffet, Bill and Melinda Gates or, on a lesser scale, Jeff Bezos, that we can consider that it undermines the foundations of democracy, whose choices are challenged by initiatives that are merely the free will of plutocrats in act or in the making¹.

These criticisms, widely developed and relayed by the social sciences, coexist with the representations conveyed by players in this sector, convinced that they are acting for the common good or general interest and helping to resolve a democratic crisis marked by forms of disinvestment or reduced voluntary participation in the affairs of the City, whether through electoral abstention or growing polarization, particularly in the United States. A number of studies, largely financed by the philanthropic foundations themselves, rationalize the benefits of giving, not only for the beneficiaries, but also – and perhaps above all – for the donors, who find ample grounds for satisfaction and well-being in the exercise of this activity.

These analyses, even though they are derived from work largely funded by the sector they study, which places them in a dependent relationship detrimental to autonomy in object construction, must be taken seriously. The satisfaction, even jubilation, expressed by philanthropists in their donor activities is one of the elements to be considered and which must be integrated into the analysis, otherwise a fundamental dimension of the phenomenon will be missed. This satisfaction, which can be expressed in restraint or even a form of devotion when the donation is colored by a religious anchoring², reveals something about how an individual gives meaning to resources and gains control over them. It is a subjective component of a position and a social activity that should be studied as comprehensively as possible.

In this article, I will discuss the tension between philanthropy and the governance of inequalities in the neoliberal era by first showing the tension between the egalitarian imperative of democracy and philanthropy, then by addressing the very conception of wealth that the consideration of philanthropy allows to develop, and by emphasizing the relationship between philanthropy and public action. The final part of the analysis will be dedicated to discussing a case of mutual learning, inviting a processual analysis of reform.

1. See Lefevre and Anne Monier, 2021.

2. But also in the development of festive initiatives, which combine worldliness and generosity.

In this article, I will discuss the tension between philanthropy and the governance of inequalities in the neoliberal era by first showing the tension between the egalitarian imperative of democracy and philanthropy, then by addressing the very conception of wealth that the consideration of philanthropy allows to develop, and by emphasizing the relationship between philanthropy and public action. The final part of the analysis will be dedicated to discussing a case of mutual learning, inviting a processual analysis of reform.

A structural tension between philanthropy and democracy

There is a structural tension between philanthropy and democracy. Made possible by the accumulation of wealth, philanthropy exists in an eminently complex, even paradoxical, relationship with the egalitarian aim of democracy, as long as democracy is not restricted to a legal and legitimate procedure for designating leaders³. This structural tension is heightened by certain contemporary trends where wealth is increasingly inherited and less and less accumulated through work. This trend is reflected in the growing importance of “large” or “very large” donors in the funding of philanthropic activities. The era of American mega-philanthropists, even if it does not have a true equivalent in France, raises questions about the compatibility of the two phenomena and highlights the limits of a widespread dissemination of the philanthropic “gesture”.

This structural tension takes place within a contemporary crisis, often described as a multiple crisis where economic, (geo)political, ecological, and of course, health tensions appear simultaneously after Covid-19. This accumulation constitutes an existential threat to democracy. Trends towards the restriction of public liberties are emerging, even in the most established democracies, because the ecological crisis challenges an economic model and, more broadly, a (still) majority societal model. Philanthropic initiatives, whether isolated or in the form of coalitions, seek to address these challenges and invite reflection on the world, while also shedding light on their own sector.

As sociologists Marc-Olivier Déplaudé, Thomas Depecker et Nicolas Larchet (2018, p. 16) have stated:

Philanthropy does not destroy wealth or redistribute it like the welfare state: far from being anathema to wealth accumulation, it is both its proceed and driver, as it enables the conversion

3. Which does not exclude a strong diversity of philanthropic causes and values, see Duvoux, 2018, pp. 38-46.

of monetary capital into other assets (social, cultural, scientific, political etc.) crucial for capital reproduction and sheltered from taxation. (Déplaudé, Depecker & Larchet, 2018, p. 16).

Properly understood, philanthropy is by default based on a given social status quo and on the possibility of accumulating significant wealth, the excess of which can be given away to support the public interest, i.e. to *transcend narrow individual interests and further the public good*. It is this approach, albeit rather vaguely defined in legislation on philanthropy, that is used to justify the tax credits extended to philanthropists. As such, philanthropy is considered an alternative means of furthering the public interest. We therefore must examine, without exaggeration or obfuscation, the tension between the idea of a privately funded public good and democracy, which, even in its most basic form, requires the involvement of the whole population in defining the public good.

There is a marked tension within democracy between high levels of knowledge inequality and the need for the public to be involved in decision-making and electoral processes. This antagonism, which became more apparent than ever in 19th-century France prior to the introduction of universal access to education, was theorized by Pierre Rosanvallon (1992) as an opposition between “rationality” and the “majority of voices”. Progressive philanthropy fell squarely within the definition of rationality, exercising on behalf of the “capacity” of the elites. Although philanthropy was transformed by the expansion of the French public system in the second half of the 20th century, this tension is now re-emerging for a variety of reasons. These factors are directly related to the democratic crisis in France and other established democracies that have been dragged into the mire as a result of collective decisions (Brexit, the election of Donald Trump etc.). Among these reasons one must also consider the fact that political choices and globalization have resulted in wide-ranging socio-economic change, opening up a vast rift between the upper classes, who have been able to benefit from the new order, and those who have borne the brunt of it (unemployment, poverty etc.). In the US, the middle class has been eroded; in the UK, the gulf between London and the rest of the country has grown; in France, the yellow vests movement has revealed the discontent of the middle class, which aside from perceiving a loss of status also feels that it is poorly represented. The magnitude of inequality is reflected in current threats to democracy.

Within this context, it is necessary to fully acknowledge the complexity of all the factors at play and the specificity of each national context. Yet, there is no denying that mounting inequality and wealth concentration are driving this frustration and defiance. This concentration of wealth is even more difficult to reconcile with the core tenets of democracy given the fact that it is increasingly inherited, as opposed

to being saved or “earned” as a result of innovation or entrepreneurial initiative (in France, the percentage of total wealth that was inherited has risen from 35% in 1970 to 60% in 2021, Insee, 2021). This situation clashes with popular views crystallized by higher educational attainment and loftier democratic aspirations.

We believe that the time horizon is the most salient feature of the complex relationship between philanthropy and democracy. It is also the most instructive and problematic dimension. As a non-state, non-market entity, *philanthropy has the unique ability to carry out long-term planning and to not be constrained by the short-term imperatives* that increasingly characterize public policy and the profit-seeking objectives of financialized capitalism. In contrast to public authorities and market players, the third sector benefits from its ability to look to the future and to explore innovative solutions to society-wide issues. Within civil society, philanthropy boasts a level of expertise and financing that allows it to mobilize its resources in order to bring about long-term collective benefits⁴.

However, while the position that philanthropy enjoys within democracy is based on its ability to focus on the long term, it is necessary to consider whether it is the donor or the recipient that benefits most from philanthropic activity. For individuals, philanthropy and the tax benefits that it provides allows some of the most privileged in society to harmonize their own values and those of their families, which helps to explain the feelings of contentment and happiness expressed by many philanthropists (Sellen, 2019, p. 247). Philanthropy allows those who practice it to influence the long-term horizon on an individual, familial and collective basis (Duvoux, 2023). By anticipating collective and public choices, they commit not only their own future but that of society as a whole. In this view, social inequality can be redefined as time-frame inequality. The key challenge of philanthropy is therefore to broaden access to the long-time horizon, ensure greater control over one’s life and the ability to contribute to our collective destiny. Through public support, the well-off not only benefit from self-satisfaction but also the opportunity to contribute to shaping society.

The increase in socio-economic inequalities constitutes a second structural tension for philanthropy between its social purpose and its contribution to democracy,

4. The American philosopher Rob Reich (2018) emphasizes this as philanthropy’s major asset. In the most sweeping study to date on philanthropy’s credit and debit to democracy, he highlights the limitations of the case for philanthropy as a force conducive to pluralism. Philanthropy is often said to be beneficial in so far as it gives a platform to a plurality of values in the public space. For Reich, pluralism mostly serves to sustain the wealthy’s priorities in the public arena. The plurality argument is therefore untenable. To the contrary, it highlights how much philanthropy’s specific time horizon is its most evident value-added and the most solid justification of its contribution to democracy.

if democracy is understood as a set of norms and social relationships and not just a mode of designating leaders. This tension is all the more pronounced because philanthropy arises from the accumulation of wealth and therefore cannot be considered external to the phenomenon it seeks to address. Moreover, the objectives it sets itself, such as the ecological transition, imply that in terms of resource allocation and the social acceptability of the transition, a reflection on the distribution of wealth and resources is necessary, lest a gap widens between the main contributors to emissions on one side and the primary victims of climate change and biodiversity loss on the other.

BOX 1

Intergenerational Transmission of Wealth and Dynastic Reproduction

A democratic society is characterized by a concern for equality among its members. This equality is contradicted by what is known as “inequalities of destiny”, meaning social immobility. In France, this issue has been at the heart of the political debate for several years. The neoliberal orientation taken by public authorities in various sectors emphasizes equality of opportunity at the expense of equality of outcome, and based on this opposition – between the immediate reduction of inequalities on one side and the promise of equalizing opportunities on the other – constructs an action that, while very unequal, nonetheless carries a form of coherence. The “Third Way” of Tony Blair’s New Labour in the United Kingdom in the late 1990s and early 2000s found an echo in the formulations of Emmanuel Macron, the presidential candidate, in 2017. Education and capital endowments are the key to a promise of renewing social democracy on a meritocratic basis. Far from being limited to political discourse, this promise spreads, along with meritocratic ideals, to large segments of society, primarily elite higher education institutions. Even though the implementation of these policies is often very unequal – since tax cuts for the wealthiest are immediate, while investments in youth are more limited and have a more delayed effect – recalling the existence of these debates has the merit of highlighting the critical role of philanthropy in the tension between different ideals, each belonging to democracy.

Thus, when one is interested in the social practices and aspirations that drive it, philanthropy simultaneously occupies both poles of this new orientation and serves as both an observatory and a revealer of the contradictions within it – between the promotion of empowerment on one side and the reproduction (intergenerational transmission) of wealth on the other. There is indeed a contradiction because the ideal of equality of opportunity cannot, in reality, be separated from a reflection on equality of conditions,

especially when these intergenerational dynamics are taken into account, a point well highlighted by the economist Antony Atkinson in his latest book *Inequality: What can be done?*

The possibility of accessing the intimate details of several families as part of a study on family foundations has confirmed, following other studies, the importance of these intergenerational wealth transmission issues for philanthropists. In terms of mobilization, a dynastic concern is expressed, with the permanence of the transmitted capital being the object of a multifaceted effort to prepare heirs for their role and the accompanying responsibilities. The testimony of Marie-Jeanne Bouton, the main driving force behind a significant foundation in the fields of solidarity and empowerment of disadvantaged groups, highlights how central this issue is for the members of her family involved in the foundation. It is one of the initiatives that unite a family, linked by the ownership of shares, around projects and values. The coherence of the group's management is reinforced, conflicts are neutralized and appeased, and the founder's values are transmitted thanks to this family foundation.

Taking philanthropy into account mainly means changing our understanding of inequalities. That is, considering very strong monetary, wealth, and income inequalities as a starting point to illustrate a different relationship to the future and to society depending on social groups. For those who go to Restos du Cœur or similar organizations, the future is about daily survival, whereas for the wealthier, it is about the ability to live more serenely and even to contribute to the definition of collective choices. Therefore, the question is not, in my opinion, about liking the rich, but rather about how accumulated wealth does not become segregated and, above all, how it returns to society and helps organize it. Consequently, it is legitimate and essential to question the relationships between philanthropy and democracy, the conditions under which these private contributions, encouraged by public authorities, are legitimized by the state, in which areas, on what issues, and in what forms. Once we understand that they return to society (as, for example, when a billionaire buys a newspaper to promote their views, with a whole range of capacities to influence society), we must then question the mechanisms of control and transparency on these issues that they induce. But what matters most to me is to show that we generally misinterpret wealth. Because it is not so much a stock of values, wealth, or an amount of resources, but rather to explain that philanthropy is a conversion of wealth into social power. This does not mean that it is (only) self-interested. But it produces that effect, and it is precisely this effect that must

be uncovered and critically analyzed. Ultimately, philanthropy is, in my opinion, a way of transforming capital into a form of power in society, which does not mean that it is not sincere or effective.

Philanthropy beyond objectivism and subjectivism

Considering philanthropy as an investment and reintegrating it into elite practices⁵ opens the way to articulating subjectivist and objectivist perspectives on this set of practices. To do this, philanthropy must first be considered as a secondary phenomenon, both chronologically and analytically. It is secondary in time because it only occurs after the accumulation of capital. It is secondary in the order of importance of phenomena because it is this accumulation, and it alone, that makes the donation of a part, often very limited, of the capital possible. The new golden age of philanthropy is thus understood as an echo and an extension of the developments in fortunes in “new” sectors of activity, such as the financial sector and information and communication technologies, which have experienced very rapid growth and have made rapid accumulations possible, a part of which, minimal but visible, is converted into philanthropy. From this point of view, philanthropy is inseparable from the increase in income inequalities, but also and especially in wealth, of which it is an ambiguous expression, presenting itself as a remedy while emanating from and maintaining or preserving the cause (Giridharadas, 2018). Many philanthropists express an acute awareness of the inequalities from which they objectively benefit, and many derive from this awareness, linked to their inheritance or to the “fortunate” part of their personal success – often intertwined – motives to give, which we will return to.

Philanthropy is thus a secondary phenomenon insofar as it cannot be analyzed in isolation from the other social properties of philanthropists. As Nicolas Guilhot argues, philanthropy should not be analyzed as a phenomenon with its own inherent reasons for existence, structures, organizations, spokespersons etc., but rather as: “A secondary phenomenon that can only be understood against the backdrop of a practice of wealth accumulation, which is necessarily primary” (Guilhot, 2006, p. 8).

In this objectivist approach, philanthropy must then be reintegrated into a set of practices and strategies through which the wealthiest families and groups ensure the reproduction of their status and domination. This framework acknowledges philanthropy’s role in the dynastic reproduction mechanisms of great fortunes and avoids viewing it simply as a social convention. It also avoids the mistake of

5. This is one of the issues of introducing the dossier “Entreprises philanthropiques” de Déplade, Depecker and Larchet, 2018, pp. 9-27.

considering the wealthy as seceding from the society from which they derive their wealth. Therefore, philanthropy cannot help but integrate into a multidimensional and dynamic understanding of wealth. Whether consciously or not, philanthropy is part of a set of reproduction strategies, particularly family reproduction strategies, which condition practical and symbolic arrangements among family members down to the smallest detail. It is also an integral part of wealth management, aimed at ensuring its longevity:

The practice of philanthropy can be analyzed as one of the strategies – whether conscious or not – available to economic elite and wealthiest families (major industry, trade, or finance leaders, heirs or creators of fortunes) to ensure conditions of reproduction, but not limited to it. It thus participates in what Pierre Bourdieu termed reproduction strategies, among which we are interested in succession strategies (aimed at transmitting wealth across generations) and economic investment strategies. (Déplaudé, Depecker and Larchet, 2018, p. 15).

In this perspective, philanthropy is a particularly heuristic indicator of the relationship that the dominant classes have with their wealth. Philanthropy is thus, for example, a part of wealth management. It serves as a tool for intergenerational transmission of a certain relationship to wealth, characterized by an objective mastery of legal and fiscal frameworks as well as a pronounced subjective sense of responsibility linked to the possession of this wealth. It appears as a vector for qualitatively transforming family ties, aimed at ensuring their continuity through the management of wealth and the consolidation around shared values. Once freed from normative vestiges and lack of contextualization, which are certainly prohibitive in social sciences, these results remain extremely valuable. Regarding these studies, which are not entirely autonomous from a scientific standpoint, as expressing the viewpoint of the sector through their modes of funding is double-edged. It may lead to dismissing their scientific value altogether, or it may lead to considering them as stable and formalized indicators of the values and meanings valued by the sector, expressed in a theoretical framework. These sources of satisfaction can then be reintegrated into a triangle linking them to elements of happiness (the subjective dimension of gift analysis) and wealth reproduction (the objective dimension of gift analysis).

At the subjective level, the process of converting economic capital into symbolic capital materializes in an operation aimed at coherence and qualitative transformation of the resources held, finalized in a sense by the act of giving. We will also see that engaging in philanthropy allows for a crossing of class barriers within the social and economic elites themselves. A diversity of motives for giving has been

highlighted, using the method of international comparisons to identify fundamental and cross-cutting drivers of philanthropic giving. For instance, René Bekkers and Pamela Wiepking (2010, pp. 924-973) illuminated eight main motivations for philanthropic giving through a review of comparative literature of empirical cases. These motivations include awareness of need, solicitation, cost-benefit calculation, altruism, reputation, psychological benefits, values, and effectiveness. Following a similar research direction, the work of Beth Breeze and Theresa Lloyd, based on a British sample, showed a convergence of motivations with the previous study. They demonstrated that the most significant factors include believing in a cause, acting as a catalyst for change, personal fulfillment, feeling a duty and responsibility to share wealth, valuing relationships developed through philanthropic activities, viewing philanthropy as an appropriate use of wealth, considering philanthropy as an interesting educational tool, appreciating the social recognition gained as a philanthropist, and feeling enriched through philanthropy in life (Breeze et Lloyd, 2013).

Since the mastery provided by ownership is not given but constructed, the result of a process of appropriating one's own resources⁶, these resources truly become one's own and can only be transmitted through significant personal and educational investment. Philanthropists project themselves into society and their wealth into projects, thereby developing mastery over their own resources and preparing to transmit this mastery to their descendants. In a context where inheritance becomes a structuring element of wealth once again, the transmission of a disposition to make it grow can paradoxically only occur through a (very) minor dispossessing of the family's wealth stock. This is why philanthropy is simultaneously a mechanism for converting economic wealth into symbolic capital, an instrument serving a family reproduction strategy, and a source of profound satisfaction. Nevertheless, through these means, philanthropic giving has a collective dimension and frames the future, concerning not only the donor's individual future but also the associations they fund, the beneficiaries they reach, and the selection of causes deemed worthy of support and how they should be supported. The mastery of individual and family futures inherently involves taking control of the collective future, an overflow of private wealth into public affairs. This is why philanthropy is a phenomenon of major importance for understanding democracy and the threats it faces in an era of rising wealth inequalities.

6. For Bourdieu, the transmission (without dissipation) of inheritance also implies, in Marx's terms, that "the inheritance appropriates the heir", meaning that the heir has internalized dispositions suited to the inheritance. This concept is discussed by Pierre Bourdieu in "Le mort saisit le vif" (1980, p. 7).

Philanthropy and the State

An examination of the links between philanthropy and democracy reveals the tension between the private source of donations and their purpose, i.e. the public interest. In France, this public interest is recognized and defined by the state, which regulates the philanthropic sector through its membership of the board of trustees of Foundations of Public Benefit. It also issues rules on the legal status of foundations, financial and activity reporting requirements, and tax incentives. Although they are grounded in a set of legal, regulatory, and tax rules, relations between public authorities and philanthropic organizations are rather complex. *In practice, philanthropy and the state cooperate closely on a range of issues and on many levels.* In order to outline these connections and identify actionable insights, we highlight some of these characteristics, starting with their multiple forms.

Foundations are rooted in a social and institutional context that they, in turn, influence. Foundations either complement or supplement public programs or mediate between civil society and public authorities. On the other hand, they can also serve as checks on power or, on the contrary, emulate state action. This section will present the full spectrum of relationships that exist between foundations and public authorities in order to precisely determine the contribution made to democracy by philanthropy.

The welfare analysis brings into sharp relief the social and societal alignments resulting from a given institutional arrangement. In the UK and Denmark, young adults leave the parental home much earlier on average than in Spain or Italy. This is not because they yearn for independence, but because they live in a society where fundamental social arrangements, and therefore social solidarity, rely either on the market (as in the UK), government scholarships (Denmark), or the family unit (in Italy and Spain). Much like other sectors, philanthropy is embedded in social arrangements.

The work of Danish sociologist Gøsta Esping-Andersen (1990), and political scientists Peter Hall and David Soskice (2001) on the variants of capitalism and the state's place within each of them provides insights on how to distinguish the social, economic, and political settings in countries in the Global North. Building on the typology outlined in their work, Helmut Anheier and Siobhan Daly (2006) classified the role of foundations in 18 countries (in the US and Europe) and their connection with the State. The authors observed the following macro-models:

BOX 2
Four Models of Voluntarism

The social-democratic model: a strong third sector, foundations complement a strong social welfare regime (Sweden, Norway, Finland, Denmark); a close relationship between the philanthropic sector and for-profit industries.

The corporatist model, with a range of possible configurations:

a State-centered model with a relatively weak philanthropic sector and state supervision of foundations (France, Belgium, Luxembourg).

A civil society-centered configuration, where foundations are in some form of subsidiarity relationship with the state, especially in the field of social welfare and education (Germany, the Netherlands, Austria, Switzerland, and Lichtenstein).

The Mediterranean model: operative foundations are traditionally linked to the catholic church and grant-making foundations are a more recent phenomenon (Spain, Italy, Portugal).

Liberal model: a strong philanthropic sector. Clear boundaries between the philanthropic and for-profit sectors. Foundations represent an autonomous and parallel sector to government, and sustain the plurality of values (Australia, USA, UK, and, arguably, Canada)

The peripheral model: a weak philanthropic sector. A specific solidarity role is played by diaspora communities; foundations fill in the gaps in public services (Ireland, Greece).

The post-statist model: a weak philanthropic sector. Foundations have been developing rapidly since the end of the Cold War; philanthropy works in parallel with the welfare state (post-communist and socialist Eastern and Southeastern European States.)

This classification allows us to clearly frame our understanding of the development of foundations within the specific societal context they belong to. However, it should be stressed that this must be done in a nuanced manner. First and foremost, this is because the events of recent decades have reshaped the philanthropic landscape. For example, in France, which was long considered one of the countries most resistant to the promotion of private philanthropy, tax abatements for donations are among the highest in the world (66% of a donation is tax-deductible from income tax) and the cap on total deductions is among the lowest (20% of taxable income). Furthermore, the landscape is changing rapidly: half of the foundations in Switzerland were created less than 20 years ago, while from 2001 to 2022, France also saw a five-fold increase in the number of foundations and legal statuses. Philanthropic causes also vary greatly between countries. In the Netherlands and the UK, there

is a preponderance of religious donations; international solidarity dominates in Germany, Belgium, and Switzerland. In France and Spain, most private donations are aimed at supporting the most vulnerable groups in society. These observations show how those operating in the philanthropic sector are shaped by the society and the period in which they exist.

Many historians have highlighted the extent to which modern foundations created in the 19th century have departed from their original form, mission, and operational methods. David Hammack and Helmut Anheier (2010) describe US foundations as “versatile” institutions. At the beginning of the 20th century, foundations built institutions (universities, hospitals, public libraries etc.). In the middle of the century, in search of a new purpose, some supported social movements; others influenced public policy by placing new items on the agenda and establishing think tanks; while others still became specialized in experimentation, in the hope that tried and tested innovations would eventually be adopted by the state or the market. More recently, from the 1980s onwards, there has been an emergence of a new generation of foundations with specific characteristics based on the fact that they are the result of quickly made fortunes in the tech and financial sectors. Today, new operational methods are emerging: the use of financialized capitalism (“philanthrocapitalism”), techno-optimism, or even an aspiration for greater social justice, even if this means redefining the very basis of the philanthropic model (namely philanthropic support for social change).

Foundations have not been the only proactive factor in effecting this change. The surrounding societal context has been the prime agent of this shift. The influence of the social environment on the mission of foundations can be seen in the change in social causes over time. Illnesses like tuberculosis, which once were a central focus for foundations, have nowadays receded into the background. Other causes, like the fight against climate change, have now taken central stage following decades in which they received little attention from philanthropy. *Societal change is also marked by the evolution of the state, the expansion or contraction of social welfare mechanisms, the space, or lack thereof, afforded to civil society organizations or foundations, and the issues included in state programs or delegated to the philanthropic sector.*

To summarize the contributions of researchers who have studied the relationship between philanthropy and the state, several points emerge. The first, and most important, is the ongoing hybridization of sectors that are often portrayed at best as separate and at worst as opposed. Once this hybridization is acknowledged, philanthropy can either seek to contribute, through private means, to public action – this is the “contributory” model. Conversely, it can seek to innovate and invent other ways of addressing and dealing with problems, avoiding being overly constrained by

BOX 3

A Rebel Heir: Patrick Lescure, Founder of “Un Monde par Tous”

Patrick Lescure is the heir of an industrial dynasty. Far from disowning this background, he is the chronicler and genealogist of his large family, the guardian of the memory of a group that, under the leadership of his father, an industry captain deeply influenced by Christianity, grew alongside its enrichment during the company's growth. Like all his siblings, Patrick Lescure benefited significantly from the increase in his wealth during the initial public offering of the family business, a prominent French industrial flagship. However, he rejects the legitimacy of the inequalities from which he benefits and fights against the rupture with democracy and human dignity that wealth gives him, even as it creates poverty for others. He ties his philanthropic approach to a critique of the wealth from which his foundation originates and seeks to redistribute this capital. Going further, he finances actions that challenge various forms of domination (social, racial, patriarchal) and that share the goal of undermining the reproduction of inequalities. Through his foundation, “Un Monde par Tous”, he has decided to work towards eliminating wealth disparities that he considers unjust, despite benefiting from them himself. This foundation redistributes a significant and meaningful portion of the dividends he receives. His radical and participatory approach challenges the very distribution that makes it possible, and far from being contradictory, his wealth is aligned with his ideals. “Un Monde par Tous” supports numerous associations that combat ecological predation, social inequalities, the treatment of the poor and migrants, as well as the reproduction of gender and racial inequalities.

While it is a minority approach within the field of philanthropy, his approach is not isolated (Lefèvre, 2018). It is characterized by a proportion of wealth dedicated to the foundation that is much higher than that of other foundations, and by a more committed support for politically challenging the established social, political, and economic order. His approach resonates deeply with the work of Patrick Minot, himself a former philanthropist who spent all the capital he wished to dedicate to his foundation, providing reasoned justification.

urgency and/or administrative routines. This approach is referred to as the “disruptive” model of philanthropy, borrowing categories coined by Aaron Horvath and Walter Powell in both cases (2017).

In reality, these orientations often coexist. It is interesting to rely on a specific example to describe the contours of this diversity of action logics. In the field of food aid in France, sociologist Rémi Guillem⁷ distinguishes a “contributive philanthropy of donors” and a “disruptive philanthropy of foundations”. Following an analysis of the field of actors in food aid, he points out that, while it certainly involves foundations, donor philanthropy refers to a model of financing philanthropic activities based on mobilizing a large number of small donors, requiring an entire campaign fundraising engineering (charity events, salaried collectors etc.). In the sector studied, foundation philanthropy is more based on mobilizing a small number of donors (usually foundation founders) and internal expertise of philanthropic organizations, tasked with redistributing these funds based on a regularly updated thematic strategy.

Often, these two frameworks are hybrid, and foundations act on cognitive frameworks, seeking to influence the public policy agenda as well as modes of intervention, particularly when they are operational rather than solely distributive. The dilemmas regarding the democratic legitimacy of foundations reflect their actions, while studying them also reveals the limitations of challenging established patterns, even when such challenges are claimed. Following an investigation into a foundation combating minority poverty in Boston, I demonstrated that philanthropic action (or “gift-giving”) cannot justify its existence through “democratic procedure” or “population choice”. Instead, its sole source of legitimacy lies in the “voluntary” participation of residents in impoverished and segregated neighborhoods (i.e., their “counter-gift”). This participation, in turn, legitimizes the existence of foundations and nonprofits with the state. The government has indeed implemented significant tax deductions that philanthropists can benefit from due to their investment in social affairs.

In a context of the weakening of the social state and the strengthening of the penal state at the expense of the American working class, foundations appear as the only sources of resources for precarious populations just above the poverty line and excluded from social benefits. Moreover, primarily focused on changing people’s mindsets, their action does not seek to challenge the structural inequalities of soci-

7. These passages are borrowed from the contribution of Rémi Guillem. “Philanthropies de l’alimentation en France: état des lieux français, paradigmes internationaux, actions concrètes”, *Working Paper de PSSP*, to be published. We thank the author for authorizing us to mobilize his analyzes.

ety in any way. Finally, despite criticisms regarding the supposed dependence of the poor on welfare, philanthropic organizations nevertheless create a new dependence (Duvoux, 2015).

This contribution to the naturalization of inequalities does not represent the general truth of the sector. Especially in the United States, one can identify foundations that are structured directly with the objective of empowering the supported groups and/or vulnerable groups within the philanthropic process, often with a deliberate withdrawal of donors and even foundation professionals. The movement of “social change philanthropy” or “social movement philanthropy” (Faber and McCarthy, 2005) has particularly addressed this issue, exemplified by organizations like the Haymarket People’s Fund (Ostrander, 1995) and the Funding Exchange network. The “Rebel Heirs” movement (Lefèvre, 2018) further deepens this approach of alternative philanthropy (Lurie, 2016; Ostrander, 1995; Ostrander, Silver and McCarthy, 2005, pp. 271-289).

The conditions of a successful reform

However, these examples remain in the minority. The overall logic is one of hybridization, mutual learning, and gradual progress where philanthropic action patterns permeate public action by adapting to it, while public action also makes room, either by constraint (often budgetary) or conviction (pro-market). Take the example of the Impala Avenir foundation, established in 2018; here too, dynamics highlight the evolving nature of relationships between public authorities and philanthropic actors on one hand, and the reciprocal adaptation of both parties on the other.

Florian DuBoÿs, founder of Impala Avenir, began his philanthropic career after selling his digital infrastructure company to an American group. Armed with substantial capital, an extensive network, and technical expertise in the cables his company installed that provide nationwide high-speed internet coverage, he embarked on philanthropic activities. Initially through an endowment fund and later through a foundation established jointly with his wife.

The original intention is to address the issue of “Neet” (Not in Employment, Education, or Training) youth. This population is identified as the most at risk of social exclusion and abandonment by institutions, although this abandonment must be contextualized: numerous measures exist, such as the Youth Commitment Contract (CEJ), which combines measures to support income and employment for young people. The challenge for the founder is to develop an approach to direct employment access through short-term training deliberately presented as “non-qualifying, non-diploma-bearing, non-certifying”. The original idea is to “Uberize”

vocational training pathways, modeled after the school system, which is both unequal in distribution and linked to inequity (both characteristics are related). The goal is for any motivated individual to return to employment, with the training provided not imposing any administrative filters or age criteria, even though, in practice, neighborhoods in the city policy are targeted. Social inclusion through the market is promoted by this initiative, which challenges the “diploma society” and opposes dominant logics in training provision.

Short, accessible, and packaged with a focus on aligning with the visual codes of youth, the Digital Plumbers School is rapidly expanding across the territory and offered in various formats. Different project leaders imprint their mark, while the foundation provides guidance, purchases technical equipment, and establishes relationships with professional federations whose job promises are crucial to the Digital Plumbers’ proposition. Skills-based philanthropy is mobilized to facilitate the alignment between hands-on learning and the concrete needs of businesses. Positioned in a high-demand field, the initiative spreads not only geographically but also across diversified sectors.

Initially focused on wiring and racking jobs, the training program expands into the “data center” segment and extends to Building and Public Works, aiming to bring employment opportunities as close as possible to the trainees’ living areas. Even though the idea is to create a direct link between labor supply and demand while minimizing essential prerequisites (such as skills, basic math, and soft skills) needed to enter the workforce, the Digital Plumbers initiative is developing in close and growing interaction with public authorities. Local Employment Missions (Missions Locales) are essential prescribers of the program. Moreover, far from being passive recipients of resources and mechanically applying established schemes, project leaders influence the directions. For instance, a second-chance school may complement the collective dimension of the initial program with highly individualized follow-up, aligning it with the most standardized public action frameworks structured around individual projects (Duvoux et Vezinat, 2020).

This project-oriented logic is also favored by Departmental Councils responsible for social policies, and their interest in the program contributes to its redirection. Initially, the initiative had to actively seek project leaders and support before becoming sought after by institutional actors due to its earned reputation and relevance to perceived social needs. Departments responsible for Active Solidarity Income (RSA) have requested, in exchange for project funding, the removal of age barriers and accessibility for RSA beneficiaries. Similarly, as it moves towards institutionalization, the program is being reformulated with a pre-qualification logic more compatible with prevailing individual journey approaches in public action.

These institutional learning trajectories between public authorities and philanthropic organizations lead to a nuanced view, often idealized, from philanthropic experimentation enabled by the freedom to allocate resources to public sector appropriation for scaling up. This appropriation occurs in both directions, and the hybridization of actors is enduring. While initially challenging state actions radically, the foundation gradually defines its role within the network of actors (public and private) that drive it. State actions draw inspiration from initiatives developed by private actors. Philanthropic contributions can only enrich the public good by appropriating its references and action logics through close dialogue with actors in the social state, who in turn find resources and initiatives from philanthropic actors to support their own agendas (Duvoux et Vezinat, 2022, pp. 65-82).

References

- BEKKERS, Renée & WIEPKING, Pamela. (2010), "A literature review of empirical studies of philanthropy: Eight mechanisms that drive charitable giving". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40 (5): 924-973.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), "Le mort saisit le vif". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 32-33: 3-14.
- BREEZE, Beth & LLOYD, Theresa. (2013), *Richer Lives: Why rich people give*. London, Directory of Social Change, Pears Foundation, University of Kent, 25 p.
- DÉPLAUDE, Marc-Olivier; DEPECKER, Thomas & LARCHET, Nicolas. (2018), "La philanthropie comme investissement. Contribution à l'étude des stratégies de reproduction et de légitimation des élites économiques". *Politix*, 1 (121): 9-27.
- DUVOUX, Nicolas. (2023), *L'avenir confisqué. Inégalités de temps vécu, classes sociales et patrimoine*. Paris, PUF.
- DUVOUX, Nicolas. (2015), *Les oubliés du rêve américain. Philanthropie, État et pauvreté urbaine aux États-Unis*. Paris, PUF.
- DUVOUX, Nicolas. (2018), "Les valeurs de la philanthropie". *Informations Sociales*, 1-2 (196-197): 38-46.
- DUVOUX, Nicolas & VEZINAT, Nadège. (2020), *Les plombiers du numérique. Un cas d'école*, Impala Avenir Développement, PSSP.
- DUVOUX, Nicolas & VEZINAT, Nadège. (2022), "Quand le collectif remobilise l'insertion". *Agora Débats/Jeunesse*, 2 (91): 65-82.
- GIRIDHARADAS, Anand. (2018), *Winners take all. The elite charade of changing the world*. Nova York, Penguin Random House.
- GUILHOT, Nicolas. (2006), *Financiers, philanthropes. Sociologie de Wall Street*. Paris, Raisons d'Agir.

- GUILLEM, Rémi. “Philanthropies de l'alimentation en France: état des lieux français, paradigmes internationaux, actions concrètes”. *Working Paper de PSSP*, à paraître.
- HAMMACK, David & ANHEIER, Harmut K. (2010), *American foundations: Roles and contributions*. Washington, Brookings Institution.
- HORVATH, Aaron & POWELL, Walter P. (2017), “Contributory or disruptive: Do new forms of philanthropy erode democracy?”. In: REICH, Rob; CORDELLI, Chiara & BERNHOLZ, Lucy. *Philanthropy in democratic societies. History, institutions, values*. Chicago, University of Chicago Press.
- INSEE, Institut National de la Statistique et des Études Économiques. (2021), *Revenus et patrimoine des ménages*. Insee Références.
- LEFEVRE, Sylvain A. & MONIER, Anne (dir.). (2021), *Philanthropes en démocratie*. Paris, PUF. La vie des idées.fr.
- LURIE, T. (2016), *Change, not charity. The story of the funding exchange. A pioneer in social justice philanthropy*. Nova York, The Funding Exchange.
- MCGOEY, Lindsey. (2012), “Philanthrocapitalism and its critics”. *Poetics*, 40 (2): 185-199. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2012.02.006>.
- OSTRANDER, Susan A. (1995), *Money for change: Social Movement philanthropy at Haymarket People's Fund*. Philadelphia, Temple University Press.
- OSTRANDER, S. A.; SILVER, I. & MCCARTHY, D. (2005), “Mobilizing money strategically: Opportunities for grantees to be active agents in social movement philanthropy”. In: FABER, D. & MCCARTHY, D. (eds.), *Foundations for social change*. Lanham, MD, Rowman and Littlefield, pp. 271-289.
- REICH, Rob. (2018), *Just giving: Why philanthropy is failing democracy and how it can do better*. Princeton, Princeton University Press.
- ROSANVALLON, Pierre (1992), *Le sacre du citoyen. Histoire intellectuelle du suffrage universel en France*. Paris, Seuil.
- SELLEN, Charles. (2019), “Is philanthropy a way for the wealthy to convert wealth into happiness? Preliminary exploration in France”. In: BRULÉ, Gaël & SUTER, Christian (dir.). *Wealth(s) and subjective well-being*. Nova York, Springer.
- ZUNZ, Oliver. (2011), *Philanthropy in America: A history*. Princeton, Princeton University Press.

Abstract

Philanthropy and the neoliberal government of inequalities

The article discusses the tension between philanthropy and the governance of inequalities in the neoliberal era by first showing the tension between the egalitarian imperative of democracy and philanthropy, drawn from private wealth and the social power of its owner. Then it analyses the very conception of wealth that the consideration of philanthropy allows to develop, emphasizing the relationship between well-being on the one hand and social control on the other hand. This conception puts forward the relationship of capture that emerges between philanthropy and public action. The final part of the analysis is dedicated to discussing a case of mutual learning, inviting to a processual analysis of reform.

Keywords: Philanthropy; Inequalities; Neoliberalism; Reform; Public Action.

Resumo

Filantropia e governança neoliberal das desigualdades

O artigo discute a tensão entre a filantropia e a governança das desigualdades na era neoliberal, abordando, primeiro, a tensão entre o imperativo igualitário da democracia e a filantropia, originada da riqueza privada e do poder social de seu detentor. Em seguida, aborda a própria noção de riqueza que a consideração da filantropia permite desenvolver, enfatizando o elo entre bem-estar pessoal e controle social. Essa concepção ilumina a relação de captura que emerge entre a filantropia e a ação pública. A parte final da análise discute um caso de aprendizagem mútua, convidando a uma análise processual da reforma.

Palavras-chave: Filantropia; Desigualdades; Neoliberalismo; Reforma; Ação pública.

Texto recebido em 04/07/2024 e aprovado em 02/09/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226828.

NICOLAS DUVOUX is professor of sociology at Paris VIII University, researcher at Cresppa-LabTOP. E-mail: nicolas.duvoux@univ-paris8.fr.



Clivagens emergentes no mundo empresarial brasileiro

Apoiadores e críticos da extrema direita

Rodrigo Cantu*

<http://orcid.org/0000-0002-6099-1200>

Introdução

A partir de 2013, o Brasil entra em uma crise multidimensional, que instaura uma “conjuntura fluida” (Dobry, 2014) de transformações em vários âmbitos da vida nacional. A compreensão desse momento é talvez um dos principais temas a ocupar as ciências sociais brasileiras. Com início na crise de legitimidade instaurada pelos protestos de junho de 2013 (Alonso e Mische, 2016; Alonso, 2017), a crise é aprofundada pela “grande recessão brasileira” de 2014 a 2016. A contração econômica foi a maior de todas as crises já enfrentadas pelo país, e a recuperação ao nível de renda pré-crise foi a mais lenta (Codace, 2017; Rossi e Mello, 2017). Diferentes interpretações da crise econômica já estão disponíveis para a comunidade de cientistas sociais (Barbosa, 2017; Dweck e Teixeira, 2017; Carvalho, 2018). A esses fenômenos se juntam ainda as turbulências no mundo político institucional (Santos, 2017; Singer, 2018; Teixeira, Dweck e Chernavsky, 2018; Avritzer, 2019; Miguel, 2022) e o aguçamento de tensões na sociedade brasileira no geral (Costa, 2018; Grün, 2018), culminando na ascensão da extrema direita e na eleição de Jair Bolsonaro.

O processo de desdemocratização vivenciado pelo Brasil (Ballestrin, 2018) ganha um ímpeto renovado com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro. Dos vários

* Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

atores envolvidos nesse tipo de movimento histórico, os empresários assumiram conhecidamente um papel saliente em outras conjunturas críticas da política e da sociedade brasileiras, tanto em processos de desdemocratização (Dreifuss, 1981), como de democratização (Cruz, 1995). No atual contexto de crise democrática, o empresariado se posicionou de maneira incomum: ora apoiando, ora condenando o governo Bolsonaro, o mundo empresarial não apenas voltou a abandonar sua típica discrição política, como também demonstrou fissuras pouco conhecidas. Nesse cenário, despontam várias questões a uma sociologia política do empresariado. Que atores do mundo empresarial apoiaram a agenda e a desconstrução institucional realizada pelo governo Bolsonaro? Que atores se manifestaram criticamente contra elas – a despeito da comparativa falta de contundência de suas expressões? Há um conjunto de propriedades que permite entender essa clivagem emergente no mundo empresarial? Que fatores estão relacionados ao extremismo de direita de parte do empresariado nacional?

O presente artigo busca examinar essas questões empiricamente, com base em um conjunto de dados original de atores do mundo empresarial, reunido com informações disponíveis publicamente. Visando a uma análise exploratória da relação entre, por um lado, o posicionamento político e, por outro lado, as propriedades sociais de atores empresariais e suas organizações, utilizamos principalmente a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) como técnica capaz de elaborar um quadro de afinidades e oposições mais relevantes. Buscou-se ainda comentar os resultados à luz de algumas discussões que podem lançar as bases de pesquisas futuras sobre os conjuntos de propriedades associados ao apoio e à crítica à extrema direita entre esses atores.

Na próxima seção, apresentamos a emergente clivagem empresarial que se manifesta ao longo do governo Bolsonaro. Os dados e a metodologia são descritos na terceira seção. Após a discussão dos resultados na quarta seção, encerramos com comentários finais e um balanço das contribuições e lacunas deste estudo.

Desconstrução institucional e fissuras no mundo empresarial

Durante o governo Bolsonaro, uma agenda do executivo alinhada a uma doxa econômica hegemônica não deixou de existir. A reforma previdenciária e a autonomia do Banco Central – que foram efetivamente aprovadas – e as propostas de reformas tributária e administrativa ilustram esse fato. Entretanto, a existência de uma agenda de mudanças conservadoras radicais foi talvez um de seus traços distintivos. Atores empresariais tentaram, por exemplo, distinguir uma agenda “econômica” – supostamente mais consensual entre elites econômicas – de uma agenda “ideológica” de

Bolsonaro (Scaramuzzo, 2021). A relação conflituosa do executivo federal com o legislativo foi um vigoroso obstáculo à ampla institucionalização de qualquer uma dessas agendas (Avritzer, Kerche e Marona, 2021). Com o maior alinhamento com o Congresso nos últimos anos de governo, as possibilidades do executivo em avançar suas pautas antes se diluíram do que aumentaram, na relação mais negociada que passou a vigorar entre os dois poderes.

A reduzida capacidade de deixar um legado na lei não ofuscou o ímpeto reformista do governo Bolsonaro, levado a cabo por vias infralegais. Inúmeras áreas passaram por um processo de desconstrução ou reconversão institucional: da cultura às políticas para mulheres, passando pelas políticas sociais (Gomide, Silva e Leopoldi, 2023). As políticas de saúde e ambientais se destacam no cenário de degeneração das políticas públicas, com notórios casos de degradação ambiental e com o fracasso do enfrentamento da pandemia de covid-19. Por um lado, o governo tensionou ou desmobilizou várias instâncias participativas e colegiadas para debate e gestão de políticas públicas (Bezerra *et al.*, 2024). Por outro lado, com mudanças no quadro regulatório e intimidação de servidores em posições chave, o governo logrou reduzir a contestação de uma burocracia – resistente e profissionalizada – e silenciar os trabalhadores do setor público. Desse modo, sua agenda ideológica pôde avançar em várias áreas (Bersch e Lotta, 2024). Essas medidas buscavam o desmonte do tipo de aparato estatal construído desde o fim do regime autoritário, pois, na visão do presidente Jair Bolsonaro, “antes de construir é preciso desconstruir muita coisa no Brasil” (Mendonça, 2019).

Entre as elites econômicas brasileiras, fissuras começam a aparecer já a partir do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, com relação a sua agenda ambiental. Em meados de 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou dados indicando uma aceleração do desmatamento na Amazônia. Os dados foram objeto de várias críticas de Bolsonaro e levaram à demissão do presidente do INPE, o renomado cientista Ricardo Galvão. A degradação ambiental na região amazônica se tornou tangível ao resto do país em agosto de 2019, quando uma nuvem de fumaça de grande abrangência chegou ao Sudeste e Sul, oriunda de queimadas nos estados do Acre e Rondônia. Em São Paulo, “o dia virou noite”¹ em 19 de agosto, em função da densidade da fumaça em conjunção com outras condições meteorológicas.

O debate suscitado por esses eventos mobilizou parte do mundo empresarial brasileiro, em torno de uma carta endereçada ao vice-presidente Hamilton Mourão, demandando providências contra o desmatamento. A carta – circulada amplamente por vários jornais – foi assinada por líderes de 38 grandes empresas, visando Mourão

1. Esse era a *hashtag* de publicações em redes sociais, com fotos da cidade escura no meio da tarde.

como interlocutor, uma vez que ele também ocupava o cargo de coordenador do Conselho da Amazônia.

As políticas de gestão da pandemia de covid-19 do governo federal também tornaram visível a oposição de parte do mundo empresarial. Em meio à crescente percepção de fracasso das iniciativas sanitárias de Bolsonaro, é publicada em março de 2021 a carta aberta “O país exige respeito: a vida necessita da ciência e do bom governo”. Assinada por um grupo de economistas, líderes empresariais e banqueiros (pouco mais de duzentos originalmente), a carta faz um diagnóstico sombrio do Brasil à época, que pode ser lido como uma crítica à ineficácia do governo. Apresenta ainda uma lista de providências então urgentes, principalmente quanto à implantação de medidas sanitárias mais eficazes e à ampliação da vacinação.

Merece uma atenção sociológica especial a crítica – por mais branda que seja – de atores empresariais que, em outros contextos, se manifestam com muita discrição sobre suas preferências e aversões políticas. Direcionada contra um governo de extrema direita, consensualmente entendido com pró-negócios, ela também foi acompanhada de uma defesa tácita de outra parte da comunidade empresarial. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, iniciada em abril de 2021, revelou, por exemplo, como várias figuras do mundo dos negócios estavam envolvidas na formulação, disseminação e implementação das ideias endossadas por Bolsonaro sobre a doença e seu combate. Se esse alinhamento é mais visível no âmbito das políticas de saúde durante a pandemia, ele também pode ser constatado na área ambiental. Atestam esse apoio implícito as difusas, mas contínuas, queixas contra a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a política de demarcação de terras indígenas e quilombolas. É emblemática a nomeação do empresário catarinense Jorge Seif Junior para a pasta da Pesca do governo Bolsonaro, que ocorreu a partir de um encontro algumas semanas depois do segundo turno de 2018, a fim de levar ao presidente eleito uma série de reivindicações, entre elas a denúncia do excesso de fiscalização ambiental.

Material e métodos

Dados: coleta e construção de variáveis para uma análise exploratória

A fim de examinar a variedade dos posicionamentos no mundo empresarial e sua relação com as propriedades sociais de seus agentes, elaboramos um conjunto de dados quantitativos com 124 indivíduos e quinze variáveis categóricas. A seleção dos indivíduos teve como critério a aparição do ator empresarial em registros publicizados de manifestação com relação ao governo Bolsonaro ou a alguma de suas

políticas específicas. Para levantar um grupo de indivíduos que expressaram críticas ao governo, consideramos os atores empresariais presentes nas duas cartas abertas contra políticas ambientais e sanitárias de Bolsonaro: a carta sobre o desmatamento de julho de 2020, endereçada ao vice-presidente Hamilton Mourão, e a carta aberta “O país exige respeito: a vida necessita da ciência e do bom governo”, sobre as políticas de combate à pandemia de covid-19.

Os nomes de atores empresariais com posicionamentos favoráveis a Bolsonaro foram levantados por meio de buscas nos jornais *Valor* e *O Globo*. Em função da amplitude do material dessas fontes, selecionaram-se alguns períodos e um episódio específico, para a coleta dos dados: os anos de 2018 e 2019 – para ter em conta o movimento de ascensão eleitoral e o início do governo Bolsonaro – e também o primeiro semestre de 2023 – considerando os impactos de inquéritos que envolvem Bolsonaro e empresários. O levantamento inicial foi realizado nas ferramentas de busca das páginas da internet dos referidos jornais com os termos “empresário” e “Bolsonaro”. Dos retornos originais, foram selecionadas as matérias, nas quais empresários se expressavam favoravelmente a Bolsonaro ou eram relacionados ao político de extrema direita. Adicionalmente, elencaram-se atores envolvidos em um episódio relevante de confirmação de apoio ao então presidente: o encontro de Bolsonaro em um jantar com um grupo de empresários em abril de 2021. O encontro aconteceu como uma reação à Carta “O país exige respeito...” e constitui um momento propício para explorar as divisões do mundo empresarial.

A elaboração de uma lista de indivíduos do grupo “crítico” obedece a um critério suficientemente nítido: a subscrição de uma manifestação de descontentamento com relação a determinada política do governo. Entretanto, a lista de apoiadores de Bolsonaro reúne atores que se relacionam com o então presidente de maneiras muito variadas. Em nosso conjunto de dados, decidimos incluir indivíduos que se envolveram ativamente na campanha eleitoral de 2018 – seja em movimentos e comitês ou em cartas aos funcionários da empresa; que concentraram grandes doações de campanha em Bolsonaro (e não em outros candidatos); que entraram em algum momento no governo; que participaram de encontros com Bolsonaro, com conhecida intenção de manifestar apoio; ou ainda que apareceram em inquéritos sobre práticas ilegais envolvendo o apoio ao presidente, tais como no inquérito sobre *Fake News* ou sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023². Foram deixados de fora

2. Esses tipos de relação com Jair Bolsonaro foram a base da construção de uma variável sobre o “contexto da posição” política do ator empresarial, como indicado na Tabela 1. Cabe observar que, para os indivíduos que expressaram críticas ao governo, a lista de signatários dos dois manifestos considerados não se sobrepõe: quem assinou um não assinou o outro. Para os apoiadores, há sobreposição entre as categorias. Por exemplo, Luciano Hang, dono da empresa de comércio Havan, foi doador de campanha,

indivíduos que fizeram grandes doações de campanha, mas que também o fizeram para outros candidatos; e figuras menos conhecidas que apareceram nas matérias de jornal, com nomes comuns e pouca precisão com relação a sua origem geográfica e ramo de negócio, difíceis de serem distinguidos de homônimos (por exemplo: Rodrigo Morais, Celso Rocha).

As virtudes e possíveis vieses da seleção de casos em manifestações publicizadas de crítica ou apoio merecem ainda algum comentário. Talvez como principal vantagem heurística, esse critério permite focar a investigação no “núcleo duro” da clivagem empresarial que emerge a partir de 2018. Trata-se de uma parte “ativa politicamente” da esfera empresarial: pessoas que, por exemplo, assinaram documentos públicos de intervenção política ou que aceitaram ter seus nomes mencionados em reportagens em que sua associação com Bolsonaro era evidenciada. Como resultado, o conjunto de indivíduos selecionados é muito variado, representando empresas de diferentes setores e escalas de operação. Ao lado de atores filiados a gigantes transnacionais, constam ainda pequenos empresários, de perfil mais discreto, para os quais é mais difícil encontrar informações – o que responde pela proporção elevada de “NAs” para algumas variáveis. Isso sugere que a emergente divisão política do empresariado é transversal a outros marcadores de diferenciação desta esfera.

Essas características variadas dos indivíduos selecionados não devem dissimular, entretanto, suas limitações. Em contraste com essa exaltação dos ânimos políticos, é muito plausível supor que, para boa parte do universo dos negócios, essa politização seja ignorada ou mesmo indesejável. Assim, é possível explorar uma dimensão emergente das divisões do mundo empresarial – por meio de uma politização extrema de direita e suas reações – com os atores que efetivamente estão engajados nos contenciosos dessa querela. Como desvantagens, os dados seguramente oferecem respostas muito limitadas ao leitor em busca de um retrato da real demografia das diferenças nas opiniões políticas do empresariado (quantos são a favor, quantos são contra?). É possível supor que a amostra levantada subestima a proporção de atores empresariais que apoiam Bolsonaro. Enquetes sugerem que seu respaldo era muito amplo, mesmo em contextos adversos³. Não sendo esse, porém, o tema específico

esteve em encontros com Bolsonaro, fez campanha e participou de atos pró-Bolsonaro, além de constar em inquéritos relacionados à ação de grupos ligados a Bolsonaro. Optou-se então por uma codificação em torno de um “contexto principal” que expresse o posicionamento do indivíduo, que tem uma lógica “quase ordinal”, onde “Doadores/Encontros” expressa a relação menos intensa com Bolsonaro, “Campanha/Atos_B” uma relação moderada e, finalmente, “Inquéritos” a relação mais forte. Concluindo a exemplificação, Luciano Hang é então codificado em “Inquéritos”, para essa variável.

3. Em um exercício com o conjunto de dados do Datafolha disponível no Consórcio de Informações Sociais (<https://nadd.prp.usp.br/cis/>), sobre a avaliação do governo Bolsonaro em maio de 2021, é possível identificar o quão disseminado era o apoio de empresário em geral. Em uma tabulação cruzada

deste estudo, esse tipo de viés não deve prejudicar as conclusões tiradas dos dados quantitativos.

A problemática aqui explorada visa antes a avaliar se existem perfis sociológicos específicos relacionados ao apoio ou à crítica a Bolsonaro. Para tanto, foram levantadas várias informações sobre os indivíduos selecionados e organizadas em variáveis categóricas para a análise quantitativa. As unidades de análise do conjunto de dados são os indivíduos; porém, foram ainda reunidas informações sobre suas empresas, a fim de complementar o quadro de propriedades exploradas. Com relação às fontes, foi necessário perfazer uma ampla gama de referências, considerando a correspondente variedade de indivíduos selecionados. Para atores do mundo empresarial de destaque, é possível encontrar reportagens em jornais e publicações empresariais com detalhes biográficos suficientes. Todavia, nossa amostra conta ainda com indivíduos de pouca visibilidade tanto no meio empresarial quanto na esfera pública em geral. Para esses, a disponibilidade de informações é mais restrita; então recolhemos informações ainda em publicações de internet de veículos menos consagrados⁴ e dos perfis dos indivíduos em redes sociais, especialmente do *LinkedIn*. Como princípio de seleção das fontes, consideramos ao final todo tipo de fonte, desde que ela fosse pública na internet e que não houvesse razão para duvidar da veracidade de seu conteúdo.

As informações das empresas colocaram também alguns desafios que merecem ser comentados. Seus perfis são igualmente variados: algumas são de capital aberto, outras de capital fechado; algumas são gigantes multinacionais, e outras pequenos empreendimentos locais; algumas são empresas de tecnologia, enquanto outras são do setor primário ou de indústria tradicional. Esse quadro resulta em uma disponibilidade também muito desigual de informações. Para as empresas de capital aberto, buscamos o volume do faturamento para o último ano disponível, geralmente 2023, em documentos de suas páginas da internet dedicados a relações com investidores (demonstrações financeiras e relatórios anuais). Em casos em que não foi possível identificar essas informações nesses documentos ou para empresas de capital fechado, utilizamos fontes alternativas, como verbetes da *Wikipédia* ou estimativas da base de dados da empresa de consultoria Econodata ou da rede social *LinkedIn*, disponíveis publicamente na internet. Essas fontes foram importantes também para o levantamento do número de empregados das empresas, uma vez que essa informação não é obrigatória nos documentos de empresas de capital aberto.

entre a variável de avaliação do governo e ocupação, quase 50% dos empresários avaliavam o governo como ótimo ou bom, 25% como regular e 25% como ruim ou péssimo. Um resultado contundente, em se tratando de um contexto de crise da pandemia.

4. Por exemplo: uma reportagem da página de um sindicato patronal na internet.

As informações foram organizadas em quinze variáveis, divididas em cinco grupos, como indicado na tabela 1. Ainda fora desses grupos, situamos a “variável dependente” do posicionamento do ator empresarial: se a favor ou crítico ao governo Bolsonaro. Ao se considerar esse conjunto de variáveis, torna-se patente a relevância de uma análise exploratória dos dados, como foco principal do estudo. É difícil se chegar a conjecturas inequívocas sobre a relação entre o posicionamento do ator empresarial e suas propriedades sociais. Em uma de suas principais lições, os estudos sobre a nova extrema direita e o neoconservadorismo no Brasil os caracterizam como fenômenos socialmente intrincados, compostos por alinhamentos múltiplos. Assim, uma determinada propriedade social pode não apresentar uma relação unívoca com a tomada de posição política.

Por exemplo, elaboramos uma variável sobre gênero, pois as vicissitudes da agenda de igualdade de gênero são centrais no debate sobre a emergência do neoconservadorismo no Brasil e no mundo (Biroli, 2020). Considerando que o neoconservadorismo endossa uma visão tradicional dos papéis de gênero, com a manutenção de hierarquias entre, por exemplo, homem e mulher, pode-se esperar que mulheres tenderiam a ser mais críticas a Bolsonaro. Entretanto, a relação entre extremismo de direita e gênero pode ser complexa: a promoção de visões conservadoras sobre gênero não é realizada apenas por homens, mas conta também com protagonistas mulheres relevantes, principalmente por influência religiosa (Solano, Rocha e Sendretti, 2024). Assim, embora crucial para uma análise das clivagens aqui tratadas, não é possível conjecturar uma relação específica entre gênero – aqui, em uma perspectiva simplificada de homens e mulheres – e apoio / crítica a Bolsonaro.

O mesmo vale para indicadores *proxy* de classe. Construimos uma variável sobre a origem geográfica dos indivíduos, tendo em mente uma diferenciação entre centros com maior ou menor acúmulo de capitais e, portanto, melhor ou pior situados em uma hierarquia regional brasileira. Nesse sentido, a origem regional pode ser carregada como um componente facilitador ou um obstáculo às estratégias de reprodução ou ascensão em jogos sociais de elites econômicas. Adicionalmente, construimos variáveis sobre o capital cultural de indivíduos, objetivado em títulos acadêmicos, pelo curso realizado no ensino superior e pela instituição frequentada. Assim como cursos mais prestigiosos devem servir de trunfos no ingresso e percurso em meios de elites econômicas, a passagem por instituições de maior prestígio também abona o acesso a posições dominantes. Contrastadas com a literatura, essas medidas de desigualdade de classe não se relacionam de modo cristalino com o posicionamento político neoconservador. O bolsonarismo, em um primeiro olhar, tem apelo elitista; entretanto, ele também é sabidamente enraizado em classes populares (Rocha e Solano, 2021), especialmente em sua intersecção com o neopentecostalismo (Côrtes,

2021). Portanto, cabe antes explorar que tipo de relações entre classe de origem e posicionamento aparecerá nos dados, tendo em vista a impossibilidade de definir uma conjectura coerente sobre essa relação.

Finalmente, as informações sobre as empresas foram levadas em consideração, entendendo que elas podem constituir meios sociais importantes nos quais as visões políticas dos indivíduos são formadas. Assim, diferentes formas de empresa podem formar diferentes visões de mundo. Elaboramos variáveis sobre setor, regime de propriedade (fechado ou aberto), nacionalidade do capital (doméstico ou estrangeiro), faturamento e número de empregados. Elas foram reunidas tendo em mente os apontamentos da literatura sobre os possíveis fatores de divisão na ação política do empresariado no Brasil. Em ruptura com estudos das décadas de 1960 e 1970, um conjunto de publicações de revisões das pesquisas brasileiras e latino-americanas sobre empresariado – influenciados por uma matriz interpretativa institucionalista – destaca a variedade de interesses e capacidade de ação desses atores (Kirschner e Monteiro, 2002; Mancuso, 2007; Monteiro, 2008; Beltrán, 2012). Essa variedade se fundamenta na igual diversidade do empresariado, em termos de setor, escala de operações, entre outros fatores de diferenciação. Outro debate relacionado ao tema aqui estudado é o das mudanças no campo gerencial brasileiro nos últimos trinta anos, com a correlata introdução e adaptação ao país de modernos princípios internacionais de governança corporativa (Grün, 2015). No bojo dessas mudanças, a emergência dos discursos e práticas de sustentabilidade empresarial (SE) desponta como uma de suas principais dimensões (Sartore, 2012; Barreiros, 2018, 2021).

O foco do debate sobre a ação política do empresariado recai em particular sobre as formas de atuação coletiva, a fim de avançar a agenda de certo círculo de empresas. Em um contexto de deslocamento do foco dessa ação – do executivo para o legislativo com a redemocratização (Diniz e Boschi, 2004) –, a diversidade do mundo empresarial renova sua força enquanto fator estruturante da organização coletiva desses atores. Essa rica tradição de pesquisa oferece, porém, poucas conjecturas sobre a emergente clivagem empresarial engendrada pela ascensão da extrema direita. Assim, com relação aos atributos das organizações, há poucas pistas nessa literatura para pensar relações específicas entre um conjunto de variáveis e o posicionamento extremista dos atores (ou sua crítica). Este estudo procede então de maneira exploratória, visando justamente a contribuir com novos achados para a sociologia política do empresariado brasileiro.

Por sua vez, o surgimento da sustentabilidade empresarial (SE) como diretriz para a governança corporativa pode sugerir que empresas com propriedades comumente associadas a tais práticas correspondam mais à crítica ao governo Bolsonaro. Embora filtradas por uma ótica mercantil hegemônica (Sales e Cantu, 2021), a SE endossa

posições inclusivas e sensíveis a questões ambientais e sociais, o que a distanciaria, em princípio, do *ethos* bolsonarista. Portanto, testaremos se estão efetivamente relacionadas com o posicionamento pró-Bolsonaro as categorias de empresas com maiores escalas de operação (maior faturamento e mais funcionários), de setores mais “modernos” e tecnológicos, de capital aberto e de origem estrangeira – supondo que essas seriam características de organizações mais envolvidas com a SE. Nossos dados permitem ainda avaliar se a posição na empresa reflete essas dinâmicas, ao explorar se altos quadros gerenciais – pretensamente mais implicados na lógica da SE – se diferenciam de proprietários em seu posicionamento político.

Abordagem metodológica

Com o intuito de realizar uma análise exploratória dos dados, optamos por fazer tabulações cruzadas das variáveis categóricas e por rodar uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) com todas as variáveis. As tabulações servem como “análises parciais” das relações entre a questão que funciona como “variável dependente” – o posicionamento de apoio ou crítica ao governo Bolsonaro – e demais atributos. Entretanto, um retrato mais rico das relações entre essas propriedades dos agentes e empresas só emerge com a utilização de uma técnica que permita examinar a relação entre o conjunto das variáveis simultaneamente; por isso, apelamos também para a ACM. A estrutura da problemática aqui explorada, envolvendo uma variável que funciona como variável dependente, pode remeter ao uso de análise de regressão, especialmente um modelo de regressão logística. Tal técnica foi empregada, por exemplo, por Rennó (2022), para examinar a relação entre voto em Bolsonaro e propriedades dos eleitores. Apesar das contribuições do referido estudo e dos méritos da técnica utilizada, a regressão logística pertence a um paradigma de “efeitos líquidos” de análise de dados (Ragin, 2009) – ou seja, ela estima o efeito líquido de cada variável independente na variável explicada, controlado pelo efeito de todas as outras. Associações mútuas podem apenas ser levadas em conta com termos interativos, cuja interpretação envolve maior complexidade (Goertz e Mahoney, 2012). Como tentamos averiguar precisamente as inter-relações entre as variáveis de nosso conjunto de dados, a ACM se mostra uma técnica mais adequada.

A ACM tem grandes vantagens para o exame da inter-relação entre categorias de um conjunto de dados com diversas variáveis categóricas. A tradição francesa de análise de dados a inclui na família das Análises Geométricas de Dados, ao lado, por exemplo, da Análise de Componentes Principais (ACP) (Le Roux e Rouanet, 2004). A ACM segue a lógica da ACP, ao reduzir a complexidade original da relação entre as variáveis em eixos que maximizam a variância dos dados (ortogonais uns

aos outros). Assim, é possível examinar a relação entre as categorias dos dados em dimensões que expressam as maiores diferenças possíveis de perfis entre as unidades de análise (Le Roux e Rouanet, 2004; Le Roux e Rouanet, 2010; Hjellbrekke, 2018; Kluger, 2018; Bertonecelo, 2022).

Com diferentes usos possíveis, a ACM também serve como ferramenta para a análise exploratória, ao oferecer à investigadora um quadro imagético da relação entre as variáveis, sem qualquer hipótese prévia sobre essas relações. Assim, os padrões emergem indutivamente dos próprios dados (Benzécri, 1969). Outra vantagem da ACM consiste na lógica relacional implícita em sua operação (Lebaron e Le Roux, 2013). Ao invés de definir perfis de atores do mundo empresarial de modo “essencialista” – por um conjunto de características fixas aos grupos –, a ACM elabora um quadro em que grupos de indivíduos são definidos uns com relação aos outros. Essa abordagem “transacional” ou “relacional” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968; Emirbayer, 1997) é pertinente, pois é possível crer que as possíveis clivagens emergentes no mundo empresarial se devem a reações mútuas entre distintos grupos de empresários. Oriundas de um contexto histórico particular, essas codefinições e coposicionamentos tiveram outras formas no passado e poderão se transformar no futuro⁵. Com a ACM, oferecemos, portanto, uma configuração relacional historicamente situada dessa clivagem.

Resultados

As tabulações cruzadas do posicionamento político com as demais variáveis constam nas figuras 1 e 2. Na apresentação gráfica dessas tabulações, a parte branca da barra corresponde à proporção de indivíduos que expressaram uma posição crítica, e a parte cinza à proporção que manifestou apoio a Bolsonaro. Para as variáveis de propriedades sociais básicas, há, em primeiro lugar, uma diferenciação geracional, na qual mais velhos (nascidos antes de 1959) tendem a apoiar mais Bolsonaro que gerações mais jovens (nascidos após 1960). Em termos de diferenças regionais, é marcante a maciça proporção de indivíduos originários do sul do Brasil que demonstraram apoio (mais de 90%). Alternativamente, atores empresariais com origem no exterior e nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo tenderam à crítica. Cabe sublinhar ainda a maior proporção de apoiadores homens que mulheres.

5. Cruz (1995) pode servir como ilustração da importância dessa perspectiva, ao examinar historicamente a mudança de posição do empresariado brasileiro com relação ao regime autoritário instaurado em 1964, que, em meados da década de 1970, de apoiador passa a ser crítico do regime.

TABELA 1

Variáveis, categorias, estatísticas descritivas e contribuições da ACM específica

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	%	CONTRIBUIÇÃO EIXO 1	CONTRIBUIÇÃO EIXO 2
Posicionamento político					
Posição	Apoio	55	44,4	8,61	0,45
	Crítica	69	55,6	6,86	0,36
Contexto da posição	Campanha/Atos_B	20	16,1	4,31	0,11
	Carta_Covid	31	25	1,90	10,19
	Doadores/Encontros	17	13,7	2,01	1,19
	Inquéritos	18	14,5	2,44	0,21
	Manifesto_ceos_Ambiental	38	30,6	5,22	4,31
Propriedades sociais básicas					
Gênero	Homem	117	94,4	0,01	0,15
	Mulher	7	5,6	0,13	2,43
Geração	-1959	41	33,1	0,60	0,30
	1960-1969	27	21,8	1,10	0,92
	1970-	22	17,7	0,11	0,14
	NA	34	27,4		
Origem geográfica	CO-N	6	4,8	0,54	0,06
	Exterior	8	6,5	1,46	0,51
	NE	10	8,1	0,09	0,00
	RJ_Capital	13	10,5	0,33	0,93
	S	15	12,1	2,73	0,86
	SE	18	14,5	0,31	0,68
	SP_Capital	37	29,8	1,18	0,99
NA	17	13,7			
Capital cultural					
Formação	Administração	17	13,7	0,11	0,02
	Direito	7	5,6	0,31	0,17
	Economia	27	21,8	1,87	7,78
	Engenharias	26	21	0,66	1,84
	NA	35	28,2	4,33	0,46
	Outras	12	9,7	0,11	0,80
Instituição de formação (UNIVERSIDADE)	Estrangeira	7	5,6	1,54	0,12
	FGV	9	7,3	0,19	0,13
	Privada-capitais	16	12,9	0,00	0,14
	Privada-interior	6	4,8	1,19	0,22
	Pública-capitais	15	12,1	1,47	0,39
	Pública-interior	8	6,5	0,01	0,19
	PUCs	12	9,7	0,81	4,56
	USP	13	10,5	0,58	0,18
NA	38	30,6			

Pós-Graduação	Não	75	60,5	3,78	1,04
	Sim	49	39,5	5,79	1,60
Ingresso e posição no mundo empresarial					
Herdeiro?	NA	93	75	0,46	0,02
	Sim	31	25	1,37	0,05
Cargo	Executivo	52	41,9	5,70	0,58
	Proprietário	72	58,1	4,12	0,42
Propriedades básicas da empresa					
Setor	Agronegócio	16	12,9	2,28	0,24
	Comércio	7	5,6	0,64	0,06
	Construção	8	6,5	1,08	0,05
	Consultoria	16	12,9	0,41	7,67
	Finanças	24	19,4	1,79	0,83
	Manufatura <i>low-tech</i>	11	8,9	0,14	0,88
	Manufatura <i>mid/high-tech</i>	14	11,3	0,47	1,07
	Minação/Energia	8	6,5	2,35	2,24
	Serviços	20	16,1	0,68	0,28
	Origem do capital da empresa (PROVENIÊNCIA)	Estrangeiro	16	12,9	3,54
Nacional		108	87,1	0,52	0,40
Regime de propriedade (CAPITAL)	Aberto	51	41,1	2,54	4,93
	Fechado	73	58,9	1,77	3,45
Escala de operações					
Número de empregados (NUM_EMPREGADOS)	Até 100	33	26,6	0,00	9,96
	100-2500	18	14,5	0,58	0,12
	2500 – 20 mil	29	23,4	0,00	3,95
	Mais de 20 mil	23	18,5	2,64	2,09
	NA	21	16,9		
Faturamento	Até 100 mi	14	11,3	0,20	5,72
	100 mi - 1 bi	31	25	0,23	1,93
	1 bi - 10 bi	30	24,2	0,05	2,83
	Mais de 10 bi	24	19,4	3,75	3,13
	NA	25	20,2		

Obs.: As doze categorias que mais contribuem para cada eixo (20% do total de categorias) estão assinaladas em negrito. Abaixo do nome das variáveis, entre parênteses, consta o nome da variável como ela aparece no gráfico da ACM, quando distinto do nome na tabela.

Os indicadores de capital cultural também mostram distinções salientes entre os dois grupos. A formação nas áreas de Administração, Economia e Engenharias apareceu mais relacionada à crítica, em comparação com outras áreas de formação; já os indivíduos para os quais não foi possível encontrar informações sobre formação (NA) tendem ao apoio a Bolsonaro (80%). Para o caso da categoria NA, é plausível supor que a falta de informações disponíveis se deva à ausência de uma formação no ensino superior. Quanto à instituição de formação, as universidades privadas do interior se destacam com a maior proporção de apoiadores (mais de 80%). Finalmente, os indivíduos com pós-graduação tendem majoritariamente à crítica a Bolsonaro (70%). Para as variáveis de ingresso e posição no mundo empresarial, a proporção de apoiadores vindos de famílias com patrimônio econômico e legatárias de empresas foi superior à dos críticos ($2/3$ vs $1/3$). O inverso foi o caso para a categoria NA, para a qual se pode presumir que a falta de informações significa justamente a ausência do patrimônio familiar. Nesse grupo de variáveis, cabe ainda apontar que há uma tendência de apoio entre proprietários e, inversamente, uma tendência de crítica entre executivos – entendidos de maneira ampla: de CEOs a membros de conselhos, que não são acionistas controladores.

Essas relações fornecem algumas pistas para começar a discussão sobre padrões de diferenciação dos grupos. Nesse primeiro olhar, apoiadores e críticos se distinguem principalmente em termos de capital cultural e de localização em hierarquias simbólicas nacionais. Os críticos tendem a apresentar não apenas mais credenciais acadêmicas (pós-graduação), mas também credenciais com maior reputação (formação no exterior, USP, FGV, públicas de capitais e PUCs). Ademais, procedem geograficamente de regiões dominantes: dos dois principais centros urbanos do país e do exterior – os oito estrangeiros do conjunto de dados vêm, em sua maior parte, dos Estados Unidos, Austrália ou Europa Ocidental, salvo um da Venezuela. Inversamente, os apoiadores não apenas têm menos formação, como também têm formação em instituições de menor reputação (privadas do interior). Igualmente, eles estão presentes em maior proporção em regiões que, embora não totalmente periféricas e preteridas, são menos proeminentes nas hierarquias simbólicas nacionais (região Sul, por exemplo). Observando as condições diferenciais de ingresso e de posição no mundo empresarial, apoiadores parecem possuir “carteiras” de recursos sociais compostas primordialmente por capital econômico e por muito menos capital cultural. São proprietários, muitas vezes herdeiros, porém com títulos acadêmicos menos legítimos, vindos de regiões menos proeminentes.

Com relação às diferenças de gênero, a proporção de homens apoiadores de Bolsonaro é ligeiramente superior à de mulheres (45% vs 30%). Entretanto, essa comparação tem como pano de fundo a profunda assimetria entre o número de homens e

FIGURA 1

Tabulação cruzada entre posição política e variáveis de propriedades individuais
(Branco: crítica / Cinza: apoio)

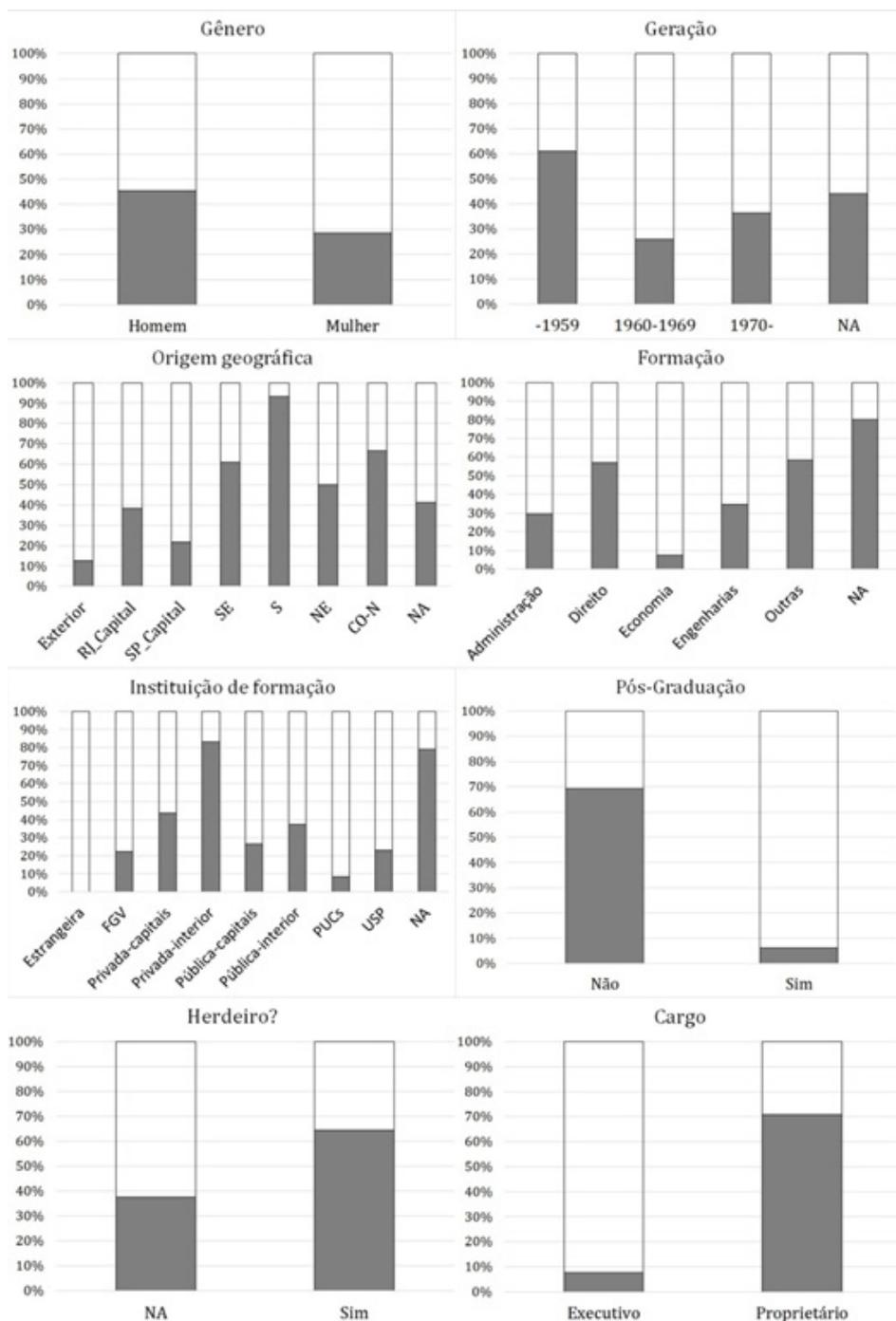
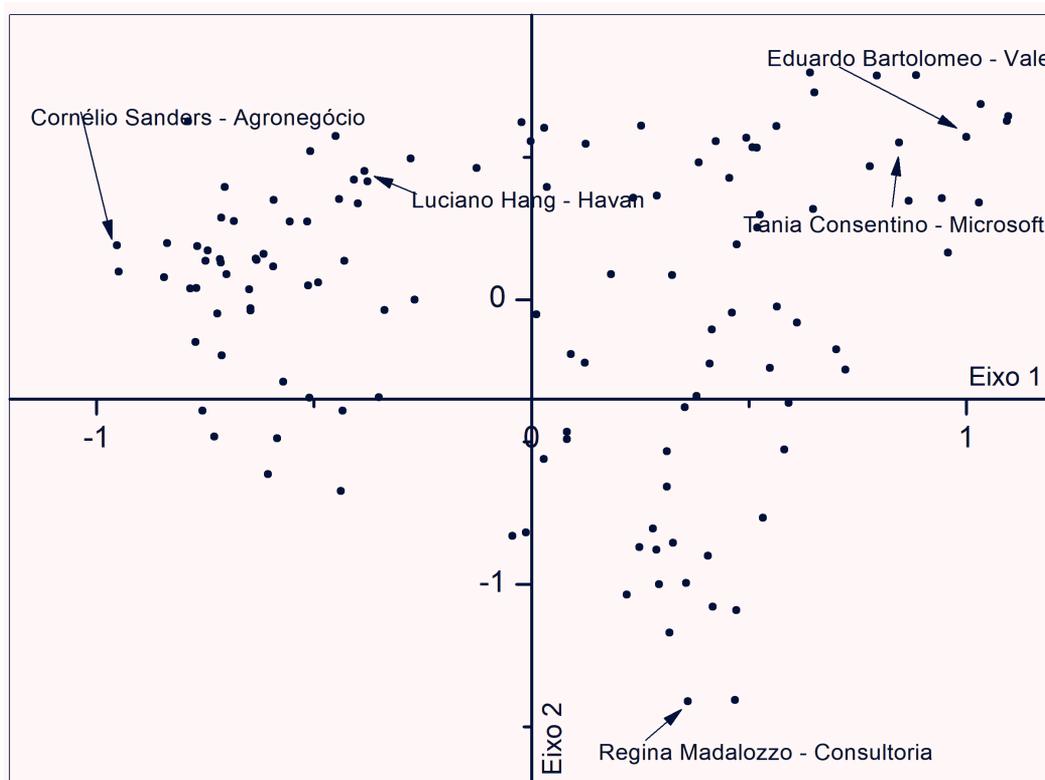


FIGURA 2

Tabulação cruzada entre posição política e variáveis de propriedades das empresas
(Branco: crítica / Cinza: apoio)



mulheres na população examinada: apenas sete mulheres apareceram entre as pessoas levantadas pelos critérios desta pesquisa, representando apenas 6% do total. Nesse sentido, talvez chame menos a atenção que uma maior proporção de mulheres seja crítica a Bolsonaro – em comparação com os homens – do que a reconfirmação da profunda desigualdade de gênero nas cúpulas do mundo empresarial, que os dados sustentam. A despeito das rupturas sugeridas pelas clivagens emergentes do mundo empresarial, elas permanecem um jogo majoritariamente masculino.

Considerando as variáveis das propriedades básicas das empresas (figura 2), o apoio a Bolsonaro mostrou-se predominante entre os indivíduos em organizações dos setores do agronegócio, comércio, construção e serviços. Nos demais setores – consultoria, finanças, manufatura e mineração/energia –, a posição crítica apareceu em maiores proporções. A crítica foi ainda a posição preponderante nas empresas estrangeiras e de capital aberto. Com relação à escala de operações, é possível constatar que, quanto maior essa escala – em faturamento e número de empregados –, maior é a tendência à crítica. Sobre essas variáveis, cabem ainda dois comentários

adicionais. No número de empregados, a categoria “até cem empregados” apresenta maior proporção de indivíduos críticos. Esse resultado se deve à concentração de empresas de consultoria – em nossa amostra, quase todas com menos de cem empregados – no posicionamento crítico. Além disso, nas categorias “NA” nas variáveis de escala, o apoio a Bolsonaro aparece como predominante. É muito plausível que esse resultado se insira na tendência menor-escala/maior-apoio, pois as empresas para as quais não foi possível encontrar essas informações são justamente organizações menores, menos conhecidas e de capital fechado, para as quais tampouco há interesse da imprensa especializada – em que encontramos vários dados para empresas maiores, mesmo de capital fechado.

É possível interpretar essas relações como complementares às regularidades encontradas nas variáveis de propriedades dos indivíduos. As grandes empresas, de capital aberto e multinacionais seriam justamente o reino do “homem de empresa”, em contraste com os “capitães de indústria”, seguindo a ponderação clássica de Cardoso (1964). Em contraste com a segunda, a primeira figura está associada às funções gerenciais que efetivam a concepção racional e técnica de organização empresarial, com um planejamento e horizonte de ganho de médio e longo prazo. Converge então a preponderância do posicionamento crítico entre os indivíduos nas grandes empresas com a necessidade de maiores e melhores credenciais acadêmicas para acesso a seus postos de comando, como identificado nas propriedades dos indivíduos. Embora plausíveis, esses aparentes feixes de propriedades são apenas sugeridos, por meio de exames parciais de tabulações cruzadas entre duas variáveis de cada vez. Passamos agora aos resultados da ACM, que permitem avaliar se esses conjuntos de propriedades aparecem simultaneamente nos mesmos grupos de indivíduos.

Foram rodados dois modelos de ACM: um com todas as categorias e uma segunda ACM específica (Le Roux e Rouanet, 2004, pp. 203-213), com algumas categorias passivas (ignoradas nos cálculos de elaboração dos eixos). Nesse segundo modelo, as categorias “NA” foram colocadas como passivas para todas as variáveis, salvo para Formação e Herdeiro. Para a Formação, consideramos que a ausência de informação era uma *proxy* satisfatória para a ausência de formação no ensino superior e, por essa razão, a categoria foi mantida. A mesma lógica justifica a manutenção da categoria NA da variável Herdeiro: pouco ocultável para o jornalismo econômico – especialmente no caso de grandes patrimônios –, a ausência de informações sobre essa condição pode servir de boa aproximação à ausência de legado patrimonial. Os resultados para os dois modelos são similares: a interpretação substantiva dos eixos permanece a mesma quando se usa a ACM específica, sugerindo a robustez do modelo elaborado. Entretanto, no modelo com todas as categorias, algumas “NAs” possuem contribuições importantes para a formação, principalmente do eixo 1. Por essas categorias

TABELA 2

Categorias com maiores contribuições para a formação dos eixos 1 e 2

CATEGORIA	CONTRIBUIÇÃO	COORDENADA
EIXO 1		
NEGATIVAS		
CONTEXTO_POSIÇÃO.Campanha/Atos_B	4,30962	-1,15559
ORIGEM.S	2,734126	-1,06283
POSIÇÃO.Apoio	8,606826	-0,98478
FORMAÇÃO.NA	4,332991	-0,87591
CARGO.Proprietário	4,118772	-0,59541
PÓS_GRADUAÇÃO.Não	3,781652	-0,559
POSITIVAS		
POSIÇÃO.Crítica	6,860513	0,784973
CARGO.Executivo	5,702916	0,824418
PÓS_GRADUAÇÃO.Sim	5,788242	0,85561
CONTEXTO_POSIÇÃO.Manifesto_CEOs_Ambiental	5,218321	0,922517
FATURAMENTO.Mais de 10 bi	3,75272	0,984392
PROVENIÊNCIA.Estrangeiro	3,539986	1,170959
EIXO 2		
NEGATIVAS		
SETOR.Consultoria	7,670631	-1,55849
FATURAMENTO.Até 100 mi	5,722735	-1,43908
UNIVERSIDADE.PUCs	4,560502	-1,3876
CONTEXTO_POSIÇÃO.Carta_Covid	10,186376	-1,29026
NUM_EMPREGADOS.Até 100	9,962022	-1,2367
FORMAÇÃO.Economia	7,782224	-1,20842
CAPITAL.Fechado	3,446417	-0,48907
POSITIVAS		
FATURAMENTO.1 bi - 10 bi	2,83325	0,69172
CAPITAL.Aberto	4,933106	0,700041
CONTEXTO_POSIÇÃO.Manifesto_CEOs_Ambiental	4,306188	0,75771
FATURAMENTO.Mais de 10 bi	3,131682	0,813077
NUM_EMPREGADOS.2500 – 20 mil	3,949805	0,830687

serem redundantes com outras relevantes para a formação do eixo 1 (categorias de menor escala de operações e de instituição de formação, por exemplo), optamos por apresentar neste artigo apenas os resultados da ACM específica (doravante, simplesmente ACM), pois ela releva um maior leque de categorias não redundantes para a formação dos eixos. Indicadores de qualidade das representações das relações entre

categorias nos eixos, as taxas modificadas de variância para os três primeiros eixos são, respectivamente, 47%, 28% e 6%. Uma vez que o terceiro eixo apresentou uma baixa taxa modificada e sua interpretação substantiva não acrescentou à análise aqui empreendida, focaremos no exame dos eixos 1 e 2, que respondem por 76% da taxa modificada acumulada.

Para auxiliar na interpretação dos eixos, a tabela 1, além de apresentar variáveis e categorias, mostra as contribuições de cada categoria para a formação dos eixos 1 e 2. Adicionalmente, a tabela 2 traz, para os eixos 1 e 2, as doze categorias que mais contribuem para sua formação (20% do total de categorias), discriminando ainda entre aquelas que se situam no lado positivo e no lado negativo do respectivo eixo. A distribuição de todas as categorias no plano dos eixos 1 e 2 pode ser consultada no gráfico 1. Nessa representação, a variação no tamanho dos ícones segue a magnitude de sua contribuição para a formação dos dois eixos. O gráfico 2 apresenta ainda os indivíduos no plano dos eixos 1 e 2. Como apoio adicional para o exame dos resultados, o gráfico 3 mostra as elipses de concentração das categorias da variável “Posição”, e o gráfico 4 as elipses da variável “Setor”.

O eixo 1 expressa a divisão entre apoiadores e críticos no mundo empresarial brasileiro, acompanhada do conjunto de propriedades associado a cada posição. Para sustentar essa interpretação, remetemos à importância das categorias da variável de posição política: tanto a categoria de “apoio” quanto a de “crítica” têm contribuições relevantes para a formação desse eixo; ademais, essas duas categorias se localizam em polos opostos do eixo. Especificando esse posicionamento, aparecem ainda opostas as categorias de presença, por um lado, em atos pró-Bolsonaro e suas campanhas eleitorais e, por outro lado, na carta dos CEOs a Mourão sobre a questão ambiental. Sobre as propriedades associadas, destacam-se três referentes ao capital cultural: as categorias “NA” da formação e de ausência de pós-graduação (ambas à esquerda do gráfico) se opõem à categoria de indivíduos com pós-graduação. Complementando esse quadro, também foram relevantes para a formação desse eixo as categorias de proprietário e de origem sulina, associadas ao apoio. Do lado da crítica, aparecem ainda as categorias de origem estrangeira do capital da empresa e de faturamento superior a R\$ 10 bilhões.

O eixo 2 manifesta principalmente a diferenciação entre o grupo de críticos ao governo Bolsonaro: de um lado, os signatários da carta dos CEOs sobre o meio ambiente; de outro lado, signatários da carta de empresários e economistas sobre o combate à pandemia. Para essa interpretação concorre a posição dessas respectivas categorias e suas contribuições (ver tabela 2). Particularmente importantes são as propriedades diferenciais da parte negativa do eixo (parte de baixo do gráfico), que distingue – como é possível observar no gráfico 2 – um conjunto de indivíduos do

GRÁFICO 1

Plano dos eixos 1 e 2 da ACM – categorias

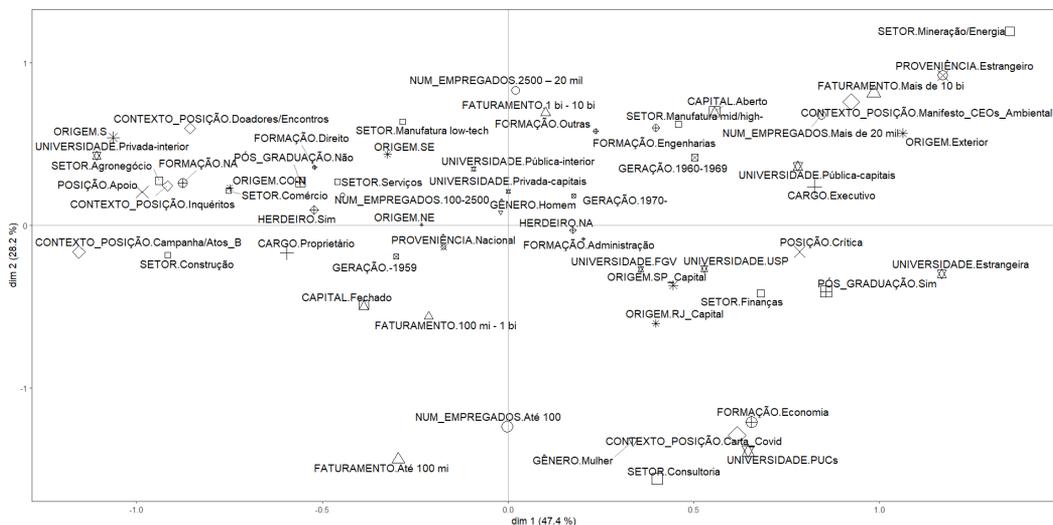
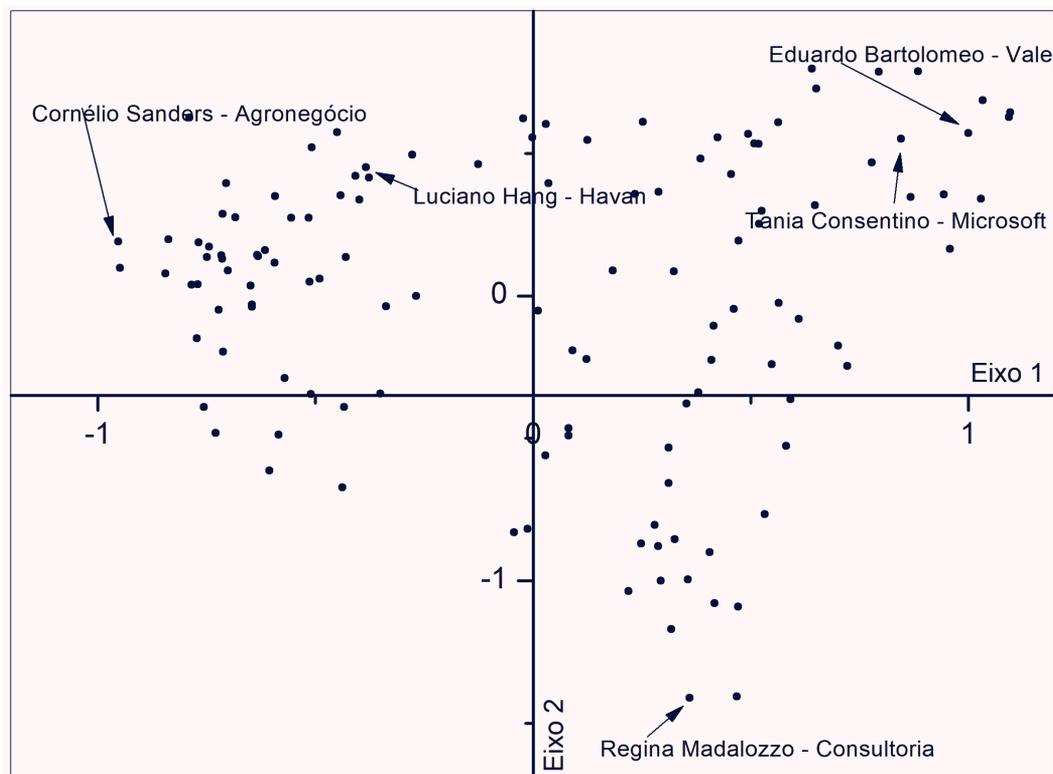


GRÁFICO 2

Plano dos eixos 1 e 2 da ACM – indivíduos



restante da população examinada (tanto apoiadores quanto críticos). Aí aparecem as categorias de formação em Economia, de instituição de formação em PUCs, de empresas com até cem empregados e, de modo determinante, do setor de consultoria.

Há pelo menos três implicações relevantes desses resultados. Em primeiro lugar, eles oferecem evidência de que o apoio e a crítica ao governo Bolsonaro são, de fato, definidos por perfis sociológicos distintos de atores empresariais, considerando o conjunto de informações nos dados aqui examinados⁶. Como apoio para essa conclusão, as elipses das categorias dessa variável aparecem nitidamente opostas e sem sobreposição, no gráfico 3. O conjunto de categorias associado a cada posição permite esboçar a lógica dessa oposição. Ela se constitui enquanto uma diferenciação em termos de volume de capital cultural, que corresponde ainda a diferentes escalas de organização e inserção organizacional dos indivíduos. Críticos possuem mais capital cultural e são tipicamente quadros executivos em grandes corporações – muitas vezes transnacionais. Apoiadores detêm menos capital cultural e são proprietários de empreendimentos de menor escala, em relação às organizações dos críticos. Para o acesso aos altos cargos de gestão nas grandes corporações são quase indispensáveis as credenciais acadêmicas, enquanto bilhete de entrada em um meio com enquadramentos cognitivos e regras de conduta relativamente autonomizados. O acesso à posição de proprietário de um negócio afluente se dá de maneiras muito mais variadas, dispensando muitas vezes tais credenciais, em processos muito mais abertos.

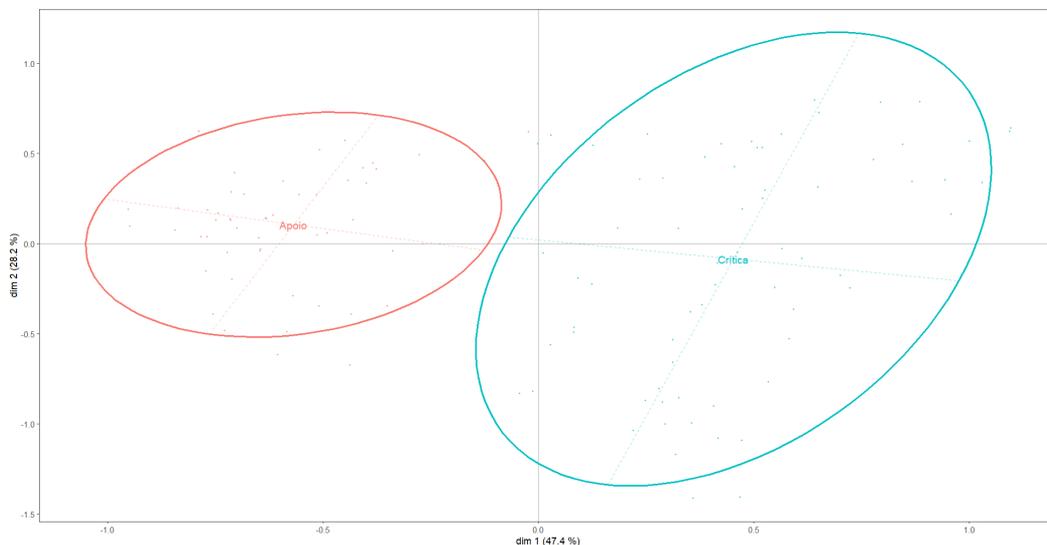
Em segundo lugar, os críticos são um grupo mais heterogêneo que os apoiadores. As características do eixo 2, assim como a forma da elipse dos críticos no gráfico 3, demonstram esse ponto. Emerge uma oposição entre críticos em organizações, de um lado, mais intensivas em capital cultural (consultorias, com fortes relações com a academia, principalmente na área de Economia) e, de outro, em capital físico (grandes corporações). Embora essas últimas também contem com quadros dotados de credenciais acadêmicas, elas se destacam pelo volume de capital físico que as consultorias dispensam. Assim, os críticos se diferenciam entre um polo intelectual e um polo gestor, sugerindo que a crítica à extrema direita é nutrida em condições sociais de existência empresarial mais diversas que o apoio.

Finalmente, cabe ainda ressaltar as diferenças setoriais nesse quadro de características que distingue apoiadores e críticos. Como uma típica instância que define convergências e estratificação da ação política no mundo empresarial, vale discutir o comportamento dessa variável, apesar de poucas de suas categorias constarem como

6. Na ACM, o cenário alternativo seria aquele em que as categorias da variável de posição política não se mostrassem relevantes para a definição de algum eixo (e se situassem mais ao centro dos eixos no gráfico).

GRÁFICO 3

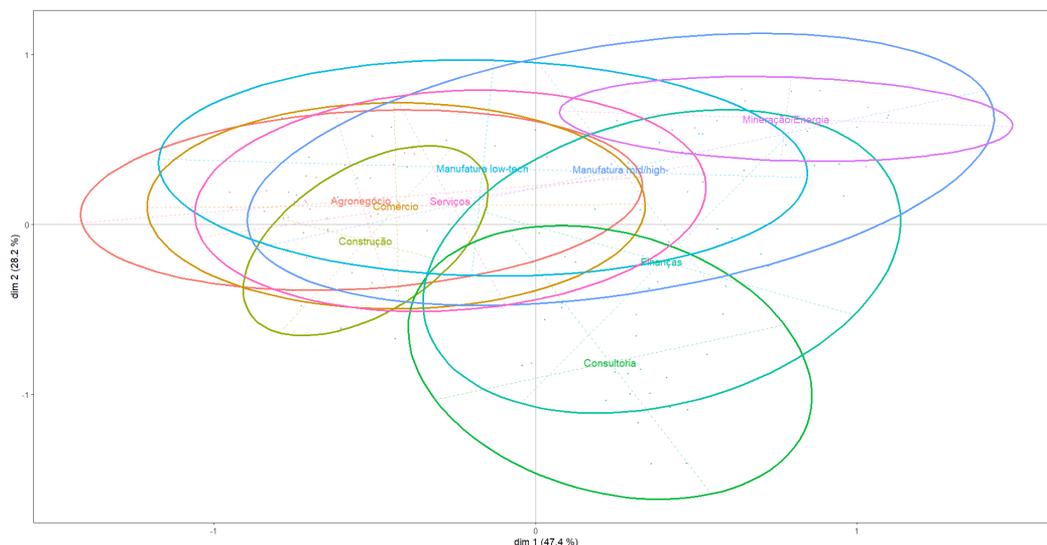
Elipses de concentração – Posição política



muito relevantes para a formação dos eixos. Além da posição de suas categorias no gráfico 1, observaremos as elipses de concentração de cada uma das categorias no gráfico 4. Em um primeiro olhar, há uma oposição entre, por um lado, os setores do Agronegócio, Comércio, Construção, Manufatura *low-tech* e Serviços e, por outro lado, Consultoria, Finanças, Manufatura *mid/high-tech* e Mineração/Energia. Entretanto, as elipses sugerem que pode haver maior ou menor heterogeneidade intrasetorial. Enquanto demais setores são relativamente homogêneos – sejam mais relacionados ao apoio ou à crítica –, as manufaturas, tanto em seu nível *low-tech*, quando no *mid-high-tech*, se revelaram bastante heterogêneas. Suas elipses se espalham ao longo de boa parte do eixo 1. Em outras palavras, o núcleo do apoio à extrema direita – no sentido em que seus atores têm propriedades e posições políticas mais similares – está nos setores do Agronegócio, Comércio, Construção e Serviços, considerando o tipo de critério utilizado para o levantamento dos indivíduos.

No gráfico 2, podem-se observar alguns indivíduos sinalizados, a fim de mostrar posições exemplares. Começamos pelo quadrante superior direito (críticos corporativos). Carioca e formado em engenharia pela Universidade Federal Fluminense, Eduardo Bartolomeo é CEO da Vale S.A., com pós-graduação realizada no exterior e passagem por cargos executivos também fora do país. A Vale é uma das dez maiores mineradoras do mundo. Tania Cosentino é CEO da Microsoft, cargo ao qual chegou após passagem por outras multinacionais. Nascida em São Paulo e formada em engenharia elétrica em uma reputada faculdade privada da área, ela também é conhecida pelo notório engajamento em questões de sustentabilidade

GRÁFICO 4
Elipses de concentração – Setor



empresarial. No quadrante inferior direito, ilustramos a posição dos críticos consultores com Regina Madalozzo, da Moura Madalozzo Economic Consultancy. Com formação em Economia, ela cursou mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado na Universidade de Illinois e trabalhou por quase vinte anos como professora e pesquisadora acadêmica no Insper, com atuação na área de economia feminista. Duas outras figuras ilustram o grupo de apoiadores, no quadrante superior esquerdo. Cornélio Sanders, nascido em 1955 no Rio Grande do Sul, é proprietário do Grupo Progresso, que desenvolve atividades relacionadas ao agronegócio. O grupo é ativo principalmente no Piauí, onde é um dos maiores produtores de grãos do estado. Não foi possível encontrar qualquer informação sobre formação superior para Sanders. Finalmente, o menos discreto dos apoiadores de Bolsonaro, Luciano Hang, é originário de Brusque, Santa Catarina, com diploma de tecnólogo em processamento de dados em uma universidade pública municipal do interior desse mesmo estado. Proprietário da rede varejista Havan, o empresário tem se destacado por posicionamentos públicos notórios desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Comentários finais

Com a onda neoconservadora e a eleição de Jair Bolsonaro, parte do mundo empresarial brasileiro aderiu ostensivamente a posições relacionadas ao extremismo de direita – para além das vantagens da proximidade com o poder. Destacam-se o

negacionismo sanitário durante a pandemia e as atitudes predatórias com relação ao meio ambiente. Redobra a importância sociológica de tal alinhamento do poder econômico e político o fato de que ele foi acompanhado de uma reação crítica de outra parte do mundo empresarial a esse mesmo extremismo.

Existem então propriedades e condições de existência social que distinguem atores empresariais que aderem à extrema direita e aqueles que não o fazem? Este artigo oferece evidências para responder afirmativamente essa pergunta. Os resultados de nossa análise sugerem que os apoiadores do governo Bolsonaro são atores com empreendimentos – mesmo que às vezes portentosos e rentáveis – de escala comparativamente menor que os dos críticos e com recursos culturais individuais também relacionalmente mais reduzidos. Eles compõem um polo dotado de mais recursos econômicos que culturais no espaço econômico e social. Os atores empresariais que se expressaram criticamente, por sua vez, aparecem como um polo cuja composição de recursos econômicos e culturais é mais equilibrada – sublinhando-se suas maiores e melhores credenciais acadêmicas. Ademais, são altos gestores em grandes corporações, muitas vezes transnacionais. Os resultados apontaram ainda que o grupo de críticos pode ser mais heterogêneo que o de apoiadores, diferenciando-se entre altos gestores e consultores.

Essas conclusões despertam uma série de reflexões e questões adicionais de pesquisa. Primeiro, esses fatores que estruturam as diferenças entre os grupos valem para o mundo empresarial mais geral ou apenas para esse estrato mais engajado que aparece em nosso conjunto de dados? Tal questão indaga ainda se há uma divergência na estrutura das oposições políticas do empresariado, quando consideramos atores empresariais “ativos” e “passivos” politicamente. É possível, por exemplo, conjecturar que a maioria dos atores empresariais endosse grande parte da agenda de extrema direita, mesmo que silenciosamente. E que uma clivagem só se revelaria em função da natureza “ativista” de uma parte minoritária de atores com alguma implicação em princípios de sustentabilidade empresarial – em contraposição com extremistas de direita ostensivos.

As diferenças regionais despontam ainda como outro tema que merece melhor escrutínio. A proporção de apoiadores entre os atores empresariais da região Sul é notável. Se a maior concentração de críticos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo correspondem aproximadamente às áreas nacionais de maior acumulação de capitais simbólicos, o que faz do Sul uma trincheira extremista? Uma das dimensões da ascensão de Bolsonaro é muito provavelmente um *backlash* racial, ante a implantação de várias políticas visando à maior igualdade racial nos últimos vinte anos (Da Silva e Larkins, 2019). Seria talvez a suposta depreciação relativa da branquitude – como recurso simbólico que oferece fáceis retornos em múltiplos jogos sociais em

função da mera hereditariedade fenotípica – a fonte de adesão de atores empresariais ao extremismo de direita? Tal hipótese merece aprofundamento, particularmente considerando-se a região Sul, cujas versões dominantes de autodefinição passam pelo ideal de um subpaís branco, em oposição à sua versão hegemônica de um Brasil mestiço (Alvez, 2019).

Finalmente, cabe ainda sinalizar a necessidade de uma maior reflexão sobre a relação entre diferenças setoriais e a extrema direita. Uma importante pista é lançada pelo clássico trabalho de sociologia política de Seymour Lipset (1960), *O homem político*. Em seu capítulo sobre o fascismo, o livro reforça uma conhecida relação entre extremismo de direita e o que ele denomina de psicologia das “classes médias” no capitalismo de então. Entende-se que essas classes médias, na acepção de Lipset, se referem em grande parte a uma pequena burguesia, deslocada pelas transformações de um segundo espírito do capitalismo (Boltanski e Chiapello, 2009), que introduziram o gigantismo organizacional, a centralidade dos quadros gerenciais, e a profissionalização e racionalização da gestão empresarial. Realizando um balanço da literatura que busca estabelecer essa relação, Nolan e Schneck (1969, p. 90) resumem o argumento:

Impotente para suprir as exigências do industrialismo moderno e sob enorme pressão das grandes corporações, dos sindicatos poderosos e do governo onipresente, o pequeno empresário se percebe como um “homem marginal” relegado à margem dos sistemas econômico e social contemporâneos. Sem encontrar apoio nem nas camadas trabalhadoras nem na alta cúpula empresarial, ele pode encarar a erosão de seu poder com ressentimento. Privado de sua antiga influência, status e função, o pequeno empresário tende a se sentir isolado e alienado.

Criada em outro momento da história capitalista, essa perspectiva deve ser seguramente adaptada para uma realidade econômica que vivenciou processos de flexibilização e descentralização do neoliberalismo. Ainda assim, é significativo que típicos setores pequeno-burgueses – agronegócio, comércio, construção e serviços –, a despeito da presença de algumas empresas de grande porte, sejam justamente aqueles inequivocamente associados ao apoio a Bolsonaro. Especialmente, porque eles o são, de modo relacional ao *Big Business*. Assim, é preciso examinar mais detalhadamente como a posição dominada no espaço econômico e a vulnerabilidade desses setores podem levar à construção de visões políticas extremistas.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. (2017), “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos*: 49-58, p. 49.
- ALONSO, Angela & MISCHÉ, Ann. (2017), “Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests”. *Bulletin of Latin American Research*, 36 (2): 144-159.
- ALVES, Benno V. W. (2019), *Brasileiro, branco: a fronteira da branquitude no Paraná*. 207 p. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- AVRITZER, L. (2019), *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio & MARONA, Marjorie. (2021), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- BALLESTRIN, L. (2018), “O debate pós-democrático no século XXI”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4 (2): 149-164.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. (2017), “A crise econômica de 2014/2017”. *Estudos Avançados*, 31 (89): 51-60. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>.
- BARREIROS, B. C. (2018), “A conformação de adeptos da ‘gestão sustentável’: Investigando a ‘turma da sustentabilidade’ da FGV-Eaes”. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, 1, (48): 38-56. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.37761>.
- BARREIROS, B. C. (2021), “A apropriação da sustentabilidade no espaço empresarial brasileiro”. *Novos Rumos Sociológicos*, 9 (16): 146-177.
- BELTRÁN, G. J. (2012), “Las prácticas del poder. Discusiones en torno al problema de la acción política empresarial”. *Apuntes: Revista de Ciencias Sociales*, 39 (70): 69-102.
- BENZÉCRI, Jean-Paul. (1969), “Statistical analysis as a tool to make patterns emerge from data”. In: WATANABE, S. *Methodologies of pattern recognition*. Burlington, Academic Press; Elsevier Science, pp. 35-74.
- BERSCH, K. & LOTTA, G. (2024), “Political control and bureaucratic resistance: The case of environmental agencies in Brazil”. *Latin American Politics and Society*, 66 (1): 27-50.
- BERTONCELO, E. (2022), *Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas: aplicações nas ciências sociais*. Brasília, Enap.
- BEZERRA, C.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G. & DOWBOR, M. (2024). “Entre a desinstitucionalização e a resiliência: Participação institucional no governo Bolsonaro”. *Dados*, 67 (4): 1-49.
- BIROLI, Flávia. (2020), “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia”. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. & VAGGIONE, J. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo, Boitempo.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOURDIEU, P. ; CHAMBOREDON, J. C. & PASSERON, J. C. (1968). *Le métier de sociologue: préalables épistémologiques*. Mouton, Bordas.

- CARDOSO, Fernando Henrique. (1964), *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- CARVALHO, Laura. (2018), *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia.
- CÔRTEZ, M. (2021), “A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo”. *Caderno CRH*, 34: 1-24.
- COSTA, Sérgio. (2018), “Estrutura social e crise política no Brasil”. *Dados*, 61: 499-533.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. (1995), *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas, SP, Unicamp/Fapesp.
- DA SILVA, A. J. B., & LARKINS, E. R. (2019), “The Bolsonaro election, antiblackness, and changing race relations in Brazil”. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 24 (4): 893-913.
- DINIZ, E. & BOSCHI, R. (2004), *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- DOBRY, Michel. (2014), *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. São Paulo, Edusp.
- DREIFUSS, René A. (1981), *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DWECK, Esther & TEIXEIRA, Rodrigo Alves. (2017), “A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica”. *Texto para discussão – IE Unicamp*, 303: 1-42.
- EMIRBAYER, M. (1997), “Manifesto for a relational sociology”. *American Journal of Sociology*, 103 (2): 281-317.
- GOERTZ, G. & MAHONEY, J. (2012), *Tale of two cultures-contrasting qualitative and quantitative*. Princeton, Princeton University Press.
- GOMIDE, A.; SILVA, M. & LEOPOLDI, M. (2023), *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília, Ipea; INCT/PPED.
- GRÜN, Roberto. (2015), *Decifra-me ou te devoro: o Brasil e a dominação financeira*. São Paulo, Alameda.
- GRÜN, Roberto. (2018), *Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Alameda.
- HJELLBREKKE, J. (2018), *Multiple correspondence analysis for the social sciences*. London, Routledge.
- KIRSCHNER, A. M., & MONTEIRO, C. F. (2002), “Da sociologia econômica à sociologia da empresa: para uma sociologia da empresa Brasileira”. *Sociedade e Estado*, 17: 80-103.
- KLUGER, E. (2018), “Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação”. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 86: 68-97.
- LE ROUX, B., & ROUANET, H. (2004), *Geometric data analysis: From correspondence analysis to structured data analysis*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- LE ROUX, B. & ROUANET, H. (2010), *Multiple correspondence analysis*. Thousand Oaks, Sage.

- LEBARON, F., & LE ROUX, B. (2013). "Géométrie du champ". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (5): 106-109.
- LIPSET, Seymour. (1960), *Political man: The social bases of politics*. Garden City, New York, Doubleday & Company. Tradução brasileira: (1967), *O homem político*. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, Zahar.
- MANCUSO, Wagner P. (2007), "O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa". *Revista de Sociologia e Política*, 28: 131-146.
- MENDONÇA, Ricardo. (2019), "Antes de construir é preciso 'desconstruir muita coisa' no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA". *O Globo*, 18/03.
- MIGUEL, L. F. (2022), *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.
- MONTEIRO, Cristiano. F. (2008), "Empresários e ação política no contexto das reformas para o mercado: o caso da aviação comercial". *Revista de Sociologia e Política*, 16: 159-180. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300012>.
- NOLAN, R. L., & SCHNECK, R. E. (1969), "Small businessmen, branch managers, and their relative susceptibility to right-wing extremism: an empirical test". *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de Science Politique*, 2 (1): 89-102.
- RAGIN, Charles. (2009), *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. Chicago, University of Chicago Press.
- RENNO, L. (2022), "Bolsonarismo e as eleições de 2022". *Estudos Avançados*, 36 (106): 147-163. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>.
- ROCHA, C. & SOLANO, E. (2021), "A ascensão de Bolsonaro e as classes populares". In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. São Paulo, Autêntica.
- ROSSI, Pedro & MELLO, Guilherme. (2017), "Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha a ré". *Nota do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/Unicamp*, n. 1.
- SANTOS, W. G. dos. (2017), *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro, FGV.
- SARTORE, Marina. (2012), "Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções". *Caderno CRH*, Salvador, 25: 451-464.
- SCARAMUZZO, Mônica. (2021), "Em jantar, empresários pedirão para Bolsonaro deixar pautas ideológicas de lado". *Valor*. São Paulo, 7/4.
- SINGER, André. (2018), *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOLANO, E.; ROCHA, C. & SENDRETTI, L. (2024), "Mulheres de extrema direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher". *Caderno CRH*, Salvador, 36: 1-16.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DWECK, Esther & CHERNAVSKY, Emílio. (2018), "A economia política da política fiscal e o processo de impeachment". *Encontro Nacional de Economia Política*.

Resumo

Clivagens emergentes no mundo empresarial brasileiro: apoiadores e críticos da extrema direita

O objetivo do artigo é examinar as divisões no mundo empresarial brasileiro, que emergem com a ascensão da extrema direita no país, no fim da década de 2010. Enquanto alguns atores dessa esfera demonstraram apoio ostensivo à agenda do governo Bolsonaro, outros expressaram críticas, principalmente concernindo às áreas sanitária e ambiental. Que fatores sociais subjazem a essa clivagem? Com um conjunto de dados original, construído com informações públicas sobre apoiadores e críticos ao governo Bolsonaro, foram realizadas tabulações cruzadas e uma Análise de Correspondências Múltiplas. Os resultados sugerem que os apoiadores são atores de empresas comparativamente menores e com recursos culturais mais reduzidos, enquanto os críticos provêm em geral de grandes corporações, dotados de mais recursos culturais. Identificou-se ainda que o grupo de críticos é mais heterogêneo que o de apoiadores.

Palavras-chave: Empresários; Executivos; Bolsonaro; Extrema Direita; Análise de Correspondências Múltiplas.

Abstract

Emerging cleavages in the Brazilian business world: supporters and critics of the far right

This paper delves into the divisions within the Brazilian business sphere that emerged with the far-right's ascent to power in the late 2010s. While some business actors openly supported the Bolsonaro administration's agenda, others voiced criticism, particularly regarding environmental and health policies. What social factors underlie this cleavage? Utilizing an original dataset built from public information on Bolsonaro supporters and critics, cross-tabulations and Multiple Correspondence Analysis were conducted. The findings suggest that supporters are comparatively smaller businesses with lower cultural resources, while critics generally hail from large corporations with more cultural resources. Additionally, the critic group was found to be more heterogeneous than the supporter group.

Keywords: Businessmen; Executives; Bolsonaro; Far right; Multiple Correspondence Analysis.

Texto recebido em 15/06/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226295.

RODRIGO CANTU é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: rodrigo.cantu@ufpel.edu.br.



Powers and impotencies of elites

Who, what for and how influence is exercised in Argentina?

Mariana Heredia*

<https://orcid.org/0000-0003-1373-9966>

A renewed terrain with “meaningless” and “faddish” theoretical contributions

In recent years, elites have once again become the focus of public attention and criticism. While the leaders are blamed for the discontent generated by the social costs of neoliberalism, the accusations are often contradictory. Some point to the populism of the political elites, others to their lack of sensibility towards the fate of their citizens. Some accuse businessmen of unbridled greed that impoverishes the majority, while others blame them for opportunism and sloth. In this way, the current disenchantment is attributed to both the omnipotence and the impotence of the elites.

Fifteen years ago, Savage and Williams (2008) could complain that the subject had been forgotten by the social sciences. Since then, growing public concern about the concentration of wealth and power has led to a remarkable development of these studies. Recently published reviews have shown that both international (Cousin, Khan and Mears, 2018; Heilbron *et al.*, 2017) and Latin American literature (Cárdenas, 2020) have returned to a focus on elites.

Nevertheless, this growing literature can hardly solve controversies largely because their concepts of elite and power remain ambiguous. On the one hand, the notion of elite has been able to assert itself against other terms rooted in different

* Universidad de San Martín, Buenos Aires, Argentina.

traditions and loaded with strong connotations. Riches, bourgeois, upper classes do not define the same groups and tend to stress different relations between elites and societies. Although these different theoretical perspectives coexist, the concept of elite has consolidated when it comes to designating those who concentrate resources, especially wealth (Bourdieu, 1979; Khan, 2012), and those who control the main levers of power (Hartmann, 2007; Scott, 2008). On the other hand, power is no less a complex concept. From a Weberian tradition, power denotes the center of calculation and authority from which human will becomes action. At the same time, from a Foucauldian perspective, power refers to a widespread domination in which everyone obeys but no one clearly commands.

The most common methodological strategies brought additional limitations. The focus on exceptional members of the elite tended to provide more evidence about their characteristics than about the mechanisms involved in their accumulation of wealth and power. The emphasis on individuals overlooked the historical nature of both their wealth and power, and the ways in which elites relate to each other and to society. At the same time, the limits of elite power have been linked to the counteractions – protests and pressures – that resist or challenge their prerogatives (Scott, 2008). Less attention has been paid to the ways in which the foundations of power, while fixing capabilities, define dependencies and vulnerabilities.

Not surprisingly, John Scott (2008, p. 27) concludes that elites have become “one of the most meaningless terms used in descriptive research”, while Shamus Khan (2012, p. 362) regrets that approaches to the subject are often “faddish”, uninspiring and imitative. Although important contributions have been made, the issues raised still require theoretical and empirical consideration.

Based on the Argentine case, this paper examines the power and powerlessness of contemporary elites in neoliberal regimes. Rather than picking out exceptional individuals, the aim is to focus on different mechanisms of accumulation and, on this basis, to analyze those at the top. After reviewing the criteria by which different theoretical perspectives have defined elites – resources, position and influence – and presenting the methodological strategy adopted, this paper describes three types of elites and addresses three main questions: Who are elites? What for and how is their influence exercised?

Argentina is an interesting case because political and economic order cannot be taken for granted. In general, elites are associated with what Meisel (1958, p. 361) called the triple C: self-consciousness, cohesion and conspiracy. Thus, privileged minorities are usually associated with the defense of the current institutions that benefit them. But institutions are a key problem for Argentina. After a few decades of relative stability, from 1930 to 1983 the country had a succession of

short and weak civilian and military administrations. Since the establishment of a democratic regime forty years ago, the country has experienced deep crises that have produced governments with opposing ideological orientations. Economic disorder has been both a cause and a consequence of this political instability: Argentina is one of the countries in the world that has suffered the longest periods of recession in the last 50 years, with higher and longer periods of inflation that have profoundly altered the structure of relative prices that guide and reward the strategic choices of the elites.

From very different perspectives, many sociologists have attributed Argentine instability to the weaknesses of the country's leadership (O'Donnell, 1977; Portantiero, 1977; Rouquié, 1978; Sabato and Schvarzer, 1985). Correspondingly, many of the members of the economic and political elites I interviewed did not recognize themselves as such, were concerned about the instability of the country and doubted their ability to reproduce their favorable conditions.

In the face of a literature that tends to emphasize the growing power of elites, this paper asks whether the weakness of elites is a sufficient condition for the construction of fairer and more egalitarian societies. On the one hand, Argentina reveals that the new neoliberal order also affected elites. Since the 1970s, financialization (Davis and Williams, 2017), welfare privatization (Esping-Andersen, 1996), institutional fragmentation (Naim, 2013; Reed, 2012) and the weakening of national governments (Rhodes, 1997) had profound consequences for the relative power of elites. On the other hand, this country presents many patterns associated with Latin America: an economy based mainly on the exploitation of natural resources, huge differences between modern and traditional private companies, segmented labour relations, weak institutional frameworks, political regimes dominated by strong charismas and personal ties (Schneider, 2009; Etchemendy, 2019; Levitsky and Murillo, 2005, Gibson, 2005). But specially given Argentina's lack of a stable order, the case highlights that volatile institutional environment makes elites more liquid but also less capable of consolidating collective projects.

Operationalizing elites

The conceptual trilogy

Three criteria are typically used to observe elites: the size and composition of their resources, the nature of the positions they hold, and the influence they wield. Just as there are resources and positions associated with wealth, there are also those associated with social recognition or power. Influence, although more ephemeral,

can also involve decisions that lead to the concentration of wealth or power, or the strengthening or erosion of top positions in large corporations or states. While resources and discreet influence describe more fluid and informal situations, positions and mandates are arguably more appropriate for studying stable and institutionalized structures.

According to the first criterion, which emphasizes the importance of resources (Bourdieu, 1979, among others), the owner of a large fortune, a regular and high flow of income, outstanding educational qualifications and valuable contacts is distinguished by his or her economic, cultural and social capitals. From this perspective, elites are made up of those individuals or families who, at any given time, concentrate the greatest quantity and variety of valued capitals, even if they are forced to renew them to avoid devaluation or obsolescence. But it is not just a question of scale and valuation. As Sorensen (2005) points out, some resources, such as wealth or income, can be accumulated ad infinitum and transferred easily, while others, such as diplomas or social relations, take time to acquire and consolidate.

According to the second criterion (proposed by Wright Mills, 1956), elites are defined by their top positions in the most important organizations. The manager of a large company and the member of a select club are, by virtue of their position, undeniably members of the elite. The distinction between people and positions shows that this relationship is not always harmonious. Sometimes individuals with their aura invade positions of limited prerogatives, and sometimes positions of leadership can introduce prerogatives and responsibilities that exceed those of the individuals appointed. Like resources, positions can be qualified. They can be permanent or temporary, cumulative or exclusive, real or fictitious.

Although the above criteria tend to overlap, the third – influence – is never fully subject to the discipline of resources and positions (Mosca, 1939). The struggle for decision-making is to a large extent a struggle for who participates in defining the problems and the solutions to be adopted (Bachrach and Baratz, 1962). Some authors, such as Raymond Aron (1965), include trade union leaders among the elite to the extent that they can, under certain circumstances, intervene on behalf of the masses in wage-setting and working conditions.

From a static and external point of view, the most valuable resources, the highest positions and the greatest capacity for influence tend to overlap and be concentrated in a minority. However, the mere mention of these criteria points to two important conclusions. The first is that minority does not mean homogeneous: As Weber pointed out to Marx, there are different combinations of wealth, esteem and power. The second is that these criteria are not easily demarcated. Rather than creating insurmountable boundaries, they allow for gradations: capital allows for different

volumes, organizational charts define incremental responsibilities, and decisions involve participants with different levels of influence.

The puzzle of evidence

These conceptual distinctions must be rooted in history. No less than workers or members of the middle classes, elites have been subject to profound changes. If the social order has changed since the 1970s, and the economy and politics have undergone major mutations, what has happened to the elites?

The difficulties of studying elites have been well documented (Gusterson, 1997; Laurens, 2007; Ortner, 2010) and are exacerbated in countries with statistical deficiencies and numerous informal economic and political practices. Thus, although testimonies have become the source par excellence of sociology, they must be taken with caution. In a country as porous and unstable as Argentina, most of those with high incomes and huge fortunes do not recognize themselves as members of the upper class. Nor do those who occupy strategic positions in the government see themselves as part of the political elite, knowing that they could be ousted at any moment. If few recognize themselves as part of the elite, even fewer are willing to divulge sensitive or confidential information about their backgrounds and practices. Economic, business, banking, tax and population statistics provide a more unbiased measure, but at the price of leaving unregistered information in the shadows and, in their own way, excluding the most advantaged. Given these limitations, we can say that sociology is a historical science (including Elias, 1987) and as such can assemble its reconstructions from a variety of materials. The solution is then to multiply the points of access to the universe of the elites.

As a synthesis of several years' work, the materials analyzed in this paper include the available statistical sources, a database of the most recent Argentinean economic and political elites (the Pluriannual Research Project on Elites: PIP-Elites), and the 300 interviews conducted over the last two decade in different studies with members of the upper classes: bankers, large landowners, wine producers, stock market brokers, major entrepreneurs, high-ranking public officials, key informants.

A game of scale

In many interpretations, the rich and powerful are the apex to which contemporary social inequalities refer. The "ruling class", the "dominant sector" and, more recently, the "1%" would reign at the top of "the" social pyramid. In fact, the very idea of a social pyramid and the presumption of a unifying and converging leadership posi-

tion are both tributaries of a state-centric perspective that Latin American theorists have long questioned. They have stressed the importance of underdevelopment or dependency (Prebisch, 1948; Gunder Frank, 1965; Cardoso and Faletto, 1967) as well as social and political fragmentation (Nun, 1969).

Ignoring these warnings, social studies tended to associate society with nation-states, inequalities with the struggle for the distribution of economic surplus between local capital and labor, and the elite with the top of “the” social pyramid where economic, social and political power converge. Not surprisingly, one of the classic books on the subject comes from the post-war period: Wright Mills’ *The Power Elite* (1956). His basic hypothesis emphasized that “the” American elite consisted of the heads of the major industrial corporations, the heads of the armed forces and the top political leaders. However, as Nancy Fraser (2008) has suggested, since the 1970s it has become more difficult to refer to a single vector of inequality. As a result, it has also become less convenient to refer to a single scale and a single elite.

Obstacles force us back to the starting point. As Erik Olin Wright (2007) would say: “If ‘class’ is the answer, what is the question?”. By singling out elites, the rich or the 1% as the leading pole of “the” inequality, with a boundary and a once and for all valid categorization, we assume the existence of a single problem, a single scale of analysis and an indivisible and exclusive group of “responsible parties”. This monolithic vision, while appealing, makes it difficult to formulate more specific questions, with more narrowly defined and more comprehensible problems to solve or at least to address. To sharpen the focus, three steps seem to be necessary: It needs to be made clear what principle of inequality is being referred to, what scale it is on, and what kind of resources, positions and margins of influence are involved.

Considering previous analyses¹ as well as my fieldwork, three different inequalities and three different logics have emerged. Firstly, if economic power refers to the ability to push forward or stop major investment projects that threaten nature and society, these levers have taken on a global dimension since the commercial and financial integration of the 1970s, and at an increasingly dizzying pace. Secondly, if social power refers to the possibility of enjoying the residential, educational, cultural and, above all, relational advantages offered by a society, urban segregation and the commodification of welfare have slowly but inevitably deepened the territorial roots and the importance of purchasing power in the construction of these asymmetries. Finally, if political power expresses the power to neutralize, control or direct the

1. The division between economic, social and political elites is classic and based on the different social functions attributed to them (Parsons, 1991; Scott, 2008). Our proposal takes up this distinction but questions whether each of them can be referred to a similar scale and logic of aggregation.

main public decisions that affect the majorities, its place and meaning, at least in Argentina, are more dispersed and elusive.

Economic elites: fluid but hazardous

Who are Argentina's economic elites? Three criteria can be adopted: (i) those who accumulate the greatest fortunes: the richest, (ii) those who hold leading positions in the most important companies and financial markets, (iii) the representatives of business who try to influence government decisions.

The analysis of the Forbes podium shows that Argentina's wealthy come from a variety of activities and reflect successive waves of enrichment. Some are heirs to the old oligarchy (enriched at the end of the 19th century, like Miguel Braun), others come from families of national industrialists (whose prosperity began in the 1950s or 1960s, like Alejandro Bulgheroni), others have become rich more recently through preferential deals with the state (like Alberto Pierri or Rubén Cheñajovsky) or through innovative activities (like Marcos Galperín or Máximo Cavazzari). In any case, only part of this podium still owns large companies and resides in the country. Many of them have invested their fortunes in financial assets and are only engaged in *dolce far niente*.

Looking at the country's largest companies², the importance of foreign ownership is clear. The foreign share of the country's top 50 companies rises to 70%. It is true that small and medium-sized companies are still owned by Argentine nationals but looking only at Argentine entrepreneurs would exclude most of Argentina's exports (from oil to mining and soy trading), entities that finance investment or hold savings (banks and finance companies), as well as many of the big players in industry, commerce and communications. Not only are many of the big banks and brokers foreign owned, but because the Argentine capital market is very underdeveloped,³ there is a constant flow of funds from abroad in search of the higher interest rates (Bortz, 2018).

2. We considered business rankings, statistics of large and foreign companies (among which Indec, 2019) as well as the analyses of Gaggero (2018) and Schorr (2021).
3. The Buenos Aires Stock Exchange has little relevance for observing the private sector in Argentina. Much more than shares, its big business is government securities. According to the World Bank, credit to the private sector as a percentage of GDP was in Argentina (16% in 2017) a very low percentage in relation to the average of the countries of the OECD (of the order of 60%), and of Mexico (39% in 2020), Brazil (70% in 2020) or Chile (124% in 2019). Data extracted from the World Bank website, consulted in July 2023. Available at: (https://datos.bancomundial.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS?name_desc=false).

Finally, businessmen developed numerous bodies to represent them. As Novaro (2019, pp. 94-95) shows, far from being concentrated, business chambers in Argentina multiplied and diversified: between 16 and 25 new associations were created per decade from 1950 to 2000. This fragmented activism only temporarily gave way to a degree of unification. The century-old organizations linked to the main sectors of the economy (the Argentine Industrial Union, the Argentine Rural Society, the Argentine Chamber of Commerce, among others) continued to wield more influence, but only managed to come closer together in informal groupings. While large companies, especially those exporting grain, remain the most competitive and profitable on the global market, they lack robust political influence (Fairfield, 2010). Small and medium-sized national companies – most of them domestically oriented – are more cohesive and organized, with strong political ties.

The neoliberal reforms introduced profound changes in the economic elites. Far from rewarding the same old families, they allowed the enrichment of a new generation of businessmen and top managers (Castellani and Heredia, 2020) and weakened interpersonal networks among the boards of directors of large companies (Lluch and Savaj, 2014). While open ownership predominates in foreign firms, centralized control by a patriarch still prevails in most large domestic firms. While local agents cannot compete with foreign technology and capital in terms of sophistication and scale, the power of local patriarchs is greater when governments restrict commercial and financial global exchange. In such cases, local businessmen benefit from key political contacts and have extraordinary resources at the local level. All in all, Argentina is an example of a “hierarchical market economy” (Schneider, 2009), where large companies, whether foreign or local, have high productivity levels and control oligopolistic markets with very low wages.

Apart from the period of relative closure and stability offered by center-left governments (between 2002 and 2015), there has been greater rotation and impersonality in economic leadership in Argentina. As the Forbes podium shows, being rich is not synonymous with being the head of a large company. At the same time, much of the capital behind leading companies and investments does not belong to Argentines. Beyond the differences, the economic elites’ fear of institutional change and instability has led to opportunistic and short-term behavior on the part of most economic agents.

While Argentine economic elites are neither particularly rich nor wealthy, there have been both sudden wealth gains and rapid offshoring of their assets. Although offshore wealth characterizes financialized capitalism, its share is not the same everywhere. It is estimated that around 10% of the world’s gross product is located in tax havens; in Argentina, this proportion scales to 40% or 50% of GDP (Alvaredo *et al.*, 2018, p. 264).

Social elites: privileged but detached

Who are Argentina's social elites? How can we define those who acquire and maintain major advantages? While some authors focus on the flourishing of the luxury industry and the conspicuous consumption of the super-rich, many others emphasize the importance of the 10 per cent (Reeves, 2017; Gonzalez Hernando and Mitchell, 2023). These approaches insist that (i) high-income earners (ii) occupy the most hierarchical and profitable professional positions, share with their richest compatriots the best neighborhoods, the most beautiful residences, the most prestigious schools, and (iii) above all, belong to influential circles that allow them to improve their chances of advancement.

In line with classic studies of social stratification, the continuing importance of the upper class is usually emphasized, taking into account the income and occupation of its members. Argentina remains in a moderate position in terms of social inequality. In 2021, it was sufficient to earn just over USD 800 per month in per capita household income to be in the top decile, and the Gini index per capita household stood at 0.43 in 2023 (Indec, 2023). In any case, according to the World Inequality Database, in 2021 the top 10% concentrated 44% of GDP and the top 1% 13.5%. More interesting is the fact that the overwhelming majority of the top 10% in Buenos Aires are homeowners (70%), have a higher education (62%), work in large organizations (70%) and have formal jobs and social security contributions (95%) (Benza and Heredia, 2019). Members of the upper classes occupy very influential positions in private and public organizations: from the media to universities, from the judiciary to public administration.

In Argentina, as in many Western countries, the great novelty of neoliberalism was the concentration of income and wealth and the dependence of people's opportunities on the purchasing power of their families. Since the 1970s, and especially since the 1990s, the Argentine welfare state has been eroded by fiscal adjustments, and private provision of education, health care and security services has flourished. Those who could pay migrated to private services and hoarded benefits that had previously been more evenly distributed.

This phenomenon has had less of an impact in dispersed populations or in small towns than in large metropolitan areas. Increasing urbanization and the housing crisis are at the root of growing segregation. The dominance of the Buenos Aires metropolitan area has not changed. More than a third of the country's population has lived in the capital and its environs for decades. What has changed is the number of people living in cities with more than 50,000 inhabitants. According to Manzano and Velázquez (2015, p. 273), in 2010 almost 37% of Argentines lived

in medium-sized cities. What could have been a levelling trend resulted in a more segmented social experience. Instead of an integrated and progressive fabric, urban agglomerations were segmented into precarious and consolidated zones. Moreover, social elites are not only located in the center: gated communities have sprung up along the main motorways.

Although private services have always existed in Argentina, their importance has grown steadily over the last fifty years. According to Bottinelli (2013, p. 6), the percentage of students in private primary and secondary schools has grown uninterruptedly, reaching 25% in 2010. All elite private schools require high fees and the recommendation of one or more members of the educational community, and very few of them pursue academic excellence.

The absence of explicit recruitment criteria for higher positions does not prevent the unequal distribution of privileges and rewards. The point is that the more closed the social spaces in which the elites live and interact, and the less impersonal tests are organized to recruit those who will fill the sought-after ranks, the more everyone else is excluded. In the more segregated social spaces, “good friends” have become entrenched as a stepping stone to access and prosperity in public and private organizations. Most of my interviewees alluded to the opportunities offered by their acquaintances when I asked them about the circumstances that determined their professional fortunes.

As a result, members of Argentina’s social elites were able to monopolize the benefits in a context of instability and growing inequality. Both the more and the less affluent expressed a certain discomfort with their position. The former, like the wealthy New Yorkers studied by Sherman (2017), were concerned that money would not cause them (especially their children) to lose their common sense and ability to relate to people of more humble origins. The less privileged, who were required to spend at very high levels, often worked long hours for fear of losing everything and falling down. A second concern was felt by members of the elite. Although necessity and status were often inextricably linked, they felt threatened. The choice to retreat into more segmented residences and institutions was justified by the inadequacy of state provision, but also by the search for protection against the risk of attack or assault.

Political elites: crucial but uncoordinated

Who are the political elites in Argentina? Who can be defined as those who participate or compete for participation in the most important public decisions made by the state? Once again, our three criteria can be useful. Political elites can be defined

by (i) those who have accumulated institutional and symbolic resources, (ii) those who occupy the key positions in the state and government, and (iii) those whose decisions have proved decisive for the rest of society.

Argentine politics has always been associated with the great charisma and transformative audacity of presidential leadership. Contrary to the obsession of the media and public opinion, most political analyses distrust the weight attributed to presidential authority. In their studies, political scientists focus not only on the head of state and his ministries, but also on other crucial positions such as those of deputies, senators and sub-national authorities. Close observation shows that presidential authority tends to be shorter and much more controversial, while that of governors and mayors is more stable, discretionary and extends their influence on Congress.

The importance of subnational political elites is not new but has been revitalized by neoliberal reforms. Like other federations, Argentina was formed by the addition of previously sovereign entities, and others were created later with equivalent autonomy of the original provinces. This led to an unstable distribution of functions and resources. Nevertheless, by the 1950s the nation had acquired important prerogatives. Some statesmen extended the services and public benefits of the national state: from the army to health and public education, from the civil registry to transport and infrastructure works, from the expansion of the national bank to the universalization of social security, from national energy, aviation and telecommunications companies to the regulation of many markets. In contrast, governors and mayors had fewer functions and less power. Since the 1970s, neoliberal reforms have profoundly changed the meaning of “the state”. The privatizations of public enterprises, the deregulation of markets and the decentralization of state functions fragmented the power of the presidency vis-à-vis the governors. At the same time, their functions and prerogatives expanded: governors now manage education, health and public assistance in their provinces. The 1994 constitutional reform also made them arbiters of the exploitation of natural resources in their territories. There are specific funds that the presidents can allocate at their discretion, but a large part of the revenue is distributed to the provinces in accordance with an automatic formula based on solidarity (the co-participation system).

Majority parties were a way of compensating for the fragmentation of political power in Argentina before and after the 1970s. For decades now, presidents have no longer been able to rely on these loyalties. With the disintegration of Radicalism and Peronism as national parties, the construction of multi-party fronts and coalitions shows that territorial power has fewer counterweights. As Calvo and Escolar (2005) recall, Argentine provinces have the unique power to set their own constitutions and electoral rules. With the weakening of programmatic agendas, federal disper-

sion and its imbalances have been accentuated. Without stable political loyalties, territorial power became more decisive but less coordinated. Lodola (2009) shows that Argentine legislators (both provincial and municipal) tend to build their careers by following regional leadership. National legislators in both chambers are less “owners” of their seats than representatives of their provinces.

The obsession with the presidency also obscures the contrasts between national and sub-national stability. Although Carlos Menem and Cristina Fernández de Kirchner have been re-elected to the Presidency of the Republic, it has mainly been the governors who have remained at the head of their provinces for a longer period of time⁴. Indefinite succession has also characterized many of the country’s mayoralties. In Argentina and other Latin American countries, the degree of reproduction and closure of provincial and municipal political elites is such that Gibson (2005) suggested the existence of “subnational authoritarianisms in democratic countries”.

Political elites concentrate certain resources and positions, and their coordinated influence is much more controversial. While governors and majors are obsessed with the lack of resources and efforts to contain social conflict, presidents face increasing difficulties in setting the public agenda and defining a clear direction. As Wedel (2017) notes, government groups usually rely on independent policy-making centers or on the importation of programs elaborated by minor parties, social organizations and business associations. The construction of public problems and the elaboration of solutions do not come from political parties or the state.

If institutionalized political power shows greater instability and porosity than the accumulation of capital and wealth, this openness does not convey greater dynamism or strength. The giddiness with which the leaders of the national executive are celebrated and rejected in the space of a few months can also be observed among national leaders and civil servants of much lower rank. At the same time, the multiplication of defining moments does not make them more effective. On the contrary, it wears them down. As in the case of macroeconomic policy, presidents and economic ministers have had to intervene regularly, at short notice and with increasingly dramatic announcements. Far from being a sign of strength.

4. Some of them, such as Corrientes, Entre Ríos, Mendoza, Santa Fe and Tucumán, prohibit the immediate reelection of their governors. In others, perpetuation is the norm. Arnoldo Castillo (of the province of Catamarca), Gildo Insfrán (of Formosa), Adolfo Rodríguez Saá (of San Luis) and Roberto Ulloa (of Salta) each served five terms, while José Luis Gioja (of San Juan), Rubén Marín (of La Pampa) and Domingo Manuel Trimarco (of Neuquén) have served four terms.

Who, What for, How? Studying elites in the XXI century

The most conspiratorial discourses tend to ascribe providential powers to the elites, or at least to avoid providing details about the powers they have been given. At the other extreme, those who minimize their uniqueness ascribe to them the same responsibilities as the rest of us mortals. Considering the power of elites means making explicit both their limits and their entanglements with the institutions and subjects that help reproduce or orient the social order. After providing some details about the profile of the different elites in Argentina, three questions seem fundamental: Who are the subjects of the power attributed to elites? What capacities do we observe in their actions? How do they exercise their influence?

The first question relates to the issue of power in relation to elites. When we talk about the Argentine rural society, do we mean the landowners or their representatives, a cattle rancher who is engaged in his business, or the head of the Chamber who meets with the national authorities? More generally, is it necessary to refer to the diversity of members who individually carry out an economic activity, or to the organizations that bring them together and act on their behalf? The question has often been asked in relation to socio-economic elites, but the tools proposed for studying them can be extended to other groups. Synthesizing a long Marxist-inspired tradition, Fairfield (2010) proposes to distinguish between two different capacities⁵. On the one hand, holders of capital have structural power that derives from their ability to make decentralized decisions that affect society. The individual pursuit of profit does not only involve entrepreneurs: their decisions have consequences for investment, growth and employment. On the other hand, business elites can develop instrumental power when they act together in the public and political spheres and coordinate their energies. Instrumental power includes, for example, the creation of associations, the design of reform programs, and the establishment of institutional links with public officials. The shift from dispersed to coordinated action brings with it the challenge of representation, and with it the potential and risks of entities and leaderships capable of becoming autonomous and faithfully interpreting the interests of their bases.

Thus, while structural or functional power can be observed in all market societies, the forms of mobilization and representation vary. In Argentina, the decision to act together is often less a matter of omnipotence than of weakness. Business associations

5. These two forms of power evoke the Marxist distinction between classes “in themselves” and “for itself”. In turn, the passage between different levels of resemblance, aggregation and organization can refer to the sectors delimited by the social division of labor (as in that theory) or extend to those who share any common experience or challenge. For a sophistication of this analysis, see Sartre (1960).

developed first as a response to workers' demands, and later as a counterweight to the authorities' attempts to limit their prerogatives. Something similar can be said of professional associations, which come together to defend their interests when their powers are undermined. Political elites have their own peculiarities. To the extent that their specific function is justified by their ability to group and direct wills, dispersal is often due to the weakening of common values and programs.

In addition to the issue of power, the second question is the orientation of action, or in other words, the capacity to reproduce or initiate changes in the course of history. In the case of elites, groups that benefit from the established order, they possess both the ability to reproduce certain advantages over time and the capacity to intervene in a disruptive way. Reproduction and change can be seen as both ways of exercising power. Isaac Ariail Reed (2020) points precisely to this dual nature of power in modernity, or, in his terms, to the relationship between power and causality. In their place as "rectors", he argues, the powerful can present themselves as mere upholders of an order whose origins precede them and whose preservation does not exclusively benefit them. In turbulent times, on the other hand, they can take on a more central role by organizing around specific causes. Whether they succeed or not, the point is to claim a certain "authorship", the ability to resist or promote certain initiatives.

The relationship between the dimensions presented is likely, but not necessary. Individual elite decisions can be inertial if they are repeated over time in situations of relative normality. They can also be disruptive if, by coming together without coordination, they disrupt the functioning of economic or political dynamics. Financial crashes illustrate how much the aggregation of individual decisions can change history. Similarly, the aggregation of discretionary or fractious micro-political practices can undermine a government's basis for legitimacy. Collective elite action, on the other hand, may be content to maintain regular links between corporate representatives and political authorities in order to reproduce the status quo, or it may become disruptive if it aims to bring about major transformations.

A third question concerns the way in which elites enforce their own will through the actions of others. When we talk about the power of elites, do we mean their ability to give orders and gain obedience, or do we mean their ability to motivate certain behaviors? Do all members of elites exercise power in the same way? This third point not only adds a dimension to the analysis of elite power: it allows us to historicize its hierarchy. Michael Mann (1986) proposed to distinguish the authority sought by groups and institutions with defined mandates from the diffuse power that spreads spontaneously, decentralized, and discreetly through practices without precise centers or imperative orders. While explicit authority represents the form of

power typical of political leaders or administrative hierarchies, the encouragement of certain behaviors corresponds to the intervention of technology or the motivations provided by market logic.

There is much evidence to suggest that since the 1970s, while forms of hierarchization based on institutional positions and explicit orders have been destabilizing and deteriorating, a pervasive power based on the supremacy of money, or the automatism of technological devices has been growing stronger. While the various forms of authority – familial, political, judicial, scientific – are subject to suspicion and sometimes open conflict, wealth and technology simply work and do not need to be justified. As a result, the accumulation of resources allows the exercise of power to yield a myriad of benefits and to induce a variety of behaviors. On the contrary, institutionalized positions confer a power over others that, at least in the West, is likely to provoke critical reactions and even fierce resistance.

Today, as in the past, influence is more effective the more discreetly and indirectly it is exercised, the more it appeals to unconscious and primary mechanisms, and the less it relies on moral judgments. The dispersed logic of economic elites, whose *raison d'être* is the accumulation of material resources, is now proving more powerful in influencing and mobilizing the efforts of others than that of political leaders who struggle to occupy positions from which their directives are less supported and followed.

Concluding remarks: Insights from the Argentine Case

So, what are the powers and the powerlessness of Argentine elites? By distinguishing these three dimensions, we can observe how many members of the elite manage to benefit from the institutional framework. Faced with crises (such as those of 1989, 2001 or today), many owners of capital acquired the power to exit the Argentine economy (selling their assets and offshoring their wealth), social and political elites managed to maintain and strengthen their privileged positions, political elites retreated into more territorially anchored powers. As a group, however, they could hardly respond to popular anger. The enforcement of laws and the legitimacy of public authorities became increasingly exceptional.

As an expression of a long-term national difficulty, the Argentine case also reveals some characteristics of the XXI century order. Endowed with greater structural power, members of the economic, social, and political elites can individually benefit from the institutional framework created by the neoliberal reforms. However, they have become less legitimate and less able to mobilize collective efforts for common goals. In line with Albert Hirschman's (1970) proposal, it can be said that recent changes

have reconfigured the weight of the three possible forms of response to a crisis. While the logic of the economy has strengthened the power of elites to exit or withdraw from populations and territories that do not serve or threaten them, and popular belligerence expresses its dissatisfaction in the streets (voice), loyalty among those who support common causes requires discipline and patience that are short and rare.

The Argentine case is a clear illustration of this. In the Latin American country known for its egalitarianism and social activism, suspicion of elites is not new, and there have been many occasions to put elites in the dock. Through monetary crises and economic setbacks, budget adjustments and the deterioration of public services, inequalities have been deepening for decades. Against this backdrop, a sector of Argentine society has repeatedly demonstrated its opposition to the upper classes. The daily gestures of insolence and the recurrent outbursts of mobilization and disgust have not prevented the concentration of economic, social and political power. When the crowds disperse and the flags are raised, the balance is less heroic and positive. Since the 1970s, successive governments have only temporarily managed to create a basic infrastructure for economic calculation, and speculative practices have generated and continue to generate singular fortunes and, above all, serious collective damage. At the same time, the political elite, without common projects or respected institutional frameworks, controls the main levers for redistributing great rewards from one day to the next, but is unable to unite around a scheme that would reverse a declining socio-economic situation.

Does this collective fragility of elites benefit the majority? Hannah Arendt ([1958] 1998) lamented that the future holds a society of unemployed workers; arguably, the flip side is the concentration of profits without responsibility. In Argentina, at least, the groups with more capital and influence are now able to impose the rules of the game and veto initiatives that could harm their interests. They are less able to carry out political projects that could include and guide the majority and at the same time stabilize their profits. It is possible that big business, members of the upper classes and most political leaders have always delegated this mission to politicians with great charisma. However, the difficulty of the presidents to respond to the discontent of the citizens undermines the foundations of democratic coexistence, social integration and, in the long run, threatens other members of the elite.

References

- ALVAREDO, F.; CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SÁEZ, E. & ZUCMAN, G. (2018), *World Inequality Report*, Wid. World. Available at <wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>.
- ARENDRT, H. ([1958] 1998), *The human condition*. Chicago, The Chicago University Press.
- ARON, R. (1965), “Catégories dirigeantes et classe dirigeante”. *Revue Française de Sciences Politiques*, xv, 1.
- BACHRACH, P. & BARATZ, M. (1962), “Two faces of power”. *The American Political Science Review*, 56 (4): 947-952.
- BENZA, G. & HEREDIA, M. (2019), “La desigualdad desde arriba: análisis de los estratos socio-económicos altos de Buenos Aires (1980-2010)”. *Trabajo y sociedad*, 32: 5-23.
- BORTZ, P. (2018), “Flujos de capital y endeudamiento externo. Algunas reflexiones para América Latina”. In: ABELES, M.; PÉREZ CALDENTEY, E. & VALDECANTOS, S. (eds.). *Estudios sobre financierización en América Latina*. Buenos Aires, Cepal, pp. 295-321.
- BOTTINELLI, L. (2013), “El debate sobre el crecimiento reciente de la educación privada”. *Documentos de la Diniece*, 11.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- CÁRDENAS, J. (2020), “Élites en América Latina. Una introducción”. *Revista Española de Sociología*, 29 (3): 459-465.
- CARDOSO, F. E. & FALETTO, E. (1967), *Dependencia y desarrollo*. Buenos Aires, Siglo XXI
- CASTELLANI, A. & HEREDIA, M. (2020), “La reproducción fallida de las élites. Inestabilidad y transformaciones de las élites empresariales argentinas entre 1976 y 2015”. *Revista Española de Sociología*, 29 (3): 467-486.
- COUSIN, B.; KHAN, S. R. & MEARS, A. (2018), “Theoretical and methodological pathways for research on elites”. *Socio-Economic Review*, 16 (2): 225-49.
- DAVIS, A. & WILLIAMS, K. (2017), “Introduction: Elites and power after financiarization”. *Theory, Culture and Society*, 34 (5-6): 3-26.
- ELIAS, N. (1987), “The retreat of sociologists into the present”. *Theory, Culture & Society*, 4 (2-3): 223-247.
- ETCHEMENDY, S. (2019), “The rise of segmented neo-corporatism in South America: Wage coordination in Argentina and Uruguay (2005-2015)”. *Comparative Political Studies*, 52 (10): 1427-1465.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1996), “Después de la edad de oro: El futuro del Estado Benefactor en el nuevo orden mundial”. *Desarrollo Económico*, 36 (142): 523-554.
- FAIRFIELD, T. (2010), “Business power and tax reform. Taxing Income and profits in Chile and Argentina”. *Latin American Politics and Society*, 52 (2): 37-71.
- FRASER, N. (2008), *Scales of Justice*. Nova York, Columbia University Press.

- GAGGERO, A. (2018), "La élite de la liquidez: crisis macroeconómicas, reconversión empresarial y el patrimonio externo de los ricos argentinos". *Voces en el Fénix*, 8 (73): 46-53.
- GIBSON, E. (2005), "Boundary control. Subnational authoritarianism in democratic countries". *World Politics*, 58: 101-132.
- GONZALEZ HERNANDO, M. & G. MITCHELL. (2023), *Uncomfortable off*. Bristol, Bristol University Press.
- GUNDER FRANK, A. (1965), *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Chile, Centro de Estudios Miguel Enríquez.
- GUSTERSON, H. (1997), "Studying up revisited". *Political and Legal Anthropology Review*, 20, 114-119.
- HARTMANN, M. (2007), *Sociology of Elites*. London & New York, Roudledge.
- HEILBRON, J.; BÜHLMANN, F.; HJELLBREKKE, J.; KORSNES, O. & SAVAGE, M. (2017), "Introduction". In KORSNES, O.; HEILBRON, J.; HJELLBREKKE, J.; BÜHLMANN, F. & SAVAGE, M. (editors). *New directions in elites studies*. London & New York, Roudledge.
- HEREDIA, M. (2023), *¿El 99% contra el 1%? Por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdad*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- HIRSCHMAN, A. (1970), *Exit, voice, and loyalty. Responses to decline in firms, organizations, and states*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- INDEC. (2019), *Encuesta nacional a grandes empresas 2017*. Buenos Aires, Indec. Available at sitioanterior.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/enge_01_19.pdf.
- INDEC. (2023), "Evolución de la distribución del ingreso (EPH) Tercer trimestre de 2023". *Trabajo e Ingresos*, 7 (10).
- KHAN, S. R. (2012), "The sociology of elites". *Annual Review of Sociology*, 38: 361-77.
- LAURENS, S. (2007), "'Pourquoi' et 'comment' poser les questions qui fâchent? Réflexions sur les dilemmes récurrents que posent les entretiens avec des 'imposants'". *Genèses*, 69: 112-127.
- LEVITSKY, S & M. V. MURILLO. (2005), *Argentine democracy: The politics of institutional weakness*. University Park, Penn State University Press.
- LLUCH, A. y E. SAVAJ. (2014), "Longitudinal study of interlocking directorates in Argentina and foreign firms' Integration into local capitalism, 1923-2000". In: DAVID, T. & WESTERHUIS, G. (eds.). *The power of corporate networks. A comparative and historical perspective*. Nueva York, Roudledge, pp. 257-275.
- LODOLA, G. (2009), "La estructura subnacional de las carreras políticas en la Argentina y Brasil". *Desarrollo Económico*, 49 (196): 247-286.
- MANN, M. (1986), *The sources of social power*. Cambridge, Cambridge University Press, vol. 1.
- MANZANO, G. y F. VELÁZQUEZ. (2015), "La evolución de las ciudades intermedias en la Argentina". *Revista GEO UEJR*, 27: 258-282.
- MEISEL, J. (1958), *The myth of the ruling class: Gaetano Mosca and the "elite"*. Ann Arbor, MI, The University of Michigan Press.

- MOSCA, G. (1939), *The ruling class*. New York, McGraw Hill.
- NAIM, M. (2013), *El fi del poder*. Barcelona, Debate.
- NOVARO, M. (2019), *Dinero y poder. Las difíciles relaciones entre empresarios y políticos en la Argentina*. Buenos Aires, Edhasa.
- NUN, J. (1969), "Sobrepoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". *Revista Latinoamericana de Sociología*, 5 (2): 178-236.
- O'DONNELL, G. (1977), "Estado y alianzas en la política argentina". *Desarrollo Económico*, 64.
- OLIN WRIGHT, E. (2007), "Conclusion: If 'class' is the answer, what is the question?". In: OLIN WRIGHT, E. (ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 180-192.
- ORTNER, S. (2010), "Access: Reflections on studying up in Hollywood". *Ethnography*, 11: 211-233.
- PARSONS, T. (1991), *The social system*. London & New York, Roudledge.
- PORTANTIERO, J. C. (1977), "Economía y política en la crisis argentina". *Revista Mexicana de Sociología*, 2.
- PREBISCH, R. (1949), "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas". Available at <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/40010>.
- REED, M. I. (2012), Masters of the universe: Power and elites in Organization Studies. *Organization Studies*, 33 (2): 203-221. <https://doi.org/10.1177/0170840611430590>.
- REED, I. A. (2020), *Power in modernity*. Chicago, Chicago University Press.
- REEVES, R. (2017), *Dream hoarders*. Washington, Brooking Institution Press.
- ROUQUIÉ, Alain. (1978), *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires, Emecé.
- SÁBATO, J. & J., SCHVARZER. (1985), "Funcionamiento de la economía y poder político en la Argentina: trabas para la democracia". In: ROUQUIÉ, A. & SCHVARZER, J. (comps.). *¿Cómo renacen las democracias?*. Buenos Aires, Emecé Editores, pp. 175-212.
- SARTRE, J. P. (1960), *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard.
- SAVAGE, M. & K. WILLIAMS. (2008), "Elites: Remembered in capitalism and forgotten by social sciences". *The Sociological Review*, 56: 1-24.
- SCHNEIDER, B. R. (2009), "Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America". *Journal of Latin American Studies*, 41: 553-575.
- SCHORR, M. (coord.). (2021), *El viejo y el nuevo poder económico en la Argentina. Del siglo XIX a nuestros días*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- SCOTT, J. (2008), "Modes of power and the reconceptualization of elites". In: SAVAGE, M. & WILLIAMS, K. (eds.), *Remembering elites*. Oxford, Blackwell Publishing, pp. 27-45.
- SHERMAN, R. (2017), *Uneasy street. The anxieties of affluence*. Princeton & Oxford, Princeton University Press.
- SORENSEN, A. (2005), "Foundations of a rent-based analysis". In: OLIN WRIGHT, E. (ed.). *Approaches to class analysis*, op. cit.

- WEDEL, J. (2017), "From power elites to influence elites: resetting elite studies for the 21st century". *Theory, Culture and Society*, 34 (5-6): 153-178.
- WRIGHT MILLS, C. (1956) *The power elite*, several editions.

Abstract

Powers and impotencies of elites. Who, what for and how influence is exercised in Argentina?

In recent years, elites have attracted renewed public and academic attention. In most interpretations, criticism is frequent but contradictory. At the heart of this divergence lies the ambiguity of the concepts of elite and power. Based on the Argentine case and drawing on quantitative and qualitative data, I synthesize existing approaches to examine the powers and powerlessness of economic, social and political elites in neoliberal regimes. Three questions are considered: Who are the elites? What for and how is their influence exercised? The conclusion is that while members of elites can concentrate advantages, as a group they have little capacity to introduce reforms in pursuit of the common good.

Keywords: Elites; Power; Latin America; Neoliberalism.

Resumo

Poderes e impotências das elites. Quem, para quê e como se exerce influência na Argentina?

Nos últimos anos, as elites têm atraído renovada atenção pública e acadêmica. Na maioria das interpretações, as críticas são frequentes, mas contraditórias. No centro dessa divergência reside a ambiguidade dos conceitos de elite e poder. Com base no caso da Argentina e em dados quantitativos e qualitativos, sintetizo as abordagens existentes para examinar os poderes e a impotência das elites econômicas, sociais e políticas nos regimes neoliberais. São consideradas três questões: Quem são as elites? Para que e como é exercida sua influência? A conclusão é que, embora membros das elites possam concentrar vantagens, como grupo têm pouca capacidade para introduzir reformas em prol do bem comum.

Palavras-chave: Elites; Poder; América Latina; Neoliberalismo.

Texto recebido em 22/06/2024 e aprovado em 07/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226451.

MARIANA HEREDIA is scholar of the National Council of Scientific and Technical Research (Conicet), professor of sociology and director of the master degree in Economic Sociology in the San Martin University (Argentina). E-mail: mariana.heredia@conicet.gov.ar.



“Políticas baseadas em evidência” em três estados da racionalidade econômica

Pedro Grunewald Louro*

<https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>

Hugo Harari-Kermadec**

<https://orcid.org/0000-0001-9856-117X>

Introdução

Nos últimos anos, um lugar-comum tem se mostrado suficientemente plástico para se encaixar nas várias reivindicações que tomam o Estado como objeto de pensamento e de intervenção. Em circulação nos laboratórios de cálculo e previsão transnacionais como Banco Mundial e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) pelo menos desde o início dos anos 2000 (Normand, 2016), a fórmula “políticas baseadas em evidência” impõe-se como incontornável. Segundo os seus defensores, está em jogo submeter sucessivas decisões políticas (projetos de lei, desenho e implementação de programas e projetos, avaliação de serviços públicos etc.) ao crivo das provas científicas. A discussão gira em torno do que funciona, por exemplo, para reduzir taxas de homicídios e de roubos ou o tempo de internação hospitalar, bem como para alavancar a proficiência média em testes de larga escala e a frequência escolar (Barros *et al.*, 2020). A “boa evidência” significa aquela capaz de identificar o efeito causal de uma política e quantificar a magnitude dela, sendo assim mais válida do que outras ações caso o impacto destas for menor ou não for isolável dos demais fatores concomitantes. Contrariamente ao que já foi chamado de um governo por comissões, no qual especialistas se reúnem para diagnosticar problemas

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Université d’Orléans, Centre-Val de Loire, França.

e prescrever soluções (Ginsberg e Plank, 1995), um *governo por evidências* assume a pretensão de ser permanente nas rotinas políticas e burocráticas.

Ora, que caminho analítico adotar para tratar a extensão e apelo da “evidência” como problema? Seria a “evidência” não mais que a última moda de retórica dos fóruns transnacionais, prontamente mimetizada no Brasil? Longe de ser mera reabilitação de um credo positivista vago, cioso de asserções livres de “vieses” e “ideologias”, trata-se aqui de analisar as “políticas baseadas em evidência” em termos de um *estilo de racionalidade*, isto é, uma infraestrutura cognitiva historicamente específica que organiza práticas difusas, constituindo inteligibilidade e intencionalidade para a ação social (Hacking, 1992). Nesse sentido, argumentamos que as pretensões de objetividade e neutralidade da “evidência” não recorrem a toda e qualquer ciência com imperativos empíricos¹, mas a um *estilo econômico de racionalidade* – tal como tem sido tratado pela agenda de pesquisas que acompanha os efeitos políticos da ciência econômica (Hirschman e Berman, 2014). Por racionalidade econômica, consideramos a mobilização de hipóteses e pressupostos acumulados pela ortodoxia neoclássica da disciplina (reação a incentivos, maximização da utilidade, equilíbrio geral etc.), por vezes conflitantes entre si, para além dos fenômenos da produção e distribuição de riquezas, tornando-se uma esquematização geral da natureza humana e da vida social (Foucault, 2008; Supiot, 2015; Murphy, 2017).

Se seguirmos as pistas da sociologia do conhecimento (Blitstein e Lemieux, 2018, p. 28), a adesão a formas de pensamento e seus conteúdos expressos não se fundamenta nelas em si, e sim na organização histórica das práticas sociais sob a qual elas veiculam um *sentimento de inevitabilidade* – isto é, não uma forma dentre outras de apreensão do real, mas a representação pura e simples da realidade como tal. Na tentativa de delinear o apelo e extensão da racionalidade econômica, bem como explicar a sua recorrente eficácia política, nosso terreno empírico consiste nos processos de socialização profissional e acadêmica dos atores que fazem das “políticas baseadas em evidência” uma carreira e, portanto, buscam nela ganhos pecuniários e reconhecimento social. Este artigo se vale de dezenas de entrevistas semiestruturadas com atores² de diversas vinculações institucionais (fundações privadas, autarquias públicas, departamentos acadêmicos, centros de pesquisa etc.), junto a uma pesquisa

1. Justamente por isso sempre está entre aspas o vocabulário associado às “políticas baseadas em evidência”. Assim, demarcamos sua especificidade sócio-histórica com relação a outras reivindicações por expertise. Foge do nosso escopo discutir outras reivindicações que também evoquem ser “baseadas em evidências”, mas que possam subverter o aparato técnico e institucional da racionalidade econômica. Estudos já indicam a ação dessa racionalidade no meio ambiente, sobretudo na modelização da mudança climática (Armatte, 2010), mas caberia um trabalho mais detido nas críticas e reelaborações do que se entende por “evidência”.
2. Os atores entrevistados foram anonimizados.

documental de relatórios, legislações e artigos científicos, de modo a transitar entre os registros orais e escritos da racionalidade econômica posta em ação que, como veremos, coordena um *circuito*. Diferentemente de recortes monográficos (uma trajetória biográfica, política pública, teoria científica ou organização isoladas), a vantagem metodológica de reunir um material empírico de fontes heterogêneas consiste em analisar uma racionalidade social num *sentido forte*, isto é, um movimento intelectual e material rumo a fenômenos e objetos pulverizados, enquadrando-os numa certa ordem.

QUADRO I

Os objetivos da entrevista

Em se tratando de investigar as práticas sociais das “políticas baseadas em evidências” a partir da experiência profissional e acadêmica dos atores que agem em nome delas, as entrevistas semiestruturadas (n = 61) assumem precedência metodológica com relação à pesquisa documental. A vantagem das entrevistas consiste em delinear quais são os pontos de apoio (artigos citados, referências institucionais, metodologias etc.) que os atores mobilizam para conferir realidade ao que entendem por “evidências” – sem supor, de saída, que vão reproduzir as representações presentes nos documentos (Lamont e Swidler, 2014). A partir daí, podemos identificar os múltiplos e contraditórios modos de aparição prática da racionalidade econômica, para além da mera evocação do vocabulário econômico.

A entrevista é também um valioso método para retratar trajetórias sociais. Perguntas como “qual a especificidade, para você, da instituição x” ou “quais as continuidades e descontinuidades entre o que vivia em x e passou a viver em y” funcionam como delegações de produção de sentido aos atores concernidos. Com isso, podemos identificar tendências de diferenciação dos itinerários biográficos, matizando as experiências de adesão e mobilização da racionalidade econômica.

Após essa introdução, passamos para uma breve consideração acerca da presença pervasiva da “evidência” na vida política nacional. Buscamos em seguida decifrar a força da racionalidade econômica, partindo da hipótese da divisão em três estados do capital cultural (incorporado, objetivado e institucionalizado) que Bourdieu (1998) inicialmente formulou visando a explicar o êxito escolar. No decorrer das seções de cada estado até a conclusão, discutimos como e por que o êxito político da racionalidade econômica reside, sobretudo, nas suas formas sociais mais exteriorizadas do que na sua inscrição nos corpos.

A universalidade da “evidência”

Por mais que aluda a uma banalidade, o ideal de algo ser “baseado em evidência” (*evidence-based*) tem uma história própria. De experiência localizada do mundo anglo-saxão, sobretudo da pesquisa médica, ele se torna um movimento global no final dos anos 1990, nutrindo-se do descrédito de doutrinas à moda do Consenso de Washington (Jatteau, 2020). O debate então se desloca das prescrições presumidamente universais (“terapias de choque” e “ajustes estruturais”) para uma discussão dos métodos “padrão-ouro”, isto é, aqueles mais “robustos” para detectar inferências causais de ações sobre indicadores quantitativos, amparando políticas confiáveis para serem replicadas (as “boas práticas”) noutros territórios. A terminologia da “evidência” não só aparece nas ações da OCDE e Banco Mundial para o Sul Global, mas também entre os países centrais, dada a criação do *Group of Chief Scientific Advisors* na Comissão Europeia em 2015 e do *Evidence-Based Policymaking Commission* no Congresso estadunidense em 2016 (Barros *et al.*, 2020). Isso porque ela também se situa nas novas expertises gestionárias (ou *New Public Management*), as quais, sob o atual período de racionalização das despesas *públicas*, após três décadas de prosperidade fordista, tomam como objeto *não* mais categorias específicas de ação pública (educação, economia, saúde etc.), mas antes a racionalidade do Estado em geral (Bezes, 2009). Nesse sentido, a “evidência” é, a um só tempo, parte e produto das mudanças no pensamento de Estado, notadamente da passagem da lógica de meios (procedimentos e regras) para a de resultados, introduzindo a noção de *rentabilidade* nas finanças *públicas* (Ogien, 2020). Com isso, busca-se subordinar o orçamento à *avaliação do efeito mensurável* das ações sobre indicadores. Como indaga um ator, “por que um real a mais não reverte mais resultado para o país?” (entrevista concedida, 02/06/2022).

No Brasil, a presença do “uso de evidência” nas inquietações das instituições de Estado é igualmente recente³. A publicação “Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência” (Boueri *et al.*, 2015), organizada por técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, é a primeira tentativa mais sistemática de aclimação do vocabulário da “evidência” no Estado. Para um servidor do Executivo que acompanhou a publicação, a demanda por “bons resultados” aparece com força na conjuntura crítica de 2015, quando a recusa e até o corte de recursos exigiam algo além da mera negativa (entrevista concedida 28/06/2022). Se naquele momento o

3. Alguém poderia objetar isso mencionando como marco a Reforma da Administração Pública de 1998. Apesar de consistir numa crítica à lógica dos meios e à burocratização (a chamada “Era Vargas”), o apelo à “evidência”, concernente à mensuração dos resultados quantitativos da ação pública, era nela inexistente.

Governo Federal estava sob a acusação de afrouxar a disciplina fiscal, os técnicos do Executivo exigiam um aparato justificatório com vistas a frear as demandas legislativas por elevação das despesas públicas. Com o passar dos anos, a tônica “fiscalista” vai cedendo lugar a uma estratégia mais propositiva, buscando o “aperfeiçoamento das políticas públicas”. Instituições como Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Enap (Escola Nacional de Administração Pública) organizaram há pouco tempo trabalhos nesses termos (Koga *et al.*, 2022; Silva, 2019). Trata-se de um processo em gradual institucionalização no Estado brasileiro. Um marco nesse sentido foi a criação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap) em 2019, sob o Ministério do Planejamento, para analisar gastos públicos diretos e indiretos (subsídios tributários e creditícios), ao elencar periodicamente políticas para avaliação, além de produzir relatórios para o Congresso. Dando seguimento à cristalização, inclusive jurídica, da “evidência” no ciclo orçamentário, a lei do Novo Arcabouço Fiscal de 2023 prevê a inclusão das “recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas” para nortear a elaboração das metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Brasil, 2023).

Não é só dentro do Estado que a “evidência” e seus temas correlatos (“avaliação”, “impacto”, “qualidade” etc.) dispõem de crescente apelo, mas em particular fora dele, sobretudo nas várias organizações civis que miram nele intervir. É recorrente a insistência de os seus objetivos serem “com base em evidências” – ou em “dados”, “indicadores” e “pesquisas” –, desde fundações filantrópicas até organizações de *advocacy* por pautas específicas, passando por escolas de formação para candidaturas políticas. Atualmente o aparato técnico-científico dessas organizações (departamentos de pesquisa, avaliação, políticas públicas etc.) dirige-se para audiências externas, disseminando “boas práticas” a governos ou justificando o “impacto” das suas ações, além dos inúmeros *policy papers* e sumários executivos dos problemas públicos do interesse delas. Não à toa a inscrição da “evidência” no Estado se vale do deslocamento de atores dessas organizações para posições políticas. Para ficar só num caso instrutivo, após quase dez anos à frente da gestão de conhecimento do Instituto Unibanco, a cientista social Mirela Carvalho torna-se então Secretária Adjunta de Monitoramento e Avaliação do Governo Federal em 2023.

Com efeito, a ênfase da “evidência” em conhecimentos sobre finanças públicas, bases de dados quantitativos e inferências causais enseja uma panóplia de posições para economistas profissionais. Porém, é notável reconhecer a racionalidade econômica nas demandas por “evidência” para além da presença física de diplomados em economia. Nesse sentido, um exemplo é a política federal Pé de Meia (Lei n. 14.818/2024), resultado do Projeto de Lei n. 54/2021 da deputada federal Tá-

bata Amaral, notadamente alguém sem credenciais de economista⁴. O PL propõe incentivos financeiros ao estudante de ensino médio em situação de pobreza e extrema-pobreza⁵, portanto aos filhos das famílias elegíveis ao Bolsa Família, com vistas a reduzir a evasão escolar (Brasil, 2021). A proposta dá continuidade à ação pública como gestão de incentivos, inaugurada no Brasil notadamente com o Bolsa Escola em 2001 – e em seguida ampliada com o Bolsa Família em 2003 –, em que a transferência de renda estabelece condicionalidades visando a mudar as condutas dos beneficiados. Em compasso com a economia comportamental, a questão da evasão escolar é tratada pelo PL como uma “miopia juvenil” de modo que o jovem não percebe as consequências no longo prazo ao abandonar a escola” (Brasil, 2021, p. 7). Ademais, a aposta nos benefícios dos incentivos se apoia na crença da “natural aversão humana à perda de recursos” (*Idem*, p. 8). Em suma, a racionalidade econômica não reside apenas nas “evidências” forjadas pelos economistas que o PL mobiliza – como uma tese defendida na PUC-Rio e a quantificação dos custos monetários da evasão escolar –, mas sobretudo no fato de que suas hipóteses e premissas constroem a natureza do problema público.

Se discutimos até aqui a extensão da racionalidade econômica em linhas gerais, tratar da sua força envolve deslocar o olhar analítico para além da sua lógica interna e examinar as práticas sociais das quais ela faz parte. Com efeito, a racionalidade econômica constitui práticas, ao mesmo tempo que se mascara como tal, isto é, ela dissimula seu caráter específico e histórico ao aparecer como algo universal e irrevogável. Para explicar tal façanha da racionalidade econômica, tomamos de empréstimo o modelo forjado por Bourdieu para examinar o sucesso escolar, mais precisamente a sua divisão entre três estados do capital cultural. Nesse modelo, grosso modo, as filhas e filhos das classes dominantes conquistam sistematicamente maior êxito escolar, pois incorporam, via socialização familiar já na tenra infância, certas disposições prévias e exigidas pelo sistema escolar, o qual, por sua vez, ao não dispor a todos os grupos sociais que ali adentram os recursos necessários para adquiri-las, consagra aquela desigualdade factual enquanto diferença de direito (Bourdieu, 1998). Assim como a racionalidade econômica é eficaz (exerce efeitos reais) e reificante (oculta sua raiz social), a objetividade da excelência intelectual também aparece como dada e inata, ao ser produzida e mascarada socialmente.

4. Graduada em ciência política (major) e astrofísica (minor) por Harvard, ela é um caso bem-sucedido de quem foi socializada nesse circuito das “evidências”. Sua primeira candidatura em 2018 chamou atenção por ter passado pela então recém-inaugurada organização RenovaBR, que, com dinheiro privado, tem o objetivo de formar uma rede de novas lideranças políticas – isso também “com base em dados e evidências”.

5. Conforme a convenção de pobreza do Bolsa Família, que é uma renda por pessoa de 218 reais da família.

No modelo de Bourdieu, o estado incorporado assume precedência, visto que ali nascem as disposições necessárias para a apropriação dos bens culturais de prestígio, tais como leitura dos clássicos e frequência a museus (estado objetivado), que serão depois sancionados pelos diplomas (estado institucionalizado). Ora, veremos que, no caso da racionalidade econômica, para explicar sua força será preciso inverter essa ordem. Trata-se, pois, de coisas distintas. Se o capital cultural transfigura uma determinação social em mérito individual, a racionalidade econômica faz da decisão política um parecer técnico.

Racionalidade econômica feita corpo?

A crônica política recente do Brasil, comentada por analistas de conjuntura e intelectuais públicos, levou a emplacar certo consenso de que a racionalidade econômica, sobretudo em termos da lógica dos mercados autorregulados, constituiria uma visão de mundo arraigada em corações e mentes. Nesse sentido, vale ressaltar o sucesso editorial de *A elite do atraso*, com mais de 70 mil exemplares vendidos. Nele, o sociólogo Jessé de Souza propõe a construção histórica da ideologia liberal em torno das virtudes inerentes ao mercado a expensas do Estado (“corrupto” e “ineficaz”), encrustada no pensamento nacional ao menos desde 1936 com a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (Souza, 2017). Esse clima de opinião testemunhava forças políticas reais. É o caso do rejuvenescimento do repertório liberal (“liberdade de expressão”, “empreendedorismo”, “privatizações” etc.) encampado por movimentos da nova direita que lograram organizar protestos de rua massivos a partir de 2015 (Rocha, 2021). Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, era como se esse movimento tomasse o Estado, dada a indicação de Paulo Guedes, doutor em economia pela Universidade de Chicago, ao Ministério da Fazenda, cujo discurso de posse convocava os “Chicago Oldies” para o ajudarem a implementar reformas liberalizantes (Castro, 2022). Contudo, cabe indagar o quanto esse proselitismo pró-mercado habita as aspirações de quem faz da “evidência” uma profissão.

Não é porque parte desses atores foi socializada no mundo corporativo e então nos seus imperativos utilitários que eles vão perceber, de pronto, o mundo como uma empresa. Além das várias resistências de quem atua nos setores alheios aos circuitos mercantis, como os serviços públicos e agrupamentos políticos, vale destacar que mesmo quem advém da iniciativa privada percebe os limites na transposição da lógica mercantil. Para um ator que trabalhou com *start-up* e governo, há uma diferença crucial no uso prático da noção de “escala” entre público e privado. No caso do privado, “quanto mais escalável o produto, mais acessível, mais clientes eu posso ter, ou mais usuários eu posso ter, quanto mais usuários, melhor”, enquanto no caso do

público “a lógica é contrária”. Para ele, “se eu aplico essa lógica no governo, pode ser que quanto mais melhor me leve até um ponto em que 60% têm acesso e 60% não é razoável para o governo”, já que “tenho que atender 100% das pessoas e 100% quer dizer aquelas que estão nas franjas também” (entrevista concedida em 19/10/2023). Esse relato ilustra que o acúmulo de experiências progressas não impulsiona esse ator a transferir cegamente a lógica prática de uma esfera para outra.

De fato, encontramos nas entrevistas uma introjeção da racionalidade econômica como modo de percepção ordinário bastante restrita. Quem defende o “uso de evidência” é muito menos *homo oeconomicus* que os evangelistas do mercado da nova direita. Em compasso com a teoria neoclássica, a reivindicação por “evidência” está largamente ancorada na percepção de um mundo essencialmente definido pela *escassez*, de modo que a decisão política significa a maximização da utilidade a partir dos recursos disponíveis. Por isso, é preciso “fazer decisões conscientes de como você aloca recursos” (entrevista concedida 10/11/2023), já que, mesmo sendo “bem-intencionada” e “bem-construída”, a política que “gasta muito dinheiro” e “faz muita coisa” pode não ter “impacto” (entrevista concedida em 19/10/2023). Além da procura por “impacto” – nesse caso, afinada com a noção neoclássica de eficiência –, são raras outras manifestações de uma racionalidade econômica tão claramente encarnada a ponto de levar esses atores a desconsiderarem outros modos de pensamento. Encontramos poucos casos de forte incorporação, na qual a “evidência” aparece como emanção de uma razão inata. Ao ser indagado sobre a partir de quando o “uso de evidência” era mais presente na sua trajetória, um ator foi eloquente:

Talvez pela minha família ser da área médica. Meu pai é médico... e tem um raciocínio científico presente na medicina que não tem nas outras áreas, eu acho. Que é você olhar um problema, fazer uma abordagem técnica, descartar, fazer outra abordagem técnica, descartar. Até você conseguir curar o paciente. Desamarrado de ideologia ou do que você acha. São tentativas com base em coisas que já foram testadas e que deram certo. Então eu vivi num ambiente onde esse era o raciocínio, isso era bem-posto. Talvez tenha vindo do meu pai e a forma como ele encara as coisas. E eu não vejo por que não encarar a política social dessa forma... a técnica não resolve todos os problemas, mas eu não vejo por que não usá-la. Quando eu saí do mestrado... fui trabalhar no Instituto Ayrton Senna... eu cheguei lá para fazer um projeto e me botaram numa reunião com o PB, com o Ricardo Paes de Barros, para participar. Era o meu primeiro dia. Falaram, “ah, senta ali... assiste essa reunião aí, porque, quem sabe, você ajuda enquanto a gente pensa no que você vai fazer”. Foi imediato... o PB tem todas essas ideias muito consolidadas, da importância do uso de evidências, da importância da racionalidade, do bom gasto público, de tal forma que você consiga garantir ainda outros direitos sociais. Então, a minha visão hoje é muito pautada por toda essa discussão de anos que eu tenho com

ele. Mas eu acho que o jeito que ele pensa tem muito a ver, a abordagem para as coisas, tem muito a ver com a abordagem do meu pai. (Entrevista concedida em 05/12/2022).

Neste relato, é chamativa a *illusio* desse ator, no sentido de uma adesão, nas suas próprias palavras, “imediate” a uma visão de mundo na qual se investe, inclusive de modo afetivo. Esse engajamento íntimo aparece com forte entusiasmo quando detecta uma contribuição de sua autoria nas decisões políticas. Por exemplo, “o trecho do Fundeb... de entregar uma parte do financiamento vinculado a resultado, é um parágrafo que eu escrevi”. Ao perceber que os redatores se valeram de um texto de sua autoria, para esse parágrafo da lei, ele destaca a bem-humorada mensagem que recebeu do “gabinete do Renova”, com quem entrou em contato: “mandaram coraçõzinho, ‘parabéns, vocês estão na Constituição’” (Entrevista concedida em 05/12/2022). De fato, tal implicação deve-se à sua posição de relevo como professor de uma renomada instituição de ensino e pesquisa, além das numerosas assessorias a políticos das quais já participou.

Contudo, esse reconhecimento das pretensões de validade da “evidência”, a ponto de se autorrealizar nelas, como na narrativa biográfica linear da infância até a vida adulta, é raro entre os demais atores. De resto, a racionalidade econômica inscrita na “evidência” manifesta-se como algo *externo*, independente das aspirações dos seus portadores. Isso é patente inclusive para pesquisadores sobre políticas de incentivo para estimular mudanças de conduta, como os modelos de valor adicionado (Griffen e Panofsky, 2020). Para alguns, a racionalidade econômica não passava de um referencial teórico e acadêmico, não necessariamente o que acreditam ou pensam na prática. Na fala de um acadêmico, é notável como ele delimita a racionalidade econômica tão somente a uma técnica de pesquisa. Embora ainda modelize burocracias públicas por intermédio de hipóteses de mercado, ele não faz disso o seu próprio princípio de visão. Nas suas palavras: “Eu continuo utilizando esse mesmo aparato metodológico e teórico da economia clássica que parte dessa premissa de racionalidade, que cada indivíduo age individualmente para maximizar a sua utilidade, mas como ferramental, somente. Eu não acredito mais nisso” (Entrevista concedida em 05/03/2023).

Apesar de a “evidência” lançar mão de premissas econômicas, encontramos interlocutores que dificilmente veem o mundo mediante apenas disposições utilitárias. Se ela se dá a ver mais como algo externo, devemos prosseguir a análise rumo às formas exteriorizadas da racionalidade econômica. Passamos então a analisar os estados objetivados e institucionalizados da racionalidade econômica, os quais contribuem para que a “evidência” perpassa o corpo político, de tal modo que atores com propriedades sociais e experiências vividas heterogêneas possam tirar proveito dela para amparar suas decisões.

Objetificação da racionalidade econômica em métodos, indicadores e na literatura

À medida que a racionalidade econômica pode se objetivar de diversas maneiras, a “evidência” também aparece como algo objetivo, isto é, externo à perspectiva de quem a enuncia – tal como o conceito de objetividade passou a significar a partir do século XIX (Daston, 2017). O estado objetivado equipa os atores com instrumentos para a ação ou inação no que percebem ser um mundo essencialmente de escassez. *Os métodos microeconômicos* constituem uma forma de objetificação da racionalidade econômica, sedimentando as teorias sobre os fenômenos que tomam como objeto (Bachelard, 1996).

Como vimos, as pretensões racionais da “evidência”, embora estejam apoiadas na ciência econômica, moderam o apelo ao mercado como princípio totalizador da realidade. A partir do início dos anos 1990, isso também acontece na fronteira da econometria, na medida em que o interesse epistêmico dos economistas acadêmicos se desloca cada vez mais da modelização estrutural para a identificação de efeitos causais (Eyal e Leão, 2019). Com a crise da modelização estrutural na década de 1970, em parte por não ter previsto o nexo direto entre inflação e desemprego pelo qual passava o Norte Global à época, bem como por conta da crítica ao suposto da invariância dos parâmetros causais, a econometria passa a dedicar maior atenção aos princípios de racionalidade dos atores e às regras de otimização das suas condutas (Armatte, 2010). Ademais, a disponibilização crescente de microdados possibilita aos economistas endogenizarem funções de utilidade para além do mercado, chegando até o nível individual da preferência nos diversos fenômenos sociais (Heckman, 2000). Assim, a ciência econômica deixa de ser o saber da interdependência das condutas individuais para se afirmar como a investigação dos efeitos emergentes das interações sociais (Gautié, 2007). Mais recentemente, está em jogo uma reconfiguração dos instrumentos econômicos em resposta às críticas internas baseadas nas hipóteses que abalam a fé no livre mercado (concorrência imperfeita, assimetria de informações, vieses cognitivos na escolha racional etc.), bem como às crises, tanto a financeira de 2008 quanto a ecológica em curso, que suspenderam a adesão tácita a suas doutrinas (Lebaron, 2010).

Assim como o capitalismo se transforma respondendo a críticas e crises (Boltanski e Chiapello, 2009), a racionalidade econômica também reconfigura seus instrumentos. O desenvolvimento dos métodos microeconômicos, com ênfase nas estratégias empíricas de identificação de causalidade, é um dos trajetos, dentre outros⁶, nesse sentido. Com o descrédito do apelo generalizante da modelagem

6. Como outras respostas, podemos destacar o projeto *World Inequality Database*, liderado por Piketty, o neokeynesianismo de Stiglitz e até as tentativas de reabilitação dos mercados, como o *market design*.

estrutural, a par da crítica à sensibilidade dos modelos econométricos – isto é, à observação de que mudanças nas especificações e controles das equações levam a resultados distintos –, os promotores da guinada empírica reivindicam uma “revolução de credibilidade” no saber econômico, com vistas a forjar métodos cujos resultados sejam tanto *robustos* quanto *locais* para instituições acadêmicas e políticas, ou, nas palavras de dois deles, “defensáveis na sala de seminários e ao mesmo tempo na audiência legislativa” (Angrist e Pischke, 2010, p. 4). Acontece, com isso, uma redução teórica nas proposições as quais o economista pode enunciar. Para outra dupla de promotores (Banerjee e Duflo, 2011, p. 17), advoga-se o fim “das grandes questões” (“Quanta fé devemos depositar no livre mercado?”, “A democracia é boa para os pobres?” etc.) em prol de uma atitude modesta, reservando-se a estimar o impacto de uma política (o “efeito de tratamento”) a partir de uma base de dados delimitada. No esforço de isolar o efeito causal de uma intervenção (aumento do salário mínimo, técnica de gestão escolar, prisão em massa etc.) sobre uma variável estatística (desemprego, evasão escolar, taxa de homicídio etc.), diversos métodos (regressão descontínua, controle sintético, variáveis instrumentais etc.) vêm sendo forjados. Também designados de experimentos naturais – ou quase-experimentos, já que ainda baseados em dados observacionais –, esses métodos pretendem deter um controle sobre as variáveis análogo a um laboratório. Essa tendência é radicalizada com os experimentos aleatórios controlados, que reivindicam o resultado ainda mais confiável ao agruparem por sorteio duas amostras com características similares, das quais uma é alvo de uma ação (grupo de tratamento), enquanto outra fica livre desta (grupo de controle) como contrafactual para comparar os dados ao longo do tempo.

Com um arcabouço teórico minimalista, esses métodos miram intervir no desenho e avaliação da ação pública. Isso porque não só geram “evidências do que funciona”, mas também propõem desenho de “incentivos” ou de “regras de engajamento” mais eficazes que outros, no lastro da elaboração de *nudges* (“empurrãozinhos”) para conduzir os atores a fazerem escolhas mais racionais (Eyal e Leão, 2019, p. 16). Por isso, a insistência nos “detalhes” é algo reiterado pelos defensores das “evidências” no Brasil. Notadamente é o caso do economista Marcos Lisboa, o qual ocupa uma posição proeminente na mídia nacional por ser colunista da *Folha de S. Paulo* e fonte constante do jornalismo econômico (Cantu, 2021). Nas suas palavras: “O grande desafio é a gente sair da polarização das visões grandonas, desenvolvimentista ou liberal, fiscalista ou não fiscalista, e começar a mergulhar mais nos detalhes, e ter um pouco mais de procedimento no debate público” (Lisboa, 2020). O apelo às “evidências” lhe propicia ocupar uma espécie de *terceira via*, ou seja, é crítico à elevação do investimento público na qual o Estado brasileiro incorreu reagindo à crise de 2008, mas sem recair na apologia pura e simples dos mercados e da iniciativa privada.

A aclimatização dos métodos microeconômicos no Brasil e das “evidências” que os acompanham ocorreu por meio do polo das instituições acadêmicas altamente internacionalizadas, com porta-vozes na PUC-Rio, FGV-EPGE, FGV-Eesp, FEA-USP e no Insper – este último presidido por Marcos Lisboa de 2015 a 2022. Porém, o ponto de confluência desses atores em torno das “evidências” era numa ação filantrópica, a saber, no “Curso Avançado de Avaliação Econômica de Políticas Públicas e Projetos Sociais” ofertado pela Fundação Itaú Social para gestores públicos e profissionais do terceiro setor (módulo básico) e para pós-graduandos em economia (módulo avançado). Com turmas em média de quarenta (avançado) e trezentas (básico) pessoas e ofertadas anualmente para todo o país desde 2004 (Fundação Itaú Social, 2015), o Curso do Itaú Social formou uma geração de avaliadores de impacto. Ali, professores das instituições supracitadas são contratados para lecionar cursos, apresentar suas pesquisas e produzir manuais sobre as metodologias.

O popular “curso do Itaú” nasce quando o economista Sérgio Werlang deixa o posto de diretor de política econômica do Banco Central para ser diretor de risco do banco Itaú. Ele já havia se afamado como inventor do regime de metas para a inflação, somando-o ao câmbio flutuante e ao superávit primário para compor o tripé macroeconômico, isto é, o fiador da confiança que os mercados financeiros investem na solvência do Estado brasileiro (Paulani, 2008). No Itaú, Werlang estabeleceu a diretoria de avaliação econômica dos projetos do “braço de investimento social privado” do banco, articulando a avaliação de impacto com o cálculo do retorno econômico (se os benefícios em valores monetários superam os custos). Segundo um especialista que passou pelo Itaú Social, a avaliação depois se expandiu a projetos de outras fundações e até a políticas de governos, a par da meta de disseminar a “cultura de avaliação” mediante a oferta de cursos. A trajetória social de Werlang é então crucial. Após remodelar os instrumentos macroeconômicos, tornando obsoletos via tripé a emissão de moeda e o câmbio fixo, ele propicia novos instrumentos microeconômicos para amparar ações e julgamentos num mundo de escassez, do qual o tripé contribui para tornar realidade ao longo do tempo ao disciplinar as contas públicas.

A proeminência das abordagens experimentais naturais e controladas não fez que os adeptos de uma “econometria estrutural” desaparecessem de cena, mas levou estes últimos a terem que provar como seus métodos podem produzir “evidências” ainda mais robustas para a avaliação e desenho de políticas públicas. É o caso então da estimação de Heckman segundo a qual o investimento na primeira infância gera os maiores retornos econômicos (menor taxa de desemprego) e sociais (menor probabilidade de gravidez e de encarceramento) ante outras fases do ciclo da vida, valendo-se de modelos dinâmicos de equilíbrio geral na visada de chegar a resultados mais generalizáveis (Cunha *et al.*, 2010). No Brasil, essa “evidência” foi mobilizada

para aprovar o Marco Legal da Primeira Infância, elaborado por um grupo de congressistas que se especializou nesse tema graças a uma articulação entre Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Insper. Como relata um ator que observou o processo: “O que vende para sociedade civil brasileira e empresariado brasileiro é Heckman, você escuta gente no legislativo, no executivo municipal, te falando de Heckman... nunca vi nada similar na educação” (Entrevista concedida em 28/02/2023).

O acúmulo das “evidências do que funciona e que não funciona” tão logo as separa dos métodos que estavam na origem delas, adquirindo vida própria sob a forma mais geral de uma *literatura*, à qual ações políticas e científicas apelam sem precisarem reproduzir ou reavaliar as operações que as produziram. Frequentemente as “evidências” se escoram em revistas científicas de alta reputação que garantem a legitimidade delas. Ainda assim, é notável a tendência da literatura a se autonomizar dos participantes da esfera científica, sobretudo quando adentra na circulação de notícias e se torna razão para ação ou inação de decisores políticos. Não raro a rapidez com que um resultado de pesquisa adquire “um aspecto de verdade científica” na opinião pública, sem “devidas ressalvas” ou “rituais” (revisão entre pares, por exemplo), preocupa até aqueles pesquisadores interessados em “levar para a política pública alguma evidência”. Mais que isso, a literatura constitui uma outra forma de objetificação da racionalidade econômica na medida em que condensa as causalidades arroladas pelos trabalhos que a compõem, prefigurando tanto os termos da discussão sobre os problemas públicos quanto o modo de tratá-los (Angeletti, 2023). Mais precisamente, está cada vez mais em jogo discutir a rentabilidade das finanças públicas.

A literatura pode se tornar um recurso para desqualificar opções políticas baseadas em propostas alheias ao que ela “aponta” ter efeito causal. Como ilustra um pesquisador, “Fui ler toda a literatura, toda a avaliação de impacto nacional, internacional, de aumento de salário de professor e eu descobri que você aumentar o recurso que o professor ganha não gera aprendizado” (Entrevista concedida em 05/12/2022). No entanto, isso não quer dizer que constitua um todo coerente, pois o que chama atenção é o caráter fragmentário e controverso de tudo o que a literatura pode abranger. Justamente por isso as “evidências” podem circular num espectro ideológico amplo, conferindo respostas, ora à direita, ora à esquerda, para problemas públicos variados. É o caso da referência constante a Hanushek e à “evidência” de que há uma correlação espúria entre insumos e resultados escolares, de modo a coibir propostas de elevação dos gastos públicos em educação (Martins, 2018). Por outro lado, as “evidências” podem ser compiladas a fim de sustentar uma oposição às propostas radicalmente privatistas, tais como as escolas *charter* (Louzano e Simielli, 2020). Além disso, avaliações positivas preservam políticas ameaçadas em momentos de ajuste fiscal. Por exemplo, a avaliação do programa Farmácia Popular (Américo e Rocha, 2020)

é constantemente mobilizada para justificar a eficiência financeira dele, sendo até considerado um “*paper* que segura o programa”, uma vez que identifica impacto na queda da taxa de hospitalização por diabetes – e, portanto, dos custos econômicos ligados a isso. Com isso, a racionalidade econômica faz prova, mais uma vez, da sua neutralidade, isto é, longe de somente animar as reivindicações ortodoxas em torno da austeridade e livre mercado, oferece os instrumentos legítimos para que os atores possam se defender delas.

O apelo político da objetividade de instrumentos, como os métodos e a literatura, reside não só na exterioridade ante quem toma a decisão – pois a “evidência”, como disse um entrevistado, “não nasce da cabeça” do governante de ocasião –, mas também na *despersonalização do exercício do poder*, pois as razões do agir circulam ao longo de uma cadeia descontínua de instâncias científicas e políticas, nacionais e transnacionais. Dado o caráter pontual dos resultados microeconômicos e inacabado da literatura, há sempre margem de ação ao decisor político e uma gama inexplorada de temas e questões de pesquisa para a comunidade científica – nutrindo várias associações entre ambos. Cabe ressaltar, enfim, os *indicadores de resultado* como outro instrumento que objetiva a racionalidade econômica, conferindo razões igualmente impessoais e neutras para a ação.

Os indicadores de resultado constituem um dispositivo de poder cada vez mais presente nos Estados de todo o globo, prometendo substituir os modos coercitivos de ação das leis por incitações baseadas em números, à medida que fixa metas quantitativas comuns e avalia a grandeza dos atores segundo a capacidade deles de atingi-las (Bruno, 2008). Assim, a estatística deixa de ser só um instrumento de conhecimento, tornando-se um instrumento de transformação, isto é, não está mais em jogo descrever a realidade, mas incentivar que atores mudem suas práticas se quiserem subir de posição na hierarquia ordenada pelo indicador em tela (Harari-Kermadec, 2019). Os indicadores objetivam a racionalidade econômica construindo um espaço de concorrência, onde atores reagem a suas notações analogamente a firmas que mudam de conduta mediante as sinalizações do sistema de preços. Além disso, os indicadores se articulam com os demais instrumentos para compor decisões políticas. Isso é patente nas políticas educacionais, pois os estados que aceleradamente subiram de posição no ranking do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira)⁷ assim que passou a ser público, como Pernambuco (do 22º lugar no ensino médio em 2005, hoje está em 3º) e Ceará (do 18º lugar nos anos iniciais do ensino fundamental em 2005, hoje está 3º), tornaram-se então bolsões de “boas práticas”.

7. De uma escala de 0 a 10, o Ideb atribui notas a escolas, estados e municípios a partir da média de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica e da aprovação escolar, obtido no Censo Escolar.

Contrariamente a estados mais ricos, mas com resultados estagnados (como São Paulo), o apelo de Pernambuco e Ceará reside na capacidade deles de agirem num mundo de escassez, pondo à prova a eficiência do Estado vis-à-vis à carência crônica de despesas públicas. Daí que esses estados atraem pesquisadores ciosos em identificar os “fatores de sucesso” e políticos implicados a replicá-los nos seus territórios. No caso de Pernambuco, a “boa prática” dali extraída foi o modelo de ensino médio integral, contando com o apoio de organizações como Instituto Natura e Instituto Sonho Grande para expandi-lo para o restante do Brasil. Contratada para calcular o ganho de escala do modelo, uma consultoria estratégica preparou um estudo para ser levado a várias discussões ressaltando que essa política foi responsável por Pernambuco, em 19º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010, conquistar o 1º lugar no Ideb do ensino médio em 2015 (Instituto Natura, 2016, p. 12). A proposta ganhou ainda mais força com avaliações econométricas de impacto que identificaram as melhoras nos indicadores escolares (Rosa *et al.*, 2022a) e na redução dos homicídios (Rosa *et al.*, 2022b).

Se no caso de Pernambuco a racionalização incidiu sobre a expansão e justificação da política de ensino médio integral, a “boa prática” do Ceará foi concebida pelo olhar econômico logo desde o início. Considerado como uma das principais causas do sucesso do Ceará, inclusive com “evidências” da microeconometria (Carneiro *et al.*, 2022), trata-se do rateio da quota-parte de 25% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em função dos resultados dos municípios em alfabetização (12%), anos iniciais do ensino fundamental (6%), saúde (5%) e meio ambiente (2%). O mecanismo foi forjado pelo economista Marcos Costa Holanda, com mestrado pela FGV-EPGE sob a orientação do doutor em economia por Chicago, Fernando de Holanda Barbosa. Segundo Marcos Costa Holanda, seria preciso intervir nos incentivos do repasse de recursos públicos para sair da “armadilha da pobreza”, caracterizada por uma situação de desperdício de capital humano que impede os pobres de “explorar suas capacidades individuais” (Holanda *et al.*, 2007). A reputação do rateio do ICMS, a ponto de ser adotado por outros estados, projetou menos o economista que o propôs do que os gestores públicos que o implementaram, os quais adquiriram capital político com ela, logrando ascender ao governo federal, além de se tornarem conselheiros de fundações. Assim, as premissas da racionalidade econômica, na origem da concepção da própria política, são escamoteadas em virtude da apresentação dos “bons resultados” da gestão pública, técnicos e objetivos.

Com efeito, a fraca e até ausente incorporação de visões de mundo abrangentes centradas no livre mercado, a qual vimos na última seção, remete a reconfigurações da própria ciência econômica, que, em resposta a sucessivas críticas e crises, relaxou suas hipóteses de fundo. Além disso, é justamente pelo fato de a racionalidade eco-

nômica estar encarnada em instrumentos (métodos, literatura e indicadores) que ela coordena atores heterogêneos (financistas, políticos, gestores públicos, terceiro setor etc.), de norte a sul do país. Assim, a solidariedade do circuito da “evidência” não reside em experiências e condições homogêneas, mas no uso dos mesmos instrumentos e na sua linguagem técnica. Daí o apelo político desse discurso que integra visões e forças desiguais, abrandando suas tensões potenciais ao concordarem com o mesmo meio de expressão das discordâncias.

Institucionalização da racionalidade econômica fora da economia

O estado institucionalizado da racionalidade econômica, sob a forma de *diplomas*, também a objetifica, atribuindo um valor cultural dotado de uma autonomia relativa vis-à-vis ao seu portador. Porém, a tendência de universalização da racionalidade econômica – isto é, a pretensão de interpelar todo e qualquer objeto, dissimulando seus pressupostos específicos – é maior à medida que se inscreve para fora e além da titulação em economia, abrangendo sobretudo as instituições de formação de especialistas em políticas públicas.

Contrariamente ao que se convencionou com os cursos de Foucault insistindo na doutrina mercadista da Escola de Chicago e Reagan, estudos mais recentes apontam que, nos Estados Unidos, o deslocamento da racionalidade econômica para a política pública despontou nos governos dos democratas, justamente por confiarem no Estado (Berman, 2022, p. 13). A persecução da eficiência como valor neutro e derradeiro da política pública se institucionalizou com o deslocamento de atores da tecnocracia civil-militar para instituições do Executivo federal, levando consigo as técnicas de custo-efetividade, metas quantitativas e racionalização orçamentária para gerir a súbita expansão de programas sociais desencadeada pela Grande Sociedade em 1965 (*Idem*, p. 43). Tão logo esses atores passaram a inflectir na formação universitária de profissionais do setor público, como é o caso do consultor da Rand Corporation, o cientista político Graham Allison, o qual modernizou a Kennedy School of Government de Harvard em 1978. A seu ver, cabia reformar as competências de Estado, passando do foco em administradores públicos – isto é, especialistas nos meios jurídicos e contábeis para sustentar a expansão nacional do governo federal em curso desde o final do século XIX –, para formar *analistas políticos*, engajados em assessorar os tomadores de decisão ao informá-los sobre as consequências entre as escolhas concorrentes (Allison, 2006, p. 65). Não se tratava mais de obedecer às regras burocráticas apenas, mas de contribuir para os fins políticos. Era preciso então uma *graduate school* (mestrado e doutorado) com um núcleo curricular em técnicas analíticas (economia, estatística e teorias da decisão), programas executivos para

estudantes já em posições de responsabilidade e centros de pesquisa em resolução de problemas – modelo este que se disseminou pelos Estados Unidos com apoio da Fundação Ford (*Idem*, p. 64).

Se o ideal das políticas públicas durante a redemocratização do Brasil apoiava-se nas experiências participativas, em oposição às conotações autoritárias do planejamento (Hey, 2008), a circulação internacional de atores em instituições como a Kennedy School atualiza o que se entende por “políticas públicas”, introduzindo nelas os instrumentos da racionalidade econômica. Para um ator egresso da administração pública pela FGV, o que sobressaía dos cursos da Kennedy School é justamente a “parte quantitativa”, o que “era bastante frágil” na sua graduação no Brasil. Por outro lado, os graduados em economia destacam o ar “aplicado” da instituição, de tal modo que, em vez de um artigo acadêmico, os professores exigiam um *policy paper* como trabalho final. Um ator ilustra a abordagem *problem-solving* dos cursos: “Não era, assim, ficar entendendo a fórmula... era tipo, você tem uma secretaria de educação, que tem esses dados, tem essa pergunta na cabeça deles, como é que você, a partir das técnicas estatísticas responde a sua pergunta?” (Entrevista concedida em 20/11/2023). Por ser “aplicado”, o que está em jogo não é o pleno domínio da técnica, mas o mínimo necessário para saber, por exemplo, contratar economistas e gestores para a organização que for liderar. Isso se articula com os cursos de competências interpessoais ou *soft skills*, tais como negociação e resolução de conflitos, redação de fala pública e dinâmicas teatrais de um exercício antiautoritário da liderança. Este último, como sublinhou outro ator que fez um programa executivo, articulava-se com aulas junto a “evidências da *behavioral economics*” sobre como “mudar o comportamento em larga escala” (Entrevista concedida em 25/08/2022). Assim, é como se a formação de lideranças públicas com competências “flexíveis” e “reflexivas” envolvesse um relativo domínio de teorias e técnicas da racionalidade econômica como suporte neutro para a decisão política.

A circulação internacional em instituições de políticas públicas, como Harvard Kennedy School e Columbia Sipa (School of International and Public Affairs), é restrita para uma seleta camada do circuito das “evidências” no Brasil. Muitas vezes é o caso de programas executivos para o quadro diretivo ou de atores já com acúmulo de experiências em posições públicas e privadas de poder para conseguirem financiamento. Trata-se então de um percurso de *elite*, beneficiando esses atores com os títulos de excelência intelectual que são sancionados por instituições reconhecidas, entre eles e seus parceiros, como entre “as melhores do mundo”. Esse percurso desemboca no circuito das elites cosmopolitas, no qual a secularização da cultura dominante que privilegia os valores da tolerância e do pluralismo desdobra-se na *secularização do capital cultural*, favorecendo saberes mais neutros e universais,

portanto igualmente desligados de culturas clássicas nacionais, como ciência econômica, gestão e informática (Hugrée e Poullaoeuc, 2022). Para um egresso da Sipa, a “diversidade” que o encantava no alunato multicultural não havia na formação acadêmica docente: “Acho que isso é o lado que a gente tinha menos diversidade... os professores, quase todos, vêm de escolas de economia” (Entrevista concedida em 07/11/2023). Em outras palavras, é como se o reconhecimento do capital cosmopolita dessas elites implicasse o desconhecimento da racionalidade econômica que opera na raiz dos instrumentos certificados pelos títulos de excelência intelectual mais universalizantes.

Ora, a legitimidade desse modelo de escola também interfere nas instituições de ensino e pesquisa em políticas públicas no Brasil. Para vários atores entrevistados, a pós-graduação em Administração Pública e Governo na FGV constitui uma estratégia para aprofundar seus conhecimentos em torno dos instrumentos das “evidências”, sem ter que passar pelo campo dos economistas, frequentemente qualificado de maneira negativa (“tóxico”, “espaço de privilégio”, “agressivo”, “masculino” etc.). Além disso, a Escola de Administração e Empresas (Eaesp-FGV) se destaca por professores que expandem a racionalidade econômica para interpelar problemas públicos. Nesse sentido cabe ressaltar Ciro Biderman, que estabeleceu a “evidência” de que o Primeiro Comando da Capital reduziu crimes violentos (Biderman *et al.*, 2018), ou então Rudi Rocha, que participa da transposição do êxito da economia da educação para a economia da saúde⁸. Enfim, outro modo pelo qual a FGV inscreve a racionalidade econômica na política consiste nas suas numerosas ofertas de consultoria (Tomei, 2018), sobretudo a do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para África Lusófona e Brasil (Clear-FGV), que pretende “atender a demanda crescente por tomadas de decisão baseadas em evidência” ao forjar “estruturas sustentáveis de monitoramento e avaliação” nos setores públicos e privados⁹.

Por um notável efeito de campo, outras instituições nacionais disputam o valor dos diplomas em políticas públicas, apoiando-se numa formação ainda mais próxima à racionalidade econômica como se fosse um diferencial competitivo. Desde 2017, o Insper vem encampando várias iniciativas com a pretensão de ser uma versão fiel ao modelo de escola inaugurada pela Kennedy School, tais como um mestrado *stricto sensu* (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) e outro *lato sensu* (Programa Avançado em Gestão Pública), bem como um centro de pesquisa (Centro de Gestão e Políticas Públicas) e um portfólio de cursos de curta duração. A apresentação pública

8. Para um relato do fundador do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, do qual Rudi Rocha é diretor de pesquisas, ver <https://www.youtube.com/watch?v=ZhOjS6KAWQU&t=3910s>, consultado em 08/06/2024.

9. Disponível em <https://fgvclear.org/quem-somos/#equipe>, consultado em 08/06/2024.

dessas iniciativas martela o “uso de evidências”, nas palavras de um pesquisador de lá, “quase como um logo”. Para atores que acompanharam as discussões institucionais, os cursos procuram atrair gestores públicos de cargos intermediários de tal modo a “influenciar uma elite”, bem como jovens economistas interessados em políticas públicas. Dentre os promotores desse movimento institucional de construção de um circuito de “evidências” no Insper, cabe destacar o economista Ricardo Paes de Barros. Ali, Barros dá continuidade ao que havia iniciado no Ipea em 1990 e que se cristalizou na concepção do Bolsa Família (Cunha, 2012), isto é, a formação de especialistas que, no meio do caminho entre pesquisa acadêmica e conselho político, põem à prova a racionalidade econômica para agir sobre a desigualdade de renda.

Para pesquisadores e professores que passaram pelo Insper, é notável a defesa da superioridade da racionalidade econômica. Segundo um ator, circulava ali a interpretação de que um programa de pós-graduação em gestão e políticas públicas, mesmo já consagrado, era “fraco” por lhe faltarem economistas suficientes na liderança da instituição (Entrevista concedida em 10/03/2023). Outro ator ainda destacou uma “visão mais ortodoxa”, isto é, não só uma “visão interpretativista” teria “dificuldades” ali, mas também havia “um preconceito mesmo da importância de participação, movimentos sociais, fazer política, tanto institucional quanto não institucional” (Entrevista concedida em 06/12/2022). Se, para alguns, essa “falta de pluralidade metodológica” se refletia na produção acadêmica, para outros, sobretudo alunos egressos, os cursos tinham um caráter “prático”, de modo que a oposição entre métodos “quanti” e “quali” não era presente. Ao contrário, estes últimos apontam que, gradualmente, aqueles mais ferrenhos defensores da microeconometria passaram a reconhecer o papel dos métodos qualitativos para detectar “mecanismos de impacto” nas práticas e contextos específicos. Além disso, estão em circulação ali outros instrumentos (“teoria da mudança”, “diagnóstico organizacional”, “*design thinking*” etc.), os quais, baseados sobretudo na coleta de dados qualitativos (Carvalho, 2020; Geraldo, 2020), complementam a avaliação de impacto a partir das estatísticas públicas.

O nexos entre os instrumentos da racionalidade econômica e a visão de um mundo de escassez que os solicita é muito mais intenso no Insper do que em outras instituições de ensino e pesquisa. Isso porque não só o ponto de partida de que “recursos públicos são limitados” é reiterado nos seus relatórios e seminários, mas sobretudo porque aqueles que lograram impor as regras fiscais do Estado Brasileiro também são seus pesquisadores. É o caso notadamente do economista Marcos Mendes, inventor do regime fiscal conhecido por “Teto de Gastos” em 2016 que congelava gastos públicos correntes e investimentos públicos federais por vinte anos, corrigidos apenas pela inflação. Além de conter a trajetória crescente do gasto ante o nível da dívida, a lei estimularia “a aplicação mais eficiente de recursos” (Brasil, 2016, p. 5).

Institucionalizava-se, com isso, uma realidade propícia para que a decisão política recorresse às “evidências” forjadas pela racionalidade econômica.

Considerações finais

Tentamos retrazar os contornos sociais que conferem coerência e estilo ao circuito de atores que fazem da demanda por “políticas baseadas em evidência” no Brasil os seus meios materiais e simbólicos de vida. Nesse sentido, remontar à racionalidade econômica foi uma forma de articular os traços desse circuito, que, por sua vez, tende a aparecer de modo turvo e difuso. Por mais que tenhamos argumentado da sua pretensão universalizante, não há nada de fatal na capacidade das “evidências” em forjar problemas públicos e a decisão política – basta pensar na segurança pública brasileira, em que o fato de o *homo oeconomicus* nunca ter sido soberano ali (Altheman *et al.*, 2020) ajuda a torná-la avessa às “evidências”. Além disso, não excluímos a possibilidade de a terminologia das “evidências” ser mobilizada prescindindo da racionalidade econômica. Cabem outras pesquisas para examinar se esse outro uso constitui um circuito tão amplo e heterogêneo como o que tentamos aqui delinear.

Argumentamos que a solidariedade social do circuito das “evidências” repousa no uso dos mesmos instrumentos técnicos. No fundo, talvez repouse aí seu maior apelo *democrático*, se entendermos que a qualidade desse regime político consiste em justificar decisões orientando-se pelo bem comum, e não pela vontade sozinha de um indivíduo, doutrina ou grupo em particular (Boltanski, 2015). Em compasso com as elites cosmopolitas que vêm renunciando a particularismos culturais, a heterogeneidade de quem recorre à “evidência” – do ex-prefeito de Sobral, no Ceará, até o ex-presidente de uma faculdade de elite em São Paulo – faz dali um *lugar neutro*, habitado por visões e corpos sociais múltiplos. Evocando um ar modesto, de modo até a recusar “grandes narrativas”, inclusive as mais liberais, a “evidência” conjura argumentos fundamentalistas. Assim, a racionalidade econômica atualiza o seu papel político-científico, bem como se afasta da cumplicidade com regimes autoritários que marcou sua história na América Latina (Fourcade, 2006). Oscilando entre meios de coordenação, títulos cosmopolitas e prova de ideais democráticos, além de rejeitar discursos doutrinários pró-mercado, a racionalidade econômica produz realidades ao mesmo tempo que, nelas, ela não se explicita como tal.

Contudo, vimos que a “evidência” acompanha os dispositivos de poder que fazem do mundo de escassez não apenas um princípio de livro-texto de introdução à economia, mas uma realidade implacável. Diante disso, a racionalização promovida pela “evidência” assume dois sentidos: de um lado, dissimulação das condições sócio-históricas do mundo de escassez que lhes escapa como objeto de interrogação;

e, de outro, otimização do que é possível ser feito a partir do pouco disponível. Em outras palavras, os discursos em torno das “evidências” tanto se investem de denotações democráticas, quanto se adequam às injunções que nutrem a confiança dos mercados financeiros. Ainda assim, é preciso levar em conta que quem dá corpo às “evidências” ocupa uma posição externa e secundária com relação às entidades que põem em marcha uma racionalidade econômica nua e crua (bancos comerciais e de investimento, investidores institucionais, consultorias estratégicas etc.).

Referências Bibliográficas

- ALLISON, Graham. (2006), “Emergence of schools of public policy: Reflections by a founding dean”. In: MORAN, Michael; REIN, Martin & Goodin, Robert E. (orgs.). *The Oxford handbook of public policy*. Oxford, Oxford University Press, pp. 58-79.
- ALTHEMAN, Eduardo; MARTINS, Alexandre & CAMARGOS, Pedro. (2020), “Entre o *homo oeconomicus* e o *homo criminalis*: neoliberalismo, punição e regimes de subjetivação”. *Mediações*, 25 (2): 339-357.
- AMÉRICO, Pedro & RUDI, Rocha. (2020), “Subsidizing access to prescription drugs and health outcomes: The case of diabetes”. *Journal of Health Economics*, 72.
- ANGELETTI, Thomas. (2023), *L'invention de l'économie française*. Paris, Les Presses Sciences Po, 2023.
- ANGRIST, Joshua D. & PISCHKE, Jörn-Steffen. (2010), “The credibility revolution in empirical economics: How better research design is taking the con out of econometrics”. *Journal of Economic Perspectives*, 24 (2): 3-30.
- ARMATTE, Michael. (2010), *La Science économique comme ingénierie: quantification et modélisation*. Paris, Presses de Mines.
- BACHELARD, Gaston. (1996), *A formação do espírito científico*. São Paulo, Contraponto.
- BANERJEE, Abhijit & DUFLO, Esther. (2011), *A economia dos pobres: uma nova visão sobre as desigualdades*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BARROS, Ricardo Paes de; COUTINHO, Diana & SOARES, Camila. (2020), “Políticas públicas com base em evidência: por quê e para quê?”. In: GIAMBIAGI, Fernando; FERREIRA, Sérgio Guimarães & AMBRÓZIO, Antônio Marcos Holz (orgs.). *Reforma do Estado brasileiro: Transformando a atuação do governo*. Rio de Janeiro, GEN Atlas.
- BERMAN, Elizabeth Popp. (2022), *Thinking like an economist: how efficiency replaced equality in U.S. public policy*. Princeton, Princeton University Press.
- BEZES, Philippe (2009), *Réinventer l'État. Les réformes de l'administration française, 1962-2008*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BIDERMAN, Ciro *et al.* (2018), “Pax monopolista and crime: The case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo”. *Journal of Quantitative Criminology*, 35: 573-605.

- BLISTEIN, Pablo & LEMIEUX, Cyril. (2018), "Comment rouvrir la question de la modernité? Quelques propositions". *Politix*, 123: 7-33.
- BOLTANSKI, Luc. (2015), "Situation de la critique". In: FRÈRE, Bruno (org.). *Le tournant de la théorie critique*. Paris, Desclée de Brouwer.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPPELLO, Ève (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), "Os três estados do capital cultural". In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, pp. 71-80.
- BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana & RODOPOULOS, Fabiana (orgs.). (2015), *Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência*. Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional.
- BRASIL. (2016), Senado Federal. *Proposta de Emenda Complementar n. 55 de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília.
- BRASIL. (2021), Câmara dos Deputados. *Projeto de lei n. 54 de 2021*. Altera a Lei nº 10.386. Brasília.
- BRASIL. (2023), Senado Federal. *Lei complementar n. 300 de 2023*. Brasília.
- BRUNO, Isabelle. (2008), *A vos marques, prêts... cherchez! La stratégie européenne de Lisbonne vers um marché de la recherche*. Paris, Éditions du Croquant.
- CANTU, Rodrigo. (2021), "Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil", *Norus*, 9 (16): 12-51.
- CARNEIRO, Diego et al. (2022), *Mecanismo de indução de políticas para educação básica: análise das experiências dos estados brasileiros com a cota parte do ICMS*. Brasília, Enap.
- CARVALHO, Danielle Chrstine. (2020), *Abrindo os portões do Pátio Digital: a experiência de governo aberto da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*. São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação), Programa Avançado em Gestão Pública, Insper.
- CASTRO, Heloísa Pinheiro. (2022), *Chicago Oldies?: um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago*. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CUNHA, Flávio; HECKMAN, James J. & SCHENNACH, Susanne S. (2010), "Estimating the technology of cognitive and non-cognitive skill formation". *Econometrica*, 73 (3): 883-931.
- CUNHA, Márcia Pereira. (2012), *Do planejamento à ação focalizada: Ipea e a construção de uma abordagem de tipo econômica da pobreza*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- DASTON, Lorraine. (2017), *Historicidade e objetividade*. São Paulo, LiberArs.
- EYAL, Gil & LEÃO, Luciana Souza. (2019), "The rise of randomized controlled trials (RCTs) in international development in historical perspective". *Theory and Society*, 48: 383-418.
- FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. (2015), *Relatório de atividades 2014*. São Paulo.
- FOUCAULT, Michael. (2008), *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.

- FOURCADE, Marion (2006), “The construction of a global profession: The transnationalization of economics”. *American Journal of Sociology*, 112, 1: 145-194.
- GAUTIÉ, Jérômê. (2007), “L'économie à ses frontières (sociologie, psychologie)”. *Revue Économique*, 58 (4): 927-939.
- GERALDO, Bruno Luis Simões. (2020), *Proposta de implementação da gestão de pessoas baseada em competências na Prefeitura de São Paulo*. São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação), Programa Avançado em Gestão Pública, Insper.
- GINSBER, Rick & PLANK, David N. (orgs.). (1995), *Commissions, reports, reforms, and educational policy*. Westport, Praeger.
- GRIFFEN, Zachary & PANOFKY, Aaron. (2020), “Ambivalent economizations: the case of value-added modeling in teacher evaluation”. *Theory and Society*, 50: 515-519.
- HACKING, Ian. (1992), “Style’ for historians and philosophers”. *Studies in History and Philosophy of Science*, 23 (1): 1-20.
- HARARI-KERMADEC, Hugo. (2019), *Le classement de Shanghai. L'université Marchandisée*. Lormont, Le Bord de l'Eau.
- HECKMAN, James J. (2000), “Microdata, heterogeneity and evaluation of public policy”. *Prize Lecture*: 255-322.
- HIRSCHMAN, Daniel & BERMAN, Elizabeth Popp. (2014), “Do economists make policies? On the political effects of economics”. *Socio-Economic Review*, 12: 779-811.
- HEY, Ana Paula. (2008), *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico*. São Carlos, EduFscar.
- HOLANDA, Marcos Costa et al. (2007), *Proposta de mudança no rateio da cota parte do ICMS entre municípios cearenses*. Fortaleza, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.
- HUGRÉE, Cédric & POUILLAOEUC, Tristan. (2022), *L'université qui vient: un nouveau régime de selection scolaire*. Paris, Raisons d'Agir.
- INSTITUTO NATURA (2016), *Análise dos modelos de Escola em Tempo Integral*, Instituto Natura.
- JATTEAU, Arthur. (2020), *Faire preuve par le chiffre? Le cas des expérimentations aléatoires en économie*. Paris, Collection Gestion Publique.
- KOGA, Natália Masaco et al. (2022), *Políticas públicas e usos de evidência no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília, Ipea.
- LAMONT, Michèle & SWIDLER, Ann. (2014), “Methodological pluralism and the possibilities and limits of interviewing”. *Qualitative Sociology*, 37 (2): 153-171.
- LEBARON, Frédéric. (2010), *La crise de la croyance économique*, Éditions du Croquant.
- LISBOA, Marcos. (25 set. 2020), “A indústria de informática no Brasil deu certo?”. In: *Bem-Estar Capital*, YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TDzCSCBRwgU>, consultado em 18/02/2022.
- LOUZANO, Paula & SIMIELLI, Lara. (2020), “Chater school: A U.S. Case study and implications for Brazil”. *Education Policy Analysis Archives*, 28 (38): 1-19.
- MARTINS, André. (2018), *Do planejamento educacional à gestão por incentivos: percursos da*

- Economia da Educação e os seus rastros neoliberais*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade São Paulo.
- MURPHY, Michelle. (2017), *The economization of life*. Durham, Duke University Press.
- NORMAND, Romuald. (2016), *The changing epistemic governance of European Education*. Scotland, Springer Press.
- OGIEN, Albert. (2020), "La Valeur sociale du chiffre: La quantification de l'action publique entre performance et démocratie". *Revue Française de Socio-Économie*. Hors-série, 5 (1): 99-120.
- PAULANI, Leda. (2008), *Brasil delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo, Boitempo.
- ROCHA, Camila. (2021), *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita*. São Paulo, Todavia.
- ROSA, Leonardo *et al.* (2022a), "The effects of public high school subsidies on student test scores: The case of a full-day high school in Pernambuco, Brazil". *Economics of Education Review*, 87: 1-15.
- ROSA, Leonardo; BRUCE, Raphael & SARELLAS, Natália. (2022b), *Efeitos da escola de tempo integral em homicídios: o caso do Programa de Ensino Médio Integral de Pernambuco*. Instituto Natura.
- SILVA, Mariana Batista. (2019), "Políticas baseadas em evidência: mapeamento e direções". *Cadernos Enap*, Brasília, 106: 1-135.
- SOUZA, Jessé. (2017), *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro, Leya.
- SUPIOT, Allain. (2015), *La gouvernance par les nombres*. Paris, Fayard.
- TOMEI, Francesco Andrade. (2018), *Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da Eaesp-FGV*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Resumo

"Políticas baseadas em evidência" em três estados da racionalidade econômica

Tomando emprestada a divisão em três estados do capital cultural (incorporado, objetivado e institucionalizado), o artigo propõe que a racionalidade econômica adquire êxito político ao circular entre esses estados. Contrariamente à proposta original de Bourdieu, que remetia o êxito escolar sobretudo à internalização tácita e difusa do capital cultural enquanto disposições de percepção, argumenta-se que a força da racionalidade econômica reside nas suas formas mais exteriorizadas. De um lado, o estado objetivado anima instrumentos microeconômicos de avaliação de impacto e indicadores de resultado e, de outro, o estado institucionalizado forja centros de ensino e pesquisa em gestão e políticas públicas. Em ambos os casos, a racionalidade econômica não aparece como uma convicção proselitista da lógica de mercado, e sim como técnicas neutras de avaliação e decisão. Baseado sobretudo em entrevistas semiestruturadas (n = 61), busca-se apreender o

intercâmbio entre os três estados nos processos de socialização acadêmica e profissional de atores que têm feito das “políticas baseadas em evidência” uma carreira no Brasil.

Palavras-chave: Políticas baseadas em evidência; Racionalidade econômica; Sociologia do conhecimento; Sociologia da quantificação; Filantropia.

Abstract

“Evidence-based policies” in three states of economic rationality

Borrowing the division into three states of cultural capital (incorporated, objectified and institutionalized), the article proposes that economic rationality acquires political success by circulating between these states. Contrary to Bourdieu’s original proposal, which referred educational success mainly to the tacit and diffuse internalization of cultural capital as dispositions of perception, it is argued that the strength of economic rationality lies in its more externalized forms. On the one hand, the objectified state animates microeconomic instruments for impact evaluation and result indicators and, on the other, the institutionalized state forges training and research centers in management and public policies. In both cases, economic rationality does not appear as a proselytizing conviction of market logic, but rather as neutral evaluation and decision-making tools. Based mainly on semi-structured interviews (n=61), the aim of this article is to apprehend the exchange between the three states within the academic and professional socialization processes of actors who have made “evidence-based policies” a career in Brazil.

Keywords: Evidence-based policies; Economic rationality; Sociology of knowledge; Sociology of quantification; Philanthropy.

Texto recebido em 11/06/2024 e aprovado em 07/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226186.

PEDRO GRUNEWALD LOURO é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na Université Paris-Saclay, pesquisador no laboratório IDHES ENS Paris-Saclay e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [Processos 2021/01828-9 e 2022/05206-5]). E-mail: pedro.louro@usp.br.

HUGO HARARI-KERMADEC é professor de sociologia na Université d’Orléans, pesquisador nos laboratórios Erca e IDHES ENS Paris-Saclay. E-mail: harari@univ-orleans.fr.



Reformas no ensino superior e seleção de alunos

O caso da França (1999-2018)

Mélanie Sargeac*

<https://orcid.org/0009-0007-0618-1796>

Introdução

Desde o final do século XX, as políticas francesas e europeias tendem a fazer do ensino superior e da investigação (EES) uma das principais alavancas da competitividade econômica internacional, seguindo o exemplo do chamado “processo de Bolonha” iniciado em 1999 para construir um Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES). Na literatura científica francesa sobre a análise das reformas do ensino superior, vários estudos sublinham a introdução de novos princípios de gestão baseados numa visão econômica, ou mesmo utilitária, da gestão do ensino superior e da investigação, em particular desde o esforço de harmonização dos sistemas europeus de ensino superior (Bruno, 2008; Gracia 2009). Outras análises usam o caso do ensino superior para descrever a utilização crescente de indicadores estatísticos na justificação, e depois na aplicação, de vários processos de reforma, relacionados com a gestão do ensino superior, mas também, de forma mais ampla, com a dos setores públicos franceses (Eyraud *et al.*, 2020).

A publicação de tabelas de classificação, seja para liceus, universidades ou hospitais, mostra a consagração, tanto mediática como política, dessa ferramenta que concentra essa vontade de comparar o desempenho das instituições públicas e de disponibilizar a sua classificação e avaliação. Os trabalhos de Isabelle Bruno

* Université Paris-Est-Créteil, Paris, França.

evidenciaram os efeitos sobre a gestão das instituições de ensino superior da utilização desses princípios e instrumentos de *benchmarking*, que “deveriam avaliar o seu desempenho, não em termos absolutos ou ao longo do tempo, mas sempre em relação aos ‘outros’ [...] “numa competição que não preexiste à lista de classificação, uma vez que é parametrizada pelos critérios da própria classificação” (Bruno, 2008, p. 28). A análise sócio-histórica de Julie Bouchard permite compreender a institucionalização progressiva desses instrumentos “baseados na quantificação e que encarnam a viragem gerencial ou empresarial das universidades” através da utilização dos rankings dos estabelecimentos de ensino superior e de investigação na esfera mediática francesa desde os anos 1970 e 80, muito antes dos rankings do Times Higher Education (Bouchard, 2012). Mais recentemente, o livro *Le classement de Shanghai. L’université marchandisée*, de Hugo Harari-Kermadec, descreve como a numeração e a mercantilização das universidades não implicam necessariamente a privatização das instituições, mas “sobretudo a transformação do trabalho universitário em trabalho produtor de valor”, institucionalizando assim a emergência da lógica do valor no mundo acadêmico (Harari-Kermadec, 2019, p. 7).

Para dar conta desse processo de reforma, que coloca no centro da gestão do ensino superior o objetivo de o tornar uma alavanca central do crescimento econômico, bem como a sua medição quantificada e avaliativa, analisaremos as principais leis francesas e europeias que marcaram essas transformações entre 1999 e 2018. Através de um estudo mais detalhado da lei sobre a orientação e o sucesso dos estudantes, conhecida como a lei “ORE”, promulgada a 8 de março de 2018, que levou à introdução da plataforma *Parcoursup*, procuraremos descrever como as mudanças na gestão da orientação dos estudantes no ensino superior na França também fazem parte desse processo de reforma, através da introdução de novas e generalizadas práticas de seleção que estão a reconfigurar o acesso ao ensino superior na França.

Medição do ensino superior

Quer seja nas leis e relatórios que regem o ensino superior e a investigação, nas descrições e dados fornecidos pelas próprias instituições, nos documentos publicados pelo Ministério ou na cobertura mediática do *Parcoursup*, não podemos ignorar a utilização generalizada de indicadores numéricos como instrumentos de classificação, mas também como instrumentos de prova e de governo. Embora não haja nada de surpreendente ou de novo nas estatísticas administrativas, trata-se da produção maciça de dados quantitativos, e sua subsequente publicação em *Dados Abertos* pelas várias instituições que giram em torno e dentro do ensino superior que achamos mais interessante. Esse investimento em dados quantitativos não é um fenômeno

inovador ou isolado, mas anda de mãos dadas com o aumento da responsabilidade econômica atribuída às instituições. Se os diversos estabelecimentos são obrigados a produzir dados sobre sua própria condição e evolução, ou, em outras palavras, a se autoquantificar e se autoavaliar, é porque eles têm que “prestar contas” de sua atividade econômica, especialmente no âmbito da Lei Orgânica das Leis de Finanças (Lolf) de 2001. Essa lei institucionalizou a obrigação dos estabelecimentos públicos, como as universidades, de usarem indicadores de desempenho nas diversas áreas cobertas pelas finanças públicas. Ela foi objeto de vários estudos científicos que analisam os desenvolvimentos no ensino superior, como o artigo de Corine Eyraud, Mustapha El Miri e Patrick Perez (ver Eyraud *et al.*, 2020), publicado dez anos após a aplicação dessa lei, no qual eles argumentam que essa “nova forma de racionalidade” leva a uma mudança em direção à “gestão por objetivos e financiamento baseado no desempenho” (*Idem*, p. 167). De agora em diante, o objetivo dos indicadores – que devem ser produzidos – será medir o desempenho econômico das políticas públicas.

A lei Lolf, que já tem mais de vinte anos, já fazia parte de um processo de reforma mais amplo em 2001, com uma dimensão internacional. A esse respeito, a sociologia da política pública no ensino superior não se concentrou apenas nos aspectos estritamente políticos e educacionais das reformas, mas também nas ferramentas que elas constroem e transmitem. A centralidade dos conceitos de *benchmarking* e de nova gestão pública nesta literatura ilustra a dimensão incontornável desses objetos. O trabalho de Isabelle Bruno centra-se em particular no papel do *benchmarking* como técnica de coordenação intergovernamental no contexto da Estratégia Europeia de Lisboa. Em sua tese, Isabelle Bruno (2006) conclui que essa prática reflete a transição da “integração por meio da lei” para a “europeização por meio de números”. Ela mostra que a técnica de *benchmarking* foi usada como uma alavanca para criar um “Espaço Europeu de Pesquisa” com base no modelo de um mercado competitivo. Dando continuidade ao trabalho de Desrosières (2008), Isabelle Bruno descreve como essa “quantificação” permitiu que as autoridades políticas em nível europeu redefinissem o ensino superior por meio de *convenções e medições*. Mais tarde, suas análises de quantificação foram estendidas ao Estado, e ela discute como ele é “colocado sob pressão estatística” (Bruno e Didier, 2013).

Harmonização europeia e concorrência entre usuários e participantes: cronologia

Em junho de 1999, um ano após a Declaração de Sorbonne, a Declaração de Bolonha estabeleceu dois princípios a serem seguidos pelos 29 países europeus signatários: primeiro, incentivar a *harmonização* dos vários sistemas nacionais de ensino superior, a fim de consolidar um sistema comum de ensino superior e pesquisa; e segundo, definir

QUADRO 1

Datas importantes na reestruturação do ensino superior e da pesquisa desde o final do século XX

- O Comitê Nacional de Avaliação foi criado em janeiro de 1984 para avaliar as atividades de todos os estabelecimentos de ensino superior. Esse comitê será composto por quinze personalidades nomeadas por decreto no Conselho de Ministros: nove representantes da comunidade científica, quatro personalidades qualificadas em economia e pesquisa, um membro do Conselho de Estado e um membro do Tribunal de Contas;
- A Declaração de Bolonha foi assinada por 29 países europeus em junho de 1999 para criar um Espaço Europeu de Ensino Superior e Pesquisa. Alguns meses antes, Claude Allègre havia solicitado sua criação na Declaração de Sorbonne, que pedia a harmonização de diferentes sistemas de ensino superior e a livre circulação de estudantes;
- A lei sobre inovação e pesquisa de julho de 1999 altera a lei n. 82-610, de 15 de julho de 1982, sobre a orientação e a programação da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico na França, acrescentando “contratos plurianuais” definidos com o Estado e sua avaliação¹;
- A Estratégia de Lisboa foi anunciada em março de 2000 pela Presidência do Conselho Europeu de Lisboa;
- Introdução, entre 2003 e 2004, por Luc Ferry, ministro da Juventude, Educação Nacional e Pesquisa, e depois por François Fillon, ministro da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa, do sistema “Licence-Mastère-Doctorat” (LMD), baseado em “padrões europeus”, com o objetivo de construir o espaço europeu de ensino superior (consulte a cronologia dos ministérios entre 2002 e 2021). Esse também foi o primeiro ano em que as classificações de Xangai foram elaboradas e publicadas;
- A Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR) foi criada em fevereiro de 2005;
- Adoção, em abril de 2006, da lei 2006-450 sobre o programa de pesquisa, que levou à criação da Agency for the Evaluation of Research and Higher Education (Aeres). Essa lei é a tradução legislativa do Pacte pour la recherche (Pacto para a Pesquisa), que reformula o sistema nacional de pesquisa e inovação com o objetivo de fortalecer a reputação internacional da França. O financiamento para pesquisa deve chegar a 6 bilhões de euros em três anos.

- Promulgação, em agosto de 2007, da lei n. 2007-1199 sobre as liberdades e responsabilidades das universidades (LRU), que “deu às universidades a autonomia necessária para desenvolver uma verdadeira estratégia internacional”². “Responsabilidades e competências ampliadas” foram conferidas às universidades, incluindo autonomia orçamentária e padrões mais flexíveis para os membros dos conselhos administrativos.
- O programa “investimentos para o futuro” (PIA) foi criado em 2010 como parte do “grand emprunt” para apoiar a pesquisa e a inovação por meio de chamadas nacionais para projetos.
- A lei 2013-660 sobre ensino superior e pesquisa foi aprovada em julho de 2013.
- Lei sobre orientação e sucesso dos alunos, conhecida como lei ORE, promulgada em 8 de março de 2018.
- Promulgação da lei de programação de pesquisa (LPR) em dezembro de 2020 para os anos de 2021 a 2030.

¹. “Qualquer instituição pública de pesquisa pode firmar contratos plurianuais com o Estado, que definem os objetivos da instituição e os compromissos mútuos das partes para todas as suas atividades. A implementação desses contratos está sujeita a avaliação”, *loi n. 99-587 du 12 juillet 1999 sur l’innovation et la recherche (1)*, Légifrance.

². Veja o seminário organizado pela Conferência de Reitores de Universidades (CPU) e pelo Ministério de Ensino Superior e Pesquisa (Dreic e DGESIP) em 27 e 28 de maio de 2010 na Universidade de Poitiers sobre as estratégias de internacionalização das universidades, on-line aqui: <https://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid51811/www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid51811/seminaire-queelles-strategies-pour-une-internationalisation-des-universites-outils-et-objectifs.html>.

como objetivo principal *a melhoria* da posição do ensino superior europeu no cenário internacional. Paradoxalmente, a harmonização conjunta tem sido vista como uma ferramenta para melhorar a competitividade do sistema europeu de ensino superior, com ênfase na melhoria de sua posição internacional por meio da competitividade:

Em especial, devemos procurar tornar o sistema europeu de ensino superior mais competitivo. A vitalidade e a eficácia das civilizações em todos os lugares são medidas por sua influência cultural em outros países. Devemos garantir que o sistema europeu de ensino superior tenha um apelo mundial compatível com suas extraordinárias tradições culturais e científicas. (Ver o texto da Declaração de Bolonha de 19 de junho de 1999).

Esses dois princípios – a criação de um sistema europeu comum e a integração à concorrência internacional – são descritos como duas contrapartidas que garantem maior competitividade em nível europeu:

QUADRO 2

Linha do tempo dos Ministérios da Educação Nacional e do Ensino Superior e Pesquisa e as principais reformas no ensino superior e na pesquisa (2002 a 2024)

Nenhum titular entre 4 de junho de 1997 e 7 de maio de 2002			
Ministro da Juventude, Educação e Pesquisa Luc Ferry ↓ Ministro da Educação Superior e Pesquisa François Loos	Raffarin 1	06/05/2002 17/06/2002	
Ministro da Juventude, Educação Nacional e Pesquisa Luc Ferry ↓ Ministro de Pesquisa e Novas Tecnologias Claude Haigneré	Raffarin 2	17/06/2002 30/03/2004	
Ministro da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa François Fillon ↓ Ministro da Pesquisa François d'Aubert	Raffarin 3	31/03/2004 31/05/2005	
Ministro da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa Gilles de Robien ↓ Ministro da Educação Superior e Pesquisa François Goulard	De Villepin	02/06/2005 15/05/2007	
Ministro da Educação Superior e Pesquisa Valérie Pécresse	Fillon 1 Fillon 2 Fillon 3	18/05/2007 29/06/2011	<i>LRU Law, agosto de 2007</i>

Ministro da Educação Superior e Pesquisa <i>Laurent Wauquiez</i>	Fillon 3	29/06/2011 10/05/2012	
Ministro do Ensino Superior e Pesquisa então Secretário de Estado de Ensino Superior e Pesquisa <i>Geneviève Fioraso</i>	Ayrault 1 Ayrault 2 Valls 1 Valls 2	21/06/2012 05/03/2015	<i>ESR Law,</i> <i>julho de 2013</i>
Secretário de Estado de Ensino Superior e Pesquisa <i>Thierry Mandon</i>	Valls 2 Caze- neuve	17/06/2015 10/05/2017	
Ministro do Ensino Superior, Pesquisa e Inovação <i>Frédérique Vidal</i>	Philippe 1 Felipe 2 Castex	17/05/2017 20/05/2022	<i>Lei ORE,</i> <i>de março de 2018,</i> <i>Lei LPR</i> <i>dezembro de 2020</i>
Ministro da Educação Superior e Pesquisa <i>Sylvie Retailleau</i>	Terminal Attal	20/05/2022 21/09/24	

Ao afirmarmos nossa adesão aos princípios gerais da Declaração da Sorbonne, comprometemo-nos a coordenar nossas políticas para alcançar, a curto prazo e, de qualquer forma, antes do final da primeira década do novo milênio, os seguintes objetivos, que consideramos de interesse primordial para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior e para a promoção desse sistema europeu em nível mundial. (*Ibidem*).

Um ano depois, a dimensão econômica desse entrelaçamento foi ampliada com a Estratégia de Lisboa, que se propôs a “tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo”¹ até 2020. Na esteira desse Conselho Europeu, várias leis – às quais o ensino superior pertence mais ou menos diretamente – “voltaram-se para a objetivação sistemática do desempenho” (ver Lebaron, 2008). Essas ferramentas fornecem um terreno fértil para essa competição entre sistemas por meio da dimensão comparativa do desempenho que elas permitem. Desde então, essa objetivação sistemática levou ao desenvolvimento maciço de ferramentas de medição nacionais e internacionais.

1. Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de março de 2000, Parlamento Europeu.

Em primeiro lugar, a lei orgânica sobre leis financeiras (Lolf) de 2001 prevê a avaliação das atividades estatais com implicações orçamentárias significativas: ela associa “objetivos precisos” a indicadores definidos que permitem a medição dos resultados². Em 2007, a lei sobre as liberdades e responsabilidades das universidades (LRU) ampliou essa objetivação do desempenho. Embora essa lei não incentive o desenvolvimento de estatísticas e indicadores de desempenho produzidos pelas instituições, como já ocorre, por exemplo, nos departamentos de estatística das próprias instituições, ela institucionaliza seu caráter sistemático. Seguindo os passos da lei Lolf, a LRU exige que o desempenho seja avaliado por meio de indicadores, a fim de apresentar os resultados, e apresenta a avaliação como a contrapartida da autonomia: “as instituições que oferecem treinamento que leva a um diploma de ensino superior devem publicar estatísticas, incluindo indicadores”³. Por fim, a lei de 2013 sobre ensino superior e pesquisa (ESR) segue essa abordagem ao afirmar o “apoio metodológico” dos serviços e estabelecimentos públicos do Estado responsáveis por estudos estatísticos “na preparação e comunicação dessas estatísticas”⁴.

Entretanto, somente em 2007 – alguns meses antes da promulgação da lei sobre as liberdades e responsabilidades das universidades (LRU) – o ensino superior e a pesquisa passaram a ser objeto de um ministério dedicado a eles. Anteriormente, essa área fazia parte de uma delegação do Ministério da Juventude, Educação Nacional e Pesquisa ou de um ministério conjunto. As organizações internacionais também estão desempenhando um papel central nesse trabalho de identificação de indicadores comuns para facilitar as comparações entre os diferentes países europeus. Em termos da estrutura nacional francesa, o decreto de 2013 sobre a Autoridade Estatística Oficial exige que o Ministério de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação (Mesri) transmita e participe da criação de indicadores estatísticos para o Escritório de Estatística das Comunidades Europeias⁵.

Isso é ainda mais verdadeiro se considerarmos que a quantificação maciça do ensino superior não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo de reforma relativamente homogêneo para todas as instituições públicas nos diversos setores.

2. Artigo 54 da Lei Lolf: “Os relatórios anuais de desempenho devem ser anexados ao projeto de lei de liquidação [...], estabelecendo os objetivos, os resultados esperados e alcançados, os indicadores e os custos associados para cada programa e destacando as variações em relação às previsões nas Leis de Finanças para o ano em questão, bem como os resultados reais registrados no último projeto de lei de liquidação [...]”. Consulte também: Brunetière, 2006.

3. Artigo 20, II, lei LRU, 2007.

4. Artigo 31, lei ESR, 2013.

5. Vejam-se o decreto n. 2013-34, de 10 de janeiro de 2013, que altera o decreto n. 2009-250, de 3 de março de 2009, sobre a Autoridade Estatística Oficial, e o decreto n. 2009-318, de 20 de março de 2009, sobre o Conselho Nacional de Informações Estatísticas e o Comitê de Confidencialidade Estatística.

O acúmulo dessas leis nos últimos vinte anos, aproximadamente, levou à “transição de um mundo acadêmico relativamente autônomo, no qual os cientistas constituem uma profissão auto-organizada protegida por instituições e status, para um mundo no qual as práticas científicas são regidas por novos imperativos políticos e econômicos e por instituições hierárquicas e centralizadas” (Laillier e Topalov, 2022, p. 15).

A Lei ORE e o Parcoursup

Independentemente de analisarmos a lei sobre orientação e sucesso dos alunos, conhecida como lei “ORE” (2018), ou a lei sobre programação de pesquisa, conhecida como lei LPR (2020), quatro características apontam para semelhanças nessas duas reformas: um contexto abrangente e desejado de concorrência; responsabilização dos indivíduos – instituições, profissionais e alunos – por seu desempenho, seus percursos profissionais e suas carreiras; gestão nacional com o objetivo principal de limitar os riscos; e, por fim, demonstração de resultados – que estão muito presentes nos números. Por fim, a demonstração de resultados – em grande parte quantificados – como condição para obter apoio político e/ou financeiro das instituições de supervisão.

Mas, embora a lei ORE reafirme essa tendência de individualizar os riscos e tornar os indivíduos mais responsáveis, ela faz parte de um processo de reforma mais amplo. Em particular, o *Plano Estudantil* de 2017 (Consulte o *Plano do Aluno*, de setembro de 2017). Oferecer uma educação “sob medida” está no centro do Student Plan 2017, que mencionou várias ferramentas, como uma plataforma “sob medida”, cursos “sob medida” e uma licença “sob medida”. A contrapartida dessa abordagem “sob medida” é a *responsabilidade*. A ideia é usar essas reformas para estabelecer uma “plataforma sob medida para a construção da orientação” de acordo com as expectativas estabelecidas e a autoavaliação do aluno. O chamado bacharelado “sob medida” proporcionaria a oportunidade de “levar em conta a trajetória de carreira e as aspirações de cada aluno para que ele possa desenvolver seus talentos” (*Idem*, p. 28). Dessa forma, esse sistema “será inspirado em iniciativas que já provaram seu valor em muitas partes do país: a organização do treinamento com base no progresso pessoal do aluno e não em cursos ‘padrão’ que necessariamente levam três anos para serem concluídos”. Esses cursos feitos sob medida são a raiz de um “bacharelado transformado, personalizado e modular (mais ou menos três anos), que levará mais em conta as carreiras e aspirações dos alunos e que poderá ser mais orientado profissionalmente”. A terceira dinâmica é a flexibilidade dos sistemas, que incentiva, por exemplo, “novas formas de ensino (ensino baseado em projetos, ensino invertido, ensino por pares)” (*Idem*, p. 9).

Na mesma linha, o apêndice do Projeto de Lei Financeira para 2020, apresentado dois anos depois no *Relatório sobre Políticas Nacionais de Pesquisa e Ensino Superior*⁶, propõe a introdução da “personalização” ou, às vezes, “individualização” dos cursos. Isso também lembra a retórica usada em duas outras leis com retórica semelhante, a saber, a “Lei para uma Escola Baseada na Confiança” e a “Lei para um Estado Servindo a uma Sociedade Baseada na Confiança”⁷. Esses dois relatórios estabelecem uma retórica política que reduz o peso das qualificações acadêmicas unificadas em favor do destaque das chamadas habilidades individuais.

Por um lado, como já mencionamos, a abordagem geral da orientação introduzida pelo *Parcoursup* e pela Lei ORE é de gestão de risco, que é realizada *a priori*, uma vez que torna obrigatório que os alunos autoavaliem sua adequação ao curso de estudo que escolheram, antes de validar seus desejos; em outras palavras, buscando uma “combinação ideal” entre a oferta e a demanda, compatível de acordo com as habilidades individuais e os riscos controlados em termos de sucesso acadêmico. Essa limitação do risco no pensamento político por trás da introdução da lei ORE é muito bem analisada por Romuald Bodin e Sophie Orange em seu artigo intitulado “Managing educational risk. ‘Avec *Parcoursup*, je ne serait peut-être pas là” (Bodin e Orange, 2019). Os dois autores analisam, assim, que “da mesma forma que no campo da justiça ou do bem-estar social (Dubois *et al.*, 2018), o novo modelo no qual se baseia a orientação dos titulares de bacharelado, e do qual a lei ORE é o ponto culminante, é o da gestão de riscos” diante de “uma aposta no futuro pela qual o Estado não quer mais arcar com os custos” (*Ibidem*). No estudo de Clément Pin, Leïla Frouillou e Agnès Van Zanten, o aumento do peso das desigualdades sociais também é destacado pelas mudanças provocadas pela introdução do *Parcoursup* em comparação com a situação do sistema *Admission Post-Bac* (APB). Os autores salientam que as desigualdades sociais “foram mais acentuadas desde a transição para a plataforma, que tanto liberalizou o processo de ajuste da oferta e da demanda quanto incentivou as universidades, agora autônomas em termos de classificação das candidaturas, a adotar os mesmos métodos de triagem que os fluxos seletivos” (Frouillou *et al.*, 2020).

Por outro lado, em troca da personalização dos cursos, que propõe a adaptação às necessidades e habilidades de cada aluno, essa reforma dá aos futuros alunos um senso de responsabilidade, tornando-os agentes autônomos. O Ministério deu aos alunos a responsabilidade de gerenciar suas próprias carreiras, usando o procedimento

6. Consulte o *Relatório sobre políticas nacionais de pesquisa e ensino superior*, Anexo ao projeto de lei de finanças para 2020, República Francesa, 27 de setembro de 2019.

7. Consulte a “Loi pour une École de la confiance”, promulgada no *Journal Officiel* em 28 de julho de 2019, e a “Loi pour un État au service d’une société de confiance”, de 10 de agosto de 2018.

desmaterializado e remoto oferecido pela *Parcoursup*. Os melhores exemplos disso são os questionários de autoavaliação e a apresentação de cada curso na *Parcoursup*, que usa indicadores estatísticos de sucesso para destacar os perfis dos alunos selecionados em anos anteriores. Para se candidatarem a um curso de direito na *Parcoursup* – e esse também é o caso dos cursos de ciências em particular –, os alunos precisam preencher um questionário de autoavaliação antes de poderem confirmar sua candidatura. O objetivo é que os alunos “se situem em relação às expectativas”⁸. O princípio da autoavaliação é particularmente importante porque esse questionário, embora obrigatório, não é levado em conta no processamento das inscrições. O objetivo desse questionário é “dar a você uma ideia mais clara das expectativas concretas por trás das ‘expectativas’ que você pôde consultar no *Parcoursup*”⁹. Assim, afirma-se que o aluno deve examinar seus próprios resultados: “Se o seu resultado no questionário for baixo, você deve questionar a relevância de sua candidatura a Direito. Nós o incentivamos a discutir esse assunto com seus pais, professores e/ou com o orientador do seu liceu. Se, mesmo assim, decidir se candidatar, o que obviamente ainda é possível, recomendamos que aproveite o final do ano letivo para fortalecer suas habilidades de acordo com as ‘expectativas’”¹⁰.

Da orientação à seleção desigual no ingresso ao ensino superior

Os inúmeros e sucessivos estágios de seleção ao longo da carreira do aluno não só dependem da polarização socioescolástica inicial do corpo discente, que resulta da distribuição dos alunos entre os diferentes cursos após o bacharelado, mas também a reforçam. Aqui descrevemos como a orientação no ensino superior leva à distribuição de diferentes tipos de alunos entre diferentes cursos da mesma disciplina, dependendo da posição da instituição na área acadêmica.

As mudanças relacionadas à seleção de alunos para ingresso no ensino superior baseiam-se, em especial, na eufemização das práticas de seleção por trás do conceito de orientação: a partir de agora, os bacharelados universitários, conhecidos como cursos “não seletivos” – em oposição às classes preparatórias, IUTs, grandes écoles etc. –, podem selecionar seu corpo discente por meio de uma classificação ordenada das inscrições, se e somente se o número de inscrições exceder o número de vagas

8. “Questionnaire d’auto-évaluation”, *Portail Universitaire du Droit*, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.

9. *Idem*. O questionário *on-line* específico para cursos de direito pode ser consultado no seguinte endereço: <https://www.terminals2020-2021.fr/Sites-annexes/Terminals-2020-2021/J-explore-les-possibles/Questionnaire-d-auto-evaluation-Droit>.

10. “Questionnaire d’auto-évaluation”, *Portail Universitaire du Droit*, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.

(capacidade de admissão) oferecidas pelo curso. No entanto, devido à mudança no procedimento de formulação de candidaturas – os alunos são incentivados a formular dez candidaturas sem ordená-las segundo a preferência –, ao contrário do que acontecia no passado, e como a seleção agora é real e reforçada pela abolição da loteria para os chamados cursos de “escassez”, isso leva a um aumento no número de candidaturas enviadas pelos alunos e, portanto, a um aumento no número de candidaturas recebidas pelas instituições. Como o ensino superior francês é historicamente baseado em um sistema de educação pública, o princípio dos programas de bolsas e cotas estabelecido no decreto n. 6.094 de 2007 não pode ser comparado ao princípio de cotas francês. No entanto, para cada curso universitário, mesmo quando há escassez de alunos e capacidade de seleção, há uma taxa mínima de portadores de diploma de bacharelado que recebem uma bolsa nacional de ensino médio e uma taxa máxima de portadores de diploma de bacharelado que residem em uma academia regional diferente daquela em que o estabelecimento de treinamento está localizado. Contudo, não há cotas para o tipo de bacharelado – geral, vocacional ou tecnológico – ou para o tipo de curso – portanto, é aqui que ocorre a seleção social e acadêmica dos portadores de bacharelado.

Um estudo das descrições dos cursos na plataforma *Parcoursup* nos permite entender e analisar o discurso que os alunos encontram ao lidar com essa plataforma. Essas são as primeiras descrições dos cursos com que os alunos se deparam, em termos de sua escolha de matéria e instituição. As taxas de sucesso e, de modo mais geral, os vários indicadores estatísticos aparecem especialmente nessas primeiras descrições criadas para apresentar os cursos aos alunos.

Para ilustrar isso, trataremos a seguir uma apresentação de um dos três cursos em nosso campo de estudo, o curso de Direito da Université Paris 2 Panthéon – Assas. Esse curso, que aparece nos filtros múltiplos como um “curso não seletivo”, tem uma “taxa de acesso” em 2021 de 27% e oferece 933 vagas no curso clássico de “Direito” do bacharelado. A apresentação desse programa também indica que 100% de seus alunos são portadores de bacharelado geral (quadro 3).

A categorização como um “curso não seletivo” deve ser relativamente desestabilizadora para os alunos que se deparam com essa descrição, que apresenta uma taxa de acesso relativamente baixa. Além disso, essa categorização abrange apenas a admissão no primeiro ano e não menciona a seleção gradual e generalizada que ocorre durante todo o curso. Os arquivos do *Parcoursup* para esses cursos têm uma guia intitulada “índices”, que é especificamente dedicada a apresentar o número de inscrições recebidas pelo curso. No caso do curso de graduação geral de Assas – já que esse não é o único oferecido pelo curso de direito –, informa-se que recebe 14.500 inscrições para 930 vagas, ou seja, quase quinze vezes o número de vagas oferecidas (quadro 4).

QUADRO 3

Apresentação do curso de direito do Paris 2 Panthéon – Assas entre cursos semelhantes na Parcoursup

Procura de formações

Veuillez entrer votre recherche par mots clés, par exemple "licence chimie Toulouse" ou "pass Limoges"

✕ Effacer les filtres

Abrire arquivo Formações similares

Tipos de estabelecimento

Estabelecimento público 15

Apprentissage

Formations hors apprentissage 15

Tipos de formação

Bacharelado 15

Bacharelado seletivo 10

Université Paris 2 Panthéon - Assas (Paris 15e Arrondissement - 75)
Licence - Droit

Taxa de aprovação 27%

Vagas 933

Abrire arquivo Formações similares

Général 100% Techno 0% Pro 0%

Université Panthéon- Assas Paris2 - Antenne Melun (77)
Licence - Administration économique et sociale - Parcours AES administration et gestion des entreprises

Taxa de aprovação 50%

Vagas 175

Abrire arquivo Formações similares

Général Techno Pro 2%

Fonte: Site da Parcoursup e apresentação de diplomas de direito.

QUADRO 4

Figuras-chave da descrição do curso de graduação Paris 2 Panthéon – Assas na Parcoursup

Contato e endereço Números-chave

Formações

Estabelecimento

Conhecimentos e competências desejadas

Critérios gerais para a análise dos pedidos

Oportunidades

Contato, endereço e número-chave

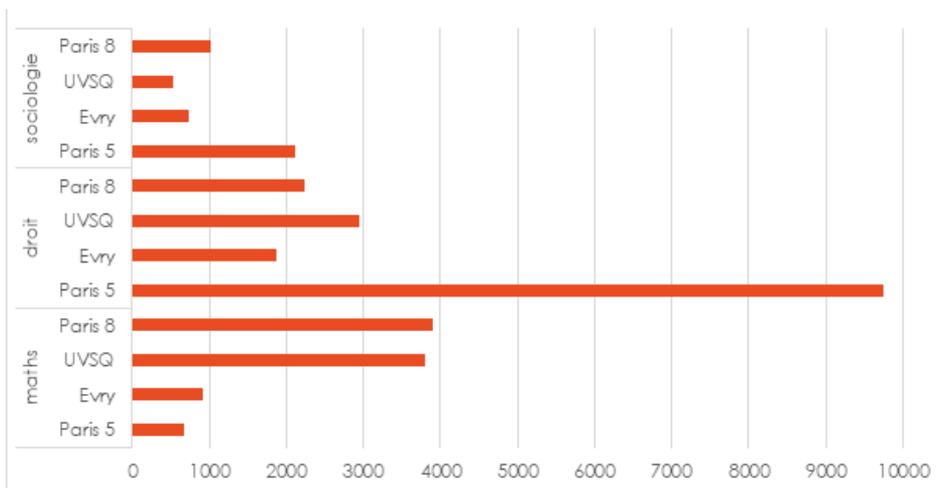
Números-Chave

993 vagas abertas este ano	993 vagas abertas ano passado
12350 inscritos para uma vaga ano passado	14574 inscritos para uma vaga este ano
2912 receberam um aceite para a admissão no ano passado	

Fonte: Site da Parcoursup e apresentação de diplomas de direito.

GRÁFICO 1

Comparação do número de candidaturas recebidas pelas licenciaturas em Direito na *Parcoursup*



Fonte: Autora.

A complexidade criada por essas descrições para os alunos, especialmente em termos de compreensão do que é seletivo e do que não é dentro da gama de cursos oferecidos, sugere o peso das desigualdades sociais quando se trata de compreender e usar essa plataforma (e até mesmo quando se trata de possíveis recursos legais).

Os registros do banco de dados da *Parcoursup* referentes a 2018 – o primeiro ano em que essa ferramenta de orientação de alunos foi introduzida – nos permitem entender as várias questões sociais relacionadas à orientação por meio da plataforma e, em particular, os efeitos da distribuição de diferentes tipos de populações de portadores de diploma de bacharelado entre as instituições.

Em primeiro lugar, como a capacidade de selecionar cursos de bacharelado universitário depende de sua atratividade, nem todos os cursos, mesmo dentro da mesma disciplina, têm a mesma capacidade de seleção. Aqui comparamos três disciplinas – matemática, direito e sociologia – e quatro instituições na região de Paris (gráfico 1).

Dois aspectos do processo de seleção podem ser vistos no gráfico: a atratividade dos cursos é diferenciada não apenas por disciplina – sociologia, matemática e direito não têm a mesma demanda –, mas também por instituição – sua reputação, seu nome, sua marca. O programa de direito da Université Paris-Descartes (Paris v) (Université Paris Cité) se destaca pelo número de inscrições que recebeu, próximo a 10 mil.

No entanto, embora todos os cursos de bacharelado em direito nesse gráfico recebam um grande número de inscrições, esse não é o caso de todos os cursos de bacharelado em Ile-de-France (Sargeac, 2022), uma vez que as diferenças relativas à reputação das instituições são particularmente fortes. A forte atratividade da Université Paris V também é evidente para os cursos de sociologia, mas relativamente menor

para os de matemática. Porém, como cada aluno indica vários desejos, nem todos os cursos de bacharelado preenchem sua capacidade de matrícula no início do ano acadêmico, e nem todos podem escolher a entrada de alunos. No caso dos cursos de direito, que são particularmente atraentes, as diferenças na matrícula de alunos são muito acentuadas. No gráfico, os dois cursos de direito que atraem menos demanda são os bacharelados da Universidade de Evry e Paris 8, que não preencheram sua capacidade de alunos no início do ano acadêmico, com uma taxa de preenchimento de 65% e 60%, respectivamente (Sargeac, 2021).

Conclusão

Os processos de reforma do ensino superior na França, entre 1999 e 2018, testemunham uma dinâmica de reestruturação particularmente intensa, marcada por uma vontade crescente de regular o acesso a diferentes recursos – ao financiamento da investigação no âmbito da LPR e ao ensino universitário no âmbito da Lei ORE – no contexto da concorrência entre atores como instrumento explícito de gestão do ensino superior. Nesse período, foram introduzidas medidas destinadas a reforçar essa “competitividade”, em resposta à massificação do ensino superior e à concorrência internacional entre os sistemas de ensino superior. Paradoxalmente, a harmonização comum a nível europeu parece ser uma alavanca para consolidar essa competitividade.

De um modo geral, a medição quantificada do ensino superior aparece como um instrumento de legitimação política dessas reformas sucessivas desde o final do século XX, que fixaram o objetivo de fazer do ensino superior uma alavanca central do crescimento econômico. A lei LRU de 2007 representou um ponto de viragem particular ao conceder maior autonomia às universidades, que, embora relativa, levou à criação de diferenciações particularmente significativas entre estabelecimentos (criação de cursos de excelência seletivos e pagos, desigualdades de recursos concedidos pelo Ministério entre estabelecimentos através do IDEX etc.), em toda a França, que tradicionalmente se apoiava numa gestão centralizada comum. Por último, a criação da *Parcoursup* em 2018 introduziu uma nova plataforma centralizada para orientar os titulares de diplomas de bacharelato na sua entrada no ensino superior, utilizando ferramentas mais centradas na seleção (questionários de autoavaliação, abertura da triagem de candidaturas a bacharelados universitários, apresentação de indicadores de sucesso e seleção na descrição dos cursos etc.), com o mesmo objetivo de limitar os “riscos” e essa política de colocação dos indivíduos uns contra os outros.

Referências Bibliográficas

- BODIN, Romuald & ORANGE, Sophie. (2019), “La gestion des risques scolaires. ‘Avec Parcoursup, je ne serais peut-être pas là’”. *Sociologie*, 10: 217-224, 2019.
- BOUCHARD, Julie. (2012), “La fabrique d’un classement médiatique de l’enseignement supérieur et de la recherche”. *Quaderni*, 77: 25-40.
- BRUNETIÈRE, Jean-René. (2006), “Les indicateurs de la loi organique relative aux lois de finances (Lof): une occasion de débat démocratique?”. *Revue Française d’Administration Publique*, 1: 95-111.
- BRUNO, Isabelle. (2008), “La recherche scientifique au crible du benchmarking. Petite histoire d’une technologie de gouvernement”. *Revue d’Histoire Moderne & Contemporaine*, 55: 28-45.
- BRUNO, Isabelle. (2006), *Déchiffrer l’“Europe compétitive”: étude du benchmarking comme technique de coordination intergouvernementale dans le cadre de la stratégie de Lisbonne*. Paris, thèse de sciences politiques, Institut d’Etudes Politiques de Paris, IEP.
- BRUNO, Isabelle & DIDIER, Emmanuel. (2013), *Benchmarking. L’État sous pression statistique*. Paris, La Découverte, Zones.
- DESROSIÈRES, Alain. (2008), *Pour une sociologie historique de la quantification: L’Argument statistique I*. Paris, Presses des Mines.
- EYRAUD, Corine; EL MIRI, Mustapha & PEREZ, Patrick. (2020), “Les enjeux de quantification dans la Lof. Le cas de l’enseignement supérieur”. *Revue Française de Socio-Économie*: 219-240.
- FROUILLOU, Léila; PIN, Clément & VAN ZANTEN, Agnès. (2020), “Les plateformes APB et Parcoursup au service de l’égalité des chances? L’évolution des procédures et des normes d’accès à l’enseignement supérieur en France”. *L’Année Sociologique*, 70: 337-363.
- GARCIA, Sandrine. (2009), “Réformes de Bologne et économicisation de l’enseignement supérieur”. *Revue du Mauss*, 33: 154-172.
- HARARI-KERMADEC, Hugo. (2019), *Le classement de Shanghai. L’université marchandisée*, Le Bord de l’eau.
- LAILLIER, Joël & TOPALOV, Christian. (2022), *Gouverner la science. Anatomie d’une réforme (2004-2020)*. Marseille, Agone (L’Ordre des Choses).
- LEBARON, Frédéric. (2008), “Comment mesurer les ‘performances’ des universités? Quelques réflexions sur la mise en place d’indicateurs à l’Université de Picardie”. *MEI*, 28: 105-118.
- PIERRU, Frédéric. (2009), *Les clairs-obscur de la forme palmarès. L’exemple de la carrière des palmarès hospitaliers*, document de travail.
- “QUESTIONNAIRE D’AUTO-ÉVALUATION”, Portail Universitaire du Droit, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.
- SARGEAC, Mélanie. (2021), *De quoi la sélection est-elle le nom? Une enquête sur les formations de droit au prisme de l’établissement*. Nanterre, thèse de doctorat, Université Paris Nanterre.

SARGEAC, Mélanie. (abr. 2022), “Rôle de l’orientation post-bac et effet établissement: le cas des trajectoires étudiantes en droit en Île-de-France”. *Formation Emploi*.

Resumo

Reformas no ensino superior e seleção de alunos: o caso da França (1999-2018)

Desde o final do século XX, as políticas francesas e europeias tendem a estabelecer o ensino superior e a pesquisa (ESR) como uma das principais alavancas da competitividade na esfera econômica internacional. Em particular, as reformas do ensino superior promulgadas na França entre 1999 e 2018 são evidências de um impulso de reforma particularmente intenso, marcado por um desejo crescente de regular o acesso a diferentes recursos – ao financiamento da pesquisa sob a LPR e à formação universitária sob a lei ORE – no contexto da concorrência entre os participantes como uma ferramenta para gerenciar o ensino superior. Ao analisarmos essa mudança de paradigma, que coloca no centro da gestão quantificada do ensino superior o objetivo de o tornar uma alavanca central do crescimento econômico, fazemos uma retrospectiva da influência desse processo de reforma e do papel dos indicadores quantificados na medição do ensino superior. Por meio de um estudo mais específico da lei relativa à orientação e ao sucesso do aluno, conhecida como lei “ORE”, promulgada em 8 de março de 2018, na origem da implementação da plataforma *Parcoursup*, procuramos ressaltar como o investimento na quantificação do ensino superior leva, de forma mais ampla, a apoiar uma política de individualidades.

Palavras-chave: Ensino superior; Reformas; Processo de Bolonha; Lei ORE; Parcoursup.

Abstract

Higher education reforms and student selection: the case of France (1999-2018)

Since the end of the 20th century, French and European policies have been building up higher education and research (ESR) as one of the main levers of competitiveness in the international economic sphere. In particular, the higher education reforms enacted in France between 1999 and 2018 are evidence of a particularly intense reform drive, marked by an increased desire to regulate access to different resources – to research funding under the LPR and to university education under the ORE law – in the context of competition between players as a tool for managing higher education. In analysing this paradigm change, which places at the centre of the quantified management of higher education the objective of making it a central lever for economic growth, we highlight the chronology of different laws in parallel with the analysis of this reform process. Through a more specific study of the law relating to student orientation and success, known as the ‘ORE’ law, promulgated on 8 March 2018, at the origin of the implementation of the *Parcoursup* platform, we seek to highlight how investment in the quantification of higher education leads more broadly to support a policy of individualities.

Keywords: Higher education; Reforms; Bologna process; Loi ORE; Parcoursup.

Texto recebido em 26/06/2024 e aprovado em 02/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226575.

MÉLANIE SARGEAC é investigadora de pós-doutoramento em sociologia da educação no laboratório Lipha, trabalhando sobre as representações que os estudantes têm do seu futuro em tempos de crise (ecológica, econômica, política etc.). Escreveu a sua dissertação sobre os efeitos, sobre as trajetórias dos estudantes, das reformas francesas na orientação e seleção deles à entrada no ensino superior. Seu artigo “Rôle de l’orientation post-bac et effet établissement: le cas des trajectoires étudiantes en droit en Île-de-France”, publicado na revista *Formation Emploi* em 2022, utiliza uma metodologia que combina métodos quantitativos e qualitativos para analisar os efeitos dessas reformas e a forma como a seleção, particularmente desigual entre instituições, influencia as representações dos professores do primeiro ano de licenciatura em Direito. Desde 2022, codirige o seminário “Sociologie des réformes universitaires et du gouvernement de la recherche” no EHESS com Hugo Harari-Kermadec (Inspé d’Orléans, Ercae), Joël Laillier (Université d’Orléans, Centre Maurice-Halbwachs, CMH) e Christian Topalov (EHESS, Centre Maurice-Halbwachs, CMH). E-mail: melanie.sargeac@gmail.com.



Réformes de l'enseignement supérieur et sélection des étudiantes

Le cas de la France (1999-2018)

Mélanie Sargeac*

<https://orcid.org/0009-0007-0618-1796>

Introduction

Depuis la fin du xx^e siècle, les politiques françaises et européennes tendent à constituer l'Enseignement Supérieur et la Recherche (ESR) comme l'un des principaux leviers de la compétitivité économique internationale, à l'instar de ce que l'on appelle le "processus de Bologne" lancé en 1999 pour construire un espace européen de l'enseignement supérieur (EEES). Dans la littérature scientifique française portant sur l'analyse des réformes de l'ESR, plusieurs travaux soulignent l'introduction de nouveaux principes de management construits sur une vision économique, voire utilitariste, de la gestion de l'enseignement supérieur et la recherche, et cela, en particulier depuis cet effort d'harmonisation des systèmes européens d'enseignement supérieur (Bruno, 2008; Gracia 2009). D'autres analyses font du cas de l'enseignement supérieur un moyen de décrire l'utilisation croissante d'indicateurs statistiques dans la justification, puis l'application, de différents processus réformateurs, relatifs à la gestion de l'enseignement supérieur mais aussi plus largement à celle des secteurs publics français (Eyraud *et al.*, 2020).

La publication de palmarès, qu'ils concernent les lycées, les universités, ou les hôpitaux, donnent à voir la consécration, à la fois médiatique et politique, de cet outil qui concentre cette volonté de comparer les performances des institutions publiques et de rendre disponibles leur classement et leur évaluation. Les travaux

* Université Paris-Est Créteil, Paris, France.

d'Isabelle Bruno ont permis de mettre en évidence les effets sur la gestion de l'ESR de l'utilisation de ces principes et outils issus du *benchmarking*, "censés évaluer leurs performances, non pas dans l'absolu ni dans le temps, mais toujours relativement aux 'autres'" [...] "dans une compétition qui ne préexiste pas au palmarès puisqu'elle est paramétrée par les critères du classement lui-même" (Bruno, 2008, p. 28). L'analyse socio-historique de Julie Bouchard permet de saisir l'institutionnalisation progressive de ces instruments "fondés sur la quantification et incarnant le virage managérial ou entrepreneurial des universités" par l'utilisation de classements des établissements d'enseignement supérieur et de recherche au sein de la sphère médiatique française, depuis les années 1970-80, bien en amont du classement du Times Higher Education (Bouchard, 2012). Plus récemment, l'ouvrage *Le classement de Shanghai. L'université marchandisée*, de Hugo Harari-Kermadec, décrivait comme cette mise en nombre de l'Université, ainsi que sa marchandisation, n'impliquait pas nécessairement la privatisation des établissements, mais "avant tout une transformation du travail à l'université en travail producteur de valeur" institutionnalisant ainsi l'émergence de la logique de la valeur au sein du monde universitaire (Harari-Kermadec 2019, p. 7).

Pour rendre compte de ce processus réformateur qui met au centre de la gestion de l'enseignement supérieur l'objectif d'en faire un levier central de la croissance économique, ainsi que sa mesure quantifiée et évaluatrice, nous analyserons les principales lois françaises et européennes ayant marqué ces transformations entre 1999 et 2018. Par l'étude plus précise de la loi relative à l'orientation et à la réussite des étudiants, dite loi "ORE", promulguée le 8 mars 2018, à l'origine de la mise en place de la plateforme *Parcoursup*, nous chercherons à décrire en quoi les transformations de la gestion de l'orientation dans le supérieur des étudiant.e.s en France s'inscrivent également dans ce processus réformateur, par l'introduction de pratiques de sélection nouvelles et généralisées qui viennent reconfigurer l'accès à l'enseignement supérieur en France.

Mesure de l'enseignement supérieur et la recherche

Que cela soit dans les textes de lois et rapports qui encadrent l'Enseignement Supérieur et la Recherche, dans les descriptions et données que mettent à disposition les établissements eux-mêmes, ou encore dans le traitement médiatique dont *Parcoursup* a fait l'objet, nous ne pouvons ignorer l'utilisation considérable d'indicateurs chiffrés comme outils de classements, mais également comme outils de preuve et de gouvernement.

Si, la statistique administrative n'a rien d'étonnant ou de nouveau, c'est la production massive de données quantitatives, et dans un second temps leur publication en *Open data* par les différentes institutions qui gravitent autour et dans l'ESR, qui nous semble davantage intéressante. Cet investissement dans les données quantita-

tives n'est pas un phénomène novateur, ni isolé, mais il accompagne l'accentuation de la responsabilité économique qui est attribuée aux établissements. Si les différents établissements se doivent de produire des données sur leur propre condition et évolution, ou autrement dit s'auto-quantifier et s'auto-évaluer, c'est parce qu'ils se doivent de "rendre des comptes" sur leur activité économique, en particulier dans le cadre de la loi organique relative aux lois de finances (Lolf) de 2001. Cette Loi a de ce fait institutionnalisé l'obligation pour les établissements publics telles que les universités de recourir à des indicateurs de performance dans les différents domaines relevant de la finance publique. Elle a fait l'objet de nombreux travaux scientifiques analysant les évolutions de l'enseignement supérieur, tel que l'article de Corine Eyraud, Mustapha El Miri, et Patrick Perez (Eyraud *et al.*, 2020) qui a été publié dix ans après l'application de cette loi et dans lequel ils avancent que cette "nouvelle forme de rationalité" induit le passage à un "management par objectif et à un financement à la performance" (*Idem*, p. 167). Dorénavant, les indicateurs – dont la production est obligatoire – auront pour objectif de mesurer la performance économique des politiques publiques.

La loi Lolf, qui a déjà plus d'une vingtaine d'années aujourd'hui, s'inscrivait déjà en 2001 dans un processus réformateur plus large, et de dimension internationale. En cela, la sociologie des politiques publiques de l'enseignement supérieur ne s'est pas seulement intéressée à l'aspect strictement politique et éducatif des réformes mais également aux outils qu'elles construisent et véhiculent. La centralité des concepts de *benchmarking* et de *new public management* dans cette littérature illustre d'ailleurs la dimension incontournable de ces objets. Les travaux d'Isabelle Bruno se sont attachés à décrire en particulier le rôle du *benchmarking* comme technique de coordination intergouvernementale dans le cadre de la stratégie européenne de Lisbonne. Dans sa thèse, Isabelle Bruno (2006) conclue que cette pratique manifeste la transition d'une "intégration par le droit" vers une "européanisation par le chiffre". Elle atteste que la technique du *benchmarking* a été un levier pour réaliser un "Espace Européen de la Recherche" sur le modèle d'un marché compétitif. Dans la lignée des travaux de Desrosières (2008), Isabelle Bruno décrit ainsi en quoi cette "mise en nombre" va permettre aux pouvoirs politiques à l'échelle européenne de redéfinir l'enseignement supérieur par des moments de *convention* et de *mesure*. Plus tard, ses analyses de la quantification seront élargies à l'État dans lesquels elle revient sur sa mise "sous pression statistique" (Bruno et Didier, 2013).

Harmonisation européenne et concurrence des usagers et acteurs: chronologie

En juin 1999, un an après la déclaration de la Sorbonne, la déclaration de Bologne promulguait pour les 29 pays européens signataires deux principes à suivre: il s'agis-

TABLEAU 1

Dates clés des principales restructurations de l'enseignement supérieur et de la recherche (ESR) depuis la fin du 20^e siècle

- Création du comité national d'évaluation en janvier 1984 chargé d'évaluer les activités de l'ensemble des établissements d'enseignement supérieur. Ce comité comprendra quinze personnalités nommées par décret en Conseil des ministres: neuf représentants de la Communauté scientifique, quatre personnalités qualifiées en matière d'économie et de recherche, un membre du Conseil d'État et un membre de la cour des Comptes;
- La déclaration de Bologne est signée par 29 États européens en juin 1999 pour un espace européen d'enseignement supérieur et de recherche. Quelques mois auparavant Claude Allègre appelait à sa création lors de la déclaration de la Sorbonne qui incitait à harmoniser les différents systèmes d'enseignement supérieur et permettre la circulation des étudiants;
- La loi sur l'innovation et la recherche de juillet 1999 vient modifier par l'ajout des "contrats pluriannuels" définis avec l'État et leur évaluation, la loi n. 82-610 du 15 juillet 1982 d'orientation et de programmation pour la recherche et le développement technologique de la France¹;
- La stratégie de Lisbonne est annoncée en mars 2000 par la présidence du Conseil européen de Lisbonne;
- Mise en place entre 2003 et 2004 par Luc Ferry ministre de la Jeunesse, de l'Éducation nationale et de la Recherche puis par François Fillon ministre de l'Éducation nationale, de l'Enseignement supérieur et de la Recherche du système "Licence-Mastère-Doctorat" (LMD) selon les "standards européens" dans un souci de construction de l'espace européen de l'enseignement supérieur (voir la chronologie des ministères entre 2002 et 2021). C'est également la première année de l'élaboration et de la diffusion du classement de Shanghai;
- Mise en place de l'agence nationale de la recherche (ANR) en février 2005;
- Adoption en avril 2006 de la loi n. 2006-450 de programme pour la recherche à l'origine de la naissance de l'agence d'évaluation de la recherche et de l'enseignement supérieur (Aeres). Cette loi est la traduction législative du Pacte pour la recherche qui rénove le système national de recherche et de l'innovation en vue de conforter le rayonnement international de la France. Le financement de la recherche devrait atteindre 6 milliards en trois ans.
- Promulgation en août 2007 de la loi n. 2007-1199 relative aux libertés et responsabilités des universités (LRU) qui "a conféré aux universités une autonomie qui leur permet désormais de se doter d'une réelle stratégie internationale"².

Des “responsabilités et compétences élargies” sont conférées aux universités telle que l’autonomie budgétaire et un assouplissement des normes des membres des conseils d’administration.

- Mise en place en 2010 des “investissements d’avenir” (PIA) dans le cadre du grand emprunt pour soutenir la recherche et l’innovation par des appels à projets nationaux.
- Adoption en juillet 2013 de la loi n. 2013-660 relative à l’enseignement supérieur et à la recherche.
- Loi relative à l’orientation et à la réussite des étudiants, dite loi ORE, promulguée le 8 mars 2018.
- Promulgation de la loi de programmation de la recherche (LPR) en décembre 2020 pour les années 2021 à 2030.

¹⁴“Tout établissement public de recherche peut conclure avec l’État des contrats pluriannuels qui définissent, pour l’ensemble de ses activités, les objectifs de l’établissement ainsi que les engagements réciproques des parties. L’exécution de ces contrats fait l’objet d’une évaluation”, *Loi n. 99-587 du 12 juillet 1999 sur l’innovation et la recherche (1)*, Légifrance.

² Voir le séminaire de la Conférence des présidents d’université (CPU) et du Ministère de l’Enseignement supérieur et de la Recherche (Dreic et DGESIP) qui ont organisé les 27 et 28 mai 2010 à l’Université de Poitiers des journées sur les stratégies d’internationalisation des universités, en ligne ici : <https://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid51811/www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/cid51811/seminaire-queelles-strategies-pour-une-internationalisation-des-universites-outils-et-objectifs.html>.

sait d’une part de favoriser *l’harmonisation* des différents systèmes d’enseignement supérieur nationaux, afin de consolider un système commun d’enseignement supérieur et de recherche; et d’autre part de définir pour objectif premier *l’amélioration* de la position de l’enseignement supérieur européen dans l’espace international. Paradoxalement, l’harmonisation commune a été pensée comme un outil pour installer une meilleure compétitivité au sein du système européen d’enseignement supérieur; l’accent étant ainsi porté sur l’amélioration de son positionnement à l’international par la compétitivité:

Nous devons en particulier rechercher une meilleure compétitivité du système européen d’enseignement supérieur. Partout, la vitalité et l’efficacité des civilisations se mesurent à l’aune de leur rayonnement culturel vers les autres pays. Nous devons faire en sorte que le système européen d’enseignement supérieur exerce dans le monde entier un attrait à la hauteur de ses extraordinaires traditions culturelles et scientifiques. (Voir le texte de la déclaration de Bologne du 19 juin 1999).

TABLEAU 2

Frise chronologique des ministères de l'Éducation nationale et de l'Enseignement supérieur et de la Recherche et des principales réformes de L'ESR (2002 à 2024)

Pas de titulaire entre le 4 juin 1997 et le 7 mai 2002			
Ministre de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche Luc Ferry ↓ Ministre délégué à l'Enseignement Supérieur et à la Recherche François Loos	Raffarin 1	06/05/2002 17/06/2002	
Ministre de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche Luc Ferry ↓ Ministre déléguée à la Recherche et aux Nouvelles Technologies Claude Haigneré	Raffarin 2	17/06/2002 30/03/2004	
Ministre de l'Éducation nationale, de l' Enseignement Supérieur et de la Recherche François Fillon ↓ Ministre délégué à la Recherche François d'Aubert	Raffarin 3	31/03/2004 31/05/2005	
Ministre de l'Éducation Nationale, de l' Enseignement Supérieur et de la Recherche Gilles de Robien ↓ Ministre délégué à l'Enseignement Supérieur et à la Recherche François Goulard	De Villepin	02/06/2005 15/05/2007	
Ministre de l' Enseignement Supérieur et de la Recherche Valérie Pécresse	Fillon 1 Fillon 2 Fillon 3	18/05/2007 29/06/2011	Loi LRU, août 2007

Ministre de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche <i>Laurent Wauquiez</i>	Fillon 3	29/06/2011 10/05/2012	
Ministre de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche então Secrétaire d'État chargée de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche <i>Geneviève Fioraso</i>	Ayrault 1 Ayrault 2 Valls 1 Valls 2	21/06/2012 05/03/2015	<i>Loi ESR, juillet 2013</i>
Secrétaire d'État chargée de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche <i>Thierry Mandon</i>	Valls 2 Caze-neuve	17/06/2015 10/05/2017	
Ministre de l'Enseignement Supérieur, de la Recherche et de l'Innovation <i>Frédérique Vidal</i>	Philippe 1 Felipe 2 Castex	17/05/2017 20/05/2022	<i>Loi ORE mars 2018</i> <i>Loi LPR décembre 2020</i>
Ministre de l'Enseignement Supérieur, de la Recherche et de l'Innovation <i>Sylvie Retailleau</i>	Terminal Attal	20/05/2022 21/09/24	

Ces deux principes – que sont la création d'un système européen commun et l'insertion dans la concurrence internationale – y sont décrits comme deux pendants qui assurent une meilleure compétitivité à atteindre au niveau européen:

En affirmant notre adhésion aux principes généraux de la Déclaration de la Sorbonne, nous nous engageons à coordonner nos politiques pour atteindre, à court terme et en tout cas avant la fin de la première décennie du nouveau millénaire, les objectifs suivants, qui sont pour nous d'intérêt primordial pour la création de l'espace européen de l'enseignement supérieur et la promotion de ce système européen à l'échelon mondial. (*Ibidem*).

Un an plus tard, cette imbrication est prolongée dans sa dimension économique avec la Stratégie de Lisbonne qui prévoit d'ici 2020 de "devenir l'économie de la connaissance la plus compétitive et la plus dynamique du monde"¹. À la suite de ce conseil européen, plusieurs lois – dont relève plus ou moins directement le domaine

1. Conclusions de la présidence du conseil européen Lisbonne, 23 et 24 mars 2000, European Parliament.

de l'enseignement supérieur – se sont “tournées vers l'objectivation systématique des performances” (Lebaron, 2008). Ces outils offrent ainsi un terrain pour cette mise en compétition des systèmes par la dimension comparative des performances qu'ils permettent. Cette objectivation systématique a conduit depuis au développement massif d'outils de mesure nationaux mais également internationaux.

D'abord, la loi organique relative aux lois de finances (Lolf) de 2001 prévoit d'organiser l'évaluation des activités étatiques à implication budgétaire notable: elle associe des “objectifs précis” à des indicateurs définis permettant la mesure de résultats². En 2007, la loi relative aux libertés et responsabilités des universités (LRU) vient prolonger cette objectivation des performances. Si cette loi n'impulse pas le développement de la production de statistiques et d'indicateurs de performance par les établissements, comme cela peut être déjà effectif de manière autonome au sein des services statistiques des établissements par exemple, elle institutionnalise cependant son caractère systématique. En s'inscrivant dans la lignée de la loi Lolf, la LRU requiert d'évaluer les performances par des indicateurs, afin de présenter les résultats, et présente l'évaluation comme étant le pendant de l'autonomie: “les établissements dispensant des formations sanctionnées par un diplôme d'études supérieures rendent publiques des statistiques comportant des indicateurs”³. Enfin, la loi relative à l'enseignement supérieur et à la recherche (ESR) de 2013 poursuit cette voie en affirmant “le soutien méthodologique” des services et établissements publics de l'État chargés des études statistiques “dans l'élaboration et la communication de ces statistiques”⁴.

Or, ce n'est qu'en 2007 – quelques mois avant la promulgation de la loi sur les libertés et les responsabilités des universités (LRU) – que l'enseignement supérieur et la recherche fera l'objet d'un ministère qui lui sera dédié. Auparavant, ce domaine faisait partie d'une délégation au sein du Ministère de la Jeunesse, de l'Éducation nationale et de la Recherche ou dans un ministère commun. Les organisations internationales jouent également un rôle central dans ce travail de détermination d'indicateurs communs pour favoriser la comparaison entre les différents pays européens. Au niveau du cadrage national français, le décret 2013 relatif à l'Autorité de la statistique publique implique d'ailleurs que le ministère de l'Enseignement supérieur, de la Recherche et

2. Article 54 de la loi Lolf: “Sont joints au projet de loi de règlement [...] les rapports annuels de performances, faisant connaître, par programme, en mettant en évidence les écarts avec les prévisions des lois de finances de l'année considérée, ainsi qu'avec les réalisations constatées dans la dernière loi de règlement [...] les objectifs, les résultats attendus et obtenus, les indicateurs et les coûts associés”. Voir aussi: Brunetière, 2006.

3. Article 20, II, loi LRU, 2007.

4. Article 31, loi ESR, 2013.

de l’Innovation (Mesri) transmette et participe à la création d’indicateurs statistiques pour l’Office statistique des Communautés européennes⁵.

Cela est d’autant plus fort que la quantification massive de l’enseignement supérieur n’est pas un phénomène isolé, mais s’inscrit dans un processus réformateur relativement homogène pour l’ensemble des institutions publiques des différents secteurs. L’accumulation de ces lois depuis une vingtaine d’années conduit ainsi à “passer d’un monde savant relativement autonome, dans lequel les scientifiques constituent une profession auto-organisée protégée par des institutions et un statut, à un monde où les pratiques scientifiques sont gouvernées par de nouveaux impératifs politiques et économiques, et par des institutions hiérarchiques et centralisées” (Laillier et Topalov, 2022, p. 15).

La loi ORE et Parcoursup

Que cela soit à travers la loi relative à l’orientation et à la réussite des étudiants, dite loi “ORE” (2018), ou par la loi de programmation de la recherche, dite loi LPR (2020), quatre caractéristiques esquissent des similitudes au sein de ces deux réformes: un contexte de concurrence surplombant et souhaité, une responsabilisation des individus – établissements, professionnelle.s et étudiant.e.s – vis-à-vis de leurs performances, de leurs trajectoires, et de leurs carrières; une gestion nationale dont l’objectif premier est la limitation des risques, et enfin la démonstration de résultats – très largement chiffrée – comme condition de l’obtention d’un soutien politique et/ou financier des institutions de tutelles.

Mais si la loi ORE réaffirme cette tendance de l’individualisation des risques et de la responsabilisation des individus, elle s’inscrit dans un processus réformateur plus large. En particulier, le *Plan étudiants* de 2017 (Voir le *Plan étudiants*, septembre 2017). Proposer une éducation “sur mesure” est au cœur du Plan étudiants de 2017, qui évoquait différents outils telle qu’une plateforme “sur mesure”, des parcours “sur mesure”, une licence “sur mesure”. Le pendant de cette “adaptation” sur mesure apparaît comme étant celui de la *responsabilisation*. Il s’agit ainsi d’instaurer à l’aide de ces réformes une “plateforme sur mesure pour construire son orientation” en fonction des attendus édictés et de son auto-évaluation. La licence dite “sur mesure” accorderait quant à elle la possibilité de prendre “en compte le parcours et les aspirations de chaque étudiant pour lui permettre de développer ses

5. Voir le décret du janvier 2013 Décret n. 2013-34 du 10 janvier 2013 modifiant le décret n. 2009-250 du 3 mars 2009 relatif à l’Autorité de la statistique publique et le décret n. 2009-318 du 20 mars 2009 relatif au Conseil national de l’information statistique et au comité du secret statistique.

talents” (*Idem*, p. 28). Ainsi, ce dispositif “s’inspirera d’initiatives qui ont fait leurs preuves, un peu partout sur le territoire: une organisation de la formation articulée autour de la progression personnelle de l’étudiant plutôt qu’autour de parcours ‘type’ nécessairement en trois ans”. Ces parcours sur mesure sont à l’origine d’une “licence transformée, personnalisée et modulable (+ ou - 3 ans) qui prendra mieux en compte leur parcours et leurs aspirations et qui pourra être plus professionnalisante”. La troisième dynamique est celle de la flexibilité des dispositifs qui encourage par exemple les “nouvelles formes de pédagogie (pédagogie par projet, pédagogie inversée, enseignements par les pairs)” (*Idem*, p. 9).

Dans la même direction, l’annexe au projet de loi des Finances de 2020 présenté deux ans plus tard dans le *Rapport sur les politiques nationales de recherche et de formations supérieures*⁶, propose de mettre en place une “personnalisation” ou parfois une “l’individualisation” des parcours. Cela n’est pas non plus sans rappeler l’argumentaire de deux autres lois qui véhiculent une rhétorique similaire que sont “la loi pour une École de la confiance” et la “loi pour un État au service d’une société de confiance”⁷. Ces deux rapports énoncent la mise en place d’une rhétorique politique amoindrissant le poids des titres scolaires unifiés au profit de la mise en lumière de compétences dites individuelles.

D’une part, nous l’avons évoquée, la pensée générale de l’orientation que met en place *Parcoursup* et la loi ORE est celle d’une gestion des risques qui s’effectue *a priori* puisqu’elle rend obligatoire l’auto-évaluation des étudiants en amont de la validation des vœux afin qu’ils vérifient leur adéquation avec la formation souhaitée; ou autrement dit par la recherche d’un “appariement optimal” entre une offre et une demande, compatibles selon des compétences individuelles et des risques maîtrisés en termes de réussite scolaire. Cette limitation des risques dans la pensée politique de la mise en place de la loi ORE est très bien analysée par Romuald Bodin et Sophie Orange dans leur article intitulé “La gestion des risques scolaires. ‘Avec *Parcoursup*, je ne serais peut-être pas là” (Bodin et Orange, 2019). Les deux auteurs analysent ainsi que “de la même manière que dans le domaine de la justice ou de l’aide sociale (Dubois *et al.*, 2018), le nouveau modèle sur lequel repose l’orientation des bacheliers, et dont la loi ORE est l’aboutissement, est celui de la maîtrise des risques” face à “un pari sur l’avenir dont l’État ne veut plus assumer les coûts” (*Ibidem*). Dans l’étude que réalisent Clément Pin, Leïla Frouillou, et Agnès Van Zanten, le renforcement du poids des inégalités sociales est également mis en

6. Voir le *Rapport sur les politiques nationales de recherche et de formations supérieures*, Annexe au projet de loi de Finances pour 2020, République Française, 27 septembre 2019.

7. Voir la loi pour une École de la confiance promulguée au *Journal Officiel* le 28 juillet 2019 et la loi pour un État au service d’une société de confiance du 10 août 2018.

évidence par les changements qu’opère la mise en place de *Parcoursup* par rapport à la situation que comportait le dispositif Admission Post-Bac (APB). Les auteurs indiquent ainsi que les inégalités sociales “sont plus marquées depuis la transition de la plateforme, cette dernière ayant à la fois libéralisé le processus d’ajustement de l’offre et de la demande et encouragé les universités désormais autonomes en matière de classement des candidatures à adopter les mêmes modes de tri que les filières sélectives” (Frouillou *et al.*, 2020).

D’autre part, en contrepartie de la personnalisation des parcours, qui propose de s’adapter aux besoins et aux compétences de chaque étudiant, cette réforme responsabilise le futur étudiant.e en le constituant comme un acteur autonome. L’étudiant.e est investi par le ministère de la gestion de son orientation à partir de cette procédure dématérialisée et à distance que propose *Parcoursup*. Les éléments les plus illustratifs de cela sont les questionnaires d’auto-évaluation mais aussi la présentation de chaque formation sur *Parcoursup* qui met en avant par des indicateurs statistiques de réussite les profils des étudiants sélectionnés les années passées. Pour candidater sur *Parcoursup* en licence de droit – et c’est aussi le cas notamment en sciences – il est obligatoire pour les étudiants de répondre à un questionnaire d’auto-évaluation avant de pouvoir valider son vœu. Il s’agit pour l’étudiant.e de se “situer par rapport aux attendus”⁸. Le principe de l’auto-évaluation est particulièrement puisque ce questionnaire, bien qu’obligatoire, n’est pas pris en compte dans le traitement des candidatures. L’élaboration de ce questionnaire est “destinée à vous éclairer sur les attentes concrètes qui se trouvent derrière les ‘attendus’ que vous avez pu consulter sur *Parcoursup*”⁹. Ainsi, il est indiqué que l’étudiant.e doit lui-même réaliser un examen de conscience sur ses résultats obtenus: “Si votre résultat au questionnaire est faible, vous devez vous interroger sur la pertinence de votre candidature en Droit. Nous vous encourageons à en discuter avec vos parents, vos professeurs et/ou la conseillère d’orientation de votre lycée. Si vous décidez néanmoins de candidater, ce qui reste naturellement possible, nous vous encourageons à mettre à profit la fin de votre année scolaire pour renforcer vos compétences correspondant aux ‘attendus’”¹⁰.

8. “Questionnaire d’auto-évaluation”, *Portail Universitaire du Droit*, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.

9. *Idem*. Le questionnaire en ligne spécifique aux licences de droit est consultable à l’adresse suivante : <https://www.terminales2020-2021.fr/Sites-annexes/Terminales-2020-2021/J-explore-les-possibles/Questionnaire-d-auto-evaluation-Droit>.

10. “Questionnaire d’auto-évaluation”, *Portail Universitaire du Droit*, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.

De l'orientation à la sélection inégale à l'entrée de l'enseignement supérieur

Les étapes de sélection, nombreuses et successives tout au long des trajectoires étudiantes ne dépendent pas seulement, mais renforcent également, la première polarisation socio-scolaire des publics qui découle de la répartition des étudiant.e.s dans les différentes formations à l'issue du baccalauréat. Nous nous attachons à décrire ici comment l'orientation dans l'enseignement supérieur conduit à répartir les différents types de publics étudiants entre les différentes formations d'une même discipline, selon la position de l'établissement au sein de l'espace académique.

Les transformations relatives à la sélection des étudiant.e.s à l'entrée de l'enseignement supérieur reposent en particulier sur une euphémisation de pratiques de sélection derrière le concept d'orientation: dorénavant les licences universitaires, dites formations "non sélectives" – par oppositions aux classes préparatoires, aux IUT, aux grandes écoles, etc. –, peuvent sélectionner leur public étudiant par un classement ordonné des candidatures, si et seulement si, le nombre de demandes excèdent le nombre de place (ses capacités d'accueil) offerte par la formation. Or, en raison, de la modification de la procédure de formulation des vœux – les étudiants sont incités à formuler 10 vœux sans les ordonner selon la préférence –, contrairement au passé, et la sélection étant dorénavant réelle et renforcée en suppression du tirage au sort pour les filières dites "en tension", cela conduit à multiplier les vœux déposés par les étudiant.e.s et donc à accroître le nombre de demandes reçues par les établissements. L'enseignement supérieur français reposant historiquement sur un système d'enseignement public, le principe des programmes de bourses et de quotas relatif au Décret n. 6.094 de 2007 ne peut être comparé avec le principe de quotas français. Toutefois, pour chaque licence universitaire, même en "tension" et en capacité de sélectionner, est imposé un taux minimum de bacheliers bénéficiaires d'une bourse nationale de lycée et un taux maximum de bacheliers résidant dans une académie régionale différente de celle dans laquelle est situé l'établissement de la formation. En revanche, il n'existe pas de quotas concernant le type de baccalauréat possédé – général, professionnel, technologique, ni en termes de filières – et c'est donc sur cet aspect que s'exerce le tri social et scolaire des bachelier.ère.s.

L'étude des fiches des formations de la plateforme *Parcoursup* permet de saisir et d'analyser les discours auxquels sont confrontés les étudiant.e.s lors de leur confrontation avec cette plateforme. Ce sont les premiers descriptifs des formations, en termes de choix de discipline et d'offre d'établissement, que rencontrent les étudiants. Les taux de réussite, et plus largement différents indicateurs statistiques, apparaissent particulièrement d'ailleurs dès ces premiers descriptifs destinés à présenter les formations aux étudiants.

Pour illustrer cela, nous vous apportons ci-dessous la présentation de l'une des trois formations de notre terrain d'étude, celle de la licence de droit de l'Université Paris 2 Panthéon – Assas. Cette formation qui apparaît dans les multiples filtres en tant que “formation non sélective” présente un “taux d'accès” en 2021 de 27% et offrait 933 places dans le parcours classique “Droit” de la licence. La présentation de cette formation indique également que son public étudiant est composé à 100% de bacheliers généraux (tableau 3).

La catégorisation en tant que “formation non sélective” doit être relativement déstabilisante pour les étudiants qui se retrouvent face à ce descriptif présentant un taux d'accès relativement faible. Par ailleurs, cette catégorisation ne recouvre que l'admission en première année et ne fait pas état de la sélection progressive et diffuse qui s'effectue tout au long des études. Les fiches *Parcoursup* de ces formations proposent un onglet intitulé “chiffres clés” spécifiquement dédié à présenter le nombre de candidatures que la formation reçoit. Pour ce qui est du parcours général de la licence d'Assas – puisque ce n'est pas le seul parcours que la licence de droit propose – la formation indique recevoir 14 500 vœux pour 930 places, soit presque 15 fois le nombre de places offertes (tableau 4).

La complexité qu'engendrent ces descriptions à destination des étudiant.e.s, notamment en termes de compréhension de ce qui est sélectif, ou non, au sein de l'offre des formations, laisse entrevoir le poids des inégalités sociales face à la compréhension et à l'utilisation de cette plateforme (voire mêmes dans le cadre de recours juridiques potentiels).

Les données issues de la base *Parcoursup* de 2018 – soit la première année de mise en place de cet outil d'orientation des étudiant.e.s – permettent de saisir les différents enjeux sociaux relatifs à l'orientation via la plateforme, et en particulier les effets de répartition des différents types de populations de bachelier.ère.s entre les établissements.

D'abord, puisque la capacité à sélectionner des licences universitaires dépend de leur attractivité, toutes les formations, même à l'échelle d'une même discipline, n'ont pas la même capacité de sélection. Nous comparons ici trois disciplines entre elles – les mathématiques, le droit, et la sociologie – ainsi que quatre établissements d'Île-de-France (voir le graphique 1).

Deux dimensions de la sélection apparaissent sur le graphique: non seulement une différenciation de l'attractivité des formations en fonction des disciplines – la sociologie, les mathématiques et le droit ne sont pas demandées de manière égale – mais aussi de l'établissement – de sa réputation, de son nom, de sa marque. La formation en droit de l'Université Paris-Descartes (Paris v) (Université Paris Cité) se distingue par le nombre de demandes qu'elle a reçues avoisinant les 10 000 vœux.

TABLEAU 3

Présentation sur Parcoursup de la licence de droit de Paris 2 Panthéon – Assas parmi les formations similaires

Recherche des formations

Veillez entrer votre recherche par mots clés, par exemple "licence chimie Toulouse" ou "pass Limoges"

Effacer les filtres

Voir la fiche Formations similaires

Types d'établissement

- Etablissements Publics 15

Apprentissage

- Formations hors apprentissage 15

Types de formation

- Licence 15
- Licence sélective 10

Université Paris 2 Panthéon - Assas (Paris 15e Arrondissement - 75)
Licence - Droit
Taux d'accès: 27%
Places: 933
Général: 100% | Techno: 0% | Pro: 0%

Voir la fiche Formations similaires

Université Panthéon- Assas Paris2 - Antenne Melun (77)
Licence - Administration économique et sociale - Parcours AES administration et gestion des entreprises
Taux d'accès: 50%
Places: 175
Général: 96% | Techno: 3% | Pro: 2%

Source: site Parcoursup et présentation des licences de droit.

TABLEAU 4

Chiffres clés de la fiche formation de la licence Paris 2 Panthéon – Assas sur Parcoursup

Contact et coordonnées Chiffres clés

Formation Rapport public d'examen des voeux 2020

Etablissement

Connaissances et compétences attendues

Crières généraux d'examen des voeux

Débouchés

Contact, coordonnées et chiffres clés

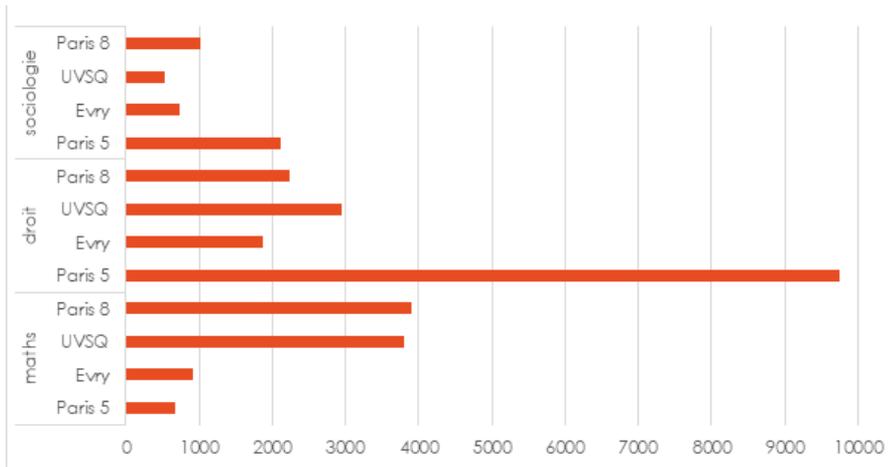
Chiffres clés

- 933 places proposées cette année
- 933 places l'année précédente
- 12350 voeux formulés l'année précédente
- 14574 voeux cette année
- 2912 candidats ayant reçu une proposition d'admission l'année précédente

Source: site Parcoursup et présentation des licences de droit.

GRAPHIQUE 1

Comparaison du nombre de vœux étudiants reçus par les licences de droit sur Parcoursup



Source: Auteur

Toutefois, si toutes les licences de droit de ce graphique reçoivent un nombre important de demandes, ce n'est pas le cas de toutes les licences d'Ile-de-France (Sargeac, 2022), puisque les écarts relatifs à la réputation des établissements est particulièrement fort. La forte attractivité de l'Université Paris V apparaît également à l'échelle des formations de sociologie, mais relativement moins pour les mathématiques. Or, puisque chaque étudiant.e formule plusieurs vœux, toutes les licences ne remplissent pas à la rentrée leur capacité d'inscription, et ne peuvent pas toutes choisir leur public étudiant. A l'échelle des licences de droit, particulièrement attractives, les écarts d'inscription des étudiant.e.s sont très distincts. Sur le graphique, les deux formations de droit qui attirent le moins de demande sont la licence de l'Université d'Evry et de Paris 8, qui sous-remplissaient à la rentrée leur capacité étudiante avec un taux de remplissage respectif de 65% et 60% (Sargeac, 2021).

Conclusion

Les réformes de l'enseignement supérieur édictées en France entre 1999 et 2018 témoignent d'un élan réformateur particulièrement intense, et marqué par la volonté accrue de réguler l'accès à différentes ressources – aux financements de la recherche par la LPR et aux formations universitaires par loi ORE – dans le cadre de la mise en concurrence des acteurs en tant qu'outil de gestion explicite de l'ESR. Cette période a vu ainsi l'introduction de mesures visant à renforcer cette "compétitivité", en réponse à la massification de l'enseignement supérieur et à la concurrence internationale des systèmes d'enseignement supérieur. Paradoxalement, l'harmonisation commune

à l'échelle européenne apparaît comme un levier pour assoir cette compétitivité.

De manière générale, la mesure quantifiée de l'enseignement supérieur apparaît comme un outil de légitimation politique de ces réformes successives depuis la fin du 20^e siècle, qui déterminent l'objectif de faire de l'enseignement supérieur un levier central de la croissance économique. La loi LRU de 2007 a constitué un tournant particulier en accordant une plus grande autonomie aux universités, qui bien relative, a conduit à créer des différenciations particulièrement importantes entre les établissements (création de filières d'excellence sélectives et payantes, inégalités de ressources accordées par le ministère entre les établissements à travers l'Idex etc.), sur l'ensemble du territoire français qui traditionnellement reposait sur une gestion centralisée commune. Enfin, la création en 2018 de *Parcoursup* a introduit une nouvelle plateforme centralisée pour l'orientation des bacheliers à l'entrée de l'enseignement supérieur via des outils davantage construits autour de la sélection (questionnaires d'auto-évaluation, ouverture du tri des candidatures pour les licences universitaires, présentation d'indicateurs de réussite et de sélection dans la description des formations etc.), dans cette même visée de limitation "des risques" et de cette politique de mise en concurrence des individualités.

Références Bibliographiques

- BODIN, Romuald & ORANGE, Sophie. (2019), "La gestion des risques scolaires. 'Avec Parcoursup, je ne serais peut-être pas là'". *Sociologie*, 10: 217-224, 2019.
- BOUCHARD, Julie. (2012), "La fabrique d'un classement médiatique de l'enseignement supérieur et de la recherche". *Quaderni*, 77: 25-40.
- BRUNETIÈRE, Jean-René. (2006), "Les indicateurs de la loi organique relative aux lois de finances (Lof): une occasion de débat démocratique?". *Revue Française d'Administration Publique*, 1: 95-111.
- BRUNO, Isabelle. (2008), "La recherche scientifique au crible du benchmarking. Petite histoire d'une technologie de gouvernement". *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 55: 28-45.
- BRUNO, Isabelle. (2006), *Déchiffrer l'"Europe compétitive": étude du benchmarking comme technique de coordination intergouvernementale dans le cadre de la stratégie de Lisbonne*. Paris, thèse de sciences politiques, Institut d'Etudes Politiques de Paris, IEP.
- BRUNO, Isabelle & DIDIER, Emmanuel. (2013), *Benchmarking. L'État sous pression statistique*. Paris, La Découverte, Zones.
- DESROSIÈRES, Alain. (2008), *Pour une sociologie historique de la quantification: L'Argument statistique I*. Paris, Presses des Mines.
- EYRAUD, Corine; EL MIRI, Mustapha & PEREZ, Patrick. (2020), "Les enjeux de quantification dans la Lof. Le cas de l'enseignement supérieur". *Revue Française de Socio-Économie*: 219-240.

- FROUILLOU, Leïla; PIN, Clément & VAN ZANTEN, Agnès. (2020), “Les plateformes APB et Parcoursup au service de l'égalité des chances? L'évolution des procédures et des normes d'accès à l'enseignement supérieur en France”. *L'Année Sociologique*, 70: 337-363.
- GARCIA, Sandrine. (2009), “Réformes de Bologne et économicisation de l'enseignement supérieur”. *Revue du Mauss*, 33: 154-172.
- HARARI-KERMADEC, Hugo. (2019), *Le classement de Shanghai. L'université marchandisée*, Le Bord de l'eau.
- LAILLIER, Joël & TOPALOV, Christian. (2022), *Gouverner la science. Anatomie d'une réforme (2004-2020)*. Marseille, Agone (coll. L'Ordre des Choses).
- LEBARON, Frédéric. (2008), “Comment mesurer les ‘performances’ des universités ? Quelques réflexions sur la mise en place d'indicateurs à l'Université de Picardie”. *MEI*, 28: 105-118.
- PIERRU, Frédéric. (2009), *Les clairs-obscur de la forme palmarès. L'exemple de la carrière des palmarès hospitaliers*, document de travail.
- “QUESTIONNAIRE D'AUTO-ÉVALUATION”, Portail Universitaire du Droit, <https://univ-droit.fr/auto-evaluation>.
- SARGEAC, Mélanie. (2021), *De quoi la sélection est-elle le nom? Une enquête sur les formations de droit au prisme de l'établissement*. Nanterre, thèse de doctorat, Université Paris Nanterre.
- SARGEAC, Mélanie. (abr. 2022), “Rôle de l'orientation post-bac et effet établissement: le cas des trajectoires étudiantes en droit en Île-de-France”. *Formation Emploi*.

Résumé

Réformes de l'enseignement supérieur et sélection des étudiantes: le cas de la France (1999-2018)

Depuis la fin du 20^e s, les politiques françaises et européennes, tendent à constituer l'Enseignement Supérieur et la Recherche (ESR) comme l'un des principaux leviers de compétitivité de la sphère économique internationale. En particulier, les réformes de l'enseignement supérieur édictées en France entre 1999 et 2018 témoignent d'un élan réformateur particulièrement intense, marqué par la volonté accrue de réguler l'accès à différentes ressources – aux financements de la recherche par la LPR et aux formations universitaires par loi ORE – dans le cadre de la mise en concurrence des acteurs comme outil de gestion de l'ESR. En analysant ce changement de paradigme, qui met au centre de la gestion quantifiée de l'enseignement supérieur l'objectif d'en faire un levier central de la croissance économique, nous revenons sur l'influence de ce processus réformateur ainsi que sur le rôle des indicateurs chiffrés de mesure de l'ESR. Par l'étude plus spécifique de la loi relative à l'orientation et à la réussite des étudiants, dite loi “ORE” promulguée le 8 mars 2018, à l'origine de la mise en place de la plateforme *Parcoursup*, nous cherchons à mettre en lumière en quoi l'investissement dans la quantification de l'enseignement supérieur conduit plus largement à soutenir une politique des individualités.

Mots-clés: Enseignement-supérieur; Réformes; Processus de Bologne; Loi ORE; Parcoursup.

Abstract

Higher education reforms and student selection: the case of France (1999-2018)

Since the end of the 20th century, French and European policies have been building up higher education and research (ESR) as one of the main levers of competitiveness in the international economic sphere. In particular, the higher education reforms enacted in France between 1999 and 2018 are evidence of a particularly intense reform drive, marked by an increased desire to regulate access to different resources – to research funding under the LPR and to university education under the ORE law – in the context of competition between players as a tool for managing higher education. In analysing this paradigm change, which places at the centre of the quantified management of higher education the objective of making it a central lever for economic growth, we highlight the chronology of different laws in parallel with the analysis of this reform process. Through a more specific study of the law relating to student orientation and success, known as the 'ORE' law, promulgated on 8 March 2018, at the origin of the implementation of the Parcoursup platform, we seek to highlight how investment in the quantification of higher education leads more broadly to support a policy of individualities.

Keywords: Higher education; Reforms; Bologna process; Loi ORE; Parcoursup.

Texto recebido em 26/06/2024 e aprovado em 02/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226575.

MÉLANIE SARGEAC est chercheuse postdoctorante en sociologie de l'éducation au sein du laboratoire LIPHA, et travaille sur les représentations vis-à-vis de l'avenir des étudiant.e.s en temps de crises (écologique, économique, politique etc.). Elle a réalisé une thèse sur les effets des réformes françaises d'orientation et de sélection des étudiant.e.s à l'entrée de l'enseignement supérieur sur les trajectoires des étudiant.e.s. Son article "Rôle de l'orientation post-bac et effet établissement: le cas des trajectoires étudiantes en droit en Île-de-France", publié dans *Formation Emploi* en 2022 propose, à partir d'une méthodologie qui croise à la fois des méthodes quantitatives et des méthodes qualitatives, une analyse des effets de ces réformes, et de la manière dont la sélection, particulièrement inégale entre les établissements, influence les représentations des enseignant.e.s de première année de licence universitaire de droit. Elle co-anime à l'EHESS depuis 2022 le séminaire "Sociologie des réformes universitaires et du gouvernement de la recherche" avec Hugo Harari-Kermadec (Inspé d'Orléans, Ercae), Joël Laillier (Université d'Orléans, Centre Maurice-Halbwachs, CMH), et Christian Topalov (EHESS, Centre Maurice-Halbwachs, CMH). E-mail: melanie.sargeac@gmail.com.



Experts, neoliberal doxa, and the rollback of high-stakes school rankings in Chile (2006-2024)

Gabriel Chouhy*

<https://orcid.org/0000-0001-6875-8406>

Introduction

The political economy literature has long underscored the paramount role ideas played in the global shift to market-based reform since the 1980s (Blyth, 2002; Hall, 1993; Mirowski and Plehwe, 2009; Prasad, 2006; Somers and Block, 2005). Using Chile as a case study, this paper takes up this classical thesis but focusing instead on the momentous retrenchment of market-fundamentalism: the moral, ideological, and scientific controversies over reforming the so-called “market model” of education that resulted from the outbreak of two waves of mass student protests in 2006 and 2011. Specifically, I examine the rollout, exponential growth, and partial rollback of test-based, high-stakes school rankings as a paradigmatic tool for fixing market failures in education. In Chile, test-based school assessments have been in use since the 1980s, but only became ubiquitous after 2006, when the student movement began to publicly challenge the so-called “market model” of education. Within a decade, the subject and grade coverage of high-stakes nationwide tests expanded significantly, but then it quickly lost momentum and began to decline in 2016. Though punitive assessments remain legally in force, the emerging consensus among education experts calls for a paradigm shift away from high-stakes accountability.

* Universidad Central de Chile, Santiago, Chile.

Combining analyses of administrative data of public allocation of research funding with in-depth interviews with education stakeholders, policy documents, congressional debates, and session minutes of regulatory agencies, this paper argues that the relative sway of ideas about the utility of high-stakes accountability regulation as a solution to market failure shapes the policy's oscillating trajectory. It shows that, though the initial wave of student protests explicitly denounced the embeddedness of testing in the "market model" of education, policymakers refused to engage in a politics of market reversal. Instead, they fully embraced the institutionalization of performance-based management as paradigmatic solution to market failure. The toughening of the testing regime, however, only provoked new grievances. Growing discontent with its punitive logic created opportunities for challengers to further attack high-stakes accountability as constitutive of the market model. Once the anti-market frame mustered enough political support to splinter elite consensus, the politics of rollback finally gained traction. Underlying the paradigmatic clash, I argue, was the state-sponsored development of a specialized field of education experts, equipped with enough cognitive tools to challenge the epistemological dominance of economics over education policy.

The historical-sociological account of the rollout, exponential growth, and partial rollback of the testing regime in Chile builds on recent scholarship that combines social movement, political, and economic sociology to conceptualize markets (in my case, education markets) as strategic action fields (Fligstein, 1996; Fligstein and McAdam, 2012) that become destabilized and transformed as a result of struggles between incumbents and challengers. Per this theory, social actor's accumulation of skill plays a critical role. I contribute to this scholarship by theorizing the mechanism linking field transformation to the accretion of cognitive and intellectual resources by challenger actors. Drawing on Bourdieu's (1977) classical formulation, I call this mechanism *doxic erosion*, i.e. the protracted depreciation of tacit assumptions about the range of solutions at policymakers' disposal. In Chile, I contend, the contentious dynamic opened by burgeoning student unrest gradually undermined the ideational currency of regulatory tools such as quality assurance mechanisms, which incumbents initially foresaw as legitimate solutions to market failure. As the social movement for education grew in allies and successfully articulated an all-encompassing collective action frame (Donoso, 2013a, 2016; Snow *et al.*, 1986; Somma, 2012) policy instruments that featured at the core of the market model moved from doxa to orthodoxy. Concurrently, an alternative – heterodox – view of high-stakes testing emerged; one that framed it not as an impartial tool for market regulation but as a political instrument that, as such, plays a key role in structuring the education policy field in a market-like fashion.

The paper is organized as follows. The next section presents a stylized description of the phenomenon to be accounted for, namely, the shifting trajectory of test-based, high-stakes accountability policy in Chile. The following section further develops my analytical framework. A brief methodological section follows. The rest of the paper reconstructs the political process through which the student movement's claims for prioritizing public schools after decades of government-sponsored privatization led policymakers from across the political spectrum to reform the governance of k-12 education under the paradigm of market regulation through quality assurance. I focus on the aftermath of the first student revolt, specifically, the controversies leading up to the approval of two important laws: the General Education Law of 2009, which formally proclaimed "quality education" as a constitutional entitlement, and the Education Quality Assurance Law of 2011, which mandated the official use of test-based metrics of education quality to hold providers (schools) responsible to consumers (students). Then I analyze a grassroots campaign, *Alto al SIMCE*, orchestrated in response to the intensification of testing that followed the implementation of quality assurance regulation. I show how the second cycle of student protests of 2011 against market-based education created opportunities for young activist scholars in charge of this campaign to frame test-based accountability as a pernicious market technology. Finally, I examine policymakers' response to this challenge, which resulted in the partial rollback and softening of the accountability regime, accompanied with measures both to restrict the use of rankings for "exit" and promote "voice" as mechanism of quality improvement.

The rise and decline of high-stakes testing

For almost half a century, Chile has featured – and still does – as a prototypical case for the study of markets as sociopolitical constructions: a country wherein enlightened state technocracies have recurrently experimented with the theories and methods of economic science to perform – and even improvise – new market arrangement in myriad policy fields (Farías, 2014; Montecinos, 1998; Silva, 2008). As early as in the 1980s, the Chicago Boys – sanctified by Hayek and Friedman, and backed by Pinochet's iron fist – turned the country into a world pioneer and epicenter of pro-market projects. Education was no exception. The central state transferred the administration of elementary and secondary schools to local governments, consecrated school choice as a constitutional right, opened the market to private providers (for- and not-for-profit), and offered them public monies through a voucher system of school financing. The military regime also invited economists and engineers from the Catholic University to create the *SIMCE* – *Sistema de*

Medición de la Calidad Educativa – a standardized test explicitly conceived as a tool to inform parental choice in the context of privatization and decentralization. Turned into a legal mandate, government's publicizing of average test scores aligned with a tacit agenda: to objectively demonstrate the superiority of private education (Benveniste, 2002).

As originally conceived, however, standardized testing covered only a limited number of grades and subject areas. Market-minded reformers assumed that granting full sovereignty to education consumers would create enough incentives for service improvement. The expectation was that competition for student vouchers would boost entrepreneurship and innovation, thereby measurably improving school quality. In the following fifteen years (1990-2005), the democratically elected administrations of the center-left *Concertación* coalition consolidated this model of public-private service delivery, only introducing pragmatic fixes in the form of compensatory funding and support. Moreover, they universalized vouchers as the single-most important source of school financing, and authorized voucher-funded private schools – popularly known as *colegios particular-subvencionados* – to charge copays to families. Meanwhile, the state began using test scores to target resources to underperforming schools, award bonuses to teachers in high-performing schools, set curricular benchmarks, and account for the effectiveness of public investments (Falabella, 2015; Falabella and Zincke, 2019; Parcerisa and Falabella, 2017). As enrollment in voucher private schools expanded and municipal schools faced heightened competition, league tables comparing SIMCE scores averages across schools began to circulate in mainstream media. Eventually, the release of the yearly test results became a matter of public conversation.

The SIMCE grew in uses and purposes as reformers gradually shifted away from the paradigm of consumer sovereignty and moved towards top-down accountability. Still, standardized testing for high-stakes accountability purposes became pervasive only after 2006, when a wave of occupations and mass street protests by high-school students openly challenged the so-called market model of education. Within a decade, the number of grades being tested annually rose from one in 2004 to six in 2014 (see Figure 1). In that same period, the coverage of mandatory tests implemented in a single year increased from two to fifteen. Nevertheless, the rapid expansion and intensification of testing quickly lost momentum. In 2016, the center-left government downsized national testing to only three grades, totaling between eight and nine tests in a year. New legislation prohibited the Agency of Education Quality (AEQ), in charge of the SIMCE, from publicly reporting test results disaggregated at the school level, thereby limiting the circulation of league tables. Importantly, that year the AEQ began implementing a high-stakes classification of schools into four

performance categories. Per the legal mandate provided by the Law of Education of Quality Assurance (LEQA) of 2011, the performance categories produced by the so-called “School Ordinalization Methodology” (SOM) are required to include “other indicators of quality” not captured by cognitive achievement tests. Even more importantly, the test scores used for this classification must be adjusted by student SES to, allegedly, achieve fairness in the responsabilization of schools.

As shown in the summary list of milestones compiled in Table 1, attempts to dismantle high-stakes accountability policy have gained even more traction in recent years. In October 2019, in the wake of the largest street protests in Chilean history, the Senate began considering a moratorium on government prerogatives to close underperforming schools, virtually abolishing the high stakes originally built into the SOM. In August 2020, the bill favorably passed the Senate, with the votes of all opposition parties, and against the will of the conservative government and its parliamentary coalition. The Covid pandemic altered the legislative agenda so the anti-accountability bill never made it to the House. Still, as everywhere, testing was suspended while schools remained closed. When schools reopened in 2021, the NCE rejected government plans to expand testing once again. The renovated Left coalition that won the elections in the aftermath of the *estallido social* fully embraced the anti-testing narrative, including the elimination of the SIMCE as we know it. Though the defeat of two constitutional proposals in national plebiscites and the return of politics as usual that followed ended up halting the government’s reformist agenda, high-stakes testing seems to have lost the strong consensus it enjoyed back in the day.

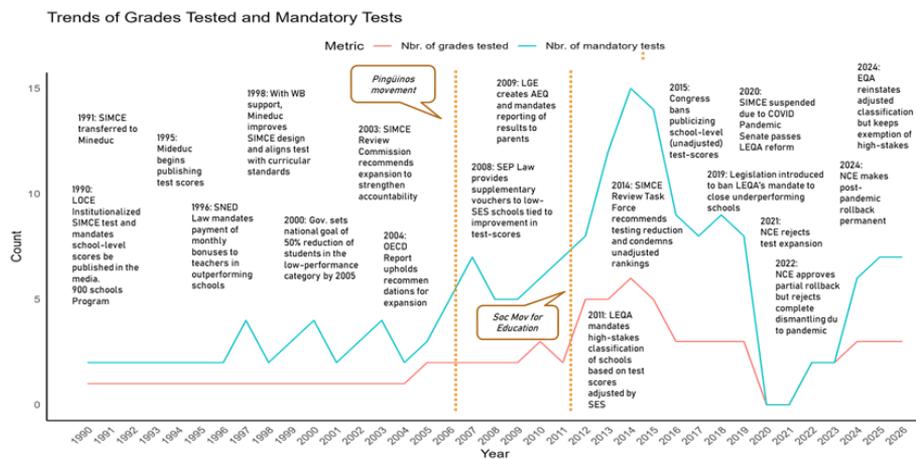
TABLE 1
A brief history of the testing regime in Chile

1988	Three-years agreement between Mineduc and PUC to develop SIMCE
1990	LOCE institutionalizes SIMCE in Mineduc and mandates publishing of school-level results
	“900 Schools” Program targets assistant to low-performing schools
1991	Transfer of SIMCE administration to Mineduc
1995	Mineduc begins publishing results
1996	Sned Law ties teachers salary bonuses to school average scores
1998	Supported by WB loan, Mineduc creates special Unit for SIMCE administration to enhance comparability and align test with curricular standards

2000	Administration sets national target of 50% reduction of students in the low-performance category by 2005
2003	SIMCE Review Task Force upholds publication of school-level data, recommends increase in testing frequency and grade coverage to enable value-added accountability as well as development of performance standards to ease teachers' use of results
2004	OECD report positively evaluates SIMCE and recommends expansion in accordance to 2003 Task Force
2008	SEP Law (Preferential School Subsidy) ties means-tested supplementary voucher to effective implementation of improvement plan measured by progress in SIMCE scores. Supplementary funding to be used to contract ATEs (private educational services). High-performance schools are allowed to sell educational service in the marketplace.
2009	LGE creates autonomous Education Quality Agency in charge of SIMCE, and grants the National Council of Education binding consultation prerogatives on: National curriculum standards National assessment plans
2011	Law of Education Quality Assurance: - Mandates Education Quality Agency to create "School Ordinalization Methodology" based on SIMCE but including other indicators of quality and adjustments by SES
2014	SIMCE Review Task Force recommends against publication of unadjusted league tables and advocates for reduction in testing frequency and grade coverage
2015	2015: NCE rejects suspension of reading test in 2nd grade
2019	Bills introduced to suspend school closures mandated by LEQA and ban diffusion of unadjusted league tables
2020	SIMCE suspended due to Covid pandemic and replaced by voluntary formative assessment. Senate passes LEQA reform.
2021	SIMCE suspended due to covid pandemic and replaced by voluntary formative assessment. NCE forces government to downsize the new National Evaluation Plan, explicitly invoking potential unintended consequences of testing, and celebrating the new voluntary formative assessment.
2022	NCE forces government to keep part of National Evaluation Plan but endorses partial rollback, including temporary suspension of high-stakes.
2023	Government declares intent to reform LEQA to completely scrap national tests.
2024	Government announces high-stakes ordinalization will resume in 2026, once three years of consecutive assessments are completed. School closure due to recurrent underperformance remains suspended till then. LEQA reform still pending.

FIGURE 1

The rollout, exponential growth, and partial decline of high-stakes standardized testing in Chile



Source: Author's calculations based on data retrieved from National Evaluation Plans as well as administrative resolutions modifying said plans issued by the Ministry of Education and the National Council of Education. Policy milestones were selected from analyses of legislation, executive orders, and regulatory decisions by different agencies.

Education policy, strategic action field, and the erosion of *doxa*

What explains this oscillating policy trajectory characterized by the rollout, exponential growth, and partial decline of high-stakes standardized testing in Chile? A great deal of the answer to this question, this paper contends, lies in the shifting influence of market-fundamentalist assumptions linked to quality assurance as an effective regulatory paradigm. The test-based high-stakes accountability system instituted in Chile is, by all accounts, a market device: a policy tool purported to fix education market failure. Like many policy tools, the adoption of quality assurance regulation was technically grounded in economic style of reasoning (Berman, 2022; Hirschman and Berman, 2014): it was the most efficient way to fix ill-conceived market incentives. But notwithstanding its alleged “apolitical” character, it underwent politicization. What originally appeared as a neutral, technical solution to market failure was increasingly framed by challengers as a morally dubious policy that simply served the perpetuation of unequal market outcomes. Politicization of testing and its framing within the broader conflict over the market model of education affected the policy paradigm’s ideational currency.

To understand how this happened, I draw on Fligstein and McAdam’s (2012) theory, conceptualizing education policy as a “strategic action field”. Specifically, I look at how state and non-state actors engage in strategic struggles to organize fields

or policy domains. In constructing a field, or in struggling for its transformation, actors come in differently endowed with resources and skills. In “normal” times, incumbents tend to disproportionately wield the material and symbolic resources necessary to dominate the field, an advantage that grants them definitional power over the field’s organizing rules. Challengers typically occupy subordinate positions and have incentives to conform to the rules of the game, but they can also bring in alternative interpretative frames about how the field could be differently organized. In critical junctures, these competing frames are more likely to gain currency.

Crucial to the challengers’ ability to enact field transformation is the accumulation of social skill, i.e., an increase of collective capacity to analyze, interpret, and communicate what is at stake in the field, articulating an alternative vision of it, and mobilizing resources and people accordingly. Such a process is normally driven by institutional entrepreneurs, who are strategically positioned to build new coalitions of disparate groups and engage in forms of collective action that overflow the established order. In settled fields that strongly depend on codified institutional norms, incumbents normally have control over rulemaking. The changes introduced to the rules of the game therefore tend to reinforce the incumbents’ position and reproduce their power. Major transformation thus typically ensues from the irruption of outsiders with looser adherence to the existing rules and dominant frames. But field encroachment by challengers does not automatically translate into overarching change. Rather, it triggers an incremental process by which challengers bring new allies into their coalition as they accrue the skills necessary to wield enough power to rewrite the rules of the game.

This paper theorizes the specific mechanisms that both fuel and funnel the accumulation of skill. Though Fligstein & McAdam’s fielded perspective provides an insightful conceptual toolkit to understand continuity and change across myriad sociopolitical and economic domains, it tends to overlook the specific role of experts in mobilizing the knowledge necessary for the emergence and diffusion of alternative policy frames. If some ideas come to matter enough to induce policy change, it is because certain groups of experts manage to successfully carry these ideas from academic to bureaucratic and political fields. Experts are crucial actors in political struggles, since they best poised to make authoritative knowledge claims about the world. Recruited into politics, experts translate demands into sound technical knowledge, thus speaking to and for different constituencies in policy language (Mudge, 2018). What type of expert comes to command legitimate authority to make public interventions is therefore critical (Eyal, 2013; Eyal and Buchholz, 2010).

Conceptualizing “expert terrains as part and parcel of political life” (Mudge, 2020, p. 372), I propose a series of mechanisms to theorize cross-field effects among

the education research field, politics, and the techno-bureaucratic apparatuses in charge of governing education markets. In a nutshell, I argue that the encroachment of the so-called “Social Movement for Education” on the political arena triggered a series of events that, following Mora (2014), can be analytically classified into three distinct mechanisms: boundary spanning networks, transposition of resources, and use of ambiguity and boundary work.

First, to address growing discontent with the market model of education and the legitimacy crisis provoked the irruption of the student movement, political incumbents sought to expand the technocratic knowledge employed in policy formation, going beyond traditional reliance on economics and psychometrics. Thus, expert categories such as “accountability” or “value added” filtered into the education policy debate. Social movement categories such as “social rights” or “quality education” were also taken by experts and policymakers to frame causal stories about policy failure. Finally, the agents involved in the policy controversy strategically exploited the ambiguity of the emerging categories and concepts to engage in boundary work. Elite actors conveniently used concepts such as “accountability” and “quality assurance” with enough ambiguity to favor workable compromise. But challenges also brought in new categories to draw boundaries between incommensurable policy paradigms, i.e., the market vs. social rights.

Overall, these three processes contribute to an overarching mechanism that I here call, in a lack of a better word, *doxic erosion*. For Bourdieu (1977), *doxa* refers to the set of fundamental beliefs and values so deeply ingrained that appear self-evident and natural. Doxic assumptions are, by definition, taken for granted, thus shaping dispositions and practices. Because it originates in power relations, *doxa* tends to reflect dominant groups’ interests and perspectives. It also provides the normative framework for what is considered acceptable, appropriate, and legitimate within specific contexts. Hence it is generally resistant to critique. Yet in the rare cases it becomes challenged, *doxa* turns into *orthodoxy*. In policy, this shift takes the form of a protracted depreciation of unquestioned truths about the range of solutions at policymakers’ disposal, moving taken-for-granted categories and instruments to the realm of opinion. *Orthodoxy* can be openly contested and subject to critique by alternative positions, or *heterodoxy*. And this struggle makes paradigmatic change possible (see Figure 2 for illustration).

In Chile, the indictment of the market model gradually undermined the apolitical status of regulatory tools such as test-based accountability, which incumbents had envisioned as a solution to market failure. As the student movement grew in allies and successfully articulated an all-encompassing anti-market frame, policy instruments such as standardized testing moved from *doxa* to *orthodoxy*. An alterna-

tive – heterodox – problematization of high-stakes testing slowly gained currency: instead of an impartial tool for market regulation, testing was framed as a pernicious market-enhancing technology.

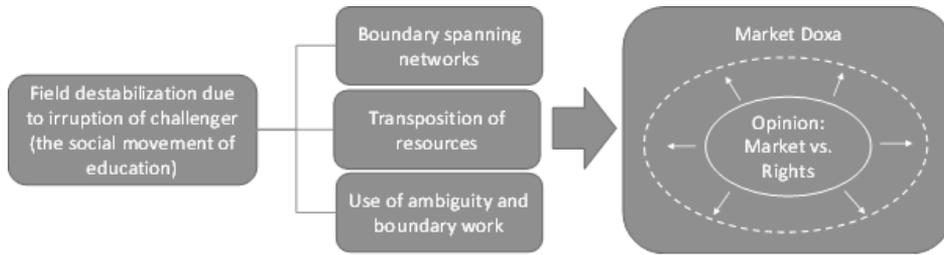
Methods and data

The analysis undertaken in this paper is based on four bodies of data. The first is a set of historical records collected through a public information request to the Ministry of Science, which evinces the trends in funding received by different social sciences during the period of interest. I complemented this analysis with information available on *Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo's* (Anid) website.

The second source of data is an archive of legislative acts, policy documents, official minutes, public statements, and reports I collected and sorted chronologically from 2006, when the first wave of student protest broke out, to the present. The archival research also included the profuse body of documentation (session minutes, resolutions, and policy documents) produced by the specialized institutions that, by law, have regulatory oversight over the accountability system. I examined all this material to trace the origins and evolution of key categories such as market failure, education quality, or school value-added within the education policy regime, identifying the main actors who participated in these debates.

Thirdly, I analyzed and systematically coded transcripts of 57 in-depth interviews I conducted in Chile in the summer of 2014 and the fall of 2015, in the context of my dissertation research. Interviewees, selected through strategic and snowball sampling techniques (Maxwell, 2012), include members of the anti-testing campaign, leaders and grassroots members of the student movement and the teachers union, and leftwing lawmakers supporting the student protests in 2011. In the pro-market camp, I interviewed school principals and owners of state-subsidized private schools, CEOs of educational service companies that offer test prep and data management tools to schools, and rightwing lawmakers. Additionally, I conducted interviews with numerous experts who hold (or have held) key positions in the governance structures of education, in think tanks involved in education policy networks, or in the most prestigious university centers of educational research. Other interviewees include administrators and principals of public school districts, and members of progressive and conservative think tanks, representatives of the Education Vicarage of the Catholic Church (the largest single owner of private voucher schools), and lawmakers of the current (2014-2018) government coalition. Together, the interviews covered political and expert positions from across the ideological spectrum somewhat involved in the design and implementation of education policy. The

FIGURE 2
The mechanism of doxic erosion



interviews sought to map the range of moral, ideological, political, and technical opinions about different pieces of legislation and policies enacted (or in process of enactment) to regulate education markets in Chile. Although here I use only a few interview quotes and only for illustration purposes, a great deal of the analysis is based on information provided by many of my informants.

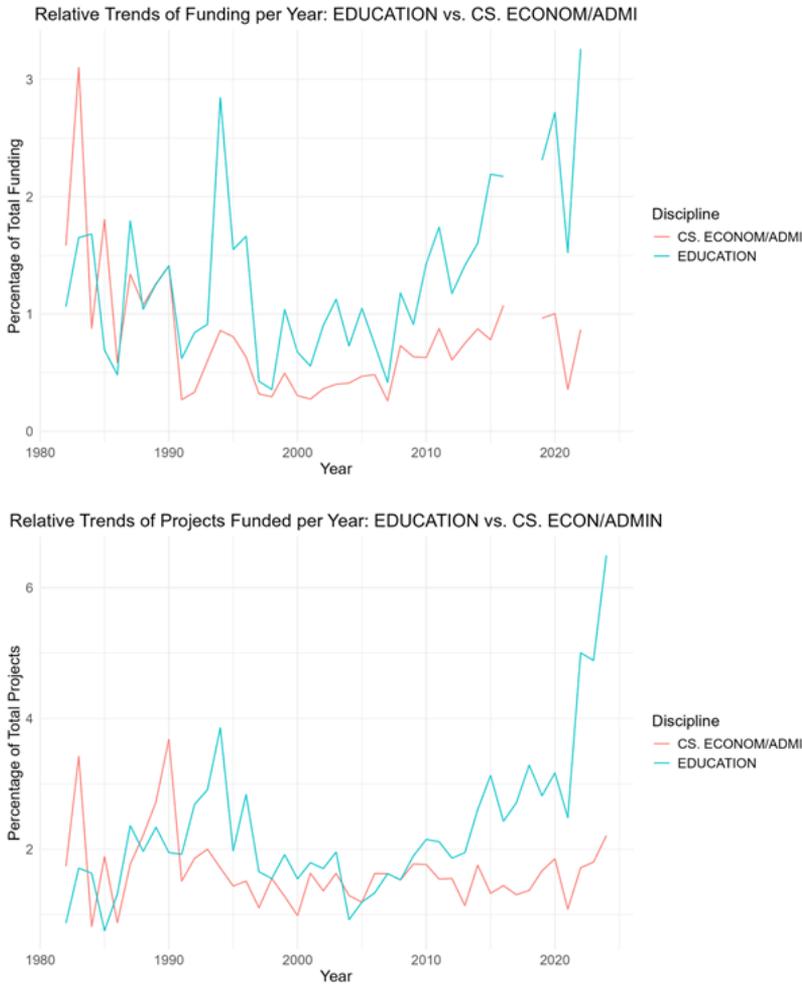
Finally, I complemented these three data sources with the cataloging and systematic reading of newspaper articles and websites covering educational issues in Chile. This source provided context for my analysis and helped me identify the stances and trajectories of key actors over time.

Education experts and the cognitive infrastructure of anti-market frame

The paradigmatic clash of policy paradigms that drove the shift from unregulated market to quality assurance, and then to a soft version of “participatory” accountability, was underpinned by the rise of new forms of specialized knowledge in education that competed with the prevailing social science of the day: economics. As Figure 3 suggests, concurrently with the legitimacy crisis galvanized by the irruption of student protests, the Chilean state began to sponsor the development of a specialized field of education experts. Measured either by the number of R+D projects (left panel) or by the total funding allocated to said projects (right panel), the evidence points to a sharp increase in the support for education-specific research relative to the total support provided by the Anid in recent decades. Meanwhile, government funding of economics research, relatively more important in the 1980s, declined and remained stagnant in the following decades. The divergence is especially salient in the late 2000s, precisely when political controversy over education policy took center stage.

These data suggest the hypothesis that, as education-specific knowledge production grew relative to other social scientific fields, especially economics, education experts likely became increasingly influential in policy debates. Indeed, the 2000s

FIGURE 3
The emergence of the education research field



Source: own and analysis based on publicly available data from Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (<https://github.com/Anid-GITHUB>).

were the development of new research centers specialized in education housed in the most prestigious universities. In 2007, the state launched a new program specifically aimed at the creation of “Advanced Education Research Centers”. The *Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación*, housed at the *Pontificia Universidad Católica de Chile*, and the *Centro de Estudios Avanzados en Educación*, affiliated with *Universidad de Chile* were launched with funding from that program. In the following year, many other education research centers proliferated in other

universities thanks to government largesse. Some of these centers, such as the *Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación* at *Universidad Alberto Hurtado* and the *Centro de Políticas Comparadas de Educación* of *Universidad Diego Portales* developed a critical stance against the market-oriented policy regime, including test-based accountability. And they competed with other research centers housed by conservative universities and mostly staffed with economists and political scientists that firmly defended the market model, such as the *Centro de Políticas Públicas* at *Universidad del Desarrollo*. Several academics from these centers served as advisors to the Ministry of Education or in think tanks of different political persuasion. They also actively participated in the intense legislative debates over education reforms that followed the outbreak of the student movement. Critically, many junior scholars that would later become active organizers of the anti-testing campaign did their first experience in educational research in the abovementioned research centers.

All in all, the qualification of policy controversies instilled by the increasingly influential education research industry eventually steered policy change. Though the entering of new experts did not go far enough to seriously undermine the epistemological superiority of economics (Fourcade, Ollion, and Algan, 2015), it did provide crucial authoritative knowledge to advance anti-market frames.

From protests to the right to quality education

But how did the anti-market frame originate? In 2006, hundreds of thousands of high-school students took to the streets and occupied school buildings across the country (Donoso, 2013). Although the students' petitions were initially circumscribed to practical issues, the movement eventually advanced a systemic critique of the neoliberal regime. In particular, they demanded the abolition of the Constitutional Organic Law of Education – known by its Spanish acronym “Loce” – that Pinochet had enacted the day before he left office in 1990. Caught by surprise, the center-left government of Michele Bachelet first ignored the protests, then repressed them, and finally, as the movement gained momentum, coopted some its leaders, offering only minor concessions. Exhausted and divided, the students demobilized and returned to class, but only after the president appointed a large advisory council commissioned to address what the students deemed as their “long-term agenda”: a full-fledged reform of the education policy regime.

The so-called Presidential Advisory Council for the Quality of Education comprised eighty-one members including lawmakers, education experts, academics, priests and bishops, representatives of indigenous peoples, and representatives of parents, teacher organizations, private and public providers, and authorities of private

and public universities¹. Since its launch, the speakers of the high-school student movement complained that their organizations and, more generally, the so-called “social bloc for education” – a coalition comprising the national confederation of university students, the teachers union, and parents organizations – held only a minority of seats. For five months the Council deliberated amid continuous attack from both the social bloc, suspicious of the government’s commitment to intra-elite, technocratic-oriented consensus, and the rightwing opposition, jealous of the free-market status quo. Few days before the release of the final report, the student organizations gathered at a national summit in which they voiced their disagreement with the reports’ conclusion and formally withdrew from the Council. Other delegates of the social bloc followed suit.

The student summit’s public statement² denounced the so-called “subsidiary role of the state”, a state-sponsored market model of “such levels of social stratification and segmentation” that produced “unequal levels of quality and prestige”, perpetuating “the process of social reproduction of existing social inequalities”. Crucially, the students defined education in the language of social rights: a “social, secular, public good”, the quality of which should not “be different for some than for others”. The causal attribution was transparent: What ultimately made the fulfillment of this right impossible was the existence of an “education market where those who have enough resources can access quality education, and those who have not can [only] choose between a collapsed municipal system and a private voucher system [...] in which state subsidy, instead of contributing to quality improvement, goes directly to the owner’s profit”.

Market-oriented education, the student contended, was locked in by constitutional provisions that elevated “freedom of education” (*libertad de enseñanza*) over the “right to education” (*derecho a la educación*). Stretched far beyond conventional notions of academic freedom and curricular diversity, freedom of education in Chile encompassed also private persons’ right to open and run educational institutions, as well as parents’ right to opt out of the public sector. The state’s responsibility, as defined in the constitution of 1980s, and later ratified by the Loce, was thus circumscribed to the protection of this all-encompassing conception of freedom, and tacitly operationalized as the state’s duty to subsidize private provision through

1. A few of Council members, including the education expert in charge of coordinating the writing of the final report, have been interviewed in the context of this research. Many of them currently occupy important positions in the governance of education and policy networks.
2. See Resoluciones I Congreso Nacional de Estudiantes Secundarios at http://www.opech.cl/bibliografico/doc_movest/resoluciones_congreso_nacional_de_estudiantes_secundarios.pdf, retrieved on 19/01/2017. Author’s translation.

educational vouchers, à la Milton Friedman. An unacceptable status-quo that, per the students, was characterized by “a complete freedom of enterprise and deregulation of the educational duty a nation must have to its youth and the people in general”.

In proclaiming the “supremacy of the right to education over freedom of education”, the student movement explicitly embraced a return of the so-called “Teacher State”, morally obliged to guarantee quality education “irrespective of the social, economic, and cultural origin of the Chilean children and youth.” A “national service” of public education, capable of “elaborating and planning education policies, and directly financing and administering public schools”, was to embody this revival of state dirigisme. Mechanisms of budget appropriation were to substitute for unfettered competition for voucher holders as to prevent massive exit from public schools under the “fake premise that the private voucher sector has a better quality”. Moreover, the students called for close state oversight of the state-subsidized private sector, demanding the prohibition of for-profit voucher schools, the abolition of academic screening for school admissions, and the end of the so-called “shared-funding” – *financiamiento compartido*, monthly tuition charged on top of the voucher.

Eradicating “the deep segmentation of the education supply according to the class origin of children and youth” also required a “common and flexible national curriculum”, pertinent to the student’s “social and cultural context”, and that guarantees “minimum learning achievements”. In this respect, the students proposed to “enrich the indicators of quality” through a complete revision and reformulation of the Simce, which found “complete coherence” with the “basic principles” of the market model. Standardized testing worked not as a tool for “formative” evaluation but as a “punitive” one, since it was used “for raking schools based on their scores, stigmatizing those that obtain low results, mostly in the public sector.” Functional to “the imposition of a privatization logic”, the SIMCE did not “take account of the particularities within schools”, nor did it consider “cultural, ethnic, and socioeconomic differences”. All this notwithstanding that “variation in students’ educational outcomes depends on what happens within schools only in a marginal percentage (no more than 30%), and on greatest percentage on extra-school variables such as children’s socioeconomic, cultural, and family background (more than 70%)”.

Quality assurance as the leitmotif of market regulation

Much of the students’ insightful critique of market-oriented education was acknowledged by the final report. Yet, in substance, the Council fell short of expectations, failing to recommend dismantling the core components of the market model.

Rather, it embraced a market regulation paradigm that became more and more watered-down as intra-elite negotiations progressed. While the Report³ agreed to the urgency of reform, it recognized lack of consensus on the virtue of market vis-à-vis state institutions. Competing causal narratives to account for policy failure provided justifications to opposed ideological stances (Somers and Block, 2005).

Council members that were most critical of the market model explicitly advocated for “positive discrimination” in favor of state education, arguing that it “better fulfills the function of cohesion and social integration”, and considering that “the majority of the poor attend the public system” (*Idem*, p. 17). Per this group, schools failed due to an institutional design that fully delegated to consumers the pressures for quality improvement, whereas empirical evidence showed that academic criteria played only a minor role in parental choice. State prerogatives over school accountability were largely insufficient. To promote quality education, this group proposed to transition to a mixed funding system for public schools that privileged “budget stability” over competition for vouchers, which made funding too dependent on student attendance. For “competition has not improved education quality, the school system is not more efficacious, and the market has proved useless for regulating the entry, permanence, and exit of bad providers” (*Idem*, p. 31).

In contrast, pro-market members advocated for “equal treatment for all providers regardless of whether they are public or private”, “positive discrimination in favor of vulnerable students in the form of subsidy to demand”, and “an efficient system of quality assurance” (*Idem*, p. 17). They attributed quality deficits not to market mechanisms themselves but to the ways different market incentives had been designed and allocated. On the one hand, market failures like incomplete information had not been correctly addressed: “since education quality is not observable, a system of subsidy to demand requires developing a system of quality assessment the results of which are reported to families” (*Idem*, p. 113). On the other hand, the allocation of a uniform voucher for all students, who depending on family background were “cheaper” or “more expensive” to educate, had worked as “an incentive to exclude lower-SES students” (*Idem*, p. 114). An additional subsidy to low-SES students could compensate schools for the extra cost of admitting these students, making quality improvement through “cream-skimming” a costlier strategy.

Whether more state or more market was necessary was not consensual, but at least all Council members agreed that education in Chile was “far from having the

3. See Informe Final de Consejo Asesor Presidencial para la Calidad de la Educación at <http://unicef.cl/web/informe-final-del-consejo-asesor-presidencial-para-la-calidad-de-la-educacion>, retrieved on January 19th, 2017. Author’s translation.

quality required and demandable in today's world", nor did it "reduce the remarkable inequities of background with which children begin their educational experience" (*Idem*, p. 14). Consequently, education policy must incorporate "quality" as a basic principle for the regulation of educational provision. Seconding the students, the consensual diagnosis was that of "an asymmetry between freedom of education (*libertad de enseñanza*) and the right to education (*derecho a la educación*)" (*Idem*, p. 16). And the source of this asymmetry was that the right to education had hitherto been "conceived as a right to access a free system, without reference to its quality, and bereft of any guarantee" (*Ibidem*).

Thus was the adjective "quality" henceforth pegged to the right to education, which the state must guarantee by regulating the market: "there is no incompatibility between freedom of education – understood as the private person's right to start an educational establishment and parents' right to choose the type of education preferred for their kids – and the right to a *quality* education" (p. 16, author's emphasis). The right to a quality education (*educación de calidad*) implied that the state create mechanisms to define, assess, and enforce quality standards. It also entitled citizens to demand of the state that provision be of a "previously established minimum quality" (*Ibidem*). It was then among the state's duties to a) provide the financial resources such that free-tuition education meets acceptable standards of quality, b) set more stringent entry requirements, c) assess educational processes and outcomes as to certify quality properly, and d) define criteria to support, intervene, and exclude schools that do not meet the standards (*Idem*, p. 17).

This was the consensus reached by the Council, no less, no more. As citizen consumers, parents were constitutionally entitled to choose quality educational providers. Private agents, in turn, also preserved their right to operate educational institutions under public subsidy. And the state had the mandate to ensure that both consumers and providers exercise their rights without conflict, "assuring that the schools met certain minimum standards [...], much as it now inspects restaurants to assure that they maintain minimum sanitary standards" (Friedman, 1955, p. 89).

The advisory Council's final report made "quality assurance" the official leitmotif of the regulation of the school market. Dismantling the market model was no longer on the table. In March of 2007, the World Bank released a report supporting policymakers' choice for a moderate reform pathway (World-Bank, 2007). The report identified Chile as the only country in the world that thoroughly relied on market competition with negligible state involvement as a mechanism of quality improvement. It also stated that, though this "market model" had been crucial for universalizing access, it had failed to assure quality education across the board, especially compromising the educational opportunity of socioeconomically vulner-

able students (p. 9). And yet, the bank deemed “unlikely that a return to a system wherein funding does not ‘follow’ the student will produce the desired improvements regarding education quality and equity”, a goal that could instead be achieved by “strengthening the quality assurance functions of each participants of the Chilean education system” (p. 16).

Towards the qualification of quality

In the years that followed, through different legislative acts, lawmakers significantly reformed the education policy field, redefining the role of the state as the guarantor of equity, now understood as quality for all. The Law of Preferential School Subvention (Feb 2008) partially institutionalized class-based, means-tested accountability, granting supplementary vouchers to vulnerable students, and demanding that schools serving these students implement “quality improvement plans” that were to be evaluated based on SIMCE scores. The General Law of Education – LGE (Sept 2009), moreover, consecrated quality education as a constitutional right vis-à-vis freedom of (state-sponsored, private) education. Finally, the Law of Education Quality Assurance – LEQA (Aug 2011) completely reorganized education governance, creating a system of specialized institutions with different roles and regulatory competences: the Agency of Education Quality (AEQ), the National Council of Education (NCE), the Superintendence of Education, and the Ministry of Education (Mineduc).

Still, tensions and contradictions regarding what quality is, how should it be measured, and what the stakes tied to poor quality should be, remained largely unresolved throughout this very active period of institution building. The LGE seconded the Council’s early warnings that measurable concepts of quality should make “emphasis on student’s integral development, and not only on the achievement of learning standards”. Quality education should encompass “competences, knowledge, and values based on democracy and solidarity”⁴. Declaration of intent notwithstanding, it did not reduce the risk of instrumentalizing education quality as measurable traits of academic achievement.

The conceptual and metrological delimitation of quality now became a matter of dispute between pro and anti-market stances. While lawmakers generally agreed that the definition, evaluation, and enforcement of quality standards were major tasks to be commissioned to new regulatory agencies, they could not legislate without writing at least elemental guidelines and criteria into the law. Lawmakers’ need to set parameters to regulate supply meant that quality assurance, as a specialized

4. See preamble of the General Law of Education (<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043>).

activity that as such requires objective rules designed in conformity with scientific convention, also entered the domain of controversy.

Narrowing quality to test-scores adjusted by ses

The transformation of the quality controversy into a matter of technical expertise stemmed from the clash between more and less market-fundamentalist positions, represented, roughly, in the opposition and government coalitions, respectively. The first draft of the LEQA the progressive government sent to Congress did not include any specific provision as to how school quality ought to be measured. Indeed, the bill was not, *stricto sensu*, a quality assurance law; nor was it named thus. It just created a Superintendence of Education tasked with overseeing schools' compliance with standards and regulations. Though the procedures and criteria for assessing school quality were absent, the bill established new mechanisms of bureaucratic recordkeeping and monitoring, focusing mostly on school processes, not on outcomes. Severe sanctions for non-complying schools, which included government takeover of school operations and, eventually, school closure, were also defined. Accountability was thus explicitly construed as auditing of school management and finances, targeting the private voucher sector especially. The goal was to prevent these schools from cherry-picking the students most likely to succeed and returning a profit to their operators, both common practices the student movement had opportunely denounced.

Government's push to tightly control educational supply alienated the pro-market coalition of private educational providers, neoliberal think-tanks, and rightwing lawmakers (Corbalán Pössel and Corbalán Carrera, 2012), who instead contended that regulation ought to focus on outcomes, not processes. The state, they argued, should provide adequate incentives to foster "genuine" quality improvement via facilitating the full exercise of school autonomy, and in light of the constitutionally protected freedom of education (Larroulet and Montt, 2010). Instead of command-and-control regulation, the legislation should confine the Superintendence's prerogatives to law enforcement (not school management oversight), transferring quality assessment and improvement to a specialized agency with autonomous regulatory authority.

Forced to gain bipartisan support to pass legislation, the government struck a deal that significantly downsized the command-and-control features of the original bill and incorporated many of the rightwing opposition's proposals, including the creation of a standards-based classification of schools⁵. The accords – monolithically construed

5. See Articles 42 and 49 of the alternative bill presented by the opposition coalition at <http://www>.

as doubtless signal of elite treason by the social bloc, and applauded by the private voucher schools, conservative think-tanks, and the parties on the right⁶ – not only secured congressional majorities to finally enact the LGE in place of the Loce. It also led to a complete redrafting of the Education Superintendence bill, now rebranded as LEQA, mandating the creation of a series of government-independent regulatory agencies, much like autonomous central banking. Thus was the AEQ removed from the Mineduc and transformed into a specialized entity charged with assessing the quality of all Chilean schools. Overall, the agreed legislation struck a balance between school accountability, tied to outcome-based quality assessments, and school autonomy, preserving private providers' ability to academically select students and operate for a profit.

But tying high stakes to school outcomes required objective, impartial, and therefore “fair” procedures of quality assessment. Education experts took the lead in warning lawmakers about the ethical dilemma of equating quality to outcomes – such as test scores – for which the school is, at most, only partially responsible. In particular, they exposed the complexities of comparing standards across schools with very different characteristics (student bodies especially), and pushed for factoring SES and, when possible, value-added measures into assessments of school performance. My chronological analysis of session minutes and congressional debates reveals that awareness of the issue of “fair responsabilization” was only marginal at the beginning of this move toward accountability through high-stakes quality assessment. What started as a technical debate confined to an epistemic community of education experts slowly gained legislative momentum; in the end, all parties to the debate had to engage with terms of procedural justice.

Already during the debates of the Advisory Council, one educational researcher from a prestigious university research center complained that the SIMCE was useless to measure quality, for its design did not allow for estimating value added (see July 6th meeting minutes). Later, at a meeting of the Education Commission of the Senate, another scholar from the same institution pointed out that the existing regime of standardized testing (SIMCE) did not help the cause of educational improvement,

brunner.cl/?p=734, retrieved on January 19th, 2017. See also the terms of the compromise incorporated in the History of the General Law of Education at <http://www.bcn.cl/historiadela-ley/nc/historia-de-la-ley/4713/>, retrieved on January 19th, 2017.

6. See e.g., the Chilean Private School Association's public statement (http://200.6.99.248/~bru487cl/files/conacep_acdo.pdf) and the report prepared by three major neoliberal thinktanks (<http://lyd.org/temaspublicos/editora/Significado%20del%20acuerdo%20por%20la%20calidad%20de%20la%20educa.pdf>), retrieved on September 15th, 2017. See also <http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2011/10/20/como-se-fraguo-la-traicion-a-los-pinguinos-en-el-gobierno-de-bachelet/>, retrieved on September 15th, 2017.

for it did not “consider the provider [school operators] as an agent whose performance requires evaluation”, nor did it “assess schools on other dimensions”⁷. Some other scholars voiced similar concerns both at the Council meetings and during early debates in Congress.

Experts’ claims that education quality was necessarily multidimensional and therefore could not be reduced to SIMCE scores gradually took hold. In the preamble to the revised version of the bill before the Senate Education Commission, the minister of education pointed out that “in order to improve the quality of education, it is necessary to control by those factors depending on students’ characteristics, in particular their socioeconomic level, those depending on the school, especially the classroom, and those factors related to the context, which involve political and structural variables”. Based on these criteria, this time the redrafted bill mandated the AEQ to implement the so-called School Ordinalization Methodology (SOM): an assessment device that classify all schools in the country into “four levels of performance” in “learning outcomes” that nonetheless consider “student characteristics and value-added indicators, on the basis of two or three consecutive measurements”.

Notwithstanding this provision, that the ordinalization of schools be based on measures of school effectiveness and not of average proficiency remained controversial. For instance, the president of the deans of education faculties warned the Education Commission of the Senate that, ultimately, even after adjusting by SES, cross-sectional tests such as SIMCE⁸ did not capture school quality. For him, assessing the value of a specific teaching methodology requires longitudinal, “pre-and post-test” measures of students randomly assigned to school conditions, an evaluation design impossible to implement when schools are free to manipulate admissions. Finally, he blamed the testing regime for significantly contributing to the socioeconomic stratification of the system, unnecessarily stigmatizing certain type of schools (public schools). This bill, he added, would just legitimize the existing stratification without really fostering quality improvement⁹.

In contrast, pro-market stakeholders contended that too much consideration of social context tacitly validated double standards. Thus, a representative of the Federation of Institutions of Private Education argued that the inclusion of “student

7. See *Primer Informe de Comisión de Educación, Primer Trámite Constitucional: Senado* in the History of the LEQA at <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on January 19th, 2017.

8. Census tests are standardized assessments implemented to all the students in all schools in a particular grade and subject. The SIMCE’s 8th grade reading test is an example of a census test.

9. See *Segundo Informe de Comisión de Educación, Primer Trámite Constitucional: Senado* in the History of the LEQA at <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on 19/01/2017.

socioeconomic characteristics” into assessments of quality “does not seem pertinent”, for the classification “must have an absolute reference; there cannot be ‘good schools for the rich’ and ‘good schools for the poor.’ Likewise, the speaker of the National Corporation of Chilean Private Schools contended that adjusting the ordinalization by family background “may lead to setting [different] learning goals depending on children’s SES, which would be unacceptable” (*Ibidem*).

Between proficiency and effectiveness

Disagreements among actors from across the political spectrum only worsened in the wake of the triumph, for the first time since the democratic transition, of a rightwing coalition in the 2009 Presidential election. Even as the new government announced its support to the Quality Assurance Law – still in Congress – to honor bipartisan accords, it implacably insisted on holding failing schools accountable to sovereign consumers. Therefore, in June 2010, the Mineduc, in charge of Chicago-trained economist Joaquín Lavín, released the 2009 SIMCE results and mailed them to every family in Chile along with a map in which all the schools of the district – including their kids’ – were colored, resembling a stoplight, in red, yellow, or green, based on average test-scores.

No doubt the alleged intent of “Lavín’s stoplights” – *los semáforos de Lavín*, as they became popularly known – was to inform parents about their potential exit choices, in line with market-fundamentalist assumptions that information, in a context wherein funding follows the student, will induce competition-based processes of school improvement. In practical terms, however, the stoplights reinforced common-sense belief that state-subsidized private schools provided better quality than municipal schools, a lure to persevere in privatization. For anti-market forces, quite the contrary, the stoplights simply confirmed that market mechanisms only reinforced the overlap between spatial and educational segregation (Álvarez and Peña, 2011).

Government’s readiness to publicize public schools’ low proficiency levels as unmistakable indicator of poor quality rather than concentration and seclusion of socioeconomically disadvantaged students inevitably generated suspicion that accountability was just another Trojan horse for privatization. Politicization of “hardcore” accountability fueled public requests for factoring social class into quality assurance. Once the newly elected Congress resumed negotiations to get the LEQA passed, a scholar from a prestigious private university center of educational research complained to the Senate Education Commission, considering “the publication of the maps with average SIMCE test-scores at the district level” to be a big mistake,

for “these results are for the most part due to other factors, such as SES or parents’ educational attainment”. Instead of contributing to quality improvement, he argued, this policy just created more “social segregation and stigmatization”¹⁰. Government use of the “stoplights” even alienated centrist incumbents of the former government, who had played a key role in moving bipartisan compromise forward. An influential senator of the major centrist party endorsed the abovementioned critical position. After reasserting the importance of standardized testing, he complained that the way test-scores were being reported “distorts reality”, insofar as parents were not informed that “65% of their results are due to socioeconomic factors”. He went on to warn that the maps could “produce a generalized stampede of students away from municipal schools” – an outcome that indeed privatizers expected and desired. He concluded by deeming the SIMCE “useless to classify schools”.

Backlash: from exit to voice and loyalty

As political compromise paved the way for reforming the policy field, new quality assurance mechanisms became the target of a spinoff movement campaign (McAdam, 1995) originating from within the same “social bloc” that had previously prompted elites’ shift to market regulation via accountability. The implementation of the SOM¹¹ not only implied that public categorizations of school quality would now be made official and legally binding; it also entailed making the SIMCE even more pervasive within schools.

The intensification and expansion of mandatory testing to more grades and curricular areas, enshrined in the Testing Plan of 2012, served the context of *Alto al SIMCE* (Stop the SIMCE). Members of *Alto al SIMCE* mostly comprised young educational researchers and graduate students trained in educational psychology and social sciences. Many of them had gained ample experience doing fieldwork research within school settings. Some were linked to the emerging research centers funded by government grants. Still others pursued postgraduate degrees in critical education studies at foreign universities thanks to government scholarships allocated to students from non-elite backgrounds. Overall, these young activists distanced themselves from the education research establishment dominated by progressive technocrats. For this emerging generation, the SIMCE, and all the policy knowledge it enables, undermined the transformational capacities of research (Parcerisa and Villalobos, 2021).

10. See Informe de Comisión de Educación, Tercer Trámite Constitucional: Senado <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on 19/01/2017.

11. For a detailed account of the expert controversies over the design of the SOM, see Chouhy (2021).

The first campaign of *Alto al SIMCE* soon counted with the endorsement of hundreds of artists, intellectuals, and renowned educational researchers, including three winners of the Education Sciences National Prize. It also enlisted the teachers union, the main student federations, as well as their popularly acclaimed former leaders – now running for Congress. During its first year, the campaign registered ninety-six participations in different media outlets. They also coordinated actions with high-school students, who organized more than fifty boycotts and walkouts on test day in some emblematic lycées of Santiago. This forced the conservative government to publicly defend the testing regime. Many experts with links to the test administration and the new quality assurance system published op-eds in major newspapers addressing some of the campaign's critiques, further spurring public debate. Likewise, the controversy also reverberated through the presidential campaign of former center-Left president Michele Bachelet, who expressing concern that standardized testing had “impoverished the concept of education quality” and enabled “practices as [academic] selection, exclusion, and teaching to the test”, committed to promoting “a more nuanced and integral understanding of quality that recovers the meaning of educational work” (Yancovic, Vargas, and Barrios, 2016, p. 334).

Allegedly, the campaign emerged “in rejection of the standardization rationality and the effects of the measurement and quality assurance system”, to which they opposed “a form of evaluation in concord with an education understood as a social right and not as a commodity.”¹² Mobilizing the increasingly popular anti-neoliberal frame, *Alto al SIMCE* deemed testing and rankings as pernicious market technologies, indicting political elites for opportunistically usurping the claims of the *pingüinos*' movement of 2006 for the sake of their own neoliberal agenda:

The tactical play against the students was to capture their discourse saying “yes, this is a bad market, unregulated, so what we need to do...”, and then they introduce all the standardization and accountability agenda that had been softer before. [This policy] intensifies the market with a state that is arbiter of the market, a state at the service of the market, of regulating it to defend the customer (*Interview with scholar collaborator of Alto al SIMCE*).

The dialectical path of market politicization, regulation, and re-politicization seemed now completed. Just as elites responded to the initial anti-market revolt by delivering more market solutions to protect consumers' right to quality services, so did the burgeoning anti-market coalition counterattack by decoding such policies through the “social rights vs. market education” collective action frame (Snow *et*

12. See *Alto al Simce*, <http://www.altoalsimce.org>, retrieved on September 15/09/2017.

al., 1986) that, since the long cycle of protests of 2011, wielded impressive levels of mass support (Donoso, 2013b; Salinas and Fraser, 2012). In this all-encompassing master frame, test-based rankings, whatever their calibration, amounted to mere instruments of commodification and competition, in consistency with the “survival of the fittest” morality that infuses the ideology of neoliberalism (Amable, 2011; Streeck, 2011).

Yet besides inscribing accountability into a broader anti-neoliberal frame, *Alto al SIMCE* also sought to expand and refine this frame by questioning the taken-for-granted impartiality of experts’ evaluation practices. Cognizant that “the belief that evaluation is by itself well done and objective is very hard to remove”, campaigners aimed to “dispute common sense” and “generate the idea that this [standardized testing] is not that true, neither that good, nor that valid.” This required challenging “an aseptic and hygienic vision of [education] research”; an altogether unrealistic enterprise in the context of heightened politicization:

One thing is to be a researcher of, say, bees; but if one is a researcher of education, which is a political subject matter... and whoever says otherwise doesn’t know she is being functional to something... especially considering what’s going on in Chile, with the persistence of a [market] model, with the weariness regarding a [market] model... (*Interview with scholar activist of Alto al SIMCE*).

Thus, by challenging the scientific authority behind the testing regime, campaigners sought to transcend the simplistic anti-neoliberal narrative, raising public awareness of the pervasiveness of auditing and data-driven governance (Rose and Miller, 2010) in advanced market societies:

The conversation was about profit, the market, the voucher, public education, everything, but the SIMCE was part of the landscape. It wasn’t talked about, it wasn’t problematized even in academic discussions [...] Decentralization was one of the arguments used to establish this quasi-market system of education. But, in reality, that didn’t happen either [because] the SIMCE [...] turns into a curriculum, a simplified one. [...] Now schools do not depend directly from the state. They only get funding indirectly. But they are anyway under central control. (*Interview with scholar activist and official speaker of Alto al SIMCE*).

Per this honed critique of neoliberal education, high-stakes accountability, and the evaluation practices it carries along with, serves a particular political project: not one of liberty, autonomy, and innovation, as predicated by the market fundamentalist creed; but one of top-down, heteronomous control – an education field made leg-

ible for, and held accountable to, the dominant groups in the economic field (Ball, 2010; Mangez and Hilgers, 2012). And the experts in charge of market-oriented social technologies like testing are just the agents of economic power:

To whom are accounts rendered? Accounts are rendered to de facto powers that use accountability to regulate the established order. Accounts are not rendered to the educational community, accounts are not rendered to the very students, accounts are not rendered to parents. Accounts are rendered to those powers that use education as a tool to preserve their privileges. (*Interview with president of the teachers union*).

The Taskforce for SIMCE revision

In March 2014, a new center-left coalition came to power, promising to significantly reverse market-oriented education policies. Their renewed efforts to address escalating social movement demands included revising the testing system among other programmatic commitments. To advance this agenda, the new leadership at the Ministry of Education (Mineduc) convened a diverse group of education specialists, led by progressive technocrats, to develop a report on possible improvements to accountability policy. From July to December, the “taskforce for SIMCE revision” held meetings amidst intense political turmoil sparked by yet another legislative attempt to tightly regulate private vouchers schools. Though *Alto al SIMCE* was one of the many stakeholders invited to the taskforce’s hearings, the final report did not support the proposal – backed by seventeen lawmakers, mostly from the government coalition¹³ – to suspend national testing for three years, halt the implementation of the SOM, and transition smoothly to a new evaluation system based solely on survey tests, complemented by formative assessments at the district and school levels (p. 28). Nevertheless, the report recognized testing’s mission creep and openly criticized the negative consequences of high-stakes accountability. Consequently, the taskforce majority recommended halving the number of mandatory tests and called for reconsidering the harmful misuse of educational statistics in accountability policy.

The taskforce asserted that “rankings and comparisons based on average test scores” merely reflect “socioeconomic advantage”, warning that such practices “can be experienced as partial and unfair, as they contribute to the prestige of schools in

13. See Declaración de parlamentarios respecto a aspectos legales del SIMCE (http://www.altoal-simce.org/wp-content/uploads/2015/09/Carta_Parlamentarios_Cambios_Legales_al_SIMCE-Dic-2014.pdf), retrieved on 15/09/2017.

high cultural and socioeconomic contexts and stigmatize schools in more vulnerable contexts” (p. 48). Additionally, the taskforce proposed that new legislation should require regulatory agencies to “perform an active role in highlighting the limitations, errors, and effects generated by rankings and comparative league tables, especially when published by mass media” (p. 123). Finally,

The taskforce also stated the need to prevent the SOM from prompting exit as dominant response to underperformance (Hirschman, 1970):

Communicating in a fashion that induces parents to abandon the school instead of committing to it is inconsistent with fostering and investing in a successful improvement process. For when subsidy is reduced [due to exit], funding is at risk and families that do not transfer, presumably the most vulnerable, are left in a deteriorated situation (p. 120).

Hence the taskforce also called for replacing the name “ordinalization”, “semantically linked to the concept of ranking”, by a designation that better represent what the SOM does, namely, “classification, or categorization” (p. 118).

Much of the taskforce’s revisionist language and apprehensions about the SOM’s effectiveness as a policy device rippled through the AEQ, too. Indeed, the new majority of technocrats within the board swiftly realigned with the government’s softer approach to accountability. More vocal against market mechanisms, the AEQ’s board shifted away from the paradigm of consumer sovereignty. Hence the AEQ’s limitation of the publicity of rankings as tools of market assessment deliberately aimed at undermining comparability between schools, a commensuration practice necessary for an informed school choice:

This year, we sent information to more than three million parents. But with this [other] focus, different from previous years in which [the government] said “look at all schools, your school is in red in this stoplight, go for the greens”. Now the focus is on the school, in its trajectory, in how well it’s done over time, with the goal that this helps [parents] take part in the process of school improvement (*Interview with CEO of the AEQ*).

The quote speaks to two important changes in the way accountability was now understood. The first one concerned the downgrading of parents as primary target of information, in light of growing evidence that only a minority actually base their choice on performance rankings. Parents still had a role to play: they would receive a report, but now the information would be organized such that one single school compared only with itself over time. The goal of holding the school responsible remained, yet incorporating parents’ informed “voice” as a driver of improvement.

The deemphasizing of rankings suggests a second change: a shift from exit to voice *and* loyalty (Hirschman, 1970) as desired mechanisms through which accountability was supposed to drive school improvement. Parents were now expected to use data to monitor the school's trajectory, voice their concerns to the school if necessary, and collaborate in the organization success, not to leave the failing school and seek a better (possibly private) one. Encouragement of voice and loyalty was explicitly communicated in the AEQ's cover letter mailed to parents when releasing test reports:

The document that we deliver for you today is very important, because we want you to be informed about the children's achievement in your school, such that you can actively participate in the schooling process of your daughter or son, working together towards the improvement of education quality¹⁴.

The new preference for informed parental involvement was finally confirmed in the following national report of SIMCE results, which highlighted the importance of developing information systems that aimed at "the participation of families and communities in the management of school improvement, thereby strengthening processes of improvement as opposed to school choice"¹⁵.

High-stakes accountability, however, did not come to an end. Certainly, parents were no longer expected to drive quality improvement via school choice. Voice and loyalty, instead, underpinned the alleged intent to "activate" schools as the primary subjects of change, much in accordance to the Third Way's ethos of responsibility and entrepreneurship in social service delivery (Amable, 2011). An ethos, moreover, of constant commitment to improvement, routinely actualized by the omnipresent surveillance of within-market classifications (Fourcade and Healy, 2013).

The advent of heterodoxy

In October, 2019, amid the largest social outbreak in Chilean history, and upon the imminent release of the fourth legally binding ordinalization, the Senate Education Committee began discussing a bill introduced by progressive lawmakers that derogates the LEQA's mandate to close every school classified four consecutive years in the Insufficient category. In their preamble of the bill that strips the SOM from its high-stakes¹⁶, the proponents reviewed the international evidence of the negative

14. See Quality Agency's *Report to Parents*.

15. See Agencia de Calidad de la Educación, Gobierno de Chile, www.agenciaeducacion.cl.

16. See Education Committee Report (Bulletin n. 12.980-04) <https://www.senado.cl/appsenado/index.php?mo=sesionessala&ac=getCuenta&iddocto=64215#>, retrieved on January 22nd, 2020.

consequences of school closures and warned about the pernicious logic of standardized testing, denouncing that public schools, not surprisingly, represent three out of four schools at risk of closure. Opponents of the bill, in turn, hotly defended the punishments and rewards associated with the SOM, arguing that adjustment by SES prevent socioeconomically different schools from being commensurate with the same metric.

In June, 2020, the center-Left opposition parties in the House introduced new legislation suspending testing on account of the covid-19 pandemic. In their preamble, the lawmakers recalled the public criticism that the SIMCE has received by diverse educational actors and denounce the segregation effects associated to the quality assurance system. The government moved quickly. After announcing that schools will be granted a one-year waiver should they decide to not implement the test, it accuses the opposition of seizing the opportunity opened by the covid-19 to dismantle the accountability regime. Still, a majority of lawmakers moved forward and approved the bill, yet without reaching the supermajority necessary to legislate on issues of exclusive initiative by the executive. Meanwhile, the Senate continued its debate on the school closures bill, passing it and sending it to the lower chamber in August 2020. The bill never gain traction in the House. The government, on the other hand, counterattacked. Upon reopening, in 2021, the it attempted to expand the SIMCE again, but the national evaluation plan was rejected by the NCE.

The renovated Left coalition that won the elections later that year embraced the anti-testing narrative. Though president Boric had campaigned on the elimination of the SIMCE, the defeat of its constitutional proposal severely restricted his reformist agenda. The SIMCE, notwithstanding, seems to have lost the strong consensus it enjoyed back in the day. Though high-stakes testing is scheduled to resume in the following years, its dismantling remains in the government agenda. The politicization of the testing regime appears irreversible, and its fate unpredictable.

Conclusions

Massive waves of student protests in 2006 and 2011 have turned market-oriented education in Chile into “the theater of a morality play” (Fourcade, 2013). Staging a protracted struggle over the moral limits of market society, student movements, political parties, education experts, and the public more generally have not only come to discuss openly what is good or bad, worthy and unworthy, right or wrong about profit, choice, or competition; routine practices and technologies of categorization and ranking, such as test-based assessment tools, have also come under scrutiny, turning into matters of ideological conflict and political intervention. For, in a quest

to quell burgeoning social discontent with market-induced, class-based school segregation, public authorities have systematically resorted to these and other market regulation devices as a justification for their efforts to protect “consumers” rights to quality education, in turn eliciting more and more controversy. This paper examined the process of enactment, politicization, and rollback of education quality assurance regulation in Chile, paying particular attention to how competing ideas over the role of market mechanisms in education shaped the technical construction and public use of official, presumably objective, and therefore fair, rankings of school quality.

In Chile, the student movement moved the market paradigm from doxa to orthodoxy, triggering a paradigmatic clash. But elite’s first response was to incorporate the anomaly – that market education produced inequality of educational opportunity – by construing it as market failure. Incumbents’ diagnosis tended to attribute educational inequities to the poorly designed incentives built into the market model, not to the model itself. Market failure required policy fixes, among which high stakes accountability featured prominently as a politically palatable policy. Such interpretation was followed by a programmatic change that readjusted and enhanced the use of existing instruments, such as standardized testing. But this move created more anomalies, as schools, teachers, and students faced heightened competitive pressures that only reinforced the punitive effects the challengers attribute to the market logic. If originally marginal in the movement’s critique, testing became a specific policy problem, vulnerable to debate and contestation.

As the paradigmatic challenge posed by the anti-market movement gained momentum, a new coalition advancing a specific program for policy change formed, soon finding expression within institutional arenas. In the process, testing was construed as a paramount mechanism organizing market education. Abolition of the testing regime naturally followed as most reasonable prognosis. Opposition to the market model reached a tipping point once challenger actors amassed the intellectual resources and skills necessary to advance an alternative frame that cast testing as part and parcel of the market logic. According to the challengers’ frame, high-stakes testing produced, following Bourdieu (1985) the generative “principles of vision and division of the social world” – in this case, a market world – and thereby amounted not just to a technical tool for assuring the quality of schools but to a political technology of market making. As attempts at policy rollback slowly gained political leverage, the fate of high-stakes testing became increasingly uncertain.

References

- AGENCIA DE CALIDAD DE LA EDUCACIÓN, Gobierno de Chile, www.agenciaeducacion.cl.
- ALTO AL SIMCE, <http://www.altoalsimce.org>, retrieved on 15/09/2017.
- ÁLVAREZ, Gabriel & PEÑA, Juan Cristóbal. (3 mar. 2011), “Las desigualdades sociales que desnudó el controvertido semáforo del mapa SIMCE”. *Ciper Chile*, <http://ciperchile.cl/2011/03/03/las-desigualdades-sociales-que-desnudo-el-controvertido-semaforo-del-mapa-simce>, retrieved on 19/01/2017.
- AMABLE, Bruno. (2011), “Morals and politics in the ideology of neo-liberalism”. *Socio-Economic Review*, 9 (1): 3-30.
- ARTICLES 42 AND 49, “Preguntas y breves respuestas sobre el Proyecto de Ley General de Educación presentado por la Alianza”. (18 Julio 2007), <http://www.brunner.cl/?p=734>, retrieved on 19/01/2017.
- BALL, Stephen. (2010), “New class inequalities in education: Why Education policy may be looking in the wrong place! Education policy, civil society and social class”. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 30 (3/4): 155-66.
- BENVENISTE, Luis. (2002), “The Political Structuration of Assessment: Negotiating State Power and Legitimacy”. *Comparative Education Review*, 46 (1): 89-118.
- BERMAN, Elizabeth Popp. (2002), “Thinking like an economist: How efficiency replaced equality in US public policy”. Princeton, Princeton University Press.
- BLYTH, Mark. (2002), *Great transformations: Economic ideas and institutional change in the twentieth century*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1977), *Outline of a theory of practice*, vol. 16. Cambridge, Cambridge University Press.
- BULLETIN N. 12.980-04, *Education Committee Report*, <https://www.senado.cl/appsenado/index.php?mo=sesionessala&ac=getCuenta&iddocto=64215#>, retrieved on 22/01/2020.
- CHILEAN PRIVATE SCHOOL Association's public statement, http://200.6.99.248/~bru487cl/files/conacep_acdo.pdf.
- CHOUHY, Gabriel. (2021), “The moral life of econometric equations: Factoring class inequality into school quality valuations in Chile”. *European Journal of Sociology*, 1 (62): 141-82.
- CORBALÁN PÖSSEL, Francisca & CORBALÁN CARRERA, Patricio. (2012), “El rol del think-tank. Libertad y desarrollo en la consolidación de la educación neoliberal en Chile”. *Profesorado*, 16 (3): 169-90.
- “DECLARACIÓN DE PARLAMENTARIOS respecto a aspectos legales del SIMCE”, *Alto al Simce*, http://www.altoalsimce.org/wp-content/uploads/2015/09/Carta_Parlamentarios_Cambios_Legales_al_SIMCE-Dic-2014.pdf, retrieved on 15/09/2017.
- DONOSO, Sofía. (2013a), “Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 Pingüino Movement”. *Journal of Latin American Studies*, 45 (1): 1-29.

- DONOSO, Sofia. (2013b), *Reconstructing collective action in the neoliberal era: The emergence and political impact of social movements in Chile since 1990*. Oxford University, UK, PhD thesis.
- DONOSO, Sofia. (2016), "When social movements become a democratizing force: The political impact of the student movement in Chile". In: *Protest, social movements and global democracy since 2011: new perspectives*, vol. 39, pp. 167-96. Emerald Group Publishing Limited.
- EYAL, Gil. (2013), "For a sociology of expertise: The social origins of the autism epidemic". *American Journal of Sociology*, 118 (4): 863-907.
- EYAL, Gil & BUCHHOLZ, Larissa. (2010), "From the sociology of intellectuals to the sociology of interventions". *Annual Review of Sociology*, 36: 117-37.
- FALABELLA, Alejandra. (2015), "El mercado escolar en Chile y el surgimiento de la nueva gestión pública: El tejido de la política entre la dictadura neoliberal y los gobiernos de la centroizquierda (1979 a 2009)". *Educação & Sociedade*, 36 (132): 699-722.
- FALABELLA, Alejandra & ZINCKE, Claudio Ramos. (2019), "La larga historia de las evaluaciones nacionales a nivel escolar en Chile". *Cuadernos Chilenos de Historia de La Educación*, (11): 66-98.
- FARÍAS, Ignacio. (December 2014), "Improvising a market, making a model: Social housing policy in Chile". *Economy and Society*: 1-24. DOI: 10.1080/03085147.2014.881596.
- FLIGSTEIN, Neil. (1996), "Markets as politics: A political-cultural approach to market institutions". *American Sociological Review*, 656-73.
- FLIGSTEIN, Neil & MCADAM, DOUG. (2012), *A theory of fields*. Oxford, Oxford University Press.
- FOURCADE, M. (April 2013), "The material and symbolic construction of the Brics: Reflections inspired by the Ripe special issue". *Review of International Political Economy*, 20 (2): 256-267. ff10.1080/09692290.2013.779408ff. fhal-03473894.
- FOURCADE, M. & HEALY, Kieran. (2013), "Classification situations: Life-Chances in the neoliberal era". *Accounting, Organizations and Society*, 38 (8): 559-72.
- FOURCADE, Marion; OLLION, Etienne & ALGAN, Yann. (2015), "The superiority of economists". *Revista de Economía Institucional*, 17 (33):13-43.
- FRIEDMAN, Milton. (1955), *The role of government in education*. New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press.
- HALL, Peter A. (1993), "Policy paradigms, social learning, and the state: The case of economic policymaking in Britain". *Comparative Politics*, 25 (3): 275-96.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1970), *Exit, voice and loyalty: Response to decline in firms*. Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- HIRSCHMAN, Daniel & BERMAN, Elizabeth Popp. (2014), "Do economists make policies? On the political effects of economics". *Socio-Economic Review*, 12 (4): 779-811.
- "HISTORY OF THE GENERAL LAW OF EDUCATION" / Historia de la Ley n. 20.370, *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile*, <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4713/>, retrieved on 19/01/2017.

- INFORME DE COMISIÓN DE EDUCACIÓN, *Tercer Trámite Constitucional: Senado*, <http://www.bcn.cl/historiadela-ley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on 19/01/2017.
- INFORME FINAL DE CONSEJO ASESOR PRESIDENCIAL para la Calidad de la Educación, <http://unicef.cl/web/informe-final-del-consejo-asesor-presidencial-para-la-calidad-de-la-educacion>, retrieved on 19/01/2017. Author's translation.
- LARROULET, C. & MONTT, P. (2010), "Políticas educativas de largo plazo y acuerdo amplio en educación: El caso chileno". In: *Fin de Ciclo: Cambios en la Gobernanza del Sistema Educativo*. Edited by S. Martinic and G. Elacqua. Santiago de Chile, Unesco.
- MANGEZ, Eric & HILGERS, Mathieu. (2012), "The field of knowledge and the policy field in education: Pisa and the production of knowledge for policy". *European Educational Research Journal*, 11 (2): 189-205.
- MCADAM, Doug. (1995), "Initiator and spin-off movements". *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. (Eds. D. A. Snow, D. Della Porta, B. Klandermans and D. McAdam, 2013).
- MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (2009), *The road from Mont Pèlerin*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- MONTECINOS, Verónica. (1998), *Economists, politics and the state: Chile 1958-1994*. Amsterdam, Cedla.
- MORA, G. Cristina. (2014), "Cross-field effects and ethnic classification: The institutionalization of Hispanic panethnicity, 1965 to 1990". *American Sociological Review*, 79 (2): 183-210. DOI: 10.1177/0003122413509813.
- MUDGE, Stephanie L. (2020), "States, parties, and expertise". In: *The New Handbook of Political Sociology*. Edited by C. de Leon, I. W. Martin, J. Misra, and T. Janoski. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 353-83.
- MUDGE, Stephanie Lee. (2018), *Leftism reinvented: Western parties from socialism to neoliberalism*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- PARCERISA, Lluís & FALABELLA, Alejandra. (2017), "La consolidación del estado evaluador a través de políticas de rendición de cuentas: Trayectoria, producción y tensiones en el sistema educativo". *Education Policy Analysis Archives*, 25: 89-89.
- PARCERISA, Lluís & VILLALOBOS, Cristóbal. (2021), "Movimientos sociales y resistencia al accountability en Chile: Estrategias discursivas, identidad y acciones de la campaña Alto al SIMCE". *Izquierdas*, 50, 16. <https://dx.doi.org/10.4067/s0718-50492021000100216>.
- PRASAD, Monica. (2006), *The politics of free markets: The rise of neoliberal economic policies in Britain, France, Germany, and the United States*. Chicago, IL, University of Chicago Press.
- PREAMBLE, GENERAL LAW OF EDUCATION (17 ago. 2009), Ley 20370, Establece la Ley General de Educación, Ministerio de Educación, <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043>.
- PRIMER INFORME DE COMISIÓN DE EDUCACIÓN, Primer Trámite Constitucional: Senado in

- the History of the LEQA, <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on 19/01/2017.
- ROSE, N. & MILLER, P. (2010), "Political power beyond the state: Problematics of government". *The British Journal of Sociology*, 61: 271-303.
- SALINAS, Daniel & FRASER, Pablo. (2012), "Educational opportunity and contentious politics: The 2011 Chilean Student Movement". *Berkeley Review of Education*, 3 (1).
- SEGUNDO INFORME DE COMISIÓN DE EDUCACIÓN, Primer Trámite Constitucional: Senado in the History of the LEQA at <http://www.bcn.cl/historiadelaley/nc/historia-de-la-ley/4584/>, retrieved on 19/01/2017.
- SCHNITZER, Yael. (20 out. 2011), "Como foi forjada a traição dos pinguins no governo Bachelet". *El Mostrador*, <http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2011/10/20/como-se-fraguo-la-traicion-a-los-pinguinos-en-el-gobierno-de-bachelet/>, retrieved September 15/09/2017.
- SILVA, Patricio. (2008), *In the name of reason: Technocrats and politics in Chile*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- SNOW, David A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K. & BENFORD, Robert D. (1986), "Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation". *American Sociological Review*, 51 (4): 464-81.
- SOMERS, Margaret R. & BLOCK, Fred. (2005), "From poverty to perversity: Ideas, markets, and institutions over 200 years of welfare debate". *American Sociological Review*, 70 (2): 260-87.
- SOMMA, Nicolás M. (2012), "The Chilean Student Movement of 2011-2012: Challenging the marketization of education". *Interface: A Journal for and about Social Movements*, 4 (2): 296-309.
- STRECK, Wolfgang. (2011), "Taking capitalism seriously: Towards an institutionalist approach to contemporary political economy". *Socio-Economic Review*, 9 (1): 137-67.
- WORLD-BANK. (2007), *El diseño institucional de un sistema efectivo de aseguramiento de la calidad de la educación en Chile*. Unidad de Gestión del Sector de Desarrollo Humano/ Unidad de Gestión de Países para Argentina, Chile, Paraguay y Uruguay/Oficina Regional para América Latina y el Caribe.
- YANCOVIC, Mauricio Pino; VARGAS, Gonzalo Oyarzún & BARRIOS, Iván Salinas. (2016), "Crítica a La Rendición de Cuentas: Narrativa de resistencia al sistema de evaluación en Chile". *Cadernos Cedes*, 36 (100): 337-54.

Abstract

Experts, neoliberal doxa, and the rollback of high-stakes school rankings in Chile (2006-2024)

What drives the rollout and rollback of high-stakes, test-based school rankings? Adapting the theory of strategic action fields to the Chilean case and mobilizing Bourdieu's concept of *doxa*, I look at market reform in education as the result of competing, cooperative, and conflictive relations among incumbent and challenger actors. While the formers dominate the field and thus wield definitional power over how the field should be organized and reformed, the latter vie for alternative ways of structuring the field. This fielded logic configures a contingent dynamic in which the field is transformed as challenging frames gain ideational currency. Based on this conceptual framework, I evince how competing ideas over the market-based education have shaped the technical construction and public use of school quality rankings. Implications for a sociology of reform follow.

Keywords: Education; Chile; School rankings; doxa; Bourdieu.

Resumo

Especialistas, doxa neoliberal e a reversão de classificações escolares de alto risco no Chile (2006-2024)

O que impulsiona a implementação e a reversão de classificações escolares de alto risco baseadas em testes? Adaptando a teoria dos campos de ação estratégica ao caso chileno e mobilizando o conceito de doxa de Bourdieu, vejo a reforma de mercado na educação como o resultado de relações competitivas, cooperativas e conflitantes entre atores titulares e desafiadores. Enquanto os primeiros dominam o campo e, portanto, exercem poder de definição sobre como o campo deve ser organizado e reformado, os últimos competem por formas alternativas de estruturar o campo. Essa lógica de campo configura uma dinâmica contingente na qual o campo é transformado à medida que quadros desafiadores ganham moeda ideacional. Com base nessa estrutura conceitual, evidencio como ideias concorrentes sobre a educação baseada no mercado moldaram a construção técnica e o uso público de classificações de qualidade escolar. Implicações para uma sociologia da reforma seguem.

Palavras-chave: Educação; Chile; Classificações escolares; doxa; Bourdieu.

Texto recebido em 04/07/2024 e aprovado em 11/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226843.

GABRIEL CHOUHY is a sociologist and a member of the Faculty of Economics, Government and Communications at Universidad Central de Chile. He received his master's and PhD from the University of Pittsburgh. His current work combines economic sociology, the sociology

of markets, the sociology of experts, and comparative-historical sociology to understand the techno-politics of market-based calculative devices widely used for economizing and regulating the provision of public education such as accountability metrics or school enrolment algorithms.

Email: gabriel.chouhy@ucentral.cl.



Como integrar os conceitos de instituição e estrutura?

Contribuições da macrosociologia de Max Weber

Carlos Eduardo Sell*

<https://orcid.org/0000-0002-3281-7045>

Bruna dos Santos Bolda*

<https://orcid.org/0000-0003-4588-1553>

Na expressão “racismo estrutural”, emprega-se uma das categorias mais importantes da sociologia: o conceito de *estrutura*¹. Esse dado nos serve como excelente ponto de partida para nos despertar sobre a importância de refletir sobre um dos conceitos mais áridos da teoria sociológica: afinal, o que é exatamente uma “estrutura”? E o que são “instituições”? No que eles se distinguem e qual a importância teórica dessas diferenças? Trata-se de conceitos rivais, sinônimos ou complementares? E em que medida instituição deve ser diferenciada de “organização social”? Qual a relação desses conceitos com categorias mais amplas como “ordem social”, “sistema social”, “cultura” ou mesmo “sociedade”, que lhes são correlatas?

O que torna essa ampla gama de perguntas particularmente difíceis de responder é o fato de que a sociologia não possui um léxico unificado. Na falta de uma sociologia geral, os conceitos utilizados por essa ciência multiparadigmática diferem a depender do paradigma teórico em questão, ao mesmo tempo que os mesmos conceitos tendem a adquirir significados divergentes no interior de cada paradigma de análise. Evidentemente, há que se lembrar que esses conceitos não devem ser essencializados, como se sua função consistisse em descrever entidades concretas, dadas e delimitadas no tempo e no espaço. Responder ao que é uma

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

1. Para definir estrutura, o autor recorre a Anthony Giddens, para quem a “estrutura ‘é viabilizadora, não apenas restritora’, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais” (Almeida, 2019, p. 34).

instituição ou estrutura não é uma operação descritiva, mas heurístico-analítica. De toda forma, os conceitos de estrutura e instituição podem ser considerados, ainda que não exclusivamente, as principais ferramentas teóricas da sociologia para definir o caráter das entidades sociais que transcendem às formas de ação social ou interação social (direta ou indireta) entre indivíduos. Partindo da distinção entre nível micro e nível macro de análise social, vale dizer também que eles constituem os principais componentes teóricos utilizados na sociologia para caracterizar as formas de agregação social deste último nível.

Mas, frente à enorme diversidade de entendimentos desses conceitos na teoria social, este texto possui um duplo objetivo. O primeiro é a reflexão teórico-conceitual. Utilizando-nos dos aportes desenvolvidos pela ontologia social, desejamos discutir quais são os fundamentos teóricos sobre os quais repousam, em última instância, as definições mais usuais dos conceitos de estrutura e instituição. Como se pretende mostrar, cada um deles acaba nos legando um modo diferente de conceber a natureza do nível macrossocial: deontológico no primeiro caso, e mesológico no segundo. Partimos do pressuposto de que os dois sentidos implicados nessas categorias, longe de se excluírem, se sobrepõem ou se subordinarem um ao outro, são igualmente essenciais para caracterizar as propriedades da realidade macrossocial. Isso nos conduz ao nosso segundo objetivo, que é de ordem sistemático-propositiva e tem como meta mostrar como uma leitura crítica do método sociológico de Max Weber nos oferece uma plataforma teórica de síntese capaz de integrar os fundamentos ontológicos contidos nos conceitos de instituição e estrutura. O esquema metodológico weberiano possibilita superar os limites e ao mesmo tempo conservar as contribuições de cada um deles. Isso não significa uma tentativa de homogeneização teórica, mas exatamente o contrário, pois o que se busca é justamente preservar a diversidade conceitual da sociologia, procurando, apesar disso, superar contradições e exclusões.

Tendo em vista esse objetivo, o primeiro tópico do texto desenvolve uma determinação ontológica prévia dos conceitos de estrutura e instituição. Na segunda parte, examinando criticamente a obra *Economia e sociedade*, explicamos como ambos os conceitos estão presentes e diferentemente articulados, enquanto dimensão interna/externa do nível coletivo, tanto na teoria da ordem social quanto na teoria das formas de dominação de Max Weber (1999). Na terceira parte, demonstramos como o paradigma sociológico weberiano, dada a sua multidimensionalidade, pode nos servir como base inspiradora para desenvolver uma integração teórica entre os conceitos de estrutura e instituição enquanto principais componentes da análise do nível macro na teoria sociológica. A parte final retoma as principais conclusões do trabalho.

Instituição e estrutura na teoria sociológica: uma leitura ontológica preliminar

Para alcançar algum entendimento sobre os múltiplos significados dos conceitos de instituição e estrutura na teoria sociológica, podem-se percorrer dois caminhos. O primeiro, *diacrônico*, consiste em descrever o desenvolvimento de cada um desses conceitos pela vasta história dessa disciplina e seus principais autores e correntes. Essa via excessivamente ampla poderia, à primeira vista, ser contornada se adotarmos o caminho *sincrônico*, que consiste em identificar, pela via comparativa, os sentidos comuns desses conceitos nos principais sistemas teóricos da sociologia.

Embora esse segundo caminho pareça à primeira vista mais frutuoso, nem por isso escapamos de enormes dificuldades. Os entendimentos sobre cada um dos conceitos aqui em questão não apenas diferem em seus detalhes, como também é muito comum que os termos instituição/estrutura apareçam combinados entre si (ainda que geralmente de forma assimétrica), ou mesmo que venham acompanhados de outros conceitos adicionais (como organização, grupo etc.). Tais problemas, contudo, não são impedimentos para que seja possível identificar descritivamente um sentido comum perpassando seus usos. É o que se pode constatar quando, pela via *histórico-exemplar*, examinamos duas vertentes teóricas nas quais este ou aquele conceito ocupa o lugar determinante na caracterização do conteúdo do nível macrossocial.

É o caso do conceito de instituição na vertente do *neoinstitucionalismo*. Douglas North (1990, p. 3), um de seus autores mais importantes, afirma laconicamente que “instituições são as regras do jogo em uma sociedade”, para acrescentar logo em seguida que “sua estrutura determina o intercâmbio social”. Mas ele não chega a explicar o que significa que instituições possuem uma determinada estrutura. Maior esforço de clarificação conceitual foi realizado por Hall e Taylor (2003), que identificam três versões distintas do neoinstitucionalismo (histórico, da escolha racional e sociológico histórico) e, entre elas, duas modalidades de compreensão do termo *instituição*. Referindo-se à sociologia, eles afirmam que:

[...] os teóricos dessa escola [sociologia] tendem a definir as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana. Dessa posição derivam duas conseqüências importantes. Em primeiro lugar, ela rompe a dicotomia conceitual que opõe “instituições” e “cultura”, levando-as à interpenetração. Isso põe em perigo a distinção cara a muitos especialistas em ciência política, entre “explicações institucionais”, que consideram as instituições como as regras e os procedimentos instituídos pela organização,

e “explicações culturais”, que remetem à cultura, definida como um conjunto de atitudes, de valores e de abordagens comuns face aos problemas (Hall e Taylor, 2003, p. 207).

Mas nem por isso devemos concluir que essas disciplinas difiram essencialmente quanto ao conteúdo intrínseco do conceito de instituição. Também na sociologia é a noção de “regra” que se apresenta como seu elemento basilar. Fleetwood (2008, p. 246), por exemplo, de forma bastante sucinta, define as instituições simplesmente como “sistemas de regras estabelecidas” [*systems of established rules*]. Mesmo Esser (1999, p. 1), que realizou uma análise bastante extensa do conceito, desemboca em uma definição bastante similar, apresentando a instituição como “expectativa de cumprimento de determinadas regras com caráter vinculante”.

Passemos agora ao conceito de *estrutura*, que ocupa um lugar privilegiado na *teoria da estruturação* (Bhaskar, 1997; Giddens, 1984; e Archer, 1995) e no *realismo crítico*. Douglas Porpora (2013), que fez uma das sistematizações mais influentes do conceito, argumentou que ele pode ser entendido em quatro sentidos diferentes: como (1) padrões de comportamento agregado que são estáveis ao longo do tempo; (2) regularidades semelhantes a leis que governam o comportamento dos fatos sociais; (3) sistemas de relações humanas entre posições sociais; e (4) regras e recursos coletivos que estruturam o comportamento. Mas não é preciso um exame muito atento para perceber que essa classificação, dada sua abrangência, acaba por absorver o conceito de *instituição* no interior do conceito de *estrutura*. O mesmo acontece com Lopes e Scott (2000), que, pela via da adjetivação, chegam ao mesmo resultado quando distinguem entre estruturas institucionais, estruturas relacionais e estruturas incorporadas.

Uma definição mais precisa é proposta por Elder-Vass (2010, p. 80), que identificou dois sentidos básicos associados ao conceito de estrutura. De um lado, ele pode ser entendido “como uma entidade global que é estruturada pelas relações entre suas partes” [estrutura como todo], ou pode se referir “à maneira como um grupo de coisas (geralmente as partes de um todo) estão relacionados entre si” [estrutura-como-relações]. Mas, apesar dessa preciosa pista, o autor não se libertou de sua estreita fidelidade aos pressupostos filosóficos do realismo crítico e acabou por definir estrutura como o conjunto dos poderes causais dos grupos sociais.

Percorrendo o âmbito interno dessas teorias exemplares, obtivemos uma primeira aproximação ao significado geral dos conceitos aqui em questão. Percebemos então que “instituição” está associada com a ideia de “regra”, enquanto “estrutura” está relacionada com a ideia de “totalidade/relação”. Mas essa primeira aproximação corre o risco de ficar apenas no nível descritivo. Para obter um ângulo de observação que nos permita refleti-los de forma ainda mais aprofundada, nos servimos das contribuições

da ontologia social, área de pesquisa filosófica que se preocupa em identificar quais são as propriedades que definem o mundo social (Epstein, 2015; Lawson, 2019). O ponto de vista ontológico nos serve como recurso metateórico e nos permite discutir reflexivamente os conceitos de estrutura e instituição, com seus respectivos núcleos teóricos (regra e totalidade/relação), a partir de um discurso de segunda ordem (observação da observação) (Fuchs, 2001). Dessa forma, podemos conferir ainda mais inteligibilidade a tais conceitos ou, mais precisamente, conseguiremos expressar em linguagem ontológica os sentidos globais que já identificamos nos usos dos conceitos de instituição e estrutura.

Começemos pelo conceito de *instituição*, cujas tentativas de determinação ontológica variam um pouco mais (Tegtmeier, 2005). Apesar das dificuldades, em se tratando da ontologia das instituições, John Searle (1995), enquanto pioneiro, constitui um autor incontornável. Para ele, fatos institucionais podem ser explicados a partir da fórmula “x conta como Y no contexto C”. Instituições sociais supõem a capacidade humana de cooperar (intencionalidade coletiva) e de atribuir funções e significados a objetos ou fenômenos (função agentiva), ao mesmo tempo que são impensáveis sem um contexto linguístico que torna todo o processo possível. Uma instituição social é, portanto, o resultado de uma regra constitutiva e, como tal, consiste em uma entidade estatuída. Em linguagem ontológica, isso significa dizer que uma intuição pertence ao âmbito da ontologia das propriedades.

Partindo dessa definição, Jansen (2005) observou que é necessário ir além do processo de constituição para entender também qual é o resultado deste processo; ou seja, é necessário passar do processo e seus mecanismos para o objeto final enquanto tal. Nesse caso desembocamos em instituições formais (casamento) e informais (amizade), que se distinguem pelo caráter codificado das primeiras e não codificado das segundas. Ele observa que o elemento essencial de ambos os tipos de instituições são suas propriedades deonticas (Halbig, 2020), quer dizer, prescritivas, sejam elas concebidas de forma forte (revestidas de caráter explicitamente normativo) ou de forma fraca (revestidas de caráter disposicional)².

Voltemo-nos agora à metodologia desenvolvida por Elder-Vass (2010) para analisar ontologicamente o conceito de *estrutura*. Ela consiste em analisar: (1) quais os tipos particulares de entidades que as constituem; (2) o conjunto de relações pelas quais elas são constituídas; (3) suas propriedades emergentes e efeitos causais; (4) seus mecanismos geradores; (5) suas causas (morfogênese); (6) sua estabilidade (mor-

2. Também Searle (2018) descreve a importância das propriedades deonticas [*deontic properties*] para a instituição: trata-se dos deveres e direitos, do caráter normativo-descritivo, criados pelas regras constitutivas aceitas coletivamente. Ou seja: a capacidade das instituições de fazer seguir as normas, tendo em vista seu caráter impositivo e prescritivo.

fofasse); e (7) os eventos delas decorrentes. O que ocorre é que, ao invés de definir teoricamente o que é uma estrutura a partir da “relação” entre o “todo” e suas “partes”, Elder-Vass acabou por se fixar no âmbito muito limitado de seus efeitos causais e suas propriedades disposicionais, assim como já fizeram outros autores da vertente realista crítica. Mesmo assim, fica latente no seu raciocínio que estruturas sociais precisam ser compreendidas no âmbito ontológico da mesologia, quer dizer, exatamente a partir daquele ramo da ontologia que procura determinar quais são as relações que existem entre um todo e suas partes constituintes (Simons, 2017, pp. 267-271)³.

O exame dos sentidos mais comuns empregados na definição dos conceitos de instituição e estrutura na sociologia e a sua tradução para categorias de tipo ontológico não pretendem esgotar nossa compreensão do tema ou fornecer uma definição pronta e plenamente acabada de ambos. Trata-se apenas de um exercício de delimitação prévia que busca, além de identificar o sentido mais comum associado a cada conceito (regra/relação todo e partes), apontar qual é o âmbito ontológico-categorial no qual esses sentidos se assentam (deontologia/mesologia). Dessa forma, independente das particularidades que o conceito adquire neste ou naquele sistema teórico, já estamos munidos de uma compreensão mínima dos fundamentos de cada um deles. Isso nos permitirá verificar como esses sentidos e seus respectivos fundamentos foram desenvolvidos na sociologia de Max Weber (parte 2), esquema a partir do qual pretendemos integrá-los em uma plataforma comum que evite tanto a confusão quanto a subordinação de um termo em relação ao outro (parte 3).

Instituição e estrutura em Max Weber: uma leitura exegética crítica

É bem verdade que, nos textos de Weber, se pode ler que o indivíduo constitui o átomo da sociologia e que sua metodologia é individualista quanto ao método (Weber, 2018, MWG I/12, p. 404). Mas nem por isso devemos concluir dessas afirmações, tomadas isoladamente, que ele professe algum tipo de atomismo sociológico para o qual, ao final das contas, realidades coletivas não passam de ficção. Esse é o motivo

3. A mesologia surgiu, em sentido mais amplo, como área da ciência que estuda a relação do “meio” com os indivíduos, ainda em íntimo diálogo com a biologia. Aliás, o termo “*mésologie*” foi cunhado por um médico chamado Charles Robin, discípulo direto de Auguste Comte. Na biologia, o termo *mesologia* foi paulatinamente sendo substituído pelo de ecologia no século XX, pois a segunda opção deixava mais clara a relação do indivíduo com o meio *ambiente* (Berque, 2019), e, atualmente, ele vem sendo retomado pelas teorias do Antropoceno. Evidentemente, não é nesse sentido que usamos o termo. Aqui nos aproximamos da ontologia social que entende a mesologia como uma perspectiva relacional entre o indivíduo (parte) e a sociedade (todo), de mútua influência. Nesse ponto, a mesologia, ainda que também se ocupe da relação entre todo e partes, por destacar o caráter relacional, se difere da mereologia, área que destaca a composição das partes no todo.

pelo qual os principais intérpretes da sua obra vêm buscando superar o rótulo de individualismo metodológico, que se fixou como entendimento geral de seu método (Schwinn, 1993). Eles argumentam que existem boas razões para sustentar que em Weber já encontramos, mesmo que difusamente, os elementos necessários para uma síntese entre a dimensão micro e a dimensão macro de análise sociológica (Schluchter, 2005 e 2016). E ainda que Weber evite, dado o perigo de essencialização da realidade social, o conceito de sociedade, seu método possui uma refinada reflexão sobre o nível coletivo da vida coletiva. Podemos encontrá-la especialmente desenvolvida em dois lugares diferentes de *Economia e sociedade*. O primeiro é sua sociologia geral (capítulo I), e o segundo, de forma aplicada, é sua sociologia da dominação (capítulo III). Mas, enquanto em sua sociologia geral a dimensão institucional parece predominar sobre a dimensão estrutural, sua sociologia política exhibe um melhor equilíbrio entre estes fatores.

Garantias externas (forma) e fundamentos internos (espírito) da ordem social

Os parágrafos 5 a 7 de *Economia e sociedade*, que desenvolvem conceitualmente os aspectos do nível macrosociológico do método sociológico de Max Weber, são um dos trechos mais complexos de sua obra. Difíceis de sistematizar, não admira que eles não tenham a mesma influência que sua teoria da ação social. Weber adotou, não sem fortes críticas à sua fonte, o conceito de ordem social de Rudolf Stammler e o entendeu como resultado do processo de padronização e estabilização das relações sociais. Consequentemente, “o conteúdo de sentido de uma relação social” pode ser chamado de ordem “somente nos casos em que a ação se orienta (em média e aproximadamente) por máximas indicáveis” (Weber, 2013, MWG I/23, cap. I, §5, nota 2). Máxima é um termo empregado aqui no sentido de regra e possui dois significados diferentes. Regras podem ter o sentido fático da obediência a certos procedimentos que garantem a execução correta de uma operação, ou denotam um caráter moral e prescritivo. Essa diferenciação tem a vantagem de separar a questão da ordem “em si” do problema de sua “vigência” factual ou de sua “validez” normativa. Ordem social e ordem legítima são, portanto, realidades distintas.

Em termos normativos, a vigência das ordens acontece quando a orientação por máximas tem como motivo *também*, pelo menos para uma parte dos agentes sociais, o fato de que elas “valem para a ação” enquanto “modelos” ou “obrigações”. Nesta passagem a vigência da ordem pertence ao campo do “*geltendsollen*” (Weber, 2013, MWG I/23, cap. I, §5) e deve ser entendida no sentido de “norma obrigatória” [*verbindliche Norm*] (*Idem*, nota 3). Por outro lado, o termo *vigência* pode indicar apenas a existência factual da ordem social. Nesses termos, *vigência* significa que

a ação social parece ser apenas uma função da “chance” (*Idem*, nota 1) de que o indivíduo se oriente efetivamente pela ordem social. Nessa direção, Weber dirá que “interpretações do sentido da ordem [...] possuem ‘vigência’ na medida em que realmente determinam as ações” (*Idem*, nota 3).

Essa mesma dualidade entre facticidade/normatividade volta a aparecer quando Weber distingue as “garantias da legitimidade” [*Legitimitätgarantien*] e os “fundamentos da legitimidade” [*Legitimitätsgründen*] da ordem social. É justamente a partir dessa dicotomia que Schwinn (2014, pp. 98-100) vislumbra uma diferença entre “Forma” e “Espírito” do nível coletivo. Nestes termos, enquanto as garantias externas nos remetem ao aspecto estrutural propriamente dito, a questão dos fundamentos internos diz respeito ao aspecto institucional. Nas palavras do autor: “Weber analisa o conceito de ordem a partir de dois aspectos: princípios de validade (Espírito) e princípios de organização (Forma). Os primeiros dizem respeito aos aspectos internos, os segundos aos aspectos externos da ordem social” (Schwinn, 2014, p. 99).

Ao examinar as “garantias externas” da ordem, o que Weber tenta mostrar é que o tipo de ordem social em questão tem consequências distintas para a ação social (Weber, 2013, MWG I/23, cap. I, §6), a depender do fato de que ele se encontra frente a (i) uma situação de interesses ou se defronta com a forma (ii) da convenção ou (iii) do direito. Uma ordem social garantida externamente por interesses exerce seus efeitos causais sobre o modo de orientação da ação pelo fato de que estabelece uma situação objetiva (expectativa) que, uma vez não sendo observada, trará prejuízos àqueles envolvidos naquela condição. No caso da convenção, “a vigência está garantida externamente pela chance de que um comportamento desviante no interior de um círculo determinado de pessoas acabará por esbarrar com uma *reprovação* (relativamente) geral e que pode ser sentida na prática” (*Ibidem*). No direito, por fim, a legitimidade “está garantida externamente pela probabilidade de *coação* [(física e psíquica) exercida por determinado *quadro* de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (*Ibidem*).

Devemos notar que o raciocínio aqui empregado por Weber é estrutural pelo fato de que o movimento começa pelos interesses, passa pela estruturação convencional ou jurídica, e supõe diferentes tipos de conexão entre indivíduos e, conseqüentemente, diferentes estruturas sociais. É claro que, se quisermos encontrar em Weber uma definição ainda mais tipicamente estrutural (mesológica), devemos olhar também para seu conceito de organização social [*Verband*]. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, tudo se define pela forma de conexão (relação) instaurada entre os indivíduos, pois uma organização ganha forma quando se estabelece entre eles uma divisão entre dirigentes e quadro administrativo (*Idem*, §12). O problema é que a ordem coletiva

inclui organizações sociais, mas não são elas que definem este nível, ou, por outra, o nível macrosociológico até inclui, mas não poderia ser pensado apenas como a coexistência de múltiplas formas de organizações sociais.

Com o conceito de “fundamentos de legitimidade”, somos levados à dimensão institucional de seu esquema. Conforme explica ele, “aqueles que atuam socialmente podem atribuir validade legítima a uma ordem determinada” (*Idem*, §7, p. 189). Este processo de “atribuição” supõe que os agentes sociais compartilhem de um conjunto de crenças com seus correspondentes conteúdos de legitimidade. São estes conteúdos simbólicos que constituem, por assim dizer, o fundamento interno da ordem. Isso não significa que ele simplesmente esteja retomando sua sociologia da dominação. A sustentação normativa por meio de crenças entendidas como constituintes do nível coletivo não é um atributo exclusivo da ordem política, mas é uma possibilidade de qualquer tipo de ordem social.

Olhado todo esse conjunto conceitual de forma retrospectiva, não se pode negar que tanto a dimensão institucional/deontica quanto a dimensão estrutural/mesológica são igualmente consideradas por Weber em seu método. Mas o modo como ele aparenta o assunto sugere certa predominância do aspecto institucional. A começar pelo fato de que o conceito mais global de ordem é definido pela ideia de regra. Ademais, ao afirmar que o aspecto externo/forma (garantias) e o aspecto interno/espírito (fundamentos) são ambos expressões da legitimidade da ordem social, Weber transmite a impressão de que o aspecto institucional/deontico é predominante, restando à dimensão estrutural um papel subordinado. Pode até ser o caso, mas outra interpretação também é possível.

As justificativas *internas* e os meios *externos* da ordem política

Uma formulação mais simétrica da relação entre o aspecto institucional (deontico) e o aspecto estrutural (mesológico) do nível macrosocial é apresentada pelo autor em sua sociologia política. Uma ordem política estável demanda duas condições básicas que, na conferência “Ciência como profissão”, Weber resumiu de forma lapidar: “justificativas internas e meios externos” (Weber, 2018, MWG I/7, p. 160). Em *Economia e sociedade*, a formulação soa um pouco mais complexa: “dependendo da natureza da legitimidade pretendida diferem o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação” (Weber, 2013, MWG I/23, III, §1, p. 450). Isso nos leva diretamente à arquitetura dos tipos de dominação, que é sempre bidimensional, ou seja, ela contém tanto um elemento “institucional/deontico” quanto outro “estrutural/mesológico”.

A forma mais comum de apresentar os critérios heurísticos que presidem a construção das formas ou tipos da *legitimidade* em Max Weber é aquela que discrimina entre a dimensão pessoal ou impessoal e entre a dimensão cotidiana e extracotidiana da dominação (Bobbio, 2003). O elemento exclusivo da dominação legal, e que ela não compartilha com nenhuma das demais, é a “impessoalidade”. Na outra ponta, o elemento exclusivo da dominação carismática, e que ela não compartilha com nenhuma das demais, é seu caráter “extracotidiano”. Já a dominação tradicional tem vínculos tanto com um lado quanto com o outro lado do esquema: da dominação legal compartilha o caráter cotidiano, do carisma o caráter pessoal.

A crença em certo tipo de legitimidade é um fator de ordem deontica e pode ser considerada uma representação socialmente compartilhada: ela é vigente enquanto for tida como válida pelos atores sociais. No entanto, a dominação não se reduz à crença. Toda ordem política possui também um *aparato administrativo* que precisa organizar coletivamente as relações de domínio. Ao considerar a dominação quanto a seu aspecto estrutural, Weber adota dois critérios: (1) a diferenciação entre governantes/governados e quadro administrativo; e (2) a disputa entre governantes e quadro administrativo pelo controle dos meios de gestão. Trata-se, portanto, de um modelo dinâmico no qual a correlação de forças é um traço fundamental. No caso da dominação racional-legal-burocrática, os meios de gestão estão completamente apropriados pelo governante que, em compensação, está submetido à ordem jurídica formal e ao princípio da impessoalidade. Já nas formas mais avançadas de dominação patrimonial, nas quais, ao contrário do patriarcalismo e da gerontocracia (formas primárias), já existe um quadro administrativo (formas secundárias), os meios de gestão são apropriados privadamente, seja de modo centralizado (sultanismo), seja de modo descentralizado (patrimonialismo). Na dominação carismática, mais do que um quadro administrativo, o que existe na verdade é um movimento (comunidade emocional) ligado ao seu líder.

Uma versão bastante sintética dessas formas estruturais de ordenação política, nas quais os indivíduos ocupam posições (relações) diferentes a depender de sua capacidade de monopolizar os meios de gestão, pode ser encontrada em *Política como profissão*. Ali Weber (2018, MWG I/7, p. 163; 2021) nos recorda que “para organizar a dominação são necessários bens materiais”. As formas organizadas de dominação variam em sua estrutura a depender de como se distribui a posse dos meios de gestão. Assim, temos, de um lado, estruturas políticas nas quais os governantes são privados dos meios de gestão e, de outro, estruturas políticas nas quais estes são apropriados privadamente por aqueles. Concretamente, Weber aponta modelos históricos de agrupamentos políticos organizados segundo o princípio de totalidades descentralizadas (como o feudalismo) ou mesmo de totalidades mais centralizadas, como no caso do patriarcalismo e do patrimonialismo.

Já assinalamos que uma necessária distância crítica requer reconhecer que o aspecto institucional é mais saliente na sociologia geral de Weber, enquanto o aspecto estrutural (relação todo e partes) é mais explorado em sua sociologia política. Porém, nosso objetivo aqui não se sustenta na premissa ingênua de que todos os problemas teóricos da sociologia já se encontram definitivamente resolvidos nos textos de Weber, mas apenas que suas ideias nos oferecem *insights* e caminhos nos quais podemos nos apoiar, ainda hoje, para aprimorar nossos instrumentos teóricos de compreensão da vida social. É do *espírito* de seu *pensamento* que se trata, não da *letra* de sua *obra*. Ou, para fazer uso de uma conhecida fórmula da Escola de Frankfurt, é da reconstrução que se trata. É a este ponto que nos voltaremos agora.

Instituição e estrutura em perspectiva integrada: subsídios weberianos para uma leitura sistemático-propositiva

A força do conceito de instituição está em sua capacidade de colocar em evidência o aspecto deôntico da vida coletiva. De outro lado, a força do conceito de estrutura está em captar com maior acuidade como da combinação de elementos emergem totalidades mais ou menos ordenadas. Em sendo assim, como preservar a riqueza de significados contidos nestes conceitos? De que forma eles podem ser articulados sem incorrer no risco de absorver, de forma confusa e subordinada, o sentido de um conceito no interior do outro? Essa constitui, sem dúvida, a operação mais difícil de nossa reflexão e, longe de esgotar o assunto, queremos nos apoiar na perspectiva weberiana para apontar caminhos, quer dizer, oferecer alguns subsídios que nos sirvam de plataforma ou ponto de partida para essa vasta, complexa e delicada tarefa.

Conscientes de que se trata ainda de um trabalho preliminar, começemos por esclarecer o momento em que nos propusemos a realizar uma “integração” teórica. Conforme explicam Kneer e Schroer (2010), tentativas de lidar com a diversidade teórico-conceitual na sociologia podem desembocar na mera indiferença (pluralidade absoluta) ou mesmo na concorrência pela supremacia de uma delas (unidade absoluta). Mas também existem tentativas de algum tipo de síntese teórica. A primeira delas supõe que elas possuem um fundo de convergência que permite unificá-las, ou que elas apontem para aspectos diferentes dos fenômenos que precisam ser respeitados. Resta, por fim, a perspectiva integrativa, pela qual diferentes visões teóricas são absorvidas e alocadas num terceiro paradigma, que exerce a função de viabilizar sua complementaridade.

A perspectiva sociológica weberiana constitui uma plataforma teórica privilegiada de integração teórica pelo fato de que ela não se apoia exclusiva ou unilateralmente nos conceitos de instituição ou estrutura para caracterizar a natureza da vida social em

seu nível coletivo. Na visão weberiana, pelo contrário, o nível macrosocial de análise é pensado a partir do conceito mais amplo de ordem social. Esse conceito também é desenvolvido por Weber para tipificar constelações histórico-sociais concretas, razão pela qual ele se refere às esferas de valor e ordens de vida do mundo moderno. Conforme a ampla sistematização desses conceitos feita por Schwinn (1993, p. 318), as esferas religiosa, econômica, política, científica e jurídica, além das ordens de vida do erotismo e da arte, desdobram-se em múltiplos níveis que abrangem seus valores estruturantes, suas formas correspondentes de ação e principalmente seu potencial estruturante que varia em função de sua capacidade de monopolização de recursos, monopolização da autoridade legítima e formação de organizações específicas.

Não é o caso de retomar esses detalhamentos aqui, mas tão somente frisar como a sociologia weberiana propõe uma compreensão dúplice sobre a natureza da ordem sociopolítica, que leva em conta a dimensão interno/externo. Enquanto em sua sociologia geral ele reflete sobre as garantias externas e os fundamentos internos da ordem social, na sua sociologia política essa dualidade vem pensada enquanto divisão entre justificativas internas e meios externos. Tanto em um como no outro caso, a dimensão interna nos remete aos fatores deônticos da vida coletiva, enquanto a dimensão externa nos remete aos fatores mesológicos.

Mas não é apenas nesse *plano geral* que o método de Weber possui potencial integrativo. Mesmo no *plano mais específico* do conteúdo dos conceitos de instituição e estrutura, que vamos encontrar implícitos no seu método (já que ele não emprega explicitamente os dois conceitos), esse potencial integrativo continua a se manifestar. É o que vamos constatar examinando, em particular, cada um deles.

Começemos com o conceito de *instituição*, com o qual os teóricos do chamado Paradigma Weber (Albert, 2009) ou do Programa weberiano de pesquisa (Schluchter, 2016) sempre tiveram maior afinidade. Mesmo assim, eles sempre procuraram uma compreensão multidimensional do conceito. Mario Rainer Lepsius (2009), por exemplo, definiu instituições a partir da correlação entre ideias e interesses. Nessa visada, instituições, ao mesmo tempo que materializam ideias, delas dependem para sua legitimação. Instituições também promovem interesses, ao mesmo tempo que os limitam. Instituições, por fim, podem ser consideradas uma síntese entre ideias e interesses, na medida em que possibilitam espaços legítimos de ação. Nessa mesma linha, Matheus Stachura (2008) destacou que o conceito weberiano de instituição engloba simultaneamente a dimensão instrumental dos interesses, a dimensão cognitiva dos modelos de conduta e a dimensão normativa das prescrições. Seu conceito de instituição engloba, portanto, propriedades deônticas fortes e fracas, bem como considera a possibilidade de os atores sociais se orientarem por ela a partir de seus cálculos.

Esse cuidado multidimensional também está presente na ampla discussão que a pesquisa sobre Weber vem realizando para esclarecer como situá-lo no campo da mesologia, ou seja, no campo da reflexão entre micro (parte) e macro (todo), no qual se localiza o conceito de *estrutura*. Apesar de certa diversidade nas interpretações, a maioria dos autores (Albert, 2008 e 2016; e Schluchter, 2005) concorda quanto ao fato de que o método weberiano não adota nem a posição eliminativa (prioridade das partes) nem uma posição exclusivamente emergentista (prioridade do todo). Essa indefinição, longe de representar uma limitação ou uma contradição, confere ao modo como Weber pensa as estruturas sociais uma certa elasticidade, pois permite diferenciar entre estruturas sociais dotadas de propriedades emergentes fortes e estruturas sociais dotadas de propriedades emergentes fracas. Em seu conceito de estruturas cabem tanto grandes conglomerados sociais (a estrutura econômica da sociedade, por exemplo), como organizações, redes, grupos sociais e assim por diante.

Resta, por fim, esclarecer mais uma questão central, que diz respeito ao tipo de conexão analítica postulada na reflexão weberiana entre a dimensão institucional e a dimensão estrutural da vida coletiva. O que faz com que essa relação seja mais do que um paralelismo de fatores que não se tocam é que seu ponto de apoio último são as ações sociais. Isso significa que na visão weberiana a relação entre a dimensão institucional e a estrutural não é direta. São os indivíduos, enquanto portadores das ações sociais, que devem ser considerados o elo de mediação entre essas duas instâncias. Desse modo, as instituições, na medida em que são fruto de processos atributivos, têm seu ponto de partida na ação social, enquanto as estruturas sociais, na medida em que são o resultado de totalidades nas quais os indivíduos estão conectados, invertem esse caminho e têm determinadas consequências para a ação social. É por isso que instituições são fundamentos/justificativas internas (que partem dos indivíduos), enquanto estruturas são garantias/meios externos (que se exercem sobre os indivíduos).

Disso não segue que instituições (no plano deontológico) desemboquem necessariamente em estruturas (no plano mesológico) determinadas, nem que estruturas sociais requeiram necessariamente o complemento institucional. Retomando Weber, vale dizer, essa relação não é uma lei. Com Weber podemos conceber a relação entre essas dimensões como contingentes, o que significa que ambas podem manifestar-se tanto de forma isolada, quanto mutuamente relacionada. Essa é uma ideia que vamos encontrar esboçada por Weber em 1904, quando, ao discutir a relação entre a forma (estrutura) e o ethos (intuição) do capitalismo, ele insiste no fato de que a relação entre os dois fatores não constitui uma lei, mas uma relação de adequação (Weber, 2016, MWG I/18). Também aqui há que postular a multidimensionalidade,

lembrando que para Weber essa relação pode ser de indiferença, luta ou mesmo de afinidade eletiva (*Ibidem*).

Considerações finais

Nosso texto procurou demonstrar que, para caracterizar o nível macro de análise social, a teoria sociológica tende a privilegiar unilateralmente ora o conceito de instituição ora o conceito de estrutura. Uma análise de algumas correntes exemplares também permitiu perceber que, em termos gerais, instituição tende a estar associada com a ideia de regra, enquanto estrutura nos remete à ideia da relação entre um todo e suas partes. Uma leitura ontológica viabilizou uma compreensão ainda mais profunda do âmbito categórico no qual esses significados gerais repousam. Dessa forma, enquanto os diversos usos do conceito de instituição buscam identificar as propriedades deonticas do nível macrosocial, os diversos usos do conceito de estrutura procuram demonstrar como estruturas são entidades compostas (mesológicas) que só podem ser compreendidas enquanto articulações entre um todo e suas partes constituintes.

O método sociológico desenvolvido por Max Weber nos oferece um ponto de partida que nos permite preservar e integrar os âmbitos categoriais desses dois conceitos, sem excluir ou mesmo subordinar um em função do outro. Independente de certas discrepâncias existentes entre sua sociologia geral e sua sociologia política, nas quais as ênfases no institucional e no estrutural acabam por variar, Weber leva igualmente em conta tanto a dimensão interna (deontica) quanto externa (mesológica) para caracterizar as propriedades constituintes do nível coletivo. De igual maneira, sua compreensão tanto dos aspectos institucionais quanto dos estruturais da vida social é multidimensional; no primeiro caso, leva em consideração fatores normativos, cognitivos e instrumentais; e, no segundo caso, engloba tanto visões fortes (predominância do todo em relação às partes) quanto fracas (predomínio da parte em relação ao todo) da realidade social. Por fim, Weber também nos provê com uma reflexão multidimensional das relações entre o institucional/estrutural, contemplando as possibilidades de sua autonomia, afinidade ou conflito.

Evidentemente uma síntese articulada com coerência entre a dimensão deontica do conceito de instituição e a dimensão mesológica do conceito de estrutura, que visa a preservar o sentido essencial das diversas tradições teóricas da sociologia que se apoiam neles, é uma operação que requer uma vastíssima série de detalhamentos e delimitações que não seria possível desenvolver aqui. Mas nem sequer poderíamos começar esse trabalho sem dispor de uma plataforma teórica de integração que nos sirva de base para absorver e reconciliar, sem exclusões ou sobreposições unilaterais, a dupla dimensão deontico/mesológica do nível macro da realidade social. Para tanto, a

abertura da sociologia weberiana para essas duas dimensões e sua concepção multidimensional do institucional/estrutural, bem como de relações, constituem um ponto de partida com sólidas potencialidades para prosseguir e nos inspirar nessa tarefa.

Referências Bibliográficas

- ALBERT, Gert. (2008), “Sachverhalte in der Badewanne: zu den allgemeinen ontologischen Grundlagen des Makro-Mikro-Makro-Modells der soziologischen Erklärung”. In: SCHÜTZZEICHEL, Rainer; SCHNABEL, Andreas & GREVE, Jens (orgs.). *Das Mikro-Makro-Modell der soziologischen Erklärung: Zur Ontologie, Methodologie und Metatheorie eines Forschungsprogramms*. Wiesbaden, vs Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 21-48.
- ALBERT, Gert. (2016), “Holismo metodológico moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro”. *Política & Sociedade*, 15 (34): 43-76.
- ALBERT, Gert. (2009), “Weber-Paradigma”. In: KNEER, Georg. & SCHROER, Markus. (orgs.). *Handbuch Soziologische Theorien*. Wiesbaden, vs Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 517-554.
- ARCHER, Margaret. (1995), *Realist social theory: the morphogenetic approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BERQUE, Augustin. (2019), “An enquiry into the ontological and logical foundations of sustainability: Toward a conceptual integration of the interface ‘Nature/Humanity’”. *Global Sustainability*, 2 (10): 1-10.
- BHASKAR, Roy. (1997), *A realist theory of science*. Londres, Verso.
- BOBBIO, Norberto. (2003), “Max Weber e os clássicos”. In: BOBBIO, Norberto. *Norberto Bobbio: o filósofo e a política*. Rio de Janeiro, Contraponto, pp. 93-116.
- ELDER-VASS, Dave. (2010), *The causal power of social structures*. Cambridge, Cambridge University Press.
- EPSTEIN, Brian. (2015), *The ant trap: rebuilding the foundations of social science*. Oxford, Oxford University Press.
- ESSER, Hartmut. (1999), *Soziologie. Spezielle Grundlagen. vol. 5: Institutionen*. Frankfurt/ Nova York, Campus Verlag.
- FLEETWOOD, Steve. (2008), “Institutions and social structures”. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38 (03): 241-265.
- FUCHS, Stephan. (2001), “Beyond agency”. *Sociological Theory*, 19 (1): 24-40.
- GIDDENS, Anthony. (1984), *The constitution of society*. Berkeley, University of California Press.

- HALBIG, Christoph. (2020), "Ontologie der Normen und Werte". In: URBICH, Jens. & ZIMMER, Jonas (orgs.). *Handbuch Ontologie*. Stuttgart, J. B. Metzler, pp. 492-499.
- HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), "As três versões do neoinstitucionalismo". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 53: 193-223.
- JANSEN, Ludger. (2005), "Institutionen und die kategoriale Ontologie". In: SCHÖNRICH, Gerd (org.). *Institutionen und ihre Ontologie*. Frankfurt, Ontos Verlag, pp. 45-57.
- KNEER, Georg & SCHROER, Markus. (2010), *Handbuch Spezielle Soziologien*. Wiesbaden, vs Verlag für Sozialwissenschaften.
- LAWSON, Tony. (2019), *The nature of social reality: Issues in social ontology*. Londres, Routledge.
- LEPSIUS, M. Rainer. (2009), *Interessen, ideen und institutionen*. Heidelberg, Springer-Verlag.
- NORTH, Douglas. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- PORPORA, Douglas V. (2013), "Four concepts of social structure". In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony & NORRI, Alan. (orgs.). *Critical realism: essential reading*. Londres, Routledge, pp. 339-355.
- SEARLE, John R. (1995), *The construction of social reality*. Nova York, Free.
- SEARLE, John R. (2018), "Status functions". In: JANKOVIC, Marija & LUDWIG, Kirk. (orgs.). *The Routledge handbook of collective intentionality*. Londres, Routledge, pp. 507.
- SIMONS, Peter. (2017), "Mereologie". In: SCHRENK, Markus (org.). *Handbuch metaphysik*. Stuttgart, J. B. Metzler, pp. 267-271.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (2016), "Dualidade entre ação e estrutura: esboços de um programa de pesquisa weberiano". *Política & Sociedade*, 15 (34): 18-42.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (2005), *Handlung, Ordnung und Kultur*. Tübingen, Mohr Siebeck.
- SCHWINN, Thomas. (1993), "Max Webers Konzeption des Mikro-Makro-Problems". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 45 (2): 220-237.
- SCHWINN, Thomas. (2014), "Ordnung". In: MÜLLER, Hans-Peter. & SIGMUND, Steffen. (orgs.), *Max Weber-Handbuch: Leben-Werk-Wirkung*. Stuttgart, J.B. Metzler, pp. 129-130.
- STACHURA, Michael et al. (orgs.). (2008), *Der Sinn der Institutionen: Mehr-Ebenen-und Mehr-Seiten-Analyse*. Heidelberg, Springer-Verlag.
- TEGTMEIER, Erwin. (2005), "Soziologie und Ontologie der Institution". In: SCHÖNRICH, Gerd (org.). *Institutionen und ihre Ontologie*. Frankfurt, Ontos Verlag, pp. 37-44.
- WEBER, Max. (2021), *Política como vocação e ofício*. Tradução de Gabriel Philipson. Petrópolis, Vozes.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF, Editora UNB; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- WEBER, Max. (2018), *Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit. Schriften und reden (1908-1917)*. Tübingen, Mohr Siebeck. [MWG I/12]

- WEBER, Max. (2013), *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet (1919-1920)*. Tübingen, Mohr Siebeck. [MWG I/23]
- WEBER, Max. (2018), *Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften. Schriften (1900-1907)*. Tübingen, Mohr Siebeck. [MWG I/7]
- WEBER, Max. (2016), *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus - die protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus: Schriften (1904-1920)*. Tübingen, Mohr Siebeck. [MWG I/18]

Resumo

Como integrar os conceitos de instituição e estrutura? Contribuições da macrosociologia de Max Weber

Instituição e estrutura são os principais conceitos utilizados na sociologia para definir as entidades do nível macro da vida social. No entanto, a teoria sociológica se divide entre correntes que privilegiam apenas um deles como determinante para explicar as entidades sociais coletivas. Após apresentar uma determinação ontológica prévia que destaca as características deontológicas do conceito de instituição e mesológicas do conceito de estrutura, descreve-se como o método sociológico de Weber contempla esses dois aspectos. Por fim detalha-se como o caráter multidimensional da análise weberiana nos oferece uma plataforma teórica para integrar em um único esquema analítico esses dois aspectos do nível macrocoletivo.

Palavras-chave: Max Weber; Instituição; Estrutura.

Abstract

How to integrate the concepts of institution and structure? Contributions from Max Weber's macrosociology

Institution and structure are the main concepts used in Sociology to define entities at the macro level of social life; however, in sociological theory, there are currents that privilege only one of them as determinant to explain collective social entities. After the study presents a prior ontological determination highlighting the deontological characteristics of the Institution concept and the mesological characteristics of the Structure concept, it describes how Weber's sociological method encompasses these two aspects. Finally, the study details how the multidimensional nature of Weberian analysis provides us with a theoretical platform to integrate these two aspects of the macro-collective level into a single analytical framework.

Keywords: Max Weber; Institution; Structure.

Texto recebido em 11/09/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.229449.

CARLOS EDUARDO SELL é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carlos.sell@ufsc.br.

BRUNA DOS SANTOS BOLDA é doutora em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: bruna.bolda@hotmail.com.



Produção legislativa no governo JK (1956-1961)¹

Simone Diniz*

<https://orcid.org/0000-0002-6020-2937>

Ana Laura Avanci*

<https://orcid.org/0009-0009-5537-7538>

Rafaela Cisi*

<https://orcid.org/0009-0002-6289-8904>

Introdução

O período de 1946-1964 foi marcado por importantes fatos históricos: o fim da ditadura Vargas e seu segundo mandato como presidente, o golpe preventivo do general Lott para garantir a posse do presidente Juscelino Kubitschek, a renúncia do presidente Jânio Quadros, o conturbado governo do presidente João Goulart e finalmente o golpe militar de 1964. Tais fatos são bastante conhecidos e documentados pela literatura (Skidmore, 2010).

Menos atenção foi dada ao papel do Legislativo na política brasileira, tendendo-se a considerá-lo como instituição irrelevante ao processo de desenvolvimento nacional ou como um obstáculo a esse processo (Abranches, 1973, p. 63). Consequência dessa visão, análises sobre a formação de coalizões partidárias e da participação do Poder Legislativo no processo de tomada de decisão foram negligenciadas.

A relação entre os Poderes Executivo e Legislativo foi tida como necessariamente conflituosa, por duas razões: uma decorrente do controle sobre o orçamento em certas

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

1. Este artigo é fruto de uma pesquisa comparativa entre os governos Fernando Henrique e Juscelino Kubitschek, iniciada muitos anos atrás, mas não finalizada, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Em 2024 retomei a análise do período JK para a realização de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agradeço à professora Magna Inácio e aos demais docentes, bem como aos discentes do Programa, a calorosa acolhida.

áreas nas mãos do Legislativo; outra, pelas diferenças entre os eleitorados de cada um dos ramos de poder. O Poder Executivo teria um eleitorado nacional, portanto menos afeito a pressões locais, enquanto o Poder Legislativo estaria à mercê de seus constituintes (Abranches, 1973, p. 5)

Para Abranches (1973, p. 69) buscou-se uma explicação simples, no sistema eleitoral desigual que, sobrerrepresentando as áreas de controle oligárquico, levaria à dominação do Legislativo pelas forças conservadoras. Enquanto isso, o Executivo, em virtude das eleições majoritárias, representaria, mais adequadamente, as forças progressistas, localizadas na área urbano-industrial da sociedade.

De forma semelhante, Lima Junior (1983, p. 25) aponta que as conclusões dos principais estudos que cobrem o período indicam que o sistema de representação, os partidos “não eram sensíveis para reagir às demandas geradas pelo setor economicamente dinâmico da sociedade”. Novamente se mencionam as diferenças entre o setor rural e o urbano, com iminente conflito entre um Executivo modernizante e um Congresso conservador (*Idem*).

Análises sobre a gestão do presidente Juscelino Kubitschek, tida como o momento mais estável do período 1946-1964, reforçam essa tese. Senão vejamos.

O presidente Juscelino Kubitschek (JK) tomou posse em 31 de janeiro de 1956² e notabilizou-se por ser o primeiro candidato eleito à presidência da República a fundamentar sua campanha eleitoral em torno das questões do planejamento – o chamado Plano de Metas. Seu governo representou um caso bem-sucedido de implementação do Plano, gerando significativo avanço em termos de desenvolvimento econômico. O objetivo mais geral do Plano era acelerar o processo de acumulação, atrair investimentos externos para o país e promover novas atividades produtivas (Lafer, 2002).

Há dois trabalhos seminais sobre o período JK. Um deles é a tese de doutoramento de Celso Lafer, de 1970, defendida nos Estados Unidos e, posteriormente, publicada no Brasil, em 2002, sob o título *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Outro é o livro de Maria Victória de Mesquita Benevides, *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política* (1976).

Lafer (2002) apresenta com riqueza de detalhes as três fases do processo de planejamento: a decisão de planejar, a estratégia adotada para a implementação do Plano e os resultados alcançados.

Benevides (1976) complementa a análise desenvolvida por Lafer, ressaltando que o período JK desfrutou de relativa estabilidade política em decorrência do espírito

2. O período do mandato presidencial foi de 31/01/1956 a 31/01/1961.

conciliatório do presidente Juscelino, do sucesso da aliança PSD-PTB no âmbito governamental e legislativo, do apoio do Exército e do papel desempenhado pelo Poder Executivo no gerenciamento da política econômica da administração.

Para tais autores, o sucesso na implementação do Plano de Metas é decorrente da estratégia do presidente JK de contornar o Congresso em um duplo sentido: recorrendo à edição de decretos, que independem da aprovação do Poder Legislativo e à estruturação de uma burocracia insulada a quem caberia a formulação e a implementação do Plano (Lafer, 2002; Benevides, 1976).

O insulamento seria uma estratégia necessária, em decorrência da sobrevida do Estado cartorial, haja vista que as tentativas de profissionalizar a burocracia governamental esbarravam na permanência de práticas clientelísticas, por parte do Congresso Nacional, impedindo o avanço no serviço público de uma burocracia meritocrática.

Contar com um corpo técnico experiente e habilitado era central para o sucesso na implementação do Plano. De acordo com Lafer (2002), graças à experiência do presidente Juscelino no governo estadual de Minas Gerais, estava à sua disposição um grupo de técnicos versados no tema planejamento que prontamente foram alocados na “administração paralela”, cuja tarefa era transformar as demandas da sociedade por geração de riquezas em políticas públicas (Lafer, 2002, p. 41).

Nas obras aqui referendadas, o papel do Poder Legislativo é secundarizado. A eficiência da “administração paralela” se revelava em dois níveis. De um lado, evitava os entraves causados pela burocracia do Estado cartorial, sem contestá-la frontalmente. Uma ampla reforma administrativa para corrigir a ineficiência da burocracia, por exemplo, levaria a um confronto com os interesses e preocupações da política de clientela, amplamente representada no Congresso (Lafer, 2002, p. 88). De outro, viabilizava o clientelismo, por ser o Plano de Metas setorial, uma vez que apenas um quarto da produção nacional era englobada pelo Plano. Assim, uma margem dos investimentos de curto prazo era deixada para discussão no Congresso, por ocasião da aprovação anual do orçamento. Para Lafer,

Essa margem de investimentos era a válvula de segurança da aliança PSD-PTB, pois ao mesmo tempo que permitia ao presidente JK avançar na implementação do Plano, propiciava também os necessários ajustes para a manutenção do apoio político. (Lafer, 2002, p. 61).

Na mesma direção segue o trabalho de Benevides (1976). Embora reconheça a importância da atuação do Poder Legislativo nas questões orçamentárias e na aprovação de inúmeras leis relativas à criação de Fundos geradores de recursos financeiros canalizados para o BNDE, acentua que o Poder Executivo assumiu gradativamente “todas as funções referentes à política econômica, principalmente em detrimento

do Legislativo, o qual não participa praticamente do processo decisório” (Benevides, 1976, p. 208).

No entanto, esse diagnóstico não é consensual. De acordo com Leopoldi (1991, pp. 108-9), a política econômica foi comandada por ministros da Fazenda, indicados pelo PSD, e no Congresso Nacional a coligação PSD-PTB “forneceu no período a base para a realização das políticas econômicas”. Lembra ainda a autora (*Idem*, p. 115) que o “Plano de Metas, a tarifa de 1957 e o Plano de Estabilização Monetária de 1958 passaram pelo crivo do Congresso”.

Ora, se o pressuposto de Lafer (2002) e Benevides (1976) é de que os parlamentares estavam primordialmente preocupados com os interesses de sua clientela, como explicar a aprovação de leis, geradoras de recursos financeiros aos quais os parlamentares não teriam acesso? Sendo assim, carece de explicação o fato de os parlamentares abrirem mão de recursos que, em tese, poderiam ser usados para práticas clientelísticas. Ou, por outro lado, os parlamentares não estavam tão alijados assim do processo decisório.

Dito isso, é pertinente um estudo que vise a esclarecer o padrão das relações Executivo e Legislativo durante a gestão do presidente JK. Conforme observado por Leopoldi (1991, p. 115), “há poucos estudos que informem sobre o desempenho do Congresso na área da economia política”. Ainda, segundo a autora, “a historiografia nos deve uma boa análise da atuação dos partidos e do Legislativo nesta área”. O mesmo poderia ser dito no campo da Ciência Política. A análise sobre a produção legislativa no período Kubitschek ajudaria a suprir essa lacuna, ainda que parcialmente.

Outro elemento motivador para a realização deste estudo sobre a gestão JK é a possibilidade de se lançar luz sobre o processo legislativo, num contexto em que o presidente da República dispunha de poucos poderes legislativos para controlar o processo de tomada de decisão no Parlamento.

Relações entre os Poderes no Brasil

No período posterior à promulgação da Constituição de 1988, consagrou-se uma agenda de pesquisa que privilegiou a análise das relações entre os Poderes, tomando como objeto empírico a produção legislativa no âmbito federal. Os resultados são razoavelmente conhecidos. O Poder Executivo domina a produção legislativa, e as explicações giram em torno de dois eixos: formação de governos de coalizão, com consequente distribuição de pastas ministeriais e cargos públicos; e amplos poderes legislativos do presidente (Figueiredo e Limongi, 1999; Inácio, 2006; 2015).

Esse último aspecto seria o principal diferencial do sistema político brasileiro e fonte do poder presidencial quando comparado ao período de 1946-1964.

Na Constituição de 1946, o rol de poderes presidenciais “proativos” era significativamente restrito. Em termos de iniciativa exclusiva, o presidente da República dispunha apenas do poder de editar leis de caráter administrativo (Figueiredo e Limongi, 2007). O quadro abaixo, elaborado pelos autores (*Idem*, 2007), apresenta uma síntese das prerrogativas presidenciais previstas nas Constituições de 1946 e 1988.

QUADRO 1

Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras

PODERES LEGISLATIVOS DO EXECUTIVO	CONSTITUIÇÃO DE 1946	CONSTITUIÇÃO DE 1988
Iniciativas Exclusivas		
Projetos de lei “administrativos”*	Sim	Sim
Projetos de leis orçamentárias	Não	Sim
Projetos de lei sobre matéria tributária	Não	Sim
Emendas constitucionais	Não	Sim
Editar decretos com força de lei (medida provisória)	Não	Sim
Editar leis sob requerimento de delegação pelo Congresso	Não	Sim
Solicitar a urgência dos projetos de lei (votação em 45 dias em cada Casa)	Não	Sim
Impor restrições a emendas orçamentárias do Congresso	Não	Sim

*Projetos administrativos incluem: criação e estruturação de ministérios e outros órgãos de administração pública; criação de empregos, funções e postos na administração pública; aumentos salariais de servidores públicos; carreiras de servidores públicos; administração judicial e da máquina administrativa; unidades administrativas dos territórios; tamanho das Forças Armadas; organização dos gabinetes do defensor público da União e da Procuradoria Geral da União; regras gerais para organização dos gabinetes do defensor público da União e da Procuradoria Geral da União. Fontes: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946; Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 (Figueiredo e Limongi, 2007).

Como se vê, a área para atuação legislativa do presidente é bem mais ampla na Constituição de 1988. Por outro lado, na Constituição de 1946, a derrubada de vetos presidenciais exigia quórum de dois terços, e o Legislativo concorria com o Poder Executivo na iniciativa de leis orçamentárias e financeiras (Santos, 1997).

Para o pós-1988, o argumento de Santos (1997) e de Figueiredo e Limongi (1999) é que o padrão de relacionamento entre o presidente da República e os parlamentares

se modificou quando se consideram os dois períodos democráticos, em razão dos poderes legislativos do presidente. No entanto, para Santos, no período 1946-1964, por meio da patronagem, a agenda política do período era uma *agenda compartilhada*. Para o período pós-1988, seria uma *agenda imposta*, a favor do Poder Executivo. Já para Figueiredo e Limongi (1999), não se trata simplesmente de supremacia do Executivo e, sim, de um compartilhamento da agenda de políticas públicas entre o Executivo e sua base de apoio. Os poderes de agenda presidencial ajudam a azeitar a relação entre os poderes, não se tratando, portanto, de recurso para a usurpação.

Divergências à parte, o fato é que a produção legislativa no período 1946-1964, de acordo com dados de Pessanha (1997, capítulo 3), é da ordem de 42,8 com origem no Executivo, e 57,2 do Legislativo, ao passo que, para o período 1988-1994, as porcentagens são de 84,9 e 15,1, respectivamente.

O que permanece praticamente inalterada é a visão de que o Legislativo contribui de forma marginal na produção de leis importantes para o país. Sua atuação estaria concentrada em políticas distributivas de caráter restrito (Stepan, 1999; Ames, 2003). Para o período 1946-1964, Mainwaring (1997, p. 30) endossa os argumentos de Lafer (2002) e Benevides (1976) ao afirmar que, diante da fragilidade do sistema partidário brasileiro naquele momento, o meio utilizado pelos presidentes para contornar o Congresso, foi implementar políticas por meio das agências executivas.

A prática paroquial adotada pelos deputados federais seria uma consequência dos sistemas eleitoral e partidário. Nas palavras de Lafer (2002, p. 79), “O Legislativo era muito mais sensível do que o Executivo aos interesses da política tradicional, assim como expressava, também, o maior peso político dos estados menos desenvolvidos”. Ou seja, é a antiga tese de um Executivo urbano, moderno, sendo cerceado por um Poder Legislativo arcaico, graças à sobre-representação dos estados do Norte e do Nordeste.

Um contraponto a essa visão é o trabalho de Souza (1983), ao destacar que a formação do sistema partidário brasileiro no período 1946-1964 se deu sob a égide de um Estado autoritário e centralizador, que exerceu um papel condicionante sobre a atuação dos partidos.

O pluralismo partidário que emerge a partir de 1946 foi superposto a estruturas moldadas pelo governo Vargas, como o sistema de interventorias, o modelo corporativista de representação sindical e o insulamento burocrático. Não é coincidência que os três principais partidos do período, Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), foram circundados pela figura do presidente Vargas. O PSD tem sua origem nas interventorias, sendo de base rural e atuante na defesa de interesses agrários. O PTB, por sua vez, na estrutura sindical, de base urbana e defensor de políticas de cunho social (Hipólito,

2012; Souza, 1983). Já a UDN angariou diferentes segmentos que se opunham à política varguista.

A tese defendida por Souza (1983) é de que a dispersão eleitoral levaria, no médio prazo, a um realinhamento do sistema partidário. O golpe de 1964 interrompeu esse processo, além de impor restrições no campo dos direitos civis e políticos para toda a sociedade brasileira.

Na esfera acadêmica, pesquisas a respeito das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como da atuação dos partidos políticos, foram retomadas com o enfraquecimento do regime militar e o retorno à ordem democrática. Desde então, a área de estudos legislativos alcançou avanços expressivos, tendo como elementos centrais das análises características institucionais estabelecidas pela Carta de 1988.

Neste artigo nos voltamos para a atuação do Poder Legislativo durante a gestão JK. Embora haja referências importantes da utilização do insulamento burocrático para a implementação de políticas públicas, daí não decorre que o Legislativo é ou foi insignificante na produção legislativa nacional. Trata-se, acreditamos, de uma questão empírica que carece de análise.

Para tanto, apresentamos indicadores da i) taxa de dominância dos poderes na produção legislativa, no período referente à gestão do presidente JK; ii) abrangência temática das políticas propostas; iii) distribuição por região geográfica da origem dos parlamentares; e iv) similaridade temática das políticas propostas pelo Poder Executivo e os deputados federais.

De forma mais específica, pretendemos responder às seguintes perguntas:

1. No período JK, a dominância na produção legislativa esteve de fato nas mãos do Poder Legislativo?
2. As iniciativas legislativas dos parlamentares concentram-se em políticas de âmbito local/paroquial?
3. Havendo políticas de âmbito local, são os parlamentares das regiões Norte e Nordeste os iniciantes de tais propostas?
4. As agendas de políticas do Poder Executivo e do Legislativo abordam diferentes temáticas?

Procedimentos metodológicos

Para operacionalizar a pesquisa, utilizamos a base de dados fornecida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pelo serviço de informação legislativa da Câmara dos Deputados, contemplando 993 projetos de leis transformados em norma jurídica no período correspondente ao mandato do presidente JK.

Realizamos dois tipos de codificação das ementas dos projetos de lei. A primeira busca identificar o grau de generalidade da proposta, conforme apresentado por Ricci (2003, p. 706). Segundo o autor, a escala toma por base o número de indivíduos ou grupos atingidos pela medida. Assim, um projeto de lei pode ser codificado como geral, microssecional ou individual, se “dispõe sobre a população nacional ou entidades que agem no âmbito nacional; se a norma interessa a grupos determinados e circunscritos ou a atividades ou instituições específicas; e para questões limitadas a poucos ou até um só indivíduo”³.

Utilizamos os resultados oriundos dessa codificação para a aferição do comportamento paroquial dos deputados no período aqui em análise.

A segunda codificação visa a identificar o conteúdo temático das propostas. A análise do conteúdo da produção legislativa foi realizada a partir da estrutura proposta pelo Manifesto Project Database (Marpor), a qual opera com 56 categorias agrupadas em sete domínios. São eles: (i) relações exteriores (código 100); ii) liberdades e democracia (código 200); iii) sistema político (código 300); iv) economia (código 400); v) bem-estar e qualidade de vida (código 500); vi) estrutura da sociedade (código 600); vii) grupos sociais (código 700).

Para assegurar o maior grau possível de confiabilidade e replicabilidade, codificamos as ementas dos projetos de lei de forma pareada (duas pesquisadoras realizaram separadamente a codificação) e aplicamos o índice de Alpha de Krippendorff⁴. Para a realização do teste, utilizamos a plataforma *ReCal*, desenvolvida pelo pesquisador Dean Freelon e disponibilizada gratuitamente on-line (Freelon, 2010)⁵. O resultado do teste com aplicação do índice de Krippendorff foi de 0,62 e 70% de concordância.

A região de origem dos deputados foi registrada a partir dos dados fornecidos pela Câmara dos Deputados e, por fim, a verificação da similaridade entre as agendas de políticas apresentadas pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo foi feita com base na codificação temática, com utilização dos códigos do Marpor e validação por meio da correlação de Pearson⁶.

Na próxima seção, apresentamos os dados sobre a produção legislativa no período, retomando nossas questões de pesquisa. Nas considerações finais, ressaltamos nossos principais achados.

3. O autor trabalha ainda com a categoria seccional. Optamos por excluir essa categoria, porque ela não se diferencia de forma significativa da microssecional.

4. Medida estatística para indicar o grau de concordância entre as codificações.

5. Plataforma *ReCal*. Disponível em <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>, consultado em 03/01/2024.

6. Correlação de Pearson corresponde a uma medida que varia entre -1 e 1; quanto mais próxima de -1, indica uma relação forte e oposta; e, quanto mais próxima de 1, relação forte e no mesmo sentido.

A produção legislativa

Um dos resultados explicitados pelos estudos legislativos, realizados após a promulgação da Constituição de 1988, é a predominância do Poder Executivo na produção legislativa, uma das consequências dos poderes legislativos presidenciais concedidos pela Constituição. Dados de Pessanha (1997) demonstram que, para o período 1946-1964, havia maior equilíbrio no que diz respeito à origem das leis aprovadas, entre Executivo e Legislativo, um indicativo de que no referido período o presidente se encontrava em posição subordinada ao Legislativo para aprovação da legislação.

Um primeiro olhar sobre os dados confirma os achados de Pessanha. No governo JK foram aprovadas 993 leis, sendo que 58% teve origem no Legislativo, 36% no Executivo, 4% no Judiciário e 2% sem informação.

TABELA 1
Leis por origem – 1956 a 1961

ORIGEM	Legislativo	Executivo	Judiciário	Sem Inf.	TOTAL
N	576	359	40	18	993
%	(58)	(36)	(4)	(2)	(100)

Fonte: Elaboração própria.

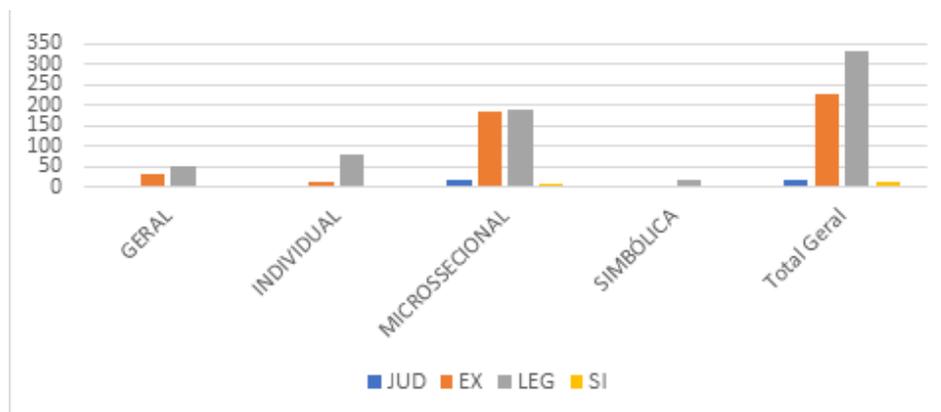
Das 993 leis, 410 (41% do total) correspondem a leis orçamentárias, em sua grande maioria créditos orçamentários (especiais, adicionais e suplementares). Desse montante, 252 leis (61%) tiveram origem no Legislativo, 25 (6%) no Judiciário e 133 (32%) no Executivo.

Podemos afirmar que a preponderância do Legislativo na produção de leis no governo JK é decorrente da iniciativa concorrencial entre Legislativo e Executivo na abertura de créditos orçamentários. Se o presidente, no período aqui avaliado, fosse o único a dispor da prerrogativa de abertura dos créditos orçamentários, como acontece hoje, a dominância na produção legislativa seria do Executivo e não do Legislativo, alcançando o percentual de 64%.

Dois outros aspectos amplamente difundidos são o de que o Legislativo no período 1946-1964 era bastante sensível a interesses particularistas (Mainwaring, 1997; Lafer, 2002; Benevides, 1976) e não exerceria papel significativo na produção de políticas públicas. Quando o fazia, era para beneficiar grupos específicos, de tal forma que políticas de âmbito nacional ficariam sob iniciativa do Executivo, que, por não ter um eleitorado delimitado por distritos específicos, não se subordinaria a pressões por políticas localizadas.

GRÁFICO 1

Projetos aprovados por origem e abrangência



Fonte: Elaboração própria.

Conforme mencionado anteriormente, classificamos as leis aprovadas durante o governo JK em cinco categorias, sendo que quatro delas visam a delimitar a “abrangência” da legislação aprovada, e a quinta refere-se às leis orçamentárias, excluídas nos comentários abaixo.

Em termos de montante, 583 leis (58% do total da legislação aprovada), considerando as de origem nas comissões, foram apresentadas pelo Poder Legislativo⁷. Para avaliarmos o grau de “particularismos” ou de paroquialismo na produção legislativa do período examinado, codificamos as leis segundo sua abrangência. Neste procedimento, excluimos as orçamentárias, que, por sua própria natureza, são de caráter microssecional, o que geraria uma distorção na caracterização da produção legislativa. O gráfico 1 ilustra os resultados encontrados.

Os resultados encontrados indicam a prevalência de conteúdos de abrangência microssecional. São leis que regulam setores, localidades ou categorias profissionais específicas. No entanto, apresentar esse tipo de legislação não é característica específica dos deputados: 46% das leis de origem no Executivo e 4% no Judiciário têm essa marca.

Em seguida temos as leis de caráter individual. São leis que concedem aposentadoria especial a pessoas específicas. Nesse aspecto, o Legislativo foi mais sensível a esse tipo de demanda, mas tampouco o Executivo deixou de atendê-las, apresentando 10% do total de leis com essa característica.

7. Desse total, apenas vinte leis (2%) foram classificadas como simbólicas, ou seja, aquelas que rendem homenagens a indivíduos, atribuindo seus nomes a aeroportos, vias públicas etc., e datas comemorativas. Ou seja, a atuação dos deputados na apresentação de leis sem importância temática é insignificante.

Por fim, as leis de abrangência geral/nacional. Note-se que, do total de 81 leis assim classificadas, o Legislativo foi responsável pela apresentação de 51 (63%).

Em resumo, leis de abrangência ampla foram apresentadas majoritariamente pelo Legislativo, não pelo Executivo como se supõe. O Legislativo pode ser mais sensível a demandas individuais, mas tampouco o Executivo se omitiu de apresentá-las. Leis de abrangência microssecional são marcantes no período considerado, valendo para ambos os poderes a pecha de legislares para grupos ou localidades específicas. A tabela 2 abaixo apresenta os dados aqui comentados.

TABELA 2
Abrangência das leis por origem – governo JK

ORIGEM	GERAL	INDIVIDUAL	MICROSSECCIONAL	ORÇAMENTO	SIMBÓLICA	TOTAL GERAL
Governo e base de apoio						
COMISSÕES	8	8	32	74		122
EX	30	10	182	133	4	359
PSD	12	21	50	68	5	156
PTB	11	19	40	39	2	111
Subtotal	61	58	304	314	11	748
Oposição						
PDC	2	1	5	1		9
PDS		1	1			2
PL	2		5	3	2	12
PR		1	5	10		16
PRP				3		3
PSB	1		3	2	1	7
PSP	3	14	13	10	1	41
PST			2	1		3
PTN	1		1	2		4
UDN	11	15	29	31	4	90
Subtotal	20	32	64	63	8	
JUD			15	25		40
SI		1	8	8	1	18
Total geral	81	91	391	410	20	993

Fonte: Elaboração própria.

Já mencionamos que, no período 1946-1964, o Poder Legislativo teve maior atuação na iniciativa de leis aprovadas, mas não se trata de um desempenho altamente pulverizado entre os diversos partidos, mas de um papel significativo das bancadas do PSD e do PTB na produção legislativa, partidos esses que formaram a base de apoio da maioria dos presidentes no referido período⁸.

É fato que tais partidos tiveram papel importante na apresentação dos créditos orçamentários, conforme apontado por Lafer (2002) e Benevides (1976), mas não se restringiram a isso ou a leis esporádicas, como indica a tabela 2. Se considerarmos as leis iniciadas pelas duas maiores bancadas e ainda as apresentadas pelas comissões, podemos afirmar que cerca de 40% da produção legislativa veio da base de apoio do governo. Mesmo a UDN, partido de oposição ao governo, obteve o seu quinhão na produção legislativa, com a apresentação de 10% das leis aprovadas⁹.

A literatura comumente também faz menção ao maior peso político dos estados menos desenvolvidos na produção da política paroquial (Lafer, 2002), e no caso em estudo podemos incluir aí as leis de abrangência individual e microssecional. Nosso interesse é saber se são os deputados das regiões Norte e Nordeste aqueles que mais apresentaram projetos de lei com essas características.

Para isso, testamos se a taxa de apresentação de projetos entre os deputados das regiões Norte e Nordeste é maior que as demais regiões em um nível de significância estatística de 95%.

A tabela 3 indica a taxa de apresentação de projetos de lei de caráter individual e microssecional dos deputados por regiões. Os resultados mostram que podemos rejeitar a hipótese de que são os parlamentares das regiões Norte e Nordeste os que mais propõem projetos de cunho particularista.

A região que destoa das demais na questão de os deputados apresentarem proposições legislativas de caráter individual e microssecional é o Centro-oeste, conforme indica a tabela 4.

Por fim, comentamos o conteúdo das propostas apresentadas. Iniciamos com as categorias formuladas pelo grupo Marpor.

Selecionamos as dez categorias que receberam maior número de projetos de leis e também mantivemos as leis orçamentárias. O primeiro ponto a destacar é que mais de 40% da agenda de projetos de leis são referentes ao orçamento.

Em relação aos demais temas, registramos apenas aqueles que atingiram pelo menos 5% do montante dos projetos. Assim, temos em proporção muito menor

8. O único governo do período a não formar uma coalizão foi o do presidente Dutra.

9. A atuação da UDN não ficou restrita à produção legislativa. De acordo com Couto (2006, p. 72), um terço da diretoria e do conselho fiscal da Novacap, autarquia constituída para planejamento e construção de Brasília, foram assegurados para indicações da UDN.

TABELA 3
Projetos de Lei apresentados pelos deputados por região

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	Nord + Norte	Demais Regiões	Total Geral
Individual ou Microsseccional	64	177	241
Outras	73	162	235
Total geral	137	339	476

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	Nord + Norte	Demais regiões	Total geral
Individual ou Microsseccional	0,47	0,52	0,51
Outras	0,53	0,48	0,49
Total geral	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaboração própria – excluímos oito leis sem informação quanto à origem; 509 leis apresentadas pelo Executivo, Judiciário e Comissões e as leis orçamentárias.

TABELA 4
Projetos de Lei apresentados pelos deputados por região

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	CO	NE	NO	SE	SU	Total geral
Individual ou Microsseccional	69,49%	46,15%	48,48%	53,55%	42,40%	50,63%
Outras	30,51%	53,85%	51,52%	46,45%	57,60%	49,37%

Fonte: Elaboração própria.

que as leis orçamentárias os projetos relativos à política de bem-estar social (11%); educação (6%); e tecnologia e infraestrutura (5,2%).

Nas categorias temáticas, sobressai a atuação do Executivo em três das quatro categorias, a saber: leis orçamentárias, educação e infraestrutura.

A atuação do Legislativo é marcante nos projetos sobre política de bem-estar social, e não há grandes discrepâncias no montante de projetos apresentados pelo PSD e pelo PTB.

TABELA 5
Porcentagem de projetos iniciados por tema e partido

CATEGORIAS	COM	EX	PDC	PDS	PL	PR	PRP	PSB	PSD	PSP	PST	PTB	PTN	UDN
0	7,5	13,3	0,1	0,0	0,5	1,0	0,3	0,3	7,4	1,1	0,1	4,1	0,2	3,5
504	0,9	1,6	0,1	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	2,5	1,2	0,0	2,7	0,0	1,8
506	0,4	3,7	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,5	0,2	0,1	0,2	0,0	0,3
411	0,1	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,6	0,0	0,3

Excluímos Jud = 3,9; SF = 2,2 e SI = 1,6.

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, verificamos quão relacionadas estão as agendas do Poder Executivo com os partidos, principalmente com aqueles que compõem a coalizão governista. Também incluímos os projetos das comissões permanentes e os consideramos como apresentados pela base de apoio do presidente, haja vista que as presidências das comissões permanentes ficaram a cargo de membros da coalizão, com destaque para os filiados ao PSD¹⁰.

O gráfico 2 mostra que há uma correlação forte entre os temas da agenda de projetos do Executivo e aqueles apresentados pelas comissões e pelos deputados do PSD, um indicativo de sintonia entre o presidente JK e seu partido.

Já o índice de correlação da agenda presidencial com os projetos petebistas é menor até que entre aqueles da UDN, ou seja, a possível ocorrência de agendas discrepantes seria mais factível com o PTB, membro da coalizão, que com o maior partido da oposição – a UDN¹¹.

Outra forma de demonstrar a correlação das agendas temáticas é por meio do quadro com intervalos de confiança, conforme indicado no gráfico 3.

Como podemos ver, nenhuma correlação cobre o valor 0 (zero), o que demonstra que a correlação é estatisticamente significativa. O que fica ainda mais evidente no gráfico 3 é o maior distanciamento da agenda do Executivo com o PTB e a UDN.

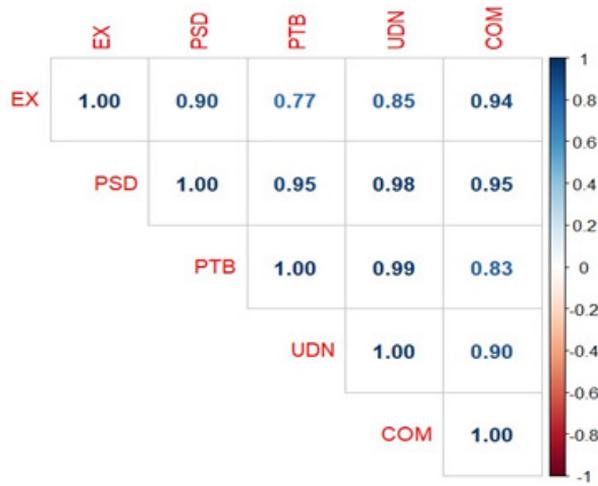
Considerações finais

Neste artigo buscamos suprir, ainda que parcialmente, uma lacuna na literatura nacional, sobre a produção legislativa no período 1946-1964 e, para tanto, analisamos o período da gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

10. O teste realizado foi de correlação de Pearson.

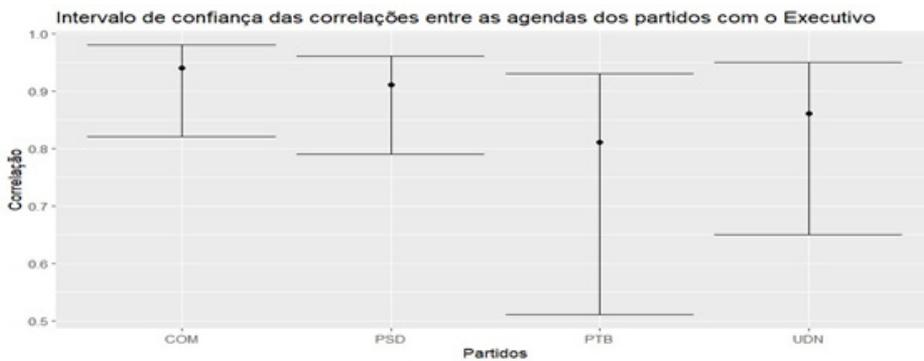
11. Para uma futura agenda de pesquisa, seria interessante explorar se a divergência entre PSD e UDN se dava de forma mais significativa na arena eleitoral que na arena parlamentar.

GRÁFICO 2
Correlação entre agendas do Executivo e Legislativo



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 3
Intervalo de confiança das correlações entre as agendas dos partidos com o Executivo



Fonte: Elaboração própria.

À luz das principais referências produzidas sobre o período, elencamos quatro questões que orientaram a pesquisa. Em relação à dominância na produção legislativa, nossos dados confirmam que a maior parte das leis no governo JK tiveram origem na Câmara dos Deputados, mas isso se deve especialmente à prerrogativa de que os deputados dispunham na época, de apresentar projetos de lei relativos a créditos orçamentários. Em seguida, verificamos se as iniciativas legislativas dos deputados se concentram em políticas de âmbito local/paroquial. Nossa conclusão

é que políticas de caráter microssecional são predominantes no período. A pecha de legislar para grupos específicos vale para ambos os poderes. No entanto, dentre as leis codificadas como de abrangência geral/nacional, coube ao Legislativo a iniciativa da maioria delas.

Ainda em relação ao comportamento dos deputados de acordo com sua origem regional, encontramos resultados em direção contrária ao que consta na literatura. Os dados indicam que devemos rejeitar a hipótese de que deputados das regiões Norte e Nordeste são mais propensos a apresentar projetos de lei de caráter individual e microssecional. Tais leis tiveram impacto mais relevante entre aqueles oriundos da região Centro-oeste.

Sobre os temas abordados na produção legislativa, cerca de 40% da produção refere-se a leis orçamentárias. Cenário não muito diferente do que ocorre no pós-1988. A diferença, conforme destacado, é que nesse momento o Executivo não tinha prerrogativa exclusiva para iniciar projetos sobre créditos orçamentários.

Outros temas predominantes foram: de iniciativa do Legislativo, projetos relativos à política de bem-estar, e na agenda do Executivo, educação e infraestrutura.

Por fim, no que diz respeito à similaridade temática das agendas, encontramos maior proximidade entre os projetos do Executivo e do PSD e maior distanciamento em relação à agenda do PTB.

Os dados aqui apresentados não esgotam os pontos sobre o comportamento do Legislativo no período JK, mas podem ser vistos como um primeiro passo para se atualizar o debate sobre um importante período da nossa história.

Referências Bibliográficas

- AMES, Barry. (2003), *Entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. (1976), *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. São Paulo, Paz e Terra.
- COUTO, Ronaldo Costa. (2006), *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro, Record.
- FIGUEIREDO, Argelina & Limongi, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.
- FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. (2007), "Instituições políticas e governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira". In: RANULFO, Carlos (org.). *A democracia brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007, pp. 147-198.
- FRELON, Deen. (2010), "ReCal: Intercoder reliability calculation as a web service". *International Journal of Internet Science*, 5 (1): 20-33.

- INÁCIO, Magna. (2006), “Poderes de agenda do presidente”. In: AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 170-179.
- INÁCIO, Magna & REZENDE, Daniela. (2015), “Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas”. *Opinião Pública*, Campinas, 21 (2): 296-335.
- LAFER, Celso. (2002), *JK e o Programa de Metas (1956-1961): Processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. (1991), “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, FGV, pp. 107-142.
- MAINWARING, Scott. (1997), “Presidentialism in Brazil: the impact of strong constitutional powers, weak partisan powers, and robust federalismo”. *Latin American Program Woodrow Wilson International Center for Scholars*, 225 Copyright March.
- PESSANHA, Charles. (1997), *Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1964*. São Paulo, tese de doutoramento, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PLATAFORMA *ReCal*. Disponível em <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>, consultado em 03/01/2024.
- RICCI, Paolo. “O Conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? (2003), *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 46 (4): 699 a 734.
- SANTOS, F. (1997), “Patronagem e poder de agenda na política brasileira”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 40 (3).
- SKIDMORE, Thomas. (2010), *De Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- STEPAN, Alfred. (1999), “Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do *Demos*”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 41 (2).

Resumo

Produção legislativa no governo JK (1956-1961)

O artigo tem como foco a atuação do Poder Legislativo na produção de leis, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, aspecto este negligenciado pela literatura especializada. Nosso objetivo é apresentar indicadores da (i) taxa de dominância dos poderes na produção legislativa; (ii) abrangência temática das políticas propostas; (iii) distribuição por região geográfica da origem dos parlamentares iniciadores de projetos; e (iv) similaridade temática das políticas propostas pelo Poder Executivo e pelos deputados federais. Trata-se de uma análise descritiva, acompanhada de testes estatísticos. Os resultados apontam para uma atuação mais pró-ativa dos deputados, do que normalmente se supõe para o período em questão.

Palavras-chave: Produção legislativa; Governo JK; Poder legislativo.

Abstract

Legislative production in the JK government (1956-1961)

The article focuses on the role of the Legislative Branch in producing laws, during the government of president Juscelino Kubitschek, an aspect neglected by specialized literature. Our objective is to present indicators of i) dominance rate of powers in legislative production; ii) the thematic scope of the proposed policies; iii) distribution by geographic region of origin of the parliamentarians initiating projects and; iv) thematic similarity of the policies proposed by the Executive Branch and federal deputies. This is a descriptive analysis, accompanied by some statistical tests. The results point to a more proactive action by deputies than is normally assumed for the period in question.

Keywords: Legislative Production; JK government; Legislative power.

Texto recebido em 08/05/2024 e aprovado em 06/09/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.224969.

SIMONE DINIZ é cientista política, professora do departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, pós-doutoranda do Programa de Ciência Política da UFMG e editora da revista *Teoria & Pesquisa*. E-mail: simonediniz@ufscar.br.

ANA LAURA AVANCI é bacharel em ciências sociais pela UFSCar. E-mail: analauraavanciduarte@gmail.com.

RAFAELA CISI é bacharel em ciências sociais pela UFSCar. E-mail: rafaelafrancisco@estudante.ufscar.br.



Os experts do gosto doméstico entre juízo estético e social

Do dossiê *L'économie de la maison* aos arquivos do Centre de Sociologie Européenne

Carolina Pulici*

<https://orcid.org/0000-0001-8742-4057>

Introdução

Desde a publicação de *A Distinção*, de Pierre Bourdieu, em 1979, vários sociólogos têm se empenhado em apreender as relações entre as preferências culturais e as lógicas de diferenciação social (Duval, 2019)¹. Se ao longo do último quartel do século XX os trabalhos buscaram sobretudo testar os principais postulados dessa obra que reunia décadas de pesquisas coletivas sobre as lógicas sociais dos gostos em diferentes domínios do estilo de vida (Duval e Coulangeon, 2013), estudos franceses que despontaram nos anos 2000 partiram das pesquisas sobre as práticas culturais realizadas no antigo Centre de Sociologie Européenne² para destacar a atuação dos intermediários que, posicionados entre os produtores e os públicos, controlam as instâncias de apreciação das obras (Lizé e Roueff, 2010; Lizé, Naudier

* Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Este artigo é uma versão modificada de uma apresentação realizada em 26 de março de 2024 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, no âmbito do seminário “Les outils sociologiques de Pierre Bourdieu”, dirigido por Louis Pinto, Julien Duval e Dominique Marchetti (<https://enseignements.ehess.fr/2023-2024/ue/94>). Gostaríamos de expressar nossa gratidão a Béatrice Grondin, pela revisão do texto original em francês, a Julien Duval, pela verificação das tabelas numéricas, e a Marcos Nobre, Dominique Marchetti e Rodrigo Bordignon pela leitura e comentários.
2. Centro de pesquisa fundado em 1959 por Raymond Aron na École Pratique des Hautes Études e dirigido por Pierre Bourdieu por décadas. Sobre as investigações coletivas do CSE, ver Duval, Heilbron e Issenhuth (2022).

e Roueff, 2011). Tais análises sobre os “experts da economia dos bens simbólicos” (Lizé, Naudier e Sofio, 2014) também reivindicaram, como inspiração, o artigo “A produção da crença”, que destaca o papel dos críticos que “também colaboram com o comerciante de arte no trabalho de consagração que faz a reputação” e “orientam a escolha dos vendedores e compradores com seus escritos e conselhos” (Bourdieu, 1977, p. 7)³.

Mas, ainda que tais pesquisas que legitimaram os intermediários culturais como objeto de estudo da sociologia do gosto critiquem a maior atenção que os cientistas sociais tendem até hoje a conceder ao estudo dos artistas, de um lado, ou dos públicos, de outro, elas também acabaram por privilegiar determinados campos de produção simbólica. Assim, se não faltam estudos sobre os agentes e categorias de percepção que fundamentam a expertise no universo da música, do cinema, do teatro, das artes plásticas e da literatura, a arquitetura e a decoração constituem um domínio do estilo de vida deixado relativamente na sombra, a despeito de sua ligação estreita com a formação das categorias de pensamento do espaço doméstico (Pulici, 2020).

E, no entanto, Bourdieu e sua equipe foram ainda mais explícitos quanto à importância dos intermediários em pesquisas da década de 1980 sobre os esquemas de apreciação que orientam os gostos residenciais, atribuindo às revistas de decoração, por exemplo, o poder de “especificar, reforçar e engendrar expectativas em matéria de habitação” (Bourdieu, Bouhedja, Christin e Givry, 1990, p. 27). Adotando este ponto de partida é que discutiremos, num primeiro momento, tais trabalhos produzidos no Centre de Sociologie Européenne em que os prescritores do espaço doméstico constituem um dos principais vetores de aspirações legítimas em matéria de moradia. Num segundo momento, tomaremos como instâncias de validação de gostos as principais revistas dedicadas à casa veiculadas da França dos anos 1980, à luz da morfologia social de seus leitores, que foram objeto de sondagens de representatividade nacional realizadas pelo Centre d’Étude des Supports de Publicité (C.E.S.P.)⁴, e que hoje se encontram nos fundos do Centre de Sociologie Européenne arquivados na Humathèque do Campus Condorcet, em Aubervilliers⁵.

Tais sondagens nos pareceram particularmente preciosas, pois, diferentemente das pesquisas de mercado *ad hoc* que buscam descrever o público específico de um

3. Todas as citações de textos e documentos originais em língua francesa foram traduzidas por nós.

4. *Les lecteurs de la presse, 1981*, relatório de pesquisa do Centre d’Étude des Supports de Publicité (C.E.S.P.), fundos do Centre de Sociologie Européenne, Humathèque Condorcet, cota: EHESS 199HE 267, caixa n. 388.

5. Tomamos conhecimento da existência desse material por meio de uma nota de *La Distinction* (1979, p. 325). A busca desses relatórios nos Arquivos Nacionais da França nos levou aos arquivos do CSE abertos ao público em 2022.

título a fim de conhecer suas expectativas (Martin, 2005), trata-se aqui de investigações aplicadas a uma fração representativa da população francesa da época, a fim de conhecer os atributos sociais do leitor do conjunto da imprensa do país, baseadas nas categorias do censo demográfico do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee) de 1975. Nesse contexto é que uma amostra de 15167 domicílios, selecionada em um universo de 38950 milhões de habitantes adultos, foi correlacionada à leitura de diversos jornais e revistas nacionais, cotidianos e periódicos, entre os quais os de arquitetura doméstica, decoração e bricolagem, com base no cruzamento de diferentes indicadores da composição do capital familiar: sexo, idade, categoria socioprofissional do chefe de família e do entrevistado, nível de escolaridade, propriedade da casa e de residência de veraneio, número de filhos, pessoas em exercício profissional, proporção de mulheres ativas, desfrute de férias, esportes de inverno, cinema e leitura da imprensa diária, semanal e mensal.

Como se verá, a análise secundária dessas estatísticas revela diferenças na composição social dos leitorados, muito embora as classificações e procedimentos de sondagem tendam antes a homogeneizar do que a distinguir o público das práticas culturais. Assim, mesmo no universo seletivo de títulos importantes o suficiente para figurarem nos grandes observatórios estatísticos nacionais, nota-se uma penetração diferencial em determinadas aglomerações urbanas, em certas categorias socioprofissionais, com revistas que se distinguem também pelo sexo e nível de instrução majoritários dos leitores. Em vista disso, argumenta-se que os gostos que dominavam as instâncias de prescrição da época variaram não apenas segundo os países e o momento histórico, mas também em função das propriedades sociais dos públicos a que se direcionavam. Parte de uma investigação maior sobre a circulação de preferências residenciais entre a França e o Brasil no último quartel do século XX, os primeiros resultados da pesquisa realizada no contexto francês⁶ repertoriavam referenciais de bom gosto que, como tentaremos mostrar, se estruturam em oposições (modernismo *versus* passadismo; pessimismo social *versus* otimismo social) que reproduzem, segundo as normas de expressão da imprensa da casa, as desigualdades sociais dos leitores.

Os vetores de aspirações residenciais como via de apreensão dos gostos

Se o nome de Pierre Bourdieu é rapidamente associado à temática da casa entre os antropólogos, por seu trabalho célebre sobre as oposições estruturantes da planta da

6. A pesquisa realizada no ano universitário de 2023-2024 no âmbito do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (EHESS/CNRS/Paris 1) foi financiada por uma Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE) outorgada pela Fapesp.

casa kabyle (Bourdieu, 1972), além de suas considerações sobre o *habitat* camponês do Béarn, que mesmo no ambiente citadino reproduz a grande porta-cocheira semi-circular destinada a dar passagem às carroças carregadas de feno (Bourdieu, 2021), no âmbito da sociologia do gosto destacamos suas análises sobre a constituição estética dos cenários da vida doméstica e a gênese social das preferências em matéria de moradia. Publicado em 1990 na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (Duval, 2020), o dossiê *L'économie de la maison* é emblemático dessa abordagem que não deixa de prolongar aquela de *La Distinction*, em que as qualidades do interior doméstico preferido são tão significativas quanto as escolhas em matéria de música ou de pintura.

Os artigos desse dossiê, que serão retomados em *Les structures sociales de l'économie* (Bourdieu, 2000), tratam do crescimento da propriedade de casas unifamiliares na França da virada dos anos 1980, quando “novos produtos oferecidos por grandes empresas de construção industrial ou semi-industrial chegam em massa ao mercado criado pelas novas formas de auxílio e crédito capazes de atrair novos compradores, recrutados principalmente entre os operários qualificados, funcionários e gerentes médios” (Bourdieu e Saint-Martin, 1990, p. 54). Quando discutem o aumento da taxa de proprietários – que passa de 35% em 1954 a 45,5% em 1973 e 51,2% em 1984 –, os autores argumentam que tal processo conduziu a uma homogeneização de setores até então posicionados em polos opostos do espaço social, dado que o maior crescimento no acesso à casa ocorreu junto às frações de classe marcadas pelo primado do capital cultural sobre o econômico, uma vez que as frações mais ricas em capital econômico já haviam se tornado proprietárias nos “Trinta Gloriosos (1945-1975)”. Tal aproximação pela via da propriedade imobiliária teria contribuído “para enfraquecer a distância e os antagonismos entre a ‘direita’ e a ‘esquerda’ do espaço social e, portanto, do campo político, substituindo as diferentes oposições que dividiam a realidade e a representação do mundo social, propriedade e locação, liberalismo e estatismo, privado e público, por oposições atenuadas entre formas mistas como copropriedade e multipropriedade” (*Idem*).

Tais “oposições atenuadas” são hoje evocadas de modo recorrente, na imprensa como no trabalho de historiadores, para caracterizar a sociedade francesa dos anos 1980, levando a que o período figure como uma época de “retorno à ordem”, refratária a contestações ideológicas em diversos domínios da existência (Bantigny, 2013). Assim é que a diminuição dos antagonismos se teria revelado também entre os especialistas da casa, que a partir de então promoveriam o moderno, mas também o antigo, o funcional, mas novamente o decorativo, o “exótico” e, também, o clássico, conduzindo a inflexões significativas no polo dos produtores. Para citar um exemplo eloquente, o estilo de móvel mais procurado em 1980 teria sido, no



Figura 1 “Versalhes para o povo”: conjunto habitacional As Arcadas do Lago (1980) em Montigny-le-Bretonneux, região parisiense. Disponível <https://frenchvadrouilleur.fr/blog/les-arcades-du-lac-de-montigny>, consultado em 12/05/2024.

balanço da empresa Roche-Bobois – até então a campeã do mobiliário moderno de elite –, nada menos do que o historicizante “Restauração” (Henwood, 1980). Dessa forma, essa época que se abre com os choques do petróleo de 1973 e 1979 e segue atravessada por uma crise duradoura é retratada como “*les années fric*”, ou seja, anos particularmente marcados pelo poder do dinheiro em todas as esferas da vida (Cusset, 2006)⁷, mas também como momento da virada passadista que teria sucedido às correntes modernistas dominantes tanto na imprensa quanto na política habitacional dos anos 1950/60 (Collet, 2015; Violeau, 2016). Nesse contexto, a presença de discussões acaloradas nos principais jornais não se devia apenas às

7. O catálogo da exposição *Les années 80, l'insoutenable légèreté*, ocorrida no Centre Georges Pompidou entre 24 de fevereiro e 23 de maio de 2016, também fala de “uma herança rejeitada” porque associada ao “mau gosto” e ao *kitsch* na memória coletiva. Fonte: Arquivos da Biblioteca Kandinsky, cota: MUS 201601.

grandes obras públicas modernas da era Mitterrand (Chaslin, 1985), que dividiam radicalmente as pessoas, mas também ao fato de que na construção residencial se notava um renovado interesse pelos referenciais do passado (Violeau, 2005), como nos polêmicos projetos de Ricardo Bofill (Figura 1), “o catalão preferido de Giscard”, com “seus frontões neoclássicos e sua vontade de fazer HLM⁸ no estilo Versalhes” (Briet, Hénau e Reynaert, 1989).

A fim de contribuir com a discussão acerca das razões desses vaivéns entre modernismo e passadismo na França do pós-Trinta Gloriosos, convém notar que os artigos do dossiê *L'économie de la maison* que investigaram os compradores das casas “chave na mão”, como as habitações industrializadas da construtora Maison Phénix, adquiridas a crédito e por catálogo, revelam que a insatisfação posterior não se deve apenas ao endividamento interminável e ao afastamento dos centros urbanos, mas também à falta de “alma” dessas construções novas que custaram bem menos do que residências verdadeiramente antigas. Na análise de uma entrevista com um morador:

Eles teriam preferido um edifício antigo; mas “mesmo na região, seria um problema devido às taxas de juros muito mais altas dos empréstimos”: “Caso contrário, é claro, acho que nós dois teríamos preferido algo com muito mais alma, na verdade, do que essa casa numa cidade nova em que todos têm a mesma idade, mais ou menos o mesmo nível de vida, é muito uniforme” [...]. Antes de se decidirem, eles olharam principalmente os anúncios (“Mas quando vimos os preços, não olhamos nenhuma propriedade antiga. Não queríamos ficar tentados”) [...]. Eles compraram móveis “pouco a pouco”, de pessoas que conheceram por meio de revistas especializadas [...]. Eles adquiriram o hábito de olhar, nos mercados de pulgas e lojas de antiguidades regionais, “tudo o que se vende, enfim, de antigo” (Bourdieu, 1990, pp. 4-5).

Vê-se aqui que, para além do isolamento das mulheres (Lambert, 2015) e do “aburguesamento da classe operária” discutidos pela sociologia francesa (Magri, 2008), outro efeito social desses bairros longínquos de casas de construtores criados *ex-nihilo* pode ter se revelado também no arranjo doméstico “à antiga”, num contexto em que a aversão por esses loteamentos padronizados erguidos *in the middle of nowhere* parece constituir uma condição facilitadora de gosto passadista. A esse respeito, um livro de fotografias citado por Bourdieu e que registra os arranjos que os habitantes introduziram nos espaços estandardizados da Maison Phénix (Nourissier, 1982) mostra que a decoração das casas recém-construídas é antiquizante (Figura 2). Pode-se pensar que na impossibilidade de arcar com os custos de uma edificação de fato antiga, dada a falta da mesma política de crédito destinada aos compradores de

8. *Habitation à loyer modéré*, equivalente francês das habitações sociais.



Figura 2 A reverência às formas passadas na decoração de casas pré-fabricadas de loteamentos novos. Fonte: *Les honneurs de la maison* (1982), de François Nourissier. Aix-en-Provence, Pandora (capa, p. 16 e p. 66).

casas novas, a busca por um cenário tradicional se exprime nos interiores historicistas das casas pré-fabricadas.

Na virada dos anos 1980, quando a crise econômica segue seu curso e não poupa mais o setor da construção já paralisado em seu “poder social de construir”, as casas unifamiliares correspondem, sozinhas, a dois terços da totalidade das construções novas. Em artigo sobre a compra da casa própria, Pierre Bourdieu, Salah Bouhedja, Rosine Christin e Claire Givry falam do gosto por uma fabricação ficticiamente tradicional que leva “a privilegiar a casa ‘feita à mão’, à moda antiga, realmente ou no modo do símile (a ‘casa de pedreiros’, em blocos de concreto, produzida segundo um modo de organização industrial), adquirida como propriedade individual e situada



Figura 3 O sonho da alvenaria tradicional em publicidade dirigida a moradores de casas “chave na mão”. Tradução da chamada publicitária: “Com uma alvenaria tradicional, a gente fica bem mais tranquilo”. Fonte: Propaganda da revista *Bricolage Tout Faire* (1981: 134-135).

em loteamento rural autêntico ou fictício” (1990, p. 8). Assim é que identificam, nas construtoras mais importantes, “o retorno a uma fabricação dita tradicional, associada a uma função comercial extremamente desenvolvida”. Recorrendo a pedreiros terceirizados para dar à fabricação em série as aparências do artesanato tradicional, tais empresas se servem “das características reais do modo de fabricação tradicional, mas desviando-as de seu sentido original” (*Idem*, p. 18).

A necessidade de dar à produção industrial ares de criação tradicional tanto na realidade das casas quanto nos discursos destinados a valorizá-las remete ao poder propriamente constitutivo das revistas de decoração que promoverão tais princípios de leitura da arquitetura residencial. Isso porque, como lembram Bourdieu, Bouhedja, Christin e Givry, “a demanda com que os produtores devem lidar é um produto social [e] se fundamenta nas categorias de percepção e de apreciação socialmente constituídas e socialmente mantidas e reativadas, especialmente pela ação de publicitários e de todos os que, por meio dos jornais femininos e das revistas consagradas à casa, especificam, reforçam e engendram as expectativas em matéria de moradia” (*Idem*, p. 27).

Assim, uma das questões que se colocam é saber quais foram os partidos estéticos e ideológicos da imprensa da casa no momento em que os autores lhe atribuem esse poder de validação de aspirações habitacionais legítimas. Se, no campo dos construtores, “as grandes empresas industriais nunca adotaram de fato a via da subversão e do modernismo assumido e proclamado” (*Idem*, p. 19), o que dizer das principais revistas de decoração que, para Bourdieu e Saint-Martin (1976, p. 79), “realizam uma imposição permanente de normas e de valores”, sob a aparência “de uma simples apresentação complacente” das casas e de seus moradores?

Como se verá, a análise dos repertórios prescritivos direcionados ao espaço doméstico na óptica do recrutamento social de seus públicos revela adesões diferenciais ao culto nostálgico das tradições que supostamente dominava o espírito da época. Isso porque, mesmo no universo bastante indiferenciado da grande produção cultural em que se inserem as revistas destinadas a um público numeroso e heterogêneo, elas não buscavam reiterar os gostos dominantes da mesma forma nem com a mesma intensidade, e menos ainda “promover uma verdadeira conversão do olhar, desarmando por exemplo os preconceitos contra a casa industrial e as associações entre a casa e o antigo, o tradicional, para substituí-las por associações novas ou incomuns, entre a casa e o moderno, a vanguarda, a pesquisa técnica, o conforto” (Bourdieu, Bouhedja, Christin e Givry, 1990, p. 19). No espaço dos construtores, uma vez mais, sabe-se que a Maison Bouygues, por exemplo, que cobria 75% do território nacional, produz em série de maneira dita “tradicional” antes de tudo para desacreditar as casas pré-fabricadas postas no mercado pela Maison Phénix que, por sua vez, mobilizará argumentos técnicos mais ou menos “modernistas”, sem deixar de fazer concessões às expectativas mais “tradicionalistas” que, segundo os mesmos autores, seriam imensas na França de Mitterrand: “os construtores de casas industriais precisam recorrer a estratégias de camuflagem destinadas a ocultar os componentes industriais tanto na realidade das casas quanto nos discursos destinados a promovê-las, e nunca puderam optar pelo partido de celebrar a modernidade dos materiais, dos procedimentos e do estilo de suas construções” (*Idem*, pp. 22-23).

Assim como as diferentes construtoras devem conservar, até certo ponto, suas especificidades, o espaço dos prescritores das “boas maneiras de morar” também é determinado pela posição ocupada por cada dispensador de recomendações, ou seja, pela distribuição de trunfos específicos de que dispõe cada participante e que está no princípio de seus juízos de gosto em matéria de *habitat*. Isso permite supor que, mesmo num contexto supostamente orientado por referenciais conformistas, o espaço dos especialistas da casa no qual se elaboram, na concorrência e no conflito, as categorias de pensamento do espaço doméstico objetivamente disponíveis num dado momento também se estruturou na oposição entre os que seguiam conservando e os que tentavam subverter, mesmo que somente de forma conciliatória, as representações dominantes da “bela morada”. Dessa forma, cabe ao estudo de preferências decorativas e arquitetônicas da época esboçar o espaço em que se enfrentaram os diferentes comentadores pois, para falar como Marie-France Garcia-Parpet (2003, p. 177) a respeito dos prescritores de vinho, “a composição social dos experts, a maneira de julgar, a natureza das informações, variam segundo a posição ocupada no campo da prescrição”. Em vista disso, os temas e profissões de virtude avançados pelos periódicos só podem ser apreendidos com a condição

de serem situados no espaço concorrencial em que se definiam os outros porta-vozes do “bem-morar”.

A revistas dedicadas à casa: grupos de imprensa e posicionamentos editoriais

A fim de ter uma visão de conjunto das publicações que disputavam a definição da “excelência residencial” na França do último quartel do século XX, levantamos todas as revistas dedicadas à casa que foram editadas ou distribuídas no país e recebidas pela Biblioteca Nacional a título de depósito legal, classificando-as preliminarmente segundo a natureza da informação ofertada, o leitorado visado, data de criação, grupo de imprensa proprietário e localização da sede. A análise do contexto editorial global também mobilizou diferentes relatórios estatísticos centrados no desempenho da imprensa periódica do período. Tais balanços mostram que os títulos de decoração, de longe os mais visíveis e rentáveis no universo da casa, devem propor algo ajustado a um público grande e bastante diverso. Mas para assegurar a parte de audácia cultural esperada pelas frações mais cultivadas do leitorado, devem compatibilizar os atributos dos bens raros e os daqueles destinados a uma grande difusão. Isso promove, como veremos, tomadas de posição que conciliam as propriedades mais frequentes em polos opostos do campo da produção e circulação de objetos domésticos, doravante associadas pelo advento da “nova cultura média” examinada por Louis Pinto (1984) a respeito da produção jornalística de *Le Nouvel Observateur* no mesmo período. Tal conciliação de exigências contrárias teria conduzido, assim, não apenas os semanários de política, mas também as revistas mensais voltadas à casa a adotarem uma linha editorial que exclui as tomadas de posição muito marcadas e, segundo um relatório de suas estratégias de marketing, temáticas “tendentes a chocar essa ou aquela fração do público em prol de [...] ‘lugares comuns’ em que as categorias mais diferentes podem se projetar” (Charbonnier e Naon, 1994, p. 82).

O domínio a que pertencem os títulos de decoração é o que os observatórios estatísticos das mídias designam como “*presse magazine spécialisée grand public*”, que, embora não se destine aos profissionais, se concentra em uma especialidade. Em 1992, essa imprensa correspondia a 27% da difusão global e à segunda categoria em número de títulos (931 em um total de 2 677): “Antes de tudo, é a que tem a maior circulação da imprensa francesa”, num contexto em que os franceses seriam “os primeiros consumidores mundiais de revistas especializadas”. Com base em pesquisa do Ministério da Cultura sobre as práticas culturais dos franceses entre 1973 e 1989, afirma-se que “enquanto a leitura diária de jornais vem caindo constantemente desde 1973, o número de leitores de revistas avançou de maneira espetacular” e que “as características sociodemográficas do leitor típico da imprensa de revistas difere

nitidamente das do leitor da imprensa cotidiana: as mulheres leem mais do que os homens; os habitantes da região parisiense mais do que os do interior; as categorias socioprofissionais médias e superiores claramente mais do que os agricultores e os aposentados” (*Dix ans de statistiques presse 1982-1992*, 1995, pp. 39 e 43).

Com foco principal em arquitetura doméstica e decoração, essa imprensa especializada também compreende os títulos de bricolagem, construção e jardinagem dotados de um leitorado mais masculino e menos parisiense, e conta com quarenta títulos em 1981, o que corresponde a uma tiragem anual de 59173 milhões de exemplares e a um faturamento de 368641 milhões de francos (aproximadamente 160 milhões de euros a valor presente; *Presse et Statistiques*, 1981, pp. 38 e 51). Essa família de imprensa que não se confunde totalmente com as revistas ditas “femininas” registra em seguida um declínio acentuado, pois em 1986 o número de títulos não ultrapassava 22, acompanhando a retração do mercado devido à conjuntura de recessão. Os dados produzidos por La Documentation Française revelam, por sua vez, que a “*presse maison-décoration-jardin*” teria atravessado dois períodos distintos: o primeiro, de 1982 a 1986, compreenderia os anos mais difíceis e abalados pela crise econômica global; o segundo, de 1987 a 1992, teria assistido a uma virada rumo a uma “difusão [que] aumenta e retoma quase o seu nível de 1982 com 40,5 milhões de exemplares difundidos”. Seguindo tal evolução, o número de títulos teria aumentado de 31 em 1982 a 36 em 1992, ao passo que a difusão total anual teria declinado de 41071 milhões de exemplares em 1982 a 40447 milhões em 1992. Malgrado essa queda, o faturamento quase dobrou em valores nominais, passando de 473730 milhões de francos em 1982 a 860188 milhões de francos em 1992, o que se deveu ao crescimento constante das receitas advindas de publicidade comercial na década de 1980.

Em vista do aumento das receitas publicitárias no faturamento do conjunto dessas publicações do período, uma pesquisa sobre as revistas mais procuradas pelos anunciantes de maior luxo mostrou que, dentre os 56 títulos mais rentáveis em 1981, sete pertencem ao domínio da decoração (Albert e Leteinturier, 1983, pp. 67-68). A fim de não excluir outros princípios distintivos estruturantes do espaço dos produtores de prescrição, selecionamos apenas quatro desses sete títulos de maior rentabilidade publicitária, de maneira a poder incluir na amostra duas outras revistas situadas em posições mais dominadas – e, por isso mesmo, excluídas dos *hit-parades* dos suportes jornalísticos mais apreciados pela publicidade dita “de primeira linha”.

No mesmo intuito de apreender a estratificação social dos gostos pela via indireta do público caracterizado nas estatísticas⁹ e do conteúdo das revistas sobre a casa, não

9. A possibilidade de construir a estratificação dos gostos por meio das propriedades dos leitores de revistas

foi possível selecionar títulos pertencentes a todos os diferentes grupos de imprensa, dada a seleção exclusiva de revistas para as quais pudemos encontrar dados substantivos sobre o leitorado. Tal seleção se justifica, todavia, pois as pesquisas sobre os leitores realizadas pelo C.E.S.P. integram o conjunto de materiais que permitem abordar sociologicamente os diferentes prescritores, cuja presença, aliás, nessas sondagens nacionais constitui um indício do peso na luta pela definição do “bem-morar”¹⁰.

Dada a grande heterogeneidade dos sumários, por se tratar de títulos que acolhem diferentes campos de produção (arquitetura, decoração, artes aplicadas, construção, bricolagem, jardinagem) e se reposicionam continuamente para ajustar a oferta às aspirações dos leitores a cada número avistado nas bancas, optamos por analisar, nesta exposição dos primeiros resultados, os exemplares publicados por seis revistas no ano de referência de 1981 (n = 59), que é também o último ano das pesquisas dos leitores conservadas nos fundos do CSE: *Art et Décoration*, publicada pelo editor de médio porte Massin¹¹ e título com o maior número de leitores; *Maison Française*, do grande grupo de edição e de imprensa Compagnie Européenne de Publications (CEP-Communication)¹² e título que domina pelas propriedades sociais do leitorado e conteúdo mais erudito; *La Maison de Marie-Claire*, derivação dos jornais femininos do grande grupo de imprensa Prouvost¹³; *Maison et Jardin*, luxuoso e transnacional magazine do estadunidense Condé Nast¹⁴, representativo do gosto

sobre a casa é sugerida por Bourdieu e Saint-Martin em “Anatomie du goût” (1976, p. 50): “Sabendo-se que entre os leitores de revistas tais como *Connaissance des Arts* e *La Maison Française*, existe uma parcela importante de membros das profissões liberais (15,5% e 18,5% respectivamente), pode-se imputar a essa fração, a partir da pesquisa empreendida pelo C.E.S.P. em 1970, propriedades particularmente frequentes entre os leitores desses periódicos, como a posse de móveis antigos e de obras de arte”.

10. Sobretudo porque, como precisam os relatórios, “a adesão ao C.E.S.P. não implica qualquer obrigação de participar nem qualquer direito de exigir estar entre os títulos estudados, que são selecionados pelo Comitê Técnico em função do interesse geral da interprofissão. Imperativos técnicos limitam o número de títulos estudados”. Primeira parte da pesquisa de 1981 realizada pelo C.E.S.P., *Les lecteurs de la presse 1981*, prefácio, p. I.
11. Criada em 1937 pelo editor Charles Massin após a compra da Librairie Centrale des Beaux-Arts, pertencente ao editor Émile Lévy, a editora nunca saiu da família Massin, tendo sido dirigida pelos filhos e netos do fundador até 2008, quando foi vendida ao grande grupo de mídia francês Hachette (Fravalo, 2022).
12. Fundada em 1975 por Christian Bréguou, filho de editor nascido no bairro de elite de Neuilly-sur-Seine e diplomado pela École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales (Benyahia-Kouider, 1997).
13. Criado em 1924 por Jean Prouvost, nascido numa família de grandes industriais têxteis do norte da França, o grupo de imprensa passará a ser dirigido por sua neta Evelyne Prouvost-Berry a partir de 1976, o que uma vez mais confirma o suposto (Bourdieu, 1999, p. 16) de que muitos chegam à direção de editoras “pelas vias da herança (há muitos herdeiros, filhos, filhas, sobrinhos e sobrinhas na profissão)”. Cf. Robert des noms propres – Biographie Jean Prouvost, disponível em <http://www.thierryprouvost.com/Jean%20Prouvost.html>, consultado em 13/10/2023.
14. Mundialmente associado a uma “fábrica do chic” (Kagan, 2022), o grupo Condé-Nast era coman-

TABELA 1
Morfologia geral da amostra de revistas dedicadas à casa (ano de referência:1981)

REVISTAS	Leitores	Duração	Grupo de Imprensa	Capital	Estatuto jurídico	Diretor de publicação	Diretor de redação	Localização sede
<i>Maison Française</i>	780 000	1946-2013	CEP Communication	2 707 000 F	S. A	Christian Brégou	Claude Berthod	8e arrondissement
<i>Maison et Jardin</i>	1 204 000	1950-1996	Condé-Nast	?	S. A	Daniel Salem	Jacques Lamboie e Patrick Delcroix	8e arrondissement
<i>La maison de Marie-Claire</i>	1 528 000	1967-	Prouvost/Marie-Claire	?	S.A. S	Evelyne Prouvost	Marielle Hucliez	8e arrondissement
<i>Art et Décoration</i>	5 031 000	1897-	Massin	?	S. A	André Massin	Marie-France Jullien	1e arrondissement
<i>Maison Individuelle</i>	810 000	1974-2013	CEP Communication	2 707 000 F	S. A	Boris Troyan	Jean-Michel Castel	8e arrondissement
<i>Bricolage Tout Faire</i>	1 763 000	1966-	Société d'Édition pour le Bricolage et l'Aménagement de la Maison	2 500 000 F	S. A	Jacques Bayet	Martine Yéru	1e arrondissement

Fonte: Materiais (documentais, de imprensa e bibliográficos) diversos consultados na Bibliothèque Nationale de France. Elaboração própria.

anglo-saxão dito “internacional”; *La Maison Individuelle*, emblemática das casas de construtores editada pela CEP-Communication, proprietária de *Maison Française* e da prestigiosa editora do *Moniteur*; e *Bricolage Tout Faire*, publicação de um pequeno editor especializado e símbolo do “capital técnico (de ‘*bricoleur*’)” (Bourdieu e Saint-Martin, 1990, p. 58).

A fim de dar a ver os diferentes modos de existir nesse espaço da prescrição cultural, ao invés de considerar apenas as revistas mais rentáveis e dominantes pelo tamanho e propriedades do leitorado, a amostra selecionada visou a apreender as proximidades e distâncias, com as lógicas distintivas dos lugares “altos” e, também, mais “modestos” e “intermediários” dessa estratificação.

dado em Paris por Daniel Salem, filho de um professor de matemática nascido no exclusivo 16e arrondissement e aluno do não menos seletivo Lycée Janson-de-Sailly. Tendo cursado o colegial na Montreal High School de Montreal e a universidade em Harvard, nos Estados Unidos, Salem tornou-se membro de clubes de golfe seletos de Londres e Nova York, e foi condecorado como Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França e como Comendador da Ordem do Mérito da Itália. Biografia disponível em: <https://www.whoswho.fr/biographie/daniel-salem-2618>, consultado em 15/10/2023.



Figura 4 As capas dos seis títulos franceses selecionados ao longo do ano de 1981. Fonte: *Maison Française*, n. 352; *Maison et Jardin*, n. 277; *La Maison de Marie-Claire*, n. 169; *Art et Décoration*, n. 231; *La Maison Individuelle*, n. 63; e *Bricolage Tout Faire*, n. 161.

A imprensa da casa como variante do espaço social

A possibilidade de comparar a população de leitores à estrutura da população francesa no mesmo período faz ver, de saída, que o leitorado entrevistado apresenta taxas de pertencimento às categorias socioprofissionais superiores (“*affaire, cadre supérieur*”) mais elevadas do que a média nacional de 10%. Da mesma forma, as categorias que mais remetem às classes médias como a de “*cadre moyen*” também aparecem sobrerrepresentadas entre os leitores relativamente à taxa nacional (14%). Em contrapartida, as posições associadas às classes populares (“*ouvrier qualifié, contremaître*”), que correspondem a 19% da população francesa em 1981, estão sub-representadas no leitorado de três das seis revistas tratadas (Tabela 2), o que condiz com a visão de que a imprensa da casa é em geral escrita para as classes sociais mais favorecidas (Jamet, 1983, p. 19).

Outra base de comparação para caracterizar o leitorado pode ser buscada, uma vez mais, no dossiê *L'économie de la maison*. Como vimos, os artigos que discutem o acesso à casa própria sugerem que a população de compradores e a de leitores de

TABELA 2

As profissões dos leitores chefes de família relativamente às da população francesa (1981)

Categoria Socioprofissional do "Chefe de Família"	População Francesa	MF	MJ	MMC	AD	MI	BTF
profissional liberal, alto executivo	10%	27%	22%	21%	17%	15%	13%
gerente de nível intermediário	14%	19%	24%	25%	22%	20%	18%
funcionário	8%	9%	8%	11%	9%	10%	7%
pequeno empresário	6%	10%	8%	9%	9%	9%	6%
operário qualificado, contramestre	19%	13%	15%	14%	19%	22%	24%
operário especializado, serviçal	12%	5%	6%	7%	8%	9%	11%
agricultor	7%	3%	3%	1%	5%	3%	4%
inativo	26%	13%	13%	13%	11%	11%	16%
<i>Dos quais</i>							
<i>aposentados</i>	<i>83%</i>	<i>67%</i>	<i>78%</i>	<i>73%</i>	<i>78%</i>	<i>85%</i>	<i>85%</i>
<i>outros</i>	<i>17%</i>	<i>33%</i>	<i>22%</i>	<i>27%</i>	<i>22%</i>	<i>15%</i>	<i>15%</i>
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: *Les lecteurs de la presse, 1981*. Elaboração própria. (legenda)

TABELA 3

Antiga profissão dos leitores chefes de família aposentados (1981)

Antiga Profissão dos Aposentados	População Francesa	MF	MJ	MMC	AD	MI	BTF
profissional liberal, alto executivo	11%	45%	43%	32%	21%	29%	20%
gerente de nível intermediário, funcionário	24%	36%	28%	34%	38%	38%	33%
pequeno empresário	8%	0%	9%	7%	9%	6%	5%
operário	39%	16%	17%	19%	26%	23%	39%
agricultor	17%	3%	3%	7%	5%	3%	2%
impreciso	1%	0%	0%	0%	1%	0%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: *Les lecteurs de la presse, 1981*. Elaboração própria.

revistas sobre a casa eram em alguma medida coincidentes. Se nesses estudos os operários qualificados, funcionários e gerentes médios foram os principais compradores de residências unifamiliares na virada dos anos 1980, algumas similitudes podem ser observadas na população de leitores, dado que os efetivos de “chefes de família” operários qualificados, funcionários e gerentes de nível intermediário representam, juntos, por volta de quase metade dos leitores de ao menos quatro das seis revistas (Tabela 4).

TABELA 4

A população de leitores à luz do agrupamento majoritário da população de compradores da casa própria

Chefe de Família “Operário Qualificado, Contramestre” + “Funcionário” + “Gerente Médio” (1981)	%
<i>Maison Française</i>	41
<i>Maison et Jardin</i>	47
<i>La Maison de Marie-Claire</i>	50
<i>Art et Décoration</i>	50
<i>La Maison Individuelle</i>	52
<i>Bricolage Tout Faire</i>	49

Fonte: *Les lecteurs de la presse, 1981*. Elaboração própria.

Tais coincidências não podem fazer esquecer, no entanto, que o agrupamento que representa a maior proporção de leitores reunidos (em torno de 60% do leitorado de quatro das seis revistas) é o que congrega as categorias socioprofissionais mais automaticamente remetidas às três grandes classes sociais da França da época, a saber: “profissional liberal, alto executivo” e “gerente de nível médio”, em forte crescimento na população francesa segundo o censo do INSEE de 1975 em que se baseia a pesquisa do C.E.S.P., além de “operários qualificados”, que “continuam a representar em torno de 38% do total da população ativa” (Thévenot, 1977, p. 6).

O peso da categoria “operário qualificado, contramestre” entre os “chefes de família” que constituem a maior parcela dos leitores dos títulos mais dominados está, aliás, no princípio da primeira oposição apreendida no espaço dos prescritores, não obstante a sobrerrepresentação das categorias superiores e médias entre os leitores dos títulos considerados nas pesquisas do C.E.S.P., como vimos. Efetivamente, se tais revistas tendem a compatibilizar o gosto pelo antigo e o interesse pelo novo, os títulos com maior parcela de operários se inclinam menos às preferências passadistas.

Tomando por indicador os adjetivos que figuraram nas chamadas das capas (Tabela 5), vê-se que, em 59 exemplares publicados ao longo do ano de 1981, apenas *Bricolage Tout Faire*, que recruta 24% do leitorado em domicílios cujo chefe é operário qualificado, não emprega nenhum adjetivo ligado ao passado, enquanto as revistas *a priori* mais modernistas como *Maison Française* e *La Maison de Marie-Claire* acolhem valores estéticos intermediários (“novo clássico”), inclassificáveis (“estilos aleatórios”) e que, por isso mesmo, não dividem as pessoas, propagando o “contemporâneo” que compõe com a “*Belle époque*” e o “inabitual” que não exclui o “barroco”.

TABELA 5

Passadismo versus modernismo nos adjetivos das chamadas de 59 capas (1981)

Revistas	Os Adjetivos e Qualificativos que Remetem ao Antigo/ao Passado
<i>Maison Française</i>	“ <i>belle époque</i> ” – “novo clássico” – “do campo”
<i>Maison et Jardin</i>	rural – “de antigamente” – decorativo
<i>La Maison de Marie-Claire</i>	garimpador de antiguidades (7) – barroco
<i>Art et Décoration</i>	camponês – “ <i>d’hier</i> ” – rústico – antigo – Voltaire – “ <i>de Sceaux</i> ”
<i>La Maison Individuelle</i>	rústico
<i>Bricolage Tout Faire</i>	-----
Revistas	Os Adjetivos e Qualificativos que Remetem ao Novo/ao Presente
<i>Maison Française</i>	“novo clássico” – transformável – contemporâneo – cinza – “superprático”
<i>Maison et Jardin</i>	prático – fácil
<i>La Maison de Marie-Claire</i>	reformado – inabitual – solar (casa movida a energia) – inesperado – útil – “ <i>au présent</i> ” – “estilos aleatórios”
<i>Art et Décoration</i>	“de hoje”
<i>La Maison Individuelle</i>	“campeã da isolação” – solar (2) – moderno
<i>Bricolage Tout Faire</i>	dobrável – em caracol (escada) – regulável – móbil

Fonte: *Maison Française* (n. 343-352); *Maison et Jardin* (n. 270-279); *La Maison de Marie-Claire* (n. 164-174); *Art et Décoration* (n. 225-231); *La Maison Individuelle* (n. 57-66); e *Bricolage Tout Faire* (n. 157-167). Elaboração própria.

Os qualificativos das manchetes das capas podem ser agrupados também em função de sua proximidade com o otimismo ou o pessimismo social. Os esquemas

de percepção que se depreendem das taxonomias das revistas revelam, como vemos na Tabela 6, uma série de pares de adjetivos antagonistas (belo x cômodo, chique x “para todos os bolsos”, alegre x “mil e uma utilidades”, bom x barato, “diferente de todos os outros” x sem mistério, inteligente x “*en dur*”, grande x pequeno) que exprimem, nas normas da “*presse maison*”, as grandes oposições do mundo social aqui representado pela população de leitores. Assim, excluindo-se os adjetivos passadistas e modernistas previamente tratados, vê-se que os atributos que remetem ao “otimismo social de pessoas sem problemas” (alegre, “*de bonheur*”, tônico) estão presentes nos títulos que recrutam seu leitorado majoritário na população dos profissionais liberais, altos executivos e gerentes médios, enquanto que as revistas que contam com mais de 30% de operários (qualificados e especializados) ressaltam predicados ligados às questões mais vitais (barato, menos caro, de baixo orçamento) e, assim, mais condizentes com o “pessimismo antiburguês de pessoas com problemas” (Bourdieu, 1979, p. 332).

TABELA 6

Otimismo versus pessimismo: adjetivos e qualificativos das manchetes das capas de 1981

Revistas	O Otimismo e o Pessimismo Social
<i>Art et Décoration</i>	belo – inglês
<i>Maison Française</i>	bom – “ superchique ” – inteligente – indispensável – italiano – “de criança”
<i>Maison et Jardin</i>	grande – tônico – calmo – alegre (2) – italiano – mediterrâneo – sueco – bom (2) – belo – “de verão” – simpático – “ de bonheur ” – “de montanha” – primavera
<i>La Maison de Marie-Claire</i>	belo – exclusivo – insubstituível – indispensável – “ diferente de todos os outros ” – discreto – “de férias” – “de jardim” – “de outono” – verdadeiro
<i>La Maison Individuelle</i>	razoável – “ para todos os bolsos ” – “ de baixo orçamento ” – “de férias” – pequeno – “de baixo custo” – barato – “ menos caro ”
<i>Bricolage Tout Faire</i>	“por 500F” – cômodo – “ en dur ” – “segundo o seu orçamento” – “ sem mistério ” – “ mil e uma utilidades ” – “ao ar livre” – “por 1 200F” – mini – “do bebê” – “do canto” – “a fabricar”

Fonte: Todos os exemplares das revistas *Maison Française*, *Maison et Jardin*, *La Maison de Marie-Claire*, *Art et Décoration*, *La Maison Individuelle* e *Bricolage Tout Faire* publicados em 1981. Elaboração própria. (legenda)

TABELA 7
Países estrangeiros que foram objeto de uma reportagem nos 59 exemplares de 1981

Número de Reportagens nos 59 Exemplares Publicados em 1981							
Países Estrangeiros	MF	MJ	MMC	AD	MI	BTF	Total
Itália	8	20	0	0	1	0	29
Estados Unidos	3,3	4	1,2	0	1	0	9,5
Bélgica	0	6	1	2	0	0	9
Grécia	0	1	0	2	0	0	3
Marrocos	0	0	2,2	0	0	0	2,2
Reino Unido	0	1	1	0	0	0	2
Suécia	0	1	1	0	0	0	2
Luxemburgo	0	0	0	2	0	0	2
Espanha	1	0	0	0	0	0	1
Dinamarca	0	0	0	0	0	1	1
Alemanha	0	0	1	0	0	0	1
Canadá	0	0	0	1	0	0	1
Índia	0	0	0	0	0	1	1
Singapura	0	1	0	0	0	0	1
“África”	0,6	0	0	0	0	0	0,6
“Caribe”	0,2	0	0,3	0	0	0	0,5
Suíça	0,3	0	0	0	0	0	0,3
Holanda	0,3	0	0	0	0	0	0,3
“Ásia”	0,2	0	0,3	0	0	0	0,5
“América do Sul”	0	0	0,3	0	0	0	0,3
Mali	0	0	0,2	0	0	0	0,2
Argélia	0	0	0,2	0	0	0	0,2
Egito	0	0	0,2	0	0	0	0,2
Total	13,9	34	8,9	7	2	2	67,8

Fonte: Exemplares de *Maison Française*, *Maison et Jardin*, *La Maison de Marie-Claire*, *Art et Décoration*, *La Maison Individuelle e Bricolage Tout Faire* publicados em 1981. Elaboração própria.

Por fim, os adjetivos “inglês”, “italiano” e “sueco” nas capas de três das seis revistas sugerem que os posicionamentos distintivos dos prescritores também podem ser identificados por meio dos países que associam ao “bem-morar”, com todas as representações geopolíticas decorrentes. Tomando-se por indicador os “países estrangeiros que foram objeto de uma reportagem em 1981”, vemos que a abertura ao exterior que teria caracterizado a virada neoliberal se mostrou bem relativa na imprensa da casa. A contagem das residências tidas por exemplares que se localizavam em territórios não franceses (Tabela 7) mostra, com efeito, a concentração em um pequeno número de países situados no eixo Europa Ocidental-América do Norte que são, portanto, os únicos identificados ao “gosto internacional” no contexto francês. Assim, se na luxuosa e cosmopolita *Maison et Jardin* e na modernista e refinada *Maison Française* cultiva-se bastante claramente a italoфиlia, mesmo que os Estados Unidos também sejam celebrados em menor medida, a revista *La Maison de Marie-Claire*, que se quer mais “liberada” e dispõe de um leitorado formado sobretudo por gerentes médios para o chefe da família, faz do Marrocos o país estrangeiro mais celebrado. Testemunho da construção da imagem do Marrocos como país superinternacional (Marchetti, 2017), Tânger figura como modelo de cosmopolitismo (“o centro do mundo”) e abertura ao Ocidente (“duas civilizações, um mesmo sol”). O que não significa, entretanto, que o país norte-africano não deva responder às demandas de exotismo advindas dos países centrais (Casanova, 2008), já que a casa magrebina encanta pelas arcadas típicas da arquitetura árabe mas, também, pela atmosfera “luxuriante” e “apimentada”, e talvez porque os espaços domésticos da outra margem do Mediterrâneo fazem sonhar com um estilo de vida feito de “jantares privados servidos por empregadas domésticas vestidas de luvas brancas” (Thomas, 1981, p. 202).

A Tabela 7 mostra também uma quantidade bastante inferior de reportagens realizadas no exterior pelas mais “populares” *La Maison Individuelle e Bricolage Tout Faire*, cujo leitorado majoritário pertence à categoria “operário qualificado, contramestre”. Tem-se, pois, uma apropriação desigual dos bens simbólicos internacionalizados, com “os interesses diferenciados das classes populares e superiores pelas informações locais e internacionais” (Comby, 2017, p. 25).

Considerações finais

Como sugere a restrita gama de países e, mesmo, de repertórios prescritivos recomendados pelas revistas com maior taxa de leitorado nas categorias socioprofissionais médias e altas, certos procedimentos retóricos tendem a se generalizar na imprensa de maior visibilidade, o que condiz com a natureza da grande produção cultural voltada a um público grande e heterogêneo, como também observado em pesquisas

sociológicas sobre a imprensa de gastronomia (Naulin, 2017). Não obstante isso, as fórmulas editoriais também encontram seu princípio na diversidade dos públicos a que os diferentes prescritores destinam seus produtos, como se procurou mostrar. Dessa forma, se a principal oposição estruturante do campo de produção e circulação de bens simbólicos é a que se estabelece entre o campo da produção restrita e o campo da grande produção cultural (Bourdieu, 1971), pode-se dizer que no universo das artes decorativas mesmo a produção editorial dita “de massa” aqui representada pelas revistas dedicadas à casa é ela também estratificada.

A tentativa de esboçar a estratificação social dos gostos domésticos por meio da produção midiática que acompanhou o surgimento da “França suburbana” (“*France pavillonnaire*”), ou da mais recentemente chamada “França feia” (“*La France moche*”) (Joly, 2010), relacionando-a às propriedades morfológicas de seu público-leitor conservadas nos arquivos do *Centre de Sociologie Européenne*, pode avançar ainda muito além do que foi explorado nestes primeiros resultados. Daqui em diante, efetivamente, o desafio consistirá em articular as informações levantadas nas diferentes categorias sociodemográficas dos leitores que, mesmo com todos os limites dos dados disponíveis apenas de forma agregada, mantêm ainda assim ligação estreita com a gênese social das preferências residenciais. Articuladas à outra via indireta de apreensão dos gostos aqui representada pelo conteúdo da imprensa, tais informações podem levar a identificar a adesão diferencial ao suposto ecumenismo estético da época, em vista dos limites em que essas conciliações são consideradas compatíveis com as propriedades sociais dos leitores e dos grupos de imprensa, e com a própria imagem pública de cada uma dessas revistas dedicadas à casa.

Referências Bibliográficas

- ALBERT, Pierre & LETEINTURIER, Christine. (1983), *La Presse Française*. Paris, La Documentation Française, pp. 67-68.
- BANTIGNY, Ludivine. (2013), *La France à l'ère du monde. De 1981 à nos jours*. Paris, Le Seuil.
- BENYAHIA-KOUIDER. (1977), “Christian Brégou, 56 ans, bâtisseur du groupe de presse et d'édition CEP vient d'en être écarté par le patron de Havas. Au pilon”. *Libération*, 11/07/1997, disponível em https://www.liberation.fr/portrait/1997/09/11/christian-bregou-56-ans-batisseur-du-groupe-de-presse-et-d-edition-cep-vient-d-en-etre-ecarte-par-le_215877/, consultado em 19/10/2023.
- BOURDIEU, Pierre. (1971), “Le marché des biens symboliques”. *L'Année sociologique*. Paris, 22: 49-126.
- BOURDIEU, Pierre. (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris, Librairie Droz.

- BOURDIEU, Pierre. (1977), “La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 13: 3-43.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1990), “Un signe du temps” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 81-82: 2-5.
- BOURDIEU, Pierre; BOUHEDJA, Salah; CHRISTIN, Rosine & GIVRY, Claire. (1990), “Un placement de père de famille”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 81-82: 6-33.
- BOURDIEU, Pierre. (1999), “Une révolution conservatrice dans l’édition”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 126-127: 3-28.
- BOURDIEU, Pierre. (2000), *Les structures sociales de l’économie*. Paris, Le Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. (2021), *O baile dos celibatários: crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução de Carolina Pulici. São Paulo, Editora Unifesp.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, Monique. (1976), “Anatomie du goût”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 2-5: 2-81.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, Monique. (1990), “Le sens de la propriété: la genèse sociale des systèmes de préférences”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 81-82: 52-64.
- BRIET, Marie-Odile; HÉNAU, Valérie & REYNAERT, François. (1989), *Pour en finir avec les années 80. Petite sociologie des snobismes de l’époque*. Paris, Calmann-Lévy.
- CASANOVA, Pascale. ([1999] 2008), *La république mondiale des lettres*. São Paulo, Seuil.
- CHASLIN, François. (1985), *Les Paris de Miterrand. Histoire des grands projets architecturaux*. Paris, Gallimard.
- CHARBONNIER, Nathalie & NAON, Valérie. (1994), *La presse magazine grand public. Stratégies et positions concurrentielles – 1994*. Paris, Editions de l’information d’entreprise.
- COLLET, Anaïs. (2015), *Rester bourgeois. Les quartiers populaires, les nouveaux chantiers de la distinction*. Paris, La Découverte.
- COMBY, Jean-Baptiste. (2017), “Introdução”. In: COMBY, Jean-Baptiste (org.). *Enquêter sur l’internationalisation des biens médiatiques et culturels*. Rennes, PUR, pp. 11-29.
- CUSSET, François. (2006), *La décennie. Le grand cauchemar des années 1980*. Paris, La Découverte.
- “DANIEL SALEM”, *Who’s Who in France*. Disponível em <https://www.whoswho.fr/biographie/daniel-salem-2618>, consultado em 15/10/2023.
- DIX ANS DE STATISTIQUES PRESSE 1982-1992*. (1995), Paris, La Documentation Française, Service juridique et technique de l’information et de la communication.
- DUVAL, Julien. (2019), “Sobre a transformação do sistema dos gostos na França”. In: PULICI, Carolina & FERNANDES, Dmitri (orgs.). *As lógicas sociais do gosto*. São Paulo, Editora Unifesp, pp. 273-308.
- DUVAL, Julien. (2020), “Actes de la Recherche en Sciences Sociales”. In: SAPIRO, Gisèle (org.). *Dictionnaire international Bourdieu*. Paris, CNRS Éditions, pp. 4-6.

- DUVAL, Julien & COULANGEON, Philippe. (2013), “Introdução” e “Conclusão”. In: DUVAL, Julien & COULANGEON, Philippe (orgs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu* (orgs.). Paris, La Découverte, pp. 7-25 et pp. 379-388.
- DUVAL, Julien; HEILBRON, Johan & ISSENHUTH, Pernelle (orgs.). (2022), *Bourdieu et l'art de l'invention scientifique. Enquêter au Centre de Sociologie Européenne (1959-1969)*. Paris, Classiques Garnier.
- FRAVALO, Fabienne (2022), *Art et Décoration, une revue entre deux siècles (1897-1914). De l'Art nouveau à un art décoratif moderne*. Paris, Mare & Martin.
- GARCIA-PARPET, Marie France. (2003), “Styles de vie et manières de boire: un marché de l'offre des biens de prescription œnologique”. *Cahiers Lillois d'Economie et de Sociologie*, 41-42: 177-197.
- HENWOOD, Esther (1980), “Ancien et moderne: une nouvelle alliance”. *Plaisir de la Maison*, 154: 118-119.
- JAMET, Michel. (1983), *La presse périodique en France*. Paris, Armand Colin.
- JOLY, Benoît. (2010), “Carte postale”. *Architectures à Vivre*, 56: 13.
- KAGAN, Jérôme. (2022), *Condé Nast. La fabrique du chic*. Paris, Séguier.
- LAMBERT, Anne. (2015), *“Tous propriétaires !”. L'envers du décor pavillonnaire*. Paris, Le Seuil.
- “LA PRESSE EN 1981”. (1981), *Presse et Statistiques*, n. 8, Bulletin de documentation statistique sur la presse écrite éditée en France. Service technique et juridique de l'information.
- LES LECTEURS DE LA PRESSE, 1981*. (1981), Relatório de pesquisa do Centre d'Étude des Supports de Publicité (C.E.S.P.). Fundos do Centre de Sociologie Européenne, Humathèque Condorcet, cota: EHESS 199HE 267, caixa n. 388.
- LIZÉ, Wenceslas & ROUEFF, Olivier. (2010), “La fabrique des goûts”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 181-182: 4-11.
- LIZÉ, Wenceslas; NAUDIER, Delphine & ROUEFF, Olivier. (2011), *Intermédiaires du travail artistique. À la frontière de l'art et du commerce*. Paris, La Documentation française.
- LIZÉ, Wenceslas; NAUDIER, Delphine & SOFIO, Séverine. (2014), “Les intermédiaires culturels: des experts de l'économie des biens symboliques”. *Archives Contemporaines*, pp. I-XVII. Disponible em <https://hal.science/hal-02874013v1/document>, consultado em 19/01/2020.
- MAGRI, Susanna. (2008), “Le pavillon stigmatisé: grands ensembles et maisons individuelles dans la sociologie des années 1950 à 1970”. *L'Année Sociologique*. Paris, 85: 171-202.
- MARCHETTI, Dominique (2017), “Les nouveaux rapports de forces entre ‘grossistes’ de l'information Internationale: le cas révélateur de la production et de la circulation transnationale de l'information ‘marocaine’”. In: MARCHETTI, Dominique (org.). *La circulation des productions culturelles. Cinémas, informations et séries télévisées dans les mondes arabes et musulmans*. Rabat/Istanbul, Centre Jacques-Berque.
- MARTIN, Laurent. (2005), *La presse écrite en France au xxe siècle*. Paris, Librairie Générale Française.

- NAULIN, Sidonie. (2017), *Des mots à la bouche. Le journalisme gastronomique en France*. Tours/Rennes, Presses Universitaires de Rennes/Presses Universitaires François Rabelais.
- NOURISSIER, François. (1982), *Les honneurs de la maison*. Aix-en-Provence, Pandora.
- PINTO, Louis. (1984), *L'intelligence en action. Le Nouvel Observateur*. Paris, Métailié.
- PULICI, Carolina. (2020), "Les bonnes manières d'habiter: la presse d'architecture et de décoration entre hiérarchies du marché et autorité culturelle, 2000-2015". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 232-233: 86-105.
- REVISTA *BRICOLAGE Tout Faire*. (1981), 165: 134-135.
- ROBERT DES NOMS PROPRES – *Biographie Jean Prouvost*. Disponível em <http://www.thierryprouvost.com/Jean%20Prouvost.html>, consultado em 13/10/2023.
- THOMAS, Claude. (1981), "Tanger". *La Maison de Marie-Claire*, 166: 194-203.
- THÉVENOT, Laurent. (1977), "Les catégories sociales en 1975: l'extension du salariat". *Économie et statistique*. Paris, 91: 3-31.
- VIOLEAU, Jean-Louis. (2005), *Les architectes et mai 68*. Paris, Éditions Recherches.
- VIOLEAU, Jean-Louis. (2016), "L'architecture et l'urbanisme en débat". In: CHARLE, Christophe & JEANPIERRE, Laurent. *La vie intellectuelle en France. Les temps des crises (de 1962 à nos jours)*. Paris, Seuil, vol. 3, pp. 448-455.

Resumo

Os experts do gosto doméstico entre juízo estético e social. Do dossiê L'économie de la maison aos arquivos do Centre de Sociologie Européenne

Desde a publicação de *A Distinção* (1979), de Pierre Bourdieu, diversas pesquisas buscaram apreender as relações entre as preferências culturais e as lógicas de diferenciação social. Este artigo busca contribuir com esses trabalhos por meio do estudo dos prescritores do gosto doméstico na França dos anos 1980, à luz dos dados morfológicos de seus públicos conservados nos arquivos do Centre de Sociologie Européenne. Como se verá, as revistas dedicadas à casa que, para Bourdieu e sua equipe, constituíam um dos principais vetores de aspirações legítimas em matéria de moradia se estruturavam em oposições que reproduziam, segundo as normas de expressão da imprensa da casa, as desigualdades sociais de seus leitores.

Palavras-chave: Prescritores do gosto doméstico; Leitorado das revistas dedicadas à casa; Lógicas de diferenciação social; Arquivos do Centre de Sociologie Européenne; França dos anos 1980.

Abstract

Domestic taste experts between aesthetical and social judgement. From the dossier L'économie de la maison to the archives of the Centre de Sociologie Européenne

Since the publication of Pierre Bourdieu's *Distinction* (1979), several studies have sought to understand the relationships between cultural preferences and the logics of social differentiation.

This article aims to contribute to such work by studying the domestic taste arbiters in France in the 1980s, in the light of the morphological data of their publics preserved in the archives of the Centre de Sociologie Européenne. As will be seen, the home magazines which, for Bourdieu and his team, constituted one of the main vectors of legitimate aspirations in terms of housing were structured in oppositions that reproduced, according to the norms of expression of the housing press, the social inequalities of their audiences.

Keywords: Domestic taste arbiters; Home magazines readers; Logics of social differentiation; Archives of the Centre de Sociologie Européenne; 1980's France.

Texto recebido em 06/07/2024 e aprovado em 15/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.226870,

CAROLINA PULICI é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, autora de *Entre sociólogos* (Edusp, 2008), *As boas maneiras de morar* (Edusp, no prelo), de artigos sobre o espaço residencial das elites e as lógicas de distinção, e coorganizadora de *As lógicas sociais do gosto* (Editora Unifesp, 2019). E-mail: carolina.pulici@unifesp.br.



A corte sem nobreza¹

Polemistas e anti-intelectualismo na mídia

Allana Meirelles*

<https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>

A disseminação de discursos anti-intelectuais, antiacadêmicos e anticientíficos na última década, no Brasil e em outros países do mundo, tem recebido a atenção de diversas pesquisas na área de ciências sociais². De maneira geral, tal fenômeno vem sendo conectado à emergência de grupos e ideias ligados à extrema-direita, bem como ao poder das redes sociais. No caso do Brasil, as análises tendem a se concentrar nos acontecimentos da última década, quando a direita ganha força na política e no chamado “debate público”, chegando à presidência da República em 2018 (Szwaco, 2023; Meirelles, 2021; Meirelles e Fernandes, 2019; Rocha, 2018; Messenberg, 2017; Ortellado e Solano, 2016). Embora a produção de negacionismos, *fake news*, discursos contra a universidade tenha se ampliado sobremaneira nesse período, alguns indícios demonstram que a postura de antípoda tem raízes em disputas e atuações que remontam à década de 1980.

* Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

1. O título se refere mais explicitamente à coluna “Diário da Corte”, que Paulo Francis escreveu durante duas décadas. Mas também remete às obras *Sociedade de Corte*, de Norbert Elias; e *Nobreza de Estado*, de Pierre Bourdieu, cujas análises inspiraram este trabalho.
2. Para citar apenas alguns exemplos, há iniciativas como o GT da Anpocs, intitulado “Confrontando saberes: negacionismos, anti-intelectualismos e autoritarismos”, no qual uma primeira versão deste artigo foi apresentada. Além disso, dossiês temáticos têm sido publicados em periódicos científicos, como o *Pós-verdade, negacionismo e fake news*, na *Estudos de Sociologia*, em 2023; o *Qui a peur des sciences sociales?*, na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 2022.

Em pesquisas anteriores (Meirelles, 2021), verifiquei a divisão do trabalho intelectual na mídia e a estrutura do chamado mercado de opiniões brasileiro (com o recorte de 2014-2018 e ênfase nos agentes que escreviam na grande mídia). A partir de uma perspectiva bourdieusiana, observei que tal estrutura é marcada por hierarquias e polos que se opõem em termos de capitais e trajetórias, de um lado mais ligadas à universidade e ao capital acadêmico; de outro, mais vinculadas à atuação jornalística e midiática. Nessa pesquisa, a figura do “polemista” apareceu como aquela que, no período analisado, apresentou tomadas de posição explicitamente à direita e anti-intelectuais (por vezes, inclusive, anunciadas como tais), ao passo que a universidade, as ciências humanas e, mais especificamente, os chamados de forma genérica “intelectuais da USP” eram recorrentemente acionados como alvos a serem combatidos. Buscando compreender não apenas a propagação mais recente, mas a constituição histórica e sociológica de uma determinada forma de expressão do anti-intelectualismo e/ou antiacademicismo³ nos principais veículos de comunicação do país, no período da Nova República⁴, este artigo se debruça sobre a genealogia do personagem do “polemista” que, em grande medida, encarnou esse papel na mídia.

O artigo dialoga, assim, com um conjunto de pesquisas contemporâneas que tem se dedicado a tornar inteligível parte das batalhas culturais da Nova República, analisando um espaço híbrido, entre universidade e imprensa, intelectuais e jornalistas, no Brasil pós 1980, trazendo à tona os processos de profissionalização da imprensa, especialização acadêmica, diversificação de modalidades de práticas intelectuais, disputas simbólicas em torno do domínio cultural, lutas de classificação em relação às posições de intelectual e jornalista etc. (Meirelles, 2021; Meirelles e Fernandes, 2019; Miceli, 2018; Chiaramonte, 2015) – processos sintetizados na emergência da figura do “intelectual midiático” (Pinto, 2009; Champagne, 1995; Bourdieu, 2013).

Busco esmiuçar como foi se costurando uma afinidade eletiva entre as estratégias de sobrevivência e ascensão no debate público por parte de agentes com disposições propícias a encarnar o anti-intelectualismo e determinadas demandas das instituições de imprensa e radiodifusão – ora ligadas à concorrência simbólica em torno da

3. “Anti-intelectualismo”, “antiacademicismo”, “anticientificismo” são termos que se aproximam, mas não se equivalem completamente. É possível, por exemplo, opor-se à universidade, mas não a outras modalidades de atividade intelectual; pode-se sustentar uma rivalidade com aqueles reconhecidos enquanto intelectuais legítimos, mas não ser negacionista científico. Por isso, tomo como objeto a posição do “polemista”, que, nas suas variadas formas de expressão e contextos, assume o papel de antípoda, por vezes da academia, dos intelectuais em geral e até mesmo da ciência, havendo ainda os que se opõem aos jornalistas profissionais.

4. Tematizado por autores diversos, o caso Dreyfus na França inaugura tanto o papel do intelectual moderno quanto o seu oposto, o anti-intelectual – figuras que disputam entre si e, ao mesmo tempo, se complementam (Charle, 2003; Sapiro, 2004; Passiani, 2018).

autoridade cultural e intelectual no espaço de produção de ideias mais amplo; ora às rivalidades dentro do próprio jornalismo (entre gerações de jornalistas ou entre veículos e empresas); ora às urgências mais comerciais de busca de leitores e audiência (Chiaromonte; 2015; Chiaromonte e Hey, 2018; Bergamo, 2020; Lattman-Weltman e Chagas, 2016; 2017; Meirelles, 2021). O argumento é que, gradualmente, foi se consolidando a posição de “polemista” na mídia, com performances e características específicas na Nova República, em meio a um equilíbrio instável de forças dependentes e, ao mesmo tempo, concorrentes entre si (Elias, 2001), associadas à universidade, ao mercado editorial, aos diversos perfis de jornais e revistas, aos canais audiovisuais, à internet etc.

O artigo partirá da trajetória da figura que se consagrou, nos relatos memorialísticos publicados em jornais, revistas, livros e documentários, como o “maior polemista da imprensa brasileira das últimas décadas do século passado” (Frias Filho *apud* Nogueira, 2010, p. 73): Paulo Francis, autor da coluna “Diário da Corte”. Seguirá para análise de seus “herdeiros” e admiradores – ou seja, colunistas da grande imprensa brasileira que disputaram o seu legado; adotaram estratégias similares em termos de discurso, performance e autorrepresentação; ou foram reconhecidos, ao menos em parte, pela grande imprensa como potenciais substitutos. Entre eles estão: Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi, Luiz Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza e Leandro Narloch. As análises empreendidas neste artigo partiram sobretudo de perfis escritos nos principais jornais do país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – e em uma revista especializada em assuntos concernentes ao próprio jornalismo – *Revista Imprensa*, nas décadas de 1990, 2000 e 2010. Além disso, foi utilizado como fonte de pesquisa o livro biográfico sobre Paulo Francis: *Paulo Francis – polemista profissional* e o documentário *Caro Francis*, além de entrevistas concedidas, por exemplo, ao programa *Roda Viva*.

Esses materiais foram produzidos dentro das mesmas lógicas que atravessam os agentes analisados (quando não publicados pelas mesmas instituições que os lançaram e/ou abrigaram) e muitas vezes têm teor marcadamente laudatório e em poucas situações explicitamente aviltante, de modo que foram tomados como fontes, mas antes de tudo como objeto de análise. Assim, o propósito foi captar as repetições no discurso, as estratégias narrativas, as supressões e os exageros que, intencionalmente ou não, operaram na construção do que a literatura especializada considera como “identidade estratégica” dos agentes (Collovald, 1988; Reis, 2020) ou ainda “figuração pública” dos personagens (Pinheiro, 2024). É na correlação entre a “representação do autor oferecida ao público” (*Idem*, p. 17), os modos de apresentação de si (Goffman, 1985), as estratégias das instituições para consagrarem os nomes

vinculados à sua história (e, consagrando certos jornalistas e intelectuais midiáticos, disputam a própria autoridade) (Bourdieu, 2013, pp. 281-282), as modalidades de prática intelectual (Sapiro, 2012) e jornalística (Neveu, 2006; Champagne, 1995; Bergamo, 2020), os jogos de interdependência e a construção da posição (Elias, 2001), as condições sociais de existência dos indivíduos (seus dados de trajetória) e das instituições (suas inserções no jogo de forças do mercado de opiniões) – ou seja, o encontro entre o *habitus*, o espaço de possibilidades e as tomadas de posição (Bourdieu, 2015b; 2013) – que sobressai a construção histórica da posição do polemista – anti-intelectual – na mídia brasileira.

O ficcionista do jornalismo

“Polemista profissional” é o subtítulo do livro biográfico de Paulo Francis, mas é também o modo como o próprio se considerava (Nogueira, 2010). A primeira parte da designação, acionada nas inúmeras homenagens que recebeu em vida e depois de sua morte, era seguida por complementos como “o maior” ou “o último” do Brasil. Conectando seu detentor a uma posição de suposta raridade, “polemista” carregava então um verniz de nobreza. A combinação dos termos referia-se a uma figura que, com “certo temperamento” e “técnica”, “provoca ódios impúblicáveis em pessoas e círculos” (Nogueira, 2010, p. 71). O par expressa uma posição dupla: de um lado, conectada a um conjunto de regras e práticas consolidadas, remetidas à racionalidade profissional; de outro, representada como singular e passional, fruto de certo carisma (Weber, 2015). Tal duplicidade não se limitava ao perfil de Francis, mas às próprias estratégias de modernização e competição mercadológica da imprensa paulista, especificamente da *Folha de S.Paulo*.

Antes de se inserir na *Folha*, em 1975, Francis foi crítico teatral, viveu a turbulência política e cultural do período ditatorial e as reformas em direção à americanização da imprensa (Nogueira, 2010). Em 1971, mudou-se para Nova York, de onde buscava “registrar os impasses do império americano” (Sá, 2012), cobrindo a política estadunidense e as últimas tendências culturais e de estilo de vida, em um mundo ainda não conectado. Chegou a receber uma bolsa da Fundação Ford. Foi contratado para a *Folha* por Cláudio Abramo, em um momento em que o periódico abandonava a postura cordial com o regime militar e voltava a publicar editoriais. Na época, Paulo Francis era ainda conhecido como de esquerda, tendo sido trotskista. Como afirmado por seu biógrafo: “Numa época pré-globalização e pré-internet, a coluna abria janelas para o mundo cultural e comportamental ao qual poucos brasileiros tinham acesso” (Nogueira, 2010, p. 54). Ali começavam a se delinear as pretensões culturais da *Folha de S.Paulo* (Chiamonte, 2015).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo *Projeto Folha*, que visava à modernização do periódico e era levado a cabo por uma “nova elite” de jornalistas, que se opunha em termos de trajetórias e modalidades de prática profissional à geração de Paulo Francis. Jovens estudantes da USP, muitos deles colegas do herdeiro Otavio Frias Filho, foram recrutados em um momento de identidade entre o periódico e a universidade, rompido pelo caso da “Lista dos improdutivos”, em 21 de fevereiro de 1988 (*Idem*). Na ocasião, o jornal publicou uma lista elaborada pela reitoria da USP elencando os nomes dos professores que supostamente não tinham publicações entre 1985 e 1986. Na época, Francis escreveu o artigo “Nos EUA, acadêmico que não publica está morto”. Por um lado, acionava a lógica do “*publish or perish*” das ciências norte-americanas; por outro, o modelo diletante de conhecimento e a função social do professor: “o acadêmico, pelo menos em tese, é um homem ou mulher que teve o lazer para adquirir conhecimento que o norteie na vida e tem a obrigação, como mestre da juventude, de passá-lo adiante e de ser um exemplo vivo para os jovens” (Francis, 1988). De um modo ou de outro, associava os docentes da USP à incompetência ou à sem-vergonhice, lançando mão, ao mesmo tempo, de argumentos “morais” e artifícios “cômicos” (*Idem*).

A “Lista dos improdutivos”, como analisou detidamente Aline Chiaramonte, visava a traçar para o jornalismo da *Folha* uma posição independente em relação tanto à política quanto ao universo intelectual consagrado, baseando-se em princípios como independência, pluralismo e apartidarismo e disputando com a USP o lugar de baluarte cultural (Chiaramonte, 2015). Não à toa, o jornalismo cultural da *Folha*, concentrado sobretudo no caderno *Ilustrada*, substituiria a conexão com a universidade e seus professores pela ênfase nos produtos da indústria cultural (Lima, 2013): “O caderno passou a destacar a cultura pop e o mercado cultural, a criar e alimentar polêmicas, a tratar com irreverência obras e artistas considerados “intocáveis” por representarem a luta contra a ditadura” (Pinto, 2012, p. 86).

Institucionalmente, a imprensa passava por um momento de transição, dedicando-se à modernização e à busca por certa independência. Individualmente, Paulo Francis caracterizava-se pelo distanciamento em relação às instituições formais de ensino (acompanhado da afirmação de certa superioridade de seus investimentos em relação à formação oficial), pelas experiências no campo da arte (especialmente o teatro) e pela pretensão de erudição (expressa nas declarações sobre sua avidez literária, por exemplo). O encontro entre o contexto e o *habitus* permitia a sobrevivência da posição do “polemista profissional” no jornal – apesar das tendências de racionalização jornalística – e, ao mesmo tempo, a consagração dessa posição – visto que tal forma de atuação havia se tornado rara e era ocupada por uma figura com certo nível de prestígio.

Ainda assim, com o tempo, o que era trunfo foi se mostrando um empecilho ao projeto da *Folha*. Por um lado, Francis personificava a “polêmica” e a “irreverência” – propostas da *Ilustrada* (Gonçalves, 2008, p. 282); por outro, distanciava-se dos parâmetros do jornalismo profissional – esperados, sobretudo, nas editoriais ditas “sérias”, como política, economia e internacional (Marchetti, 2005). Em 1989, encenou uma controvérsia pública com Caio Túlio Costa, então *ombudsman* da *Folha*, que trouxe à tona tais contradições. Após um artigo de Francis contra Lula, durante as eleições daquele ano, o jornal recebeu uma série de críticas dos leitores, a que o *ombudsman* respondeu no artigo “Petismo, Paulo Francis e o mito de Narciso”, distinguindo o Francis das editoriais de economia e internacional do personagem que escrevia na *Ilustrada*:

[...] não se deve cobrar jornalismo nesse tipo de artigo que Francis faz. Ali ele é mais o Francis ficcionista, o cronista dos tempos. Diz besteiras e coisas sábias. Escreve o que muitos pensam e não ousam falar em voz alta. É preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados, é o Paulo Francis de sempre – irreverente e destemido (Costa, 1989).

Francis se ofendeu por ser questionado enquanto jornalista (Francis, 1990) e ter sua credibilidade e profissionalismo em xeque, diante do anúncio de suas imprecisões, chutes, leituras malfeitas, achismos⁵. Nesse sentido, o episódio é expressivo tanto como ilustração da mudança por que a imprensa brasileira vinha passando, quanto de sua contradição. O processo de profissionalização (com aplicação de normas de apuração e escrita) que exigia o distanciamento da intelectualidade uspiana, da crítica acadêmica e estimulava polêmicas públicas, cultura pop, figuras controversas também afastava a prática jornalística do exercício diletante, espontâneo, impulsivo⁶. Jornalismo e polemismo ora se afastavam, ora se encontravam. Apontado como o “último polemista de uma imprensa cada vez mais acomodada e avessa ao legítimo debate” (*Revista Imprensa*, 1990, p. 30), Paulo Francis pouco a pouco não poderia mais ser caracterizado como jornalista (Costa *apud Revista Imprensa*, 1990, p. 29).

Tentando conciliar pretensões em boa medida inconciliáveis – autoridade cultural e competição mercadológica ferrenha, credibilidade profissional e apelo ao público –, a imprensa se servia da figura do “polemista”, mas buscava deixá-la circunscrita ao lugar caricato, tal qual o que Francis ensejou – sobretudo a partir de sua atuação na Rede Globo, de 1981 em diante, com, inclusive, imitações do

5. Tais práticas seriam hoje consideradas como *fake news*. Sobre isso, ver Miguel, 2022.

6. Tais transformações também são apontadas como parte de um processo de americanização do jornalismo brasileiro, iniciado décadas antes (Ribeiro, 2003). Nesse sentido, o jornalismo se afastava do modelo francês, em que “trabalhar para um jornal é uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política” (Neveu, 2006, p. 26).

humorista Chico Anysio. Separava-se progressivamente a posição daquele que apura e respeita as regras internas (o repórter profissional) e aquele que opina de modo mais pessoal, em primeira pessoa (o “polemista”, “cronista”, “ficcionalista do jornal”), demonstrando também os processos de diversificação interna e divisão do trabalho. Incorporando o polemista como um personagem teatral, como ele próprio entendia, Francis assumia: “Gosto de plateia, quero mantê-la cativa, afinal vivo disso há quarenta anos” (Silva, 2017) – revelando que, apesar das frequentes emulações de erudição, ele jogava no polo mais submetido às pressões da audiência (Bourdieu, 2015b).

Se, por um lado, a sedução da plateia garantia um corpo de leitores e espectadores para as empresas de comunicação, respondendo às urgências econômicas imediatas, por outro, os recorrentes erros factuais de Francis colocavam em xeque a credibilidade profissional e a autoridade que a *Folha* tanto vislumbrava, enfraquecendo sua legitimidade jornalística (Champagne, 1995). Assim, a celeuma foi encerrada com um artigo da direção do jornal, intitulado “*Folha* aplica seu manual e encerra polêmica”, recorrendo aos procedimentos afirmados pelo *Manual de redação*, um dos frutos do *Projeto Folha*. Marcava, desse modo, a posição de árbitro e priorizava as regras profissionais em detrimento da polêmica. Naquele momento, Francis já vinha perdendo o lugar de “mito intocável” e era rebaixado ao segundo lugar no índice de preferência dos leitores da *Folha* (*Revista Imprensa*, 1990). Na liderança, chegava o sociólogo formado pela USP e colunista de economia, Joelmir Beting – o que evidenciava não apenas a disputa entre figuras individuais, mas entre formas de conhecimento (diletaante × especializado), temáticas/disciplinas (cultura/comportamento × economia), performances (agressiva, cômica × precisa, didática) e, conseqüentemente, modalidades de intervenção política (Sapiro, 2012). Menos explícita, porém, era a interdependência entre tais posições, apesar de todas as contendas. Francis ensinava, no debate cultural e na performance polêmica, o que vinha se instalando no circuito econômico e técnico, ou seja, um receituário estadunidense, a defesa de uma posição antiestatal e o elogio ao capitalismo: “[...] o Estado assumir e administrar [...] leva à perpetuação da miséria, do atraso, da estagnação. Capitalismo no Brasil é uma questão de sobrevivência” (Francis, [1985] 2012).

Em 1990, Francis se transferiu para *O Estado de S. Paulo*, a convite do então diretor Augusto Nunes⁷, empenhado em bater a concorrência da *Folha*, em “trazer para o jornalão da família Mesquita o cetro perdido da polêmica e da modernidade

7. Mais contemporaneamente, Augusto Nunes alinhou-se ao bolsonarismo, sendo inclusive um dos criadores da revista *Oeste*, em 2020, apresentada explicitamente como “conservadora”, a favor de mais capitalismo e do Estado mínimo.

na Imprensa brasileira” e desfazer a pecha de jornal envelhecido ou de “mausoléu redecorado” (*Revista Imprensa*, 1991, p. 20). Foram as marcas de “ousadia” e “polêmica” que fizeram de Paulo Francis o trunfo na competição entre os dois periódicos paulistas: “Arrebatou o principal colunista do maior concorrente era, pois, como ter Pelé jogando a seu lado” (Nogueira, 2010, p. 8). Assim, o *Estadão*, que competia mercado, mas também a representação de “inovação” e “qualidade”, valia-se do recurso que outrora havia atraído leitores para a *Folha*.

De um lado, o *Estadão* afirmava o aumento das vendas e do interesse no jornal por causa do novo colunista; de outro, a antiga casa de Francis buscava frisar sua decadência (*Revista Imprensa*, 1991). Em 1996, por exemplo, o colunista formado em Ciências Sociais pela USP, Marcelo Coelho – da mesma geração de Caio Túlio Costa e Otavio Frias Filho –, dizia: “Sente-se [Paulo Francis] vocacionado, contudo, à provocação. Provocação que fazia sentido quando ele escrevia na *Folha* nos anos 80. Passou para *O Estado* e não percebeu, creio, que funciona ali como o ‘id’ babante do leitor estadônico da terceira idade” (Coelho, 1996). E acrescentou: “A provocação que ele exerce contra a esquerda, no *Estado*, cai no vazio, e é ao mesmo tempo mais escandalosa do que antes, pois significa apenas adesismo” (*Idem*). Ou seja, não era o polemismo em si que sustentava prestígio e ares de vanguarda, mas a combinação entre a figura polêmica e o jornal pretensamente “plural”, “profissional”, “apartidário” e todas as outras representações que a *Folha* defendia para si. Ali, Coelho ainda afirmava “Temos assim um intelectual tomado pela doença do anti-intelectualismo” (*Idem*).

No fim da década de 1990, a força do “anti-intelectualismo” passava a ser detectada. O próprio herdeiro e diretor de redação da *Folha*, Otavio Frias Filho (1957-2018), publicou em 1997 um artigo intitulado “A vitória de Merquior”, em que elencava os nomes de representantes “liberais” e “conservadores” que atuavam contra certos inimigos comuns:

Nesta década Nelson Rodrigues foi canonizado, Paulo Francis e Roberto Campos foram consagrados, Arnaldo Jabor converteu-se em polemista, o escritor Olavo de Carvalho acaba de virar capa de revista, o poeta Bruno Tolentino deflagrou controvérsias violentíssimas. Os anos 90 são uma era de intenso revisionismo cultural. É pena que José Guilherme Merquior não tenha vivido para presenciar a vitória, embora os que combatem sob sua insígnia continuem a lutar encarniçadamente, como se estivessem cercados num desfiladeiro sem se dar conta de que o adversário sumiu (Frias Filho, 21 ago. 1997).

Tais inimigos – “o marxismo, a psicanálise, o estruturalismo, qualquer sistema totalizante que pretenda subordinar o comportamento humano à suposta ação de forças impessoais, invisíveis e inconscientes” (Frias Filho, 1997) – estariam represen-

tados pela USP e sua intelectualidade “hegemônica”, de mentalidade “‘progressista’ – vagamente humanista e de esquerda”. Ainda pelos olhos de Frias Filho, se a influência dessa intelectualidade se expandiu para os meios artísticos e jornalísticos, e ganhou “força moral” no combate e na perseguição da ditadura, ela teria “colapsado” ao final da década de 1980 e nos anos 1990, com a mudança do mundo, tornando-se meramente “destroços”, “espancados” pelos “revisionistas” (*Idem*). A oposição marcada entre polemistas liberais e conservadores contra “intelectuais progressistas da USP” continuará, porém, presente nos debates das décadas subsequentes (Meirelles, 2021).

Herdeiros do “francismo”

A despeito das críticas internas, a *Folha de S.Paulo* foi, ao longo dos anos, buscando preencher o vácuo deixado por Francis na *Ilustrada*. O primeiro substituto foi Arnaldo Jabor, que anos antes havia participado de polêmica pública no jornal justamente com ele e, na década de 1960, tinha sido seu interino na crítica teatral do *Última Hora*. De alguma forma, repetia-se a fórmula de sucesso: Jabor era cineasta, havia participado do movimento estudantil nos anos 1960 e de um jornal de vanguarda, o *Metropolitano* (que ele chamava de “avô” da *Ilustrada*) (Jabor *apud* *Imprensa*, 1993). Na *Folha*, envolveu-se em algumas controvérsias e, diante da acusação de que vinha deixando de ser de esquerda, respondia: “a verdadeira esquerda sou eu [...]” (*Idem*).

Jabor defendia a mistura entre realidade e ficção: “Acho que objetividade no Brasil não dá conta da loucura nacional. Você é obrigado a criar fantasia para explicar a realidade, porque a nossa realidade é tão ficcional que só a ficção dá conta dela” (*Revista Imprensa*, 1996). Nessa mesma entrevista, criticou Fernando Henrique Cardoso por achar que “sociologia e ciência política podem explicar os fenômenos brasileiros”. Acionava seu passado de ficcionista como trunfo na compreensão da realidade brasileira e citava Nelson Rodrigues como cartada de legitimação (escritor, inclusive, que inspirou vários de seus filmes). Nelson já foi analisado como o “último grande folhetinista brasileiro” e “o melhor exemplo de contaminação entre jornalismo e ficção” (Costa, 2005, p. 241).

Jabor seguiu os trilhos de Francis: tornou-se comentarista da Rede Globo em 1995, substituiu-o no *Manhattan Connection* após sua morte (1997-2002) e, nos anos 2000, moveu-se da *Folha* (1991-2001) para o *Estadão* (Moraes, 2004). Após a morte de Francis, Jabor passou a disputar seu espólio: “de certa forma, eu sou um discípulo do Francis, um jornalista extraordinário. Uma pessoa da maior importância no novo jornalismo brasileiro, com suas opiniões e aquela enorme irreverência crítica, o primeiro a tratar a esquerda sem respeito” (Jabor *apud* Moraes, 2004). Apresentado como “irreverente”, “iconoclasta”, de “gestualidade teatral”, sobretudo

por sua atuação televisiva, Jabor aderiu à posição de celebridade aclamada e odiada pelo público. Ao ser questionado se não seria paradoxal um “cineasta integrante do Cinema Novo [...] ter se tornado um comunicador por excelência”, ele respondeu: “Eu nunca gostei de fazer filmes incomunicáveis. Fazer filmes pensando no sucesso e no agrado do público é uma atitude mais do que legítima, desde a Grécia antiga” (*Idem*) – mais uma vez, a demonstração semiconsciente dos agentes de suas dependências em relação às lógicas da audiência (Bourdieu, 2015b). Como o obituário da *Folha* apontou, foi sua atuação na imprensa, no rádio, mas principalmente na TV que deu a ele a visibilidade que nunca teve no cinema (Haddad, 2022). Falecido em 2022, foi rememorado nos jornais por suas obras cinematográficas, mas principalmente pelo papel de “polemista inconformado”.

Com Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi disputaria o lugar daquele que mais “encarna[ria] o francismo” na imprensa brasileira (Venceslau, 2005; Alcântara, 2007), chegando a ser chamado por seus detratores de um “subproduto de Paulo Francis” (Velooso *apud* Merten, 2003). Iniciado na revista *Veja* na área de cultura, tornou-se colunista da mesma no final dos anos 1990 e substituiu Jabor no *Manhattan Connection* em 2003. Morando em Veneza, recuperava o tom depreciativo em relação ao Brasil presente na postura do mestre e se contrapunha a Jabor – como adversários cúmplices, que por combate iam consagrando a posição de polemista: “Ele é um torcedor, eu não. Ele quer o bem, eu quero o mal. Somos antípodas. Ele faz polêmica a favor... eu contra” (Mainardi *apud* Venceslau, 2005). A partir dos comentários sobre cultura, Mainardi foi se movendo cada vez mais para os debates políticos, transformando a oposição ao PT em mote preferido: “A minha função era debochar com liberdade, ironizá-lo [Lula] [...] Eu não sei se é verdade, eu confio em qualquer um que me diga algo negativo a respeito do presidente da República, então eu publico” (Mainardi, 2012).

Em uma época em que o jornalismo profissional e suas regras deontológicas haviam se estabelecido, Mainardi já não se dizia “jornalista”, lugar que Francis chegou a reivindicar: “Não tenho fonte, não sou jornalista e não quero usurpar o lugar deles” (Mainardi, 2012). Dizia-se “cronista”, baseava-se em sua “intuição”, afirmava que a crítica vinha de um ponto de vista “sempre cultural” e, quando confrontado pelos limites que teria ultrapassado, justificava-se como alguém que estava “debochando”, fazendo “piada” do presidente e não uma apuração jornalística: “Eu acho absurdo que alguém seja processado e tenha que pagar por uma piada. [...] Eu não queria passar para política [...]. Eu queria estar nas páginas de Cultura, de Artes e Espetáculos. [...] Era o que eu saberia fazer. Eu não sou Dora Kramer”. Além disso, afirmou: “A política foi divertida, porque eu pude discutir questões culturais, que se transformaram em morais e policiais, mas não porque eu escolhi assim, mas porque o governo

enveredou por essa linha” (*Idem*). Nessa entrevista, realizada em 2012, Mainardi chegou a afirmar ter deixado de vez a política. Em 1º de janeiro de 2015, porém, lançou o *site O Antagonista*, com a intenção declarada de derrubar o governo Dilma.

Nas entrevistas que concedem, as oposições colocadas vão ajudando a desenhar a posição e a representação que esses polemistas fazem de si: as críticas à universidade e às ciências sociais (“uma gana danada de ridicularizar, debochar da obra sociológica dele [FHC]”), por um lado, e a negação da posição de jornalista (“Eu não sou Dora Kramer”; “não quero o Pulitzer”), por outro, traçam um lugar que não é o do repórter profissional, muito menos o do intelectual acadêmico. O deboche, por um lado, e o denunciamento contra corrupção, por outro, vão associando a figura descompromissada, descontraída com a do cidadão indignado defensor da moralidade pública. Mais ainda, Mainardi argumentou nessa mesma entrevista que a oposição entre esquerda e direita não faria mais sentido. Na narrativa, a combinação entre o lugar daquele que supostamente não tem vínculos, sejam eles profissionais ou políticos, e a função de incomodar o poder e fugir do “conformismo” da imprensa opera como exaltação de uma posição que reivindica para si o reconhecimento da independência e coragem (atributos simbólicos historicamente ligados à consagração do jornalista e mesmo do intelectual, sobretudo no período da ditadura militar – Moraes, 2017; Meirelles, 2021). Mascaram, porém, para o leitor e, muitas vezes, para os próprios, o lugar de subserviência que ocupam em relação aos chefes e editores; a dependência que possuem em relação às vendas dos jornais e revistas, à elevação da audiência dos canais de rádio e TV; a subordinação às lógicas econômicas e políticas dominantes (Meirelles, 2021). Além disso, ao lançarem mão do humor, do deboche, da ironia⁸, buscam se afastar de qualquer tipo de responsabilização sobre suas palavras – uma associação cômoda que permite uma via de mão única, em que apontam as hipocrisias de todos, mas não podem ser incomodados em suas atuações.

Polemismo na era da blogosfera e das redes sociais

Nos anos 1990, os colunistas-jornalistas vinham ganhando espaço nos periódicos, mesclando análise política e econômica com apuração jornalística. A exigência do diploma de jornalismo, nas décadas anteriores, levou vários nomes experientes a converterem seus trunfos em capacidades administrativas para ocuparem os cargos de chefia ou a se transferirem para o colunismo político ou econômico como formas de se manterem nas redações (Abreu, 2017). Vários desses colunistas ganhavam esses espaços menos para a reprodução de opiniões de caráter pessoal – como no

8. Fenômeno, aliás, que não está restrito aos polemistas ou à direita.

caso dos colunistas-polemistas – e mais como resultado da atividade de repórter, ligada à apuração, à conversa com fontes, à busca por pontos de vista diferentes, ao tom mais analítico. De alguma maneira, jornalistas experientes passavam a se distinguir dos jovens profissionais diplomados que entravam nas redações por meio da ocupação dessa posição de “colunista”, opondo as “narrativas sem autor”, de um lado, à “autonomia” das posições de maior prestígio, de outro (Bergamo, 2020). Mantinham, ainda assim, as experiências de reportagem como capital simbólico do ofício (*Idem*), o que se distinguia em grande medida das formas de legitimação dos colunistas-polemistas (Meirelles, 2021).

O confronto entre modalidades de prática profissional ligadas ao jornalismo, de forma geral, e ao colunismo, mais especificamente, se expressa, de alguma forma, nas recorrentes críticas à imprensa dos anos 1990 e início dos anos 2000. Repetidas vezes, ela seria chamada de chapa-branca, conformista, governista, tanto no governo de FHC quanto no primeiro mandato de Lula (Venceslau, 2005). Em várias dessas críticas, é justamente a “polêmica” que aparece como contracorrente, alternativa aos textos menos opinativos e pretensamente “imparciais”. A perspectiva mais técnica no jornalismo encontrava-se com a ascensão dos *experts* (especificamente, os economistas) enquanto elites dirigentes e intelectuais, na economia e na política (Dezalay e Garth, 2000). Como adversários cúmplices, tais modos de atuação consolidavam a uma só vez a posição de quarto poder da imprensa (que defendia para si o lugar também de baluarte moral da sociedade brasileira) e de avessa ao Estado (construído como centro de imoralidades, corrupções e ineficiências): no debate intelectual e cultural, os polemistas se concentravam sobretudo nas críticas e oposições já mencionadas, além do elogio ao *american way of life* e suas formas de gestão e financiamento intelectuais e culturais; no político e econômico, jornalistas e *experts* trabalhavam especialmente na sedimentação do vocabulário mercadológico e liberal (privatização, gestão eficiente, abertura do capital etc.) (Meirelles, 2020).

De maneira geral, o desenvolvimento da internet acarretou mudanças nas mídias ditas tradicionais, com a hiperconcorrência (entre os veículos e entre os próprios profissionais) e a consequente precarização do trabalho (Adghirni, 2012; Pontes e Mick, 2018). O impacto do novo meio se atrelou a um conjunto de crises econômicas e políticas, que se conectava a fatos como: o endividamento das grandes corporações de mídia devido aos grandes investimentos na informatização e à deterioração do Real (Gonçalves, 2008; Pilagallo, 2012); a perda de fatias publicitárias (inclusive estatais) por parte da imprensa em benefício dos meios eletrônicos e da internet, durante o governo Lula (Lattman-Weltman e Chagas, 2016; 2017). A fim de sobreviver à concorrência, os jornalões – que investem não apenas nos ganhos comerciais, mas também nos jogos de poder – adotaram como estratégia a “(re)

partidarização”, priorizando um público fiel de assinantes, com o qual alimentava afinidades políticas (*Idem*).

Se a partidarização tem certo custo e limites (em termos de intensidade e tipos de tomadas de posição) na imprensa, na internet, sem qualquer regulação, a lógica predominante é a do nicho e, portanto, todas as formas de ideologização encontram espaço (Lattman-Weltman e Chagas, 2017). Assim, as possibilidades abertas pelo novo meio (seja pela entrada de grandes portais na concorrência com as empresas de comunicação tradicionais; seja pela possibilidade de atuação profissional em *blogs*), associadas às crises políticas – como a do Mensalão, ocorrida justamente neste momento de transição –, também provocaram a multiplicação dos jornalistas e outros profissionais dedicados à produção e à reprodução de opiniões políticas. Repórteres experientes saídos da grande imprensa, discordantes das formas de cobertura política de determinados episódios políticos, criaram *blogs* que ficaram conhecidos como “progressistas” e se pretendiam alternativos em relação aos grandes jornais, revistas e canais – os quais passaram a chamar de Partido da Imprensa Golpista (PIG) (Guazina, 2013). Seguindo essas tendências, os próprios veículos tradicionais começavam a investir em *blogs*, muitos deles comandados por figuras “polêmicas”, revigorando a prática. É interessante notar, aliás, como uma certa continuidade entre as lógicas dos cadernos de cultura e as da blogosfera é recorrentemente traçada: “A *Ilustrada* foi a internet da década de 80” (Gerald Thomas *apud* Gonçalves, 2008, p. 5); “os autores [do caderno] têm licença para o exercício do personalismo e da iconoclastia” (*Vêja São Paulo apud* Gonçalves, 2008, p. 5).

Também o biógrafo de Francis afirmou que ele poderia “ser considerado um pioneiro dos blogueiros”: “Francis nos abria horizontes com o ‘Diário da Corte’, sua coluna de comentários secos, personalíssimos e escritos em jorros, sem revisão – uma espécie de *blog avant la lettre*” (Nogueira, 2010, p. 8). A modalidade que, na década de 1990, vinha se tornando rara, com a internet, tornou-se uma jogada estratégica, em termos econômicos, políticos e culturais. O colunismo, a uma só vez, barateava o custo da produção jornalística (em comparação às grandes coberturas e reportagens), atendia a demanda por opiniões diversas relacionadas aos nichos da internet e muitas vezes gerava polêmicas e, conseqüentemente, atraía o público. Se antes passar a colunista significava prestígio profissional, esse posto foi se tornando mais ambíguo: pode ainda indicar consagração, credibilidade, legitimidade; mas pode também configurar-se como um lugar mais vulnerável às oscilações políticas e culturais visando justamente à linha de frente de determinados combates que garantem audiência aos veículos de comunicação (Meirelles, 2021). Com isso, vários nomes foram ganhando mais espaço para disputar o lugar de “polemista profissional”, antes anunciado como derradeiro pela morte de Paulo Francis.

Nesse jogo, as revistas também tiveram atuação crucial. A *Veja* se tornou um dos veículos mais empenhados no antipetismo nos anos 2000 e 2010. Desde finais da década de 1990, as revistas vinham assumindo jogadas mais agressivas de competição, com a entrada da *Época* no mercado em 1998. Buscava-se o furo de reportagem, “em que o governo invariavelmente aparecia como alvo das investigações. Essa dinâmica marcaria toda a segunda metade do primeiro mandato de Lula” (Pilagallo, 2012, p. 297). Além de Mainardi, a *Veja* teve, entre 2006 e 2017, Reinaldo Azevedo como articulista e blogueiro – outro nome que ficou conhecido por sua ferrenha oposição ao PT. Azevedo tinha sido editor-chefe nos anos 1990 e início dos anos 2000 de uma revista identificada como mais à direita do espectro político – a *República*. Na *Veja*, Reinaldo tornou-se um dos *blogs* mais acessados do Brasil, com 200 mil visualizações diárias em 2013 (Demario, 2013). Assumia-se como um liberal-conservador, um representante da direita, “católico” e “caipira”. Utilizava-se de certo humor, mas colocava-se sobretudo como uma espécie de porta-voz da maioria da população brasileira, “conservadora” (*Idem*)⁹.

A revista *República*, que Reinaldo Azevedo havia chefiado, foi um dos primeiros canais da imprensa a dar visibilidade a outro nome do polemismo: o filósofo autodidata Olavo de Carvalho, que se tornou capa da revista em 1997, após a publicação do livro *O imbecil coletivo* e que, à época, tinha pretensões de se estabelecer como crítico cultural. Antes disso, Olavo havia ganhado do então diretor de redação de *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade, um espaço no jornal para criticar um parecer negativo ao seu artigo “Uma filosofia aristotélica da cultura”, recebido do comitê editorial da revista *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Orsini, 1994; Carvalho, 2001). A celeuma recebeu algumas páginas do periódico. Desde então, ele passou a se dedicar a acusações e detrações de professores universitários e jornalistas em artigos da imprensa, livros e, posteriormente, em postagens de redes sociais. Nos anos 2000, Olavo se tornou colunista de dois periódicos das Organizações Globo: o jornal *O Globo* e a revista *Época*, então comandada pelo já citado Augusto Nunes. Não ficou muito tempo. De todo modo, continuou escrevendo artigos na imprensa, no *Diário do Comércio*, e aparecendo na grande mídia. Em 2006, sua entrevista na *Ilustrada* foi intitulada “‘USP é templo da vigarice’, diz Olavo”, em que associava os professores da universidade à corrupção:

O que quer que venha da boca de Chauis e Giannottis é sempre camuflagem, pose, hipocrisia. Essa gente já deveria estar embalsamada faz muito tempo em alguma espécie de IML intelec-

9. Reinaldo Azevedo, no entanto, passou a converter suas posições políticas a partir da prisão de Lula e da eleição de Jair Bolsonaro, sendo exaltado inclusive entre os petistas.

tual. Cansei de ouvir besteira. “Intelectual de esquerda”, seja tucano, petista ou qualquer outra porcaria, tem para mim a confiabilidade de uma nota de R\$ 3. A USP sempre foi o templo da vigarice intelectual, e o sujeito que começa com safadeza no campo das ideias acaba sempre inventando algum mensalão para se remunerar do esforço de embrulhar a plateia (Carvalho *apud* Gonçalves, 2006).

Olavo de Carvalho, que se tornou uma espécie de guru do governo Bolsonaro, vislumbrava posições, reconhecimentos e legitimidade intelectual – historicamente associada à universidade no Brasil (Pinheiro, 2011). Olavo não se contentava mais em criticar os professores e as universidades nas páginas dos jornais, como um representante da imprensa em busca da autoridade cultural no debate público. Buscava ser levado a sério como filósofo e professor. Percebendo que tal reconhecimento jamais viria por parte dos setores legitimados da vida intelectual brasileira e que havia na internet uma possibilidade de atuação, potencializou os anti-intelectualismos e negacionismos já presentes.

Da segunda metade dos anos 2000 em diante, a partir do Mensalão, a aliança entre a oposição à intelectualidade uspiana e o combate à corrupção encontrou um terreno fértil para se difundir enquanto perspectiva crível – tal como nesse artigo de Olavo. Os discursos contra o politicamente correto, a esquerda, os professores da USP, os petistas e comunistas, os defensores dos direitos humanos, associando-os a bandidos e corruptos, foram se tornando gradativamente mais presentes nos canais de televisão e rádio, nos jornais e revistas, nos *blogs* e redes sociais nascentes (Messenberg, 2017; Meirelles, 2021). O circuito estabelecido entre grandes meios de comunicação, internet e produções editoriais foi ampliando a abrangência e a difusão das ideias desses polemistas. Ao mesmo tempo que a mídia chamada “tradicional” temia as “novas mídias”, elas também estabeleciam cooperações e redes comuns. Acomodados nos principais jornais e revistas do país, eventualmente convidados para entrevistas e comentários em programas de rádio e televisão, com *blogs* com alto volume de visitas, livros *best-sellers* e seguidores em redes sociais, os polemistas foram se multiplicando no debate público, alastrando seus modos de atuação.

Além disso, o período Lula viu também crescer o modelo chamado de “jornalismo popular” (Lattman-Weltman e Chagas, 2016), o que impactou não apenas economicamente o espaço da produção jornalística, mas também seus padrões estilísticos. Os autores mostram como os ditos “jornais populares” apostaram em uma jogada diferente daquela operada pelos “jornalões”: em vez de investir em fidelizar o público de assinantes e garantir certo prestígio diante dos lances publicitários, eles priorizaram uma abordagem “abrangente do ponto de vista político, na maior parte das vezes, simplesmente evitando a contenda, ou, quando necessário, incorporando uma linguagem

que procura satirizar igualmente os dois extremos no espectro político-ideológico” (*Idem*), vendo assim sua circulação crescer e seus títulos multiplicarem. “O resultado é um jornalismo ‘tabloidizado’ e ‘populista,’ acima de suspeição e compromisso que não o com sua própria base de leitores”, afirmam os autores. Mais do que isso, é possível identificar também o caráter antipolítico, a tendência à equiparação dos polos, à construção de uma narrativa sobre ausência de vínculos, que se combinam em alguma medida com as disposições dos polemistas. É possível ainda pensar em como a estética desse “jornalismo popular” – especialmente, aquela presente no noticiário policial e futebolístico – acabou afetando outros tipos de produção, inclusive aqueles voltados ao “debate de ideias” e, sobretudo, o polemismo.

O mercado editorial também passou por transformações (Silva, 2018). No final dos anos 2000 e início dos anos 2010, editoras como a Record e a Leya investiram nos livros antipetistas, sob o argumento de que haveria uma demanda reprimida pelos pensamentos liberal e conservador (Borges, 2015). As redes sociais estavam surgindo e chamavam a atenção pelas pretensas possibilidades de publicações “sem filtro”. Os jornais *mainstream* ampliavam seus representantes da polêmica: Rodrigo Constantino foi convidado por João Roberto Marinho a escrever em *O Globo*, assim como foi chamado pela *Véja* para ter um *blog*, a partir das conexões estabelecidas via o *think tank* Instituto Millenium; Guilherme Fiuza tornou-se também colunista d’*O Globo* e da revista *Época*; Luiz Felipe Pondé foi convidado por Otavio Frias Filho a escrever na *Ilustrada* “para quebrar o coro dos contentes”; Leandro Narloch virou blogueiro da *Véja* e colunista da *Folha*.

O período que vai de junho de 2013 à eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi marcado pelo que se chama de “emergência da (nova) direita” (Rocha, 2018). Os nomes que já estavam presentes no mercado de opiniões foram recrutados por empresas interessadas em se valer do antipetismo latente, tais como a rádio Jovem Pan e a Gazeta do Povo. Nos canais, as oposições foram ganhando ares mais violentos, com brigas ao vivo, xingamentos, vocabulário cada vez mais policial e agressivo. A euforia nas redes sociais, desdobradas em movimentos de rua, aguçava o escancaramento dos limites. As batalhas em torno do arbítrio cultural entre jornalistas e acadêmicos, que antes se concentravam em artigos e editoriais dos grandes jornais e tinham pretensões de erudição e autoridade cultural, se alastraram pelo circuito: imprensa – TV e rádio – mercado editorial – *blogs* e redes sociais. Tomaram uma proporção de “guerra cultural” com a internet e reconfiguraram seus centros de disputa: não mais a imprensa profissional buscando legitimidade intelectual diante da universidade, mas agora a lógica midiática e polêmica contra as instituições formais – o próprio jornalismo profissional (do qual foram progressivamente se afastando), mas sobretudo as universidades. Se o conjunto das batalhas tomou

forma de uma “guerra”, elas também se ramificaram em disputas entre os próprios polemistas e, então, assumidos representantes da “direita”.

Considerações finais

Os nomes citados no artigo são alguns dos que, no mínimo, já se afirmaram admiradores da performance de Paulo Francis e, no máximo, tentaram disputar seu espólio¹⁰, substituindo-o em diversos postos e aderindo às suas posições políticas, performáticas e narrativas. Os vários textos, livros e vídeos memorialísticos sobre Paulo Francis destacam as características que se tornaram comuns em sua modalidade de prática profissional/intelectual: a tênue fronteira entre ficção e realidade, a invenção de fatos, as citações tomadas de outros autores como se fossem suas, os chutes dados como afirmações peremptórias, a criação de um personagem para atuação na televisão, o temperamento como fator decisivo de seus sucessos e fracassos, a suposta erudição, a oposição ao politicamente correto, a expressão recorrente de preconceitos (racismo, machismo, preconceito contra o Nordeste etc.), o fato de ser um certo precursor das lógicas associadas à internet e sua perspectiva liberal-conservadora. A consagração de Francis pela imprensa brasileira – que, desde sua morte, exalta em perfis de homenagem sua “coragem”, “inteligência”, “irreverência”, “carisma” e “singularidade” diante do comum das redações, além de ele ter se tornado um dos nomes mais bem pagos – intensifica a sedução da posição de “polemista”.

Paulo Francis e seus herdeiros compartilham entre si propriedades sociais que revelam um *habitus* comum: a aproximação com produções artísticas ou ficcionais, como o teatro e o cinema; a frustração por não terem se tornado artistas com o reconhecimento que ambicionavam (seja como escritores, seja como diretores de cinema); o distanciamento em relação às instituições formais de educação (embora os mais velhos tenham passado por escolas de elite e prestígio); o apelo ao autodidatismo e ao diletantismo; além da transição da esquerda para a direita do espectro ideológico (em vários dos casos). Os mais velhos e mais dominantes entre os polemistas tendiam a ancorar suas atuações e legitimidade relativa em certo lastro cultural e na mobilização de recursos performáticos no intuito de imprimir ares de intelectualidade e certo elitismo – visíveis nos cenários, vestimentas e trejeitos em programas como o *Manhattan Connection* –, nem sempre com efeito.

10. Para outros dados sobre origens sociais, trajetórias de formação e profissionais, conversões e reconversões em termos de tomada de posição, lógicas de justificação das escolhas políticas desses agentes, ver Meirelles, 2021.

Os desdobramentos da atuação de Francis, porém, foram cada vez mais se afastando do lastro cultural e do ar de “elite” que ele imprimiu ao seu papel. Dos cadernos de cultura dos principais jornais do país, eles foram se movendo para a televisão, para os *blogs* e, mais recentemente, para as redes sociais (vídeos no *YouTube*, *podcasts*, *posts* no *Orkut*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.). Os textos descritos como intrigantes, bem escritos, com jogos de palavras e humor (tal como são referidas as colunas do “Diário da Corte”) foram sendo substituídos pela performance na televisão, com entonações e aspectos teatrais (trajeto feito, inclusive, por Francis), e mais recentemente pelas frases de efeito, os cortes planejados, as caras de deboche, indignação e agressividade, nos vídeos, áudios e *posts* das redes sociais. As expressões classistas, típicas de Francis, já não se podem enunciar da mesma forma. Passou-se, então, a reverberar a preocupação com o “povo”, com “o cidadão brasileiro”, externalizada nas escolhas de cenários, vestimentas, vocabulários e gestualidades; proferida em afirmações como as de que a maioria da população seria conservadora; de que o liberalismo beneficia o povo e o Estado o explora; de que eles próprios compartilham os valores e gostam de falar para “gente comum”.

Certos polemistas contemporâneos, vivendo nos Estados Unidos, até buscaram emular as conexões e o modo de vida que Francis chegou a sustentar, escrevendo o “Diário da Corte” a partir de Nova York. Porém, já não se conectavam ao *establishment* do país – no máximo, estabeleceram conexões com outros “gurus” da extrema-direita como Steve Bannon, no caso de Olavo de Carvalho. A expressão de certo estilo de vida de uma elite cosmopolita – com comentários sobre teatro e ópera, jantares em restaurantes caros etc. – de Francis foi substituída pela encenação do “homem comum” por Olavo de Carvalho, que combinou em seu filme *O jardim das aflições* elementos que remetiam à intelectualidade (livros, música clássica, sebo) aos sinais de uma “vida simples”, ou melhor, de um “cidadão de bem” (armas, chapéu de cowboy, oração antes da refeição, talheres empilhados em um pote, copos de plástico e garrafinhas de Coca-Cola pela mesa, esposa servindo o marido). As semelhanças na construção da “figuração pública” (Pinheiro, 2024) são muitas, mas, enquanto Francis buscava produzir identificações com o que era pretensamente raro e nobre, Olavo mobilizava o supostamente comum e simples. Este não seria capaz de ser Francis, visto que não detinha os mesmos trunfos (mesmo que buscasse emulá-los) para se inserir na “corte”. Aquele não poderia ser Olavo, justamente porque seus trunfos não o deixavam sobreviver fora da “corte” (onde tinha posição relativamente dominada). De todo modo, agarraram-se ao que podiam para que a posição continuasse a existir e eles sobrevivessem. A partir dos jogos de interdependência e das redes de pressões e colaborações em que estiveram inseridos (Elias, 2001; Bourdieu, 2015b), Francis conseguiu alguma legitimidade diante da intelectualidade estabelecida –

seja na imprensa dominante, seja entre os acadêmicos da USP¹¹ –, enquanto Olavo conquistou “corações e mentes” de uma parcela da população que aderiu ao projeto da extrema-direita dos últimos anos.

A posição de polemista enseja, assim, diversas contradições, uma vez que os agentes buscam a legitimidade adotando discursos de contraposição ao estabelecido e dependendo de certo “carisma” (Weber, 2015), mas é ao mesmo tempo encarnada por figuras inseridas no *establishment* midiático, que defendem a ordem econômica e política e que rotinizam certas práticas e performances (como pretendentes a “profetas”, porém, sem raridade – Bourdieu, 2015a). Na inter-relação entre as disputas simbólicas e comerciais da imprensa brasileira e os *habitus* específicos de certos homens dispostos a encarnar a figura do “antípoda”, “irreverente”, “impoliticamente correto” etc., é que se foram sedimentando tais características. As empresas de comunicação não podiam mais dispensar a atuação polêmica, como cartada na concorrência mercadológica, mas também política e cultural (em resposta às ondas ideológicas do momento e na disputa no mercado de produção de ideias mais amplo), garantindo a permanência e a proliferação deste posto, que em termos coletivos ganhou poder. Ao mesmo tempo, a posição perdeu prestígio, já que se desvinculou do titular carismático, despersonalizando-se e valendo-se de um exército de reserva de profissionais ávidos por um lugar no chamado “debate público”, principalmente aqueles despossuídos de trunfos acadêmicos e/ou profissionais-jornalísticos¹², que foram, na internet, se proletarizando em certo sentido e, também por isso, gerando identificação com um público mais amplo. Os polemistas do momento dos diversos veículos de comunicação foram a cada crise ou onda sendo substituídos por outros nomes (com exceção de alguns que, ancorados em certos capitais, conseguiram se manter)¹³. Crentes na possibilidade de se tornarem o novo Francis (ou, mais recente-

11. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, participou do documentário *Caro Francis*.

12. Embora possam ter alguma formação universitária ou mesmo atuação profissional, elas, em geral, não se constituem como distintas no mercado de opiniões, diante da expansão do acesso ao ensino superior e do crescimento da oferta de jornalistas no Brasil (Meirelles, 2021). Tampouco esses agentes possuem os elementos necessários à ocupação da posição de “militante”, também possível nas redes (*Idem*), já que são homens, brancos, sendo a maioria de classe média. No máximo, conseguem a atuação como “militantes liberais”. Passaram, então, a se direcionar a esse lugar, figuras que, malgrado busquem mobilizar símbolos de certa legitimidade (como certificações, referências literárias, publicações de livro, autodidatismo, certos hábitos e até uma determinada narrativa de vida dramática), só conseguem efeito sobre um público incapaz de reconhecer tal manejo. Os efeitos da competição acadêmica sobre aqueles que perdem um lugar outrora garantido foram tematizados por Bourdieu (1989).

13. Do mesmo modo, há os jornais, revistas e canais mais resistentes a tal lógica, mantendo por mais tempo suas figuras caricatas (como a *Folha*, com Luiz Felipe Pondé, por exemplo) e oferecendo a elas mais estabilidade e prestígio; e outros que investem mais sofregamente nesta operação (como a Jovem Pan e seus diversos comentaristas), promovendo famas instantâneas e quedas tão súbitas quanto.

mente, Mainardis, Pondés, Olavos etc.), eles foram se jogando na concorrência com outros pretendentes e posições, lançando mão dos recursos mais violentos – como se viu em casos de apologias ao nazismo, agressões ao vivo e xingamentos constantes. A ineficácia dos arremedos que tentam dar conta de suas ausências em termos de trunfos vai escanteando homens que ocupam essas posições, ainda que obtenham alguma fama passageira, restando a eles a estridência e a caricatura. Com a figura do polemista perdendo espaço entre a intelectualidade estabelecida, ainda que se multiplicando na mídia, e os indivíduos tentando sobreviver no debate, agarram-se justamente ao anti-intelectualismo. Os homens se vão, a posição fica.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. (2017), *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. (2012), “Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência”. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira & ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). *Jornalismo e sociedade: Teorias e metodologias*. Florianópolis, Insular, vol. 1, pp. 61-79.
- BERGAMO, Alexandre. (maio-ago. 2020), “‘Antigos’ e ‘novos’ no jornalismo brasileiro dos anos 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 19 (45): 337-368.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), *Homo academicus*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- BOURDIEU, Pierre. (2015a), “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La noblesse d’État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (2015b), “O mercado de bens simbólicos”. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- CHAMPAGNE, Patrick. (1995), “La double dépendance”. *Hermès*, 17-18.
- CHARLE, Christophe. (set. 2003), “Nascimento dos intelectuais contemporâneos”. *História da Educação*, Pelotas, 14: 141-156.
- CHIARAMONTE, Aline. (2015), *Lutas simbólicas e doxa: jornalistas e acadêmicos no caso da “lista dos improdutivos” da USP*. 214f. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, USP.
- CHIARAMONTE, Aline & HEY, Ana Paula. (maio/ago. 2018), “Que a USP descanse em paz! Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 17 (39): 250-276.

- COLLOVALD, Annie. (jun. 1988), "Identité(s) stratégique(s)". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 73: 29-40.
- COSTA, Cristiane. (2005), *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. (jun. 2000), "A dolarização do conhecimento técnico-profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". *RBCS*, 15 (43).
- ELIAS, Norbert. (2001), *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOFFMAN, Erving. (1985), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GUAZINA, Liziane Soares. (2013), "Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros 'progressistas'". *Brazilian Journalism Research*, 9 (2): 68-87.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando & CHAGAS, Viktor. (2016), "Mercado futuro: A economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 59 (2): 323-356.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando & CHAGAS, Viktor. (maio-ago. 2017), "Insegurança, (re)partidarização e 'fogo amigo': a economia política da mídia na Era Lula". *Revista Eptic*, 19 (2): 51-74.
- LIMA, Marcelo. (2013), *Jornalismo cultural e crítica: a literatura brasileira no suplemento Mais!*. Curitiba, Editora UFPR; Chapecó, Argos.
- MARCHETTI, Dominique. (2005), "Subfields of specialized journalism". In: BENSON, Rodney & NEVEU, Erik. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge, UK, Polity Press, pp. 64-84.
- MEIRELLES, Allana. (2021), *Opiniões à venda: Oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MEIRELLES, Allana & FERNANDES, Dmitri. (2019), "A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas". *Novos Estudos Cebrap*, 38 (1): 157-182.
- MESSENBURG, Debora. (2017), "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". *Revista Sociedade e Estado*, 32 (3): 621-647.
- MICELI, Sergio. (2018), "Palestra: Intelectuais, mídias e universidade pública em contexto de peleja". *Plural*, 25 (1): 172-177.
- MIGUEL, Luiz Felipe. (2022), "O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do 'jornalismo como sistema perito'". *Tempo Social*, 34 (2): 195-216.
- MORAES, Vaniucha. (2017), *A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização*. 481 p. Florianópolis, tese de doutorado em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEVEU, Erik. (2006), *Sociologia do jornalismo*. São Paulo, Edições Loyola.

- ORTELLADO, Pablo & SOLANO, Esther. (2016), “Nova direita nas ruas?”. *Perseu*, 11 (7): 169-180.
- PASSIANI, Enio. (jan./abr. 2018), “Figuras do intelectual: gênese e devir”. *Sociologias*, Porto Alegre, 20 (47): 16-47.
- PINHEIRO, Fernando. (2011), “Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição”. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 268-277.
- PINHEIRO, Fernando. (2024), *O mago, o santo, a esfinge*. São Paulo, Todavia.
- PINTO, Louis. (2009), *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Broussieux, Éditions du Croquant,.
- PONTES, Felipe & MICK, Jacques. (2018), “Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil”. *Anais Compós*, Belo Horizonte.
- REIS, Eliana Tavares dos. (jul./dez. 2020), “‘Confissões políticas’ de mulheres parlamentares”. *Repocs*, 17 (34).
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. (2003), “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 31: 147-160.
- ROCHA, Camila. (2018), “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira. 232 f. São Paulo, tese de doutorado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.
- SAPIRO, Gisèle. (2012), “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”. *Revista Pós Ciências Sociais*, 9 (17): 19-50.
- SILVA, Leonardo Nóbrega. (dez. 2018), “O mercado editorial e a nova direita brasileira”. *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 13 (2): 73-84.
- SZWACO, José. (2023), “Négationnisme, antimondialisme et défense de la liberté dans le ‘réactionnarisme’ brésilien contemporain”. *Brésil(s)*, 23.
- WEBER, Max. (2015), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Material analisado e citado

- ALCÂNTARA, AlexSander. (mar. 2007), “Estilista da esculhambação”. *Revista Imprensa*, 221: 84-86.
- BORGES, Rodolfo. (1º ago. 2015), “A direita brasileira que saiu do armário não para de vender livros”. *El País*, São Paulo.
- CARVALHO, Olavo. (30 jun. 2001), “Lógicas paradoxais”. *Revista Época*.
- COELHO, Marcelo. (18 set. 1996), “Paulo Francis é a Carmem Miranda do caos”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- COSTA, Caio Túlio. (26 nov. 1989), “Petismo, Paulo Francis e o mito de Narciso”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.

- DEMARIO, Camilla. (dez. 2013), “Ímpar entre seus pares”. *Revista Imprensa*: 28-32.
- FRANCIS, Paulo. (21 fev. 1988), “Nos EUA, acadêmico que não publica está morto”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- FRANCIS, Paulo. (2012), “O guerreiro Roberto Campos”. In: *Diário da Corte*. São Paulo, Três Estrelas.
- FRANCIS, Paulo. (25 fev. 1990), “Um episódio melancólico”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- FRIAS FILHO, Otavio. (21 ago. 1997), “A vitória de Merquior”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. (2008), *Pós-tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada*. São Paulo, Publifolha.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. (23 set. 2006), “‘USP é templo da vigarice’, diz Olavo”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- HADDAD, Naief. (16 fev. 2022), “Jornalista feito para a TV, foi um provocador nato, incisivo e teatral”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo.
- MAINARDI, Diogo. (20 ago. 2012), “Entrevista ao Roda Viva”. *Roda Viva*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UJcT3vT40hk>, consultado em 18/09/2023.
- MERTEN, Luiz Carlos. (18 dez. 2003), “Caetano solta o verbo na volta de ‘Cinema falado’”. *O Estado de S. Paulo*.
- MORAES, Renato. (set. 2004), “A arte do polemista”. *Revista Imprensa*: 10-14.
- NOGUEIRA, Paulo Eduardo. (2010), *Paulo Francis: polemista profissional*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ORSINI, Elizabeth. (27 jan. 1994), “Um parecer errado acaba em escândalo”. *O Globo*, Rio de Janeiro.
- PILAGALLO, Oscar. (2012), *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro 1 a Dilma*. São Paulo, Três Estrelas.
- PINTO, Ana Estela de Souza. (2012), *Folha explica Folha*. São Paulo, Publifolha.
- REVISTA IMPRENSA. (jan. 1991), “Bateu, levou”. *Revista Imprensa*: 20-26.
- REVISTA IMPRENSA. (jul. 1996), “Entrevista com Arnaldo Jabor”. *Revista Imprensa*: 49-57.
- REVISTA IMPRENSA. (mar. 1990), “Lord Francis no caldeirão dos nativos”. *Revista Imprensa*: 28-36.
- SILVA, Edgar. (4 fev. 2017), “Há 20 anos, morria Paulo Francis, protagonista de debate com o primeiro ombudsman da Folha”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/04/ha-20-anos-morria-paulo-francis-protagonista-de-debate-com-o-primeiro-ombudsman-da-folha/>, consultado em 18/09/2023.
- VENCESLAU, Pedro. (jul. 2005), “O amado algoz da nova esquerda”. *Revista Imprensa*, 203: 10-14.

Resumo

A corte sem nobreza: polemistas e anti-intelectualismo na mídia

A proposta do artigo é traçar a gênese da posição de “polemista” da imprensa, que mobiliza o anti-intelectualismo como principal estratégia, no Brasil da Nova República. A partir da correlação entre trajetórias sociais, modos de prática intelectual e jornalística, figurações públicas, estratégias das instituições e configuração das linhas de força no espaço de produção e reprodução de opiniões no Brasil do final dos anos 1980 a 2018, busca-se tornar sociologicamente inteligível a difusão de visões anti-intelectuais e antiacadêmicas na mídia. O artigo traça a constituição, a sedimentação e a proliferação de uma posição que garante sua permanência e seu poder coletivo, mas ao mesmo tempo se despersonaliza, se rotiniza e perde prestígio.

Palavras-chave: Polemistas; Anti-intelectualismo; Imprensa; Intelectuais; Direita.

Abstract

The court without nobility: polemicists and anti-intellectualism in the media

This paper intends to present a genesis of the polemicist position in the press, which mobilizes anti-intellectualism as the main strategy, during the period of the New Republic in Brazil. Based on the correlation between social trajectories, modalities of intellectual and journalistic practices, public representations, strategies of the institutions and the configuration of lines of force in the space of production and reproduction of opinions in Brazil from the late 1980s to 2018, we seek to make intelligible the diffusion of anti-intellectual and anti-academic views in the media. The article traces the constitution, sedimentation and proliferation of a position that guarantees its permanence and collective power, but at the same time becomes depersonalized, routinized and loses prestige.

Keywords: Polemicists; Anti-intellectualism; Press; Intellectuals; Right-wing.

Texto recebido em 10/05/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.225072.

ALLANA MEIRELLES é professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Araraquara. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e em Ciências Sociais/Sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com intercâmbio na Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Coordenadora do Grupo de estudos e pesquisa “Cultura, intelectuais e mídia”. E-mail: allana.meirelles@unesp.br.



Da aculturação à formação

O papel dos estudos sobre a imigração na obra de Florestan Fernandes

João Gilberto Belvel Fernandes Júnior*
<https://orcid.org/0000-0003-3525-1785>

Introdução

Até muito recentemente pouca atenção se deu aos estudos sobre imigração realizados por Florestan Fernandes, para a interpretação de sua vasta obra. Àqueles que a analisam, comentam ou compilam, o tema passa majoritariamente despercebido, fazendo-nos crer que ele é conceitualmente indiferente à obra do sociólogo. Oliveira (2020) fez bem o balanço dessa ausência. Seguindo-o, obtém-se o itinerário de um apagamento parcial.

Neste sentido, Ianni (1986), ao editar o volume sobre Florestan Fernandes, da Coleção Grandes Cientistas Sociais, não fez qualquer referência à imigração. Em D’Incao (1987) e até no *Dossiê Florestan Fernandes* de Toledo (1997), tampouco há menção ao tema. Miceli (1987, p. 93), na sua análise histórica sobre as ciências sociais em São Paulo, também olvida o conteúdo desses estudos, embora mencione as “pesquisas sobre assimilação e aculturação de imigrantes”. Nem mesmo na correspondência que Bárbara Freitag (1996) compilou do autor houve alguma que se referisse ao tema. Só Arruda (1987, p. 170) chega a comentar sobre a entrevista na qual Fernandes tratou do abandono de sua pesquisa sobre os sírios e libaneses, mencionada também em Garcia (2002), e – acrescentando à revisão de Oliveira, cuja crítica disso despercebeu – apresenta, no compilado *Florestan Fernandes, leituras*

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

e legados, a conferência dada por ele no Clube Alepo, onde relatou aquela pesquisa (Arruda, 2010).

Nos últimos anos, todavia, autores que pesquisam a migração têm feito algumas releituras da obra de Fernandes, a fim de pôr em relevo as suas contribuições e fazer um balanço do seu legado para os atuais estudos migratórios. É o caso, por exemplo, de Brasil Júnior (2010), Taniguti (2018), Feldman-Biaco, Sanjurjo e Silva (2020) e do já mencionado Oliveira (2020). O enfoque, nestas análises, contudo, não é tanto o de dar significação aos estudos migratórios de Fernandes dentro de sua obra, atribuindo sentido (isto é, descobrindo continuidades e discontinuidades) à bibliografia referida ao seu autor. Ao revés, cuida-se frequentemente de analisar o que os estudos migratórios de Fernandes, e o seu abandono por outras temáticas, teriam operado no subcampo de uma sociologia brasileira da migração, na segunda metade do século xx.

É dizer: não há, por parte desses intérpretes, qualquer tentativa de relacionar os estudos de Fernandes sobre a imigração com conceitos centrais de sua obra. E não é que eles ignorem a análise do autor sobre a relação entre a imigração e o sistema de relações raciais no Brasil, ou entre a imigração e a implementação da ordem social competitiva no país. Pelo contrário: esses novos comentários à obra de Fernandes são unânimes em rememorar estes empreendimentos analíticos. Mas o fazem de duas maneiras peculiares e alternativas, a saber: (1) vendo nestes empreendimentos os pontos de inflexão através dos quais Fernandes teria se desinteressado e abandonado os estudos migratórios; ou (2) imputando, a estes esforços teóricos, certa culpa intelectual pelos estudos migratórios terem permanecido supostamente subdesenvolvidos nas décadas posteriores, devido à influência estruturante que a obra de Fernandes exerceu sobre o campo sociológico que o sucedeu, e, principalmente, sobre a chamada Escola Sociológica Paulista.

Grosso modo – e se alguma estereotipização me é permitida a fim de elaborar uma problemática –, parece que estes novos intérpretes propõem uma sociologia histórica do abandono sobre a temática imigratória, seja na obra de Florestan Fernandes, seja no campo intelectual no qual ele produzia: tudo se passa como se o autor, após a escolha de seu tema de doutorado (como mostrarei abaixo), não tivesse apenas abandonado os investimentos que já fizera na temática migratória, mas também, e sobretudo, renegado o próprio tema enquanto objeto de interesse da Sociologia no Brasil – motivo pelo qual, supostamente, todo o campo sociológico de então também o teria feito.

Meu objetivo neste ensaio é responder a isto que chamei de “sociologia do abandono”. Para fazê-lo, pretendo dar a determinados textos da obra de Fernandes uma interpretação que explicita as providências de acumulação e acomodação teórica que

o autor realizou ao passar, de maneira coerente, dos estudos migratórios propriamente ditos (isto é, os estudos reconhecidos ou consagrados como estudos migratórios, por aqueles outros estudiosos da migração), para temas mais amplos, sem, no entanto, *renegar* o cabedal teórico e os resultados empíricos que obteve com os primeiros. Isto independentemente de Florestan ter, de fato, deixado de lado a temática migratória em favor de outras, devido a circunstâncias a serem elucidadas.

Bastará, para este circunscrito propósito, indicar não apenas o recorrente revolvimento da temática da migração – mesmo depois de ela ter sido preterida em favor de outras –, como também a continuidade no uso e na definição de conceitos que ainda hoje o campo dos estudos migratórios consideram centrais para seus trabalhos. A intenção do estudo, afinal, não é imputar a toda a obra de Fernandes uma centralidade que os estudos migratórios poderiam ter tido, mas não tiveram. É, sim, mostrar como, no desenvolvimento de suas pesquisas, o material colhido e analisado sobre as migrações internacionais, bem como o cabedal teórico incipientemente elaborado para tratar deste material foram integrados ao pensamento sociológico do autor de maneira coerente ao modelo de “formação” que ele viria a propor.

Para esta revisão, sugiro dividir a bibliografia de Fernandes em dois períodos, com referência aos seus estudos pertinentes à migração. O primeiro período abrangeria a produção do autor até 1964, ano em que ele defendeu a sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, [1964] 2008). Este período contemplaria a produção de Fernandes elaborada dentro do *cânon* da *aculturação*, conceito que, sem dificuldade, era reconhecido à época e, aparentemente, é reconhecido até hoje, pelos novos comentadores da obra de Fernandes, como central aos estudos migratórios. O segundo período, cujo mote principal é o da *formação*, se iniciaria em 1964, com *A integração...*, e abrangeria o restante da obra, contemplando a boa parte da produção do autor que não é reconhecida, atualmente, como pertencente – e nem mesmo pertinente, às vezes – ao subcampo dos estudos migratórios. Para analisar cada um dos períodos, selecionarei apenas alguns textos que considero essenciais para a discussão.

O restante do ensaio se divide em três seções. As duas primeiras se referem a cada um desses períodos. Na primeira, relaciono os textos e os conceitos utilizados por Fernandes à literatura pertinente aos estudos migratórios, indicando a inserção do autor no *cânon* deste subcampo. Na segunda, mostro como os conceitos anteriores serviram de matéria-prima teórica para a elaboração de novos conceitos que, se não excluem os do *cânon* dos estudos migratórios, os adequam para estudos que, conforme argumento, o próprio Fernandes consideraria serem elaborados para objetos de escala mais ampla. Por fim, na última seção, faço um pequeno balanço de tudo quanto foi falado nas seções anteriores, a título de notas conclusivas.

Antes de 1964: os estudos sobre a aculturação

O primeiro texto de Florestan Fernandes que trata diretamente da imigração é a resenha feita por ele ao livro *A assimilação dos alemães no Brasil*, de Emílio Willems (1946), publicada na *Revista do Arquivo Municipal* no ano de 1949. As bases conceituais utilizadas pelo autor nesta resenha, todavia, datam do artigo “Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal”, publicado em 1946, estando presentes também, em menor medida, no artigo “As ‘trocinhas’ do Bom-Retiro”, publicado em 1947 (Fernandes, 1946, 1947, 1949).

Em “Tiago Marques...”, Fernandes realiza um estudo de caso. Ele conta e analisa a história de Tiago Marques Aipobureu, um bororo que, desde criança, teria sido criado entre os brancos, chegando até mesmo a se educar na Europa. O drama relatado diz respeito à marginalidade vivenciada pelo protagonista quando retorna, depois de todo esse processo, para a sua tribo e tenta viver uma vida como a de seus conterrâneos, desempenhando o ofício de caçador e se casando com uma indígena.

As principais categorias analíticas utilizadas pelo autor no exame deste caso são as de *integração* e de *marginalidade*. Quanto à primeira, sua relação com os estudos migratórios era comum, mas não necessária, à época. Entretanto, a referência ao primeiro livro de Willems sobre a migração germânica no Brasil, *Assimilação de populações marginais no Brasil*, publicado em 1940, a torna patente, sugerindo, ademais, que, tal como este autor, Fernandes já relacionava a integração com a ideia de assimilação, no contexto do “contato entre culturas” diferentes. No que toca ao conceito de marginalidade, a relação é direta e manifesta. E não apenas por referência a Willems, que dá centralidade a este tema em seu primeiro livro, mas também pela referência a dois textos de importância fulcral para o *cânon* dos estudos migratórios naquele momento. O primeiro deles é o artigo de Stonequist, de 1935, “The problem of marginal man”. O segundo é “Human migration and the marginal man”, publicado em 1928, por Robert E. Park, tratando da experiência de imigrantes que se encontravam, à época, na cidade de Chicago.

Mais importante do que isso, contudo, é o tratamento teórico dado por Fernandes à análise do caso de Tiago Aipobureu. Isso porque, ali, o indígena é considerado, eminentemente, como um *estrangeiro* em sua própria terra, num sentido muito próximo àquele dado a este termo por Simmel ([1908] 1999), autor cuja obra servira de inspiração para a Escola de Chicago, de que Park e Stonequist faziam parte. Nesse sentido, a *integração* aparece como o processo, referido a um indivíduo, através do qual os valores de uma cultura e de uma forma de vida são inculcados neste indivíduo, pertencente a outra cultura e a outro modo de vida – resultando, este processo, no

caso analisado por Fernandes, na colocação de Tiago Aipobureu em uma posição de marginal, como alguém “entre duas raças e duas culturas”.

Já o artigo “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro” faz parte, principalmente, dos estudos de Fernandes sobre o folclore na cidade de São Paulo. Há, no entanto, relações interessantes que podem ser traçadas entre este texto e os estudos migratórios do autor. Isso porque, fazendo uma etnografia junto a grupos infantis do Bom Retiro, um bairro que à época concentrava grande número de migrantes, Fernandes acaba notando que estes grupos tendem a se formar com indivíduos de mesma nacionalidade, e que a dinâmica de contato entre os grupos tende a promover a *aculturação* dos grupos de filhos estrangeiros e, por conseguinte, de suas famílias, indiretamente, servindo o folclore infantil como mecanismo de *integração* desses indivíduos à cultura local (Garcia, 2002, p. 148). Soma-se ao aparato conceitual da análise, portanto, a ideia de *aculturação*, referida a partir do Gilberto Freyre de *Casa-grande & senzala* ([1933] 2003). Isto implica a cumulação entre os vieses metodológico-conceituais da Escola de Chicago e os do culturalismo boasiano, de que Freyre é reconhecidamente tributário – algo que também será duradouro na obra de Fernandes.

Um dos textos mais importantes para o objetivo que persigo aqui, no entanto, é a resenha feita por Fernandes ao livro *A aculturação dos alemães...* Isso porque, neste texto, para além de examinar a contribuição de seu professor aos estudos migratórios, o autor também empreende um esforço teórico e crítico de sistematização da maior parte dos conceitos que nortearão sua visão sobre o tema da migração dali em diante, os quais servirão de insumos para conceituações posteriores e de maior escala.

Veja-se isto primeiro a respeito dos conceitos de *assimilação* e *aculturação*. Acompanhando Willems, Fernandes afirma que esses termos se referem a processos sociais equivalentes e concomitantes, persistindo, no entanto, o interesse na diferenciação entre eles por motivos metodológicos. Assim, trata-se de conceitos “coordenativos”, “correlativos” e “completivos”, tendo surgido da constatação de que “toda transmissão de dados culturais através de contato direto e contínuo afeta as atitudes e personalidades envolvidas”. A *assimilação*, no entanto, se referiria ao aspecto subjetivo desse processo, atendo-se a sua análise às influências sociopsíquicas do contato intercultural na personalidade dos sujeitos envolvidos em interação contínua. Já com o conceito de *aculturação*, o que se quer é apontar para o aspecto objetivo do processo, cuja verificação se dá pela afetação dos valores culturais ou das “configurações culturais” de dois ou mais grupos envolvidos em contatos diretos e contínuos.

O refinamento desses conceitos permite que Fernandes avalie positivamente a obra de Willems, por exemplo, a partir da distinção estabelecida por este entre o “imigrante camponês” e o “imigrante cidadão”. Com relação ao imigrante camponês, nesse sentido, importa notar que Fernandes assinala a aproximação de Willems aos

estudos de Margareth Mead sobre as *folk cultures*, qualificando as aldeias germânicas do século XIX como *comunidades* coesas, relativamente autossuficientes e pouco permeáveis a influências externas, sendo sua organização social estritamente familiar e local, e a sua mentalidade, tradicional. Isso tudo porque esses colonos teriam imigrado para o Brasil justamente por rejeitarem as transformações das atitudes e dos valores em uma época em que a estrutura e a cultura das sociedades europeias sofriam profundas mudanças. Essa tendência ao isolamento *comunitário* teria feito o horizonte cultural do imigrante camponês permanecer restrito durante um longo tempo, retardando tanto a sua aculturação quanto a sua assimilação em comparação com as dos imigrantes citadinos. Já estes, por sua vez, “portavam experiências desconhecidas para o camponês”, vindo de uma sociedade já “integrada por classes sociais” (a terminologia não é casual), e com conhecimento sobre a proletarização e sobre o trabalho nas fábricas.

Para além do caso específico estudado, em que *a aculturação e a assimilação da comunidade* e de seus indivíduos são cumuladas com a ideia de *campesinato*, enquanto a ideia de *integração à sociedade de classes* e de *assimilação* é cumulada com a de *citadino* (algo que só se verifica revolvendo dados empíricos, como fez o autor de *A aculturação dos alemães...*), é de se notar, adiantando o argumento que desenvolverei adiante, que os elementos componentes dessa análise, sublinhados por Fernandes, serão mantidos, em arranjos diferentes pelo autor, por ocasião de sua análise sobre os dois processos de imigração que foram por mais tempo seu objeto de pesquisa – o dos sírio-libaneses e o dos italianos.

Mas há mais. Nesta resenha, Florestan ainda considera ser muito importante a análise feita por Willems sobre o *peneiramento* e sobre a *seleção* dos imigrantes alemães. Aqui, Fernandes sublinha a constatação de que os “aspectos seletivos da imigração”, conforme discutidos por Willems, não permitem que se enquadrem os imigrantes como “melhores” ou “piores”, dado intervirem, no processo de imigração, dois conjuntos distintos de critérios seletivos – o da “cultura de origem” e o da cultura do “país adotivo”.

Assim, com relação ao primeiro conjunto, a ênfase deve ser dada ao significado da migração na cultura original dos migrantes, o qual, em sociedades ocidentais, pode variar sobremaneira, às vezes redundando no ostracismo e no exílio, e, às vezes, simplesmente, na “emigração” – não se podendo reconduzir a migração tão só a um processo de autodefesa da sociedade ou de eliminação dos indesejáveis, e muito menos a uma representação de superioridade dos mais aptos e corajosos. Já no caso dos critérios seletivos da cultura do “país adotivo”, o que releva é denotar que “[...] as condições de existência social na sociedade adotiva implicam a substituição do sistema originário de valores sociais por outro. [E que] Neste caso, os imigrantes

passam por um novo processo de peneiramento”, o qual resulta, ou não, na sua *seleção* pela sociedade adotiva.

Em termos concretos, o livro de Willems narra uma série de insucessos nas primeiras tentativas de fixação na terra e de integração à nova sociedade, realizadas pelos migrantes alemães. Fernandes explicita em seus comentários que essas tentativas dizem tanto respeito à *adaptação* dos migrantes ao meio natural circundante, muito distinto do meio ambiente de sua sociedade original (relevando aqui a transformação das técnicas de cultivo e de criação de animais dos colonos, por exemplo), quanto – e, principalmente – à “competição com outras populações” (luso-brasileira, indígenas e outras) por um “lugar na biosfera”. Com base nesses fatores, Florestan frisa que a partir do estado presente dessa competição histórica, dependente do “equipamento adaptativo” de cada grupo em disputa, se chega a uma *acomodação* peculiar – sendo este conceito também fundamental para os trabalhos seguintes do autor.

Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva (2020) reputam a este texto de Fernandes, nas suas palavras, “ataques ferrenhos” à tentativa de Willems de “articular a análise de mudanças culturais por meio da aculturação com o estudo de comunidade”. De acordo com esses autores, inclusive, ele é que representaria certa inflexão nos estudos de Fernandes, a qual o distanciaria progressivamente dos estudos migratórios. Essa interpretação, entretanto, não encontra qualquer justificativa na resenha em si. Muito pelo contrário, na verdade. Logo no início do texto, Florestan afirma que a obra de Willems que se propunha a resenhar era “a mais importante publicação antropológica de 1946 no Brasil”. Além disso, de acordo com ele:

O estudo dos processos de aculturação e de assimilação dos imigrantes constitui uma das *principais tarefas das ciências sociais no Brasil*. Se o Brasil, como outros países americanos, é um “cadinho de raças e culturas”, como se costuma dizer, o conhecimento do que ocorreu ou está ocorrendo nesse cadinho é fundamental (grifos meus).

O estudo de Willems, nesse sentido, era um exemplo bem-sucedido daquilo que Fernandes acreditava serem as duas finalidades principais das pesquisas com imigrantes – a saber: (1) a descrição das condições objetivas da *política de colonização* a ser adotada no Brasil; e (2) a de representar um mecanismo formal de conhecimento recíproco e ajustamento mútuo entre grupos em uma sociedade etnicamente ultra-diferenciada, constituindo um “tipo de autoconsciência altamente significativo”.

E mais: na resenha, Florestan informava estar estudando, para o seu projeto de doutorado, a “aculturação religiosa dos sírios libaneses em São Paulo” – estando a ideia de *aculturação*, na análise do próprio autor, como se demonstrou *supra*, estritamente relacionada à ideia de *comunidade* –, e isso “sem necessidade de alterar

substancialmente o aparato teórico” de Willems, para quem a religião teve “um papel fundamental na adaptação mais veloz dos teutos católicos, em comparação com protestantes”.

A única crítica que Fernandes move contra *A aculturação dos alemães...* diz respeito ao fato de Willems não ter aproveitado as contribuições teóricas de Dollard, Kardiner e Malinowski, “apesar de seu interesse no estudo da formação da personalidade e na dinâmica de mudança cultural”.

Já a crítica de Fernandes aos “estudos de comunidade” não está presente neste texto, mas no artigo “A análise sociológica das classes sociais”, publicado *um ano antes* (1948) na *Revista de Sociologia*. E ela não diz respeito a todo e qualquer “estudo de comunidade”, como parecem imaginar Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva. O que Florestan rejeitava nesses estudos, na medida em que realizados no campo da Sociologia, era uma tendência à ênfase irrestrita no empirismo e nas diferenças culturais, que “desviariam o observador do processo decisivo ao desenvolvimento brasileiro – a formação da sociedade de classes” (Jackson, 2009). Contra isso, ele defendia que a abordagem própria e estritamente sociológica – não se referindo, portanto, à Antropologia – devia ser fundada na tradição teórica da própria disciplina. Seu ataque, por conseguinte, como bem percebe Jackson (2009), era à sociologia americana, que apresentava uma interpretação culturalista da estratificação social, dadas as “condições de existência social nos Estados Unidos, onde as distinções de classe eram menos pronunciadas e cristalizadas do que nas sociedades europeias” (Fernandes, 1948).

Portanto, nada autoriza a referida interpretação de Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva – mesmo que a publicação da resenha de Fernandes ao trabalho de Willems tenha, por hipótese, sido atrasada. Não há qualquer incompatibilidade entre este e “A análise sociológica das classes sociais”. A única coisa que se poderia concluir, com algum esforço, a partir dos dois textos, é que Florestan propunha uma divisão conceitual e disciplinar do trabalho analítico – ficando a Antropologia a cargo dos *estudos de comunidade* e da *aculturação* dessas comunidades, e a Sociologia encarregada do processo de *formação* da *sociedade de classes*, em uma escala mais ampla.

E tampouco há qualquer abandono, até aqui, ao tema da imigração. Defendida como dissertação de seu mestrado em 1947 e publicada em 1949, por exemplo, *A organização social dos tupinambá* ([1949] 1963) trata, em seus dois primeiros capítulos, sobre a migração destes povos indígenas. Migração indígena e migração internacional, conquanto tratadas em suas idiossincrasias, recebem tratamento conceitual comparável. Ao primeiro capítulo da dissertação, assim, subjaz a ideia de *competição interétnica*, aparecida em 1949 já na resenha: Fernandes descreve a dispersão territorial dos tupinambá ao longo da costa brasileira sempre em função

de seus contatos, amigáveis ou hostis, com outros indígenas, com portugueses e com franceses. Já no segundo, sob inspiração do funcional-estruturalismo do qual seria tributário ao longo de toda sua obra posterior, o autor estabelece conexões entre as estruturas social e econômica dos tupinambá com suas necessidades, definidas culturalmente e condicionadas aos padrões de migração e aos ciclos de guerras intertribais. E mesmo na tese de doutorado do autor, *A função social da guerra na sociedade tupinambá* ([1952] 1970), defendida em 1951, que acabou por preterir o tema da “aculturação religiosa dos sírios e libaneses”, o nomadismo e a migração tupinambá aparecem, desta vez, como resultados da guerra ou da busca pela “terra sem mal” – sendo, neste último caso, relevante a questão do *peneiramento* e da significação própria da migração à sociedade de origem do migrante.

Em termos estritamente conceituais, a inflexão, se há, não é em direção à renegação dos estudos migratórios, como pode sugerir o abandono da pesquisa sobre os sírio-libaneses, e sim em direção a um aparato conceitual que, conquanto dependente de todas as noções apontadas até agora, se via mais adequado para análises de escala mais ampla.

E isso se prova com o último texto a ser analisado neste período histórico, “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” (Fernandes, 1956; em Arruda, 2010), publicado em 1956, mas oriundo de uma conferência dada pelo autor no clube Alepo. Nesse texto, Fernandes deixa claro que a mudança no tema de sua pesquisa de doutorado não havia implicado uma abjuração do aparato conceitual que desenvolveu para suas pesquisas migratórias. Ademais, o autor se esforça para, inclusive, argumentar que sequer havia abandonado completamente a pesquisa sobre os sírios e libaneses, justificando a ausência de grandes desenvolvimentos nesta seara com o argumento de que o empreendimento teria assumido novas forma e envergadura.

Para começar, o objeto que Fernandes indicava para a investigação continuava a ser a *aculturação*. Por aculturação, contudo, é necessário que se entenda tanto a aculturação como a assimilação, já que o objetivo declarado da pesquisa era o de:

[...] acompanhar as transformações que se operaram na *estrutura da personalidade*, na *configuração da cultura* e na *organização da sociedade*, que se produziam graças às novas condições morais e materiais de existência, associadas à migração (grifos meus).

A fim de perseguir esse objetivo, Florestan seguia a demonstração de Willems de acordo com a qual “as modificações ocorridas no *grupo cultural* imigrante se refletem no *meio social ambiente*” (grifos meus) – donde se verifica uma sutil referência à ideia de *comunidade*, quando considerados os sujeitos concretos da pesquisa (os sírios e libaneses de São Paulo) e as práticas a serem analisadas (suas atividades religiosas

coletivas). Essa referência, todavia, era mediada, agora, por interesses temáticos próprios da literatura sociológica, os quais ampliavam também o escopo da pesquisa, que outrora se referia apenas à “aculturação religiosa”. Nas palavras de Fernandes:

Como sociólogo, tentei naturalmente encarar a aculturação da vida social – como [...] as novas condições de existência se refletiram na estrutura e nas funções sociais da família, do sistema econômico, do sistema religioso etc. – e das consequências produzidas pela mudança dos tipos de controle social – como [...] a substituição da dominação tradicional por outras formas de liderança ou a perda contínua de poder de mando do chefe da família e a diminuição de autoridade do líder religioso.

O autor, no entanto, ia ainda mais longe – e aqui está a verdadeira inflexão de sua obra –, ao afirmar que “[...] não foi apenas a herança cultural transplantada [...] que se transformou. *A própria sociedade brasileira se alterou, ao receber e assimilar essa herança cultural, com os seus portadores humanos*” (grifo meu). Ora, a ideia de “sociedade brasileira” aí não se confunde com a da comunidade étnica “lusu-brasileira” referida por Willems em *A aculturação dos alemães...* Há, mesmo, da parte de Fernandes, uma ruptura com a analítica de seu professor. “Sociedade brasileira” se refere, já, a uma estrutura que abarcaria as diferentes comunidades tratadas por Willems, tendendo a sua *formação* à totalidade do território nacional. Daí haver, na ideia de *integração* a que a conferência se refere, a correspondência entre dois níveis escalares distintos e dois processos correspondentes: no âmbito das *comunidades* imigrantes, a *aculturação* voltada à sua *integração* na “sociedade brasileira”, com consequentes alterações, estruturais e funcionais; e, no âmbito da “sociedade brasileira”, as alterações ocasionadas pela transplantação da cultura estrangeira, devido à *assimilação* de seus “portadores humanos”.

Tanto é assim que esses níveis e processos se veem refletidos nos cinco pontos de interesse da pesquisa, conforme enumerados por Fernandes, sendo dois deles teóricos e três práticos. Do ponto de vista teórico, a pesquisa com os sírio-libaneses permitiria: (1) verificar a hipótese de que a transplantação de instituições sociais não se processa nunca com relação a uma instituição isolada, mas sempre com relação a todo o sistema de instituições sociais do grupo migrante (interesse teórico relativo à aculturação da comunidade migrante); e (2) observar, descrever e interpretar em um estudo de caso com condições histórico-culturais bem determinadas “os mesmos processos de mudança por que passaram comunidades rurais europeias ou por que vem passando a sociedade brasileira” – sendo estes últimos atinentes ao “crescimento das cidades, à formação de um sistema capitalista de produção e troca, e ao desenvolvimento do regime de classes sociais” (interesse teórico relativo à formação da sociedade mais

ampla). Já do ponto de vista prático, a investigação permitiria: (3) “contribuir para uma melhor compreensão dos sírios e libaneses, com seus descendentes, dentro da sociedade brasileira” (interesse prático relativo à comunidade migrante); (4) denotar os “efeitos positivos da imigração”, que só podem ser conhecidos objetivamente por meio da análise sociológica – havendo aqui referência a relatórios de pesquisas realizadas pela Unesco, como, por exemplo, o de Handlin (1955) (interesse prático relativo à formação da sociedade mais ampla); e (5) tratar de problemas sociais relativos ao desajustamento e às dificuldades enfrentados por migrantes quando são transplantados, com suas instituições, no país adotivo (interesse prático relativo à articulação entre a comunidade migrante e a sociedade mais ampla).

Decerto, como se vê, a pesquisa havia atingido, conforme argumentou Fernandes, uma abrangência amplíssima – o que denotaria mais o interesse nela do que o seu desinteresse. Qual teria sido o motivo, então, de Fernandes tê-la preterido em seu doutorado, em favor da pesquisa sobre a função da guerra na sociedade tupinambá? Florestan apresentou os seus motivos, e nenhum deles é condizente com qualquer rejeição aos estudos migratórios, seja enquanto subcampo de produção conceitual, seja enquanto interesse temático para Sociologia.

Algumas razões são oferecidas pelo autor na própria conferência ora analisada. Ao falar sobre a “marcha da investigação”, Fernandes conta como, a partir de uma combinação com Jamil Safady em 1944, ele teria começado a entrevistar homens e mulheres pioneiros da imigração sírio e libanesa para o Brasil, que se tornara relevante desde 1882. Esta técnica teria permitido ao autor conhecer os ajustamentos iniciais dos imigrantes e a sua “especialização econômica” na mascatagem, além de sugerir aspectos essenciais sobre a “abrasileiração” desses pioneiros. Com base nesses esforços iniciais, Fernandes teria requisitado de Safady uma monografia sobre a contribuição dos imigrantes às mudanças que haviam se processado na Síria e no Líbano desde o início do processo migratório – tendo sido esta monografia, sob o título de *Panorama da imigração árabe*, publicada apenas em 1977. Safady, que era a ponte entre Fernandes e os imigrantes sírios e libaneses, contudo, tinha morrido. Dessa maneira, para além de uma ampliação do escopo da investigação, faltavam meios para realizar as entrevistas e coletar os documentos de que ela dependia. Ademais, havia ainda um empecilho técnico: a maioria dos imigrantes sírios e libaneses tinha sido registrada, no Brasil, como “turcos” – categoria que tendia, na época, a englobar a maior parte dos emigrados do Oriente Médio. Seria preciso recenseá-los para prosseguir sem a ajuda de Safady – algo proibitivo para as limitações de orçamento da pesquisa.

Só mais tarde, em entrevista dada em 1990 e citada por Oliveira (2020), ele também apresentaria, como motivo para a mudança do tema de doutorado, que

prosseguir com seu projeto inicial teria feito com que ele entrasse em conflito com seu orientador da época, Fernando Azevedo.

De qualquer forma, a investigação parecia prosseguir, como a conferência pretende deixar claro, e parte dos dados colhidos nela vinha sendo analisada por ele, Aziz Simão, Ramzia Gattas e Renato Jardim Moreira.

Depois de 1964: os estudos sobre integração e formação

Como me empenhei em mostrar até agora, conceitos como os de *integração* e de *formação* sempre estiveram presentes nos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a imigração. Até 1964, todavia, eles vinham acompanhados da ideia de *aculturação* – e isso porque o interesse do autor, até este ponto, tinha incidido predominantemente sobre *comunidades* de imigrantes e sobre a *integração* de *indivíduos* imigrantes à “sociedade brasileira”, e não sobre a articulação entre essas *comunidades* e a *sociedade* no sentido da *formação* desta última. Essa articulação aparece, pela primeira vez, nos estudos migratórios, em 1956, por ocasião da conferência sobre os sírios e libaneses no clube Alepo, e se desenvolve com forte ênfase em sua obra a partir de 1964. Esse período se inicia com a sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes*, defendida em 1964. No entanto, talvez para sublinhar este tema, Fernandes (1966a) resumiria sua análise sobre ele em um artigo publicado na *Revista da Civilização Brasileira* com o nome de “Imigração e relações raciais”.

Aqui, a rigor, as publicações anteriores de Fernandes que são consideradas pertinentes aos estudos migratórios se encontram com o tema das relações raciais. Uma análise da produção do autor sobre o assunto poderia revelar que a articulação teórica entre os temas da imigração e das relações raciais data de antes de *A integração...* – ela já pode ser antevista, aliás, desde “As ‘trocinhas’...”. Vou me ater, todavia, apenas aos textos que têm sido indicados, pela literatura especializada em migrações, como pertinentes aos estudos migratórios.

Em *A integração...*, Fernandes afirma, de maneira categórica, logo em sua “Nota explicativa”:

Em sentido literal, a análise desenvolvida *é um estudo de como o Povo emerge na história*. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, por intermédio do negro e do mulato, *porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil* (grifos meus).

A declaração encontra uma série de ressonâncias, tanto na obra do próprio Florestan quanto na produção feita no campo das Ciências Sociais no Brasil. Para os objetivos desta exposição, entretanto, o que mais importa sublinhar é a ideia de que *A integração...* é um estudo sobre a emergência do *povo brasileiro*, porque isso a insere no contexto dos estudos sobre a *formação* do Brasil, os quais, como enumera Arruda (2017), tendiam a tematizar a formação do país em suas mais diversas manifestações, como Estado-nação, como sociedade, como cultura e como povo.

O ponto de vista abordado por Fernandes neste estudo é o do negro e do mulato, enquanto uma das populações integrantes do povo brasileiro. E sua escolha não é acidental ou casual, sendo justificada com a afirmativa, ainda no começo da obra, de que esta população foi a que teve o pior ponto de partida para a *integração* na *ordem social competitiva* capitalista que se formaria depois da desagregação do sistema servil, ou escravista. Trata-se, por conseguinte, de apresentar ou conformar uma imagem sobre o Brasil e, simultaneamente, de formular problemas concebidos como essenciais para a compreensão das singularidades nacionais, subentendendo-se disso o desejo do autor de superar, ou pelo menos de equacionar, os impasses de uma história refratária à absorção dos princípios da modernidade (Arruda, 2017).

A percepção da insuficiente integração do negro e do mulato na sociedade de classes impelia Fernandes a procurar pelas origens históricas desse obstáculo presente na formação do país. E é aí que a imigração entra em jogo – embora, como se pode notar, vocabulário semelhante ao dos estudos migratórios de Fernandes já estivesse sendo acionado, somado à ideia de *absorção* como *integração*, a qual, ao que tudo indica, era tributária dos estudos de Eisenstadt (1954; 1956) sobre a *adaptação* e a *absorção* dos imigrantes na estrutura econômica de Israel.

Para empreender sua análise, Fernandes recorre a uma periodização que põe em relevo os “processos histórico-sociais de significação estrutural atrelados à imigração” (1966). São em número de três os períodos e as tendências que sua pesquisa delimita, e eles se encontram bem descritos no artigo “Imigração e relações sociais”.

O primeiro período, a que o autor denomina “longa fase”, se iniciaria aproximadamente em 1827 e terminaria em 1885. Nessa fase, a ampliação da imigração teria sido sufocada pelas contingências socioeconômicas do regime servil, porque o imigrante ameaçava os “padrões de acomodação racial decorrentes da escravidão”. A presença, conquanto contida, dos imigrantes, todavia, não teria sido completamente neutra para as relações raciais. Isso porque, uma vez que em todo o Brasil o desenvolvimento econômico da agricultura sob o regime servil provocava e condicionava a formação de núcleos urbanos, “dentro destes, determinava certa diferenciação ocupacional”. Em cidades como Recife, São Salvador e Rio de Janeiro, essa diferenciação oferecia oportunidades de “reabsorção” do ex-escravizado, agora como agente do trabalho

livre, em pleno regime de escravidão. Ele ocupava, então, diferentes setores dos serviços urbanos, das ocupações artesanais e até do pequeno comércio, sendo, por conseguinte, capaz de acumular algum capital para si. Todavia, em São Paulo – que é o ponto focal de interesse das pesquisas de Fernandes –, ter-se-ia estabelecido muito precocemente uma tendência a canalizar essas oportunidades de trabalho livre para os imigrantes, em detrimento dos negros e dos mulatos livres. Por consequência disso, nesta cidade os mestiços nunca chegaram a ser considerados como os elementos demográfica e economicamente mais importantes para o futuro do país, ao contrário do que chegou a acontecer em outras regiões brasileiras.

O segundo período iria de 1885 a 1930, e representaria a fase de “consolidação e de rápida expansão da ordem social competitiva”. Neste momento, Florestan indica que “embora sem operar como fator direto, exclusivo ou dominante, a imigração adquire o significado e as proporções de uma calamidade social para o negro e para o mulato”, porque a vigência da escravidão não havia preparado o escravizado para outros papéis socioeconômicos que não fossem os de escravo ou liberto. Assim, quando a ordem servil entra em crise e se desintegra, “também desaparecem as únicas condições econômicas e socioculturais que protegiam e garantiam os ajustamentos socioeconômicos do ‘negro’ ao mercado de trabalho”. É dizer: expulso do campo para a cidade pela contratação massiva de imigrantes italianos, o ex-escravizado, em São Paulo, se viu numa cidade que se tornava muito rapidamente “a principal cidadela da revolução negra no Brasil” sem estar preparado, ou amparado por estruturas sociais (políticas públicas ou mesmo relações familiares de apoio mútuo) para o desempenho do papel socioeconômico do homem livre. Em consequência, o ritmo acelerado da “competição inter-racial”, agravado pelas massas de estrangeiros que chegavam ávidos para absorverem as oportunidades econômicas existentes, teria feito, ainda nesse período, com que o *desajustamento* do negro deixasse de ser um fenômeno transitório, tornando-o um “desajustamento estrutural” contínuo entre o espaço do campo e o da cidade.

Tomando isso como base, Fernandes faz duas ponderações: a primeira é que a imigração, constituindo uma força revolucionário-burguesa de alto teor construtivo, se produziu efeitos negativos ou destrutivos, isso se deveu às peculiaridades da *formação* da ordem social competitiva no Brasil, e não à imigração em si; e, depois, que as “condições de formação, consolidação e desenvolvimento da ordem social competitiva não favoreceram a rápida neutralização do impacto negativo ou destrutivo da imigração sobre os ajustamentos socioeconômicos da população negra”, engendrando, ao invés disso, um contexto que ampliava esse impacto tanto no tempo quanto na intensidade.

Por fim, o terceiro período abrangia as tendências inauguradas em 1935, que perduravam até 1964, quando Fernandes defendeu *A integração do negro na socie-*

dade de classes. A partir desse marco, as migrações internas, de acordo com o autor, passavam a adquirir maior importância como fonte de mão de obra, e o crescimento econômico originava novas ocupações, largamente aproveitadas por “elementos nativos”. Começava aqui, também, uma tendência mais definida no sentido da *absorção* da “população de cor” pelo trabalho livre universalizado, embora as oportunidades destinadas a essa população se concentrassem na esfera dos serviços menos valorizados e compensadores.

Isto resume os argumentos da obra. E, diante desse quadro, resta perguntar: o que falta a *A integração...* para que seja considerada uma continuação dos estudos de Fernandes sobre a migração?

Observando-se o cabedal teórico que Fernandes usou no primeiro período de sua produção, é necessário concluir, seja pela permanência da temática ou pela acumulação daqueles conceitos, que *A integração...* não representa nenhum “abandono” da migração como objeto de pesquisa. Na verdade, é interessante notar que toda a descrição histórica sugerida pelo autor parece estruturada em coerência com as ideias de peneiramento, seleção e classificação social que Florestan fez questão de frisar na obra que ele havia resenhado, de Emílio Willems. E mesmo a ideia de competição inter-racial não parece negar a de competição interétnica que está presente em *A aculturação dos alemães...*

Há, é claro, mudanças. Com relação à conferência dada por Fernandes no clube Alepo, o autor parece ter expandido a ideia de *contribuições da imigração*, mobilizada por Handlin, para, consoante uma análise estrutural-funcionalista da mobilidade – já presente em *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, aliás –, tornar analiticamente relevantes também os efeitos negativos da imigração – algo que fica patente nos resultados da competição entre imigrantes e negros em *A integração do negro na sociedade de classes*. Além disso – e tudo leva a crer que este seja o motivo de *A integração...* ser visto como uma guinada de Fernandes para longe dos estudos migratórios –, desaparece a relevância do conceito de *aculturação*, transformando-se, ademais, a *assimilação* em *absorção*, acompanhando-se os desenvolvimentos teóricos de Eissenstadt. Ora, acredito que não seja necessário qualquer apoio à afirmação óbvia de que não é só a partir de estudos aculturativos e assimilatórios que se desenvolveram os estudos migratórios. Contudo, talvez seja preciso denotar que o conceito de *aculturação* já não era suficiente para descrever os processos de ampla escala que Fernandes analisava em *A integração...* – os quais implicavam, afinal de contas, como ele mesmo afirma, a “emergência de um Povo” e de toda uma nova ordem social. Assim, da mesma forma que a *absorção* permitia que se saísse do nível individual da *assimilação* para se chegar ao nível populacional, a substituição da *aculturação* pela *formação* autorizava que o autor escalasse do nível da comunidade para o da

sociedade, ou do nível das adaptações culturais, sociais e institucionais locais para o da emergência de um Povo que se servia de diferentes influências na sua constituição cultural, social e institucional.

Mas prossigamos. Em 1967, Florestan retoma pela última vez seus estudos sobre a imigração de sírios e libaneses para São Paulo na conferência que apresentou por ocasião da abertura do Centro Brasileiro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo. A palestra, intitulada “O Brasil e o mundo árabe” (Fernandes, 1966b) se inicia por uma referência, um tanto irônica, à tendência dos estudiosos sobre a migração de ressaltarem a “contribuição positiva dos imigrantes às sociedades nacionais”. Fernandes já havia provado, então, que, no caso da imigração italiana para São Paulo, também os efeitos negativos do processo migratório eram sociologicamente relevantes. Talvez por isso, seu esforço inicial é diferenciar a imigração dos sírios e libaneses da imigração dos italianos. No caso árabe, o imigrante não se candidatava de maneira genérica ao trabalho rural ou urbano, independente ou assalariado. Pelo contrário: a imigração sírio-libanesa tinha as marcas de uma especialização econômica na mascatagem, o que lhes permitia começar “pequenos” para se tornarem verdadeiros atores no processo de acumulação capitalista – refugindo, dessa maneira, à proletarianização. Além disso, adiantando um tanto a análise que entabularia em *A revolução burguesa no Brasil*, ele frisa o comportamento “econômico” e “burguês” desses imigrantes, que teriam, portanto, contribuído para a “formação do Brasil moderno”.

Não é à toa que o termo “aculturação” não seja mencionado nenhuma vez, ao contrário do que ocorre na palestra da década anterior, em que o conceito parecia central à pesquisa exposta. Como argumentei acima, a *formação* parece tê-lo substituído. Mas isso não implica, de forma alguma, a desconsideração das diferenças sociais e culturais entre os diferentes grupos de migrantes: elas se verificam, a todo tempo, na busca dos efeitos empiricamente verificáveis da absorção desses grupos na sociedade brasileira. O movimento dessa substituição (a passagem da adaptação religiosa dos imigrantes sírio-libaneses para a sua contribuição na formação cultural burguesa do país) pode até parecer abrupto – e Oliveira (2020) chega a argumentar que, nessa conferência, os caracteres culturais específicos dos “árabes” deixam de importar para o autor. Contudo, ele não ocorre senão por variação de escala e também por reconhecimento, da parte de Fernandes, da necessidade de se descobrirem os possíveis impasses à modernização brasileira – assunto que estava na pauta do dia como um dos mais importantes nas Ciências Sociais nacionais.

Por fim, há algo a se dizer ainda sobre *A revolução burguesa no Brasil*, publicado em 1974, mas composto de ensaios que Fernandes escreveu a partir de 1966. Aqui se encontra de maneira manifesta aquilo que já se achava implícito na conferência “O Brasil e o mundo árabe”: que a imigração, na grade teórica da “formação” do “Povo”

ou da “ordem social competitiva”, é uma questão de análise empírica de seus efeitos. Oliveira (2020) considera que essa afirmação indica que o “papel do imigrante”, neste livro, é nuançado. Entretanto, o suposto “papel do imigrante” é justamente o que não está inserido na sentença. Florestan, afinal, não está tratando da “assimilação de indivíduos”, mas da “formação” ao nível da economia nacional, em que apenas “correntes migratórias” podem exercer funções verificáveis. Não há nada de destoante, por conseguinte, daquilo que argumentou o autor nos três últimos trabalhos analisados. Se, em *A integração...* há como que um efeito de uniformização aparente de diferentes “correntes migratórias”, isto só se dá porque a imigração é pesquisada ali sob o prisma populacional, em que os imigrantes italianos despontavam como nítida e achapante maioria em relação aos imigrantes de outras origens – e mesmo assim Fernandes tem o cuidado, muito coerente com toda a sua produção anterior, de distinguir o comportamento econômico dos imigrantes que se dirigiam para a zona urbana e para a zona rural, embora os resultados sobre a exclusão do “negro”, nos dois casos, tenham sido semelhantes.

Não é ociosa, por conseguinte, a descrição que Fernandes faz ([1974] 2005, pp. 152-172) sobre aspectos particulares das diversas trajetórias econômicas percorridas por diferentes grupos de imigrantes quando da chegada ao Brasil. E também não assiste nenhuma razão à afirmação de Oliveira de que “a sensação teórico-empírica de distância em relação à tese de 1964 logo se esvai” – em primeiro lugar porque não faltam dados e análises empíricas sobre os efeitos da imigração em *A integração...*, e, em segundo lugar, porque – se, em seguida da descrição sobre as diferentes trajetórias econômicas dos imigrantes, Fernandes passa a encará-los como “figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político” – o que está em discussão neste ensaio é a *formação da ordem social competitiva* e de uma modernidade brasileira cujos entraves e obstáculos deviam ser vencidos. E, nesse sentido, importa a conclusão de que o conjunto das correntes migratórias analisadas:

[...] introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relação a fins” acabam alcançando, pela primeira vez em nosso país, a consistência funcional e estrutural requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade (Fernandes, 2005, p. 169).

Notas conclusivas

Opondo-me à ideia de uma sociologia do abandono que, ao denotar um progressivo afastamento da obra de Florestan Fernandes em relação aos estudos migratórios, imputa a este movimento uma suposta culpa por estes estudos terem perdido pres-

tígio, nas décadas seguintes, em todo o campo da Sociologia brasileira, analisei as mesmas obras que os autores dessa crítica para demonstrar, a um só tempo, tanto a perenidade – e não o desprezo – da temática migratória na obra de Fernandes quanto a sua continuidade – e não rejeição – no uso de conceitos centrais para os estudos migratórios de seu tempo.

Em minha análise, mostrei que a verdadeira inflexão conceitual por que passou a obra de Fernandes em relação à literatura dos estudos migratórios é aquela que passa da *aculturação* e da *assimilação* para a *formação* e para a *integração*, ou para a *absorção*. Essa inflexão, todavia, não implica uma rejeição dos estudos assimilatórios ou aculturativos, como se poderia imaginar. Está implícita a ela, ao invés disso, uma divisão conceitual do trabalho analítico segundo a qual a aculturação e a assimilação se manteriam teoricamente adequadas para o estudo sobre comunidades específicas de imigrantes, e a formação e a integração, ou absorção, se mostrariam adequadas para estudar a sociedade brasileira e a ordem social competitiva emergente no país, descrevendo-lhes as suas características peculiares para, então, diagnosticar-lhes os impasses.

Trata-se, por conseguinte, de um movimento acumulativo, e não de abandono – sendo este, aliás, o próprio modelo formativo da produção intelectual sobre a *formação*, no que se pode ver um encaixe bastante significativo entre a forma e o conteúdo da análise de Fernandes.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda. (2020), “A aventura sociológica de Florestan Fernandes”. *Estudos Avançados*, 34 (100): 243-260. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.015>.
- ARRUDA, Maria Arminda. (1987), “*A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’*”. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Fapesp; Editora Sumaré, pp. 107-231.
- ARRUDA, Maria Arminda. (2017), “El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de reflexión”. *Sociológica*, 32 (80): 47-68.
- ARRUDA, Maria Arminda (org.); FERNANDES, Florestan. (2010), *Florestan Fernandes: Leituras e legados*. São Paulo, Global. (Versão e-book: paginação irregular).
- BRASIL JÚNIOR, Antonio. (2010), “O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani”. *Lua Nova*, 81: 175-213.
- D’INCAO, Maria Angela (org.). (1987), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro, Unesp; Paz e Terra.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. (1956), “Sociological aspects of the economic adaptation of Oriental

- immigrants in Israel: a case study in the process of modernization". *Economic Development and Cultural Change*, 4 (3): 269-278.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. (1954), *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana & SILVA, Douglas Mansur. (2020), "Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018". *BIB*, 9: 1-58.
- FERNANDES, Florestan. (1956), "A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo". *Revista Etapas*, I (11). Também em: ARRUDA, Maria Arminda (org.); (2010), *Florestan Fernandes: Leituras e legados*. São Paulo, Global. (Versão e-book: paginação irregular).
- FERNANDES, Florestan. (1948), "A análise sociológica das classes sociais". *Revista Sociologia*, 10 (2).
- FERNANDES, Florestan. ([1952] 1970), *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo, Livraria Pioneira/Edusp.
- FERNANDES, Florestan. ([1964] 2008), *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. Rio de Janeiro, Globo, 2 vols. (Versão e-book: paginação irregular).
- FERNANDES, Florestan. ([1949] 1963), *A organização social dos tupinambá*. 2. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- FERNANDES, Florestan. ([1974] 2005), *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo.
- FERNANDES, Florestan. (1947), "As 'trocinhas' do Bom Retiro". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 113: 7-124.
- FERNANDES, Florestan. (1966a), "Imigração e relações raciais". *Revista da Civilização Brasileira*, 1 (8): 75-95.
- FERNANDES, Florestan. (1966b), "O Brasil e o mundo árabe". *Revista Etapas*, 12 (131): 33-37.
- FERNANDES, Florestan (1949), "Resenha de *A aculturação dos alemães no Brasil* de Emílio Willems. *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, v. CVVII, n. 2: 205-218.
- FERNANDES, Florestan. (1946), "Tiago Marques Aipobureu, um bororo marginal". *Revista do Arquivo Municipal*, n. 107: 7-28.
- FREITAG, Barbara. (1996), "Florestan Fernandes por ele mesmo". *Estudos Avançados*, 10 (26): 129-172. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100015>.
- FREYRE, Gilberto. ([1933] 2003), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo, Global.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.
- HANDLIN, Oscar. (1955), *The positive contribution by immigrants: a symposium prepared for Unesco by the International Sociological Association and the International Economic Association*. Paris, Unesco.

- IANNI, Octavio. (1986), “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: IANNI, Octavio. (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 7-45.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2009), “Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos ‘estudos de comunidades’”. *Cadernos de campo*, 18: 273-280.
- MICELI, Sergio. (1987), “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Ed. Vértice; Revista dos Tribunais, pp. 72-172.
- OLIVEIRA, Márcio de. (2020), “A contribuição de Florestan Fernandes à sociologia da imigração no Brasil de 1940 a 1970: relevância e deslocamento temático”. *Estudos de Sociologia*, 2 (26): 87-121.
- PARK, Robert Ezra. (1928), “Human migration and the marginal man”. *American Journal of Sociology*, 33 (6): 881-893.
- SAFADY, Jamil. (1977), *Panorama da imigração árabe*. São Paulo, Editora Comercial Safady.
- SIMMEL, Georg. ([1908] 1999), “The stranger”. In: FRISBY, G. & FEATHERSTONE, M. (eds.). *Simmel on culture: selected writings*. Londres, Sage, pp. 137-169.
- STONEQUIST, Everett V. (1935), “The problem of the marginal man”. *American Journal of Sociology*, 41 (1): 1-12.
- TANIGUTI, Gustavo T. (2018), “O imigrante segundo as Ciências Sociais brasileiras, 1940-1960”. *Sociologias*, 20 (49): 142-196.
- TOLEDO, Caio N. de (ed.). (1997), *Dossiê Florestan Fernandes*. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 4 (2).
- WILLEMS, Emilio. (1946), *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.
- WILLEMS, Emilio. (1940), *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Companhia Editorial Nacional.

Resumo

Da aculturação à formação: o papel dos estudos sobre a imigração na obra de Florestan Fernandes

Tendo recebido pouca atenção dos intérpretes da obra de Florestan Fernandes até pouco tempo, os estudos migratórios do autor, conquanto revisitados por especialistas deste campo, tem sido objeto de acusações, implícitas ou explícitas, de culpa pelo pouco desenvolvimento da temática na Sociologia, e especialmente na Escola Sociológica Paulista, a partir da década de 1940. Este trabalho tem como objetivo responder a esta “sociologia do abandono” na interpretação da obra de Fernandes, mostrando, através de uma interpretação sistemática, que o suposto afastamento

do autor relativamente aos estudos migratórios não se deu sem as providências de um movimento acumulativo, próprio do modelo formativo por que pugnava o autor.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Aculturação; Formação; Integração; Imigração.

Abstract

From acculturation to formation: the role of immigration studies in the work of Florestan Fernandes

Having received little attention from the interpreters of Florestan Fernandes' work until recently, the author's migratory studies, although revisited by specialists in this field, have been the object of implicit or explicit accusations of blame for the poor development of the theme in sociology, and especially at Escola Sociológica Paulista, from the 1940s onwards. This work aims to respond to this "sociology of abandonment" in the interpretation of Fernandes' work, showing, through a systematic interpretation, that the author's supposed departure from migratory studies did not happen without the provisions of an accumulative movement, characteristic of the formative model that the author fought for.

Keywords: Florestan Fernandes; Acculturation; Formation; Integration; Immigration.

Texto recebido em 23/01/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.221517.

JOÃO GILBERTO BELVEL FERNANDES JÚNIOR é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP) e bacharel em Ciências Sociais e em Direito pela Universidade de São Paulo. E-mail: joabelveljr@outlook.com.



A forma social das reformas

Entrevista com Christian Topalov

Por Pedro Grunewald Louro*

<https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>

Por Francesco Tomei*

<https://orcid.org/0000-0002-9424-8263>

A figura do sociólogo Christian Topalov (1944 -) remete a diversas tradições da sociologia clássica francesa. Formado tanto em sociologia quanto em história, ele participa do que ficou conhecido como a nova escola de sociologia urbana marxista. Os seus trabalhos em torno dos problemas urbanos, inclusive com obras traduzidas para o português, são conhecidos do público brasileiro. Entretanto, nessa entrevista buscamos interrogá-lo sobre uma faceta de seus trabalhos menos conhecida no Brasil, a saber, a sociologia da filantropia e da reforma de modo mais geral, traço forte que perpassa todas as suas obras, mesmo que de formas muito variadas. Nesse sentido, podemos pensar que o quê há de comum nos reformadores sociais, no advento da sociologia urbana de Chicago e no urbanismo marxista é a mesma preocupação em torno da reforma, em termos tanto do arrefecimento das possibilidades de ruptura radical da ordem social quanto da construção de um novo campo de lutas entre elites políticas e científica pela definição dos problemas públicos.

Nos anos 1990, Topalov organiza um grupo de trabalho coletivo para pesquisar as diferentes frentes de assistência social durante a Terceira República Francesa. A pesquisa resulta na obra coletiva *Laboratoires du Nouveau Siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880 -1914)* (Topalov, 1999). Ao se interessar pelos reformadores da Terceira República Francesa, ele mobilizou uma hipótese original:

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

a filantropia configura-se enquanto um espaço peculiar de encontro de trajetórias descendentes e ascendentes à época, de modo a permitir a convergência entre elites políticas, econômicas e científicas. A criação de nebulosas reformadoras permitirá tanto o advento das ciências enquanto espaço que nega a política (Topalov, 1996) quanto a emergência de um espaço de sociabilidade com as suas regras próprias. Ao mesmo tempo, ele não vê um espaço com regras tão fechadas para constituir um campo num certo sentido bourdieusiano. E essa talvez seja uma segunda característica forte de sua personalidade, isto é, uma notável dicção autoral capaz de articular conceitos diversos sob uma só agenda de pesquisa, interpelando, assim, objetos espalhados entre jurisdições disciplinares diversas (geografia, economia, ciência política e história).

Se a demonstração se faz num sentido histórico em suas primeiras obras, em seus últimos trabalhos ele expande o escopo do trabalho estudando a filantropia em Nova Iorque e em Londres (Topalov, 2020), por meio de novas metodologias, como a Análise de Correspondências Múltiplas e a Análise de Redes, para objetivar as propriedades sociais dos reformadores e de suas causas (Topalov, 2021). A entrevista procurou abordar as vantagens e os desafios metodológicos que os pesquisadores devem lidar ao tratar com questões ligadas às trajetórias dos agentes sociais e do Estado, tendo em vista conquistar uma perspectiva científica, inclusive quando o pesquisador faz parte da construção dos saberes de Estado e da crítica ao Estado. Um exemplo com o qual o autor trabalhou em alguns de seus trabalhos nesse sentido é o nascimento da Escola de Chicago. Primeira experiência de sociologia financiada pela grande filantropia, Topalov recupera ali as particularidades históricas das alianças entre ciência social, reforma e elites econômicas.

Essa entrevista foi realizada em junho de 2023 em Paris. O começo do ano havia sido fortemente marcado pelos movimentos sociais contra a reforma da previdência proposta pela primeira-ministra Elizabeth Borne durante a presidência de Emmanuel Macron. Com efeito, nessa conjuntura a linguagem da reforma assume uma posição diametralmente oposta àquela que ocupava nos trabalhos de Topalov sobre o século XIX e começo do século XX. Se a insistência por reformas aproximava as elites administrativas e políticas dos cientistas sociais tanto à esquerda quanto à direita do espectro político em função da construção paulatina do Estado social, hoje o que se vê é o uso deste mesmo mote para o desmantelamento dos direitos conquistados. Nesse sentido, o aparato técnico e discursivo da reforma desloca-se das correntes progressistas e melhoristas da sua origem, atualizando-se como um modo de produção e justificação de reformas reacionárias.

Antes da reforma da previdência, Topalov já havia deslocado sua agenda de pesquisas para os projetos reformadores que lhe eram contemporâneos. Na companhia

do sociólogo Joël Laillier, ele investigou a desconstrução do Estado social francês ao examinar as reformas no sistema de ensino superior francês de 2004 a 2020 (Topalov e Laillier, 2022). Nessa obra de fôlego, os autores põem em constelação os atores e lugares (produtores de relatórios, presidentes universitários, agências de projetos e avaliação e estados-maiores ministeriais) que fizeram do modelo de empresa uma realidade na vida acadêmica, além de elevar a concorrência entre universidades por recursos cada vez mais escassos. Como veremos, Topalov reconstrói de maneira bastante coerente como a reforma perpassa a construção secular do Estado e das ciências sociais, desde a aurora progressista até o horizonte de possibilidades cada vez mais reduzido da atualidade. Talvez o recurso à história nos instigue não só a investigar a força política da reforma, mas também nos leve a buscar outra forma de fazer política.

Vamos começar com uma pergunta bastante biográfica. Gostaríamos de falar sobre seus anos de formação universitária. Você poderia nos contar sobre os debates políticos, os livros e as referências intelectuais que mais marcaram você naquele período?

Comecei estudando filosofia, depois sociologia e economia. Eu realmente não sabia o que queria fazer como carreira, estava tomando meu tempo e meus pais conseguiram me financiar nessa hesitação. Foi o acaso biográfico que me levou à sociologia urbana. Ou melhor, foi uma situação concreta: na época, havia um financiamento público substancial sob a forma de contratos de pesquisa no campo dos estudos urbanos. Ao mesmo tempo, após 1968, havia também muitas vagas nas universidades. Vocês não acreditariam nisso hoje. Você mal acabava de se formar e já recebia três ofertas de emprego na universidade, e eles vinham à sua procura. No final, fui contratado pelo Centre de Sociologie Urbaine, uma organização sem fins lucrativos que realizava pesquisas para as autoridades de planejamento e desenvolvimento urbano. A partir daí, foi uma coisa atrás da outra. Como havia milhares de trabalhadores terceirizados desse tipo, depois de alguns anos organizamos um movimento para obter cargos estáveis, vencemos e fomos integrados ao CNRS a partir de meados da década de 1970. Era uma época radicalmente diferente da atual: houve um aumento maciço tanto nos cargos estatutários em pesquisa pública quanto nos contratos de pesquisa. Nós nos beneficiamos desse duplo crescimento. Hoje, como vocês sabem, o número de empregos está caindo e o número de empregos precários está aumentando.

Portanto, foi esse contexto que me levou à sociologia urbana. Eu pertencia a uma geração de estudantes radicalizados por maio de 68. Como estudante de filosofia, eu havia lido o primeiro livro de *O Capital* de Marx e a *Ética* de Spinoza,

dois pensamentos globais e infalíveis que me fascinavam. Politicamente, éramos de esquerda. Em 68, eu estava muito longe do Partido Comunista, era mais um “esquerdista”, como todos os meus amigos. Muitos dessa geração de jovens sociólogos passaram a fazer pesquisas marxistas sobre questões urbanas, com contratos e salários pagos pelas administrações [públicas]. Perguntaram-nos que tipo de planejamento urbano era necessário para melhorar as coisas, para que as pessoas fossem mais contentes e menos turbulentas. Os sociólogos da geração anterior à nossa, Chombart de Lauwe, por exemplo, concordaram prontamente em responder à pergunta nesses termos: eles acreditavam que poderiam se tornar conselheiros do príncipe. Nós éramos rebeldes. Não estávamos lá para melhorar as coisas que não podiam ser melhoradas dentro do sistema. Queríamos entender como a cidade capitalista era construída, como o Estado tentava planejá-la e no interesse de quem. Por isso, achávamos que estávamos sendo muito radicais, subvertendo as perguntas que o Estado nos fazia.

Então, algo bastante curioso aconteceu. Como havia dezenas de pesquisadores trabalhando mais ou menos na mesma direção, um de nós, Manuel Castells, teve a ideia de criar uma série de livros. Mas nós não tínhamos tempo para escrever livros, só escrevamos relatórios de pesquisa. Assim, essa série publicou nossos relatórios, que, afinal, não eram tão ruins. Chamava-se *La Recherche urbaine*, publicada pela Mouton, que desde então se tornou a Editions de l’Ecole des hautes études en sciences sociales. Tudo isso se juntou e se tornou visível. Em 1970, alguns de nós participamos do congresso de Varna da International Sociological Association. Eles encontraram pessoas britânicas, americanas, brasileiras e italianas que nos disseram: “Mas vocês são a nova escola francesa de sociologia urbana marxista! Olhamos uns para os outros e dissemos: “Mas é verdade!” E foi assim que, por cerca de dez anos, uma escola se cristalizou. A propósito, esse tipo de exonomação é um processo frequente no surgimento de “escolas”: pense no “fauvismo” ou no “expressionismo abstrato” na pintura, os exemplos são numerosos.

Nesse meio tempo, por volta de 1972, eu havia me filiado ao Partido Comunista, um partido envolvido em uma grande aventura política: o Programa Comum de Esquerda, que levou à vitória de François Mitterrand em 1981. Era um programa que parece incrível hoje em dia: nacionalizamos todos os bancos, todas as seguradoras, o setor siderúrgico, o setor de armas, o setor farmacêutico, todos os principais meios de produção e troca, como a teoria preconizava. Infelizmente, o Estado permaneceu nas mãos das mesmas pessoas de antes, todo o pessoal tecnocrático que transitava entre os setores público e privado e que já controlava o Partido Socialista... Deixarei de lado o aspecto político da história e direi simplesmente que me envolvi nesse projeto enquanto trabalhava no programa do PCF para a cidade, com o objetivo de

ganhar o governo. Junto com muitos outros, arquitetos e prefeitos, eu era responsável pelas propostas do PCF sobre habitação. Portanto, naquele momento, por volta de 1974-1978, eu havia me tornado uma espécie de especialista vermelho, e não um pesquisador. Vocês conhecem o resto da história: a esquerda radical perdeu a batalha e, em 1984, os comunistas deixaram o governo porque a virada para a austeridade e o liberalismo social havia sido tomada. Foi um grande infortúnio para o país e uma grande oportunidade para mim: isso significou que não precisei me tornar um gestor de projetos no Ministério e me permitiu escolher definitivamente o trabalho que amo: a pesquisa.

Foi também nessa época que comecei a trabalhar com os reformadores. Por dois motivos, eu acho. O primeiro foi que eu me perguntava por que eram sempre os “reformistas” que ganhavam (na França dos anos 1980, os socialistas). Em retrospecto, foi a pergunta errada: de fato, não foram os socialistas que venceram em 1984, foi o liberalismo radical. Eu simplesmente não tinha percebido que havia Reagan e Thatcher, e que a grande virada para o mundo como o conhecemos hoje já havia ocorrido. Mas havia um segundo motivo, talvez mais interessante, pelo qual eu me perguntava sobre reformas e reformadores. Um colega nosso, Michel Amiot, havia publicado um esboço inicial da história da sociologia urbana na França. Ele decidiu que isso tinha começado com Maurice Halbwachs e que continuaria conosco. Grande parte do livro descrevia o que nós, “sociólogos urbanos marxistas”, havíamos feito. O título do livro era um pouco enigmático: *Contre l'État, les sociologues* (Contra o Estado, os sociólogos). Era uma alusão a uma piada bastante machista de Voltaire, que dizia: “Sou contra as mulheres. Todos contra”. Bem, nós também éramos “contra o Estado, todos contra”. Esse diagnóstico me ajudou a entender que nós éramos basicamente sociólogos de Estado. Estávamos trabalhando contra esse governo, é claro, mas ao mesmo tempo estávamos trabalhando para o Estado: todas as perguntas que fazíamos a nós mesmos tinham como objetivo mudar as políticas públicas. Comecei a entender, e já estava na hora de entender, que havia mais no mundo social do que apenas esses tipos de perguntas. Acima de tudo, percebi que, por mais marxistas que fôssemos, tínhamos sido reformadores. Vislumbrei o poder do projeto reformador, cuja principal propriedade é fechar o campo do pensamento e desqualificar qualquer discurso que não use sua gramática. Portanto, eu queria estudar as raízes do projeto reformador, estudar sua sociologia e sua história. Eu queria entender que tipos de saberes a perspectiva reformadora implicava. A história social britânica me deu a primeira pista: poderíamos romper com as questões reformadoras não mais olhando o mundo social de cima para baixo, mas de baixo para cima. Os historiadores que inventaram a “History from Below”, E. P. Thompson, E. Hobsbawm e C. Hill, me ajudaram, assim como os do History Workshop, G. Stedman Jones e R. Samuel. Foi

nessa época que passei um tempo em Londres e Cambridge e comecei a trabalhar em *Naissance du chômeur*¹.

Nossa segunda pergunta é sobre como você começou a estudar os reformadores da Terceira República e, de forma mais ampla, o problema da reforma.

O que quero dizer com reforma e reformadores? Não há nada de óbvio nisso. Pode-se dizer que “reforma” é uma forma: uma forma social, uma forma discursiva, uma modalidade particular de ação coletiva. A força da reforma está em sua capacidade de definir problemas e confinar a gama de soluções concebíveis em um campo fechado. Todos nós sabemos que, na política, quem define os problemas, quem assume o controle das palavras, já ganhou a batalha. É isso que está acontecendo na França hoje com a extrema direita: uma vez que você aceita que os imigrantes são o problema, você sempre pode discutir sobre soluções, mas dentro de uma cerca/campo de soluções. Portanto, em um arco político muito amplo, que vai da extrema direita a uma seção dos sociais-liberais, há um acordo “reformador”. Laurent Fabius, então primeiro-ministro socialista do governo de François Mitterrand, disse em 1984: “A extrema direita é uma resposta falsa para questões reais”. Esse foi o advento de uma forma que todos que entraram na arena política tiveram que adotar a partir de então: isso é o que caracteriza a reforma, que, portanto, também pode ser “reacionária”.

No que diz respeito à Terceira República, o que estava acontecendo na época era um desmembramento metódico da “questão social” que havia assombrado as classes dominantes durante todo o século xx. Estávamos nos livrando do espectro que assombrava a Europa, que os proprietários não entendiam e que os assustava. O que os reformadores conseguiram fazer, a partir do final do século XIX, foi dividir essa “questão social” incontrolável em uma série de “problemas sociais” que poderiam ser tratados separada e metodicamente: alcoolismo, moradia, favelas, reforma das prisões, proteção de meninas e assim por diante. Todas as pessoas com as quais eu havia começado a trabalhar colaboraram com esse trabalho. *Naissance du chômeur* é um livro no qual aplico esses problemas aos casos de Londres, Nova York e Paris.

Eu havia observado que a noção moderna de “desemprego” (*chômage / unemployment*) estava em desacordo com a noção de “pobreza”. As pessoas pobres precisam ser ajudadas e, se necessário, punidas. Os desempregados são outra coisa: são assalariados regulares que ficam sem trabalho por um período relativamente curto. Eles estão integrados ao mercado de trabalho e precisam ser ajudados durante as entressafas e as recessões econômicas, para que possam voltar a trabalhar. Os reformadores haviam

1. Ver Topalov, 1994.

desenvolvido um conceito completo do que era o trabalho assalariado, ou melhor, do que ele deveria se tornar. O trabalhador moderno deve ter uma presença estável no mercado de trabalho, mudando de emprego sempre que necessário e, às vezes, sendo involuntariamente privado do trabalho. Nos países industrializados do início do século XX, esse tipo de trabalhador ainda precisava ser fabricado e moldado. Beveridge, que era um jovem assistente social na época, disse por volta de 1905: “Precisamos agir de modo que a realidade se torne conforme às leis da economia política”. É disso que se trata a reforma. Você define um problema juntamente com uma série de soluções (nesse caso, as agências de emprego e seguro-desemprego) e faz com que a realidade coincida com ela. O resultado é o empregado moderno, estabilizado no mercado de trabalho durante toda a semana, todo o ano, toda a vida. O tipo de pessoa que o capitalismo atual e suas “reformas” estão destruindo metodicamente.

Sejamos claros: tudo isso não é apenas discurso. Para ter um impacto real sobre o mundo social, o projeto reformador e suas classificações devem ser incorporados às instituições. É por isso que não são os “reformadores” que fazem as reformas, mas as forças sociais muito mais poderosas que assumem as formas que eles produziram e as transformam em princípios de ação. Os reformadores são atores sociais que produzem formas cognitivas como um momento de ação e depois as transmitem a forças mais poderosas.

Falar de “fechamento reformador” é observar que aqueles que não aderem a seus pressupostos não têm mais o direito de falar, porque suas palavras perderam toda a relevância. É o papel dos “especialistas”, os economistas liberais, limitar o escopo da fala “autorizada”. Essa operação simbólica define o que se entende por “reforma”. A maneira tradicional de descrever a diferença entre “reforma” e “revolução” no início do século XX é dizer: alguns querem agir em estágios graduais e, acima de tudo, por meio das cédulas de votação e os outros querem uma mudança radical imediata e, por que não, se necessário, por meio da insurreição. Ambos se opõem ao “conservadorismo”, que não quer mudar nada ou quer “retroceder”. Certamente podemos descrever o campo das ideias políticas dessa forma. Mas a “reforma” é infrapolítica, composta por um conjunto de construções cognitivas que todos os campos acabam compartilhando, mesmo que estejam divididos quanto à maneira prática de implementá-las. Parece-me que a história do “socialismo real” poderia ser interrogada com base na hipótese de que “a revolução é a reforma buscada por outros meios, a saber, violentos”.

Você usou a noção de “reforma” em objetos diversos: os debates entre assistência pública e caridade privada, a era de ouro da sociologia de Chicago e, mais recentemente, as reformas nas universidades e na pesquisa científica. Pode nos falar sobre os benefícios e ganhos associados a essa noção?

Parece-me que essa noção de reforma funciona muito bem nos três países em que trabalhei: França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Na verdade, peguei emprestada a noção de *reformer* (reformador) da historiografia americana e a importei para a França, onde só conhecíamos a classificação ternária de “conservadores, revolucionários e reformistas”. Do ponto de vista francês, ser um “reformador” era pertencer a um “terceiro partido”, aquele “centro” que, em termos gerais, liderou as transformações do país, talvez até De Gaulle. Introduzir os conceitos de reforma (*reform*) e de reformadores (*reformers*), recorrendo aos historiadores americanos que trabalhavam com habitação, planejamento urbano, trabalho social e administração municipal, possibilitou desafiar as classificações usuais da historiografia política na França. Como resultado, essa proposta passou despercebida por muitos pesquisadores...

Em apoio a essa escolha teórica, no entanto, gostaria de mencionar um colega que infelizmente morreu cedo demais: Alain Roussillon. Ele foi um grande arabista e cientista político que trabalhou no Egito no século XX. Partindo dessa base, ele elaborou, à sua maneira, exatamente a mesma noção de “reforma”². Os militares britânicos invadiram o Egito em 1882 e, ao mesmo tempo, funcionários franceses assumiram os ministérios egípcios. Os bancos franceses haviam emprestado muito dinheiro aos quédivas (nobres) e queriam seu dinheiro de volta com juros. Quanto aos britânicos, em nome de sua “missão civilizadora”, eles estavam ocupados reprimindo as revoltas com sangue, até o Sudão, enquanto lucravam com o Canal de Suez e o algodão. A história é bem conhecida. A propósito, foi exatamente isso que aconteceu com a Grécia em 2010. Começa com uma crise de endividamento e termina com a violência total das instituições: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI. No caso grego, não houve ocupação militar, mas foi praticamente a mesma coisa. Vamos fechar o parêntese.

Assim, o Egito havia se tornado uma quase colônia. As elites egípcias se perguntavam o que estava acontecendo com elas. O país havia passado por um processo de modernização desde Mehemet Ali e, de repente, a violência colonial havia chegado. Roussillon mostrou que havia duas maneiras de lidar com esse problema. Uma delas era dizer que tínhamos de aprender com o Ocidente. Ao tomar emprestada uma forma de pensamento, uma maneira de administrar o país, uma maneira de observá-lo por meio de estatísticas etc., esses reformadores achavam que poderiam alcançar o Ocidente imitando-o. A outra maneira era dizer que, sim, aprenderíamos tudo com o Ocidente, exceto quem somos. E o que somos nós? Somos muçulmanos. A Irmandade Muçulmana foi fundada em 1928 com o objetivo de retornar às raízes e, ao mesmo tempo, adotar as ferramentas da modernidade para expulsar os britânicos. Assim,

2. Ver Roussillon, 2018.

para pôr fim à dominação colonial, alguns buscavam a modernização ocidental, outros uma modernização identitária. Eles lutaram muito entre si: Nasser, o líder dos Oficiais Livres, mandou enforcar o ideólogo da Irmandade Muçulmana em 1966. Mas o que Roussillon estabeleceu é que ambos os lados compartilhavam o mesmo paradigma “reformista”. Podemos participar juntos do “fechamento reformador” e mesmo assim lutar severamente. Esse é um caso que mostra, acredito, que a noção de reforma pode ser mobilizada de forma útil em situações históricas muito diversas.

A propósito, reforma também é uma palavra do português brasileiro. Foi com base na reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro que comecei a discutir a história do planejamento urbano brasileiro com colegas do Iuperj e do Ippur. Como os modelos de transformação urbana circulam entre o Brasil e a Europa, especialmente a França, mas também a Itália e os Estados Unidos. Podemos usar a noção de reforma para apoiar essa abordagem da circulação: o que circula, na maioria das vezes, são formas, e essas formas transcendem as circunstâncias políticas nacionais e até mesmo os regimes. Estou pensando em todos os trabalhos que trouxeram à tona, em termos de planejamento urbano, as formas comuns entre o Estado Novo, o fascismo italiano e o New Deal, os Estados Unidos e a União Soviética, a Alemanha de Weimar e a Alemanha nazista. Ou a continuidade das propostas feitas pelos planejadores urbanos franceses na década de 1930, sob Vichy e durante a Libertação, as formas comuns compartilhadas pelas cidades-jardim em todo o mundo, e assim por diante.

Você está me perguntando se é a mesma noção de “reforma” que estou usando para estudar as reformas universitárias na França hoje. Minha resposta é sim. Isso é muito paradoxal porque é a mesma forma de “reforma” que é mobilizada hoje a serviço de objetivos que são o oposto daqueles dos reformadores no início do século XX. Em retrospecto, podemos dizer que essas pessoas estavam no processo de colocar em prática as premissas do Estado social do século XX. Nem todos tinham esse objetivo em mente, é claro; alguns achavam que as reformas iriam em outra direção e, de fato, dependendo do país, diferentes caminhos foram seguidos. Mas todos eles - partidários de soluções privadas, do municipalismo, da “liberdade subsidiada” e outros - conseguiram chegar a um acordo sobre as formas como os problemas deveriam ser observados e medidos, os diagnósticos, as etiologias, os objetivos gerais e os métodos para alcançá-los, etc.: eles haviam delimitado um consenso sobre a melhor maneira de alcançá-los. Eles estavam circunscritos a um consenso de reforma. Todos concordaram que algo deveria ser feito para reformar a sociedade e as populações em uma base científica, agindo sobre as instituições. Foi assim que, em última análise, contribuíram para a gênese do Estado social do século XX.

Por outro lado, nossos reformadores de hoje estão trabalhando sistematicamente para destruir esse mesmo Estado social. No entanto, eles afirmam ser “reformado-

res” da mesma forma. Em termos econômicos, a estrutura geral foi definida pelo “Consenso de Washington”, que tomou forma no início da década de 1990 entre o Banco Mundial, o FMI e o Tesouro dos Estados Unidos e que, desde então, impõe “ajustes estruturais” aos países devedores: liberalização dos mercados, privatizações, limites aos gastos públicos. Desde então, a “reforma” tem sido aplicada a todas as áreas da vida social, com graus variados de brutalidade, dependendo do país e das circunstâncias. “Reforma” é a palavra de ordem, a forma de debate e ação pública, embora seu conteúdo tenha mudado radicalmente. Como resultado, desde que a reforma tomou esse rumo, eu me tornei um reacionário.

Há outras perguntas. Em seu trabalho sobre a sociologia de Chicago e em sua pesquisa sobre os debates entre assistência pública e filantropia privada, há uma triangulação notável entre reforma, filantropia e expertise. Poderia nos contar um pouco mais sobre a gênese dessas afinidades? Como a pesquisa empírica pode identificar os efeitos da filantropia na pesquisa sem cair em uma visão conspiratória baseada apenas no poder do dinheiro privado e na vontade das elites econômicas?

Vamos dar uma olhada em Chicago, que é um caso muito interessante. A Universidade de Chicago é uma criação da família Rockefeller. Foi o dinheiro da Rockefeller que a criou em 1890, seu departamento de sociologia logo depois e seu Edifício de Pesquisa em Ciências Sociais em 1929. Portanto, a filantropia da Rockefeller está presente desde o início. Os programas de pesquisa em ciências sociais que se desenvolveram na década de 1920 também foram financiados pela fundação da Rockefeller. Mas dizer que foi o rei do petróleo que ditou aos sociólogos de Chicago qual pesquisa eles deveriam fazer, obviamente não é verdade. O que aconteceu foi uma triangulação (é uma boa palavra, gosto da sua ideia) entre os interesses da reforma universitária conduzida pela burocracia da universidade, os interesses científicos e institucionais dos professores do departamento de sociologia e antropologia e, por fim, as instituições beneficentes e reformadoras da cidade de Chicago. Essas três forças se uniram graças ao dinheiro de Rockefeller.

O que os sucessivos presidentes de universidades queriam era que as ciências sociais se tornassem úteis. Eles queriam poder dizer: “o que a universidade faz na cidade é importante”. Foi nesse nível de generalidade que os professores tiveram que argumentar para obter financiamento: mostrar que seu trabalho servia à cidade e a seus interesses. Deve-se observar que, naquela época, antes da crise de 1929 e do New Deal, os problemas sociais e suas soluções nunca eram concebidos em escala nacional, mas sempre em escala urbana: esse ponto é importante para entender o projeto da presidência da universidade na década de 1920. Mas para que as ciências sociais fossem úteis para a

cidade, os professores tinham que parar de gastar seu tempo dizendo aos alunos para irem ler livros nas bibliotecas. A sociologia tinha que sair da sala de aula, e os alunos tinham que ver o que estava acontecendo lá fora. Alguns dos professores perceberam que essa era uma oportunidade de obter financiamento substancial, assistentes de pesquisa, alunos de doutorado etc. Há um comentário atribuído a Park, que tem sido repetido várias vezes desde então, que é mais ou menos assim: “Se vocês acham que a sociologia consiste em consultar livros empoeirados em bibliotecas, estão enganados, precisam sujar as calças, senhores (havia algumas meninas entre esses alunos, no entanto). Vão sujar suas calças nas periferias [*slums*]”. Portanto, os professores tiveram que se tornar úteis para a cidade. Mas como? Park não tinha muitas ideias sobre isso. Ele havia sido um reformador profissional que trabalhava para um grande líder afro-americano, mas agora era mais um teórico da sociologia. Por outro lado, seu jovem colega Burgess conhecia bem as organizações filantrópicas da cidade e começou a formular perguntas sociológicas que permitiriam a elas ajustar suas ações de forma mais eficaz. Seu objetivo era se tornar indispensável para os profissionais de assistência social. Além disso, ele achava que os principais líderes dessas organizações estavam perfeitamente cientes de que não tinham as ferramentas de conhecimento que lhes permitiriam trabalhar em profundidade e, em particular, “reconstruir o bairro [*neighborhood*], a vizinhança”. Subjacente a tudo isso estava um conceito reformador básico, segundo o qual as relações de vizinhança reformadas poderiam proporcionar uma saída para a anomia social que os reformadores acreditavam caracterizar os bairros populares da cidade grande. Os sociólogos, portanto, formalizaram as representações espontâneas da periferia [*slum*] pelos assistentes sociais sob o conceito de “desorganização social”. Assim, você pode ver o triângulo que se formou: uma reforma da universidade, uma inovação científica e uma reforma da prática das organizações sociais impulsionada a partir da sociologia. Ao mesmo tempo, os sociólogos de Chicago achavam que iriam reformar radicalmente a disciplina. “Vamos transformar o conhecimento livresco que é a sociologia em uma disciplina empírica”. Com esse projeto de reforma científica, eles também estavam lidando com outros departamentos de sociologia nos Estados Unidos e, por quase duas décadas, assumiram a liderança na American Sociological Association (ASA). Você pode ver como uma série de projetos diferentes se cruzaram e, milagrosamente, se encaixaram perfeitamente por um tempo. Depois as coisas mudaram, e não vou entrar em detalhes. Mas em 1930, os líderes da universidade decidiram que não estava funcionando, cortaram os fundos e a era de ouro da sociologia de Chicago chegou ao fim.

Em suas pesquisas, você dá grande importância às biografias, às trajetórias sociais, ao que às vezes você chama de itinerários dos atores. Para nós, que trabalhamos principalmente

com a prosopografia das elites científicas e econômicas, essa dimensão do seu trabalho é muito valiosa. Quais são suas estratégias para reconstruir a história por meio da vida dos indivíduos? Essa abordagem histórica, que toma os indivíduos e as elites como objeto, se opõe a outras abordagens historiográficas?

Muito obrigado por essa pergunta importante e difícil. Em relação aos temas até agora levantados, poderíamos interrogar-nos, por exemplo, sobre as motivações dos reformadores. Por que é que eles fazem isto? Trata-se de uma questão muito interessante e legítima, mas para lhe dar resposta teríamos de mobilizar documentos de um tipo diferente daqueles a que costumo recorrer. Seria necessário recorrer aos diários, à correspondência e às autobiografias. E quando se trata dos reformadores e filantropos atuais, é preciso entrevistá-los. Existem alguns trabalhos americanos de qualidade sobre este assunto, como a pesquisa de Francie Ostrower sobre os filantropos de Nova Iorque³. Este tipo de trabalho coloca um problema metodológico interessante: até que ponto devemos acreditar no que as pessoas ricas dizem sobre as suas razões para doar? Não se pode acreditar em tudo o que as pessoas dizem, nem se pode desqualificar as suas palavras numa chamada sociologia do desvelamento⁴. A solução, parece-me, é dar crédito e assumir que as pessoas dizem o que pensam, mas, acima de tudo, colocar o seu discurso em série, a fim de destacar regularidades e variações que são, elas próprias, regulares, e depois interpretá-las. O meu coautor sobre a reforma universitária, Joël Laillier, fez isso muito bem em relação às vocações de bailarinos/dançarinos da Ópera de Paris e de banqueiro de investimentos.

Eu próprio não trabalhei nesta direção, mas notei, em relação aos reformadores do início do século XX, a importância de um documento que chamaria a “história da iluminação”. A pessoa, muitas vezes uma mulher, mas nem sempre, conta o momento exato em que percebeu subitamente de que tinha de “fazer alguma coisa”. Uma assistente social [*visiteuse des pauvres*] chega a um casebre aonde vai regularmente para doar, cuidar, ajudar, etc., e vê uma criança a morrer, não tanto por ter fome, mas por ter sido maltratada. A partir desse dia, a sua vida mudou e ela explica repetidamente à sua família, aos seus amigos e não só, que era preciso fazer alguma coisa. Tenho encontrado muitos relatos deste gênero, que me sugerem que há formas (aqui de novo), formas de representação de si próprio e da sua relação com o mundo que apresentam regularidades que podem ser interpretadas sociologicamente. As

3. Ver Ostrower, 1995.

4. Também qualificado como hermenêutica da suspeita, Christian Topalov faz referência ao leque de trabalhos que insiste em remeter ações e discursos ordinários a uma realidade mais objetiva e oculta (estruturas sociais, relações de poder, posições de classe etc.), deixando de lado a interpretação da auto-compreensão construída pelos próprios atores estudados.

pessoas dizem o que sentem, e o que sentem é partilhado pelos outros. Este é um tema interessante para investigar.

Outra área que não explorei muito é ainda mais importante: o que fazem os reformadores. É verdade que a produção de livros e relatórios, a compilação de estatísticas e a realização de congressos são ações em si. Mas e a ação “no território”? O que é que implica, por exemplo, visitar os pobres, investigar uma família necessitada, distribuir o subsídio de desemprego através da aplicação de um regulamento, elaborar um plano de urbanismo para um município, designar edifícios como “moradias precárias” com vista a sua demolição? Na França, outros pesquisadores trabalharam sobre estas questões, nomeadamente Vincent Dubois⁵, que documentou as interações “no guichê” entre os requerentes e os distribuidores de assistência social, e Isabelle Backouche⁶ que estudou a longa história da renovação de um “quartier insalubre” em Paris. Este trabalho é essencial, porque é na intersecção entre as instituições reformadoras e a sua clientela ou alvos que a realidade acontece. Não é apenas na cabeça dos reformadores, é no momento em que o seu projeto se torna parte do mundo social. Graças a estas investigações, podemos ver como as classificações reformadoras se materializam em protocolos burocratizados, como as pessoas a quem se dirigem desenvolvem estratégias para responder adequadamente, mudam a forma como se apresentam à instituição e acabam, em parte, por se tornar naquilo que a instituição quer que elas sejam. Este é um aspeto daquilo que os cientistas políticos chamam “governo por instrumentos”⁷.

O que eu fiz, no entanto, foi trabalhar em prosopografias de reformadores. Tenho sérias dúvidas sobre as monografias individuais. Têm uma vantagem, que é o fato de reunirem aspectos segmentados da vida das pessoas, o que é inestimável. Eis um exemplo de uma conferência recente sobre Jules Siegfried. Jules Siegfried foi o iniciador, em 1898, da legislação francesa sobre habitação a baixo custo que mais tarde se tornou HLM, habitação pública para pessoas com baixos rendimentos. É geralmente descrito como o homem da habitação social. Mas se fizermos uma monografia sobre Jules Siegfried, se olharmos para as suas atividades no Havre⁸, se estudarmos as atividades da sua família e da sua mulher, descobrimos outro personagem. Antes de mais nada, era um grande comerciante de algodão. Percebeu muito cedo que a guerra civil americana significava que era hora de reorganizar as suas fontes de abastecimento, de se virar para a Índia e para o Egipto. Foi assim que fez a sua verdadeira fortuna, abastecendo a indústria francesa do algodão numa conjuntura recessiva mundial. Tornou-se também um dos líderes do lobby colonial na Assembleia Nacional. Estudo

5. Ver Dubois, 2015.

6. Ver Backouche, 2016.

7. Refere-se notadamente aos trabalhos reunidos em torno do programa de Lascoumes e Le Galès (2005).

8. Comuna francesa de natureza portuária da região da Normandia.

este grande reformador há vinte anos, mas só há pouco tempo é que me percebi da utilidade de mudar um pouco a perspectiva: graças aos investigadores que estudaram Siegfried no Havre.

As monografias são, portanto, úteis, mas comportam também um grande perigo. É aquilo a que Bourdieu chamou de ilusão biográfica: acabamos por considerar que cada aspeto da vida de uma pessoa exprime uma lógica de conjunto, em que cada desenvolvimento é tornado necessário para o que lhe precede, prenunciando o que lhe segue. Desse modo, supomos que uma vida é coerente, o que é uma ilusão tenaz, embora constantemente desmentida pela experiência. Você sabe: “Quando era criança, já era o melhor da turma”. Esse esquema de pensamento pode ser encontrado, embora de forma menos ingênua, em muitas obras históricas. Pensamos que estamos lendo uma vida desde o início mas, na realidade, estamos lendo-a a partir do fim. Como evitar esse perigo do método biográfico? Uma maneira é utilizar a prosopografia, ou seja, colocar várias vidas em série. O que depois juntamos para as comparar não são indivíduos, porque cada indivíduo é único. O que é posto em série são traços biográficos comuns a várias pessoas, com variações. Este método permite construir tipos ideais à maneira de Weber, esboços ou modelos que evidenciam não só traços biográficos coletivos, mas também certos aspectos relevantes do curso histórico do mundo numa determinada época.

Foi o que Joël Laillier e eu fizemos com os reformadores da atual universidade francesa. Estudamos as suas carreiras, colocando-as em série e fizemos algumas descobertas. Um dos resultados era previsível: nos últimos vinte anos, surgiram novos tipos de gestores cuja característica comum é o fato de terem feito um pouco de pesquisa no início das suas carreiras, passando depois para funções administrativas muito cedo, sem nunca regressarem às salas de aula e aos laboratórios. Não esqueçamos que na França, desde o aparecimento de uma nova universidade no final do século XIX, o mundo acadêmico e da pesquisa é dirigido por cientistas. É certo que há muito tempo que existem professores com tendências burocráticas, mas o que é novo é o fenómeno maciço da profissionalização da gestão e o fato de os lugares-chave estarem agora nas mãos dessas pessoas. Pessoas que continuam a apresentar-se como colegas! Mas também salientamos um fato inesperado: um novo perfil está em vias de substituir os antigos professores ou pesquisadores transformados em administradores que acabo de descrever: o engenheiro de pesquisa e desenvolvimento. Um engenheiro de formação, que nunca fez pesquisa, mas que passou frequentemente anos em grandes empresas e, mais frequentemente ainda, em cargos burocráticos no CEA (Comissariado para a Energia Atômica) ou no Inria (Instituto Nacional de Pesquisa em Informática e Automática). É este o tipo de homem a quem são agora confiadas as posições cruciais do sistema: a direção ministerial da pesquisa e

da tecnologia, as direções dos organismos de pesquisa (nomeadamente o CNRS) e a direção da agência de financiamento (a ANR). Ninguém tinha visto isso antes, ou pelo menos ninguém tinha publicado sobre isso.

Tudo isso é o resultado de um sólido trabalho prosopográfico baseado em dados massivos. A nossa tipologia de “gestores de topo do ensino superior e da pesquisa (ESR)” abrange 400 pessoas cujos CV e notas biográficas foram recolhidos em linha. Trata-se, portanto, de informações tornadas públicas pelas pessoas em causa ou pelas suas instituições. A partir daí, construímos um grande número de variáveis e utilizámos os instrumentos clássicos de produção de tipologias estatísticas: a análise de correspondência múltipla (ACM) e a classificação hierárquica descendente (CHD). Uma vez construídas as tipologias, analisámos as suas posições nos órgãos de direção do ensino superior e a evolução dessas posições nos últimos vinte anos.

Essas ferramentas estatísticas são muito interessantes porque têm a enorme vantagem de serem capazes de processar grandes quantidades de informação de uma forma sistemática, sem nunca perder de vista os indivíduos descritos pela tipologia. A ferramenta ACM, por exemplo, não só produz tipos, mas também nos diz quem são os indivíduos mais típicos dentro de cada tipo. A partir daí, podemos aperfeiçoar e nos concentrar em determinados indivíduos singulares de uma forma que não seja arbitrária. Penso que esta é uma forma eficaz de fazer uma sociologia dos percursos profissionais.

Uma última palavra, para voltar ao meu trabalho sobre os reformadores da Terceira República. Até muito recentemente, não utilizei estes métodos estatísticos para os estudar. Os meus primeiros trabalhos foram feitos “à mão”, sem ferramentas formalizadas de representação de redes e trajetórias. Com base em observações mais limitadas, trabalhei, no entanto, comparando itinerários que apresentavam características semelhantes e salientei o contraste entre as “elites” estabelecidas e as contestadas (eu uso aqui um termo da época), por um lado, e as elites em ascensão, por outro. É realmente uma questão de trajetória. Todas estas pessoas pertenciam a burguesias bastante semelhantes, mas situavam-se em trajetórias diferentes. O ano de 1880 pode ser visto como o momento da implantação definitiva da República na França, pelo menos até 1940 e à derrota de Hitler. Nas redes reformadoras do início da Terceira República, encontramos os perdedores da batalha política: todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tinham estado envolvidos no governo, quer durante o Segundo Império, quer durante o breve período de cerca de dez anos conhecido como “República dos Duques”, quando a República era governada por monárquicos. Surge também um novo tipo de elite, composta por advogados, médicos e engenheiros, bastante republicanos e cujo engajamento na reforma lhes confere um estatuto especial na sua profissão ou na política. As trajetórias descendentes encontravam

na reforma social um meio de reconversão profissional. As trajetórias ascendentes são um meio de consolidar posições ainda frágeis. O “campo reformador” que se formou nesta época foi o encontro das trajetórias descendentes e ascendentes, um pacto selado entre elas para colocar a reforma, graças à ciência, “fora da política”. Este modelo pode ser construído através da prosopografia. Este método é custoso, mas pode ser muito rentável.

Próxima pergunta é uma continuação do que acabou de dizer. Como podemos objetivar as ações reformadoras que referiu?

Como disse há pouco, fiz muito mais uma sociologia dos reformadores do que uma sociologia da ação reformadora. Para ir mais longe do que o nosso livro recente *Gouverner la science*, precisamos olhar para as transformações reais no terreno, nas universidades. É preciso analisar os efeitos do financiamento da pesquisa por projeto sobre o conteúdo científico. Seria igualmente necessário analisar os métodos de avaliação burocrática e os seus efeitos na redefinição das práticas científicas legítimas. Felizmente, essas pesquisas são efetuadas por outros, e muitas vezes vão muito bem. É o destino de toda a construção acadêmica. Se queremos ver algo, é preciso observá-lo. Mas o resto não podemos ver, ou não podemos ver muito bem, nesse momento. São as perguntas que fazemos que constroem o objeto e os métodos para o observar. Quando se muda o tipo de pergunta, é preciso mudar de método. É assim que funciona a pesquisa. Claro que há pesquisadores mais ambiciosos e que querem fazer tudo, o que por vezes conduz a bons resultados. Há algumas décadas, alguns historiadores franceses tinham o projeto de escrever aquilo a que chamavam de uma “história total”. Epistemologicamente, não faz sentido, mas pode dar origem a livros fascinantes. Mas contar toda a história é como fazer um mapa de escala 1 por 1 – não existe tal coisa. É preciso adotar um ponto de vista, é assim que as coisas são.

*No final de *Gouverner par la Science*, você afirma que a ação reformadora, nas suas duas vertentes (isto é, enunciar problemas e produzir dispositivos), se apresenta como estranha à política. Pode desenvolver tal afirmação? No que a ação reformadora e a política se opõem? Essa posição é interessante do ponto de vista cultural, pois a oposição é mais abrangente do que aquela entre reforma e revolução. Pode especificar o Outro da reforma, a sua alternativa?*

É uma questão difícil porque, quando se constrói um campo reformador e o projeto reformador funciona bem, tem a propriedade de tornar todo o resto invisível e

inaudível. Tomemos o exemplo da universidade francesa atual. Quem pode negar que ela não está passando por dificuldades? A partir daí, a máquina reformadora põe-se a trabalhar, enunciando os problemas à sua maneira óbvia. Muitos estudantes reprovam no primeiro ano e muitos diplomas não são empregáveis: a universidade está em crise. A pesquisa francesa também está em crise, porque é incapaz de produzir as inovações tecnológicas das quais o país precisa para fazer face à concorrência mundial. Os reformadores conseguiram fazer crer que se trata de constatações “objetivas”. Conseguem até demonstrar a crise com números e estatísticas. A conclusão esperada: esta situação não pode continuar! Temos de enfrentar esses problemas em conjunto, porque não se trata de questões políticas, mas sim de problemas nacionais com os quais todos podem concordar. Por isso, temos de arregaçar as mangas e resolvê-los em conjunto: governos, universitários, pesquisadores, representantes da sociedade civil. Todos têm de avançar com as reformas necessárias. Eis aí o tipo de retórica reformadora que vem a ganhar terreno, incluindo entre os nossos colegas na universidade. Tanto mais que as “reformas” iniciadas pela direita a partir de 2004 foram prosseguidas pela esquerda (ou, pelo menos, pelos socialistas) em 2012: a prova de que não se trata de política!

O que torna insustentável um consenso sobre esse discurso é a experiência concreta. Passaram mais de vinte anos desde o início da implantação da nova ordem e, na maior parte das universidades, as condições de ensino e de pesquisa só pioraram. Só num punhado de estabelecimentos privilegiados (os que se beneficiaram do rótulo de “iniciativa de excelência”) é que os financiamentos seletivos permitiram desenvolver certos programas dispendiosos dirigidos pelo Ministério - ao mesmo tempo que um estrato burocrático pletórico criou pequenos sistemas clientelistas locais que compraram o apoio de uma parte das comunidades acadêmicas. Por toda a parte, a carência agrava-se e a papelada explode - com a avaliação de gestão e a interminável corrida aos projetos. Os colegas que, sem acreditarem ou acreditando, ajudaram a implementar as reformas, estão bem conscientes do impasse, mas, o que podemos dizer, temos de nos adaptar.

Com Joël Laillier, meu coautor, percorremos as universidades francesas que nos convidaram a apresentar o livro. Nas nossas audiências, a denúncia das reformas era quase unânime, mas por vezes era um pouco mais complicada. Tomemos, por exemplo, a *Parcoursup*⁹, uma plataforma criada em 2018 para afetar os novos diplomados do bacharelato aos estabelecimentos de ensino superior. Não vou entrar em pormenores, mas o objetivo deste sistema é rejeitar os candidatos que não têm o

9. Plataforma virtual de “escolha” de estabelecimentos de ensino superior com base no percurso escolar dos postulantes.

“nível” exigido e encaminhar os “melhores” para as “melhores” universidades. Se, por lei, o *baccalauréat* dá direito a frequentar o ensino superior, o *Parcoursup* introduziu sem problemas aquilo com que a direita sonhava desde os anos 1980: a seleção no acesso à universidade. Além disso, introduziu uma classificação fina dos estudantes e dos estabelecimentos, baseada, para simplificar, no seu nível acadêmico e social. O resultado, do ponto de vista dos professores de setores relativamente privilegiados, é que os “piores” alunos desapareceram e podemos finalmente trabalhar bem. Eis o que nos disse um colega em Dijon: “Sei que isso causa problemas, que exclui toda uma parte dos jovens da universidade. Mas, afinal, o que eu quero é poder ensinar em condições decentes e não ser insultado pelos alunos porque lhes digo para não olharem para o celular durante a aula”. No entanto, não há garantias de que o *Parcoursup* produza alunos mais motivados, sobretudo porque a proporção dos que conseguem o curso que realmente queriam é muito menor do que no passado. Mas, pelo menos, houve uma certa limpeza social...

Há um outro elemento que é essencial para compreender como os acadêmicos foram levados a aceitar as reformas. Não há dúvida de que não tinham verdadeira escolha: os responsáveis pelos cursos tinham de fazer “subir” os seus modelos de ensino para que pudessem ser validados pelo Ministério, os responsáveis pelos laboratórios tinham de fazer o necessário para obter uma boa nota nas avaliações, os reitores das universidades tinham de ter um orçamento equilibrado, mesmo que isso implicasse renunciar ao recrutamento para pagar o aquecimento. Mas, ao mesmo tempo, a inteligência tática dos reformadores consistia em introduzir medidas uma a uma, sem indicar o objetivo global a que se referiam. Mesmo que alguns relatórios cruciais traçassem perspectivas a longo prazo, a aplicação era feita passo a passo e sempre às pressas. As instituições foram constantemente postas umas contra as outras numa situação de incerteza que conduziu a uma conformidade máxima com normas novas e desconhecidas. Tratava-se de reformas “incrementais” que, consideradas isoladamente, não pareciam mudar grande coisa. Até à radicalização das reformas na Era Macron.

Não entendi muito bem o nível de generalidade do discurso reformador: ele tem uma escala nacional, por exemplo, você acabou de falar sobre a reforma referente às universidades francesas. Mas a reforma não diz respeito às universidades em geral, em escala internacional?

A resposta a esta questão só pode ser empírica. É necessário observar o pormenor como se constrói e impõe um discurso de reforma e como se articulam ao longo do tempo as suas modalidades nacionais e internacionais. Referi-me anteriormente ao compromisso de Washington, que se situa ao mais alto nível de generalidade, ou

seja, à escala mundial. Pode-se dizer que se trata de um fechamento reformador que abrange todos os Estados e é gerida de forma altamente centralizada pelos burocratas do Banco Mundial, do FMI e da OMC, o braço armado da reforma do comércio mundial criado em 1995. Não conheço a literatura das ciências sociais que estudou essas pessoas, mas é, sem dúvida, muito interessante. No caso da Argentina, por exemplo, destacamos a conversão ao novo liberalismo dos economistas keynesianos que estavam à frente das instituições econômicas do país, mas que também desempenharam um papel importante a nível latino-americano. Essa conversão foi a condição para a sua reclassificação profissional e aqueles que a recusaram foram colocados fora do terreno: é o caso do que resta de economistas marxistas na Argentina. E não estou falando dos desenvolvimentos mais recentes. A ciência econômica na França sofreu a mesma reestruturação. Na universidade, a disciplina é regida por um concurso centralizado para professores, a *agrégation*. Esse júri é cooptado de um ano para o outro e, pouco a pouco, todos os seus membros foram recrutados na economia dominante: os regulacionistas, os convencionalistas, as escolas anteriormente muito criativas, para não falar dos últimos marxistas que restavam, foram empurrados para fora do terreno. O mesmo aconteceu no CNRS, onde os dissidentes tentaram, sem sucesso, criar uma seção de “economia política”. O fechamento reformador não é apenas uma questão de palavras, é também uma questão de poder. Alguns domínios, como a ciência econômica e a administração, estão largamente globalizados, mas noutros casos o discurso da reforma é mais local.

No que se refere às universidades e à pesquisa na França, trabalhamos sobre esse assunto com algum pormenor. Quando um ministro quer introduzir reformas, encomenda um relatório a um expert ou a um grupo de experts. A conclusão do relatório já está na declaração de missão, é claro, e os experts trabalham para a legitimar e a desenvolver em mais detalhes. Joël Laillier e eu analisámos cerca de uma centena de relatórios publicados ao longo dos cerca de vinte anos abrangidos pela nossa pesquisa. O que constatámos é que as referências internacionais são raras. Sem dúvida, a maior parte das pessoas que redigiram esses relatórios conheciam a literatura da OCDE, da Comissão Europeia e das várias associações europeias de burocratas universitários sobre questões educativas. Mas raramente o mencionam, porque nem sempre é politicamente desejável ir buscar inspiração ao estrangeiro. Há um certo chauvinismo gaulês que faz com que não gostemos de dizer que lá é melhor ou que os organismos internacionais têm sempre razão. Falei recentemente com um jovem colega grego que me disse que, na Grécia, é exatamente o contrário. Os reformadores estão sempre dizendo: “Estamos atrás do resto da União Europeia, que está tão atrás dos Estados Unidos”. Dependendo da posição das nações em supostas hierarquias simbólicas, o “argumento internacional” está mais ou menos em evidência. Mas há

fortes convergências internacionais quando se trata de reformas. Isso era verdade em 1900 e ainda é verdade hoje. Se você me perguntar por que, eu lhe direi que não sei.

A circulação internacional de ideias e modelos certamente desempenha um papel importante. Alguns dos reformadores estavam em constante discussão com seus colegas estrangeiros. Em Paris, em 1900, houve 242 congressos internacionais sobre uma grande variedade de assuntos, desde pesos e medidas até a luta contra a febre amarela, alcoolismo, higiene e assim por diante. Um olhar mais atento a esses congressos revela pelo menos duas coisas. A primeira é que, naquela época, não havia participantes para os quais os contenciosos internacionais fossem de real importância. Hoje, por outro lado, o FMI, a OCDE e a Comissão Europeia são burocracias internacionais poderosas que podem impor um discurso em um campo reformador específico e graças ao qual as pessoas podem fazer carreira. Minha segunda observação sobre 1900 é que a referência à experiência no exterior sempre foi um argumento para melhorar a autoridade de alguém no país. Esse ainda é o caso hoje para a maioria das pessoas envolvidas na reforma. É por isso que eles não tomam emprestado do exterior: eles inventam um estrangeiro imaginário que pode ser usado como argumento em seu próprio campo reformador nacional. É por isso que há tantas Américas diferentes entre os admiradores dos Estados Unidos: eles fazem mercado lá para cozinhar aqui. Todos os trabalhos realmente interessantes sobre a circulação internacional de objetos culturais partem do fato de que esses objetos são transformados ao cruzarem as fronteiras, que não há “influência”, mas sim seleção e tradução. Somente aqueles que estão dispostos a serem “influenciados”, ou seja, que buscam recursos discursivos ou cognitivos em outros lugares para adaptá-los em casa.

As formas reais do que chamamos de “influência” são tão variadas que a palavra, no final das contas, é um obstáculo ao pensamento. Quando uma canhoneira americana chegou às Filipinas ou a Cuba em 1898 e as tropas desembarcaram para expulsar os espanhóis e ocupar o país, essa foi uma forma específica de influência: militar e material. A mesma coisa aconteceu no Egito em 1882, com os britânicos e os franceses. Mas mesmo nessas situações do tipo colonial, é um pouco mais complicado do que uma pura imposição. Quer colaborem com a potência ocupante ou se oponham a ela, as elites locais se apoderam dos recursos que podem obter do exterior, os interpretam e os colocam a serviço de seus próprios objetivos. Portanto, nada circula por si só ou sem tradução. Basicamente, isso é o que eu estava dizendo anteriormente sobre a prosopografia dos reformadores. As ideias não circulam por conta própria, elas sempre circulam porque as pessoas as fazem circular. Portanto, precisamos trabalhar com os atores da circulação, com as operações que eles realizam com as ideias que tomam emprestadas e com os motivos que os levam a fazer isso. Essas razões resultam de sua posição no campo nacional em que operam e, nos últimos

cinquenta anos, possivelmente no campo internacional em que essas ideias circulam. Mas vamos nos lembrar do ponto essencial: as ideias não andam por aí sozinhas.

Essa última pergunta é baseada em uma provocação que você fez em seu seminário na EHESS. Lembro-me de você dizer que o método científico significa dar à realidade uma chance de nos dizer “não”. Você rejeita interpretações excessivamente generalistas, a exemplo da ideia de que a lógica neoliberal invadiu todos os espaços sociais, sem a necessidade de qualquer pesquisa real para poder afirmar isso. Você defende uma sociologia rigorosamente empírica. Além disso, nos últimos meses, assistimos a uma série de protestos contra as reformas previdenciárias, protestos dos quais seu seminário participou. Estamos interessados na relação, e até mesmo nas tensões, entre a prática profissional e a prática militante. Segundo alguns, na França como no Brasil, uma sociologia verdadeiramente científica não pode ser, digamos, normativa; ela deve romper com o discurso militante. Como se o compromisso político privasse o cientista de toda objetividade. No entanto, o senhor disse no início de Gouverner la science: “Este livro nasceu da raiva”. Gostaríamos que você comentasse sobre a relação entre a prática científica e a prática política.

Essa é uma pergunta difícil e interessante. A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que é uma ilusão positivista imaginar que as ciências humanas e sociais se desenvolvem em um universo não normativo. Isso simplesmente não é verdade de fato. As pessoas que dizem isso têm motivos socialmente determinados para cultivar essa ilusão. Elas são aquelas que, no campo de sua disciplina, afirmam ocupar a posição de guardiãs da objetividade científica. Essa é uma posição que eles conquistaram e lutam para mantê-la. Eles são estruturalmente conservadores porque detêm um capital de legitimidade que é considerado sólido e mantêm à distância todos os pequenos brincalhões que querem abordar os objetos da disciplina de uma maneira diferente, por exemplo, do ponto de vista da transformação social. A esses supostos guardiões do Templo, já podemos dizer uma coisa, que é atestada pela história de nossas disciplinas: nas ciências humanas, todas as inovações, para o bem ou para o mal, sempre estiveram ligadas, direta ou indiretamente, a um projeto de natureza prática. Eu poderia citar um número infinito de exemplos. Quando Charles Booth realizou sua pesquisa em Londres na década de 1890 e inventou o mapa social ou a linha de pobreza, seu objetivo era, obviamente, resolver o problema causado pelos distúrbios do desemprego. Como ele mesmo disse, não era um acadêmico como hoje conhecemos e podia se apresentar como um reformador assertivo. Vejamos um caso posterior: Malinowski, professor de antropologia da London School of Economics. Foi dito, e não é mentira, que ele foi o primeiro etnógrafo de campo, ou seja, aquele que combinou, na mesma pessoa, o trabalho de observação e o trabalho de interpretação. Até então, havia sociólogos

ou etnólogos que recebiam relatórios de missionários, administradores coloniais e militares, e que analisavam esses relatórios para transformá-los em ciência. Malinowski, portanto, desempenhou um papel essencial no nascimento da antropologia científica moderna. Por que ele ficou preso nessa ilha do Pacífico e começou a fazer observações diretas? Essa é outra história, e agora que seu diário de campo foi publicado, sabemos melhor que ele realmente não fez isso de propósito. De qualquer forma, ele fez. Um pouco mais tarde, ele inventou a antropologia política: “Até agora, a antropologia tem estudado rituais, crenças e técnicas. É muito interessante, mas se você quiser entender adequadamente os povos primitivos (vocabulário da época) para poder administrá-los corretamente, é preciso entender que eles estão engajados na história e que têm instituições políticas.” Essa foi uma grande revolução científica e, se foi considerada, foi porque o professor estava fazendo uma oferta de serviço ao governo de Sua Majestade. A política colonial britânica, ao contrário da francesa, era de governo indireto, o que significa que os territórios coloniais eram administrados por chefias locais na África e rajás na Índia. A administração do dia a dia e, em especial, a justiça civil, era deixada para as elites indígenas, enquanto os britânicos cuidavam da dominação militar e da exploração econômica. Em resumo, Malinowski estava fazendo uma proposta ao governo: vamos fazer antropologia política para entender melhor como essas pessoas podem se governar sob nossa tutela. Portanto, foi uma proposta política que deu origem a uma nova antropologia, uma revolução científica. Uma revolução científica nascida da reforma colonial.

Aproximando-se um pouco mais de nós no tempo, embora permanecendo na Grã-Bretanha, foram os vínculos que certos acadêmicos quiseram estabelecer com o movimento trabalhista na década de 1950 que produziram uma nova e criativa corrente historiográfica: *a history from below*. A história escrita “de cima” favorecia os soberanos, os governantes, os poderosos e os eruditos. Agora tudo tinha de ser reescrito do ponto de vista daqueles que haviam sido silenciados e esquecidos: o povo britânico. Uma nova história dos trabalhadores nasceu do compromisso de um punhado de historiadores comunistas, que estavam firmemente estabelecidos no establishment acadêmico inglês. Posteriormente, o movimento feminista também deu origem a novos temas: primeiro a história das mulheres, depois a história do gênero. Mais recentemente, outros movimentos militantes deram origem a novas narrativas, principalmente sobre a dominação colonial. É assim que as coisas são, quer você goste ou não. Todas essas pessoas que pregam a neutralidade axiológica ignoram ou fingem ignorar a história de nossas ciências. A propósito, veremos se a recente conversão de muitos deles às neurociências produzirá algo de interesse nas ciências humanas e sociais. Esse ainda não é o caso, apesar das montanhas de financiamento concedidas a eles por um poder político mais do que benevolente.

Mas atenção: não estou dizendo que todos os ativistas são cientistas. É verdade que às vezes eles acreditam que são, mas acontece que há condições para entrar no campo do saber científico. Em primeiro lugar, temos de admitir que nossos objetos são construídos a partir de um ponto de vista: embora nem todos os pontos de vista sejam iguais, sua pluralidade é essencial para o debate que faz a ciência. Em segundo lugar, como eu disse anteriormente, nossas ciências também são construídas com base em procedimentos regrados de observação do mundo social. Não pode haver conhecimento validado sem pesquisa, caso contrário, estaremos falando de ideias que podem ser estimulantes ou sedutoras, mas que continuam sendo opiniões indecidíveis. É claro que podemos discutir nossos métodos de observação, bem como os pontos de vista que constroem nossos objetos. A pesquisa baseada em questionários, por exemplo, tem consequências enormes para os resultados que podemos obter. O mesmo se aplica às técnicas de pesquisa de opinião. Portanto, podemos discutir procedimentos, mas sem procedimentos não há ciência. Os procedimentos são algo que pode ser compartilhado entre pessoas com diferentes pontos de vista. No último capítulo de nosso livro sobre a reforma universitária, somos um tanto polêmicos com os pesquisadores da Sciences Po Paris, inspirados pela sociologia das organizações, que, segundo nós, adotaram uma posição de especialistas que acompanham as reformas. Achamos que seu ponto de vista, que ignora a questão do poder, está errado, mas prestamos homenagem ao seu trabalho de campo, que às vezes produz observações formidáveis. Além disso, em nossa opinião, muitos de seus resultados empíricos contradizem suas conclusões. Portanto, discordamos, embora compartilhemos convicções comuns sobre a importância crucial dos procedimentos regrados de observação.

Uma palavra sobre a fórmula que você mencionou anteriormente: o método consiste em dar à realidade a chance de nos dizer que estamos errados. Dizem que Jacques Lacan cunhou a frase: “o Real é quando a gente tropeça”. A observação regrada deve ser capaz de nos dizer “Você está errado”, mas nunca nos dirá “Você está certo”. É isso que os positivistas pensam. Nunca obtemos confirmação de nossas hipóteses e de sua estrutura conceitual, mas, se elas não forem invalidadas, podemos continuar a trabalhar com essa estrutura e continuar a construir hipóteses mais completas ou mais sólidas graças a novas observações. Essa é uma epistemologia que compartilhamos com os físicos e outros cientistas naturais. Não há relativismo na ciência. Estamos simplesmente colocando a questão da objetividade no lugar certo.

Referências Bibliográficas

- BACKOUCHE, Isabelle. (2016). *Le Marais 1900-1980 : de l'ilot insalubre au secteur sauvegardé*, Paris, Creaphis.
- DUBOIS, Vicent. (2015). *La vie au guichet: administrer la misère*. Paris, Points.
- LAILLIER, Joël & TOPALOV, Christian. (2022). *Gouverner la science: anatomie d'une réforme (2004-2020)*. Marseille, Agone.
- LASCOUMES, Pierre & LE GALÈS, Patrick (orgs.) (2005). *Gouverner par les instruments*. Paris, Presses de Scinces Po
- OSTROWER, Francie. (1995). *Why the Wealthy Give: The culture of Elite Philanthropy*. Princeton, Princeton University Press.
- ROUSSILLON, Alain. (2018). *Réforme et politique dans le monde arabe*. Paris, CNRS Alpha.
- TOPALOV, Christian. (1994). *Naissance du chômeur 1880-1910*, Paris, Albin Michael.
- TOPALOV, Christian. (1996). "Langage de la réforme et déni du politique. Le débat entre assistance publique et bienfaisance privée, 1889-1903". *Genèses*. Paris, n 23, pp. 30-52.
- TOPALOV, Christian. (1999) (org.), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*, Paris, Éditions de l'EHESS.
- TOPALOV, Christian. (2020). *Philanthropes en 1900. Londres, New York, Paris*, Genève. Paris, Créaphis.
- TOPALOV, Christian. (2021). "Power and Charity in New York City during the Progressive Era: A Network Analysis". *Journal of Interdisciplinary History*, Massachusetts, L:3 (Winter, 2020), 383-425.

Texto recebido em

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.230211.

PEDRO GRUNEWALD LOURO é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na Université Paris-Saclay, pesquisador no laboratório IDHES ENS Paris-Saclay e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), à qual agradece o apoio financeiro (Processos 2021/01828-9 2022/05206-5). E-mail: pedro.louro@usp.br.

FRANCESCO TOMEI é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, pesquisador do CEESP – CNRS e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), à qual agradece o apoio financeiro (processos 2020/01180-6 e 2022/00939-4). E-mail: francescotomei@gmail.com).



Ruptura como destino

O itinerário intelectual de Renato Ortiz

Por Caio César Pedron*

<https://orcid.org/0000-0002-0774-0138>

Por Luccas Eduardo Castilho Maldonado*

<https://orcid.org/0000-0003-0476-1600>

O senhor apresenta um incômodo autorreflexivo para com sua própria trajetória nas primeiras páginas de Trajetos e memórias. A afirmação “a formação do meu habitus se orientava para tudo que não fui” sintetiza a posição em certa medida (Ortiz, 2010, p. 14). Tendo em vista sua origem, espaço de circulação e primeiras influências, quais fatores parecem mais adequados para explicar a direção que o destino social impingiu a sua trajetória profissional? Seria o caso de aceitar, ainda que com relutância vigilante, a categoria weberiana de Berufsmenschen como possibilidade objetiva de interpretação do curso da sua vida?

Começo pela ideia de vocação. Weber a encontra na leitura que Lutero faz da Bíblia, claro, procurando associá-la à noção de trabalho. Porém, ao dizer que a vocação encerra uma dimensão religiosa (*calling* em inglês, ele sublinha), tem-se um problema: ela antecede e orienta a ação. Essa é a virtude de toda ética, ela modela aquilo que fazemos (para Weber orienta a ação para um determinado fim: o espírito do capitalismo). Dificilmente isso se aplicaria à minha trajetória. Prefiro dizer com Sartre que “a existência precede a essência”, ela é tornar-se algo que ainda inexistente, ou seja, um movimento. A vida intelectual não era uma escolha plausível no horizonte de minha formação pessoal, eu não era um herdeiro, no sentido em que Bourdieu utiliza o termo. Fica assim a pergunta: como foi possível driblar o destino? Essa é

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.

uma indagação que qualquer pessoa pode se colocar, como escapar àquilo que o espera. Eu diria que de acordo com as circunstâncias, e seria preciso determinar essas circunstâncias, as escolhas individuais (não são plenamente conscientes) podem ou não se concretizar. No meu caso, creio que a trajetória percorrida implicou uma ruptura com o meio no qual fui criado: a família, a vida no interior, o catolicismo de minha infância, as escolas que frequentei. Evidentemente não tinha consciência disso, vivia um certo “incômodo”, como vocês disseram; na verdade, uma insatisfação permanente. Talvez dois motivos, pelo menos parcialmente, tenham contribuído para isso. A morte prematura de meus pais (meu pai quando eu era ainda menino, minha mãe quando entrei no primeiro ano da faculdade) de alguma maneira significou uma fragilização dos laços familiares. Depois, o desenraizamento em relação às coisas que me eram próximas. Aos treze anos de idade (em plena adolescência), mudei-me de Taubaté para Ribeirão Preto, deixando o mundo seguro e ordenado que conhecia (amizades, esportes no Taubaté Country Club, bailinhos etc.). Permaneci apenas um ano em Ribeirão e fui internado em um curso técnico de indústrias pecuárias em Pirassununga; daí segui para São Paulo para cursar engenharia. Vista sob esse prisma, talvez a viagem a Paris seja uma espécie de prolongamento de um desenraizamento anterior. Não sei, é uma divagação pessoal.

Há uma interessante relação de ambiguidade entre o senhor e a cidade de São Paulo. A primeira passagem pela metrópole contribuiu nitidamente para sua formação. Foi neste contexto de efervescência cultural e política que fez a opção preferencial pela ciência social, em detrimento de um caminho econômico e profissionalmente mais seguro na engenharia. Identificamos concomitantemente em alguns momentos de Trajetos e memórias uma tensão para com as instituições, as ordens e as direções da Pauliceia. Neste sentido, onde residiria a sua inquietação para com a cidade de São Paulo?

Em *Trajetos e memórias* digo que o Espírito Absoluto de Hegel se encarna sempre na história, ele necessita da matéria para existir. Nos anos 1960 ele se encarnou nas universidades, impossível contornar sua existência. Neste sentido, São Paulo foi para mim o lugar de encontro das contradições “hegelianas” e as minhas, isto é, momento de alienação em relação a meu passado. Creio que todo jovem que vem do interior para a capital resente um pouco isso, a distância que o separa da vida anterior. Mas o ambiente político exacerbava essa dimensão. Havia uma efervescência (passeatas, assembleias, teatro, festivais de música, literatura, repressão policial, Marx, Marcuse, Sartre) que me contagiou. Talvez por isso a cidade se tornou para mim uma espécie de referência imaginária. Na verdade, aí tinha vivido apenas cinco anos, depois parti para a França, morei em João Pessoa e Belo Horizonte. Retornei quinze anos

mais tarde. Entretanto, a dimensão imaginária permaneceu (até mesmo em minhas músicas, como em “Poluiceia desvairada”). Mas há um hiato entre o imaginário e o real, em São Paulo as instituições universitárias tinham as portas cerradas para mim. Daí o elemento de incongruência que vocês sublinharam.

Por que a escolha pelo exílio parecia a “única decisão plausível” de ser tomada diante do recrudescimento da ditadura militar no Brasil? Vários intelectuais contemporâneos ao senhor permaneceram durante os anos de autoritarismo, constituindo carreiras universitárias. Quanto esta decisão estava permeada por seus valores? Por outro lado, haveria algum tipo de cálculo estratégico por detrás deste ato de decisão plenamente voluntária?

Não utilizaria o termo *exílio*. Foi uma decisão pessoal e não uma imposição do regime militar. O mundo do exílio se faz através de uma interdição, a impossibilidade da volta. Eu poderia voltar quando quisesse. De fato, vários colegas tomaram a decisão de ficar no país. Na Escola Politécnica muitos abandonaram os estudos, ou a profissão depois de formados, para se dedicarem a outras coisas: cinema, física, matemática, filosofia. Essas escolhas estavam no horizonte, dito em termos sociológicos, eram objetivamente plausíveis. Mas talvez a crise individual que vivenciei, aliada a uma vontade difusa e insinuante de “conhecer o mundo”, tenha se imposto. Era uma época na qual a ruptura individual não era mera escolha subjetiva, ela se amparava em diversos elementos que perpassavam o Brasil e o mundo: movimento estudantil, maio de 1968, guerra do Vietnã, hippies, revolução socialista etc. Mas não havia nisso nada de estratégico, eu não tinha ideia do que poderia realmente acontecer, foi de fato um mergulho no imponderável, embora eu tivesse um rumo traçado, uma direção, queria ser, ou melhor, tentar ser, alguém voltado para o mundo do pensamento. As coisas poderiam ter dado errado, e durante um bom tempo não deram lá muito certo.

Uma figura aparece como portadora de grande relevância no curso irregular e um tanto quanto excepcional de sua trajetória acadêmica. Se pensarmos que toda narrativa biográfica carrega alguns traços arquetípicos da mitologia, seria possível conceber a figura do velho Roger Bastide como uma espécie de mentor diante das desventuras acadêmicas de sua trajetória vocacional? O senhor acompanhou a última visita de Bastide aos terreiros brasileiros. Aquele momento de alguma forma pode ser entendido como uma travessia ou rito de passagem inaugurador da carreira do jovem pesquisador, ao mesmo tempo que selava definitivamente os últimos passos do nome mais importante do departamento de ultramar? Como o senhor concebe esta sua filiação tardia para com este grande patriarca da sociologia uspiana?

Nunca pensei desta forma, mas a sugestão é interessante: o candomblé e o rito de passagem. Talvez seja possível dizer que a travessia se iniciou em outro momento, ao subir no navio em Santos e atravessar o Atlântico. Foi esse o passo original, aí se instaurou um corte, como nos rituais de passagens, entre dois mundos. Mas voltemos a Bastide. De fato, há uma mudança em minha trajetória quando passei de Vincennes e do Centre de Culture de Masse (École Pratique des Hautes Études) para a tese de doutorado. Completava um ciclo de minha formação e iniciava a elaboração de uma pesquisa com outro tipo de exigência. A sorte foi ter encontrado alguém como ele, que me projetava na tradição do pensamento francês e brasileiro. Ele era uma espécie de, utilizando uma metáfora atual, “reserva ecológica” à minha disposição. Existe ainda um aspecto que hesito em mencionar. Eu tinha tido bons professores em Vincennes e na École, procurava absorver, através das leituras, das aulas e das conferências, todo tipo de conhecimento. Mas não tinha tido até então a experiência de me aproximar de alguém que havia escrito toda uma obra intelectual. Fiquei realmente fascinado com os livros de Bastide, lia com atenção as notas de pé de página e me perguntava como aquilo era possível. Pode ser, e não tenho certeza disto, que tenha sido a primeira vez que tomei consciência (seria mais correto dizer semiconsciência) de que o pensamento se realiza através da construção de um objeto. A proximidade com Bastide, sua inteligência e sabedoria, me abria as portas de um mundo que eu tangenciava.

Aproveitando o tema, gostaríamos de perguntar sobre a sua tese de doutoramento. O senhor apresenta em A morte branca do feiticeiro negro (Ortiz, 1978) uma interessante leitura de que a Umbanda seria a primeira religião brasileira de nascimento. A memória coletiva do candomblé perderia força diante da nova realidade experimentada pelos negros, que viviam sua integração forçada em uma sociedade de classes em fervilhante transformação. O conceito de sincretismo ganha conotação fundamental no argumento, servindo como principal ferramenta interpretativa do processo de resignificação e síntese simbólica pela qual as religiões de matriz afro passaram durante o século XX. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre este trabalho e também como o senhor conceberia o sincretismo neopentecostal e a sua vitória no mercado de “bens de salvação” na atualidade.

O tema do sincretismo me interessou por seu aspecto lógico (e talvez minha passagem pela Escola Politécnica tenha contribuído para isso). Tratava-se de entender um tipo particular de classificação. O sincretismo ocorre quando duas tradições são colocadas em contato, e uma delas, a partir de sua memória coletiva, retira da outra tradição alguns elementos que são reinterpretados por seu código de origem. Essa era

a artimanha dos cultos afros. Eles conseguiam, a partir de uma memória (um conjunto inteligível), escolher e reinterpretar traços que lhes eram exteriores: o espírito de caboclos na tradição indígena, o nome dos santos e santas no catolicismo. Ogum podia desta forma ser sincretizado com São Jorge, sem perder suas qualidades anteriores; ele não é São Jorge, assim como São Jorge não é Ogum, mas eles se encontram através de um traço: o personagem guerreiro. Esse é o elemento retido pela memória coletiva, e não o destino do santo consagrado pela hagiografia católica. Neste sentido, o sincretismo é distinto de mescla ou mistura, ele denota uma operação lógica na qual se inserem os elementos escolhidos por uma tradição específica. Não há confusão em se aproximar Exu de São Pedro ou do demônio. Cada uma dessas escolhas, que podem parecer esdrúxulas, é racionalmente pertinente. Meu argumento na tese era o seguinte: à medida que há uma fragilização da memória coletiva dos cultos afro, o sincretismo passa a incorporar um conjunto de ruídos (contradições) difíceis de serem absorvidos pela memória-partida. A Umbanda é um momento de síntese, isto é, quando se dá uma ruptura da memória tradicional e torna-se necessário construir uma outra memória (outra explicação e interpretação do mundo).

Creio que o conceito de sincretismo, visto sob esse prisma, se aplica aos cultos neopentecostais. Há uma memória, e os traços que lhes são exteriores, inclusive de origem afro-brasileira, podem ser reinterpretados dentro de sua lógica. Entretanto, não é fácil determinar as causas do êxito do neopentecostalismo no mercado de bens religiosos. Os motivos são vários. Mas é possível dizer que ele é uma religião de salvação, visa o indivíduo e lhe promete um futuro melhor. Os cultos afro-brasileiros não são uma religião de salvação, não têm como fulcro o indivíduo, mas os problemas que nos cercam (doenças etc.).

O senhor trabalha em A consciência fragmentada (Ortiz, 1980) com a noção de ambiguidade da cultura popular, destacando a relação entre ordem e desordem, entre estrutura e comunitas, criticando a separação dessas duas dimensões do fato social total. Gostaríamos de saber como foi sua experiência de alteridade enquanto folião no carnaval baiano; e, particularmente, como sua leitura antropológica – seu “olhar treinado” – permitiu compreender a dimensão da ordem no caos efervescente de beijos, abadás e trios elétricos?

Os antropólogos que trabalham com os cultos religiosos sabem que o contraponto entre ordem e desordem é importante para entender determinados fatos, particularmente a existência de domínios sociais diferenciados uns dos outros, como o sagrado e o profano. Em minha incursão pelos cultos afro-brasileiros, em diversos momentos encontrei esse contraponto, por exemplo, na oposição que se faz entre

Umbanda e Quimbanda. O culto dos exus na religião umbandista vem fortemente marcado por essa dicotomia não excludente, pois a “desordem” inseria-se sempre em um universo da “ordem”. Dito de outra maneira, as manifestações de contrastes eram parte constitutiva de um ambiente bem ordenado. Havia sempre, é claro, uma tensão, o que a oposição entre exu-pagão e exu-batizado exprimia; mas o intuito do ritual era controlar a tensão dentro das normas aceitas pela religião. Na verdade, essa é uma dimensão genérica de todo ritual, ele é um esforço para ordenar as coisas. As análises sobre o carnaval privilegiavam um dos polos da relação entre “estrutura” e “comunitas”, ordinário e extraordinário, realçando sobretudo o que era “fora do comum”: a desordem (interrupção do tempo do trabalho, fechamento do comércio, liberação de práticas sexuais reprimidas). A experiência de folião revelou-me outra coisa: como a “ordem” se insere no interior da “desordem”. Neste sentido o carnaval não seria definido apenas enquanto “comunitas”, mas como a alternância entre o ordenamento e a folia, um tempo “frio” e outro “quente”. Essa alternância podia ser percebida na passagem ou na ausência do trio elétrico, ou no contraste entre zonas “mais quentes” de efervescência carnavalesca, quando os foliões dançavam, e zonas “mais frias”, momento em que as pessoas comiam ou descansavam. A totalidade carnavalesca podia desta forma ser apreendida em suas pulsações distintas, e não apenas em contraposição àquilo que lhe era externo. Interessante: os textos que escrevi sobre o carnaval partiram de um conhecimento prévio em Antropologia e de uma experiência pessoal enquanto folião. Não é fácil equacionar esses dois níveis, o objetivo e o subjetivo. A experiência não é o fundamento da reflexividade sociológica (como acreditam os movimentos identitários), porém, algumas vezes, quando se consegue traduzir o olhar pessoal em questões mais gerais, a coisa pode, eventualmente, dar certo.

Quando o professor retornou definitivamente ao Brasil, ficou por pouco tempo em João Pessoa e depois assumiria uma cadeira em Belo Horizonte. O senhor procurou contactar algumas figuras eminentes, como por exemplo Florestan Fernandes, naquele momento. Tentou ao mesmo tempo, como afirma na sua livre-docência, conectar-se ao círculo de sociabilidade acadêmica paulista. Quais barreiras institucionais, sociais e comunitárias erigiram-se a sua integração neste universo? Por que alguns espaços que estudavam religiosidade brasileira e cultura popular, por exemplo o Cebrap, não abriram as portas? Quais figuras além de Fernandes foram mediadoras de sua inserção nas ciências sociais brasileiras?

A resposta é simples: eu era um ilustre desconhecido. O fato de ter me formado no exterior (graduação, mestrado e doutorado) significava que não possuía nenhum

vínculo maior com a academia brasileira. Tampouco tinha laços reais com a cidade de São Paulo, eu a tinha habitado durante um curto período de tempo e como aluno da Escola Politécnica, curso que abandonei praticamente no último ano. Os lugares que encontrei estavam disponíveis na “periferia”, João Pessoa ou Belo Horizonte (embora a UFMG fosse uma boa universidade). Deve-se lembrar ainda que a entrada na universidade não se fazia através de concursos, mas de convites para participar de um exame de seleção. Os convites eram sempre pessoais, o que complicava as coisas. De fato, eu me aproximei da velha geração, particularmente de Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz, mas essa geração estava sendo deslocada por outra, cujo interesse estava na consolidação dos cursos de pós-graduação e das entidades acadêmicas (por exemplo, a Anpocs e não mais a SBPC, vista como “excessivamente” política). Florestan estava fora da USP, tinha sido cassado e não retornou; Maria Isaura era uma grande senhora marginalizada pelos novos docentes. Cândido Procópio de Camargo tinha uma inserção marginal na Sociologia paulista, tinha passado pela Escola de Sociologia Política, depois PUC, e, como diretor do Cebrap, dirigia uma instituição de pesquisa. De qualquer maneira foi através dele que retornei a São Paulo. Na volta dos Estados Unidos (1985), decidi deixar a UFMG, ele encontrou um lugar para mim no programa de Ciências Sociais da PUC-SP. Foi somente quando entrei na Unicamp em 1988, alguns anos depois, que recebi um convite para ingressar no departamento de Sociologia da USP, mas então, como dizem os *croupiers*, os dados tinham sido lançados. A Unicamp tornou-se minha casa.

Mantendo um eixo editorial, foi neste contexto histórico que o senhor se aproximou da Brasiliense, casa de publicação paulista fundada por Caio Prado Júnior. A empresa era coordenada por Caio Graco Prado naquele momento, tendo uma importância cultural significativa. Alguns dos seus livros mais conhecidos saíram por este selo. Poderia falar um pouco da sua relação com a editora e o editor?

Sempre tive, claro, a partir de certo momento, uma relação de proximidade e cordialidade com a editora Brasiliense. Caio Graco era um homem inteligente e atento à vida pública e cultural; cada vez que nos encontrávamos, conversávamos a perder de vista. Ele tinha planos mirabolantes que alimentavam a imaginação. Depois de sua morte, um acidente com motocicleta, sua irmã Danda Prado passou a dirigir a empresa. Uma mulher dinâmica, decidida, lia com grande interesse meus textos, dizia que eles eram pouco usuais, diferentes em relação à experiência que tinha com outras publicações. Creio que se referia às ideias e à escrita, particularmente quando publicou *Trajeto e memórias*. Danda convidou-me inclusive para ser um dos oradores na celebração de sessenta anos da casa, uma mesa composta por pessoas

ilustres, Fernando Henrique Cardoso e Dalmio Dallari. Mas minha chegada à editora foi obra do acaso, se é que podemos falar desta forma. *Cultura brasileira* tinha sido escrito quando eu era ainda professor na UFMG. Mas foi difícil encontrar uma editora que se interessasse pelo tema. Recebi várias recusas, creio que umas cinco, inclusive uma carta de Caio Graco, que até então não conhecia, dizendo que o livro era interessante, mas em época de crise não fazia muito sentido publicar algo sobre cultura (tenho a carta guardada em alguma pasta em casa). Isso foi em 1981-82. Eu tinha decidido viajar para os Estados Unidos e em meados de 1983 recebi um bolsa da Fulbright para permanecer um tempo em Nova York na Columbia University. Levei a cópia do livro comigo, nesta época escrevia ainda à máquina de escrever, comecei a utilizar o computador após minha estadia norte-americana. No Latin American Institute conheci Heloísa Buarque de Holanda; como eu, ela acabava de chegar do Brasil, ficamos próximos; ela leu o original, gostou e disse que a *Brasiliense* “tinha de publicá-lo”. Expliquei que a tentativa anterior havia fracassado, ela insistiu, conhecia atalhos que poderiam me ajudar. Deu certo.

O professor trabalha, em Cultura brasileira e identidade nacional (Ortiz, 1985), com uma interessante problematização da relação entre o popular e o nacional, priorizando o resgate do debate intelectual desde a origem da temática ao tempo presente. Por que a memória e a identidade nacional são construções simbólicas de segunda ordem, e qual o papel do intelectual enquanto artífice da síntese de elementos díspares que conformam as ideias, valores e princípios de uma visão de mundo nacional? O senhor comenta nas últimas páginas a relação entre a mediação simbólica dos intelectuais do movimento negro e a memória coletiva deste grupo étnico. É possível estabelecer uma ponte entre o debate público atual sobre o retorno às origens africanas?

Quando fazia doutorado, fui aluno de um importante professor de sociologia da religião, ele se chamava Henri Desroches e era editor da revista *Archives des Sciences Sociales des Religions*. Durante o curso, um dia, ele trouxe Bastide para falar para os estudantes. Ele o apresentou a nós como “*l’homme de mémoire*”. Eu herdei o tema da memória de Bastide. Diga-se de passagem, um objeto antes secundário na tradição sociológica, que no mundo contemporâneo se tornou incontornável. A problemática da memória coletiva me encantou desde minha leitura de *As religiões africanas no Brasil* (Bastide, [1960] 1971), e de fato em minha tese procurei desenvolver o tema associando-o à reinterpretação dada pelos umbandistas. Entretanto, ao trabalhar a questão nacional, desloquei o debate para outro plano. Não me parecia convincente aproximar a memória coletiva de alguns grupos (no caso os descendentes de africanos) à ideia de memória coletiva nacional. Havia um hiato entre elas. Como entendê-lo?

Creio que resolvi esse impasse através da definição que cunhei de *identidade*: uma construção simbólica que se faz em relação a um referente. E o que me interessava era o referente “nação”. A distinção que estabeleci entre a memória coletiva dos cultos afros e a memória coletiva nacional procurava resolver (como dizem os arquitetos) um problema teórico. Por isso considerei a memória dos cultos como uma “construção de primeira ordem” vinculada à vivência do grupo, e a memória nacional como uma “construção de segunda ordem” que exigia um tipo de mediação específica: os intelectuais. O diagnóstico sobre a identidade nacional implicava a formulação de um discurso capaz de dar conta da totalidade do nacional. Os intelectuais, o que hoje denominamos de tradição do pensamento brasileiro, eram os formuladores deste discurso. A passagem da primeira para a segunda ordem me introduzia assim no universo dos discursos, ou seja, os intelectuais atuavam como mediadores simbólicos entre a vivência e o todo (aquilo que escaparia a nossas experiências pessoais). O livro procura desta forma entender de maneira crítica os diferentes discursos elaborados sobre a identidade realizados em diferentes momentos da história brasileira. A afirmação que vocês sublinham de fato está no final do livro, mas ela não foi casual, foi intencional. Se a identidade implica a existência de um referente, isso significa que o processo lógico de construção é semelhante em casos distintos. Poderíamos pensar a nação, os grupos negros, a questão feminina, dentro desta perspectiva. Atualmente os intelectuais negros e as intelectuais feministas constroem uma memória de segunda ordem referente a grupos específicos da sociedade. Em relação à nação, o todo é mais restrito; porém, pressupõem-se mesmo assim uma “totalidade” específica, os negros, as mulheres. Na verdade, o que interessa é a construção de novas memórias. Daí surgem os conflitos.

O professor identificou, em A moderna tradição brasileira (Ortiz, 1988), a ausência de um debate sistemático sobre a constituição de uma noção de cultura popular distinta daquelas elaboradas por uma intelectualidade engajada ou por ensaístas do folclore nacional. Destacou em especial a emergência e a consolidação de uma indústria cultural no Brasil a partir dos anos 1960, que promovia certa concepção de identidade nacional e também de cultura popular. O senhor encontrou em que circunstâncias esta chave explicativa que “acertou os ponteiros” do debate teórico ao processo histórico vivenciado? A estadia na Europa auxiliou neste processo, a partir de uma experiência distinta nos dois lados do Atlântico? Para tal problemática, o senhor encontrou um campo de diálogo com os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em especial com os que se encontravam interessados pelo eurocomunismo e lendo Antonio Gramsci, como Carlos Nelson Coutinho, Sérgio Henriques e Leandro Konder?

Os estudos sobre os cultos afro-brasileiros me conduziram à temática da cultura popular. Interessei-me por diversas manifestações, do carnaval às festas folclóricas, e em minha estadia nos Estados Unidos procurei desenvolver melhor a emergência da noção de cultura popular no século XIX. Aproveitando o material das bibliotecas, fiz uma leitura atenta de uma literatura menor, a “ciência do povo” (*folk-lore*). Foi quando esbocei um primeiro texto, que se tornou posteriormente o livro *Românticos e folcloristas* (Ortiz, 1992), publicado como *working paper* pela Notre Dame University (1984), onde estive por um breve período de tempo no Kellogg’s Institute. Entretanto, desde que tinha retornado ao país, sentia uma insatisfação em relação ao debate sobre cultura brasileira. Ele girava entre dois eixos: a tradição, geralmente expressa pelas manifestações populares (do bumba meu boi ao carnaval); e a versão politizada dos anos 1960, o nacional-popular. Dentro deste quadro, a “cultura de massa”, ou melhor, as expressões culturais marcadas pela dimensão do mercado estavam ausentes. Justamente no contexto de um país que se modernizava a passos acelerados depois do golpe de 1964. Eu tinha uma boa formação sobre a problemática da cultura de massa, havia lido toda uma literatura francesa e norte-americana a respeito dos meios de comunicação quando frequentei o Centre de Culture de Masse em Paris durante a realização de meu mestrado. Ao chegar a Nova York, aproveitei a biblioteca da universidade para mergulhar nos textos da Escola de Frankfurt, pois Adorno tinha feito ali suas pesquisas sobre o rádio em conjunto com a equipe de Lazarsfeld. Ao retornar ao Brasil, quero dizer São Paulo, iniciei um novo projeto de pesquisa. Primeiro, com uma pesquisa empírica, a fabricação industrial da telenovela, segundo, com o livro *A moderna tradição brasileira*. A pesquisa foi fundamental para equacionar as questões que desenvolvi, envolvendo cultura brasileira, modernidade e identidade nacional.

Vocês têm razão em mencionar na pergunta os nomes de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. De fato, o livro teve uma boa recepção entre os comunistas e, eu diria, a esquerda em geral. Ele tematizava uma dimensão que se encontrava ausente no debate entre nós: as indústrias culturais. Recebi, é claro, algumas críticas, pois alguns leitores acreditavam que eu tinha decretado o fim do nacional-popular. Mas o eixo principal, a emergência de uma cultura popular de mercado, colocava em outros termos o debate cultural. Por outro lado, minha leitura dos frankfurtianos, que nada tinha de ortodoxa, estabelecia uma ponte entre minhas reflexões e o marxismo. Conheci Carlos Nelson e Leandro nesta época. Fui inclusive convidado a debater *A moderna tradição brasileira* em um evento organizado pelo curso de pós-graduação do Serviço Social da UFRJ, no qual Carlos Nelson era professor. Uma mesa-redonda acalorada, controversa, da qual ele participou ao lado de Octavio Ianni e Muniz Sodré. Curioso: na época Ianni e Sodré fizeram várias críticas à ideia de internacional-popular, Carlos Nelson ficou do meu lado.

O professor arriscou nas últimas páginas de A moderna tradição brasileira o que poderíamos chamar de um diagnóstico de época: “poderíamos, então, afirmar que a aproximação de um ‘capitalismo domesticado’ se institucionaliza, coloca limites às ilusões de um ‘passado selvagem’ que nele encerrava a efervescência de toda uma sociedade em busca do seu destino. A questão é saber se chegamos a um ponto final da história, ou se é somente agora que se abre para nós a possibilidade de escolha entre civilização e barbárie; isto é, claro, se outros projetos surgirem, agora críticos e contrapostos à tradição ‘nova’ em que vivemos” (1988, p. 212). O professor acredita que se constituiu um projeto utópico e crítico à moderna tradição brasileira nestes últimos trinta anos? Superamos a selvageria capitalista para decidir entre civilização e barbárie, ou ainda estamos reféns da efervescência explosiva que a experiência do poder emana?

Civilização, barbárie, modernidade. Os termos são distintos, mas na tradição do pensamento brasileiro e latino-americano eles eram vistos como complementares: com a modernidade, a civilização se imporia sobre a barbárie. Neste sentido, o “capitalismo selvagem” seria o predomínio das forças irracionais, civilização e modernidade sendo percebidas como atributos exclusivos do mundo ocidental. Visão predominante entre nós e implicitamente eurocêntrica. A crítica à modernidade implicava, portanto, uma crítica à ideia de civilização. A “moderna tradição brasileira” não seria, portanto, um ponto de chegada da evolução humana, pois no seio do moderno se aninhava também a “barbárie”. Essa era a ideia. A ilusão anterior era que a modernidade encerraria em si os valores de nossa realização nacional. O que mudou? Primeiro, a consciência, cada vez maior, creio eu, de que a modernidade encerra contradições as mais diversas, inclusive em termos políticos. O fascismo é moderno, e no Brasil contemporâneo, com a extrema-direita boçalnarista, não mais estamos falando de algo potencial, ele é real. Segundo, a importância da preservação do meio ambiente. Ela coloca um freio na noção de desenvolvimento, antes intimamente associada à questão da modernidade (os mais otimistas falam em desenvolvimento sustentável; os pessimistas são críticos do consumo insensato de energia e de produtos industriais). Terceiro, a crítica ao eurocentrismo e as transformações na ordem internacional. As referências mundiais não mais se resumem à Europa ocidental ou aos Estados Unidos; a ordem multipolar tem implicações no destino de cada país. Quarto, a consolidação de um mundo globalizado, o que desloca a questão da modernidade do Estado-nação (é possível sermos modernos sem sermos nacionais). Quinto, o ceticismo, cada vez maior, em relação à noção de progresso. Esse é o solo no qual se enraízam os projetos de futuro, sejam eles utópicos ou apenas realistas.

Telenovela: História e produção é um livro em coautoria com Silvia Helena Simões Borelli e José Mário Ortiz Ramos (1989), resultado de uma pesquisa desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo no ano de 1986. O senhor poderia falar mais sobre a origem desta investigação, da organização do projeto e de sua coordenação. Gostaríamos de destacar uma reflexão da obra. Trata-se do processo de edição, corte e seleção dos trechos para a composição das novelas vendidas no circuito internacional. Quais critérios presidiram a escolha desses “recortes” e como sua percepção da teledramaturgia internacional-popular impactou seus estudos posteriores sobre o fenômeno da mundialização da cultura?

Quando retornei dos Estados Unidos, estava convencido da importância de fazer algum tipo de pesquisa envolvendo as indústrias culturais. Conhecia Madalena Diegues (irmã do cineasta) do grupo de cultura da Anpocs, ela trabalhava na Finep e me disse que havia uma linha de financiamento de pesquisa acadêmica. Resolvi tentar a sorte. Escolhi a telenovela como objeto de estudo, ela possuía duas dimensões relevantes: era uma manifestação popular e de mercado. Trabalhava na pós-graduação da PUC-SP e montei um grupo de pesquisadores em torno do tema. Meu interesse era avançar no debate e não ficar apenas nas questões conceituais levantadas pelos críticos. Queria considerar um objeto empírico e nele testar algumas ideias. Por exemplo, que tipo de trabalho faziam os dramaturgos desse tipo de narrativa; em que medida o termo “indústria” se aplicaria ou não à esfera cultural. A pesquisa tinha duas faces. A primeira de ordem histórica, e isso foi importante. Encontramos uma série de documentos relativos à época do rádio e eles foram fundamentais, não apenas para traçar a evolução das radionovelas e dos teleteatros, mas também para montar minha argumentação na *Moderna tradição brasileira*. Pude distinguir assim no Brasil duas etapas: um capitalismo incipiente dos anos 1940 e 50, no qual os meios de comunicação não constituíam ainda propriamente indústrias culturais; e, a partir de 1960, um capitalismo *tout court*, no qual as indústrias culturais cada vez mais ocupavam um espaço hegemônico na cultura brasileira. O segundo aspecto dizia respeito à fabricação da telenovela. Para isso fizemos uma pesquisa empírica na Globo e na Manchete (hoje extinta). Havia na época poucos trabalhos sobre a vida interior das indústrias culturais.

Eu me entusiasmei com a pesquisa, o que mostra que em Ciências Sociais não é aquilo de que se gosta que é relevante; eu não gosto de novela. O relevante é a problemática. Foi durante a pesquisa que tive a ideia de fazer outro livro, *A moderna tradição brasileira*. Estava encantado com o tema e o acabei escrevendo antes do final do trabalho empírico (foi publicado pela Brasiliense em 1988; o outro em 1989). O tema da indústria cultural permitia colocar a questão da modernidade no Brasil

em outras bases. Mas ele trazia ainda um aspecto inteiramente ausente de minhas preocupações anteriores. Foi através da relação entre cultura e mercado que me aproximei da temática da globalização. E neste caso, o conhecimento da fabricação industrial de um produto televisivo foi decisivo. Eu estava diante de um objeto que ao ser exportado passava por uma reconfiguração integral: capítulos eram cortados, outros enxugados, a música era substituída por uma trilha sonora internacional. A isso se chamava de compactação. Era esse o produto vendido na América Latina, na China, ou para o público hispânico nos Estados Unidos. A questão que se colocava era então: o que isso significava em termos sociológicos. Eu avancei a hipótese da existência de uma cultura “internacional-popular” que não mais podia ser compreendida exclusivamente no âmbito das fronteiras nacionais. Foi essa ideia, talvez intuição, que me lançou em um projeto intelectual que não suspeitava.

O senhor elabora em Cultura e modernidade (Ortiz, 1991) uma “periodização” que cinde o século XIX em duas partes, elaborando uma noção de duas modernidades. A primeira parcela esteve imersa em um sistema técnico bastante limitado; configurou-se uma forma de organização industrial pautada no vapor, no metal e na produção dos teares sob a égide de um modelo ético de condução de vida alicerçada no trabalho ascético e no consumo frugal. A segunda parcela esteve relacionada à substituição de modais de transportes (bondes, extensão das ferrovias), à ascensão da luz elétrica, à revolução arquitetônica com a assunção do concreto armado e da captação de uma forma afeita à boa iluminação e à circulação de ar. Gostaríamos de perguntar sobre esta leitura histórica do século XIX que o senhor modulou sob outro recorte temporal: quais as vantagens de se pensar nesta lógica processual que reduz a importância dos eventos isolados – “a tal fâsca revolucionária” – e como o senhor relaciona ou contrapõe esta concepção àquela de interregno gramsciano? Poderia apontar se a historiografia dos Annales, digo mais precisamente Fernand Braudel, perpassou a construção deste argumento?

A ideia de “duas” modernidades surgiu da leitura dos historiadores franceses. Eles mostram que existem ritmos diferentes entre a passagem do século XVIII para o XIX e do final do XIX para o XX. Dito de outra maneira, utilizando uma expressão de Hobsbawm, o “longo século XIX” conhece momentos distintos. Isso é válido para diferentes domínios da vida social: transportes públicos, reforma urbana, surgimento de uma arquitetura em ferro (torre Eiffel), circulação de jornais, publicidade, invenção do automóvel e do cinema etc. Digamos que os sociólogos têm tendência de embaralhar esses momentos ao conjugarem a modernidade no singular: ela surge com a revolução industrial. Em parte, isso é verdade, mas há um tempo de depuração dessa modernidade. Penso que Walter Benjamin ([1935, 1939] 2009) compreendeu isso

ao modificar o título de seu projeto de *Passagens para Paris, capital do século XIX*. As passagens eram estreitas, diferentes das lojas de departamento que o encantavam. Elas situavam os passantes em um ambiente urbano que possuía ainda muito do “Antigo Regime”, ou seja, da tradição (ruas estreitas que não eram calçadas com paralelepípedo). Ou, como Benjamin observa, nas passagens as pessoas passeavam, para se distinguirem socialmente, como tartarugas (o ritmo desta modernidade era lento). Os *grands magasins* (lojas de departamento) referem-se a outra configuração do capitalismo e do mundo industrial, são contemporâneos das exposições universais, das reformas do barão Haussmann, do trem a vapor (a velocidade é agora maior). Paris do início do XIX dificilmente poderia ser pensada como objeto heurístico para revelar a modernidade. Creio que a diferenciação entre momentos distintos enriquece o debate sociológico sobre a modernidade, ela deixa de ser uniforme e adquire uma dimensão contextual que lhe dá forma. Por outro lado, ao se cultivar tal perspectiva, abre-se o horizonte para uma interpretação mais diversificada do que denominamos de modernidade. Isto é, ela é moldada pelo contexto histórico. Consegue-se assim escapar do senso comum que ronda o debate na “periferia”; de certa forma, também os ingleses e os franceses tiveram de “aprender a ser modernos”.

Na esteira da última pergunta, gostaríamos de perguntar sobre a sua conexão com a obra de Karl Marx. Sua construção parece marcada por uma série de preocupações que se colocavam ao autor alemão no sentido da historicização das formas sociais. É inegável que sua geração foi perpassada por toda uma gama de influência derivada do marxismo. O filme As invasões bárbaras, de Denys Arcand, tem uma cena que dialoga exatamente com isso: quando as personagens relatam que foram bolcheviques, maoístas, terceiro-mundistas etc. Os movimentos políticos, contudo, não encerram necessariamente essas preocupações de leitura. Por isso, poderia nos apontar como foi este processo de consulta a Marx e suas aproximações e distanciamentos?

Meu interesse por Marx e o marxismo tinha sido despertado em São Paulo nos anos 1960. Impossível escapar ao encanto do marxismo nesta época: pelo menos no Brasil e na América Latina, ele era incontornável. Quando cheguei a Paris, procurei de toda maneira aprimorar meu conhecimento neste domínio (foi um esforço consciente e contínuo). Em Vincennes fiz cursos sobre *O capital*, e se escolhi as aulas de François Chatélet sobre Hegel, foi para entender melhor a filiação de Marx ao pensamento alemão. Nas matérias que fiz com Henri Desroches, aprofundi-me nos estudos sobre marxismo e religião, tema no qual ele era um especialista (fiz inclusive, a seu pedido, uma resenha do livro de Lunacarskij, *Religione e socialismo*, para *Archives de Sciences Sociales des Religions* – Ortiz, 1975). Esse interesse se manteve quando retornei ao

Brasil: li *Os cadernos do cárcere* de Gramsci ([1929-] 1999-) e voltei-me ainda para o estudo da relação entre marxismo e questão nacional. A referência à historicização das formas sociais é importante, e não tenho dúvida: Marx contribuiu para isso. Lembro que, ao ler com Chatêlet *A ideologia alemã* (Marx e Engels, [1845-1846] 2011), o decisivo na argumentação era a ideia de que não existia uma história da ideologia (ou seja, da Filosofia); era preciso, ao abandonar o idealismo alemão, voltar-se para as contradições materiais da sociedade. Foi um ensinamento que levei comigo para as Ciências Sociais, elas se fazem em contexto, e é necessário historicizar as categorias de pensamento. Entretanto, o marxismo, que nesta época já conhecia certo declínio, pelo menos na Europa ocidental, trazia com ele alguns problemas. Para mim o mais complicado dizia respeito à ideia de verdade, à convicção de que se tratava de uma teoria superior a todas as outras. Posso dar vários exemplos: o discurso de Engels diante do túmulo de Marx (no qual se sublinham suas descobertas científicas); as concepções de Lukács, Gramsci ou Althusser. Em todas essas versões, que eram distintas, o marxismo afirmava sua superioridade: a consciência universal de classe em Lukács, a historicidade da filosofia da práxis em Gramsci, o corte epistemológico em Althusser. Para os marxistas, a teoria era o terreno da verdade por excelência; e, quando alguém ponderava algo a respeito das contradições existentes, ouvia-se a frase: *C'est pas du vrai marxisme*.

Professor, o seu livro Mundialização e cultura (Ortiz, 1994) aparenta ser um dobramento de suas obras anteriores, ao colocar no centro da reflexão transformações qualitativas do mundo cultural brasileiro. O chamado momento da mundialização seria uma reorganização mais ampla, a qual marcaria todo o globo. O senhor esboça que o seu trabalho estabelece uma espécie de historicização das relações culturais, tendo a sociedade brasileira como objeto privilegiado?

Foi através da reflexão sobre a sociedade brasileira que cheguei à problemática da globalização. E como tinha dito antes, o estudo das indústrias culturais foi decisivo para isso. As indústrias culturais, como o cinema e o disco, sempre foram marcadas por uma dimensão internacional. Nos anos 1980, a exportação das novelas de alguma maneira seguia esses passos. Porém, ao considerar a temática da mundialização, o Brasil deixou de ser para mim um objeto privilegiado. Claro, pude retomar várias questões que havia desenvolvido anteriormente – mercado cultural, modernidade, nação, sem esquecer os dilemas da identidade. Mas dentro de outra perspectiva. Seria o processo de globalização um momento de reorganização mais amplo, como formula a pergunta? Creio que sim. Com isso quero dizer que há uma história da globalização e também um momento no qual ela se cristaliza. O que procurei

fazer em *Mundialização e cultura* foi sublinhar esse momento de cristalização. E aí a questão do Estado-nação torna-se crucial, pois ele deixa de ter o monopólio da construção de nossos destinos. Toda a controvérsia em relação ao debate se resume a isso, o reposicionamento das culturas locais e nacionais diante de um processo que as atravessa e as redefine.

O senhor foi um dos autores brasileiros que colocaram o tema da mundialização no centro da sua reflexão nos anos 1990. Milton Santos e Octavio Ianni foram dois outros. Poderia caracterizar parte do contexto de debates sobre a mundialização no Brasil? As transformações na política econômica do governo José Sarney e especialmente Fernando Collor atravessaram seu pensamento na elaboração dos seus trabalhos?

Octávio e Milton foram dois companheiros de viagem, participamos de várias atividades em conjunto em torno da temática da globalização. Os dois foram debatedores de *Mundialização e cultura*, lançado na Feira do Livro (1994), e também do texto sobre o Japão na livraria Cultura. Milton fez inclusive uma resenha do livro para jornal. Para mim era um prazer desfrutar de tal companhia, ela me trazia alento para desenvolver um tema inexistente e suspeito para a tradição intelectual brasileira. Porém, as questões políticas dos governos Sarney e Collor em nada contribuíram para o esclarecimento das coisas; pelo contrário, travavam a discussão. Tudo se resumia, naquele momento, à hipervalorização crítica do neoliberalismo. Confundia-se, inclusive, globalização com neoliberalismo. Essa não foi uma característica exclusiva de um país, no caso o Brasil, tampouco da América Latina (Menem na Argentina), mas também na Europa, particularmente na França, onde a problemática da globalização foi bastante subestimada em relação ao avanço do neoliberalismo (ver os equívocos de Pierre Bourdieu). O grande problema dessa discussão era a questão nacional, que entre nós tinha uma relação forte com o advento da modernidade. Quando seríamos modernos? Neste sentido, a ideia de globalização, ao deslocar o Estado-nação como categoria central de conhecimento, era vista com enorme desconfiança. O tema exigia um descentramento teórico e espacial para ser compreendido. Teórico, no sentido de novas categorias de apreensão do real; espacial, no sentido de distanciamento em relação às imposições do nacional. Muitos confundiam descentramento com o “fim da nação”, um falso problema, e a resistência às mudanças categoriais se enraizava nas certezas (um certo conformismo) do pensamento brasileiro. Pensar implicava um grau de ruptura em relação à tradição. Havia por isso uma forte resistência em relação às nossas propostas. Lembro que estivemos uma vez na Universidade de Quilmes (Argentina), e Octavio fez uma clara intervenção a favor da globalização (não do ponto de vista político, mas teórico). A discussão foi imensa, até mesmo os

economistas diziam que o mercado devia ser considerado em sua dimensão transnacional, mas nunca o social e o cultural. Um contrassenso. Os marxistas passaram décadas discutindo sobre a relação entre infraestrutura e superestrutura, de um dia para o outro a dimensão econômica existiria sem tensionar a vida social.

Volviendo a Ianni, o senhor aparentemente teve uma relação muito próxima ao sociólogo uspiano, dedicando-lhe inclusive O próximo e o distante (Ortiz, 2000). Poderia apontar a profundidade da sua conexão intelectual com a personagem? A imagem construída no seu ensaio-homenagem a Octavio Ianni (2008, p. 324) parece-nos sugestiva: “A ironia me separa do mundo, a paixão me recoloca no seio de suas contradições, a ironia apaixonada é o alimento da tensão entre pensar e estar no mundo”; quer dizer, este tipo de atitude poderia ser compreendido como uma espécie de valor da esfera intelectual? Nestes termos, a arte do intelecto não seria tão distante da virtú política, pois o perfeito vocacionado para dominação seria resultado de uma síntese de paixão (por uma causa), senso de proporção e frieza, características que poderíamos inferir deste nosso espírito intelectualmente irônico. Consistiriam então em quê as diferenças de cada uma destas vocações?

Começo com Octavio. Eu o conheci no programa de pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-SP. Aí estavam também Florestan e Cândido Procópio. Apesar da diferença de idade, ficamos muito próximos, eu o visitava regularmente em sua casa, dividíamos o quarto de hotel quando estávamos na Unicamp, jantávamos juntos. Fui o responsável por sua vinda para o IFCH. Quando estava no exterior ele me telefonava, não tinha e-mail e nunca usou computador para escrever. Somente após seu falecimento me dei conta de sua presença cálida. O termo “atitude” eu recuperei de nossas conversas, ele gostava de utilizá-lo, e creio, serve como uma luva em relação ao trabalho intelectual. Com isso quero dizer: a vida intelectual depende de várias coisas, uma boa formação, a seriedade dos estudos, o esforço da pesquisa; entretanto, há algo que escapa a isso, a necessidade de falarmos de maneira inteligente do mundo. Para isso a atitude é fundamental. Octavio dizia que todos nós temos um demônio, algo que nos inquieta; eu retrucava: o difícil é alimentá-lo. Ao longo dos anos, existem diversos percalços que envolvem o trabalho intelectual, a política, os cargos institucionais, o mercado, o desencanto, a velhice. Tudo se resume assim a manter desperta tal atitude. Eu retomei o termo “ironia apaixonada” de Gramsci, uma passagem perdida nos *Cadernos do cárcere* (fui um bom leitor dos livros que compõem a obra) que me chamou a atenção. Neste sentido, a relação que vocês assinalam entre a passagem e a *virtú* é pertinente. De certa forma era o que Gramsci dizia ao se referir ao pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Mas

eu desloquei o sentido da afirmação. Gramsci considerava a existência de dois tipos de intelectuais, tradicional e orgânico; apesar da diferença entre eles, ambos vinham marcados pela política. Não era isso que me interessava, eu queria sublinhar o hiato e a complementaridade entre a ironia e a paixão em relação ao pensamento. Ou seja, a capacidade de estar e sair do mundo.

À primeira vista, O universo do luxo (Ortiz, 2019) trata do reverso temático dos seus estudos sobre religião e cultura popular. Um olhar mais detido, no entanto, captura vários pontos de contato: como o do cosmopolitismo localista dos muito ricos à percepção da dimensão sagrada que os objetos e classificações adquirem nesta esfera social. Conectam-se em que ponto seus interesses pelo luxo aos trabalhos desenvolvidos sobre cultura popular? Uma primeira vinculação aconteceu em Cultura e modernidade (1991), ou só ocorreria em anos mais recentes? Poderia comentar um pouco mais sobre a construção teórica/imagética de Universo, no seu “formato” de círculos concêntricos com um núcleo duro do qual emanaria certa aura luxuosa, e, em especial, sobre a potência “radioativa” do luxo que declinaria sua substância para outros objetos de menor suntuosidade? Haveria outras circunscrições sociais cujas características se assemelhariam ao modelo de Universo? Acha possível pensar aspectos da erudição a partir destes termos?

De fato, o luxo é outro objeto, embora existam pontos de contato com outras reflexões minhas sobre a religião e a cultura popular. Não a temática em si, mas algumas categorias analíticas que utilizei, em particular o contraponto entre o sagrado e o profano e a ideia de classificação. São categorias que permitem desenhar um espaço específico, um domínio, e marcar a lógica de funcionamento desses domínios. Sejam eles religiosos ou não. O que me interessava era entender como o universo do luxo construía um território com regras e fronteiras bem definidas. Neste sentido, a questão das classificações (que os antropólogos conhecem bem) era importante. Como definir as qualidades do luxo? Porém, minha perspectiva era distinta do trabalho que realizei em *Cultura e modernidade*. Neste livro minha atenção estava focada na modernidade do século XIX. Selecionei alguns objetos heurísticos para desenvolver meu raciocínio: mercado, arte, espaço, tempo. A parte relativa ao luxo estava vinculada ao contraponto que eu fazia com a esfera do consumo. Ou seja, de que maneira o conceito de luxo cedia espaço, com o processo de industrialização, às exigências de um mundo do consumo ainda em formação. Em *O universo do luxo* a questão é outra, relaciona-se a um debate que enfrentei com a problemática da globalização: as mudanças na concepção do espaço no âmbito da modernidade-mundo. A hipótese central do trabalho é: o luxo é um universo simultaneamente transnacional e hiper-restrito. Daí as fronteiras, como elas se separam do mundo do

consumo que nos rodeia, e como são homólogas à construção das fronteiras que definem o mundo dos ricos. Se a discussão sobre a globalização privilegiava a dimensão da desterritorialização e mundialização dos objetos, o quadro se configurava agora de outra maneira: como se constroem as fronteiras na situação de globalização. O luxo encerrava para mim dois movimentos, geralmente percebidos como antagônicos: expansão e restrição, transnacionalidade e enraizamento.

A ideia de círculos concêntricos do luxo surgiu da leitura da literatura feita pelos atores do mundo do luxo, em particular da noção de “declinação”. Um objeto de luxo pode ser “declinado” em diferentes formas. Isso significa que existe uma espécie de núcleo duro do luxo (por exemplo, as sofisticadas do mundo da arte, a riqueza incrustada em poucos objetos) que propaga sua força (por isso a aproximei à ideia de *mana* de Mauss) para espaços mais distantes deste núcleo. Dito de outra maneira, a bolsa mais barata (confeccionada em vários exemplares), comprada nos *duty-free* dos aeroportos, encerraria algo de “transcendental” da bolsa “personalizada” vendida nas lojas na avenue Montaigne em Paris (objetos considerados únicos, fabricados com exclusividade). Haveria desta forma uma gradação da “virtude” de algo superior que se difundiria para espaços menos distintivos. Neste sentido, o universo do luxo seria composto de fronteiras que o separariam do mundo exterior, mas em seu interior seria também diversificado. Não sei se poderíamos utilizar esse modelo, se preferirem ideia, para analisar outras dimensões da vida social. Isso mereceria uma reflexão mais aprofundada. Mas não estou convencido de que ele se aplicaria à erudição. A erudição pressupõe um tipo de atividade específica que em si não constitui um universo. Os polímatas têm em comum a vasta erudição que professam; entretanto, a polimatia pode, eventualmente, ser pensada como algo idealizado (um valor), mas certamente não constituiria uma qualidade a ser difundida em escala ampliada. Há inclusive toda uma crítica em relação ao excesso de erudição (Schopenhauer dizia que os eruditos usavam peruca para se travestirem em sábios). Em outros termos, erudição e conhecimento seriam dimensões distintas e não necessariamente complementares.

“Os critérios de avaliação fazem parte de uma dominação racional, sua credibilidade deriva da racionalidade do sistema. Trata-se de um movimento que se desenvolve em escala mundial, diante de sua objetividade transparente ele se expande e se solidifica, torna-se inquestionável. A proliferação dos rankings redefine a distribuição do trabalho intelectual, os dados estatísticos produzidos em cada país podem inclusive ser cruzados entre si. Assim, a performance de cada lugar, cada universidade, cada departamento, é hierarquizada em escala mundial” (Ortiz, 2021, p. 64). A burocratização do pensamento acompanhada do imperialismo linguístico do inglês poderia cercar a diversidade

de formas de expressão típica das ciências sociais, coagindo os diferentes dialetos científicos ao modelo das ciências físicas e naturais? Quais ferramentas precisamos agenciar para lutar contra a imposição de um senso comum (do fazer científico) planetário?

O trabalho intelectual conhece vários percalços, desde a política às demandas de mercado. No fundo a pergunta que interessa é: em que medida é possível uma relativa liberdade de pensamento? O advento do inglês como idioma da modernidade-mundo traz para as Ciências Sociais vários desafios. Ele impõe uma hierarquia das línguas que se reflete nas publicações que circulam em escala internacional. Há, por um lado, uma aceleração das trocas científicas; por outro, a emergência de um padrão linguístico que cada vez mais se consolida. O problema é que as Ciências Sociais são distintas das ciências da natureza, a língua é parte da construção do objeto. Por isso, digo que as Ciências Sociais possuem sotaques, isto é, diferenças que se aninham nos idiomas e nas tradições históricas que cada uma delas encerra. A questão dos critérios de avaliação é de outra natureza. Trata-se da evolução de regras institucionais e burocráticas que passam a ter validade no interior do próprio campo intelectual. Entretanto, elas não existem apenas enquanto critérios, ditos objetivos, de avaliação, elas incidem no próprio trabalho que realizamos. Wright Mills dizia que a pior coisa que pode acontecer é escrevermos projetos de pesquisa somente quando pedimos recurso a uma agência financiadora. Pode-se parafraseá-lo e dizer: não é bom escrever textos somente no momento de conseguir recursos para participação em congressos ou seminários. Do ponto de vista da avaliação, isso conta pontos, mas é preciso saber se isso realmente contribui para o desenvolvimento do pensamento. Às vezes sim, eu diria, muitas vezes não, pois as ideias estão ainda pouco maduras. Há ainda, para se publicar em diferentes revistas acadêmicas, toda uma estratégia de repetição do mesmo (mudam-se o título de um artigo e algumas linhas) cujo único interesse é ajustar o “produto” às exigências burocráticas. Não vejo isso com bons olhos. Sei que a avaliação é necessária para a distribuição de recursos, mas não se deve confundi-la com excelência acadêmica. Posso participar de um programa de pós-graduação nota 6 da Capes, mas a nota nada diz sobre o que faço, ela é um número abstrato que serve para estabelecer proximidades e diferenças no interior de um sistema numérico de comparações. O trabalho intelectual propriamente dito escapa à sua mensuração.

O que fazer? Eu diria que é preciso tomar consciência daquilo que nos cerca, em particular o senso comum. Neste sentido, as imposições do inglês ou da avaliação, no fundo, quero dizer do ponto de vista do pensamento, são semelhantes a outras que conhecíamos: política, mercado, mídia. Todas elas fazem parte do senso comum. Explicitá-lo é um passo adiante. Talvez não para sua superação, mas, como diziam os fenomenólogos, podemos colocá-lo “entre parêntesis”. Isso nos permite traçar

algumas estratégias. Cito dois exemplos. Primeiro: não acreditar em demasia nos congressos nacionais ou internacionais; deve-se frequentá-los, mas “*cum grano salis*”; é bom estarmos atentos àquilo que apresentamos, muitas vezes ele cumpre a função institucional, mas é insuficiente e mereceria um refinamento maior. Segundo: ao usarmos as bases de dados, se conhecermos outros idiomas, não há por que limitar a pesquisa às fontes bibliográficas em inglês. Isso é um empobrecimento de nossas capacidades. Não se pode fugir àquilo que nos determina, essa é a regra número 1 da Sociologia; porém, sim, é possível estabelecer estratégias para contorná-lo de maneira inteligente e profícua.

Professor, o senhor realizou em repetidas entrevistas, artigos e capítulos de livro uma comparação entre o trabalho artesanal e a escrita, argumentando na esteira de Wright Mills. O trabalho intelectual teria algo de corte e costura, pois seria feito de composições com texturas diversas, linhas argumentativas modelariam segundo suas cores e espessuras a finesse da indumentária textual. É nítida nos seus trabalhos uma preocupação de montagem, de combinação de aspectos formais com a construção conceitual, em melhores palavras: “o texto exige um cuidado que não se esgota na pesquisa realizada, ele é um artefato sui generis. A rigor pode pôr tudo a perder, comprometer o trabalho anterior; a arte da escrita é intrínseca à sua verdade, dela decorre o sentido da exposição. O texto modela o objeto” (Ortiz, 2021, p. 94). Poderia dizer-nos um pouco mais a respeito do seu processo de criação?

As Ciências Sociais se fazem por etapas, elas são lentas. É preciso antes de mais nada ter boas ideias, isto é, uma problemática que determine o rumo do que deverá ser feito. O dilema é ter boas ideias, infelizmente não há regras do método sociológico para isso. Segue a etapa da pesquisa, seja ela bibliográfica ou empírica. Por fim, a construção do objeto, e neste momento a escrita é decisiva. Ela não é neutra, modela o que dizemos. Quanto mais controle se tem da linguagem, melhor o resultado. Escrevi vários livros, mas não creio que possam todos ser resumidos ao mesmo denominador comum. Um livro de ensaios tem outro tipo de motivação do que um livro “por inteiro”, o ponto de partida e o de chegada são distintos. De qualquer maneira, a ideia inicial é decisiva, ela nos conduz para a realização, boa ou má, daquilo que se almeja. Depois vem a pesquisa. Eu pessoalmente não gosto de reduzir em demasia o quadro a ser pesquisado, pelo menos em um primeiro momento; tenho tendência, antes de abordar diretamente o que me interessa, de ler e pensar sobre uma configuração ampla de sentido na qual o tema a ser tratado se insere. Um exemplo: *Cultura e modernidade*. Tinha necessidade de conhecer melhor o século XIX francês: li sobre história política, econômica, cultural e social, no sentido amplo

do termo. Era também importante conhecer em seus meandros a cidade de Paris, o que me levou aos cronistas da época (por exemplo, leitura da *Revue des Deux Mondes*, visita a museus de fotografia, de móveis). Em seguida escolhi os temas a serem tratados, por exemplo, em um dos capítulos: cultura e mercado. Dentro deste domínio privilegiei dois objetos: o folhetim e a fotografia. A problemática, a relação entre cultura e mercado, podia então ser tratada a partir de elementos concretos que me revelassem heurísticamente o objeto maior, a modernidade. Somente depois de ter adentrado todos esses níveis, comecei a trabalhar o capítulo. É um hábito que tenho. Antes de desenvolver o tema da modernidade-mundo no Japão, fiz toda uma leitura sobre confucionismo, a era Tokugawa, o domínio dos samurais, a evolução da escrita japonesa, o advento da religião nacional etc. Com isso creio que adquiri um quadro de referência mais amplo no qual, no momento da construção do objeto, poderia explorar as questões que me interessavam: o consumo, a desterritorialização, a contraposição entre Oriente e Ocidente. Acredito, e isso é uma suposição, que, ao iniciar a pesquisa por questões mais gerais, a maneira como percebemos, e depois construímos os objetos, é distinta do que resultaria se tivéssemos ido “diretamente ao assunto”. Não sei, não posso garantir nada, mas vejo as coisas desta maneira. Eu utilizo ainda cadernos, sejam físicos ou no computador. Os cadernos de pesquisa são diferentes das anotações de leitura. Nas anotações o que se quer é reproduzir, da melhor maneira possível, o pensamento de um autor. As anotações são boas para as aulas e para pavimentar o caminho. Porém, no caderno, o que procuro fazer é distinto, destaco algumas ideias no momento em que leio textos diversos, ou faço algum tipo de observação durante o trabalho empírico (por exemplo, no caso do luxo, uma visita a museus). Neste caso, são as ideias que surgem, muitas delas desinteressantes, que devem ser sublinhadas. No momento da escrita, consigo assim estabelecer relações entre passagens textuais diferentes, organizando-as segundo uma argumentação específica. Mas tenho ainda o costume de escrever cadernos pessoais. Eles nada têm a ver com algum tipo de pesquisa ou tema privilegiado. Anoto coisas diversas, minha impressão de um livro, de um filme, ou coisas pessoais. As notícias que li no jornal e me chamaram a atenção, algo que se passa na rua, uma conversa que presenciei. É uma espécie de “exercício de caligrafia” (escrevo com caneta tinteiro, depois passo para o computador, reescrevendo), e o intuito é cultivar o pensamento e as frases. A ilusão é que isso contribua para a escrita.

Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. ([1960] 1971), *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora; Edusp.
- BENJAMIN, Walter. ([1935, 1939] 2009), *Passagens*. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte, Editora UFMG; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio ([1929-] 1999-), *Cadernos do cárcere [Quaderni del carcere]*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. ([1845-1846] 1974, 2011). *L'Idéologie allemande*. Paris, Éditions Sociales. [Edição brasileira: (2011), *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo, Boitempo.]
- ORTIZ, Renato. (1980), *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ORTIZ, Renato. (1988), *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1978), *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes*. Petrópolis, Vozes.
- ORTIZ, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1991), *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (1994), *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (2000), *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (2019), *O universo do luxo*. São Paulo, Alameda.
- ORTIZ, R. (1975), Review of *Religione e socialismo*, by A. Lunacarskij. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 20 (40) : 247-248. <http://www.jstor.org/stable/30130410>.
- ORTIZ, Renato. ([1984] 1992), *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo, Olho d'Água.
- ORTIZ, Renato. (2010), *Trajetos e memórias*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões & RAMOS, José Mário Ortiz. (1989), *Telenovela: História e produção*. São Paulo, Brasiliense.
- ORTIZ, Renato. (2021), *Sobre o trabalho intelectual*. Porto Alegre, Zouk.

Texto recebido em 04/08/2024 e aprovado em 07/09/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.227693.

CAIO CÉSAR PEDRON é mestre em Sociologia pelo programa de pós-graduação em sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/

Unicamp) e, atualmente, doutorando pela mesma instituição. Tem como principal foco de interesse cognitivo o estudo dos intelectuais, da teoria social clássica e contemporânea e do impacto das emoções como temática de estudo sociológico. E-mail: c192481@dac.unicamp.br.

LUCAS EDUARDO MALDONADO é graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em História Social pela mesma instituição. Faz atualmente doutorado em História na Universidade de Campinas (Unicamp) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luccas_eduardo@hotmail.com.



Lourdes Sola. *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Edusp, [1998] 2023, 460 pp.

Por Ivy R. A. Ribeiro
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0009-0002-9399-6144>

Por Laura Gianecchini
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0087-6729>

Ao longo do século xx, os economistas têm participado cada vez mais ativamente dos órgãos governamentais, e influenciado de modo notável as decisões políticas em todo o mundo – processo que, há várias décadas, vem suscitando críticas nas Ciências Sociais (Lebaron, 2000). Todavia, as formas de participação dos economistas e as estruturas organizacionais em que eles atuam variam de maneira considerável.

Um dos primeiros trabalhos bem-sucedidos na tentativa de captar a emergência dos economistas no âmbito político brasileiro é o livro *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*, da professora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e livre-docente pela mesma instituição, Lourdes Sola.

Originalmente publicada em 1998 pela Edusp, a obra foi relançada em dezembro de 2023 pela mesma editora, tendo o último capítulo inteiramente reescrito. A nova edição conta ainda com um prefácio de Celso Lafer, professor da Faculdade de Direito da USP, e um posfácio de Marcos Lisboa, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

O livro mostra como as ideias econômicas – ou seja, o saber técnico sobre economia – foram centrais para a estabilização do regime político-democrático no Brasil de 1945 a 1964, atuando como um recurso político exclusivo, que impactou as decisões da época. Também demonstra que a emergência dos economistas na ordem política está relacionada a um momento específico da formação do Estado-nação brasileiro, que exigia a construção de novas capacidades estatais vinculadas à economia, como a contabilidade pública e os bancos de desenvolvimento, entre outros. Isso foi determinante para pautar a agenda de mudança do país.

A pesquisa investiga três dimensões político-econômicas que marcam o período analisado: (i) os processos decisórios; (ii) o ambiente institucional e as características do capitalismo brasileiro; (iii) e o poder político das ideias econômicas. A partir de uma bibliografia diversificada, além de entrevistas realizadas com atores proeminentes de então – como Celso Furtado e Roberto Campos –, e da análise de documentos de arquivos oficiais, de jornais e revistas da época, a autora reconstrói

os embates políticos que permearam os desafios de governança econômica em diferentes conjunturas da República Populista.

Lourdes Sola possui larga experiência em processos globais de transformação política e econômica em democracias de “mercados emergentes” e em contextos de democratização. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1961, ela fez seu mestrado em Sociologia Econômica na mesma instituição, sob orientação do professor Florestan Fernandes. Em 1969, devido à ditadura militar, foi obrigada a exilar-se, dando início a uma carreira acadêmica internacional. Na Universidade do Chile, realizou um segundo mestrado, em Economia Política, concluído em 1973. Em seguida, foi para a Inglaterra, onde, quase uma década depois, em 1982, recebeu o título de doutora em Ciência Política pela Universidade de Oxford, com a pesquisa que dá origem ao livro resenhado. Ela faz parte, portanto, de uma geração de pesquisadores brasileiros, formados predominantemente nos Estados Unidos e Inglaterra, que estudaram os determinantes não econômicos do desenvolvimento e as raízes do autoritarismo no Brasil.

O livro investiga um período da política nacional em que havia pouco diálogo entre as disciplinas acadêmicas da Economia e da Ciência Política. De fato, a área econômica ainda era incipiente e muitos dos técnicos que desempenhavam funções hoje atribuídas aos economistas tinham formação em Engenharia e Direito. Para mencionar dois exemplos, tanto Eugênio Gudin (1886-1986), que assumiu o ministério da Fazenda entre setembro de 1954 e abril de 1955, durante o governo de Café Filho, quanto Roberto Simonsen (1889-1948), deputado federal e senador por São Paulo que participou ativamente em comissões e conse-

lhos de caráter econômico na década de 1940, eram engenheiros.

Um mérito da obra é justamente valorizar as instituições em sua análise – característica condizente com a influência da corrente institucionalista-histórica que marca a agenda de pesquisa da autora. Esse procedimento é essencial para o entendimento do caso brasileiro, já que, como pontua Loureiro (1997), o processo de formação da competência específica do economista e de sua identidade como parte da elite dirigente no Brasil deu-se, de fato, nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada¹. Sola explica que as ideias econômicas facilitaram a modernização do Estado nacional e de suas novas burocracias, a partir do ingresso em instituições dotadas de recursos políticos, materiais e intelectuais, bem como o surgimento do Estado desenvolvimentista.

A transdisciplinaridade é outra característica marcante da obra. A autora inspirou-se em termos teóricos no economista Alfred Hirschman, estabelecendo pontes entre áreas do conhecimento que até então eram pouco usuais. Mas se, ao estudar “novo autoritarismo” na América Latina nos anos de 1960-1970, a partir de uma perspectiva comparada, Hirschman adotou uma abordagem que ele chama de *economics-cum-politics*, ou seja, que parte da economia para a política, Sola, ao contrário, propõe uma abordagem que parte da política e vai para a economia, a *politics-cum-economics*.

Em seu primeiro trabalho sobre o tema (1958), Hirschman demonstra que desenvolvimento econômico “desequilibra” as relações de produção e distribuição, pois as políticas promovidas para alcançá-lo criam desigualdades que, quando são percebidas pelos setores e atores afetados, abrem espaço para a emergência das demandas sociais. Para ele, o fundamental era avaliar se a correção

desses desequilíbrios faria parte da agenda de governo de forma coerente, e no tempo adequado. Coube a Sola testar essas hipóteses, aplicando-as ao caso brasileiro.

O livro de Sola contém oito capítulos, organizados em duas partes. A primeira está estruturada em quatro capítulos, focados no período de 1945 a 1959. Nessa seção, Sola desenvolve a hipótese de que as ideias dos economistas, enquanto “técnicos” responsáveis pela formulação de políticas econômicas de estabilização e/ou crescimento, tinham o poder de moldar decisões políticas, sendo relevantes para a tomada de posição dos analistas políticos.

O primeiro capítulo reúne uma breve introdução, que esclarece conceitos, além de uma contextualização política, dando destaque à influência do sistema partidário criado por Getúlio Vargas no baixo grau de institucionalização, representatividade e capacidade governativa, e às mudanças que afetaram o nacionalismo brasileiro de 1930-1950. Também apresenta uma explicação sobre o papel da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e de sua relação com os chamados “técnicos nacionalistas”.

Nos dois capítulos seguintes, mais analíticos – e também os mais notáveis –, a autora reconstrói a problemática política em que os “técnicos” estavam inseridos. O segundo capítulo indica as diferentes posições por eles adotadas a partir de 1945, em meio a um contexto político-econômico em rápida transformação, além dos processos pelos quais eles adquiriram competência técnica e experiência política. No terceiro capítulo, são explicitadas as diferentes ideologias econômicas mobilizadas por esses agentes, que foram analisados de acordo com (i) sua percepção sobre as opções básicas de desenvolvimento capitalista para o Brasil, o que

está atrelado à sua ideologia econômica; (ii) sua forma de inserção no aparelho de Estado; e (iii) as áreas em que buscaram influenciar a opinião pública e, em maior grau, a elite política.

Para distinguir tais técnicos, Sola utiliza como recurso heurístico a formulação de Helio Jaguaribe (1962), que diferencia os “técnicos nacionalistas” (divididos entre desenvolvimentistas e estatistas) dos “técnicos cosmopolitas” (divididos entre liberais e desenvolvimentistas), segundo a maneira pela qual concebiam o desenvolvimento capitalista para o Brasil e o modo de inserção do país no sistema econômico internacional.

De acordo com Sola, os “técnicos nacionalistas” defendiam um projeto de crescimento acelerado, baseado em uma política de industrialização coordenada e patrocinada pelo Estado. Já a doutrina cepalina proporcionou uma “razão técnica” para a posição nacionalista, que associava o desenvolvimento econômico a uma certa concepção de desenvolvimento político, com diversificação do mercado interno, o que pressupunha o processo de internalização dos centros de decisão, comumente sediados nas nações capitalistas centrais. Por fim, sua opção anti-inflacionária residia na teoria de que a inflação era um fenômeno estrutural, possuindo uma matriz social e política, baseada em conflitos distributivos. Em relação às diferenças internas ao grupo, alguns defendiam mais desenvolvimento em si; outros enfatizavam a solução de problemas sociais.

Já os “técnicos cosmopolitas” tinham como ponto de referência o mercado – interno e externo –, e não a nação. Como objetivo comum, defendiam a integração do país no sistema de cooperação internacional dominado pelos Estados Unidos e a adoção de um modelo de associação entre os capitais nacional e estrangeiro. Havia, porém, uma diferença signifi-

cativa interna ao grupo: enquanto os liberais defendiam a empresa privada e acreditavam no poder restaurador das leis do mercado, os desenvolvimentistas apoiavam-se em um projeto de ampliação e racionalização estatal, associado a empresas privadas nacionais e estrangeiras, sendo estas consideradas indispensáveis para a concretização de uma política agressiva de exportações.

Nesse sentido, portanto, a autora defende que os conhecimentos técnicos e científicos foram colocados a serviço de posições ideológicas divergentes, em vez de serem apresentados como fonte autônoma de autoridade política – o que corresponderia a uma postura tecnocrática clássica. Isso vai na direção contrária à ideia de Hirschman, de que o planejamento e a industrialização foram os objetivos compartilhados pelas elites intelectuais da América Latina nos primeiros anos do pós-Guerra. A denominada hipótese do “economista-rei” (Hirschman, 1979, p. 65), ou seja, da emergência dos economistas como tecnocratas (e não apenas como técnicos), só seria aplicável ao caso brasileiro, segundo Sola, depois de instalados os novos governos autoritários. Assim, ela defende que o processo de despolitização da sociedade brasileira teria que ocorrer para que o tecnocrata pudesse aflorar como ator político.

Antes disso, no entanto, tanto “técnicos nacionalistas” quanto “técnicos cosmopolitas” eram “técnicos em fins”. Tomando emprestada a proposição de Max Weber sobre a distinção entre a racionalidade dos meios e a racionalidade dos fins – também utilizada por Celso Furtado na entrevista concedida à Sola, em 1977 –, ela pontua que os técnicos possuíam identidade própria e tinham consciência de sua força política potencial. Isso foi fundamental para o impulso de transformação do contexto

político brasileiro na República Populista e para que eles assumissem um papel de produtores de ideologia².

O quarto capítulo tem como pano de fundo o Plano de Estabilização Monetária (PEM), do “cosmopolita” Roberto Campos (1917-2001), que objetivava redirecionar a agenda governamental para garantir a continuidade da política de investimentos e de industrialização, através de financiamentos não inflacionários. No entanto, ele passou por dificuldades políticas, que se agravaram quando os problemas na balança de pagamentos demandaram consultas ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O processo culminou em um ganho de escala da dimensão nacionalista do Programa de Metas, levando o presidente Juscelino Kubitschek a romper com as negociações do FMI e findar o PEM – atitudes que obtiveram amplo respaldo político. O fracasso do PEM fez com que os técnicos desenvolvimentistas ficassem responsáveis pela fase final do Plano de Metas, o que, por sua vez, desencadeou pressões inflacionárias e desequilíbrios de balança de pagamentos, afetando a condução da presidência de Jânio Quadros.

O quinto, o sexto e o sétimo capítulos analisam o contexto de incertezas econômicas e de instabilidade política que caracterizam o início da década de 1960. Também mostram como elas passaram a ser vistas como impossíveis de serem solucionadas no âmbito do regime democrático. A segunda parte do livro termina com a avaliação das condições que levaram ao fracasso do Plano Trienal (concebido por economistas de orientação estruturalista) e ao abandono de qualquer tentativa de estabilização do governo do presidente João Goulart, a partir do final de 1963.

Pode-se concluir, a partir da exposição das conjunturas políticas das quais os planos

faziam parte, que o desenlace autoritário das políticas de estabilização se deu por motivos de ordem sistêmica e multidimensional. As respostas aos desafios enfrentados pelo país exigiam reformas que gerariam uma redistribuição de penalidades e privilégios. “Por isso, qualquer solução ‘tecnicamente necessária’ implicaria escolhas entre perdedores e ganhadores. Estaria fadada, enfim, a suscitar contestações e um realinhamento de interesses e assim a criar fissuras na coalizão sociopolítica que legitimara o pacto social vigente” (p. 414).

A crise do regime democrático ia além de suas dimensões institucionais, e pode ser elencada a partir do entrelaçamento de quatro fatores: (i) crise de acumulação de capital, gerada pela necessidade de uma reforma tributária e pela falta de mecanismos de financiamento, devidamente corrigidos pela inflação; (ii) crise institucional, gerada por impasses entre o Legislativo e o Executivo; (iii) esgotamento dos mecanismos tradicionais de incorporação e de controle dos interesses organizados; (iv) diretrizes da política externa norte-americana, atrelada ao contexto internacional da Guerra Fria.

O capítulo final, revisto na nova edição da Edusp, reconstrói as especificidades da experiência brasileira, tendo em vista a modificação das arenas decisórias nos anos 1930 e as redefinições político-institucionais estabelecidas pela Constituição de 1946. Além disso, reflete sobre as contribuições de Hirschman em relação ao papel das ideias econômicas, analisando o lugar das instituições no enquadramento dos desafios característicos ao desenvolvimento, na busca por elementos que forneçam indícios de continuação e ruptura entre os efeitos políticos da Constituição de 1946 e do regime militar de 1964.

Vale pontuar dois outros elementos na segunda edição do livro: o prefácio de Celso

Lafer e o posfácio de Marcos Lisboa. A presença de Lafer concede autoridade à obra, já que sua tese de doutorado na Universidade de Cornell, de 1970, sobre o Plano de Metas do governo Kubitschek, é um clássico no campo da Ciência Política, e serviu de base para Sola, especialmente em seus estudos sobre a formação do Estado e análise dos processos decisórios na pesquisa política. Já o posfácio de Lisboa tenta ressaltar alguns elementos do autoritarismo brasileiro, como parte constitutiva da formação do Estado nacional. A contribuição do posfácio pode ainda ser compreendida como uma metalinguagem do próprio livro. Sua presença traz indícios de como determinados atores – no caso economistas com alto capital simbólico – podem ser mobilizados para conferir legitimidade a obras editoriais (Bourdieu, 2002). E reflete o lugar dos economistas no cenário contemporâneo, que são publicamente reconhecidos como importantes pensadores e produtores de sentidos sobre o Estado-nação brasileiro.

A contribuição analítica de Lourdes Sola, como ela mesma pondera, “[...] só [é] inteligível à luz de uma análise contextual” (p. 32). Isto posto, a leitura do livro não perdoa anacronismos. É preciso lê-lo em sua chave histórica, com base no debate sobre as raízes da economia política do novo autoritarismo, que levou ao colapso democrático brasileiro de 1964. O arcabouço analítico construído pela autora, portanto, não pode ser totalmente aplicado à análise do atual contexto brasileiro, pois antecede, sobretudo, três grandes pontos de inflexão: a mudança na forma de inserção dos países na ordem econômica e política internacional, em resposta à agenda da globalização; a construção de uma agenda nacional democrática; e a Constituição de 1988. Tais processos de transição exigem ajustamentos

econômicos, políticos e legais, que devem ser analisados em suas especificidades (Sola, 2020). Todavia, o livro é capaz de descrever e analisar política e economicamente fenômenos historicamente situados, de forma a conduzir o leitor a refletir sobre a intrínseca relação entre continuidade e mudança na trajetória de um país, quem são os atores que decidem, como decidem, por que decidem e em quais arenas estratégicas reside o poder de decidir.

Dessa forma, Sola deixa questionamentos frutíferos: do ecossistema que herdamos, que elementos mudam e quais persistem? Certamente é preciso reconhecer que o *modus operandi*, as instituições e as opções de política econômica atuais são resultado de importantes elementos históricos sedimentados em diferentes contextos. Assim, podem servir de base para a reflexão sobre como as ideias econômicas incorporadas nas instituições criadas no período de expansão das capacidades de gestão do Estado são relevantes para analisar os desafios de governança democrática contemporâneos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. ([1990] 2002), *As condições sociais da circulação das ideias*. Tradução de Fernanda Abreu. *Enfoques, Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, 1 (1): 6-15.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. (1958), *Strategy of economic development*. New Heaven, Yale University Press.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. (1979), "The turn to authoritarianism in Latin America and the search for its economics determinants". In: COLLIER, David (ed.). *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- JAGUARIBE, Hélio. (1962), *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fondo de Cultura Económica.
- LEBARON, Frédéric. (2000), *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris, Seuil.
- LOUREIRO, Maria Rita. (1997), *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- SOLA, Lourdes. (2020), "Lourdes Sola: As transições da democracia". Entrevista concedida a Glenda Mezarobba e Diego Viana. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, 298, dez. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/lourdes-sola-as-transicoes-da-democracia/>, consultado em 30/06/2024.

Notas

1. De acordo com Loureiro (1997), outra peculiaridade do caso brasileiro reside no fato de os economistas não atuarem apenas como assessores políticos ou funcionários burocráticos de órgãos de gestão econômica – como acontece na Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Japão –, mas como dirigentes políticos, ocupando posições de destaque, como as de ministros da Fazenda e do Planejamento, ou de presidente e diretores do Banco Central.
2. Ainda em relação a essa hipótese, o livro *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*, da socióloga Maria Rita Loureiro, publicado em 1997, contribui para o embate entre técnicos (ou técnicos em fins) e tecnocratas, que havia sido iniciado por Sola. Loureiro corrobora com a argumentação, enfatizando o papel tecnocrático dos economistas no pós-64, que reforçaram o centralismo decisório ao encararem os problemas de desenvolvimento, regulação econômica e estabilidade da moeda, como "complexidade técnica" e não "política". O aprofundamento do processo inflacionário foi um exemplo clássico, pois os economistas acabaram por fortalecer o processo de reprodução das relações antidemocráticas que pautaram a atuação das elites políticas brasileiras. Cabe destacar, no entanto, que o Plano Real, que completou trinta anos em 2024, quebra, em certos aspectos, com a lógica tecnocrática do regime militar, pois envolveu uma gama maior de

grupos organizados na arena política, e uma negociação constante com diversos atores sobre as medidas adotadas e eventuais correções.

Texto recebido em 01/08/2024 e aprovado em 07/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.227623.



Pierre Bourdieu. *L'intérêt au désintéressement. Cours au Collège de France (1987-1989)*. Paris, Raisons d'Agir; Éditions du Seuil, 2022, 387 pp.

Por Camila Assunção Crumo
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-2264-9260>

O poder do desinteresse: Lições de Bourdieu sobre a produção do universal

Com base em quê alguém pode decidir algo em nome de todos? De onde viria tamanho poder e sua legitimação? Essas são algumas das questões que Bourdieu propõe perscrutar nas aulas dadas no Collège de France nos anos 1987-1988 e 1988-1989, originalmente intituladas *Sobre o Estado*, agora reunidas na coletânea organizada por Julien Duval. Trata-se de uma das primeiras investidas de

Bourdieu em direção ao tema do Estado, objeto por ele considerado extremamente complexo e difícil de tratar. Não à toa, como bem observa Duval, a empreitada só avançou após certo tempo de consolidação da sua carreira. Diante das dificuldades de apreender um objeto tão circundado por crenças e leituras ideológicas, a estratégia de Bourdieu foi, então, ir apropriando-se dele lateralmente, ou como ele mesmo define, de forma “negativa”, acessando-o por meio da discussão sobre o interesse e o desinteresse – daí o título da obra.

Em sua primeira incursão rumo ao entendimento sobre o Estado, Bourdieu aborda questões sobre legitimidade, especialmente no caso de grupos que têm pretensão universal, ou de declarar “o que deve ser do mundo social” (p. 10). Ele faz isso por meio de uma investigação sobre o direito, universo cujos agentes se arrogam a prerrogativa de ditar “o dever ser” e encontram uma reação de naturalidade por parte da sociedade em geral acerca da legitimidade para fazê-lo. Partindo de uma óptica crítica, Bourdieu desnaturaliza tal suposição e questiona: quem, afinal, julgaria a legitimidade dos juízes? Eles próprios estariam em posição de decretar sua legitimidade?

Grosso modo, o que o autor mostra em suas aulas é que a legitimidade conquistada por esses grupos vem de sua capacidade de convencer o público de que seus julgamentos seriam independentes de interesses particulares e de que suas ações seriam, assim, *desinteressadas*. A legitimidade de um indivíduo ou grupo, nesse caso, viria do reconhecimento público de que eles estariam a serviço do bem comum. Quer dizer, que trabalham pelo todo, e não por interesses privados. Sem cair em armadilhas reducionistas, a exposição de Bourdieu mostra, porém, que esse desinteresse é interessado sem ser cínico (no sentido de ser fingido por

agentes que têm plena noção de seu caráter estratégico). Trata-se, no fim das contas, de um desinteresse interessado e, também, de um interesse no desinteresse.

Para ajudar a compreender esse paradoxo, Bourdieu propõe uma compreensão do direito – assim como de outras formas de discurso acadêmico com pretensão ao universal, como a filosofia e a ciência – que supere a oposição de duas leituras acadêmicas que tradicionalmente buscam compreendê-lo. De um lado, o Estado enquanto objeto costumava ser analisado por leituras internas (ou semiológicas) dos textos jurídicos, que levavam em conta o texto em si, mas negligenciavam seu contexto de produção. De outro, por leituras externas, que tendiam a enfatizar desproporcionalmente o espaço social no qual os textos tinham sido produzidos, considerando-os como mero reflexo das instituições sociais e como ferramentas para servir a determinados grupos sociais (p. 12).

Ora, de acordo com Bourdieu, a primeira leitura afirmaria a existência de um modo de pensar específico que encontra seu fundamento em si mesmo (é como a metáfora que ele utiliza: alguém se erguendo no ar ao puxar os próprios cabelos). Ao fazê-lo, ela falharia em perceber que o universo social do direito é um microcosmo não totalmente autônomo, não estando, portanto, imune às pressões e aos condicionamentos externos. Já a segunda leitura, muito focada na função, correria o risco de ignorar a questão “de saber se a estrutura da mensagem não contribui para o cumprimento da função e se não é através desta estrutura que se pode ter a função de ocultar a função que a função realiza” (p. 16). Dessa forma, para evitar os limites e armadilhas dessas leituras diametralmente opostas, Bourdieu recorre a seus conceitos mediadores: campo de produção, *illusio* e *habitus*.

Nesse caso, a reconstrução sociológica das fundações e balizas do campo jurídico francês passa pela leitura de um texto do chanceler D’Aguesseau, a quem Bourdieu considerou seu fundador. No texto *L’indépendance de l’avocat* (1819), D’Aguesseau procura afirmar a independência dos operadores do direito (não só o advogado, mas todos os “homens de togas”, como ele explica) com relação a outras forças que interfeririam no exercício da profissão, como a nobreza, o comércio, o rei e até mesmo o divino. Ora, essa independência, que na lógica bourdieusiana é condição também para a própria autonomização do campo, é obtida por meio de uma espécie de ascese coletiva com relação a “comércios mundanos e comércios de negócios” (p. 39). Portanto, para serem legítimos participantes do campo, os agentes do direito devem estar comprometidos com o interesse geral e apenas com ele. Assim, como aponta Bourdieu, “o fundamento coletivo, a norma do microcosmo jurídico, tal como definido por d’Aguesseau, é o desinteresse” (p. 39).

Sendo o direito um campo, suas regras de funcionamento encontram-se inscritas no próprio *habitus* de seus agentes. Na condição de portadores de instrumentos cognitivos e avaliativos específicos, tais agentes serão capazes, por exemplo, de perceber diferenças e valorizar detalhes que não têm qualquer importância àqueles que estão fora desse campo. Não só isso, eles também lutarão pela afirmação de tais diferenças e estarão investidos em outros tantos embates travados sob o signo das regras fundamentais do direito, pois têm *interesse nesse jogo* e em sua continuidade, para poder seguir jogando-o e ter a chance de dominá-lo. Os agentes do campo compartilham, portanto, uma *illusio*, um *interesse particular* vivido como paixão, uma forma de interesse que pode ser “formidavelmente desinteressada” (p. 61). Ora,

seguir a norma fundamental do campo, quer dizer, desinteressar-se do que não é o interesse geral, não é uma atitude gratuita ou altruísta. Afinal de contas, ela é recompensada simbolicamente no interior daquele microcosmo. Assim, o que Bourdieu explicita, por meio da leitura de D'Aguesseau, é que “o interesse no desinteresse vivido como paixão desinteressada é o encontro desses dois processos que produzem, nesse caso particular, uma libido jurídica e um universo no qual essa libido jurídica é recompensada” (p. 64).

O pulo do gato da universalização do discurso jurídico, porém, vem de um trabalho ideológico em que o “público”, fonte de legitimação do direito, é inventado no próprio processo de autonomização do campo. Bourdieu aponta que, diversas vezes, a palavra “público” aparece na obra de D'Aguesseau evocando a opinião pública ou o público de um serviço público, um sentido moderno “extraordinariamente raro” para a época em que o texto fora produzido (p. 37). A esse público atribui-se a virtude de reconhecer aquele que tem mérito, que é verdadeiro, que pode falar por ele, que sabe o que é melhor para ele. Assim, estabelece-se o que Bourdieu chama de efeito oráculo: o direito se constitui como universal ao criar um grupo que o reconhece como verdadeiro portador do universal (p. 79).

Finalizando a análise do direito, na aula de 24 de março de 1988, Bourdieu aborda os mecanismos de controle internos ao campo, os controles cruzados, que garantem a manutenção de sua unidade e coerência. O motor desse mecanismo é a proximidade imediata dos agentes, que estão em constante disputa entre si: cada um vigia aquele que está ao seu lado, tendo-se, assim, um todo relativamente controlado (p. 117). Esse tipo de controle, que chama à ordem, à norma ideal, garante que a

autonomia do campo mantenha uma “eficácia relativa” e proporcione “lucros relativos” (pp. 118-119). Assim, mesmo quando o direito idealmente puro, tal como apreendido por D'Aguesseau, começa a sofrer a “contaminadora” influência do direito de negócios, o controle cruzado garante que as disputas resultantes sejam empreendidas dentro dos limites dos valores últimos do campo. De acordo com Bourdieu, então, essas lutas “travadas sob o signo da regra”, somadas à disposição dos agentes e à existência de um campo que recompensa a prática desinteressada, podem produzir algo como o universal (p. 121).

A partir da aula de 14 de abril de 1988, Bourdieu se propõe a colocar em questão, da “forma mais radical possível, todos os pressupostos que podemos engajar no pensamento sobre o Estado” (p. 125). O ponto de partida dessa desconstrução será a oposição entre as visões encantada e desencantada do Estado, por meio da interpretação crítica das obras canônicas de Hegel e de Marx sobre o tema. Recorrendo mais uma vez à estratégia de trabalhar ao mesmo tempo com e contra essas duas visões, Bourdieu encontrará no fundamento da apropriação estatal do universal a mesma lógica do interesse desinteressado que vimos operar acima na formação do campo do direito.

Da leitura de Hegel, Bourdieu destaca a concepção de que, por meio da reconciliação da luta de todos contra todos (p. 149), o Estado seria capaz de unificar a multiplicidade de interesses particulares que compõem a sociedade. Na vanguarda dessa reconciliação estaria o corpo dos burocratas, um grupo de agentes especializados (portanto, múltiplos) inseridos em um sistema de relações definidas pela hierarquia (portanto, unificado) que aspira a servir à vontade do universal (pp. 151-152). Ora, essa disposição do corpo

burocrático advém da coincidência entre seu interesse particular e o interesse geral, qual seja: conservar a existência da burocracia. Assim, conforme Bourdieu, esse corpo definido pela pretensão ao universal conserva o universal ao se conservar (*Idem*, p. 159).

Entretanto, em contraste com o pensamento hegeliano, Bourdieu recorre dessa vez a Marx para enfrentar o fato de que o corpo burocrático não é realmente um todo coeso. Na verdade, os burocratas estão constantemente envolvidos em conflitos pela apropriação dos recursos administrativos e, na medida em que alcançam vitórias parciais nesses conflitos, realizam “uma espécie de apropriação privada do público” (p. 166). Por meio dessa apropriação, a burocracia desempenha uma função estruturalmente ambígua, servindo aos interesses dominantes (da burguesia, que dominaria o Estado) ao mesmo tempo que reforça sua imagem de neutralidade, ao se projetar como servidora de todos (p. 168). Dessa ideia, Bourdieu deriva que a representação da burocracia como universal tem também uma inegável função política: fundamentar a “violência simbólica” que leva os dominados a serem cúmplices de sua dominação, visto que estão certos de sua neutralidade e que ignoram a arbitrariedade dos interesses particulares que a originam e a legitimam (p. 171). Assim, as representações da burocracia como universal contribuem para o poder de enunciar veredictos universais (p. 171).

Mas, a despeito da instrumentalização do Estado, os burocratas seriam, ainda assim, capazes de realizar ações desinteressadas? Ou, indo um pouco mais longe, sequer é possível pensar uma ação desse tipo? Na aula de 19 de janeiro de 1989, Bourdieu enfrenta essas questões partindo da hipótese – com certo tom de pressuposto – de que “se a ação moral

(ou desinteressada) existiu em algum lugar, é porque existiam universos onde havia interesse na ação moral” (p. 214). Quer dizer, tendo em vista que os universos orientados pela lógica do desinteresse são campos de produção, que possuem uma legalidade própria, aquilo que é moral ou desinteressado em um pode não ser encarado da mesma forma em outro. Diante dessa condicionalidade, Bourdieu considera mais proveitoso identificar os mecanismos sobre os quais o universo burocrático se apoia para que sua lógica desinteressada funcione e, nesse trajeto, discutir a possibilidade de uma ação puramente moral.

Segundo ele, se há alguma base social para o funcionamento da lógica desinteressada da burocracia, ela é composta pelos pequenos funcionários públicos (pequenos-burgueses em ascensão). Afinal, tal como oblatos seculares que fizeram do Estado o seu monastério, esses agentes asseguram o cumprimento da regra burocrática mesmo sendo pouco reconhecidos ou remunerados por isso. Como estabelecido nas aulas anteriores, esse tipo de dedicação tem condições de existir porque encontra sua recompensa no interior do próprio campo. Longe de qualquer reducionismo, Bourdieu enfatiza, como sempre, que não se trata de considerar que as pessoas agem meramente pela busca *consciente* de lucros simbólicos, mas de compreender que suas ações são direcionadas pelo *habitus*, o “princípio prático de práticas que estão além do cálculo” (p. 222).

No caso dos pequenos funcionários públicos, a inscrição de uma dedicação desinteressada em seus *habitus é condicionada*, em parte, pela relação com a escola libertadora – que separa, desde o princípio, aqueles destinados a ocupar postos altos daqueles destinados a pequenos cargos públicos. Bourdieu sugere, então, que o interesse desses pequenos bur-

gueses pela regra burocrática seria favorecido pelo encontro entre um certo ressentimento de classe e a possibilidade de acessar uma posição de poder relativo. Seria, portanto, incorreto considerar a devoção dos pequenos burocratas como um mero interesse dissimulado pelos lucros simbólicos, pois eles fazem o que devem fazer, sem se questionar sobre outras possibilidades. Em outras palavras, o mesmo mecanismo social que direciona sua ação espontânea também gera seu interesse particular no universal – e tudo isso, conclui Bourdieu, dá condição para a existência do universal (p. 225).

Neste ponto oportuno, Bourdieu abre um parêntese para esboçar também uma sociologia da sociologia, na qual explora as condições de existência da disciplina e as características que permitiram sua autonomização. De acordo com a revisão histórica por ele proposta, a sociologia nasce “de um mandato social de assistência teórica aos reformadores sociais” (p. 179), portanto sua origem é derivada do próprio Estado. Essa gênese carrega a disciplina de tensões a respeito de sua relação com o universal e o particular, tal qual aquelas identificadas por Bourdieu nos casos do direito e da burocracia. Afinal, ela seria uma ciência autônoma, direcionada a servir o universal, ou um instrumento de manipulação a serviço dos dominantes? Ao avançar em sua reconstrução sócio-histórica, Bourdieu mostra que a sociologia é, na verdade, estruturalmente ambígua, e que essa ambiguidade constitutiva, frequentemente denunciada como um defeito, dá condições para que ela produza sua ciência livre de interesses particulares. Uma operação que se dá pelo esvaziamento da carga política dos problemas sociais propostos pelo campo burocrático e pelo deslocamento desses objetos para o *status* de ciência.

Na aula de 9 de fevereiro de 1989, uma nova dimensão da discussão sobre o poder do Estado passa a ser explorada por Bourdieu em conexão com as profissões e a educação. Por meio do debate com a concepção de profissão dada pela teoria funcionalista americana, que opõe o controle governamental ao exercício da autoridade profissional (p. 290), Bourdieu extrai uma “teoria negativa do Estado” (p. 291). De acordo com ele, a visão ultraliberal dos funcionalistas, representados principalmente por Talcott Parsons, considera que o Estado seria obsoleto em países com grupos profissionais organizados, ignorando que os poderes dos quais gozam tais grupos são delegados pelo próprio Estado (como o poder de assegurar as fronteiras de cada categoria ou de emitir qualquer tipo de atestado de saúde ou de obra). Na verdade, prossegue Bourdieu, até mesmo a existência de tais grupos *só se concretiza* mediante o reconhecimento estatal materializado em títulos (escolares) que funcionam, modernamente, como os antigos títulos de nobreza.

Ao elucidar o funcionamento desse mecanismo de titulação, Bourdieu demonstra que, no Estado moderno, a escola assume o papel de criar uma nova nobreza. Os membros dessa “nobreza republicana” se distinguem das pessoas comuns não por características de hereditariedade e sangue, mas pelo “título de nobreza” produzido pelos ritos escolares, os quais são capazes de criar fronteiras simbólicas que ratificam o caráter especial e a competência dos escolhidos. Por isso, Bourdieu considera que o problema do poder estatal não pode ser tratado independentemente da questão da escola (p. 305). Assim, na aula de 16 de fevereiro de 1989, a última desta coletânea, ele aprofunda ainda mais a *análise da* conexão entre o “mito da escola libertadora” (p. 296), os títulos escolares e a delegação do poder do Estado.

Em diálogo com Weber, Bourdieu reconhece que a relação entre esses elementos ocorre na esteira de processos de racionalização e modernização (p. 310). Contudo, Bourdieu mostra que esse entrelaçamento é mais ambíguo do que o quadro postulado por Weber, já que a racionalização em questão não ocorre em desfavor, mas sim em conexão com a constituição de certas operações “mágicas” (p. 324). Veja-se, por exemplo, a questão do recrutamento de funcionários públicos por meio de concursos. Sob uma perspectiva unilateral da racionalização, tais exames mediriam objetivamente as competências que cada candidato adquiriu em uma formação orientada ao fim explícito de ocupar a profissão burocrática. Como resultado, o próprio processo de seleção resultaria na formação de uma burocracia racional isenta de paixões e outras emoções inacessíveis ao cálculo (pp. 311-312). Ocorre que, como aponta Bourdieu, o processo de seleção do corpo burocrático funciona, ao mesmo tempo, como uma medida de competência e um rito de separação que reproduz uma elite pré-selecionada no campo escolar. É, então, por meio dessa dupla seleção que esses agentes recebem o “poder mágico” de exercer o poder do Estado.

Quer dizer, em vez de um simples arranjo organizacional racional, estamos diante de um complexo sistema de crenças: alguém se crê certificado para oferecer credenciais a pessoas que, por sua vez, acreditam no valor desses documentos e, por isso, se preparam e se submetem a testes para obtê-los. Trata-se, portanto, de um processo ambíguo, em que se tem uma medida das competências técnicas e o reforço da crença no valor do certificado (ou no poder da instituição certificadora) para dotar de uma nova aura aqueles que foram, então, por assim dizer, consagrados. A magia e a ra-

cionalidade mostram-se, assim, como aspectos indissociáveis do poder do Estado (p. 320).

Temos aí, portanto, o último ponto da costura bourdieusiana que retoma, critica e reforça diferentes fios teóricos para fornecer uma nova chave de compreensão do Estado moderno e de seus mecanismos de poder. Nessa tessitura, a análise sócio-histórica estabelece a existência objetiva do desinteresse, manifestado em campos sociais, como o da burocracia, o do direito, o das Ciências Sociais e, sobretudo, o do Estado – que parece ter a característica de um metacampo, capaz de impor suas normas de forma legítima sobre todos os demais. Esse desinteresse objetivo supera a interpretação dos interesses como simplesmente denegados, geralmente observados nos campos intelectuais, ou do altruísta que oculta a ação utilitária, tal como bem mostra o “Ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss (2003). É, enfim, do entrelaçado das relações entre os agentes no interior dos campos, passando pelo efeito do *habitus* e da *illusio* no desenvolvimento do desejo pelo universal, até chegar ao papel da educação na formação da nova nobreza que é a nobreza de Estado, que se deriva, em suma, a fabricação do Estado moderno: uma trama cujos costureiros emendam o manto da universalidade desinteressada e os benefícios de um jogo em que o universal é o principal ativo (p. 328).

Referências Bibliográficas

D'AGUESSEAU, François Henri. (1819), “Discours pour l'ouverture des audiences du Parlement. Premier discours, prononcé en 1693: L'indépendance de l'avocat”. In : *Ceuvres complètes du Chancelier D'Aguesseau. Nouvelle édition augmentée de pièces échappées aux premiers éditeurs, et d'un discours préliminaire*, t. 1,

Paris, Fantin et Compagnie – H. Nicolle – De
Pelafol, pp. 1-13.

MAUSS, Marcel. (2003), “Ensaio sobre a dádiva:
forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”.

In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*.
São Paulo, Cosac Naify, pp. 183-314.

Texto recebido em 06/08/2024 e aprovado em
12/08/2024.

DOI:10.11606/0103-2070.ts.2024.227734.



Loïc Wacquant. *The invention of the “underclass”: a study in the politics of knowledge*. Cambridge, UK; Medford, USA, Polity Press, 2022.

Por Douglas Alexandre Santos Silva
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9588-9919>

Por Lina Penati Ferreira
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8725-828X>

O que acontece quando uma noção utilizada como ferramenta analítica se torna o próprio objeto da análise? Esse é o exercício proposto por Loïc Wacquant em *The invention of the “underclass”* (2022), livro que apresenta uma reflexão acerca do debate sobre raça e pobreza nos Estados Unidos entre os anos de 1977 e 1997. Nesse período, as ciências sociais daquele

país foram tomadas por numerosas referências à categoria “*underclass*”. No livro, Wacquant documenta a vida e a morte desse termo e analisa como uma ideia volátil, mutável e sem contornos analíticos claramente definidos pôde adquirir tanta popularidade.

O argumento central de Wacquant é que a noção de “*underclass*” foi utilizada como uma ferramenta política para a gestão da pobreza, mesmo sem apresentar contornos analíticos claros e precisos. Segundo o autor, a ideia saltou de um “protoconceito” (Merton, 1984) para um dispositivo que embasava diagnósticos e intervenções públicas disciplinares baseadas em uma construção simbólica da ameaça. Nessa circunstância, a ameaça era representada pelos hiperguetos, uma constelação socioespacial presente nas grandes cidades dos Estados Unidos, onde pobreza e raça se misturavam atraindo olhares de experts, fundações filantrópicas, jornalistas e políticos.

O livro está organizado em duas partes, introduzidas por um prólogo e sucedidas por um “coda”. No prólogo, Wacquant apresenta o contexto e o argumento geral do livro em uma dupla chave, teórica e etnográfica. Do ponto de vista teórico, são apresentadas as bases da investigação sociológica sobre a origem, o auge e o declínio do conceito de “*underclass*”. A micro-história desse termo é desenvolvida na medida em que as mudanças semânticas por ele sofridas são relacionadas às posições ocupadas pelos atores envolvidos na controvérsia a seu respeito. Wacquant baseia seu esforço no encontro promovido entre a história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2002) e a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu (2004).

Do ponto de vista etnográfico, o esforço se concentra na consideração e análise da participação do próprio autor nesse debate. Entre 1985 e 1994, em meio ao auge das discussões

sobre “*underclass*” – quando as fundações Ford e Rockefeller aportavam recursos generosos para projetos de pesquisa sobre o tema –, Wacquant realizava sua pesquisa doutoral sob a orientação de William Julius Wilson¹, cujo trabalho se constituía então como uma das referências primordiais para esse debate. O relato de Wacquant como participante de um projeto de pesquisa sobre o tema que ele agora aborda criticamente deixa entrever que, naquela época, os argumentos desenvolvidos neste livro já eram por ele pautados em discussões com seus colegas de trabalho, ainda que sua posição ali parecesse marginal e sem aderência.

A primeira parte do livro apresenta a trajetória e anatomia do conceito de “*underclass*”. Embora o termo já circulasse no ambiente intelectual estadunidense durante a década de 1960, advindo das elaborações do economista Gunnar Myrdal (1963), ele foi ofuscado por outras duas grandes ideias que dominaram o debate sobre pobreza naquele momento: o “emaranhado de patologias” de Moynihan (1965) e a “cultura da pobreza” de Lewis (1966). Com o fracasso desses conceitos, o termo “*underclass*” – até então pouco proeminente – apareceu como um bom dispositivo retórico para lidar com o “problema” não resolvido. Impulsionada pelas fundações filantrópicas, não demorou muito para que a expressão navegasse por outros mundos. Em 1977, a palavra “*underclass*” estampava o centro da revista *Time* (Russell, 1977). Mas foi durante a década de 1980 que o tema ganhou maior repercussão entre os jornalistas, sendo então reincorporado pela sociologia acadêmica. Nesse contexto, também passou a ser utilizado por políticos, ganhando ênfase nas formulações das políticas públicas. O resultado, segundo Wacquant, foi a popularização de uma ideia que, além de misturar preconceitos culturais

e de classe, parecia ter como pressuposto um tipo de conhecimento mais ou menos especializado, que não se definia, entretanto, de maneira precisa.

Essa relativa ausência de rigor da noção de “*underclass*” também estava relacionada, segundo Wacquant, às diferentes formas de enquadramento do “conceito”. O termo figurava no centro de pelo menos três abordagens distintas, denominadas por ele “*Bermuda triangle of the underclass*”. A primeira dessas abordagens enfatizava aspectos estruturais da questão da pobreza e defendia a ideia de que uma subclasse desempregada e não empregável tomava forma nos Estados Unidos. Os afro-americanos eram o grupo que potencialmente estaria nessa condição, embora outros grupos raciais não estivessem excluídos do processo. A segunda abordagem definia o que era a “*underclass*” com base na análise de características comportamentais, entendidas como a chave para a identificação do grupo. Para essa linha, o comportamento antissocial, demarcado pela ausência de padrões de certa moralidade nacional, era não apenas entendido como a característica central da “*underclass*”, mas também como uma característica de raça. A terceira e última abordagem estava fundamentada em uma concepção neoecológica, centrada numa esfera analítica intermediária – o ambiente social, em específico os guetos majoritariamente ocupados por afro-americanos. Essa perspectiva tratava o gueto como um multiplicador no avanço da marginalidade.

A partir de diferentes prismas, o conceito de “*underclass*” se consolidou no cenário estadunidense, dentro e fora da academia, e atingiu seu pico de popularidade em 1992, seguido por uma vertiginosa queda. Segundo Wacquant, três circunstâncias colaboraram para seu declínio: (i) o distanciamento de William Julius

Wilson (1996) do termo “*underclass*”, após suas denúncias sobre como os jornalistas faziam um uso sensacionalista e racista do termo; (ii) o desinteresse da Fundação Rockefeller, que desativou prematuramente os incentivos financeiros devido à contínua discordância entre os pesquisadores acerca da existência ou não da “*underclass*” e, por outro lado, à inabilidade dos mesmos em conectar as pesquisas acadêmicas com as preocupações dos formuladores de políticas e dos ativistas comunitários; e (iii) as mudanças do *welfare state* implementadas pelo governo democrata de Bill Clinton em 1996. A queda na popularidade do conceito de “*underclass*” é uma comprovação da farsa que o permeava, ou seja, a confirmação de que o termo funcionava como ficção adequada para “expressar a reação coletiva de medo e repulsa à intrusão material e simbólica do precariado negro nos espaços mentais e físicos da classe média” (p. 112, tradução livre).

Com isso, Wacquant propõe a seguinte questão: o que se pode extrair da trajetória errática da categoria “*underclass*”, mais talhada a produzir uma realidade do que efetivamente analisá-la? No decurso de todo o livro, está presente o argumento de que a *underclass* representa, na verdade, um “*phantom group*” (p. 122). Seu sucesso como conceito nas ciências sociais poderia ser explicado por três fenômenos: (i) o “efeito manada” que dominou a academia e bloqueou perspectivas críticas; (ii) a bolha de especulação conceitual em torno da “*underclass*” e da sua capacidade explicativa; e (iii) a ênfase nas “problemáticas prontas para uso” (*turnkey problematics*), orientadas pela urgência em responder problemas sociais.

A segunda parte do livro é dedicada a extrair lições metodológicas e epistemológicas a partir dos equívocos e falhas expostos nos capítulos anteriores. Wacquant lembra que o

ato de produzir realidades sociais começa pelo poder que garante a capacidade e a legitimidade da nomeação, já que as categorias simbólicas informam nossa percepção sobre o mundo e, como tal, orientam nossas ações, individuais e coletivas. Já a fragilidade da *underclass* como categoria explicativa possui, para Wacquant, duas razões. A primeira diz respeito à falta de comparação histórica com outros conceitos que buscaram intersectar desenvolvimento capitalista e urbanização. Segundo o próprio Wacquant (p. 10, tradução livre), foi o seu “treinamento numa tradição [sociológica] europeia, que é ao mesmo tempo mais teórica e mais histórica do que a americana”, que o tornou mais alerta que seus colegas estadunidenses aos perigos de classificar aquele fenômeno como novo e sem precedentes. Tal disparidade, a seu ver, se refletia na indiferença com que seus colegas de pesquisa haviam tratado o argumento que ele apresentara de forma insistente, qual seja, o de que o conceito de “*underclass*” passasse de uma ferramenta analítica para um objeto de análise. Mas a fragilidade da categoria “*underclass*” estaria também relacionada ao grau de permissividade que os acadêmicos estadunidenses consentiam aos atores extra-acadêmicos. O poder de influência das grandes fundações, como a Rockefeller e Ford, os medos e anseios das classes abastadas, refletidos nas manchetes de produções jornalísticas, tanto quanto a convergência de políticos liberais e conservadores em sua avaliação uníssona quanto ao perigo representado pela emergência daquela “quimera urbana” confluíram para tornar frágeis os contornos científicos do termo.

Pode-se dizer que uma das principais ambições levadas a cabo no livro consiste nesse exercício pelo qual o autor fornece uma espécie de manual para a pesquisa sociológica. Um

exercício de metodologia e epistemologia das ciências sociais que apresenta critérios semânticos, lógicos e heurísticos para que se alcance a elaboração de conceitos e categorias sólidos. A conclusão de Wacquant é categórica: a “*underclass*” não cumpre nenhum desses critérios satisfatoriamente. Sua sugestão é o emprego bastante cauteloso do termo “precariado”². Entre suas ressalvas, destaca-se a necessidade de limitar geograficamente o uso desse termo às sociedades do capitalismo ocidental avançado, devido às condições muito específicas que promoveram a formação desse grupo, a saber, o esfacelamento do pacto Fordista-Keynesiano.

No epílogo, denominado pelo autor “*Coda: resolving the trouble with ‘race’ in the twenty-first century*”, a discussão sobre relações raciais é tratada frontalmente. Sua intervenção nesse debate “problemático e volátil” (2022, p. 180, tradução livre) se faz por meio da tomada da “*underclass*” como uma categoria fundamentalmente racializada. O diagnóstico apresentado por Wacquant sobre o campo das relações raciais se faz, então, de modo direto. Esse campo padeceria de males tais como o foco exclusivo no Ocidente; a falta de historicização dos conceitos, facilitando a aceitação de noções de senso comum pelo debate acadêmico; a posição de centralidade dos Estados Unidos nos debates; bem como a lógica de julgamento exercida sobre os(as) autores(as) brancos(as) quando estes se debruçam sobre o debate racial. Raça, para Wacquant, é “uma modalidade pura de violência simbólica, a flexão da realidade social para se adequar a um mapa mental da realidade” (p. 185, tradução livre). Ou seja, uma forma imaginária e fictícia, sem apoio objetivo no mundo social, mas com força de legitimidade suficiente para que seja reproduzida pelo discurso acadêmico de forma acrítica. Por isso, para Wacquant, urgiria que

o campo aceitasse o compromisso de romper com o senso comum. Com efeito, os problemas apontados no debate sobre a “*underclass*” entre os anos de 1977 a 1997 são uma espécie de efeito e alerta dos desafios que se oferecem no debate mais geral sobre relações raciais.

Em suma, o livro oferece uma gama de *insights* e lições sobre a construção de conceitos, categorias analíticas e temas de investigação nas ciências sociais. Além disso, de forma mais ampla, convida o leitor à reflexão crítica sobre grandes ideias que circulam na fronteira entre o conhecimento científico e o senso comum nos nossos tempos.

Entretanto, uma série de apontamentos críticos lhe têm sido feitos. Segundo Matthias Fringrant (2024), a forma como Wacquant busca defender seus argumentos sobre raça e epistemologia se dá a partir da universalização de uma parte muito específica da história da “*underclass*”, aquela que vai de 1977 a 1997, ignorando debates mais longos e diversos sobre o tema. Jared Clemons (2023), por sua vez, resalta que Wacquant apresenta de forma muito vaga sua proposta de enquadramento sobre relações raciais, utilizando as noções de casta, classe e etnia sem oferecer definições claras e efetivas. Por fim, destaca-se ainda a estranha sensação de Wacquant tratar, com seu livro, de um debate já morto, pois o trabalho aparece trinta anos depois de a “*underclass*” ter perdido sua relevância pública (Breslau, 2024)³.

Ademais, os argumentos sobre raça e racismo desenvolvidos neste livro já haviam sido parcialmente apresentados no artigo “Sobre as artimanhas da razão imperialista”, de Bourdieu e Wacquant (2002), publicado inicialmente em 1998 na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e escolhido por Bourdieu como prefácio do livro *Escritos de educação* ([1998] 2007). Nesse artigo, os autores argu-

mentam que o debate sobre relações raciais desenvolvido no Brasil no século passado foi acometido pela mimetização das ideias que circulavam nos Estados Unidos. A pressão produzida pelo imperialismo norte-americano, via grandes fundações, como a Ford e Rockefeller, teria feito com que substituíssemos o nosso mito nacional das relações entre as raças presente em *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre ([1933] 2003) – o “mito da democracia racial” –, pelo “mito segundo o qual todas as sociedades são ‘racistas’, inclusive aquelas no seio das quais parece que, à primeira vista, as relações ‘sociais’ são menos distantes e hostis” (Bourdieu e Wacquant, 2002, p. 19). Esses argumentos e a forma exagerada como foram sustentados pelos autores, conduziram a críticas, igualmente duras, que imputaram a Bourdieu e Wacquant um desconhecimento sintomático do estado da arte do debate sobre relações raciais no Brasil (French, 2002).

Portanto, é no mínimo curioso que essa abordagem padeça de dois males que o próprio Wacquant diagnosticou no debate sobre a “*underclass*”. Seja no artigo “Artimanhas da razão imperialista”, seja no presente livro, os mesmos pressupostos e diagnóstico subjazem à argumentação: para o autor o debate sobre relações raciais, no Brasil e nos Estados Unidos, possui vieses sociais e políticos por estarem suscetíveis à influência de atores externos, no caso, o interesse das grandes fundações e *think tanks* estadunidenses. Por outro lado, uma vez que as ideias que circulam nesse debate não cumprem os critérios que o autor entende como requisitos para assegurar a qualidade social científica das produções acadêmicas, persistem ali vieses epistemológicos e metodológicos. Tomando como objeto esses argumentos, no caso específico do Brasil, é sabido que minimizar a realidade da discriminação e segregação

sociorraciais, como feito pelo autor (Bourdieu e Wacquant, 2002), significa fortalecer ideias cuja produção e circulação se ancoram fortemente no senso comum popular e das classes médias, bem como no radicalismo político da direita brasileira. Wacquant (2022) reproduz em seu novo livro argumentos antigos da sua produção intelectual, ao mesmo tempo que reforça problemas políticos e científicos que ele próprio denuncia, induzindo o leitor a conclusões baseadas em concepções limitadas e equivocadas do debate sobre relações raciais.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2007), *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BOURDIEU, P. (2004), *Science of science and reflexivity*. Cambridge, UK, Polity Press.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. (2002), “Sobre as artimanhas da razão imperialista”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24: 15-33. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100002>.
- BRAGA, R. (2012), *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BRESLAU, Daniel. (2024), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *Ethnic and Racial Studies*, 47 (3): 607-608. <https://doi.org/10.1080/01419870.2022.2151930>.
- CLEMONS, Jared. (2023), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *Sociology of Race and Ethnicity*, 9 (3): 412-415. <https://doi.org/10.1177/233264922211419>.
- FRENCH, J. (2002), “Passos em falso da razão anti-imperialista: Bourdieu, Wacquant, e o Orfeu e o poder de Hanchard”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24: 97-140. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100005>.

- FREYRE, Gilberto. ([1933] 2003), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global.
- FRINGANT, Matthias. (2024), “Wacquant, Loïc. The invention of the ‘underclass’: A study in the politics of knowledge”. *International Sociology Reviews*, 39 (2): 162-169. <https://doi.org/10.1177/02685809241236840>.
- KOSELLECK, R. (2002), *The practice of conceptual history: Timing history, spacing concepts*. California, USA, Stanford University Press.
- LACHANSKI, Michael. (2023), “Wacquant, Loïc. The invention of the “underclass”: A study in the politics of knowledge”. *Critical Criminology*, 31 (2): 593-596. <https://doi.org/10.1007/s10612-023-09691-y>.
- LEWIS, Oscar. (1966), “The culture of poverty”. *Scientific American*, 215 (4), 19-25.
- MERTON, R. K. (1984), “Socio-economic duration: A case study of concept formation in sociology”. In: POWELL, W. & ROBBINS, R. (eds.), *Conflict and consensus*. Nova York, The Free Press, pp. 262-285.
- MOYNIHAN, Daniel Patrick. (1965), *The negro family: The case for national action*. Washington, DC, Office of Policy Planning and Research, US Department of Labor.
- MYRDAL, Gunnar. (1963), *Challenge to affluence*. Nova York, Random House.
- RUSSELL, George. (1977), “The American Underclass: Destitute and desperate in the land of plenty”. *Time Magazine*, August 20: 14-27.
- WILSON, William Julius. (1996), *When work disappears: The world of the new urban poor*. Nova York, Knopf.
- possível apenas no Norte Global, onde o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social gerou grupos empobrecidos e marginalizados. Porém, na contramão desse argumento, o sociólogo brasileiro Ruy Braga propõe que o aparecimento do precariado, seja no Norte ou no Sul Global, estaria relacionado ao avanço da mercantilização do trabalho e à anarquia da reprodução do capital, que são constitutivos da relação salarial. Nesse sentido, o precariado não é um grande outro, o bastardo do salariado; ele é a condição de existência do salariado. Ou seja, na Europa ou nos Estados Unidos, o compromisso fordista protegeu a fração profissional branca, masculina, nacional e sindicalizada “à custa da reprodução da fração proletária não (ou semi) qualificada, feminina, negra, jovem e migrante” (Braga, 2012, p. 17).
3. Ressalta-se ainda o questionamento não só do conteúdo, mas em relação a detalhes formais do livro. É o caso, por exemplo, a respeito da Figura 5 (Wacquant, 2022), com a qual Wacquant busca apresentar o declínio do uso do conceito de “underclass” no final dos anos 1997; porém, não há ali uma comprovação evidente, uma vez que o gráfico revela que o uso da palavra em citações segue aumentando nas décadas de 2000, 2010 e 2020, contrariando assim a descrição apresentada pelo próprio autor (Lachanski, 2023).

Texto recebido em 05/08/2024 e aprovado em 12/08/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.227729.



Notas

1. A quem Wacquant dedica o livro.
2. Uma breve reconstituição de suas origens, bem como do desenvolvimento nas ciências sociais leva o autor à conclusão de que o emprego pleno desse termo é